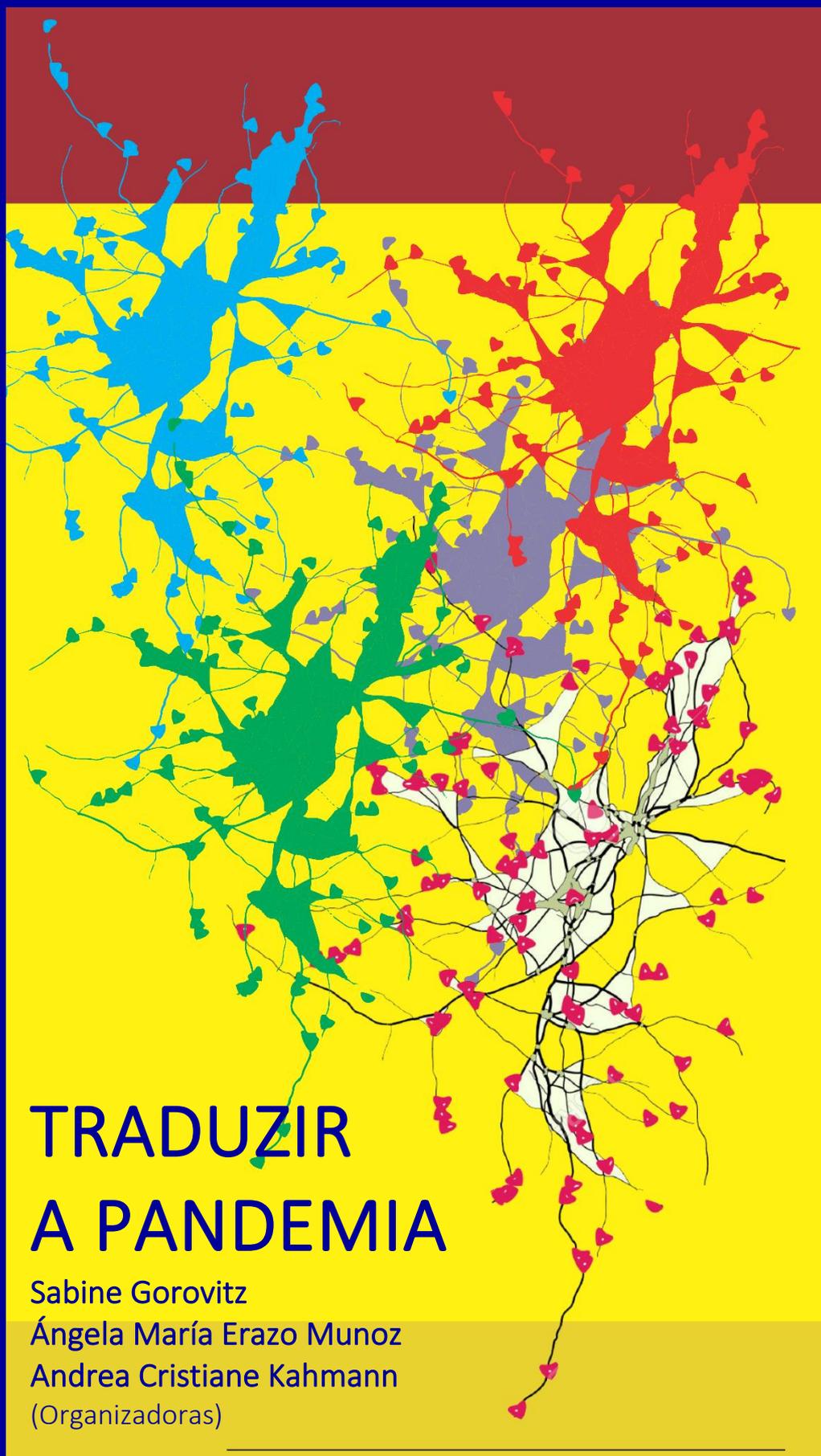




Cadernos de Tradução

INSTITUTO DE LETRAS - UFRGS

Número Especial, 2020



TRADUZIR A PANDEMIA

Sabine Gorovitz

Ángela María Erazo Muñoz

Andrea Cristiane Kahmann

(Organizadoras)



Cadernos de Tradução
do Instituto de Letras

Número Especial, 2020

Traduzir a Pandemia

Sabine Gorovitz
Ángela María Erazo Munoz
Andrea Cristiane Kahmann
(Organizadoras)



UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE LETRAS — UFRGS

DIREÇÃO

Carmem Luci da Costa Silva (Diretora)
Marcia Montenegro Velho (Vice-Diretora)

COMISSÃO EDITORIAL

Aline Fogaça dos Santos Reis e Silva
Gisele de Oliveira Bosquesi
Rozane Rebechi

ORGANIZAÇÃO DESTE NÚMERO

Sabine Gorovitz
Ángela María Erazo Munoz
Andrea Cristiane Kahmann

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

No jardim das ideias, de Lemuel da Cruz Gandara (técnicas mistas, 2014)

PARECERISTAS:

| | |
|-----------------------------------|--------------------------------------|
| Andrio Santos (UFSM) | Karina Pereira (UFPeI) |
| Anselmo Peres Alós (UFSM) | Luciana Rassier (UFSC) |
| Ariel Novodvorski (UFU) | Luciane Leipnitz (UFPeI) |
| Bernardo Limberger (UFPeI) | Marina Waquil (USP) |
| Bruno Carneiro (UFT) | Mônica Stefani (UFSM) |
| Carlos Rizzon (Unipampa) | Rafael Guimarães (UNISC) |
| Cláudia Lorena da Fonseca (UFPeI) | Roberto Carlos de Assis (UFPB) |
| Daniel Alves (UFPB) | Rodrigo da Rosa Pereira (FURG) |
| Elaine Barros Indrusiak (UFRGS) | Rosângela Fachel de Medeiros (UFPeI) |
| Eliza Morinaka (UFBA) | Vanessa Doumid Damasceno (UFPeI) |
| Isabella Mozzillo (UFPeI) | Vanessa Pires (IFSul) |
| Helano Ribeiro (UFPB) | Vanize Flores (UFCSPA) |
| Janice Nodari (UFPR) | Vinicius Flores (UFRGS) |

ISSN 2594-9055
ISSN-L 1807-9873

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Letras
Av. Bento Gonçalves, 9500 - CEP 91540-000 - Porto Alegre (RS)
<http://www.ufrgs.br/letras/index.html>

SUMÁRIO

Apresentação / 5

Sabine Gorovitz, Ángela María Erazo Munoz e Andrea Cristiane Kahmann

La traducción en los tiempos del vírus: estudio de caso sobre una actividad profesional pro bono, sus dificultades y lecciones / 22

Catalina Iliescu-Gheorghiu

Um projeto de tradução voluntária de materiais informativos relacionados à COVID-19 / 41

Monique Pfau, Lucielen Porfírio, Daniel B. O. Vasconcelos e Marília Portela

Tradução e interpretação de Português – Libras na rede Informa-SUS-UFSCar: direito à informação para surdos em tempos de Covid-19 / 61

Vinícius Nascimento, Gustavo Nunes de Oliveira, Lara Ferreira dos Santos, Joyce Cristina Souza e Rodrigo Vecchio Fornari

Traduções simbólicas em contexto migratório: (re)existência e democratização da informação / 83

Maria Gabriel, Maria Cristina Figueiredo Silva, Jeniffer Albuquerque, Graziela Lucchesi Rosa da Silva, Camila Akemi Aoto, José Aparecido Vanzela Junior, Maria Fernanda Mileski de Paula, Mariana Rodrigues Provenzi e Vanessa Diamante

Uma pandemia em dois tempos: um projeto de tradução de notícias da imprensa alemã para o português / 105

Anelise Freitas Pereira Gondar

[Trans]missão & cura[tivo] em tempos de COVID-19: Contribuição para uma História Imediata da Tradução no Brasil / 116

Dennys Silva-Reis

Migración y acceso a la salud: ¿traducirse es vital! / 140

Marta Ingrid Molina e Ángela María Erazo Munoz

Tradução em período de pandemia: distanciamento de crianças surdas na escola e a literatura como linguagem viva / 159

Neiva de Aquino Albres e Michelle Duarte da Silva Schlemper

La venganza del “interior” en tiempos de COVID-19: reactualización de relaciones de alteridad entre la Buenos Aires metropolitana y el “interior” argentino durante la pandemia / 182

Yanina Faccio e Johana Kunin

Direitos linguísticos como direitos humanos / 209

Stephen May

Tradução: Nathaly Silva Nalerio, Aline da Silva Lopes, Victória Lunardi Bauken e Andrea Cristiane Kahmann / Revisão de tradução: Gustavo Oliveira Vieira

Discriminação em razão da língua como violação dos direitos linguísticos dos povos indígenas / 242

Mayra Idali Sánchez Patlán

Tradução: Kathelen Dutra Goes, Karen Dutra Goes, Angela Gomes Alves, Vanessa Boettge da Silva e Andrea Cristiane Kahmann

Revisão de tradução: Andréa Ualt Fonseca

Luhmann pandêmico / 261

Paul-Marie Boulanger e Andrea Saltelli

Tradução: Daniel Soares Duarte

Revisão de tradução: Lóren Cristine Ferreira Cuadros

Higieno-nacionalismo, um remédio milagroso contra a pandemia? Populismos, racismos e conspiracionismos em torno da Covid-19 / 274

Vincent Geisser

Tradução: Thainá da Silva Cândido Carungaba

Revisão de tradução: Fabiana Zogbi Lontra da Conceição

Ginetes em meio à tempestade, animais na valeta

Por que Errata naturae não publicará nenhum livro nos próximos meses / 293

Rubén Hernández

Tradução: Nylcéa Thereza de Siqueira Pedra e Rafael Ginane Bezerra

Revisão de tradução: Silvana de Matos Bandeira

Viver com a máscara facial: murmúrio, murmúrio / 300

Jürgen Trabant

Tradução: Aroldo Garcia dos Anjos / Revisão de tradução: Cláudia Fernanda Pavan

O amor e o distanciamento social nos tempos da Covid-19: a filosofia e a literatura de pandemias / 304

Michael A. Peters

Tradução: Daniel Paiva Vasconcelos / Revisão de tradução: Liziane Kugland de Souza

O Ministério das Putas: como a AMMAR articula-se com o Estado durante a pandemia / 315

Augustina Paz Frontera

Tradução: Penélope Serafina Chaves Bruera, Lisbeth Juliana Monroy Ortiz, Verónica Acuña Aviles e Gastón Cosentino

Revisão de tradução: Andrea Cristiane Kahmann e Anselmo Peres Alós

Combatendo a violência contra crianças, mulheres e pessoas idosas durante a pandemia do Covid-19: medidas fundamentais / 329

Organização Mundial da Saúde (*World Health Organization*)

Tradução: Gabriela Cruz de Pinho

Revisão de tradução: Fabiana Kanan Oliveira e Andrea Cristiane Kahmann

Depois da Covid-19: um manifesto por um mundo mais saudável / 342

Tradução: Isabella de Paiva Gonçalves do Carmo

Revisão de tradução: Dennys Silva-Reis

Traduzir a Pandemia: Apresentação ao Número Especial

Translating Pandemics: Presenting the Special Issue

Sabine Gorovitz¹

Ángela María Erazo Muñoz²

Andrea Cristiane Kahmann³

Em dezembro de 2019, na cidade chinesa de Wuhan, surgiram os primeiros casos de uma nova doença de alto potencial de letalidade e transmissão pelas vias respiratórias. No dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou emergência de saúde pública de importância internacional e, no dia 11 de março do mesmo ano, a nova doença foi considerada uma pandemia. Imediatamente, em todo mundo, foram propostas medidas de distanciamento físico e, em diversos locais, impôs-se o controle de circulação visando a conter a propagação do vírus SARS-CoV-2, causador da doença que ficou conhecida como Covid-19, por ser a doença do coronavírus (*Corona Virus Disease*) identificada em 2019. Expressões estrangeiras, como *lockdown*, para mencionar o confinamento obrigatório, e termos técnicos, como os referentes aos diversos tipos de máscaras de proteção respiratória, passaram a fazer parte da linguagem cotidiana e evidenciaram vulnerabilidades sociais e linguísticas.

A recomendação de isolamento, com a consequente restrição de visitas familiares e de ocupação de espaços públicos ou de acesso ao público, ocasionou impactos ainda impossíveis de serem mensurados em diversos âmbitos para além do epidemiológico, impondo novas formas de cuidar, de educar, de relacionar-se e de demonstrar afeto, solidariedade e pertença. E embora tenham sido as imagens com tubos de ensaio e de cientistas com vestimentas especiais de proteção as que tenham ficado registradas no imaginário relativo a esse período, também a tradução desempenhou papel fundamental na gestão da emergência sanitária. A necessidade da rápida disseminação das descobertas científicas e de revisão constante de protocolos pôs em destaque a tradução no sentido mais usual deste termo: o de transpor idiomas. Contudo, outras traduções foram necessárias para democratizar orientações e impuseram a nações heterogêneas

¹ Sabine Gorovitz é professora associada do departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, do Instituto de Letras da Universidade de Brasília – UnB. É líder do grupo de pesquisa MOBILANG – Mobilidades e contatos de línguas. Contato: sabinegz@gmail.com

² Ángela María Erazo Muñoz é professora adjunta do Departamento de Mediações Interculturais da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Contato: angela.erazo@academico.ufpb.br

³ Andrea Cristiane Kahmann é professora dos Bacharelados em Letras – Tradução e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Contato: ackahmann@gmail.com

e com sérias fraturas históricas, como o Brasil, a necessidade de pensar estratégias de comunicação para a transposição de barreiras culturais.

Enquanto se organizava este número especial, ao menos sete diferentes vacinas foram lançadas e outras sessenta estão em desenvolvimento, conforme dados da Organização Mundial da Saúde, de 18 de fevereiro de 2021 (WHO, 2021). A ciência avançou com rapidez, mas, infelizmente, a desinformação também. Os tratamentos “milagrosos”, as alternativas “fáceis” e sem comprovação científica ou o mais puro negacionismo pareciam ganhar terreno e contrariar as recomendações de restrição de funcionamento de negócios e de circulação de pessoas, medidas evidentemente impopulares, mas as únicas a se mostrarem eficazes nos locais onde foram implementadas. Assim, para além do vírus, foi necessário lutar-se contra a pandemia de desinformação, contra a propagação de informações falsas sobre a pandemia e seus resultados, fenômeno este designado de “desinfodemia” por Julie Posetti e Kalina Bontcheva (2020), que assinam a publicação da Unesco sobre o tema. Por meio de redes de contatos virtuais (os únicos seguros nesse momento), foram mobilizados novos recursos de disseminação de informações confiáveis, buscando contemplar várias línguas e integrar distintos grupos sociais.

Percebendo o aumento de iniciativas como essas e buscando receber reflexões sobre o tema, propusemos à equipe editorial da revista *Cadernos de Tradução* do Instituto de Letras da UFRGS este número especial intitulado **Traduzir a pandemia**. Nosso objetivo como organizadoras era compilar experiências de tradução, mediação linguística e disseminação de informações, seja entre idiomas estrangeiros, seja no âmbito interno das nações para abarcar comunidades de línguas minorizadas, tais como a comunidade surda, os diversos povos originários e quilombolas, pessoas em situação de refúgio ou migração, mas também grupos que, embora falantes da língua hegemônica, demandassem comunicação direcionada a suas características etárias, de gênero, de classe, de origens sociais ou regionais. Assim, em junho de 2020, lançamos a chamada em quatro idiomas (português, inglês, francês e espanhol) e a disseminamos com a intenção de reunir relatos de experiências, análises e comentários teórico-críticos sobre o desafio de traduzir a pandemia, além de traduções de artigos científicos que tratassem sobre políticas linguísticas, mediações linguístico-culturais e disseminação de informações. Interessavam-nos também as reflexões originais ou traduzidas sobre as consequências da pandemia no presente e nas estimativas para o futuro da humanidade ou no que venham a demandar políticas linguísticas e novos modos de disseminar conhecimento. O resultado são os artigos que apresentamos a seguir e que, somados a esta apresentação, conformam os vinte textos deste número especial.

Os cinco primeiros artigos deste número apresentam relatos de experiência de projetos envolvendo a tradução e a pandemia. Outros quatro artigos propuseram reflexões teóricas sobre o contexto da pandemia, por vezes referenciando projetos de tradução em andamento em diversas universidades públicas. Os outros dez artigos reunidos neste número são traduções de textos que propõem reflexões sobre o período atual. Passamos a apresentar os textos selecionados para esta edição e também alguns comentários complementares sobre projetos desenvolvidos neste período, sobretudo os desenvolvidos por universidades.

De Catalina Iliescu-Gheorghiu recebemos **La traducción en los tiempos del vírus: estudio de caso sobre una actividad profesional pro bono, sus dificultades y lecciones.** Neste artigo, a autora relata a experiência que envolveu profissionais da tradução, linguistas, docentes, estudantes e egressos/as do Curso de Tradução e Interpretação da Universidade de Alicante (Espanha) e que ajudou a atenuar os efeitos da pandemia entre pessoas de idade avançada, as quais, ao menos no contexto europeu e em um primeiro estágio da pandemia, constituíram o segmento mais vulnerável em face da nova doença. Para tanto, voluntários/as da Universidade de Alicante, junto com ONGs e administrações locais, traduziram documentos e realizaram a legendação e locução de materiais audiovisuais contendo informações confiáveis sobre a doença ou dando orientações, entre outros assuntos, sobre a realização de exercícios físicos para pessoas idosas confinadas. A equipe também atuou na elaboração e tradução a vários idiomas de materiais de apoio para a superação do luto, pois, há que se recordar que, além de toda a dor do momento, as pessoas enlutadas tiveram de arcar com os prejuízos psíquicos de não poderem cumprir com a tradição dos ritos fúnebres e um dos mais básicos sentimentos de humanidade: a prestação da solidariedade a entes queridos na hora da morte. Como explica a autora, essas traduções destinavam-se não apenas a pessoas idosas ou com mobilidade reduzida, mas também às encarregadas por cuidá-las, que, não raro, pertencem a grupos migrantes.

Dentre as experiências brasileiras, recebemos o relato do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Letras (NUPEL) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A equipe composta por Monique Pfau, Lucielen Porfírio, Daniel B. O. Vasconcelos e Marília Portela apresenta nesta edição **Um Projeto de Tradução Voluntária de Materiais Informativos Relacionados à COVID-19**, em que narra a experiência com traduções voluntárias de artigos científicos, resumos e informativos relacionados à Covid-19 com o propósito de auxiliar na sua divulgação nacional e internacional. Essa iniciativa contemplou institutos de pesquisa e de saúde brasileiros, tais como universidades públicas e privadas, hospitais e órgãos governamentais.

Envolvendo a tradução e a interpretação entre o par linguístico Libras-Português, o grupo integrado por Vinícius Nascimento, Gustavo Nunes de Oliveira, Lara Ferreira dos Santos, Joyce Cristina Souza e Rodrigo Vecchio Fornari apresenta, no artigo **Tradução e interpretação de Português – Libras na rede Informa-SUS-UFSCar: direito à informação para surdos em tempos de Covid-19**, a experiência da rede InformaSUS, uma rede de trabalho envolvendo diferentes profissionais, setores e unidades da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e da sociedade civil a fim de promover e divulgar para a população informações científicas e de qualidade sobre a pandemia da Covid-19.

Já o Projeto de Extensão Universitária *Português Brasileiro para Migração Humanitária* da Universidade Federal do Paraná (PBMIH-UFPR) apresenta a atividade de sua equipe interdisciplinar, que conta com professoras e estudantes das áreas de Letras, Psicologia, Design e Jornalismo, por meio do artigo **Traduções simbólicas em contexto migratório: (re)existência e democratização da informação**. O texto é assinado por Maria Gabriel, Maria Cristina Figueiredo Silva, Jeniffer Albuquerque, Graziela Lucchesi Rosa da Silva, Camila Akemi Aoto, José Aparecido Vanzela Junior, Maria Fernanda Mileski de Paula, Mariana Rodrigues Provenzi e Vanessa Diamante. Este projeto desenvolveu, ao longo de 2020, diversos materiais em seis línguas (português, espanhol, francês, crioulo haitiano, árabe e inglês) como “traduções simbólicas” e visando a apoiar o exercício de cidadania e facilitar o acesso de comunidades migrantes e/ou em situação de refúgio a informações relacionadas à saúde (incluindo informações sobre a Covid-19, tais como instruções para fazer a máscara caseira e cuidados com seu uso e higienização) e também à economia e a políticas públicas, direitos e auxílios financeiros.

O quinto relato de experiência incluso nesta edição é **Uma pandemia em dois tempos: um projeto de tradução de notícias da imprensa alemã para o português**, no qual Anelise Freitas Pereira Gondar, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), apresenta e analisa aspectos tradutórios desenvolvidos no contexto de um projeto de extensão dedicado a traduzir a pandemia a partir de notícias veiculadas na imprensa alemã. A atividade foi desenvolvida no âmbito do Escritório Modelo de Tradução da universidade, que oferece a Habilitação em Letras Português-Alemão, e passou a acompanhar as notícias sobre o novo vírus desde a confirmação da primeira infecção na Alemanha, na região da Baviera, em janeiro de 2020. Potencializando-se entre os meses de junho e julho de 2020, o projeto buscou selecionar textos para tradução e divulgação obedecendo a dois critérios iniciais: o potencial interesse público e o grau de

dificuldade do texto para fins de tradução, de forma a contribuir concomitantemente para a formação dos/as tradutores/as e disseminação de notícias a partir da perspectiva alemã.

Esses e outros projetos desenvolvidos no Brasil foram mapeados por Dennys Silva-Reis em **[Trans]missão & cura[tivo] em tempos de COVID-19: contribuição para uma História Imediata da Tradução no Brasil**. Neste artigo, o pesquisador da Universidade Federal do Acre (UFAC) apresenta um novo campo da História da Tradução, qual seja, a História Imediata da Tradução. Ademais, registra a História Imediata da Tradução no Brasil em tempos de pandemia da Covid-19, elencando os coletivos de tradução em universidades e institutos de pesquisa e analisando os/as agentes de tradução mais afetados/as, as questões de direitos linguísticos e acessibilidade e os novos hábitos tradutórios de consumo e circulação de traduções segundo informações coletadas entre março a agosto de 2020. O artigo elenca projetos empreendidos por docentes de Letras (alguns deles incluídos detalhadamente neste número) e também iniciativas de institutos de saúde, como a Fiocruz, e de docentes de outras áreas do conhecimento, como a Medicina. Além de propor outras análises, tais como reflexões acerca de questões metodológicas sobre a História Imediata da Tradução, bem como sobre agentes afetados/as e hábitos de consumo de materiais traduzidos modificados pela pandemia, o artigo de Silva-Reis opera como um excelente levantamento de algumas das muitas iniciativas desenvolvidas no Brasil em 2020 e que relacionam a tradução à pandemia.

Entendemos ser relevante, porém, complementar esta apresentação a este número especial mencionando algumas iniciativas para além das comentadas nos artigos aqui incluídos. Sem a pretensão de abarcar a totalidade dos projetos em ação no Brasil nesse sentido, destacamos a proposta do grupo Interpret-Vol⁴, idealizado por Marisol Mandarino, tradutora e intérprete pública de inglês e espanhol em Minas Gerais. O Interpret-Vol foi criado no dia 4 de abril de 2020 com o objetivo de interpretar, voluntariamente e via WhatsApp, para profissionais de saúde e pacientes (e/ou suas famílias) durante o período da pandemia. Por meio de redes internacionais, Marisol Mandarino conseguiu reunir sessenta intérpretes profissionais e experientes dispostos/as a prestar serviços *pro bono* em diversos idiomas. O grupo reuniu-se virtualmente para definir glossários da Covid-19 e elaborou slides em várias línguas com um código QR para contato direto com os/as voluntários/as. A intenção era a de afixar esses slides nas entradas dos hospitais e postos de atendimento, para que, já na recepção, as pessoas

⁴ Mais informações sobre o projeto podem ser acessadas em redes sociais como Instagram (@InterpretVol) e Facebook (<https://www.facebook.com/InterpretVol/>).

necessitadas de interpretação pudessem contatar a equipe. Além de divulgação em redes sociais, o projeto foi divulgado junto a hospitais, embaixadas e secretarias de saúde⁵.

Destacamos também uma iniciativa da Universidade de Brasília (UnB): em meados de 2020, um edital foi lançado pelo Comitê de Pesquisa, Inovação e Extensão de combate à Covid-19 (Copei), com o objetivo de planejar, sistematizar e buscar viabilizar a execução de ações institucionais de pesquisa, inovação e extensão visando ao enfrentamento, no Distrito Federal e no Brasil, da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Covid-19. O Instituto de Letras da Universidade de Brasília, ciente de que muitas pessoas no Brasil são excluídas dos programas de proteção social e continuarão vulneráveis durante a crise causada pela Covid-19, voltou-se particularmente para estrangeiros/as (imigrantes e refugiados/as), indígenas e as pessoas com deficiência. Considerando a longa experiência do Instituto com essas comunidades, foram reunidos/as pesquisadores/as em torno de um projeto intitulado *Consequências da pandemia do Covid-19 para estrangeiros (imigrantes e refugiados), indígenas e pessoas com deficiência: como tornar o sistema de proteção social responsivo a choques*. Trata-se da implementação de um sistema de comunicação linguisticamente inclusivo (um aplicativo a ser acessado por celular) para uso de autoridades e solicitantes de serviços que não falam português. Esse sistema deve reunir diversos recursos: banco de intérpretes (com geolocalização para rápida mobilização ou intervenção remota); glossários multilíngues e informações institucionais (locais de atendimento, endereços em geral etc.) e instrumentos legais referentes aos direitos humanos de (i)migrantes nas várias línguas. Os resultados, ainda parciais até o momento, refletem aspectos centrais da metodologia do trabalho, como a formação de redes de intérpretes e de pessoas capacitadas para a formação de intérpretes, um concurso aberto de tecnologia (“Hackathon”⁶) para o desenvolvimento do aplicativo por equipes multidisciplinares e o banco de dados, que reúne informações e conteúdos multilíngues sobre ações e cuidados com a saúde pública.

Pode chamar a atenção que no título do último projeto citado e em diversos textos inclusos neste número se faça referência **ao** Covid-19 (no masculino), e não **à** Covid-19 (no feminino), como temos empregado nesta apresentação. Essas oscilações retratam as incertezas não apenas epidemiológicas, mas também linguísticas do momento em que se organiza este número especial. Ainda que estudiosos/as da gramática e algumas Academias de Letras tenham tratado de discutir se a enfermidade deve ser referida no feminino (pois *a doença*, afinal) ou pelo

⁵ Informações prestadas por Marisol Mandarino, atendendo a contato realizado por Andrea Kahmann.

⁶ Disponível em: <http://www.pctec.unb.br/eventos/138-hackathon-letras>. Acesso em: 27 mar. 2021.

masculino que evoca o vírus (tal como nos exemplos de *o ebola* e *o zika*), até o momento da publicação deste número não é possível afirmar ter havido um consenso. Por essa razão, mantivemos o gênero escolhido pelos/as autores/as e tradutores/as participantes em seus textos. O mesmo se diga quanto ao emprego de maiúsculas (COVID-19) ou da inicial maiúscula apenas (Covid-19), embora em redações mais recentes que as contribuições recebidas para esta edição já se perceba uma tendência a tratar a doença já como um substantivo comum (covid-19 ou apenas covid), e não mais um acrônimo de criação recente. Afinal, já são muitos meses convivendo com notícias sobre o vírus, a enfermidade e suas consequências.

Este número especial deve ser, portanto, compreendido como um registro do período em que se propõe, marcado por incertezas, mas também por muitas reflexões e experiências tradutórias, de mediação e de inclusão linguística. Nesse sentido, podemos recordar que, em Mato Grosso, em abril de 2020, Procuradores/as da República gravaram um vídeo pedindo “Fique em casa” em quatorze línguas indígenas para chamar a atenção das comunidades sobre os perigos da Covid-19 (G1, 2020). Já no Mato Grosso do Sul, recebeu destaque o hospital de Aquidauana, que conta com o apoio da intérprete Fátima Lipú, da etnia Terena, para promover o acolhimento de indígenas no ambiente hospitalar (AQUIDAUANA NEWS, 2020). Muitas outras iniciativas foram também divulgadas pelo ISA – Instituto Socioambiental⁷ e pelo IPOL – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística,⁸ uma instituição que, além de compilar e divulgar iniciativas, atua fortemente na promoção dos direitos linguísticos no Brasil. Muitas dessas iniciativas voltavam-se à interpretação em ambiente hospitalar como modo de conferir não apenas a humanização do atendimento, mas também a sua eficácia, pois os cuidados e tratamentos, se bem compreendidos pelo/a paciente, tendem a ser mais exitosos.

As dificuldades enfrentadas por pessoas migrantes que buscam atendimento em saúde são analisadas por Marta Ingrid Molina e Ángela María Erazo Muñoz no artigo **Migración y acceso a la salud: ¿traducirse es vital!** também incluso neste número especial. Descrevendo e analisando as dificuldades linguísticas que migrantes de origem hispânica enfrentam no Brasil para relatar suas dores durante consultas com profissionais de saúde, as autoras apontam para a necessidade de se desenvolver um glossário bilíngue de termos relacionados à dor para facilitar o atendimento.

⁷ O ISA – Instituto Socioambiental pode ser seguido em redes sociais ou pelo site <https://www.socioambiental.org/pt-br>

⁸ O IPOL – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística pode ser seguido em redes sociais ou pelo site <http://ipol.org.br/>

O papel primordial dos glossários no apoio a profissionais da saúde à frente do atendimento a comunidades falantes de línguas minorizadas, em situação de migração ou refúgio ou mesmo multilíngues já vem sendo há tempos apontado pelos/as Tradutores/as Sem Fronteiras (Translators Without Borders)⁹, que ostentam em seu site, à guisa de apresentação, que foram 83.319.490 as palavras traduzidas pelo grupo. Esta, que é a maior organização sem fins lucrativos a oferecer serviços de tradução *pro bono* como forma de apoio a causas humanitárias em escala global, presta assistência linguística a organizações como Médicos sem Fronteiras, Médicos do Mundo, UNICEF, Oxfam International e Handicap International, entre muitas outras. Em 2020, para auxiliar no atendimento à emergência internacional, a ONG desenvolveu um glossário multilíngue (<https://glossaries.translatorswb.org/covid19/>) de termos relacionados à Covid-19 em mais de trinta idiomas, incluindo o português brasileiro. A validação dos termos em português contou com a colaboração de integrantes do projeto de extensão *Tradução, mediação linguística e disseminação de informações à comunidade*¹⁰, que foi executado ao longo de 2020 na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), mas concebido com o suporte do grupo Mobilang (<http://mobilang.unb.br/>), liderado pela Prof^a Sabine Gorovitz (Universidade de Brasília). Na validação de termos técnicos para o glossário multilíngue, o grupo contou com o apoio do Comitê UFPEL Covid-19 para a solução de dúvidas, evidenciando a necessidade de ruptura de barreiras institucionais e disciplinares para o combate à pandemia e à promoção dos direitos linguísticos.

Retomando a apresentação dos artigos originais propostos a este número especial, no texto **Tradução em período de pandemia: distanciamento de crianças surdas na escola e a literatura como linguagem viva**, Neiva de Aquino Albres e Michelle Duarte da Silva Schlemper partem de conceitos elaborados por Bakhtin e seu Círculo para analisar um conjunto de vídeos multimodais a propor atividades de leitura e produção textual que contribuem para estimular a comunicação de crianças surdas em distanciamento social. Dessa forma, essas propostas mitigam outro dos efeitos devastadores da pandemia, qual seja, o atraso na aquisição de linguagem decorrente das escolas fechadas, pois crianças surdas brasileiras dependem essencialmente do espaço escolar para ter contato com a língua de sinais. Neste artigo, são referenciados projetos tais como *Central Libras/Coronavírus* (UFRGS), *UFSCacessível* (UFSC) e *#CasaLibras* (UFSCar). A *Central de Libras / Coronavírus* é uma iniciativa de Luiz Daniel Dinarte e Angela Russo, do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade da Universidade

⁹ Site da ONG TWT (Translators Without Borders): <https://translatorswithoutborders.org/>

¹⁰ Mais informações sobre o projeto em: <https://institucional.ufpel.edu.br/projetos/id/u2574>. Acesso em: 31 dez. 2020.

Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o servidor Carlos Grahamill Maciel de Moura foi quem encabeçou a iniciativa de elaborar vídeos sobre a Covid-19 em Libras. Já o projeto da UFSCar que embasa as análises das autoras é o *Atenção bilíngue virtual para crianças surdas em meio à pandemia do "Coronavírus" – COVID-19: [Contação de Histórias Infantis]*, coordenado pela Professora Vanessa Regina de Oliveira Martins e o Professor Guilherme Nichols.

Iniciativas como as citadas por Albres e Schlemper, assim como o projeto desenvolvido por Nascimento *et al.* na UFSCar e apresentado neste número especial, bem como o projeto focado nas mais de 40 mil pessoas surdocegas no Brasil desenvolvido pela docente Roberta Cantarela e outras da Universidade de Brasília (UnB) referido por Silva-Reis somam-se a projetos outros desenvolvidos em diversas universidades brasileiras e todos de extrema relevância para a disseminação de medidas de prevenção contra o novo coronavírus. Incluímos nesta apresentação algumas referências adicionais, tais como o *Comunica Saúde em Libras*¹¹, criado em 18 de março de 2020 na UFPel a partir de uma parceria entre Faculdade de Enfermagem e o Centro de Letras e Comunicação em ação conjunta com o Comitê Interno para Acompanhamento da Evolução da Pandemia de Coronavírus na Região. Podem ser mencionados ainda o projeto de extensão *Libras em Saúde*¹², coordenado pela professora Gildete Amorim na Universidade Federal Fluminense (UFF), bem como a iniciativa da Universidade Federal do Piauí (UFPI) que, por meio da Coordenação Geral do Curso de Letras-Libras, produziu vídeos informativos em Libras¹³ abordando informações sobre sintomas da doença, sobre o uso de máscaras, dúvidas sobre medicação e vacinas, entre outros assuntos relacionados. A TV UFG, da Universidade Federal do Goiás, também produziu material informativo com tradução para Libras feita pelo professor Diego Barbosa¹⁴. Ademais, é preciso referir o *Programa Mi Sordo*¹⁵, uma ação interinstitucional sob a coordenação do curso de Letras/Libras da Universidade Federal de Roraima (UFRR) com o objetivo de apoiar migrantes surdos/as em situação de refúgio no Brasil. Para além da interpretação e mediação linguística,

¹¹ Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/fen/comunica-saude-em-libras-projeto-lanca-um-video-em-libras-explicando-como-se-prevenir-do-novo-coronavirus/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

¹² Mais informações em: <http://www.uff.br/?q=tags/libras-em-saude>. Acesso em: 27 mar. 2021.

¹³ Mais informações em: <https://www.ufpi.br/ultimas-noticias-parfor/35911-ufpi-produz-videos-sobre-coronavirus-em-libras>. Acesso em: 27 mar. 2021.

¹⁴ Mais informações em: <https://www.ufg.br/n/126110-tv-ufg-produz-informacao-em-libras-sobre-pandemia?atr=pt-BR&locale=pt-BR>. Acesso em: 27 mar. 2021.

¹⁵ Conforme: <https://ufrr.br/ultimas-noticias/6539-inscricoes-abertas-para-a-v-semana-de-letras-libras-e-i-seminario-nacional-de-letras-libras-da-ufrr>. Acesso em: 27 mar. 2021.

o *Programa Mi Sordo* realizou diversas ações sociais, tais como a arrecadação de alimentos e roupas para doação a participantes do projeto.

Destacamos igualmente a oferta de cursos gratuitos de interpretação comunitária/humanitária em instituições brasileiras. No início de 2021, foi realizado o Curso de Formação Básica de Intérpretes de Línguas Indígenas de Roraima do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da UFRR, liderado pela professora Ananda Machado em parceria com a JNN Academy. L.A.W. C.I.T.E., com o projeto Mobilang (UnB) e com a Cátedra Unesco Políticas Linguísticas para o Multilinguismo, e disponível no canal do Youtube do *Programa de Valorização das línguas e culturas indígenas de Roraima* da UFRR¹⁶. Aliás, no canal YouTube da Universidade Federal de Roraima (UFRR) é possível encontrar diversos vídeos alertando para os perigos da Covid-19 em línguas indígenas, sempre identificados com a #NinguémFicaPraTrás. Mencione-se, ademais, o Curso de Tradução Humanitária e Mediação Cultural para Migrantes e Refugiados organizado pelo Memorial da América Latina, por meio do CBEAL (Centro Brasileiro de Estudos da América Latina) em janeiro de 2021, disponível no canal YouTube do Memorial da América Latina¹⁷. Já o Curso de Interpretação Comunitária é oferecido desde 2020 a voluntários/as do banco de intérpretes do projeto de extensão *Migrações e Fronteiras no DF: a integração linguística como garantia dos Direitos Humanos* e promovido pelo Grupo de pesquisa Mobilang da UnB. Hoje na sua segunda edição, o curso é organizado e ministrado pelas professoras Jaqueline Nordin e Sabine Gorovitz em parceria com instituições como a Defensoria Pública da União (DPU) e outras universidades federais, tais como a Universidade Federal de Roraima (UFRR), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e com a participação de diversos/as especialistas sobre a temática. Esse tipo de ações, além de abrir a discussão aos direitos linguísticos como direitos humanos e à necessidade de intérpretes nas instituições públicas brasileiras, também promove a sua capacitação profissional.

Retomando a apresentação dos textos inclusos neste número, transpomos fronteiras nacionais e interdisciplinares para mencionar o artigo de Yanina Faccio e Johana Kunin: **La venganza del “interior” en tiempos de COVID-19: reactualización de relaciones de alteridad entre la Buenos Aires metropolitana y el “interior” argentino durante la**

¹⁶ Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCFNnXq7fpg22K_6lySICo_g/videos. Acesso em: 21 mar. 2021.

¹⁷ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BTxN8iQX5Ik&ab_channel=MemorialdaAm%C3%A9ricaLatina. Acesso em: 21 mar. 2021.

pandemia. As autoras, pesquisadoras em Antropologia Social, analisam o dinamismo das relações de alteridade entre Buenos Aires e o interior argentino em face das condições demográficas e materiais da vida cotidiana convulsionadas pela crise da Covid-19. Haja vista que a pandemia, ao menos na primeira onda, proliferou mais rapidamente na região metropolitana de Buenos Aires do que em outras partes da Argentina, as restrições e transtornos por ela impostos acabaram sendo traduzidos discursivamente por meio de memes que circularam pela internet e que reacenderam antigas dicotomias entre Buenos Aires/interior e civilização/barbárie, porém invertendo a polarização e exibindo novas hierarquias de poder. Por meio de um *corpus* que congregou artigos jornalísticos e entrevistas etnográficas, as autoras descrevem e analisam a emergência dessa nova assimetria argentina que, ao menos desta vez, desfavoreceu o *centro* e converteu o *pampa*, paisagem outrora descrita como indômita e selvagem, em um espaço idealizado de convívio com a natureza, com paz e civilização.

A experiência argentina inclusa nesta edição evidencia como cada cultura precisou lidar com suas próprias vulnerabilidades e traduções em face do agravamento da crise global. No Brasil, a emergência sanitária complicou-se pelos antecedentes sociais, que podem ser relacionados à conjuntura política. A população brasileira já vinha assistindo ao rápido declínio de suas condições de vida¹⁸, e recentemente o país só fez subir posições no *ranking* da desigualdade mundial conforme a harmonização de dados (índice de Gini) feita pelo Banco Mundial (apud IBGE, 2020). Em 2020, o Brasil passou a ser o nono país mais desigual do mundo, seguido de Moçambique, Suazilândia, República Centro-Africana, São Tomé e Príncipe, Zâmbia, Suriname, Namíbia e África do Sul, o mais desigual do mundo (apud IBGE, 2020, tabela 1, p. 52) no que tange à distribuição de renda entre habitantes. É sabido que a concentração de renda impacta também na concentração de oportunidades e acessos, conformando um grande complicador em um contexto de caos como o gerado por uma pandemia. Ademais, nos locais e esferas em que isso foi possível, as atividades laborais e educacionais foram transpassadas para a modalidade remota, escancarando desigualdades e promovendo novas formas de exclusão. Grupos vulneráveis acabaram ainda mais vulnerabilizados em face do vírus e da escassez de acessos a recursos vários, inclusive informações confiáveis. E, diante desse contexto, ao contrário da realidade argentina descrita por Yanina Faccio e Johana Kunin, no Brasil, o primeiro sistema de saúde a entrar em colapso

¹⁸ Segundo o IBGE (2017a), de 2014 para 2017, o contingente de pessoas desocupadas passou de 6,7 para 13,2 milhões de brasileiros/as, um aumento de 96,2% em três anos. Já o PIB per capita e o consumo das famílias decresceram, no acumulado em 2015 e 2016, 8,4% e 7,4%, respectivamente, tendo sido essas as maiores quedas de ambos indicadores na série histórica do Sistema de Contas Nacionais do Brasil até então (IBGE, 2017b).

em função da pandemia seria justamente na região amazônica, a de menor densidade populacional do país.

Um estudo capitaneado pelo então reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pedro Curi Hallal, publicado na revista *The Lancet* em setembro de 2020, apontava que, em 11 cidades às margens do rio Amazonas, a prevalência de anticorpos contra SARS-CoV-2 era superior a 25% nos dois períodos iniciais da coleta (entre 14-21 de maio e 04-07 de junho de 2020). Apontava, ainda, que a prevalência de contaminação em pessoas brancas era de 1,4% (1,2 – 1,7), ao passo que entre pessoas indígenas era de 6,4% (4,1 – 9,4), ou seja, quatro vezes superior (HALLAL *et al.*, 2020). Nesse estudo, afirmou-se que: “*The controversial handling of the epidemic by the federal government is likely to have contributed to the rapid spread of COVID-19 in the country’s most susceptible populations*” (HALLAL *et al.*, 2020, p. 1391).

A real possibilidade do desaparecimento de comunidades inteiras levou a que a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e seis partidos políticos apresentassem ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 709 / DF), postulando que o governo federal atuasse para (1) a adoção de medidas de proteção e promoção da saúde dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato, bem como (2) estabelecesse medidas voltadas à saúde dos povos indígenas em geral. Em decisão de 21 de outubro de 2020, o Ministro Luís Roberto Barroso acolheu a ADPF e determinou que, em 72 horas, o governo federal instalasse uma Sala de Situação para gestão de ações de combate à pandemia quanto a povos indígenas em isolamento ou de contato recente, a fim de apresentar em 10 dias um plano de criação de barreiras sanitárias e, em 30 dias, um Plano de Enfrentamento da Covid-19 para os Povos Indígenas Brasileiros. Ademais, que deveria o governo brasileiro comprometer-se com a contenção de invasões a áreas indígenas e com a ampliação de acessos ao Subsistema Indígena de Saúde (STF, 2020). No entanto, como observam Osoegawa *et al.*, essas respostas foram tardias, pois o primeiro pico de infecção em Manaus ocorreu em abril de 2020, e “mesmo estando em vigor, ainda faltam medidas por todos os entes que sejam capazes de dar efetividade ao que está posto” (2020, p. 17).

Atendo-nos às questões linguísticas, é de recordar que o último Censo do IBGE constatou existirem 274 línguas indígenas faladas por indivíduos pertencentes a 305 etnias diferentes, e que 17,5% da população indígena não falava o português (IBGE, 2010). A exata dimensão de quantas dessas línguas perduram pode estar comprometida em função da reformulação de questionários e da indefinição quanto ao período de realização da próxima operação censitária, que estava prevista para 2020 e foi suspensa justamente em função da pandemia. Tateando

nesse “apagão estatístico”, uma conclusão se impõe: sem o devido respeito aos direitos linguísticos, não será possível a promoção dos direitos humanos. Entendemos, aqui, os direitos humanos seguindo a já clássica formulação de Karel Vašak (apud DOMARADZKI *et al.*, 2019) apresentada na década de 1970, que propõe analisá-los sob a perspectiva de três gerações de direitos. Conforme Vašak (apud DOMARADZKI *et al.*, 2019), os direitos humanos de primeira geração englobam os chamados direitos negativos (ou seja, os que impõem limites à atuação estatal) e as correspondentes liberdades civis e políticas. A segunda geração de direitos humanos define a ação estatal positiva (ou seja: presume a atuação efetiva do Estado) para a promoção ou proteção da equidade, por meio da inclusão social, econômica e cultural. Já a terceira geração de direitos humanos compreende os direitos “de solidariedade”, que requerem a ação coletiva junto às esferas estatais e outras estruturas políticas em prol da defesa da autodeterminação, do desenvolvimento social e econômico e dos direitos coletivos e difusos, tais como o meio ambiente saudável, os recursos naturais e as heranças culturais para as presentes e futuras gerações. Essa perspectiva sobre as três gerações de direitos humanos pode ser relevante para compreensão dos artigos de Stephen May e Mayra Idali Sánchez Patlán, que tratam sobre direitos linguísticos e são incluídos neste número em traduções do espanhol empreendidas por tradutoras vinculadas à Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

No artigo **Direitos linguísticos como direitos humanos**, originalmente publicado na Espanha, o autor Stephen May, Professor da Universidade de Auckland, aborda os direitos linguísticos sob a ótica da teoria política e do direito internacional antes de passar à análise da questão em face da Catalunha. Neste texto, Stephen May defende que os direitos linguísticos não devem ser compreendidos apenas como a liberdade individual de se empregar uma língua (qualquer língua) no âmbito privado ou familiar – ou seja, como direitos linguísticos orientados à tolerância (segundo a perspectiva do sociolinguista Heinz Kloss, citado pelo autor) ou ainda como direito de primeira geração (segundo a perspectiva das gerações de direitos conforme Karel Vašak antes apresentada), que é negativo, e implica em reconhecer ao indivíduo a garantia de que o Estado não lhe imponha um idioma – pois isto já seria óbvio. Para Stephen May, a questão dos direitos linguísticos como direitos humanos implica no reconhecimento de que falantes de línguas minorizadas têm o direito de empregar sua língua no âmbito público ou cívico, o que impõe ao Estado (qualquer Estado) o dever de promover condições para tanto, pois não seria razoável eximir-se da prestação de serviços e atividades essenciais em uma língua falada por um número significativo de pessoas dentro de um determinado território.

A jurista mexicana Mayra Idali Sánchez Patlán, a seu turno, defende, no artigo **Discriminação em razão da língua como violação dos direitos linguísticos dos povos indígenas**, que a publicação de leis apenas no idioma majoritário (no caso, o espanhol) exclui os povos originários do direito mais básico de cidadania, qual seja, o de conhecer os direitos que podem ser requeridos e as obrigações que lhes podem ser impostas. Evocando um princípio geral compartilhado por tradições jurídicas herdeiras do Direito Romano, entre as quais estão o México e o Brasil, o de que “a alegação do desconhecimento da lei não exime de seu cumprimento”, a autora tece considerações sobre as normativas de ordem nacional e internacional que são desrespeitadas em face da omissão estatal de viabilizar aos povos indígenas o conhecimento das leis que lhes regem. Segundo Sánchez Patlán, a erradicação da discriminação das etnias originárias e a autodeterminação dos povos indígenas demanda ações positivas do Estado, entre as quais a publicação da legislação nacional em tradução para as diversas línguas registradas pelo Instituto Nacional de Línguas Indígenas, órgão encarregado de promover o fortalecimento, a preservação e o desenvolvimento das línguas autóctones faladas no território mexicano. A inclusão deste artigo neste número especial vem recordar que a defesa do mais basilar dos direitos, como o é o direito à vida, depende do conhecimento da organização estatal e das formas de demandar a sua proteção. Ilustra-o bem o recente caso brasileiro, que obrigou a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil à propositura em face do Supremo Tribunal Federal de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. E essa compreensão de normativas depende, primordialmente, do acesso a elas em língua que seja conhecida pelas comunidades indígenas.

O terceiro artigo traduzido incluso neste número é **Luhmann pandêmico**, de Paul-Marie Boulanger e Andrea Saltelli, em tradução de Daniel Soares Duarte (UFPel) revisada por Lóren Cristine Ferreira Cuadros (UFPel). Nele se buscam atualizar algumas ideias de Niklas Luhmann e aplicá-las à pandemia. Sem a pretensão de prever resultados reais, mas propondo análises como exercício de interrogação da teoria sistêmica, os autores refletem que, embora a pandemia aflija a sociedade mundialmente, os sistemas que a podem combater, como o da saúde, o da política e o da economia, reagem com base segmental, por meio da qual cada Estado age por si mesmo. Os autores ponderam que a teoria de Luhmann não tem poder preditivo, nem mesmo explicativo, mas se arriscam, por meio dela, a afirmar que a pandemia ainda demorará a passar, pois a atual conjuntura não parece apontar caminhos adequados para a solução dos problemas.

O mesmo tom está presente em **Higieno-nacionalismo, um remédio milagroso contra a pandemia? Populismos, racismos e conspiracionismos em torno da Covid-19**, texto de

Vincent Geisser em tradução de Thainá da Silva Cândido Carungaba (UFF) e revisão de Fabiana Zogbi Lontra da Conceição (UFRGS). Este artigo discute o crescimento de tendências nacionalistas, xenofóbicas e mesmo racistas em todo o mundo, mas sobretudo nas sociedades ocidentais, e a sua potencialização diante da crise sanitária do coronavírus em 2020, estabelecendo um paralelo com as grandes epidemias ao longo da história.

Em **Ginetes em meio à tempestade, animais na valeta: Por que Errata naturae não publicará nenhum livro nos próximos meses**, Rubén Hernández, editor de Errata Naturae, traz à discussão os efeitos da crise sobre o mercado editorial. Em tradução de Nylcéa Thereza de Siqueira Pedra (UFPR) e Rafael Ginane Bezerra (UFPR), revisada por Silvana de Matos Bandeira (UFPel), o texto argumenta que a presente pandemia é um *teste piloto* para as próximas crises, que devem chegar em breve. Após traçar um panorama sombrio acerca das implicações do capitalismo financeiro sobre a dinâmica editorial e destacando o irrefreável endividamento do setor livreiro, o autor levanta a hipótese de ocorrência de recidivas pandêmicas, talvez em função da destruição crescente dos habitats naturais e o afastamento de animais silvestres para perímetros urbanos. Por fim, ele defende que a pausa, agora, é necessária para a reflexão e definição de estratégias para a edificação de uma nova realidade.

Atentando aos problemas de comunicação, mas sob a perspectiva linguística propriamente dita, o texto **Viver com a máscara facial: murmúrio, murmúrio**, de Jürgen Trabant, em tradução de Aroldo Garcia dos Anjos (UFPel) e revisão de Cláudia Fernanda Pavan (UFRGS), analisa como, em tempos de pandemia, o uso da máscara facial modifica nossa capacidade de comunicação e evidencia o quão preciosa é a interação face a face.

Trazendo a discussão para a literatura, o artigo **O amor e o distanciamento social nos tempos da Covid-19: a filosofia e a literatura de pandemias**, de Michael A. Peters, em tradução de Daniel Paiva Vasconcelos (UFJF) e revisão de Liziane Kugland de Souza (UFRGS), aponta para a existência de uma tradição literária e filosófica sobre temas como a peste. Ante a ameaça de contágio, afirma o autor, são possíveis duas emoções negativas opostas: a individualista (no caso, a das pessoas que desconsideram cuidados e a necessidade de isolamento) e o medo profundo de uma morte iminente e dolorosa. A conclusão é que apenas na solidariedade será possível encontrar-se a solução para a humanidade.

Tratando ainda de amor, mas sob outra perspectiva, o artigo **O Ministério das Putas: como a AMMAR articula-se com o Estado durante a pandemia**, de Augustina Paz Frontera e publicado originalmente na revista digital feminista *LatFem*, é aqui apresentado em tradução de equipe vinculada à UNILA (Universidade da Integração Latino-americana) e relata como o

isolamento imposto pela Covid-19 afetou trabalhadoras/es sexuais, tanto argentinas/os/es quanto migrantes. O artigo descreve a atuação da AMMAR, *Asociación de Mujeres Meretrices de Argentina*, na articulação de ações políticas para mitigar os efeitos devastadores da pandemia.

As duas próximas traduções apresentadas, que encerram este número especial, são materiais produzidos pela Organização Mundial da Saúde (World Health Organization) publicados apenas em inglês e francês e que agora são trazidos ao português. O texto **Combatendo a violência contra crianças, mulheres e pessoas idosas durante a pandemia do Covid-19: medidas fundamentais**, publicado no site da organização em 17 de junho de 2020, é aqui apresentado em tradução de Gabriela Cruz de Pinho (UFPel) e revisão de Fabiana Kanan Oliveira (UFRGS) e Andrea Cristiane Kahmann (UFPel). Já o texto **Depois da Covid-19: um manifesto por um mundo mais saudável** apresenta uma série de diretrizes a serem seguidas para a reestruturação social e econômica pós-Covid em tradução de Isabella de Paiva Gonçalves do Carmo (UFPel) e revisão de Dennys Silva-Reis (UFAC).

As organizadoras deste número agradecem imensamente todas as colaborações e à equipe editorial da *Cadernos de Tradução* do Instituto de Letras da UFRGS. Agradecem ainda, de forma muito especial, a todos/as que, mesmo nesses tempos tão caóticos e a impor tantos desafios, aceitaram contribuir como pareceristas, bem como ao colega de Letras e Artes, Lemuel da Cruz Gandara,¹⁹ que gentilmente cedeu os direitos de sua obra *No jardim das ideias* (técnicas mistas, 2014), escolhida para ser a nossa capa. Finalmente, e com muita gratidão, agradecemos a todas as pessoas que, nesses tempos tão difíceis que ainda estamos enfrentando, prestaram solidariedade, promoveram os direitos humanos, entre os que se incluem os direitos linguísticos, e disseminaram informações confiáveis, traduzindo, interpretando, mediando culturas, incluindo e acolhendo.

Desejamos uma boa leitura, saúde e confiança no porvir.

Referências:

AQUIDAUANA NEWS. **Hospital de Aquidauana tem interprete que garante acolhimento de indígenas**. Disponível em: <http://aquidauananewsms.com.br/Publicacao.aspx?id=165254>. Acesso em: 27 mar. 2021.

DOMARADZKI, Spasimir; KHVOSTOVA, Margaryta; PUPOVAC, David. Karel Vasak's Generations of Rights and the Contemporary Human Rights Discourse. **Human Rights Review** [Springer Nature Germany], v. 20, n. 4, p. 423-443, dez. 2019.

¹⁹ O portfólio do artista e seu contato podem ser consultados em: <https://lemuelgandara.com/>

HALLAL, Pedro Curi. SARS-CoV-2 antibody prevalence in Brazil: results from two successive nationwide serological household surveys. **The Lancet**, Global Health 2020, n. 8, p. 1390-1398 [Published Online September 23, 2020].

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 147 p.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 148 p.

IBGE. Estudos especiais do censo demográfico 2010. **O Brasil Indígena: língua falada**. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. **Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2012-2017**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaque_PNAD_continua_2012_2017/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2017.pdf. Acesso em: 10 nov. 2018.

OSOEGAWA, Diego Ken; LISBOA, Gabriel Esperança; NOGUEIRA, Caroline Barbosa Contente. Covid-19 e povos indígenas em contexto urbano: violações aos direitos da saúde indígena e ações autônomas no enfrentamento da pandemia em Manaus. **Revista Culturas Jurídicas**, Niterói (UFF), v. 8, [Ahead of Print], p. 1-32, 2021.

POSETTI, Julie; BONTCHEVA, Kalina. **Desinfodemic: deciphering COVID-19 disinformation**. Disponível em: https://en.unesco.org/sites/default/files/desinfodemic_deciphering_covid19_disinformation.pdf. Acesso em: 27 mar. 2021.

PROCURADORES falam ‘Fique em casa’ em 14 línguas indígenas para alertar índios de MT sobre prevenção à Covid-19 (veja vídeo). **G1**, 15 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/04/15/procuradores-falam-fique-em-casa-em-14-linguas-indigenas-para-alertar-indios-de-mt-sobre-prevencao-a-covid-19-veja-video.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 709 - Distrito Federal**. Relator: Ministro Luis Roberto Barroso. Íntegra da decisão de 21 de outubro de 2020. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/adpf709.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

TRANSLATORS WITHOUT BORDERS [Tradutores/as Sem Fronteiras]. Disponível em: <https://translatorswithoutborders.org/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION [ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE]. **Covid-19 Vaccines**. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/covid-19-vaccines>. Acesso em: 20 mar. 2021.

La traducción en los tiempos del virus: estudio de caso sobre una actividad profesional *pro bono*, sus dificultades y lecciones

Translation In Times of COVID: case study on a pro bono professional activity, its difficulties and lessons

A tradução nos tempos do vírus: estudo de caso sobre uma atividade profissional *pro bono*, suas dificuldades e lições

Catalina Iliescu-Gheorghiu¹

Resumen: En los momentos de profunda crisis sanitaria, social, económica y política que España y el mundo entero atravesaban, la Universidad de Alicante, a través de sus voluntarios, ayudó a paliar los efectos devastadores que se cernían sobre el segmento más vulnerable de la sociedad en esta pandemia: las personas mayores. Traductores, lingüistas, profesores, estudiantes y egresados del Grado en Traducción e Interpretación entendimos que la sociedad necesitaba nuestro conocimiento y pericia, por lo que nos pusimos a disposición del Ayuntamiento de Alicante y de varias ONGs e instituciones para colaborar traduciendo documentos de máxima urgencia en la prevención de contagios, facilitando el conocimiento exacto de las instrucciones transmitidas por las autoridades sanitarias, subtítulos y locutando material audiovisual imprescindible para toda la población extranjera residente en la región y sobre todo para aquellos segmentos más vulnerables o en riesgo de exclusión. A través de asociaciones sin ánimo de lucro, se canalizaron y publicaron estas traducciones que eran posteriormente recogidas por los Ayuntamientos de localidades de la provincia para una urgente y amplia difusión, contrarrestando así la circulación de bulos y falsas noticias. Los destinatarios de estas traducciones no eran solo las personas mayores o con movilidad reducida, sino también sus cuidadores, a menudo pertenecientes a colectivos migrantes a quienes se les pidió ampliar su horario de atención en el domicilio o incluso una presencia continuada en los aislamientos por casos leves. La conjunción del trabajo de gerontólogos y traductores mejoró las condiciones de vida de algunos mayores durante esta emergencia, pero sin duda, habrá que hacerlo regularmente, con las medidas adecuadas, de aquí en adelante.

Palabras clave: traducción pro bono; pandemia; situación de emergencia; vulnerabilidad; multilingüismo.

Abstract: At that hour of profound social, economic, political and health care crisis, that Spain and the entire world faced, the University of Alicante, through its volunteers, helped to palliate the devastating effects suffered by the most vulnerable sector of society in this pandemic: elderly people. Translators, linguists, professors, students and graduates in T&I understood that the society needed their knowledge and expertise, and offered to help institutions translating urgent documents to prevent contagion and to provide exact awareness of instructions given by the health authorities, subtitling and dubbing audiovisual material of vital importance to foreign population living in the region, especially those risking exclusion. Non-profit associations channelled and published those translations which were distributed by Town Halls throughout the whole province trying to counter for the fake news and rumours. The addressees were not just elderly residents but also citizens with low mobility and their caretakers, very often migrants themselves, who had to work round the clock or stay isolated with their patients. The joint work of gerontologists and translators improved the conditions of these sectors of society this time, but adequate measures are needed in order to do this on a regular basis.

Keywords: pro bono translation; pandemics: emergency context; vulnerability; multilingualism.

¹ Doctora, Departamento de Traducción e Interpretación, Universidad de Alicante (UA), iliescu@ua.es

Resumo: Nos momentos de profunda crise sanitária, social, econômica e política que a Espanha e o mundo inteiro atravessavam, a Universidad de Alicante, através de seus voluntários, ajudou a atenuar os efeitos devastadores que espreitavam o segmento mais vulnerável da sociedade em meio à pandemia: as pessoas de idade avançada. Tradutores, linguistas, professores, estudantes e egressos do Curso de Tradução e Interpretação entendemos que a sociedade necessitava nosso conhecimento e experiência, e assim nos colocamos à disposição do *Ayuntamiento de Alicante* [administração municipal] e de várias ONGs e instituições a fim de colaborar por meio da tradução de documentos de máxima urgência para a prevenção de contágios, facilitando o conhecimento exato das instruções transmitidas pelas autoridades sanitárias. Realizamos também legendação e locução de material audiovisual imprescindível para toda a população estrangeira residente na região e sobretudo para aqueles segmentos mais vulneráveis ou com risco de exclusão. Através de associações sem fins lucrativos, foram canalizadas e publicadas essas traduções que posteriormente foram reunidas pelos diversos *Ayuntamientos* locais para uma urgente e ampla difusão, buscando, assim, combater a circulação de rumores e *fake news*. Os destinatários dessas traduções não foram apenas as pessoas idosas ou com mobilidade reduzida, mas também seus cuidadores, frequentemente pertencentes a grupos migrantes e aos que se solicitou a ampliação da jornada nos cuidados domiciliares ou mesmo a presença constante nos isolamentos por casos leves. A conjunção de trabalho entre gerontólogos e tradutores melhorou as condições de vida de algumas pessoas idosas durante esta crise, mas, sem dúvida é preciso fazê-lo regularmente e com medidas adequadas daqui para diante.

Palavras chave: tradução *pro bono*; pandemia; situação de emergência; vulnerabilidade; multilinguismo.

1. Introducción

En España, con un 10% (5 millones) de su población procedente de otros países, la Provincia de Alicante suma un 20% de extranjeros (356 000 de un total de 2 millones). Alicante pertenece a la Comunidad Autónoma Valenciana, cuyos 650 000 (de un total de 5 millones) de habitantes procedentes de otros países representan un 15%, muchos de ellos jubilados y, en numerosos casos, con un restringido conocimiento de lengua castellana o valenciana. En la Provincia de Alicante, los más numerosos son los británicos (70 000), seguidos de marroquíes (45 000) y de rumanos (25 000). Según el mapa² mundial de la Universidad Johns Hopkins de Baltimore, divulgado por BBC y accedido por la autora por última vez a 26 de agosto de 2020, España ha tenido un total de 28 971 muertes, de unos 412 553 contagios con un índice de mortalidad de 61,9. Un 68,38 % del total notificado oficialmente por el Ministerio de Sanidad español (28 971) han sido muertes en residencias de ancianos (19 811) según informa el portal de Radio y Televisión Española,³ con datos de 26 de agosto de 2020. Hasta esa fecha, en la

² Conforme: BBC. **Coronavirus:** el mapa que muestra el número de infectados y muertos en el mundo por covid-19. Fecha de publicación: 2 mar 2020. Disponible en: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-51705060>. Último acceso: 26 ago. 2020.

³ RTVE [Radio y Televisión Española]. **Coronavirus** - radiografía del coronavirus en residencias de ancianos: más de 24.800 muertos con COVID-19 o síntomas compatibles. Disponible en: <https://www.rtve.es/noticias/20210207/radiografia-del-coronavirus-residencias-ancianos-espana/2011609.shtml>. Último acceso: 26 ago. 2020.

Comunidad Valenciana se han registrado 566 fallecimientos en residencias de ancianos del total de 1454 muertes.

En una de las etapas más aciagas de nuestra historia reciente, algunos estudiantes y profesores de la Universidad de Alicante (España) hemos decidido ayudar a combatir la *COVID-19* con lo que mejor sabemos hacer: traducir, cada uno desde el universo de su habitación, desde donde seguíamos el rumbo del mundo, la lucha contra la enfermedad, la admirable abnegación de quienes ya no llegaban a dormir, haciendo turnos dobles, triples, para salvar vidas o para salvar a algunos de sí mismos. ¿Qué podían hacer un puñado de traductores en este exilio general? ¡Mucho! Podíamos ayudar a una mejor comprensión de las instrucciones que daban las autoridades civiles y sanitarias, podíamos poner en contacto a voluntarios y servicios que los necesitaban, podíamos deslizar entre dos noticias espeluznantes un comprimido de poesía escrita en una lengua desconocida desde un rincón lejano de este planeta, unido por la pandemia, pero desigual en recursos y mecanismos para afrontarla.

2. Una experiencia multilingüe y multimodal

La situación de alerta sanitaria ante la pandemia generaba en la primavera europea de 2020 una crisis global que jamás se había conocido. En esas circunstancias, como sucede en toda emergencia, surgieron iniciativas solidarias volcadas en los colectivos más vulnerables, intentando aliviar el impacto de las extremas y complejas circunstancias. En el caso concreto de la Universidad de Alicante (UA), la comunidad universitaria, como parte intrínseca de la sociedad que le brinda los medios al tiempo que se nutre de su saber, está llamada a participar en experiencias solidarias que demuestren y refuercen esta simbiosis. Al comienzo de la pandemia se articuló el Programa de Voluntariado de Emergencia Social Colectiva de la Universidad de Alicante, con media docena de líneas de actuación, entre las cuales, la denominada “traducción escrita y oral” que he tenido el honor de coordinar durante la cuarentena.

2.1. ¿Cómo empezó?

El lunes 16 de marzo, primer día laborable de confinamiento en España, la Fundación Pilares redactó y publicó unas recomendaciones sanitarias para Cuidadoras y Personas Adultas Mayores. Con el fin de atender las necesidades que pudiera tener la población destinataria del Proyecto Cuidamos Contigo en esta situación de alarma sanitaria, y sabiendo que una gran parte

de ella la forman personas extranjeras, surgió la urgencia de tener estas recomendaciones traducidas a varias lenguas. Un grupo de voluntarios (estudiantes, egresados y profesores) tradujimos este documento de vital importancia con máxima celeridad para que las recomendaciones pudieran ser leídas en estas once lenguas, además del castellano: alemán, árabe, chino, francés, inglés, italiano, neerlandés, rumano, ruso, ucraniano y valenciano, que se pueden consultar en: <https://www.fundacionpilares.org/noticias/200313-prevencion-covid19.php/>.

La profesora de la UA Clarisa Ramos, delegada regional de la Fundación Pilares para la Autonomía Personal, coordina las acciones del Proyecto Cuidamos Contigo enfocado a personas mayores y en situación de dependencia de la zona. La Fundación Pilares desarrolla sus actividades en la totalidad del territorio español y en ámbito internacional, especialmente iberoamericano. Su fin es contribuir a la construcción y difusión de conocimiento, proponiendo modelos y actuaciones colaborativas que promuevan la dignidad de las personas más vulnerables y la transformación de la sociedad. Como objetivo principal, Pilares se propone favorecer que las personas continúen viviendo y participando de su entorno, facilitando los apoyos necesarios para hacerlo posible, desde el marco del Modelo de Atención Integral y Centrada en la Persona (AICP), el enfoque comunitario y el trabajo en red. Cuidar de una persona en situación de dependencia y/o con discapacidad plantea situaciones imprevistas y cambios en nuestra manera de ver la realidad e intervenir en ella. Pilares propone un modelo de atención respetuoso con la dignidad y los derechos de estas personas, cada una, singular en sus necesidades, tipo de vivienda, o situación familiar. El trabajo del intérprete, sobre todo el intérprete en los servicios públicos, tiene mucho en común con el del trabajador social. Ambas profesiones son vocacionales, con una manera comprometida e inclusiva de concebir la sociedad y los servicios de y hacia ella. Quienes imparten docencia en estas especialidades, suelen ser también profesionales con una fuerte presencia ciudadana, inculcando a sus estudiantes valores como la dignidad, autonomía, participación, justicia, solidaridad, responsabilidad.

2.2. Los materiales

Los materiales que se nos encargaban (para su traducción a unas 8-12 lenguas) eran diversos: recomendaciones de la OMS dirigidas a personas mayores para evitar el contagio (las cuales contenían texto acompañado de infografías), recomendaciones del Ministerio de Sanidad para sobrellevar el duelo, una Declaración de la Fundación Pilares en favor de un necesario

cambio en el modelo de cuidados de larga duración de España, varias encuestas a población mayor sobre su grado de dependencia. Por otra parte, subtitulamos material audiovisual elaborado por la Fundación Pilares que contenía ejercicios físicos para personas mayores en confinamiento. Además de las personas mayores extranjeras, sus cuidadoras a menudo son migrantes, por lo que tradujimos también recomendaciones para cuidadoras extranjeras de personas mayores o con dependencia e instrucciones para personas con casos leves en aislamiento domiciliario emitidas por el Ministerio de Sanidad. Esas recomendaciones tuvieron que ser locutadas, ya que se pensó en las personas con dificultad de visión o personas procedentes de culturas orales más acostumbradas a la interacción verbal, o incluso personas hablantes de lenguas no mayoritarias de un territorio o estado determinado.

Varios de los documentos traducidos contenían instrucciones e informaciones enfocadas a la reducción del riesgo de violencia de género. Preparados por la Concejalía de Igualdad, estos documentos fueron traducidos con máxima urgencia por su carácter sensible. Según Mora Castro et al. (2018, p. 109), el “duelo migratorio” comporta riesgos para la salud psíquica del migrante. Y más:

Ciertamente, el abandono de los lugares de origen, la separación de los seres queridos, la denegación de los derechos básicos, el desarraigo, los sentimientos de soledad y de aislamiento social, la autopercepción de despersonalización y de anonimato, la precaria situación legal, las diferencias idiomáticas, las expectativas truncadas o la ausencia de perspectivas, son factores que provocan trastornos psicológicos y enfermedades mentales. (MORA CASTRO *et al.*, 2018, p. 109)

Además, puede desembocar en violencia de género, con el agravante de la dependencia emocional y económica hacia el agresor, el desconocimiento de la legislación española y de los recursos existentes o la dificultad de acceder a ellos, según señalan Irazu y Arnos citados en Mora Castro et al (2018). En 2015, un 34,2% de las mujeres que sufrían violencia de género en España eran extranjeras, es decir, una de cada tres, el fenómeno manteniendo una elevada y casi constante proporción entre los años 2011-2015. La campaña informativa que la Concejalía de Igualdad del Ayuntamiento de Alicante nos encomendó para su traducción a 12 lenguas, incluía un video de sensibilización titulado *No estás sola* que tradujimos para su rotulación. Cabría destacar aquí los documentos de recomendaciones en caso de pérdida de un familiar por la COVID-19, que, como sabemos, acarrea un duelo frustrado, una carga emocional añadida frente a una situación de final de vida (que ya en condiciones normales es dolorosa, pero que en el caso de la COVID-19 viene acompañada de soledad, aislamiento, imposibilidad de

despedida, incumplimiento de la tradición del velatorio y sepelio colectivo, etc.). En estos últimos años, las mentalidades han cambiado en cuanto a la información que se suministra al paciente sobre su diagnóstico y a cómo se trata el duelo (BREA FRANCO, 2018). Una buena información permite al enfermo colaborar mejor en los tratamientos. Existen guías para el personal sanitario (PAYÁS, 2010), pero las dificultades sobre el suministro de información incrementan en el caso de pacientes extranjeros. Anunciar un éxito quirúrgico o una curación siempre es agradable para el profesional, pero informar de un fracaso, una recidiva o una progresión irreversible siempre es difícil (ARRANZ, 2003; GÓMEZ SANCHO, 1998; WORDEN, 2010), por lo que, si sumamos las barreras culturales e idiomáticas, obtenemos un cuadro muy exigente (con el emite y con el receptor) en términos emocionales. Los intérpretes tienen un papel esencial en situaciones como malas noticias, sedaciones, situación de últimos días (SUD), desastres naturales, catástrofes, para las cuales no se les prepara habitualmente en la carrera. Existen estudios sobre la diferencia que puede suponer una buena interpretación y las consecuencias de errores en situaciones extremas (MARTIN, 2002; VALERO, 2006), donde cobra especial importancia la escucha activa, la validación y apoyo emocional y la empatía, aunque son escasos los estudios de campo sobre estos contextos.

2.3. Los traductores

El balance positivo de esta experiencia se debe a una labor conjunta y concienzuda en la que prevalecía nuestro fin común: luchar contra la propagación de la enfermedad. Dentro de este engranaje, un papel esencial lo desempeñó la amplia experiencia que tenían como traductores/revisores los profesores implicados⁴, en su mayoría del Departamento de Traducción e Interpretación, o del grupo de investigación INCOGNITO (Interculturalidad, Cognición, Interpretación, Traducción y Organización de la interacción comunicativa), así como la solidaridad y el deseo de ayudar que han mostrado los egresados⁵ y los actuales estudiantes⁶ del Grado en Traducción e Interpretación de la Universidad de Alicante.

⁴ Khaled Omran, Cynthia Giamb Bruno, Anamaria Caramangiu, Yu Chen, Larissa Timofeeva, Florin Galiş, Victor Peña, Elena Serrano, Irene Carratalá, Ivan Martínez, Miguel Tolosa, Pablo Pérez, Delia Prodan y las doctorandas Daria Shchegolkova y Elena Pérez.

⁵ Patricia Lorenzana, Naomi Bleackley, Manuel García, Katia Vorobieva, Amanda de Craecker, Amal Guessous y Barbara Frases.

⁶ Javier Fuertes, Blanca Puche, Adriana Diaconu, Elio Verdú, Paula Sanchis, Sheila Lombardo e Inés Francés.

2.4. Los usuarios

La mayoría de los encargos nos llegaron por parte de la Concejalía de Inmigración, Cooperación y Voluntariado del Ayuntamiento de Alicante, junto con sus oficinas PANGEA de toda la provincia, la Concejalía de Igualdad, la Fundación Pilares para la autonomía personal, la Comisaría de Policía de Alicante y varios grupos de investigación. Para la labor de traducción ha sido fundamental la colaboración con los representantes de cada una de las entidades que encargaron los trabajos, ya sea para facilitar materiales adicionales de donde pudiéramos extraer terminología, conceptos y definiciones, ya sea para explicaciones pertinentes de sus políticas y sus acciones que ayudaron a solventar nuestras dudas traductológicas. La constante comunicación fue fundamental dada la celeridad con la que trabajábamos, la inmediatez de los plazos y el perfil cambiante de la pandemia.

Los usuarios de estas traducciones eran, por un lado, estas entidades y por otro lado, la población a la que daban servicio, en general residentes extranjeros, en algunos casos, con pocos recursos, en otros, de edad avanzada, o con dificultades de acceso a la información, segmentos en riesgo de exclusión, mujeres susceptibles de sufrir violencia de género al haber sido confinadas junto al agresor, cuidadores de personas mayores en sus domicilios que se quedaron en confinamiento o aislamiento con ellas y cuyos conocimientos de castellano eran escasos.

Nuestras traducciones, subtitulaciones y locuciones iban destinadas principalmente a los residentes extranjeros de la Provincia Alicante (con un 20% de su población de origen extranjero) y de la Comunidad Valenciana (con un 15%) y, eran difundidas por las oficinas PANGEA y los ayuntamientos de diversas localidades con altos números de residentes extranjeros, mientras que en el caso de la Fundación Pilares alcanzaban el ámbito nacional. Al estar publicados en la web del Ayuntamiento de Alicante, en el Facebook de ARIPI⁷, (asociación cultural sin ánimo de lucro que trabaja desde 2005 para la integración y el diálogo intercultural, siendo de las más activas en el registro de asociaciones de Alicante), y en la web de la Fundación Pilares respectivamente, los materiales traducidos eran accesibles para toda la población. La intención tanto de las instituciones, como de los propios traductores era que llegaran al mayor número de personas que pudieran necesitarlas. Por ello, una vez entregadas, los traductores nos ocupábamos a título personal de su difusión, haciendo envíos masivos por email y WhatsApp, y dirigiéndolas expresamente a los consulados, sedes sindicales,

⁷ Amigos de Rumania para la Iniciativa y Promoción de Intercambios culturales.

asociaciones, parroquias, enfermeros, médicos y a las personas extranjeras que conocíamos. Por otra parte, al igual que el resto de la sociedad, los traductores hemos funcionado como una red, poniendo en contacto a colegas con usuarios que no tenían ni el tiempo, ni los mecanismos de búsqueda⁸.

2.5. El feed-back

Nuestras traducciones han sido de utilidad a la población extranjera de la zona de maneras diversas: en algunos casos, para entender completa y exactamente información de máxima importancia, en otros, más bien para comprobar y verificar su comprensión inicial en español y hacerles sentirse más seguros, o bien para explicar, incluso mostrar el vídeo con la traducción locutada a personas de otra nacionalidad a las que cuidaban. Una cuidadora de origen rumano, confinada con dos ancianos de los que normalmente cuidaba solo en régimen diurno, nos confesó que, a pesar de conocer el castellano, al tratarse de una información tan exacta, en un momento tan complicado para ella, prefería leerla en su lengua materna, mientras que una empleada doméstica, también de origen rumano, en un hogar de médicos que se exponían diariamente al contagio, tuvo que extremar las precauciones y encontró de gran utilidad aquellas traducciones que, en otro momento habría descartado. También hemos sabido que el colectivo de mujeres georgianas de Alicante, que trabajan en hogares españoles y que tienen dificultades lingüísticas, han podido utilizar las traducciones al ruso, antigua *lingua franca* de la pasada URSS. Asimismo, en Castellón, un miembro de la comunidad rumana nos explicó que las traducciones fueron de ayuda a sus suegros, de avanzada edad y con un reducido conocimiento del castellano, a quienes la pandemia ha sorprendido en España, visitando a la familia. Uno de los traductores (miembro de una asociación de migrantes) nos confirmó que por medio de su asociación, le había llegado información sobre la COVID-19 traducida al árabe por él mismo.

2.6. Ecos en los medios de comunicación

Esta iniciativa de profesores y estudiantes de Traducción e Interpretación de la Universidad de Alicante fue ampliamente difundida por los medios de comunicación. La propia

⁸ Por ejemplo, en los primeros días de la cuarentena, una profesora de la Facultad de Medicina de la vecina Universidad Miguel Hernández, nos comunicó que en uno de los hospitales de la provincia había un caso grave de COVID-19 de nacionalidad búlgara, que no hablaba español; localizamos a una representante de la comunidad búlgara de Alicante para que realizara la interpretación telefónica con los médicos neumólogos; la inmediatez fue vital.

universidad emitió una nota de prensa que fue recogida por la Agencia EFE, a partir de la cual los diarios más importantes de la región⁹ (*Información, La Vanguardia, Las Provincias*) y otros periódicos locales (*El Obrero, El Periódico de aquí*) dieron amplia cuenta de este voluntariado. Asimismo, la Televisión Nacional de Rumania¹⁰ emitió un reportaje en su telediario TVR1 de máxima audiencia el día 15 de abril. Por su parte, una de las más escuchadas cadenas de radio, SER, emitió una entrevista¹¹ el día 22 de abril en la que se contaban las dificultades y satisfacciones de esta experiencia. Por último, Radio San Vicente¹², una cadena especialmente atenta a las acciones universitarias, se hizo eco de la labor de los traductores durante la COVID-19.

La cobertura mediática no hace sino confirmar que las circunstancias de emergencia nos confrontan con el compromiso cívico que forma parte de la ética universitaria. Como demuestran estos ejemplos, la comunidad académica está al servicio de la sociedad a la que pertenece.

3. Dificultades

Las dificultades con las que nos confrontamos durante la realización de estos encargos se podrían clasificar en tres categorías: a) dificultades traductológicas; b) dificultades tecnológicas; c) dificultades de edición.

⁹ Noticias disponibles en:

<https://web.ua.es/es/actualidad-universitaria/2020/abril2020/13-19/en-la-universidad-de-alicante-hablamos-tu-idioma-voluntariado-idiomatico-para-ayudar-a-cuidadoras-y-personas-mayores.html>. Último acceso: 26 ago. 2020.

<https://www.informacion.es/alicante/2020/04/14/cuidadoras-mayores-extranjeros-acceden-informacion-4704690.html>. Último acceso: 26 ago. 2020.

<https://www.lasprovincias.es/alicante/traductores-interpretes-lanzan-20200413000955-ntvo.html>. Último acceso: 26 ago. 2020.

<https://www.google.es/amp/s/www.lavanguardia.com/vida/20200412/48445853048/traduccion-para-defenderse-del-coronavirus-en-una-decena-de-idiomas.html>. Último acceso: 31 ene. 2021.

<https://elobrero.es/component/k2/46606-traduccion-para-defenderse-del-coronavirus-en-una-decena-de-idiomas.html>. Último acceso: 26 ago. 2020.

<https://www.elperiodicodeaqui.com/epda-noticias/traduccion-para-defenderse-del-coronavirus-en-una-decena-de-idiomas/208382>. Último acceso: 26 ago. 2020.

¹⁰ Noticia disponible en: http://stiri.tvr.ro/romanii-din-spania-dau-o-mana-de-ajutor--un-profesor-de-la-universitatea-alicante-a-tradus-recomandarile-facute-de-ministerului-sanata--ii-din-spania_859824.html. Último acceso: 26 ago. 2020.

¹¹ Entrevista a Catalina Iliescu divulgada en: 22/04/2020. Disponible en: https://cadenaser.com/emisora/2020/04/22/radio_alicante/1587571900_132314.html. Último acceso: 26 ago. 2020.

¹² Entrevista disponible en: <https://www.radiosanvicente.es/noticias/cata-iliescu-traductores-voluntarios-ua-hemos-traducido-recomendaciones-a-8-lenguas-y-las-hemos-locutado/>. Último acceso: 26 ago. 2020.

a) dificultades traductológicas

Dentro de la primera categoría distinguimos entre: dificultades de orden terminológico-conceptual; dificultades de orden cultural; y dificultades de orden “operacional” (en el sentido que TOURY, 1995, le da al término, incluyendo normas tanto matriciales como textuales) o “profesional” (en términos de CHESTERMAN, 1993, refiriéndose a las leyes descriptivas de tipo ético y relacionales entre texto origen y meta, y dejando de lado las basadas en las expectativas del receptor).

En cuanto a las dificultades de orden *terminológico-conceptual*, un ejemplo lo constituye la búsqueda de equivalentes adecuados para los términos “confinamiento” y “aislamiento”, ya que no en todas las lenguas existe la diferenciación. Al principio de la pandemia, cuando asumimos los primeros encargos, el léxico relacionado con la COVID-19 era todavía nuevo y las equivalencias interlingüísticas en plena forja. Una de las dudas fue qué solución ofrecer en aquellas lenguas, que, como el rumano, no habilitaban una palabra para definir “confinamiento”, de ahí que se hablara de aislamiento. Días más tarde, cuando se impuso el aislamiento en casos leves, el rumano optó por el término “cuarentena” para referirse a confinamiento, con las consiguientes complicaciones para los traductores. Asimismo, siglas como “ERTE” (Expediente de Regulación Temporal de Empleo) plantearon dudas sobre su traducción expandida (de cada una de las lexías), o bien su adaptación o sustitución por un equivalente incompleto, tal y como ocurría en el caso del francés o el rumano, donde la solución ofrecida por los gobiernos llevaba el nombre de “*chômage partiel*/desempleo parcial” y “*șomaj tehnic*/desempleo técnico” respectivamente. Otras siglas también fueron problemáticas, como por ejemplo los EPI (Equipamientos de protección individual) que, mientras en francés se mantiene, EPI (*Équipement de protection individuelle*), en rumano cambia a EIP (*Equipament individual de protecție*) y en inglés a PPE (*Personal protection equipment*). En las fases incipientes de la pandemia, el recurso de los traductores fue la consulta en redes sociales y con los amigos nativos confinados en los respectivos países cuyos medios de comunicación estaban acuñando la nueva terminología.

Por otra parte, el sintagma “violencia doméstica”, que en castellano da cabida a la violencia ejercida en el hogar, no solo sobre la mujer, sino también extendida a los hijos y/o a otros miembros de la familia, tiene en francés, por ejemplo, un equivalente más restringido, *violence conjugale*. En el caso del chino, la profesora Yu Chen¹³, tras consultar con

¹³ Entrevista telefónica privada, el 26 ago. 2020.

compatriotas, optó por unificar violencia de género y doméstica hacia esta segunda fórmula, por ser más abarcadora y en consonancia con el uso dentro de China: 家庭暴力.

La traducción al árabe, a cargo del Dr. Khaled Omran, planteó sus propias dificultades relacionadas también con el sintagma العنف الجنسي [violencia de género]. Según relata su autor, [violencia de género] se traduciría literalmente por [violencia de sexo], malsonante en árabe, y, desde el punto de vista traductológico, infeliz ya que *al unfa alyinasi o alyinsí* equivale a violencia sexual, incluso racial, en algunas acepciones, por lo que finalmente opta por العنف المرأة [violencia contra la mujer]. En cuanto al término العنف المنزلي “violencia doméstica”, en el ámbito jurídico de muchos países árabes, explica el profesor Omran¹⁴, se utiliza العنف الأسري [violencia familiar], ya que, según la ley, se incluye a la mujer como esposa, a las hijas mayores de edad (especialmente en caso de matrimonio forzoso) y a los niños. Es un término que también incluye a las parejas de hecho en el caso de la población árabe residente en Europa.

En lo que respecta las diferencias de orden *cultural*, un ejemplo interesante lo constituye la variedad de decisiones en cuanto a si el nombre de la institución (a la que las mujeres víctimas de violencia doméstica debían acudir), se mantendría en su forma original, extranjerizando el texto meta para su fácil identificación/pronunciación por una persona extranjera, o, al contrario, se traduciría y, por tanto naturalizaría para que las usuarias comprendieran exactamente qué tipo de entidad era la que ofrecía protección. De este modo, además de las opciones extranjerizante y naturalizante (FR: Concejalía de Igualdad; EN: *Department of Equality*), nos encontramos con el nombre original acompañado de la traducción literal al rumano, o, en el caso del chino, con la traducción literal que coincide con el término usado en Hong Kong (RO: Concejalía de Igualdad (*Consiliul pentru Egalitate*); CHN: 平等机会委员会).

De índole cultural es también el ejemplo proporcionado por la traducción al árabe de los términos “denuncia” y “orden de alejamiento”. Según Omran, una denuncia شكاوى - شكاية (con su posible orden de alejamiento posterior, dictada por un juez y denominada en Túnez y Marruecos “orden de mantener la distancia”) أمر المحافظة على بعد المسافة, solo se produce tras otros dos pasos preliminares e inevitables que la mujer maltratada debe dar: el primero supone tratar el caso de violencia dentro del núcleo familiar (la mujer debe recurrir a su propia familia o a la del marido) y el segundo implica a la autoridad moral, generalmente representada por la mezquita. Si estas dos instancias no resuelven, la mujer recurrirá a las autoridades oficiales, policía y juzgados. Se trata de términos complejos que requieren el conocimiento del contexto

¹⁴ Entrevista telefónica privada, el 26 ago. 2020.

sociocultural y la comprensión de toda una sociedad y su manera de funcionar para cubrir su dimensión lingüística y jurídica.

Por último, las dificultades *operacionales* han sido sobre todo de índole ética (en la clasificación de Chesterman), ya que, en algunos casos, la elección léxico-semántica del texto original permitía más de una interpretación. Al tratarse de documentos de contenido sensible (como por ejemplo la campaña de protección ante la violencia de género) dirigida sobre todo a las mujeres confinadas junto a sus agresores, hemos optado por consultar el exacto matiz semántico que se otorgaba a la palabra “defenderse”, es decir si su significado era de “protegerse” o realmente de “defenderse”. A su vez, la trabajadora social que nos encargó la traducción consultó con la Unidad de Violencia de la Concejalía de Igualdad y nos confirmó la primera acepción. Esta duda surgió de la traducción realizada hacia el inglés por dos alumnas del Grado de Traducción e Interpretación, quienes tradujeron la palabra “defiéndete”, esencial en la siguiente recomendación, por *fight back*: “No te arriesgues, pero que el temor no te anule. Si te agrede, huye, y, si no es posible, defiéndete, grita y pide ayuda”.

Los traductores *senior* habíamos optado, obviamente, por la forma verbal *protegerse* debido a una norma operacional de índole ética que se activó en cuanto nos imaginamos la situación a la que aludía el enunciado, que se transcribe a seguir en francés, rumano e inglés, respectivamente:

Ne prenez aucun risque, mais ne laissez pas la peur vous envahir. Si vous êtes agressée, fuyez, et s'il n'est pas possible, protégez-vous, criez et demandez de l'aide.

Nu vă asumați riscuri, dar nu lăsați teama să vă depășească. Dacă vă atacă, fugiți și dacă nu este posibil, protejați-vă, strigați și cereți ajutor.

Do not put yourself at risk, but do not let fear tear you apart. If you are being abused, run away. If it is not possible for you, then protect yourself, scream and ask for help.

Sin embargo, a los traductores en formación les ocurre a menudo dejarse absorber por el texto, por sus palabras, y perder de vista la situación descrita por ellas, por lo que una de las competencias en la que insistimos los profesores es la conjugación de la búsqueda del término más adecuado con la correcta interpretación y la realista visualización de aquello que leemos.

b) dificultades tecnológicas

Dentro de las dificultades tecnológicas se podrían también distinguir varias subcategorías: de hardware, de envío o de soporte web. Por un lado, algunos de nuestros egresados con

domicilios distantes (impidiendo cualquier ayuda o préstamo de material informático) se vieron ante la imposibilidad de utilizar el ordenador, averiado durante la cuarentena, teniendo que recurrir al teléfono móvil para realizar y entregar las traducciones. Esta situación se vuelve tanto más complicada cuando la lengua meta es el árabe, cuyo sentido de la escritura/lectura es de derecha a izquierda (RTL por sus iniciales en inglés). En el caso de los materiales que tuvimos que subtítular, los problemas tecnológicos surgieron, por un lado, en el formato de los materiales audiovisuales en los que se debían insertar los subtítulos, y por otro lado, en los envíos y descargas de paquetes de gran tamaño desde plataformas de internet o por correo electrónico cuando los empleados del Ayuntamiento teletrabajaban y no todos tenían en su casa buena conexión y un equipo que respondiera adecuadamente. Por último, las traducciones locutadas en video de los documentos que contenían instrucciones del Ministerio de Sanidad se realizaron con el teléfono móvil por parte de cada traductor, enseñando a la cámara la infografía, desplazándola a medida que avanzaba el texto y escuchándose en off la voz del traductor explicando las recomendaciones en la lengua meta. Estos videos se preveía que fueran publicados en la página web del Ayuntamiento de Alicante. Sin embargo, al no existir un sitio habilitado para ello que soportara los videos en tantos idiomas, y dada la necesidad urgente de difusión del material (a veces en cuestión de horas) se optó por una solución intermedia: publicar los vídeos en el Facebook de la Asociación ARIPI de donde posteriormente, en forma de enlace, las instituciones lo recogían y difundían.

c) dificultades de edición

Finalmente, hubo varias dificultades relacionadas con la edición de las traducciones que debíamos entregar. Una de ellas fue la de reproducir marcos y formatos de documentos que nos llegaban en PDF. Al hecho de que no todos los traductores tenían instaladas aplicaciones que permitieran editar esos formatos o no tenían los conocimientos informáticos suficientes para hacerlo, se añadía la cuestión de los caracteres distintos (ruso, ucraniano, chino, árabe) y, sobre todo, de la disposición en página del texto, como en el caso del árabe. Por otra parte, algunas de las lenguas necesitaban más espacio que el español para explicar con claridad la información y reproducir de manera inteligible las recomendaciones ministeriales, por lo que el formato inicial inevitablemente sufría modificaciones y más de una vez los traductores tuvieron que ingeniárselas para no rebasar el número de páginas del original. En este sentido, una dificultad añadida fue la que presentaban las infografías, por lo que una de las estudiantes se ofreció a reproducirlas insertando los textos explicativos en cada una de las lenguas en las que surgían problemas.

Para concluir, cabe reflexionar sobre todas estas dificultades en clave pandémica, ya que estas traducciones no se hicieron en condiciones habituales, sino bajo una serie de estresores, como pueden ser el plazo apremiante de entrega (de lo contrario, el efecto de la campaña informativa y de sensibilización podría haberse visto mermado) y la ausencia de revisores, quienes habrían mejorado las entregas, incluso en el caso de los traductores experimentados, cuya dedicación fue extraordinaria, a pesar de las condiciones lejos de óptimas, dada la presión temporal y las cargas externas concomitantes (docencia on-line que triplicaba los tiempos de preparación, corrección e incluso impartición de clases; presencia de niños de edad temprana en casa que requerían atención continuada; mayores en situación de dependencia, etc). La falta de tiempo y el carácter urgente de estos encargos de traducción imposibilitó organizar unas sesiones de *briefing* en las que se unificaran criterios y se consensuaran normas preliminares y operacionales, así como el consiguiente *debriefing* en el que los traductores pudieran explicar sus dudas y extraer conclusiones del proceso.

4. Lecciones extraídas de esta experiencia de voluntariado

En primer lugar, ha quedado patente durante la pandemia la necesidad de dotar con traductores e intérpretes profesionales las plantillas de las instituciones que dan servicio a residentes extranjeros en territorio español. Dado que una gran parte de esta población está compuesta por personas mayores, jubiladas, con conocimientos limitados de la lengua mayoritaria y que requieren atención médica, social y administrativa y dado que otro numeroso sector es el de los migrantes de tipo laboral de países africanos, europeos del este y asiáticos, la presencia de intérpretes en las instituciones prestatarias de estos servicios es fundamental. Según muestra Ordóñez (2018, p. 522), Alicante es desde hace ya varios años la provincia donde porcentualmente más viviendas son adquiridas por ciudadanos extranjeros, ya que en el año 2017, las comunidades autónomas con mayor peso en la compra de vivienda por parte de extranjeros eran, de acuerdo con la Estadística Registral Inmobiliaria: Canarias (31,35%), Baleares (31,27%), Comunidad Valenciana (26,04%), Murcia (18,77%), Andalucía (13,84%) y Cataluña (12,94%), mientras que los datos por provincias arrojaban la cifra más alta en Alicante (40,76%) seguida de Tenerife (40,72%), Baleares (31,27%), Girona (30,74%), Málaga (29,64%), Las Palmas (22,33%), Murcia (18,77%), Almería (16,87%), Tarragona (14,45%) y Castellón (14,06%).

Si miramos los datos de escolarización en la Provincia de Alicante, vemos una diferencia (el 36% de los estudiantes procede de un país de la Unión Europea, frente a cerca del 45% que

suponen los extranjeros comunitarios en el total de población extranjera), que solo se puede adscribir al hecho de que, de acuerdo con Ordóñez:

[...] esta infrarrepresentación en el ámbito escolar se debe a su estructura por edades, puesto que en este grupo se encuentran las personas mayores que han elegido la costa alicantina como lugar de residencia (británicos, alemanes, belgas, noruegos, holandeses, rusos, suizos, daneses, finlandeses o suecos) que, suponen el 37% de la población asentada en la provincia de Alicante en el año 2015. (ORDÓÑEZ, 2018, p. 524)

Durante la pandemia se vio esta necesidad inmanente e intrínseca en la propia configuración multilingüe y multicultural de nuestras sociedades actuales. En este caso, el grupo de voluntarios de la Universidad de Alicante pudimos ayudar a paliar los efectos devastadores de la pandemia en un segmento poblacional cada vez más numeroso: el de personas extranjeras, y, especialmente, el de personas extranjeras de edad avanzada, pero la solución a esta carencia ha de ser una a largo plazo y sustentada por los recursos materiales y humanos adecuados. En este sentido, el grupo de investigación INCOGNITO junto con responsables del ayuntamiento en cuestiones de integración, presentó sin éxito ante el gobierno autonómico¹⁵ una propuesta de estudio de necesidades en la Provincia de Alicante, la cual pretendía ocuparse de la población extranjera en general y de la mayor en particular, su descripción por zonas, sus necesidades de comunicación, situación precrisis, grado y vías de acceso a la información vital en sus propias lenguas durante la crisis, carencias, y posibles soluciones para paliarlas.

5. Un reto personal

Otra de las iniciativas propiciadas por el confinamiento, en este caso de índole personal, fue la creación de un sitio web <https://cuentacuarentenas.aripi.es> dedicado al acompañamiento, a través de la literatura y la traducción, de niños y personas mayores, quienes sufrieron especialmente las carencias de comunicación humana directa durante la crisis. El proyecto nace con dos objetivos: por un lado, pretende ser un modesto homenaje a lo que Homi Bhabha (1994) denominaba “tercer espacio”, una zona en la que los seres diaspóricos existen más allá de las identidades nacionales simplificadas, encorsetadas en límites geográficos y marcadores

¹⁵ Pliego para la realización de un contrato menor referente a los trabajos de elaboración de un estudio técnico, analítico y propositivo, sobre los sistemas de planificación y gestión de las urgencias sociales y las emergencias sociales y sociosanitarias en el ámbito de los servicios sociales, y del modelo aplicable a la Comunitat Valenciana.

culturales prefijados. En este sentido, *Cuentacuarentenas* es un espacio de diálogo intercultural, de convivencia en los valores de cada cultura, de respeto hacia todas las lenguas, un espacio dinámico y abierto para contar y escuchar cuentos, aprendiendo a ser niños de nuevo. Por otra parte, es un espacio que pretende conjugar la literatura infantil y la traducción, contando con traducciones realizadas por once voluntarios y locuciones de los 115 cuentos en once lenguas a las que se une la Lengua de Signos Catalana. Ulteriormente se añadió una sección de relatos adultos, dado el interés que mostraron varios autores contemporáneos¹⁶ por este sitio web. Pensado para entretener activamente a los niños durante el confinamiento, *Cuentacuarentenas* propone actividades para los pequeños (láminas para colorear, unir los puntos) y para no tan pequeños (puzles y sopas de letras). Una contribución esencial es la de la artista plástica Teresa Pérez, autora de los dibujos que ilustran los cuentos.

6. La importancia de la traducción en la crisis del coronavirus

Obviamente, en esta crisis nuestra atención se concentra y debe concentrarse en las profesiones médico-sanitarias de todas las categorías y especialidades que están dando generosamente a la sociedad su esfuerzo, su conocimiento, su solidaridad y desgraciadamente, su salud o incluso su vida por salvar otras. También el foco recae en la investigación científica relacionada con las áreas de conocimiento que proporcionan fármacos y vacunas, tecnología de primera línea para esta emergencia de proporciones abismales. Pero no hay que perder de vista las profesiones que se ocupan del lado psico-social y comunicativo de esta grave situación. En esta categoría entramos los traductores e intérpretes. Nuestro papel es más discreto, aunque esencial para que todo el engranaje funcione y el resultado final sea salvar a alguien o evitar que alguien enferme, o que alguien sea agredida durante el confinamiento, o simplemente hacer que alguien tenga menos miedo y angustia. Durante el confinamiento los intérpretes solo pudimos prestar nuestros servicios en la modalidad remota, por teléfono o por videoconferencia, aunque, por otra parte, parece haber incrementado la demanda de traducción, locución o subtitulación. Por ejemplo, los científicos de la Sociedad Española de Microbiología han lanzado desde el grupo Docencia y Difusión un concurso de “relatos microscópicos” para dar a conocer su ciencia. Los cuentos ganadores son publicados por la Editorial Hélice y, actualmente, una recién egresada de la UA trabaja en su traducción al inglés.

¹⁶ Catalina Florina Florescu, Antonio Gracia, Dan Lungu, Rosa Montero, Amy Oestreicher, Javier Prieto de Paula, Domnica Radulescu, Dora Sales, Mariano Sánchez Soler, Francesc Sanguino, Mirel Talos y Matei Visniec.

Una vez pasada la crisis habrá que estudiar seriamente la situación de la interpretación (sobre todo la ISP) para determinar qué carencias existen a nivel docente, investigador y profesional. En cuanto a la docencia, sería quizás deseable que se flexibilizaran algunos rígidos marcos para la puesta en marcha de una especialización de posgrado con una formación de corte profesional y con lenguas que la miríada de culturas que conviven en esta zona exige. En el plano profesional, se necesita con urgencia que la profesión sea reconocida y no invisibilizada o difuminada en categorías profesionales que no reflejan ni la actividad ni la formación de un intérprete. Por último, en la investigación, es imprescindible que se financien proyectos de I+D en esta área, que nos permitan avanzar, realizar estudios de campo, mejorar nuestras herramientas, transferir a la sociedad aquel conocimiento y know-how que necesita y que, en situaciones de crisis, se evidencia por su presencia o ausencia.

Referencias

ARRANZ, Pilar *et al.* **Intervención emocional en cuidados paliativos**. Madrid: Ariel, 2003.

BBC. **Coronavirus**: el mapa que muestra el número de infectados y muertos en el mundo por covid-19. Fecha de publicación: 2 mar. 2020. Disponible en:
<https://www.bbc.com/mundo/noticias-51705060>. Último acceso: 26 ago. 2020.

BHABHA, Homi K. **The Location of Culture**. Londres y Nueva York: Routledge, 1994.

BREA FRANCO, Rosa Mariana. **Comprensión del duelo en el siglo XXI: nuevas perspectivas**. Málaga: Rubeo, 2018.

BURGOS, Rafa. Traducciones para defenderse del coronavirus en una decena de idiomas. **El periódico de aquí**. Fecha de publicación: 12 abr. 2020. Disponible en:
<https://www.elperiodicodeaqui.com/epda-noticias/traduccion-para-defenderse-del-coronavirus-en-una-decena-de-idiom-208382>. Último acceso: 26 ago. 2020.

_____. Traducciones para defenderse del coronavirus en una decena de idiomas. **El obrero: defensor de los trabajadores**. Fecha de publicación: 12 abr. 2020. Disponible en:
<https://elobrero.es/component/k2/46606-traduccion-para-defenderse-del-coronavirus-en-una-decena-de-idiom.html>. Último acceso: 26 ago. 2020.

_____. Traducciones para defenderse del coronavirus en una decena de idiomas. **La Vanguardia**. Fecha de publicación: 12/04/2020. Disponible en:
<https://www.lavanguardia.com/vida/20200412/48445853048/traduccion-para-defenderse-del-coronavirus-en-una-decena-de-idiom.html>. Último acceso: 26 ago. 2020.

CHESTERMAN, Andrew. "From 'is' to 'Ought': Laws, Norms and Strategies in Translation studies." **Target**, Amsterdam, v. 5, n. 1, pp. 1-20, ene. 1993.

DOBRESCU, Oană. **Românii din Spania dau o mână de ajutor**. Un profesor de la Universitatea Alicante a tradus recomandările făcute de Ministerul Sănătății din Spania. Televiziunea Română. Fecha de publicación: 16 abr. 2020. Disponible en: http://stiri.tvr.ro/romanii-din-spania-dau-o-mana-de-ajutor--un-profesor-de-la-universitatea-alicante-a-tradus-recomandarile-facute-de-ministerului-sanata--ii-din-spania_859824.html. Último acceso: 26 ago. 2020.

FUNDACIÓN PILARES. Prevención del coronavirus. Fecha de publicación: 13 mar. 2020. Disponible en: <https://www.fundacionpilares.org/noticias/200313-prevencion-covid19.php/>. Último acceso: 26 ago. 2020.

GÓMEZ SANCHO, Marcos. **Cómo dar las malas noticias en medicina**. Madrid: Arán Ediciones, 1998.

INFORMACIÓN. **Cuidadoras y mayores extranjeros acceden a la información del Covid en su idioma**. Disponible en: <https://www.informacion.es/alicante/2020/04/14/cuidadoras-mayores-extranjeros-acceden-informacion-4704690.html>. Último acceso: 26 ago. 2020.

LAS PROVINCIAS. **Traductores e intérpretes lanzan consejos gratuitos en una decena de idiomas**. Disponible en: <https://www.lasprovincias.es/alicante/traductores-interpretes-lanzan-20200413000955-ntvo.html>. Último acceso: 26 ago. 2020.

MARTIN, Anne. La interpretación en el ámbito científico-técnico. En: ALCINA CAUDET, Amparo; GAMERO PÉREZ, Silvia (Eds.). **La traducción científico-técnica y la terminología en la sociedad de la información**. Castellón: Publicacions de la Universitat Jaume I, 2002. p. 107-122.

MORA CASTRO, Albert. *et al.* **Informe jurídico-social sobre la situación de las personas inmigrantes en la Comunidad Valenciana**. Valencia / Generalitat Valenciana: Instituto de Derechos Humanos (UV), 2018. Disponible en: http://www.idhuv.es/wp-content/uploads/2018/03/Informe_immigracio_CV_2018.pdf. Último acceso: 26 ago. 2020.

ORDÓÑEZ GARCÍA, Covadonga. Una aproximación a los efectos económicos y sociales en el sector educativo de los residentes extranjeros. El caso de Alicante. In: MAZÓN, Tomás (Ed.). **Turismo residencial. Nuevos estilos de vida: de turistas a residentes**. Alicante: Publicacions de la Universitat d'Alacant, 2018. p. 517-530. Disponible en: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/83212/1/2018_Ordenez_Turismo-Residencial.pdf. Último acceso: 26 ago. 2020.

PAYÁS, Alba. **Las tareas del duelo: psicoterapia de duelo desde un modelo integrativo-relacional**. Barcelona: Paidós, 2010.

RADIO SAN VICENTE. **Cata Iliescu (traductores voluntarios UA): «Hemos traducido recomendaciones a 8 lenguas y las hemos locutado»** Fecha de publicación: 21 abr. 2020. Disponible en: <https://www.radiosanvicente.es/noticias/cata-iliescu-traductores-voluntarios-ua-hemos-traducido-recomendaciones-a-8-lenguas-y-las-hemos-locutado/>. Último acceso: 26 ago. 2020.

RTVE [Radio y Televisión Española]. **Coronavirus - radiografía del coronavirus en residencias de ancianos: más de 24.800 muertos con COVID-19 o síntomas compatibles**.

Disponible en: <https://www.rtve.es/noticias/20200826/radiografia-del-coronavirus-residencias-ancianos-espana/2011609.shtml>. Último acceso: 26 ago. 2020.

SER. Voluntarios de la Universidad de Alicante traducen a una decena de idiomas recomendaciones sobre el COVID-19 [Entrevista a Catalina Iliescu el 22 abr. 2020].

Disponible en:

https://cadenaser.com/emisora/2020/04/22/radio_alicante/1587571900_132314.html. Último acceso: 26 ago. 2020.

TOURY, Gideon. **Descriptive Translation Studies and beyond**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

UNIVERSIDAD DE ALICANTE. **En la universidad de Alicante hablamos tu idioma: voluntariado idiomático para ayudar a cuidadoras y personas mayores**. Disponible en: <https://web.ua.es/es/actualidad-universitaria/2020/abril2020/13-19/en-la-universidad-de-alicante-hablamos-tu-idioma-voluntariado-idiomatico-para-ayudar-a-cuidadoras-y-personas-mayores.html>. Último acceso: 26 ago. 2020.

VALERO GARCÉS, Carmen. El impacto psicológico y emocional en los intérpretes y traductores de los servicios públicos. Un factor a tener en cuenta. **Quaderns. Revista de traducció**, Barcelona, n. 13, p. 141-154, 2006.

WORDEN, William. **El tratamiento del duelo: Asesoramiento psicológico y terapia** (Psicología Psiquiatría Psicoterapia). Barcelona: Paidós, 2010.

Um projeto de tradução voluntária de materiais informativos relacionados à COVID-19

A project for voluntary translation of informative materials related to COVID-19

Monique Pfau¹

Lucielen Porfírio²

Daniel B. O. Vasconcelos³

Marília Portela⁴

Resumo: O projeto surge no momento em que a sociedade vive a pandemia de coronavírus e o isolamento social. O objetivo é contribuir com a disseminação do conhecimento da pesquisa relacionada à COVID-19 através da formação de tradutores/as no Núcleo de Pesquisa e Extensão em Letras (NUPEL). Deste modo, professores/as e estudantes dos cursos de Letras da Universidade Federal da Bahia traduziram voluntariamente artigos científicos, resumos e informativos relacionados à COVID-19 com o propósito de auxiliar na divulgação nacional e internacional desse material. O intuito principal do projeto foi que tais pesquisas atinjam um maior número de pessoas e, possivelmente, promovam mais informação e mais formas de combater o vírus e (re)organizar a vida social. O projeto trabalhou pelo viés da tradução pedagógica, ou seja, a formação de tradutores/as através de demandas reais (KIRALY, 2005), discussões teóricas, *feedback* e reuniões de formação. Neste artigo, em particular, o objetivo está em relatar a experiência com as traduções realizadas de forma colaborativa: os/as tradutores/as em formação realizaram os trabalhos em duplas com orientação supervisionada dos/das professores/as de Letras. O trabalho de orientação concentrou-se na conscientização de texto e discurso sob uma perspectiva funcionalista (NORD, 2016): função textual, elementos linguísticos e estéticos além de normatizações, tratamento de citações e referências, questões retóricas, trocas de experiências, gerenciamento de tempo etc. Abordamos neste artigo a evolução do trabalho vivido por professores/as e tradutores/as em formação durante a realização do projeto que contemplou institutos de pesquisa e de saúde brasileiros: universidades públicas e privadas, hospitais e órgãos governamentais.

Palavras-chave: Tradução Voluntária; COVID-19; Formação de Tradutores/as; Tradução Colaborativa; Contribuição Social.

Abstract: The project emerges when society goes through the coronavirus pandemic and social isolation. The objective was to contribute with the publishing of COVID-19 research news through the translation training project carried out by the Permanent Center for Extension in Languages (NUPEL). Therefore, professors and students from the Federal University of Bahia (UFBA) voluntarily translated scientific articles, abstracts and information materials related to COVID-19 with the purpose of supporting national and international dissemination of such material. The project's main goal was that such investigations can reach more people and hopefully provide more information and more ways to fight the virus and (re)organize social life. The project worked by means of pedagogical translation, that is, translation training in the context of real-world conditions (KIRALY, 2005), theoretical discussions, feedback and training meetings. In this article, the objective lies in reporting the translation experience,

¹ Doutora em Estudos da Tradução, UFSC, e professora do Instituto de Letras, UFBA (Brasil). moniquepfau@hotmail.com

² Doutora em Língua e Cultura, UFBA, e professora do Instituto de Letras, UFBA (Brasil). lucielenporfirio@hotmail.com

³ Mestre e doutorando em Língua e Cultura, UFBA, e professor do Instituto de Letras, UFBA (Brasil). danvasconcelos@gmail.com

⁴ Bacharel em Direito, PUC-BA, Relações Internacionais, UNEB, e graduanda do curso de Letras, UFBA (Brasil). Tradutora do abstract deste artigo e participante do projeto Tradução voluntária de materiais informativos relacionados à COVID-19, oferecido pelo NUPEL/UFBA. mariliaportela@yahoo.com.br

carried out in a collaborative format: the translation trainees worked in pairs and were supervised by professors of linguistics. The supervision focused on text and discourse awareness under a functionalist perspective (NORD, 2016): text function, linguistic and esthetic elements, in addition to issues of standardization, citation and references, rhetoric, experience exchange, time management, etc. We address here the evolution of the work experienced by professors and translator trainees during the project, which has included Brazilian research and health institutes: public and private universities, hospitals and government agencies.

Keywords: Voluntary Translation, COVID-19, Translators' Training, Collaborative Translation, Social Contribution.

1. Introdução

O novo coronavírus, identificado no final de 2019 na China, logo se espalhou pelo mundo. Batizado de SARS-CoV-2, ele é responsável por uma perigosa e, em muitos sentidos, ainda desconhecida doença, a COVID-19. No dia onze (11) de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de pandemia no mundo e desde então o vírus vem infectando e levando muitas pessoas à morte. De forma inesperada, uma nova realidade nos foi imposta, preocupando populações em vários países, pressionando profissionais e sistemas de saúde e desafiando governos a encontrarem maneiras para lidar com as suas graves consequências.

Neste contexto, a ciência foi convocada a desempenhar o seu papel. Milhares de pesquisas vêm sendo realizadas em todo o mundo e tentam encontrar respostas às dúvidas e incertezas que cercam a doença. O conhecimento que vem sendo rapidamente produzido, nas mais diversas áreas, necessita também ser difundido com igual celeridade. O resultado de um estudo realizado na China, por exemplo, pode ajudar uma pesquisa em algum país da Europa, África ou América Latina. As descobertas alcançadas em um teste no Brasil podem auxiliar estudos conduzidos no Reino Unido, América do Norte ou Central. O intercâmbio de informações talvez seja a ferramenta mais importante na luta contra a COVID-19.

Ajudar a levar essas descobertas científicas, o mais rápido e ao maior número de pessoas possível, foi um dos principais motivos que nos levou, professor/as Daniel Vasconcelos Brasileiro Oliveira, Lucielen Porfírio, Monique Pfau e Feibriss H. M. Cassilhas da área de Letras Inglês do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no dia 20 de março de 2020, a unir esforços e criar o Projeto de Tradução Voluntária de Materiais Informativos Relacionados à COVID-19.

O projeto foi voltado, principalmente, a pesquisadores/as brasileiros/as que estivessem estudando temas relacionados à COVID-19 e que desejassem que suas pesquisas fossem publicadas internacionalmente. Também disponibilizamos o trabalho a qualquer entidade

brasileira, pública ou privada, que estivesse atuando ou auxiliando no combate à pandemia e necessitasse que um material relacionado à COVID-19, escrito em língua estrangeira, fosse disponibilizado em língua portuguesa. O nosso enfoque, portanto, foram os pares linguísticos português-inglês, porém também traduzimos material do alemão para o português. Nesses casos, contamos com a colaboração, também voluntária, de professores/as e alunos/as da área de Letras Alemão do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.

As traduções foram todas gratuitas e se propuseram a contemplar qualquer área de conhecimento. Entendemos que não existem ciências mais importantes que outras e, por isso, trabalhamos com textos de todas as áreas, incluindo as ciências da saúde, exatas, sociais, humanas, letras e artes. Todas cooperam entre si para a compreensão e construção do conhecimento sobre a doença e seus impactos que, notadamente, atingem os mais diversos aspectos da vida: saúde, economia, vida social e privada.

Difundir material e pesquisas relacionadas à pandemia foi o primeiro objetivo do projeto. O segundo foi o de atuar na formação de tradutores/as dos/das estudantes da graduação e pós-graduação dos cursos de Letras - Inglês da UFBA. Apesar de as aulas terem sido suspensas por determinação das autoridades sanitárias, a universidade esteve ativa e atuante em diversas esferas, e os/as alunos/as que participaram deste projeto, por exemplo, fizeram parte de uma atividade pedagógica formal da universidade, com caráter social, sem sair da segurança de suas casas.

Criado como uma atividade de extensão, o projeto de tradução se encaixa nos três eixos base que guiam o trabalho desenvolvido nas universidades públicas: ensino, pesquisa e extensão. O projeto prestou um serviço de utilidade pública difundindo informações importantes para se entender e combater a nova doença. Ele também auxiliou o movimento de internacionalização da universidade disponibilizando em língua portuguesa pesquisas conduzidas no exterior e ajudando a levar o conhecimento local, produzido pela ciência brasileira, para outros países.

Em um momento da nossa história em que a ciência e os fatos têm sido cada vez mais questionados e desafiados por determinados grupos sociais e políticos, o projeto ajudou a difundir e, assim, valorizar o conhecimento produzido no Brasil. Nosso intuito foi ajudar a dar mais visibilidade aos/às pesquisadores/as, às universidades brasileiras, aos/às professores/as universitários/as, aos/às estudantes de graduação e pós-graduação assim como a todos/as que, apesar das crescentes dificuldades e obstáculos, fazem ciência neste país.

Este artigo é um relato de experiência e evolução do projeto, que se estendeu durante o ano de 2020, enquanto estivemos em nosso período de isolamento social. Na mesma velocidade

que chega a pandemia mudando vidas, também demos início ao projeto, tentando manter a demanda de urgência que pediu a situação. Nossa base teórica está dentro dos princípios funcionalistas (REIB & VERMEER, 2014 e NORD, 2000 e 2016) em uma abordagem pedagógica de tradução por projetos (KIRALY, 2005 e 2012) e, conforme a prática acontecia, aprendemos, evoluímos e sofisticamos nossas ações. O artigo relata elementos de evolução do projeto: a organização do grupo, os contatos com os/as solicitantes, a divisão de tarefas, as tecnologias e as dificuldades e aprendizados em um projeto holístico de formação. Para esse artigo, expomos nossas posições teóricas e em seguida, explicamos a metodologia utilizada. Na seção de discussão, comentamos e exemplificamos alguns dados que obtivemos, e argumentamos a favor de uma formação construtiva e dialógica. Em seguida tecemos nossas considerações demonstrando a contribuição social do projeto e a importância na tríade ensino, pesquisa e extensão, base da nossa universidade pública.

2. A tradução e a formação dos/as tradutores/as do projeto

O projeto de tradução se fundamentou na teoria funcionalista (REIB & VERMEER, 2014 e NORD, 2000 e 2016) e na abordagem por projetos (KIRALY, 2005 e 2012) em uma perspectiva de tradução colaborativa. Ainda assim, algumas questões teóricas e práticas que, em condições normais de aprendizagem, seriam levadas em conta, tiveram que ser adaptadas devido à natureza imediatista da investigação sobre o vírus, dos trabalhos científicos e de suas publicações. As questões viáveis dentro dessa urgência foram colocadas como prioridade ao pensar e desenvolver o projeto.

Primeiramente, sabe-se que cada tradução apresenta particularidades. Rosemary Arrojo (1986), no universo literário, observa que as singularidades de um texto também estão em outros gêneros discursivos secundários (BAKHTIN, 1997) ao considerarmos que: “a tradução é uma atividade essencialmente produtora de significados, e ao considerarmos o trabalho do tradutor pelo menos tão complexo quanto o do escritor de textos “originais”, fica evidente que não pode haver fórmulas mágicas nem atalhos fáceis para aprender a traduzir” (ARROJO, 1986, p. 76).

Levando em consideração os aspectos mais básicos para a prática da tradução, Arrojo relembra que aprender a traduzir implica aprender a ler e a escrever criticamente e ter contato com as teorias da tradução. Ler significa ler criticamente para produzir significados e escrever significa conseguir ter o mesmo cuidado da escrita de um texto na língua-fonte. As teorias de tradução servem para refletir a natureza da tarefa. Ainda que Arrojo tenha se dedicado à

tradução literária, ela afirma que a tradução de textos científicos exige o mesmo cuidado de uma leitura e (re)escrita crítica e cuidadosa, pensando nas concepções científicas de quem escreveu o texto e nas convenções textuais de ambos os lados, do texto-fonte e do texto-alvo. Por conta das peculiaridades do projeto, adotamos a teoria funcionalista e a abordagem baseada em projetos de Don Kiraly (2005; 2012) para o trabalho de formação desses/as tradutores/as voluntários/as conforme exposto a seguir.

2.1. A contribuição do funcionalismo

Retomamos os preceitos basilares da *Skopostheorie* (REIB & VERMEER, 2014) que sugere que toda a tradução é realizada para um propósito específico. O propósito do nosso projeto foi ajudar na divulgação de pesquisas relacionadas à COVID-19 para fortalecer a visualização de pesquisas brasileiras e/ou auxiliar pesquisadores/as e agentes de saúde brasileiros/as a terem acesso a pesquisas e materiais informativos desenvolvidos no exterior. Assim, traçamos um projeto de tradução mais detalhado, ainda que geral, do nosso *corpus*. Christiane Nord (2016) elenca fatores extra e intratextuais que contemplam a amplitude das várias camadas a serem observadas no ato tradutório (desde questões linguísticas e textuais específicas até questões mais abrangentes que extrapolam o texto). Dentre elas, enfatizamos algumas: os/as emissores/as, o público-alvo, a função textual, estrutura, léxico e sintaxe.

Os/as emissores/as em geral foram os/as autores/as do texto, porém, alguns textos foram emitidos por outras instituições, tais como a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB) e o Ministério da Saúde (MS) que, nesse caso, intermediaram o texto com a nossa equipe. O público-alvo são cientistas brasileiros/as e estrangeiros/as, agentes de saúde e pessoas relacionadas. Para artigos científicos, o público-alvo é a comunidade acadêmica e, nessa demanda, os textos foram traduzidos com o devido rigor acadêmico, considerando peculiaridades como referências, citações, linguagem etc. Já com os textos de materiais informativos, a preocupação prevaleceu em uma linguagem clara e objetiva que pudesse passar normas de conduta para um grupo determinado de pessoas que precisava lidar de alguma forma com a pandemia (ex.: agentes de saúde).

No que concerne à função textual, consideramos os gêneros textuais de cada material solicitado. Os textos são, majoritariamente, artigos científicos⁵. Um artigo científico é um texto

⁵ Também recebemos alguns guias de orientações gerais para agentes de saúde ou trabalhadores/as relacionados lidarem com diversas situações frente à pandemia. No entanto, para este artigo, nosso enfoque será em artigos científicos por conta da maior complexidade dos textos.

escrito que pode ou não apresentar elementos não verbais e se limita a algumas milhares de palavras, normalmente publicado em periódicos ou livros conforme as normas de paradigmas disciplinares. Trata-se de um projeto de pesquisa que manifesta resultados de bases teórico-metodológicas e representa um estudo laboratorial, de campo ou um discurso sobre como os/as cientistas refletem ações e crenças em um determinado contexto (SWALES, 1990). O gênero textual também é bastante intratextual com referências ao longo ou ao final do texto e trechos com citações diretas ou paráfrases de outras fontes. Nesse sentido, as principais funções de um artigo científico são a função informativa e argumentativa (REY VANIN, 2000).

Sobre questões estruturais, os textos-alvo mantiveram a forma dos textos-fonte: títulos, subtítulos, parágrafos, referências, citações. Há outros elementos que tiveram que ser observados, como no caso de citações (traduzir diretamente ou parafrasear, e o problema da retradução). Ao levar questões léxico-gramaticais em consideração, tivemos que encontrar meios de seguir, pelo menos em parte, as expectativas do público-alvo. A tradução para o inglês é mais desafiadora, por ser a segunda língua dos/das tradutores/as. As estruturas gramaticais convencionais das línguas fonte e alvo apresentam discrepâncias que devem ser consideradas. Além disso, houve o desafio pela busca por terminologia específica (medicina, direito, filosofia e o novo vocabulário que surgia com a COVID-19)⁶.

Para Nord (2000), o/a tradutor/a funcional é versátil, pois se prepara para funções comunicativas variadas, entende que a tradução vai além dos signos linguísticos e se orienta por fatores situacionais e culturais. Ele/a percebe as divergências culturais que podem causar conflitos de comunicação através de sua competência intercultural, se atenta às convenções culturais específicas das línguas e produz um texto que sirva à sua função. Por fim, o/a tradutor/a funcional sabe usar as ferramentas tecnológicas, sua rede de conhecimento e pesquisa e sabe lidar com as pressões externas, como prazos, por exemplo.

Nord (2000) elabora um currículo para a formação integral de tradutores/as através de sua própria experiência como professora de tradução. No entanto, o que a autora propõe não pode ser aplicado em nosso projeto na íntegra, pois não haveria como, por exemplo, organizar essa formação em diferentes módulos, já que se tratou de um trabalho de urgência, nos levando a reconsiderar o passo-a-passo sugerido (Nord segue aquilo que ela chama de *pig-tail method* através de uma ordem evolutiva de dificuldades para os/as tradutores/as em formação, cuja prática acontece conforme as teorias são ministradas). Ainda assim, muitas ideias discutidas por Nord foram essenciais para contemplar nossa missão.

⁶ Esses elementos são detalhados na seção 4, “Aprendizagens colaborativas: Tradução e contribuição social”

Nord (2000) chama a atenção para a competência intercultural, pois a tradução requer um tipo de competência metacomunicativa como, por exemplo, o conhecimento das diferenças funcionais entre duas línguas e duas culturas e a impossibilidade de simplesmente “alterar os códigos linguísticos”. A produção de texto deve ser levada por um propósito específico, ou seja, uma atividade ligada à cultura (tais como normas legais, linguagem acadêmica, políticas de marketing etc.).

Um dos pontos mencionado por Nord (2000) é a necessidade de trabalhar com instruções (*translation brief*). As instruções guiam os/as tradutores/as a tomar decisões a partir de uma perspectiva específica. Tradutores/as iniciantes costumam traduzir palavras e frases, mas nem sempre conseguem observar a totalidade de um texto no seu fazer tradutório. Para Vermeer (1986), tradutores/as profissionais traduzem textos completos, e não fragmentos. Para isso, algumas convenções devem ser consideradas (NORD, 2000): tipologia, estilo, verbalização de (sub)funções comunicativas, comportamentos não-verbais e convenções tradutórias.

2.2. Uma abordagem baseada em projetos

Don Kiraly (2005) também foi uma fonte de inspiração para que o projeto contemplasse a formação de tradutores/as. Ele defende um método de aprendizagem através de situações reais (textos reais para contextos reais) e sugere uma abordagem baseada em projetos autênticos que corresponda ao dinamismo do mercado da tradução. Assim, a aprendizagem atende às variadas expectativas dos/das solicitantes.

Através dessa abordagem e com uma visão “holística-experimental”, Kiraly (2012) desenvolveu um currículo de pedagogia de tradução a partir de projetos de tradução autênticos e colaborativos. Essa abordagem propõe uma aprendizagem laboratorial sobre a profissão tradutor/a no mundo real junto a colegas, instrutores/as, revisores/as e um possível *feedback* dos/das solicitantes. Kiraly acredita que o aprendizado de forma colaborativa e real é repleto de desafios, dilemas, pressões e armadilhas, levando ao “empoderamento do/a estudante” (2012, p. 84). Sua abordagem holístico-experimental enfatiza o papel proativo dos/das aprendizes através de suas próprias experiências.

Assim como Arrojo (1986), Kiraly (2012) entende o universo complexo de cada texto e não prevê regras rígidas nem fórmulas universais para a tradução. Afinal, “como os/as tradutores/as estão sempre enfrentando novos problemas e desafios (ainda que similares entre

si), heurísticas adaptáveis são muito mais úteis do que regras rigidamente aplicadas”⁷ (Idem, p. 87, tradução nossa). Os/as tradutores/as devem lidar dinamicamente com problemas nas “infinitas constelações” de palavras, conceitos, mensagens, autores/as, solicitantes, instruções, colaborações, recursos, leitores/as e seus próprios conhecimentos de mundo. Com enfoque funcionalista, Kiraly percebe que o papel do/a tradutor/a é identificar, avaliar e pesar esses fatores para produzir textos-alvo de acordo com a encomenda. Em uma situação real, é natural que exista um senso de responsabilidade maior pela busca, por exemplo, de terminologia e conhecimento específico e até por uma “etiqueta” de tradução.

Segundo Kiraly, tradutores/as não treinam, eles/as “emergem”. Se pensarmos em um conceito de tradução colaborativa, eles/as “co-emergem” ao trabalharem com seus colegas.

O objetivo é contribuir com a emergência de pensadores/as independentes, solucionadores/as heurísticos de problemas e tradutores/as experientes que emergem de seus estudos como novos/as profissionais com um vasto conhecimento da panóplia de habilidades e competências que podem esperar encontrar no mundo além da torre de marfim⁸. (KIRALY, 2012, p. 89, tradução nossa)

Em uma perspectiva enativista e empoderadora, a proposta se desdobra na essencialidade dos/as alunos/as participarem ativamente de todos os processos: seleção, desenvolvimento, tradução e administração. A aprendizagem nesse ambiente está enraizada na ação autêntica e experienciada.

Como os/as tradutores/as voluntários/as variaram em níveis de experiência, a autonomia foi parcial, principalmente durante as revisões finais. Isso ocorreu principalmente por conta da natureza imediatista do projeto que nos forneceu pouco tempo para refletir e discutir cada texto e cada etapa da tradução. Na próxima seção, mostramos as características dos/as voluntários/as, e, na discussão, as interferências do/das orientador/as enquanto revisor/as.

3. Os caminhos trilhados para o projeto

Nesta seção, relatamos o passo-a-passo da experiência do projeto na formação de tradutores/as voluntários/as. O projeto de tradução voluntária começou a ser desenvolvido já

⁷ No original: “As translators constantly face new (albeit self-similar) problems and challenges, adaptable heuristics are far more useful for their work than rigidly applied rules.”

⁸ No original: “The goal is to contribute to the emergence of independent thinkers, competent heuristic problem-solvers and knowledgeable translators who emerge from their studies as neo-professionals with a deep knowledge of the panoply of skills and competences they can expect to encounter in the world beyond the ivory tower.”

no primeiro mês em que as medidas de isolamento social foram decretadas pelos setores públicos.

Assim, delineamos alguns passos importantes, a saber: organização do grupo de voluntários/as, orientações realizadas com os/as participantes/as do projeto, recepção e distribuição dos textos, orientações e debates durante o trabalho de tradução e retorno dos textos traduzidos aos/às solicitantes.

3.1. A organização dos/das voluntários/as

Em nossa primeira reunião, discutimos a viabilidade do projeto e decidimos que ele seria realizado através do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Letras (NUPEL) no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que já apresenta dois eixos de formação profissional: um de formação de professores/as de línguas e outro de formação de tradutores/as. A partir de um primeiro esboço, selecionamos os/as tradutores/as voluntários/as disponíveis e passamos a divulgar o projeto.

Os critérios para participar como tradutor/a voluntário/a contemplaram a proficiência linguística na língua estrangeira e o desejo de realizar um trabalho voluntário como tradutor/a. Além disso, também nos apoiamos em um ou mais dos critérios subsequentes: a) ser aluno/a da graduação ou pós-graduação em Letras da UFBA; b) ser professor/a ou tradutor/a em formação, bolsista do NUPEL; c) ser participante de um grupo de pesquisa em tradução do Instituto de Letras da UFBA. Ao final, os/as voluntários/as foram reunidos/as em um grupo de WhatsApp totalizando 17 voluntários/as no primeiro semestre de 2020 e 19 no segundo semestre.

3.2. A recepção e distribuição dos textos

Uma etapa fundamental para o projeto acontecer foi divulgá-lo entre pessoas e instituições possivelmente interessadas em traduções de trabalhos relacionados à COVID-19. Produzimos e divulgamos cartazes em nossas redes sociais particulares (professores/as e voluntários/as), bem como nas redes do Instituto de Letras da UFBA e da universidade como um todo. A administração da reitoria da UFBA divulgou em boletins gerais informativos

(Edgar Digital⁹) e disparou a notícia via rede de e-mails, em especial aos programas de pós-graduação.

Os/as interessados/as em ter sua pesquisa ou boletim informativo traduzido para publicação em revistas internacionais ou para uso interno de uma comunidade (ex.: agentes de saúde) deveriam enviar um e-mail com o arquivo anexado solicitando sua tradução a qualquer um/a dos/das professores/as responsáveis pelo projeto. A partir disso, o prazo era negociado com o/a solicitante. Assim que o texto era recebido, organizava-se o trabalho com os/as voluntários/as.

Ao ser encaminhada para os pares de voluntários/as, a tarefa de tradução era precedida de algumas informações e instruções básicas:

- a) O assunto e o objetivo da tradução (circulação interna ou publicação).
- b) Instruções gerais: leitura inicial completa do texto, diálogo alinhado entre os pares para decisões sobre termos técnicos, variedade da língua (para o inglês), pesquisas em textos paralelos, releitura do texto para ajustes e o encorajamento para comentar as decisões de forma a estabelecer um diálogo com o grupo.

Após a preparação do texto para tradução em um arquivo compartilhado entre tradutores/as e o/a professor/a designado/a para orientação, a primeira versão da tradução era realizada. Ao final ou mesmo durante esse processo da primeira tradução, o/a orientador/a ficava encarregado/a de fazer a primeira revisão: questionava, sugeria e dialogava com os/as tradutores/as. O diálogo se fez através de comentários no documento e via WhatsApp.

3.3. As orientações e debates durante o processo de tradução

Os/as tradutores/as foram encorajados/as a incluir comentários com questões e decisões para dialogar com seus pares. Os comentários auxiliaram no processo de tradução, pois guiaram as decisões tradutórias nos diversos níveis textuais: gramatical, semântico e pragmático (CHESTERMAN, 2016).

Tais comentários também ajudaram no processo de ensino e aprendizagem entre orientador/as e voluntários/as. O grupo de voluntários/as, conforme mencionado anteriormente, foi composto por indivíduos com diferentes perfis, isto é, tradutores/as sem experiência e com diferentes experiências de leitura teórica nos Estudos da Tradução, tradutores/as com alguma formação prática na área, e alguns/mas já com experiência no mercado da tradução. Os

⁹ Disponível em: <http://www.edgardigital.ufba.br/?p=16492>

comentários auxiliaram na compreensão das especificidades dos indivíduos e auxiliaram o/as orientador/as a lidar com as situações que surgiram durante o processo. Tais especificidades também guiaram as discussões em encontros de formação agendados com o grupo.

Os encontros de formação foram realizados *online* e geralmente consideraram dois pontos principais: aspectos teóricos do campo da tradução e experiências e dúvidas práticas que os/as tradutores/as apresentaram durante o processo tradutório. Essas reuniões foram cruciais para a tomada de decisões de organização dos/das tradutores/as em formação, bem como para as diretrizes-guia do projeto, que eventualmente precisavam de ajustes. Nesses encontros, tradutores/as mais experientes apresentavam sugestões para soluções, pois conseguiam ver o processo de forma holística, fortalecendo a ideia de formação e tradução colaborativa.

Após a finalização da primeira versão do texto-alvo, durante a revisão do/a professor/a orientador/a, novos debates eram estabelecidos entre tradutores/as e orientador/as para finalizar a primeira revisão. Ao encerrarem a segunda versão da tradução, os/as tradutores/as formatavam o texto conforme o original, incluindo espaçamentos, tabelas, imagens etc., para enviar ao/à revisor/a.

3.4. O retorno dos textos traduzidos aos/às solicitantes

Após a primeira revisão junto aos/às tradutores/as, o texto ainda passava por mais uma ou duas revisões realizadas por um/a professor/a diferente, também participante do projeto. Essas revisões incluíam apenas a versão na língua-alvo com enfoque na fluidez, gramática e uniformização textual. Finalmente, uma versão comentada com as sugestões de alterações era guardada em uma pasta compartilhada de forma que as sugestões pudessem ser revisitadas, e funcionassem como um banco de dados para pesquisa. Extratos desses dados foram utilizados neste artigo para a discussão do processo de tradução e percepções construídas durante o projeto.

Assim, o processo de tradução constituiu-se em um aprendizado contínuo e dialógico, fazendo do texto uma construção colaborativa. Todo o processo contribuiu significativamente para a formação de tradutores/as críticos/as e reflexivos/as sobre as formas de construção social, incluindo os aspectos que interferem na compreensão e produção textual.

4. Aprendizagens colaborativas: tradução e contribuição social

Como previamente exposto, dois pilares construíram a nossa proposta principal do Projeto de Tradução Voluntária: a formação de tradutores/as e a contribuição social para atravessarmos a pandemia. Nossa proposta aqui é registrar e exemplificar parte dos resultados que obtivemos com essa experiência. Para as análises e comentários tecidos nesse artigo, discutimos duas abordagens reflexivas do processo de tradução: as tecnologias e o texto, ambas em um diálogo direto com a colaboração entre os/as tradutores/as em formação.

4.1. Reflexões sobre tecnologia e colaboração

As tecnologias têm se tornado fortes aliadas dos/das tradutores/as (PYM, 2011), pois contribuem com pesquisas, formatação, rede de contatos, organização textual, dicionários, tradução automática, *corpora*, memórias de tradução etc. Para o nosso projeto, elas desenvolveram um papel ainda mais importante devido ao momento de isolamento social e à rede de colaboração virtual criada, o que reforçou a formação de tradutores/as. Três ações foram essenciais na construção do aprendizado: as reuniões de formação com todo o grupo por videoconferências, as conversas via grupo de WhatsApp e as orientações particulares com cada par de tradutores/as durante o processo de tradução, via arquivo compartilhado no Google Drive.

Os encontros de formação conduzidos pelos/as organizadores/as do projeto discutiram pontos percebidos antes e durante a tarefa tradutória, tais como o objetivo do projeto, a tradução automática de forma crítica, os aspectos formais da língua, as convenções dos gêneros textuais, as pesquisas de busca em glossários específicos, gramáticas e textos paralelos. Além disso, os encontros contribuíram para um olhar aprofundado nas teorias de tradução e para discutirmos situações práticas através de compartilhamentos de telas para exemplificação e exibição de possibilidades de pesquisa.

Pontuamos aqui também a importância da criação de um grupo em rede social (WhatsApp) como uma ferramenta tecnológica de grande auxílio em três aspectos do trabalho: organização, informação e troca de conhecimento. No que diz respeito à organização, destacamos a agilidade das mensagens informativas, a chamada de tradutores/as quando chegavam novas solicitações e as trocas imediatas de arquivos.

O Google Drive se mostrou outra ferramenta essencial. Além de ser a ferramenta de compartilhamento do texto em produção, as orientações específicas foram realizadas através

de comentários e edições sugeridas pelo/a orientador/a. O texto para tradução era organizado pelo/a orientador/a em uma tabela com duas colunas: uma com o texto na língua-fonte e outra em branco para os/as tradutores/as realizarem suas traduções. As unidades de tradução eram divididas em parágrafos para que existisse a liberdade de trabalhar além do nível da frase. Desse modo, os/as tradutores/as e orientador/as acompanhavam os trabalhos simultaneamente.

Figura 1. Organização do texto para tradução

| | |
|---|--|
| characteristics and transmission patterns of 2143 pediatric patients with COVID-19, using a retrospective analytical approach. | epidemiológicas e os padrões de transmissão de 2143 pacientes pediátricos com COVID-19, utilizando uma abordagem analítica retrospectiva. |
| What's Known on This Subject A growing number of studies have focused on 2019 novel coronavirus disease (COVID-19) since its outbreak, but few data are available on epidemiological features and transmission patterns of children with COVID-19. | O que se sabe sobre o assunto: Um número crescente de estudos têm se dedicado ao novo Coronavírus (COVID-19) desde o começo do seu surto, porém há uma escassez de dados sobre as características epidemiológicas e padrões de transmissão entre crianças infectadas pelo COVID-19. |
| What This Study Adds Children at all ages were susceptible to COVID-19, but no significant gender difference was found. Clinical | |

Fonte: Arquivos do projeto, 2020.

Durante o processo, os/as tradutores/as e orientador/as dialogavam entre eles/as sobre as decisões e negociavam soluções através de comentários, criando uma rede interna de discussão entre a equipe de tradução. Esse diálogo alimentou as demais ações de formação: as propostas dos encontros e a necessidade de reunião para discutir pontos importantes para o grupo como um todo.

4.2. Reflexões sobre texto e colaboração

Assim como a chegada e disseminação do coronavírus, cada texto também apresentava especificidades e tendências que não haviam sido previstas, nos levando à identificação de alguns desafios e ao planejamento de ações para a formação. Desse modo, o projeto evoluiu conforme as situações emergiram. Seguindo os itens intra e extratextuais elencados por Nord (2016), os fatores que até o momento chamaram mais atenção foram: a função textual, a estrutura, o léxico e a sintaxe. Nesta seção, vamos discuti-los mais detalhadamente.

No que se refere à função textual, todos os textos foram do tipo informativo. Para artigos científicos, também incluímos a função argumentativa. Nesse sentido, o/a orientador/as contextualizava/m os/as tradutores/as sobre as especificidades da tipologia e, mais especificamente, do gênero textual. O constante lembrar de que o processo de tradução começa na primeira leitura, quando é possível observar como o texto se desenvolve, era um

exercício para pensar na tradução de um texto como um todo. Por mais que a dicotomia da tradução “palavra-por-palavra” e “sentido-por-sentido” tenha sido superada nas teorias contemporâneas da tradução (MUNDAY, 2016), a discussão ainda é recente para quem está iniciando nesse universo, especialmente na prática. Além disso, algumas crenças do senso comum sobre o que é preciso para “traduzir bem”, como somente a proficiência dos pares de língua, a fidelidade absoluta à palavra, entre outras, precisam ser incansavelmente discutidas e reavaliadas em grupos de formação de tradutores/as (PAGANO, 2000).

Em relação às questões estruturais, mantivemos, na medida do possível, a estrutura dos textos-fonte. As instruções e a disponibilização desses textos em unidades de parágrafos encorajaram os/as voluntários/as a serem mais livres na distribuição e combinação de frases, para juntar e separar ideias conforme a informação disposta na língua-alvo. A princípio, observamos certa relutância dos/das tradutores/as menos experientes em trabalhar mais livremente e foi uma das características que procuramos discutir em nossas orientações.

O nosso *corpus* em português também mostrou uma tendência de escrita acadêmica com períodos longos e prolixos, às vezes ocupando um parágrafo inteiro, um pouco diferente das nossas experiências pessoais de leitura de textos acadêmicos originalmente escritos em inglês. Uma de nossas orientações nesses casos foi procurar escrever períodos mais breves, separando as ideias e adicionando ou omitindo palavras que as ligassem de forma lógica, como ilustrado na figura abaixo (sugestão em verde):

Figura 2. Diminuição de frase longas

| | |
|---|--|
| <p>O Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (abreviado para SARS-CoV-2, do inglês <i>Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2</i>), anteriormente conhecida como novo coronavírus (2019-nCoV), é um agente zoonótico recém-emergente que surgiu em dezembro de 2019, em Wuhan, China, causando manifestações respiratórias, digestivas e sistêmicas, que se apresentam no quadro clínico da doença denominada como COVID-19 (do inglês <i>Coronavirus Disease 2019</i>) (1).</p> | <p>The Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2 (SARS-CoV-2), formerly known as the new coronavirus (2019-nCoV), is a newly emerging zoonotic agent that appeared in December 2019, in Wuhan, China. <i>Since then, it has been</i> causing respiratory, digestive and systemic manifestations, which present themselves in the clinical picture of the Coronavirus Disease 2019 (1).</p> |
|---|--|

FONTE: Arquivos do projeto, 2020.

Ao longo do projeto, observamos o aumento da aplicação dessa prática, demonstrando uma preocupação dos/as tradutores/as com a receptividade e a compreensão do texto além do conteúdo e forma. Alguns/mas tradutores/as com menos experiência apresentaram, ao longo do processo, a capacidade de descartar/adicionar palavras e expressões para produzir as

informações e argumentos no texto-alvo e os/as mais experientes também conduziram os/as demais a observarem esses aspectos, atuando como intermediários/as entre a primeira versão e a primeira revisão.

No caso de citações, identificamos alguns desafios relevantes. Muitos textos-fonte em português trazem citações traduzidas de línguas estrangeiras. A situação foi detectada ao observarmos uma retradução, ou seja, a tradução de volta para a língua-fonte. Com isso, instruímos os/as voluntários/as a procurar pela obra original na língua-fonte ou uma tradução publicada para a língua-alvo. A Figura 3 ilustra um trecho de uma obra grega com traduções oficiais para as línguas fonte e alvo.

Figura 3. Tradução de citação

| | |
|---|--|
| <p>Agora, recorro a ti, a um só tempo guia e mensageiro, salva-me, apieda-te de mim, considerando que tudo é terrível e repousa em risco para os mortais, no que concerne à boa experiência e a seu inverso. Estando fora da penúria, não se deve perder de vista a adversidade, e quando alguém vive bem, deve, nesse momento sobretudo, examinar a própria vida, para que ela não seja destruída inadvertidamente[1].</p> | <p>But now, since I have found a man as escort both and messenger, have pity on me and grant salvation, since you have seen how mortal life is so ordained that evil luck must follow good. The man whose life is innocent of suffering must be aware of misery, and so must care for his own life, if fortunate, to save himself from ruin unforeseen [1]</p> |
| <p>[1] SÓFOCLES. <i>Philoctetes</i>, cit., 500.</p> | <p>[1] SOPHOCLES. <i>Philoctetes</i>, cit., 500.</p> |

FONTE: Arquivos do Projeto, 2020.

Ainda assim, sabemos que nem todas as obras publicadas em inglês estão disponíveis livremente na internet, o que impossibilita esse tipo de ação. Nesses casos, instruímos os/as tradutores/as a parafrasear a citação. Com isso, a estrutura do texto também se modifica, porém com as devidas referências. O mesmo foi indicado para citações de textos não publicados na língua-alvo. Para essas situações, os/as tradutores/as tiveram a liberdade de parafrasear ou traduzir e manter a citação. Caso decidissem mantê-las, eram instruídos/as a colocar a informação “*our translation*” em parênteses e disponibilizar o texto original em rodapé conforme sugerem alguns manuais de estilo, incluindo a ABNT. A Figura 4 ilustra um caso de tradução de citação que na sua primeira edição acabou ficando no formato de paráfrase.

Figura 4. Tradução de citação como paráfrase

| | |
|--|---|
| <p>Sobre os servidores penitenciários, destacamos a pesquisa realizada por Ellaine Oliveira & Paulo Oliveira (2016) intitulada O contexto do trabalho prisional, a relação com o sofrimento psíquico e os modos de subjetivação dos trabalhadores penitenciários, a qual fazem uma discussão indicando que esta categoria está "numa relação primordial de sofrimento" por meio do trabalho.</p> | <p>Concerning the penitentiary servants, it's important to Ellaine Oliveira & Paulo Oliveira's (2016) highlight the research called "O contexto do trabalho prisional, a relação com o sofrimento psíquico e os modos de subjetivação dos trabalhadores penitenciários" (the context of the prison work and the ways of subjecting the penitentiary workers), by Ellaine Oliveira & Paulo Oliveira (2016). The discussion presented in the research says states that they live this class is "in a primordial relationship of suffering" (our translation).</p> |
|--|---|

FONTE: Arquivos do Projeto, 2020.

Em relação ao léxico, a busca por terminologias específicas acontecia constantemente durante todo o trabalho de tradução. Assuntos relacionados à COVID-19, como tipos de máscaras, respiradores, prevenção, manuseio de pacientes, isolamento social, introduziram novos vocabulários, que, em frequências distintas, apareceram em todos os textos. A terminologia específica de cada área também exigiu que buscássemos o auxílio de especialistas (para textos na área de direito, por exemplo, pudemos contar com um professor e uma tradutora formado/a na área) e que fizéssemos intensas buscas *online*.

Os/as tradutores/as com mais experiência e o/as orientador/as compartilharam métodos básicos de busca terminológica na internet através de nossas redes de contato. Identificamos, por exemplo, que os/as voluntários/as traduziam alguns termos de formas diferentes no mesmo texto. Assim, em um dos encontros, foram mostradas possibilidades de pesquisas por terminologia específica em sites de instituições estrangeiras e discutiu-se a necessidade de negociação com os pares para se chegar a acordos e, assim, manter a unidade textual. Essa discussão nos permitiu mostrar aos/as tradutores/as em formação a importância da monitorização conjunta do texto como um todo, ainda que houvesse divisão de tarefas entre eles/as. Ainda, a negociação dos pares permitiu que aprendessem a trabalhar de forma colaborativa.

Também encorajamos os/as tradutores/as a comentarem e apresentarem os endereços de sites de busca por terminologia para controle próprio e, também, para facilitar a revisão do/as orientador/as. A Figura 5 mostra um fragmento com comentários de um/a tradutor/a sobre busca por terminologia específica¹⁰.

¹⁰ Os nomes dos/as tradutores/as foram mantidos em formato anônimo nos recortes apresentados como exemplo.

Figura 5. Comentários dos/das tradutores/as

| | |
|--|---|
| <p>Na análise por intenção de tratar, o risco relativo (RR) para doença respiratória clínica foi de [0,61, 95% IC 0,18 a 2,13], IILI RR [0,32, IC 95% 0,03 a 3,13] e para infecções virais confirmadas em laboratório foi de RR [0,97, IC 95% de 0,06 a 15,54], os quais foram consistentemente menores no grupo da máscara comparado ao controle, embora não estatisticamente significante. Os vírus foram isolados em 60% (146/245) dos casos índice. A influenza foi o vírus mais comum isolado de 115 (47%) casos - influenza A - 100, influenza B - 11 e influenza A e B - 4. Outros vírus isolados dos casos índice foram rinovírus, NL63 e C229E. Mais de um vírus foi isolado em 48 (20%) casos índice, incluindo 17 coinfeções por influenza.</p> | <p>In the Intention-to-treat analysis, the relative risk (RR) for clinical respiratory disease was [0.61, 95% CI 0.18 a 2.13], IILI RR [0.32, IC 95% 0.03 a 3.13] and for laboratory-confirmed viral infections was RR [0.97, CI 95% de 0.06 a 15.54], which were consistently lower in the mask group in comparison to the control group, although even though not statistically significant. The viruses were isolated in 60% (146/245) of the index cases. Influenza was the most common virus isolated from 115 (47%): influenza A, 100; influenza B, 11 and influenza A and B, 4. Other isolated viruses from the index cases were rhinovirus, NL63 and C229E. More than one virus was isolated in 48 (20%) index cases, including 17 influenza co-infections.</p> |
| <p>O risco de vies do estudo foi avaliado através da ferramenta ROB 2.0 (10), sendo classificado como incerto. Embora se trate de pesquisa com aparente rigor</p> | <p>We assessed the study's risk of bias using the ROB 2.0 (10) tool was assessed; and then classified it as unclear. Even though the research seems to present methodological</p> |

20:47 13 de mai. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5654877/>

21:02 13 de mai. IC: não encontrei a sigla por extenso. Por buscas, deve ser isso abaixo mesmo.

intervalo de confiança https://www.scielo.br/pdf/jbpneu/v41n6/pt_1806-3713-jbpneu-41-06-00565.pdf

confidence interval CI

<https://www.iwh.on.ca/what-researchers-mean-by/confidence-intervals>

Mostrar menos

20:37 13 de mai. influenza-like illness (ILI)

<https://www.researchqate.net/figure/RR>

Mostrar mais

FONTE: Arquivos do Projeto, 2020.

Para questões do nível sintático, também tivemos um amadurecimento significativo ao longo dos textos trabalhados. Como já referido, há certas expectativas para o gênero textual em uma comunidade acadêmica internacional, acostumada a ler em inglês, ou em uma comunidade nacional, acostumada a ler em português brasileiro¹¹. Uma das características que observamos nos textos-fonte em português foi a prolixidade, como já mencionado. Os textos de direito e filosofia mostraram uma tendência em ser ainda mais prolixos que os de saúde.

Um caso típico de sintaxe encontrado em vários textos em português é o uso da voz passiva e o impessoal. Em ambos os casos, os/as voluntários/as apresentaram uma tendência em usar a voz passiva em inglês deixando, por vezes, a leitura um pouco densa. Para isso, os/as instruímos a suavizar o uso da passiva com a primeira pessoa do plural (*we*), por exemplo, ou outras reformulações sintáticas, como nos casos grifados do exemplo abaixo.

¹¹ Os textos traduzidos para o português foram, na sua maioria, boletins informativos para circulação interna em hospitais, ambulâncias, prisões etc.

Figura 6. O impessoal no texto-fonte

| | |
|--|---|
| <p>Entende-se que medidas desencarceradoras e de não aprisionamento assumem papel crucial e devem se impor como regra com base nos princípios constitucionais, podendo salvar vidas, a exemplo de decisões tomadas em outros países e alguns estados brasileiros, os quais adotaram práticas de libertação de pessoas que cumpriam os requisitos para progressão do regime de prisão, bem como o seguimento de orientações do Conselho Nacional de Justiça, o que tange considerar a situação de pessoas idosas, gestantes e doentes crônicos, como exemplos, conforme se constata na Recomendação número 62/2020.</p> | <p>—it is common knowledge We understand that releasement and non-imprisonment measures play have a crucial role in our society. and tThey must be enforced as a rule based on the constitutional principle, considering that they canit could even even save lives. This can be illustrated by decisions made in some countries and some Brazilians states, which have adopted release practices for those who of people who meet the requirement for progression of the incarcerated conditions, as well as the practice of the guidelines provided origiven by the National Council of Justice (CNU). These requirements take into accountin what regards considering the situation of elderly people, pregnant women, and people who have chronic illness, to name a few, according tos it is established by the Recommendation number 62/2020.</p> |
|--|---|

FONTE: Arquivos do Projeto, 2020.

Por ser um projeto de natureza imediatista, os problemas de tradução não podem ser tão bem antevistos, mas muitos são percebidos durante o processo. Pelo mesmo motivo, os/as tradutores/as voluntários/as têm autonomia inicial, mas no final, os textos ficaram nas mãos do/das orientador/as. As duas revisões finais passaram por ele/as para garantir, dentro do período de urgência, a comunicabilidade dos trabalhos. Isso segue o conceito de lealdade de Nord (2016), que propõe uma troca justa entre os indivíduos envolvidos em um processo de tradução (nesse caso, os/as solicitantes, o/as orientador/as, os/as tradutores/as voluntários/as e os/as leitores/as). Mesmo que as decisões finais passem por cima de uma autonomia inicial do processo, os/as tradutores/as sempre receberam um *feedback* dos seus trabalhos.

5. Nosso olhar sobre as construções e contribuições sociais do projeto

O relato e as reflexões exploradas nesse artigo e durante a realização do projeto nos mostram dois aspectos essenciais na construção de conhecimento sobre a tradução: a importância das ações colaborativas entre todas as áreas de conhecimento para combater problemas sociais imediatos relacionados à COVID-19 e a importância de se considerar a tríade ensino, pesquisa e extensão como um escopo básico da Universidade Pública.

Durante a realização do trabalho voluntário, conseguimos perceber, de forma clara e, também pontuado pelos/as envolvidos/as no processo, a importância das interações que vêm acontecendo: de um lado, as contribuições formativas dos/das tradutores/as que conseguimos, pouco a pouco, perceber no processo de orientações e, de outro, o relato agradecido dos/das pesquisadores/as, por terem maior chance de que seus trabalhos, frutos de pesquisas locais, circulem em um cenário internacional. Nesse sentido, pudemos contribuir para a sociedade

brasileira através de traduções solicitadas pelas secretarias e órgãos governamentais, para acesso imediato a informações que levem à tomada de decisões desses setores no combate à pandemia, ou para a disseminação das ações feitas aqui, em contexto brasileiro, dando acesso a uma rede de informações em interação internacional. Tal reflexão nos leva a reforçar o grau de importância da área de Letras/linguagem para a sociedade, ao mesmo tempo que contribui significativamente para a autoestima dos/das tradutores/as em formação, ao perceberem seus trabalhos de tradução sendo publicados e/ou tendo um impacto social importante durante o isolamento social vivido por nossa sociedade.

Além disso, ao trabalhar diretamente com formação de tradutores/as (ensino), tecer reflexões sobre o processo de tradução, interação e colaboração entre os/as participantes do projeto (pesquisa) e contribuir de forma imediata para as ações da sociedade no combate à pandemia (extensão), temos a certeza da relevância social da união entre todas as áreas de conhecimento para o crescimento da sociedade. Durante o desenrolar do projeto, recebemos textos das áreas de filosofia, direito, enfermagem, letras, saúde pública, sociologia, ciências políticas, farmácia e psicologia, todos com o objetivo de lançar olhares reflexivos sobre o momento vivido pela sociedade, em uma tentativa conjunta de contribuição para a melhoria do bem-estar social. Dar visibilidade a esses conhecimentos produzidos, traduzindo-os para outras línguas e contribuir para que eles se comuniquem com outras comunidades linguísticas faz com que a informação e a pesquisa científica dessas áreas se fortaleçam, incluindo pesquisadores/as e universidades no processo de internacionalização do conhecimento.

Vale a pena pontuar que esse projeto foi um experimento e outros olhares e debates podem ser estabelecidos tanto na formação de tradutores/as quanto na disseminação dos conhecimentos sobre o coronavírus. Ainda, estamos cientes do fato de que todos/as os/as tradutores/as voluntários/as e orientador/as são brasileiros/as e a maior parte da demanda foi a tradução para o inglês. Nesse sentido, os textos traduzidos certamente apresentam marcas brasileiras em diferentes níveis. Essa perspectiva destaca o fato de que, ao pensarmos nas principais funções que a tradução deve exercer para esses textos em particular, acreditamos que as versões entregues cumprem com seu papel de forma comunicativa e contributiva para a sociedade, dando visibilidade aos nossos saberes, conhecimentos e pesquisas com nossas cores mais locais.

Referências

ARROJO, Rosemary. **Oficina de tradução**: a teoria na prática. São Paulo: Ática, 1986.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1997.

CHESTERMAN, Andrew. **Memes of Translation**: the spread of ideas in translation theory. Amsterdam: John Benjamins, 2016.

KIRALY, Don. Project-based learning: A case for situated translation. **Meta: journal des traducteurs/Meta: Translators' Journal**, v. 50, n. 4, p. 1098-1111, 2005.

_____. Growing a project-based translation pedagogy: A fractal perspective. **Meta: journal des traducteurs/Meta: Translators' Journal**, v. 57, n. 1, p. 82-95, 2012.

NORD, Christiane. Training functional translators. **Cadernos de tradução**, v. 1, n. 5, p. 27-46, 2000.

NORD, Christiane. **Análise textual em tradução**: bases teóricas, métodos e aplicação didática. Tradução de Christiane Nord, Hutan do Céu Almeida, Juliana de Abreu, Meta Elisabeth Zipser, Michelle de Abreu Aio, Silvana Ayub Polchlopek. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016.

MUNDAY, Jeremy. **Introducing translation studies**: Theories and applications. London, New York: Routledge, 2016.

PAGANO, Adriana. Crenças sobre a tradução e o tradutor: revisão e perspectivas para novos planos de ação. **Traduzir com autonomia**: estratégias para o tradutor em formação. São Paulo: Contexto, 2000. p. 7-28.

PYM, Anthony et al. What technology does to translating. **Translation & Interpreting**. v. 3, n. 1, p. 1, 2011.

REISS, Katharina; VERMEER, Hans J. **Towards a general theory of translational action**: Skopos theory explained. Tradução para o inglês de Christiane Nord. New York: Routledge, 2014.

REY VANIN, Joëlle. La traduction des textes scientifiques: structure textuelle et processus cognitifs. **Target**. John Benjamins: Amsterdam, 2000. p. 63-82.

SWALES, John M. **Genre Analysis – English in academic research settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

VERMEER, Hans J. **Esboço de uma teoria da tradução**. ASA: Lisboa, 1986.

Tradução e interpretação de Português – Libras na rede Informa-SUS-UFSCar: direito à informação para surdos em tempos de Covid-19

Translation and interpretation from Portuguese into Libras on the Informa-SUS-UFSCar network: right to information for the deaf in Covid-19 times

Vinícius Nascimento¹

Gustavo Nunes de Oliveira²

Lara Ferreira dos Santos³

Joyce Cristina Souza⁴

Rodrigo Vecchio Fornari⁵

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar as ações de tradução e de interpretação do par linguístico Libras-Português realizadas no âmbito da rede InformaSUS-UFSCar no contexto da pandemia do novo Coronavírus. O InformaSUS-UFSCar se constitui em uma rede de trabalho envolvendo diferentes profissionais, setores e unidades da universidade e da sociedade civil a fim de promover e divulgar informações científicas e de qualidade para a população sobre a pandemia de COVID-19. As informações são publicadas em *sites* e em redes sociais e são produzidas por diferentes grupos temáticos, de pesquisa e de movimentos sociais. Para permitir que as publicações disponibilizadas na plataforma oficial da rede sejam acessadas também pelas comunidades surdas brasileiras que, historicamente, sempre ficaram à margem no que diz respeito à comunicação em saúde, a rede passou a contar com ações de tradução e de interpretação para a Libras. Apresentam-se, aqui, as formas de realização da tradução e da interpretação para a Libras na Rede InformaSUS para viabilizar o acesso da comunidade surda a informações confiáveis sobre a COVID-19.

Palavras-chave: Libras; tradução; interpretação; Comunidade Surda; COVID-19.

Abstract: This article aims to present the translation and interpretation actions into Brazilian Sign Language (Libras) carried out within the scope of the InformaSUS-UFSCar network in the context of the new Coronavirus pandemic. InformaSUS-UFSCar is a network including different professionals, sectors and units from the university and civil society in order to promote and disseminate quality scientific information to the population about the COVID-19 pandemic. The information is published

¹ Doutor e Mestre em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC-SP e Bacharel em Fonoaudiologia pela mesma instituição. Tradutor e Intérprete de Libras-Português. Professor Adjunto II do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa e Professor do Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenador do Laboratório de Tradução Audiovisual da Língua de Sinais (LATRAVILIS/DPsi/UFSCar). E-mail: nascimento_v@ufscar.br

² Doutor e Mestre em Saúde Coletiva pela UNICAMP. Médico de Família. Professor do Departamento de Medicina da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e coordenador da Rede InformaSUS. E-mail: oliveiragn@gmail.com

³ Doutora em Educação Especial pela UFSCar e Mestre em Educação pela UNIMEP. Professora Adjunta II do Departamento de Psicologia e professora permanente do Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Vice coordenadora do curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa. E-mail: lfsantos@ufscar.br

⁴ Mestre em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Tradutora e Intérprete de Libras-Português da Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (SAADE/UFSCar). E-mail: joyce.souza@ufscar.br

⁵ Mestrando em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bacharel em Imagem e Som pela mesma instituição. Técnico de Laboratório Audiovisual no curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras e Língua Portuguesa da UFSCar. E-mail: rodrigofornari@ufscar.br

on websites and on social networks and is produced by different thematic, research and social movement groups. In order to allow publications made available on the network's official platform to be accessed also by Brazilian deaf communities who, historically, have always been on the margins with regard to health communication, the network now has translation and interpretation actions for Libras. Here, we present the ways of carrying out the translation and interpretation for Libras on the InformaSUS Network to enable the deaf community to access reliable information about COVID-19.

Keywords: Libras; Translation; interpretation; Deaf Community; COVID-19.

1. Introdução

O contexto emergencial da pandemia do novo Coronavírus tem mobilizado diferentes setores da sociedade para a orientação quanto à higiene, imunização, prevenção e cuidados com a saúde a fim de evitar a rápida disseminação da doença e o colapso do sistema de saúde. Ao mesmo tempo, quantidade significativa de informações falsas tem circulado, confundindo a população sobre a necessidade do isolamento social, de ações preventivas, de cuidados terapêuticos de doentes e de impactos relacionados à COVID-19. Por essa razão, um grupo de professores de diferentes departamentos, técnicos administrativos (TAs) e alunos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) se uniram a profissionais de diferentes setores da sociedade civil para criar um espaço democrático de informações com embasamento científico e, com isso, permitir aos cidadãos brasileiros a possibilidade de ampliar seus conhecimentos a partir de uma base de dados confiável sobre a pandemia causada pelo novo Coronavírus.

A mobilização desse grupo aconteceu após a criação do Comitê de Controle e Cuidados em relação ao Novo Coronavírus, instituído, por sua vez, em 12 de março de 2020, através da portaria GR Nº 4369 da Reitoria da UFSCar. A união desses profissionais resultou na criação da Rede InformaSUS-UFSCar em 15 de março de 2020. A rede, materializada na plataforma <https://www.informasus.ufscar.br/> e coordenada pelo professor do Departamento de Medicina Gustavo Nunes de Oliveira via projeto de extensão “Comunicação Social no Contexto da Covid-19”⁶, se propõe como um espaço de organização, checagem e produção de conteúdo para imprensa, internet e mídias sociais, qualificando a informação disponibilizada ao público e auxiliando no controle da pandemia e combate às notícias falsas.

Entretanto, assim como em outras plataformas, boa parte das informações em relação à pandemia tem sido publicada em língua portuguesa. Por isso, com o objetivo de ampliar o acesso das informações disponibilizadas na Rede para a comunidade surda, o *site* e as *lives*

⁶ Processo UFSCar-ProExWeb: 23112.007064/2020-21

produzidas pelos grupos temáticos da Rede passaram a contar com tradução e interpretação para a Libras (língua brasileira de sinais), língua utilizada pelas comunidades surdas no Brasil.

As comunidades surdas brasileiras se constituem em grupos heterogêneos que possuem como traço comum a experiência do não-ouvir devido a limitações biofisiológicas da audição e utilizam a língua de sinais como primeira língua e a língua majoritária como segunda (MOURA, 2000; 2013; ASSIS SILVA, 2012). Essas comunidades são compostas, geralmente, por sujeitos que nasceram em famílias que falam, majoritariamente, a língua oral, pois 95% das crianças surdas nascem em famílias ouvintes (NORTHERN; DOWNS, 1991). Segundo Quadros (2019), dependendo da posição dos pais da criança surda e das orientações que recebem ao tomarem conhecimento da surdez de seu filho, a criança surda pode vivenciar a aquisição da língua de sinais precocemente ou não.

A Libras foi reconhecida legalmente pela Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, como meio de comunicação e expressão dessas comunidades, e apesar desse reconhecimento, os meios de comunicação audiovisuais e as diferentes plataformas jornalísticas disseminam informações apenas pela língua portuguesa, excluindo, com isso, boa parte das comunidades surdas brasileiras que utilizam a Libras. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, em 23 de março de 2020⁷, no início da pandemia, 61% da população brasileira confiava na TV para se informar sobre a pandemia de COVID-19 e 56%, em jornais impressos. Rádio e *sites* de notícia despontam, em seguida, com, respectivamente, 50% e 38% de credibilidade.

Esses dados corroboram a afirmação de Rezende (2000) de que a TV ainda possui um lugar de prestígio em nossa sociedade como meio de acesso à informação. Entretanto, ela não é 100% democrática e inclusiva por não considerar, dentre outros grupos, o de pessoas com deficiência visual e a população surda como público-alvo de suas programações (NASCIMENTO, 2016). Esse aspecto pode ser evidenciado pela ausência de tradutores e de intérpretes em entrevistas, debates e orientações para a população surda em um momento tão crítico quanto o da crise sanitária de 2020. A ausência de tradução e de interpretação para a Libras faz com que essa população fique à margem da veiculação de informações importantes, deixando-a, portanto, mais suscetível às notícias falsas, visto que, conforme pesquisa realizada por Nascimento (2020), 40% dos surdos não se consideram proficientes na língua portuguesa para a leitura de legendas ou de textos em *sites*⁸.

⁷ Pesquisa completa em:

<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2020/03/23/22cedeee019d1bf3e5e82c889e058b9bhb.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.

⁸ Devido às questões biofisiológicas, o português não é adquirido de forma natural pelas crianças surdas, demandando, com isso, intervenções reabilitativas, como o uso de aparelhos de amplificação sonora individual

As comunidades surdas, durante séculos, lutaram por direitos linguísticos, educacionais e sociais. No Brasil, o reconhecimento legal da língua de sinais, em 2002, reforçou a Lei de acessibilidade (Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000), voltada à inclusão das pessoas com deficiência. Em 2005, o Decreto 5.626, que regulamentou a lei de Libras (Lei nº 10.436/2002), ampliou as determinações para que o Estado garanta aos surdos o direito pleno à vida social. Dentre os diferentes direitos, o de acesso à saúde figura como central, conforme consta no Capítulo VII do referido decreto, que diz que o:

IX - atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação; e

X - apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação (BRASIL, 2005).

Esse direito também é garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (ONU, 2009) que, em seu artigo 2º, afirma que todo ser humano pode invocar seus direitos, independentemente de sua língua (dentre outras inúmeras questões), e, ainda, que não será feito nenhum tipo de distinção em decorrência desse fator. Em seu artigo 25, a Declaração explicita também que toda pessoa tem direito à saúde e ao bem-estar.

Diante do exposto, compreende-se que todo ser humano tem o direito de comunicar-se em sua língua de conforto sem que sofra qualquer tipo de distinção ou discriminação, e que aos surdos brasileiros é assegurado, legalmente, o uso da Libras em quaisquer locais. Entretanto, especialmente no espaço da saúde, se faz necessária a presença de profissionais com conhecimento da Libras e/ou tradutores e intérpretes dessa língua para garantir atendimento de qualidade a esses cidadãos. Todavia, essa não é a situação que comumente se observa nos serviços de saúde.

Alguns estudos (CHAVEIRO, et al., 2008; COSTA, et al., 2010; CHAVEIRO, et al., 2014; SOARES, et al., 2018; BEGROW, et al., 2020) vêm demonstrando os problemas na falta de acesso da comunidade surda aos sistemas de saúde, da atenção básica à alta complexidade, apontando que, dentre os impedimentos, a falta de comunicação com os profissionais da saúde é o fator com maior latência. Esses estudos revelam, sobretudo, o

(AASI), implante coclear e terapia fonoaudiológica. A Libras, por sua vez, pode ser adquirida de forma mais espontânea quando crianças surdas são colocadas em contato com sinalizantes, especialmente surdos, que permitam com que eles adquiriam a língua, se reconheçam como sujeitos e se sintam pertencentes a uma comunidade (MOURA, 2013). Por essas razões, a língua portuguesa é considerada a segunda língua da comunidade surda pelo Decreto 5.626/2005, que garante, dentre outras coisas, que as crianças surdas aprendam a Libras como primeira língua e a modalidade escrita do português como segunda.

descumprimento, tanto por parte das instituições públicas quanto das privadas, da legislação, que assegura o direito da comunicação em Libras pelos surdos nas diferentes esferas sociais. Esse direito deve ser garantido com a formação e contratação de tradutores e de intérpretes de Libras, conforme preconiza o Decreto 5.626/2005, visto que a tradução e a interpretação são aspectos fundamentais para garantir atendimento de qualidade à população surda na sociedade como um todo.

Entretanto, a negligência do Estado sobre os direitos comunicacionais dos surdos afeta também as formas de atuação e de formação profissional de tradutores e de intérpretes. Estudos como os de Pereira (2014) e de Jesus (2017) indicam que os maiores desafios da atuação de intérpretes de Libras no contexto da saúde estão ligados ao ato tradutório e interpretativo devido às especificidades da linguagem médica, ao desconhecimento de questões de escopo da saúde e à proximidade, causada pelas relações comunitárias e sociais, entre muitos profissionais tradutores e intérpretes e os surdos.

Frente ao exposto, pode-se afirmar que a comunidade surda caminha à margem das informações no que se refere à sua própria saúde. No contexto da pandemia, essa exclusão se intensificou pela falta da produção de informações sobre a COVID-19 em Libras. Diante da ausência de tradutores e de intérpretes de Libras, da falta de preparo e conhecimento dos profissionais, e da subutilização do sistema de saúde por sujeitos surdos, a prevenção, por meio do acesso às informações em Libras, mostra-se um dos caminhos mais viáveis para a manutenção da saúde. Por essa razão, visando ampliar o acesso da população surda às informações sobre o novo Coronavírus e, também, cobrir uma lacuna emergencial de comunicação em saúde para essa população no contexto da pandemia, a rede InformaSUS passou a contar com a tradução e a interpretação da Libras de seus diferentes conteúdos. O objetivo deste artigo é apresentar como as ações de tradução e de interpretação do português para a Libras são desenvolvidas no âmbito dessa rede. Para tanto, discute-se, na sequência, as especificidades da tradução e da interpretação entre línguas de diferentes modalidades para, a seguir, descrever o trabalho na Rede InformaSUS-UFSCar.

2. Tradução e interpretação intermodal

A tradução e a interpretação são atividades interlinguísticas, cognitivas, discursivas e laborais que permitem que a barreira comunicacional entre duas pessoas ou comunidades seja transposta. Entretanto, apesar de possuírem aspectos em comum, existem diferenças importantes em suas realizações enquanto processos (o traduzir e o interpretar) e enquanto

produtos (a tradução e a interpretação). Segundo Rodrigues (2015), as diferenças se concentram, basicamente em quatro aspectos: (1) *no tipo do texto*: enquanto na tradução os textos, geralmente, são oferecidos ao tradutor de forma finalizada, registrados em diferentes plataformas, na interpretação, os textos são entregues de forma imediata na situação de comunicação face-a-face, geralmente de modo oral; (2) *no modo de produção ou realização das atividades*: na tradução, os textos são produzidos previamente, e os autores do texto-fonte e o público final não estão presentes no momento da realização da tradução. Na interpretação, todavia, o texto é produzido imediatamente e os autores do discurso e o público partilham da mesma situação de comunicação imediata; (3) *nas fases inerentes ao processo*: a tradução envolve planejamento dos processos envolvidos – do acesso inicial do texto à sua entrega final, produção, recursividade e, em especial, a revisão do produto final. Na interpretação, não há planejamento, apenas preparação prévia com acesso, quando possível, ao resumo da fala dos enunciadores e a produção da interpretação acontece sem possibilidade de revisão de qualquer ato de enunciação realizado no momento; e, por último, (4) *no caráter do produto final*, que na tradução é duradouro e com registro automático enquanto na interpretação é efêmero e, geralmente, sem registro.

Quando se insere o elemento *modalidade de língua*, que corresponde aos “sistemas físicos ou biológicos de transmissão por meio dos quais a fonética de uma língua se realiza” (MCBURNEY, 2004 apud RODRIGUES, 2018, p. 114), a discussão sobre as diferenças e semelhanças precisam ser reconsideradas, visto que os meios de produção e de recepção das línguas influenciam nas formas de registro e de circulação dos discursos.

A discussão sobre as diferentes modalidades de língua tem sido um balizador importante nos estudos sobre a linguagem, porque evidenciam que as línguas humanas podem ser produzidas de modo vocal e recebidas pela audição (modalidade vocal-auditiva), mas também podem ser produzidas gestualmente e recebidas pela visão (modalidade gesto-visual). Essas diferenças impactam as práticas de tradução e de interpretação quando as línguas que compõem o par linguístico são de modalidades diferentes (QUADROS, LILLO-MARTIN, PICHLER, 2011; RODRIGUES, 2015; 2018).

Os processos de realização da tradução e da interpretação *intermodal* (SEGALA, 2010; RODRIGUES, 2015; 2018) – que envolve línguas de diferentes modalidades – são parecidos com os da tradução e da interpretação *intramodal* (quando as línguas são da mesma modalidade). Todavia, as formas de acesso ao texto-alvo, bem como a entrega do produto final são marcados, dentre outras coisas, pela necessidade de visualização do discurso quando a direção do processo for língua vocal-língua gestual. Segundo Rodrigues (2018, p. 119),

[...] é importante destacar que a tradução de línguas de sinais pode envolver a escrita, mas o que tem sido mais comum é o registro em vídeo do *corpo do tradutor como língua*. Isso faz com que os tradutores intermodais surdos e ouvintes, que têm seu texto alvo em língua de sinais, sejam sempre *visíveis ao seu público* e que, muitas vezes, sejam vistos como o único autor do texto. Além disso, no processo de interpretação intermodal que tem como texto alvo a língua de sinais ocorre o mesmo, já que os intérpretes de sinais precisam *estar visíveis diante do público*.

Diante dessas especificidades, qualquer processo de produção de tradução ou de interpretação para a língua de sinais precisa considerar a visualidade enquanto elemento central ligado à modalidade gesto-visual dessa língua de chegada. No que diz respeito à tradução, Segala (2010) descreveu o processo tradutório interlinguístico, intermodal e intersemiótico de textos escritos do português para a Libras. Segundo o autor, os processos tradutórios que envolvam uma língua vocal-auditiva que esteja na materialidade escrita e uma língua sinalizada demandam uma estrutura de registro diferente do habitual processo que envolve duas línguas escritas. O aparato necessário é constituído de câmera, iluminação, computadores, *teleprompter*, quando houver possibilidade, uso de texto impresso, dentre outros elementos. Isso porque esse processo envolve: a) leitura do texto acadêmico pelo tradutor; b) estudo do texto pelo tradutor da versão a ser disponibilizada on-line traduzida para a Libras; c) caso necessário, seleção, pelo tradutor, de palavras adequadas para organizar um glossário; d) a filmagem da tradução em Língua de Sinais; e) edição da filmagem; f) revisão da filmagem realizada; g) refacção da filmagem, se houver detecção de erros; e h) revisão final. Esses processos, entretanto, não são realizados fora de normativas técnicas, como alerta Nascimento (2011; 2017), mas precisam atender aos aspectos da boa visualização, bem como às coerções dos diferentes gêneros do discurso.

Em relação à interpretação, Rodrigues (2018) alerta para o fato de que não necessariamente haverá a necessidade de uso de aparato tecnológico para que o público-alvo acesse o texto-alvo produzido pelo intérprete, a depender do contexto de atuação. Entretanto, em contextos de grandes conferências ou em que a interpretação precisa ser transmitida por aparatos tecnológicos, uma estrutura para captação da imagem do intérprete precisa ser garantida. Alguns elementos dessas estruturas se parecem um pouco com os indicados por Segala (2010): câmera, fundo neutro, computador, iluminação. Acrescenta-se, aí, a tela de projeção para o público-alvo, isto é, um retorno de vídeo da situação comunicativa que está gerando o texto-fonte (palco, bancada, rua etc.) e de áudio, para que o intérprete, quando for ouvinte, possa captar bem as informações auditivas.

Todavia, apesar da transmissão da interpretação intermodal ser algo que vem acontecendo recentemente em eventos com grandes públicos como conferências, *shows*, palestras, cultos religiosos, dentre outros, a realidade da pandemia de COVID-19 introduziu uma nova forma de atuação para os intérpretes de língua de sinais no contexto brasileiro: a chamada interpretação remota. Segundo Braun (2015), interpretação remota refere-se ao uso de tecnologias de comunicação para obter acesso a um intérprete em outra sala, prédio, vila, cidade ou país. Nessa configuração, uma linha telefônica ou *link* de videoconferência é usado para conectar o intérprete aos participantes principais, que estão juntos em um local diferente. A interpretação remota é descrita como um método de entrega de interpretação e tem sido usada para interpretação simultânea, consecutiva e de diálogo. No caso da língua de sinais, segundo a autora, o termo utilizado também é *video remote interpreting* (interpretação remota em vídeo).

Para Alley (2012), essa é uma modalidade que demandaria formação específica, devido ao envolvimento de uma série de outros fatores ligados à realização da interpretação. Por isso, alguns profissionais resistem a essa forma de trabalho, porque nem sempre há um treinamento mínimo oferecido aos profissionais e aos usuários, e os participantes ficam confusos sobre como proceder com uma interação interpretada remotamente, o que faz com que haja mais estresse em todos os envolvidos na situação comunicativa.

Apesar de ser realidade nos Estados Unidos e na Europa, a interpretação remota foi imposta aos intérpretes brasileiros de forma massiva com a pandemia de COVID-19. Muitos profissionais viram-se, da noite para o dia, tendo que criar estratégias, aprender a lidar com plataformas e estruturas de áudio e vídeo, para fazer com que a interpretação acontecesse com alguma qualidade. Todavia, diferente dos intérpretes de línguas vocais que precisam de uma estrutura mais ligada à produção e transmissão de voz, os intérpretes de língua de sinais precisam garantir uma transmissão da sua imagem visto que, conforme dito, o texto de línguas dessa modalidade é acessado com a visualização do corpo do intérprete. Por isso, a estrutura demandada dos intérpretes de língua de sinais é mais parecida com a de um estúdio de filmagem.

Na Rede InformaSUS-UFSCar, são realizadas atividades de tradução e de interpretação intermodal. No caso da interpretação, as ações têm sido realizadas remotamente, devido ao isolamento social, para garantir o acesso dos surdos em eventos on-line promovidos pelos diferentes grupos que alimentam a plataforma com conteúdo sobre a pandemia. Na sequência, descreveremos o funcionamento da Rede InformaSUS e a organização do fluxo de trabalho de tradução e de interpretação.

3. A Rede InformaSUS e o fluxo de trabalho de tradução e interpretação para a Libras

Em termos organizacionais, o InformaSUS é uma rede que conecta equipes técnicas e grupos temáticos através de sua plataforma *web* e seus perfis de redes sociais no *Twitter*, *Facebook* e *Instagram*. Essa rede se constitui como dispositivo que não apenas facilita a difusão de informações para diversos públicos, mas conecta diversos coletivos ofertando meios tecnológicos para um processo editorial coletivo e dinâmico.

Para aqueles que não têm acesso ao “lado de dentro” do InformaSUS, a produção da rede pode aparentar uma repetição dos sistemas tradicionais de comunicação, do tipo *broadcasting* (ROSA, 2013), no qual os produtos de comunicação partem de um único polo (emissor) e se transmitem de múltiplos polos receptores. No entanto, o InformaSUS se constitui como uma rede de redes, conectando grupos temáticos e equipes técnicas, as quais atuam nos processos de criação, curadoria e edição de produtos de comunicação relacionados a questões problemáticas em torno da pandemia de COVID-19, com base em produção acadêmica de qualidade.

Alguns grupos temáticos se constituíram a partir do interesse de grupos de pesquisa, de técnicos, estudantes, de projetos de pesquisa, ensino e extensão universitária, alguns já existentes antes da pandemia, que se organizaram em torno de seus recortes de estudos e ações em áreas específicas, direcionando sua produção para questões problemáticas relacionadas ao contexto da pandemia. Outros grupos temáticos surgiram a partir de coletivos militantes e movimentos sociais com ou sem a articulação direta com grupos acadêmicos e que, a partir da movimentação provocada pelo projeto de extensão “Comunicação Social no Contexto da Covid-19”, entraram em contato e se conectaram à produção colaborativa em rede, no InformaSUS. Desse modo, todos os grupos já são redes em si mesmos, conectando diversas áreas da UFSCar e a UFSCar com outras instituições e sujeitos.

As equipes técnicas foram inicialmente compostas a partir de necessidades do projeto, para a viabilização de suas ações, especialmente para a criação do *website*, seu desenvolvimento tecnológico e suporte e para a criação e administração dos perfis oficiais nas redes sociais. A partir da criação do *website*, com o desenvolvimento e implementação de recursos de criação, edição e publicação de conteúdos de comunicação (postagens em *blog*, vídeos, áudios, *banners*, entrevistas, artigos, aulas, infográficos, acervos, perguntas e respostas, entre outros), foram constituídas as equipes de revisão linguística e de tradução para Libras, além da equipe de gestão de acervo, garantindo a viabilidade do processo editorial.

Essa característica de rede do InformaSUS possibilita que a produção de conteúdo, mesmo quando parte inicialmente de uma única pessoa participante, possa encontrar ressonâncias, inicialmente em seu grupo ou coletivo de origem, passando por um processo de discussão e curadoria, regulado por uma política editorial comum, baseada em princípios e diretrizes pactuados que garantem a qualidade final das publicações. Além disso, os canais de interatividade do InformaSUS, como o canal de envio de dúvidas, o formulário de contato, canal de denúncias e os espaços de comentários das publicações, criam conversações e modulam as percepções das necessidades de novos conteúdos. Desse modo, o InformaSUS se constitui em um dispositivo de comunicação em rede, comportando diversos fluxos e processos de comunicação multidirecionais (ROSA, 2013).

A multiplicidade de grupos temáticos e equipes técnicas envolvidas torna o projeto um desafio interdisciplinar, intersetorial e demanda um processo de gestão que aposte na força de conexão e coesão entre esses coletivos de forma cogestiva. Na UFSCar o projeto envolve professores, TAs, alunos de graduação e pós-graduação de todos os departamentos das Ciências da Saúde, de grande parte dos departamentos das Ciências Humanas e ainda departamentos e setores nas áreas de computação, tecnologias da informação e comunicação. Cada grupo e equipe que colabora no InformaSUS tem representantes que compõem o Corpo Editorial do InformaSUS-UFSCar, responsável por discutir e deliberar sobre as estratégias de comunicação e definir a sua política editorial, junto à coordenação do projeto. As publicações do InformaSUS respeitam as diretrizes da política editorial e os termos de uso da plataforma, que garantem respeito aos direitos autorais e uma série de normas para o uso adequado de suas ferramentas. Não há cobrança de valores ou qualquer contrapartida financeira imposta pelo projeto aos autores ou usuários da plataforma. Qualquer pessoa que participe do projeto pode publicar, através de um grupo temático ou equipe colaboradora da rede, não sendo necessário ter vínculo formal com a UFSCar.

O processo editorial entende como pressuposto que toda publicação, tendo um ou mesmo vários autores, deve ser proveniente de um grupo temático ou equipe ligada à rede. Nesse sentido, toda publicação passa por uma curadoria inicial, ainda antes de sua publicação na plataforma, a qual envolve os efeitos da definição e composição dos grupos temáticos; definição e priorização das temáticas; definição de público-alvo de cada publicação, pesquisas e coletas de dados; captação audiovisual; realização de fóruns de discussão; processo de produção de conteúdo e edição de textos e material audiovisual. Tendo sido aprovado no grupo de origem, a publicação é criada na plataforma, ainda no formato para revisão editorial. Disparado o processo de revisão, o material passa por revisão linguística, a qual é conduzida

não somente como forma de qualificar a correção da linguagem, gramática e estilo, mas também como modo de potencializar o seu adequado direcionamento ao público-alvo de cada publicação. Após a revisão linguística, o material passa por um processo de revisão de *design*, no qual não só a diagramação, como o conteúdo gráfico, imagens, vídeo e som são qualificados e adaptados aos formatos da *web* e personalizados para cada canal das mídias sociais, ampliando as possibilidades de alcance dos produtos de comunicação gerados.

As publicações são veiculadas no *website* e nas redes sociais após todo esse percurso de curadoria científica e revisão editorial e ainda assim passam por processos de revisão e análise curatorial pós-publicação, o que envolve: curadoria de gestão de conteúdo no *website* e perfis de redes sociais; definição de posicionamento das publicações no *website* e redes sociais; curadoria de comentários; interação com público leitor; definição de estratégias de ampliação de alcance das publicações; estratégias de adaptação e disseminação de conteúdos para mídias sociais.

Um dos processos de curadoria pós-publicação do InformaSUS-UFSCar envolve a equipe de tradução e de interpretação para Libras, gerando uma linha editorial específica na qual os conteúdos do InformaSUS são colocados em uma fila de tradução e recriados de forma a garantir a acessibilidade desta população interessada. Essa curadoria específica acontece na Rede InformaSUS via projeto de extensão “Tradução e interpretação para a Libras na Rede InformaSUS-UFSCar: direitos linguísticos e direito à informação para surdos em tempos de COVID-19”⁹, coordenado pelo professor do Departamento de Psicologia Vinícius Nascimento e desenvolvido no Laboratório de Tradução Audiovisual da Língua de Sinais (LATRAVILIS), e reúne docentes e TAs tradutores e intérpretes de Libras da universidade, bem como discentes dos cursos de bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras e Língua Portuguesa (TILSP), Imagem e Som e Biblioteconomia. As ações são desenvolvidas a partir das demandas solicitadas pela Rede InformaSUS em 5 grupos de trabalho (GTs) que atuam nas frentes de tradução e de interpretação:

Quadro 1: descrição dos GTs que atuam na tradução e interpretação para a Libras

| GT | ATIVIDADE | FUNÇÃO | MEMBROS |
|-----------|-----------------------------|---|-------------------------------|
| GT1 | Atualização das publicações | Acompanhamento do fluxo de publicações no <i>website</i> da Rede InformaSUS | Discentes |
| GT2 | Tradução/interpretação | Realização da tradução e/ou da interpretação do material/evento demandado | Discentes, TAs TILS, Docentes |
| GT3 | Terminologia | Pesquisa de termos específicos do campo | TAs TILS e Discentes |

⁹ Processo UFSCar – ProEx Web: 23112.010276/2020-96

| da saúde em Libras | | | |
|--------------------|----------------------|--|--------------------------------|
| GT4 | Supervisão e revisão | Supervisão das traduções/interpretações realizadas por alunos | Docentes e TAs TILS |
| GT5 | Equipe de edição | Edição dos materiais traduzidos para inserção nas plataformas digitais | TAs de audiovisual e discentes |

Fonte: desenvolvido pelos autores

Esses GTs atuam remotamente, estão reunidos em um grupo de *WhatsApp*, que funciona como uma sala virtual de reuniões da equipe, e contam com uma pasta compartilhada no *Google drive* com: (i) *planilhas* com as informações sobre as publicações e o fluxo das traduções; (ii) um *plano de trabalho* descritivo e orientacional técnico, com normas sobre as estruturas adequadas para a tradução/interpretação; (iii) uma pasta para que os vídeos traduzidos possam ser enviados para a revisão e depois edição; (iv) uma pasta para a inserção dos vídeos editados e finalizados para subirem para as plataformas digitais e *site*; e (v) uma pasta denominada *sinálio*, que conta com os vídeos dos termos em Libras produzidos pelo GT3, disponíveis para a equipe de tradução.

3.1. Fluxo da tradução

A frente de tradução atua com duas produções geradas pela Rede InformaSUS: (i) o *website* oficial com as publicações dos grupos temáticos e (ii) a *web série* “COVID-19: perguntas e respostas” produzida pelo Laboratório Aberto de Interatividade para Disseminação do Conhecimento Científico e Tecnológico (LAbI-UFSCar). No *website*, as publicações, geralmente, são realizadas na modalidade escrita, mas, vez ou outra, apresentam conteúdo multimodal envolvendo, além dos textos, entrevistas gravadas, gráficos, infográficos, imagens e outras materialidades semióticas. Na série, que funcionaria como um *podcast* a princípio, o médico infectologista e professor do curso de medicina da UFSCar Bernardino Geraldo Alves Souto responde a perguntas da população sobre a COVID-19 de forma objetiva e prática. Nessa segunda produção, a inserção da tradução para a Libras modificou o formato de *podcast* para *videocast*, visto que, apesar de se manter apenas a voz do professor respondendo às perguntas, a presença da língua de sinais impede uma apresentação do conteúdo em vídeo.

O primeiro movimento para a tradução das publicações do *website* é realizado pelo GT1, que é responsável por acompanhar as publicações semanais na plataforma oficial da rede e atualizar a equipe inserindo em uma planilha compartilhada pelo grupo as publicações e o *links*. Na planilha, existem, ainda, colunas para a atualização do nome do tradutor, do

supervisor que vai acompanhar o processo, do revisor e de quem fará a edição posterior e o *status* (em tradução, em revisão, em edição ou publicado). Inicialmente, todas as publicações seriam traduzidas para a Libras, mas com o número reduzido de participantes para dar conta das traduções, decidiu-se por priorizar publicações de orientação para o público em geral, excluindo, com isso, orientações técnicas e específicas sobre farmacologia, internação e atendimento direcionadas aos profissionais da saúde. O GT1, nesse sentido, atenta-se para verificar as *tags* que marcam as postagens e as ligam aos grupos temáticos da Rede. Excluem-se postagens vinculadas e cruzadas com as *tags* “farmacologia”, “público-alvo: técnico”, “campanhas” e “saúde mental de profissionais da saúde”.

Para o *videocast*, o processo funciona de forma um pouco diferente nesse primeiro momento, pois um dos tradutores da equipe atua como desenvolvedor de *web* no LAbI e faz a intermediação com a equipe. Ele recebe os áudios e os envia à sala virtual em que estão todos os tradutores que se disponibilizam para realizar as traduções. Para esse processo, existe uma outra planilha com uma estrutura parecida com a do *site*.

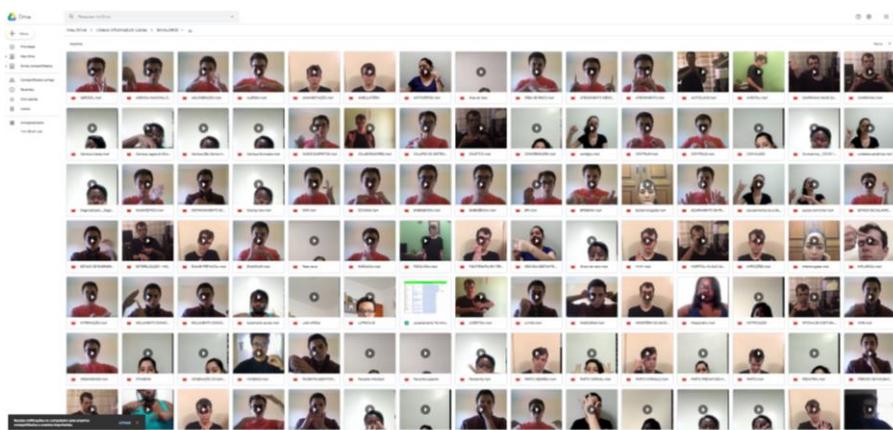
Após a atualização da planilha, os membros do GT2 escolhem as publicações que preferem traduzir. Durante o estudo do material e a preparação para a tradução, conforme vão surgindo dúvidas lexicais, os tradutores responsáveis encaminham à sala virtual da equipe listas de termos específicos que não foram possíveis de serem encontrados durante o estudo. O GT3, então, entra em ação para buscar em diferentes fontes os termos demandados pelos tradutores por meio de dicionários, glossários, *sites*, vídeos disponíveis no *YouTube* em Libras e a própria comunidade surda.

O GT3 é constituído por dez integrantes, dos quais nove são alunos do curso TILSP e uma é servidora tradutora e intérprete de Libras da universidade. Diante da quantidade de participantes, viu-se a necessidade de organizar a logística de funcionamento do grupo, a fim de cumprir com o propósito inicial de pesquisar os termos específicos do campo da saúde em Libras para disponibilizá-los aos solicitantes. O fluxo de trabalho da equipe é dividido em sete etapas: (i) recebimento da demanda; (ii) distribuição de tarefas; (iii) busca terminológica; (iv) seleção dos termos; (v) gravação dos vídeos; (vi) inclusão do termo no banco de dados, e por fim, (vii) atualização da planilha.

Na prática, ao receber a lista de termos, é feita uma consulta entre os membros da equipe para verificar se é do conhecimento deles o sinal-termo utilizado em Libras. Se sim, é realizada a gravação desse sinal-termo, dando continuidade ao processo para as etapas (vi) e (vii). Se não, a depender da quantidade de termos, distribui-se entre os participantes do grupo, para dar início à busca nas fontes mencionadas acima.

O propósito do GT3 não é a criação de sinais-termos, mas sim a identificação desses termos nos materiais consultados que, na maioria das vezes, são vídeos disponíveis no *YouTube* produzidos em língua de sinais. Em situações em que um mesmo termo apresenta variação, prioriza-se o termo de maior incidência, isto é, aquele que aparece mais de uma vez nos vídeos ou fontes consultadas. Após a seleção do sinal-termo, é feito o registro em vídeo por um dos integrantes da equipe que, na sequência, o inclui num banco de dados (Figura 1) intitulado de *Sinalário InformaSUS*, para que os tradutores possam acessar e consultar o termo desejado. No intuito de organizar as informações e facilitar o acesso aos termos, foi incorporada pelo GT3 uma planilha contendo o levantamento terminológico realizado, que, por sua vez, é composta pelos campos: termo, fonte, sinal e exemplo de uso/contexto, que auxilia o consulente do material na localização exata do termo desejado e o seu respectivo sinal.

Figura 1: *Sinalário InformaSUS*



Fonte: desenvolvido pelos autores

Após terem suas dúvidas terminológicas sanadas, os tradutores, então, realizam a primeira versão da tradução e enviam o material para a pasta intitulada “vídeos traduzidos”, que fica disponível para que o GT4 faça a revisão e aprove a versão para a edição ou sinalize a necessidade de refacção. Depois da aprovação do GT4, o vídeo é submetido ao GT5, que realiza a edição e finalização do material para ser enviado ao *site*.

O processo de edição dos vídeos foi pensado para ser rápido e de baixa complexidade. Rápido porque, a cada nova postagem, há o tempo para o texto ser traduzido para a Libras e o tempo para a regravação da tradução após a revisão. Assim, quanto menor for o tempo de edição para a postagem do vídeo finalizado, mais rapidamente a tradução estará disponível no *website*. E de baixa complexidade, pois o objetivo é que alunos dos cursos de Imagem e Som

e TILSP da UFSCar, mesmo que com pouca experiência e conhecimento em edição de vídeo, possam atuar também nessa atividade, sob supervisão dos coordenadores do projeto de extensão. Para que os alunos pudessem participar da edição dos vídeos, foi disponibilizada, no armazenamento em nuvem compartilhado do projeto, uma pasta com os arquivos necessários para a edição dos vídeos, bem como um tutorial em vídeo gravado pelo supervisor de edição do projeto, na tentativa de sanar as principais dúvidas sobre o passo a passo do processo de edição. Este tutorial mostra como a edição deve ser realizada a partir de dois *softwares* de edição diferentes. Um deles é mais conhecido, mas é pago. Já o outro não é tão popular, porém é um *freeware* de código aberto.

Foi criada uma vinheta para o início do vídeo a partir das imagens, cores e tipografia do site, mantendo a identidade visual do portal. O único elemento da vinheta que é alterado para cada vídeo é o título que antecede a aparição do tradutor. As gravações das traduções acontecem nas residências dos tradutores, seguindo recomendações pré-definidas no plano de trabalho, mas com aparelhos celulares e sem uma estrutura profissional. A equipe possui consciência de que é difícil montar um fundo com iluminação homogênea e sem sombras fora de um estúdio. Por isso, as imagens chegam para a edição com qualidade não profissional, mas em condições aceitáveis, necessitando apenas de pequenas correções de brilho, contraste, balanço de cores e saturação. São inseridas no vídeo final as logomarcas do InformaSUS e da UFSCar no canto superior esquerdo e no canto inferior direito, respectivamente (Quadro 1). Para finalizar o vídeo, uma tela com o mesmo fundo da vinheta aparece com os créditos do tradutor, revisor e editor.

Figura 2: Sequência da apresentação do vídeo traduzido

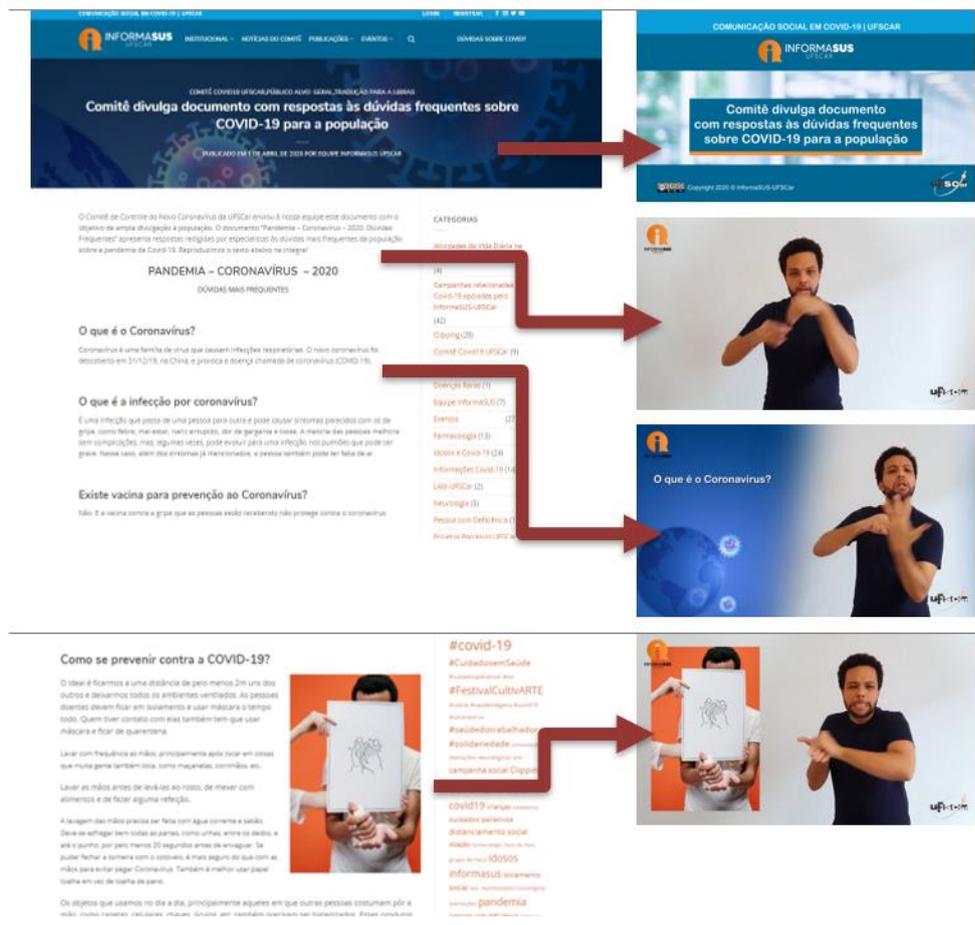


Fonte: <https://youtu.be/vb1zZL7IUjA>

Algumas postagens foram selecionadas para uma edição mais detalhada, como, por exemplo, o texto “Comitê divulga documento com respostas às dúvidas frequentes sobre COVID-19 para a população”. Nessa publicação, o texto está dividido e organizado visualmente pelas vinte perguntas que se destacam em negrito. O leitor pode “navegar” pelo texto visualizando as perguntas que mais lhe interessam. Para que o usuário de Libras tenha

uma experiência semelhante, o vídeo foi editado com a adição de telas com o texto de cada pergunta ao mesmo tempo em que o tradutor aparece ao lado sinalizando. Assim, o vídeo também ficou dividido, e o tradutor não aparece sinalizando do início até o final sem nenhuma alteração visual como nos outros. Outro recurso utilizado para melhorar a experiência da navegação pelo vídeo foi o de adicionar um índice das perguntas na descrição do vídeo na plataforma *YouTube*. Ao clicar no *link* formado pelo texto do tempo (minuto e segundos) do início de cada pergunta, o *player* avança ou retrocede para esse ponto. Para aproximar esteticamente o texto ao vídeo, foram utilizadas as mesmas imagens que ilustram o texto no mesmo momento (Figura 3).

Figura 3: Tradução da publicação “Comitê divulga documento com respostas às dúvidas frequentes sobre COVID-19 para a população”



Fonte: elaborado pelos autores¹⁰

A tradução do *podcast* segue os mesmos procedimentos de tradução e revisão, mas a edição final é realizada pelo LABI, que insere a foto do professor à esquerda, a pergunta a ser

¹⁰ Texto e vídeo disponíveis em: <https://www.informasus.ufscar.br/comite-divulga-documento-com-respostas-as-duvidas-frequentes-sobre-covid-19-para-a-populacao/>

respondida em português no centro e a janela com a tradução para a Libras à direita. Abaixo das duas janelas, o *videocast* apresenta também uma imagem que indica que o texto está sendo produzido em áudio.

Figura 4: Layout da série “COVID-19: perguntas e respostas”



Fonte: <https://youtu.be/19agM03f71k>

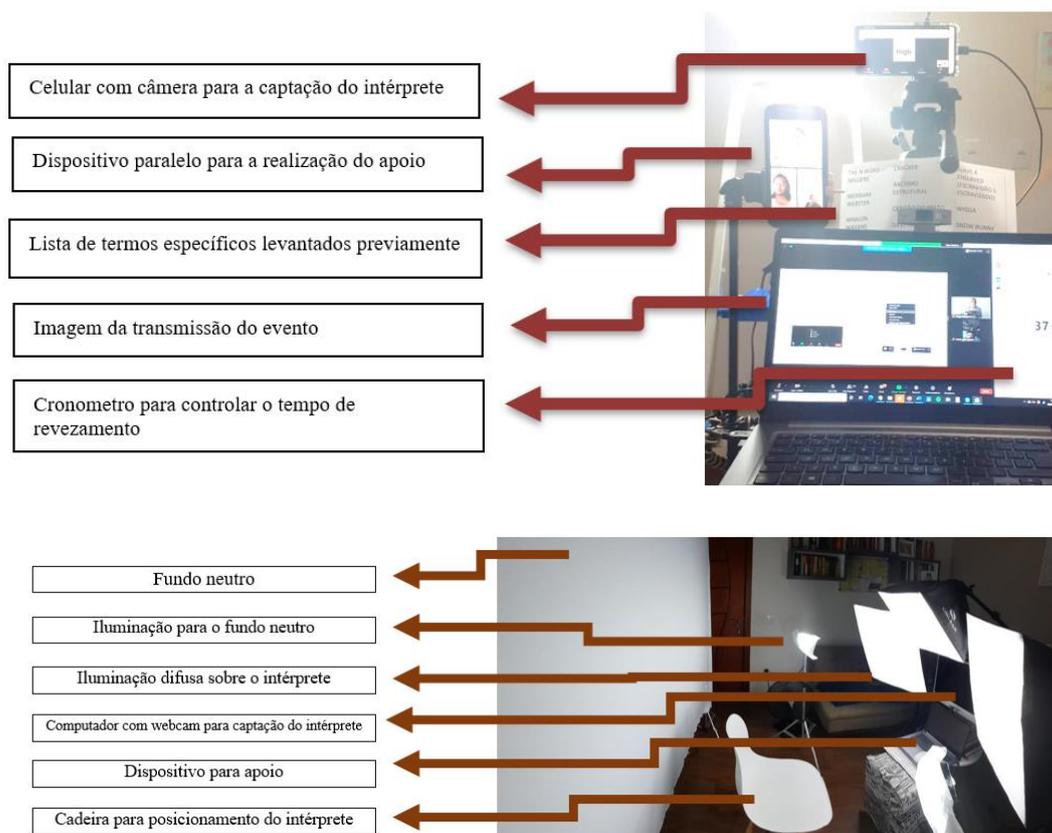
3.2. Fluxo da interpretação

Para a interpretação, o processo é um pouco diferente. Os grupos temáticos que organizam as *lives* entram em contato com o coordenador da equipe de tradução e interpretação enviando a data e o tema, e este, por sua vez, repassa-as ao grupo e pergunta sobre a disponibilidade dos intérpretes que se voluntariam para atuar. O coordenador da Rede InformaSUS cria uma sala virtual no *WhatsApp* e adiciona todos os participantes do evento, dentre eles os intérpretes que podem entrar em contato com os participantes, solicitando material e síntese da fala para a preparação.

Entretanto, a estrutura e a forma de trabalho demandadas dos profissionais diferem-se um pouco da tradução do *site* e do *videocast*. É necessário, além de uma boa câmera para captação da imagem, uma boa internet para garantir a transmissão da interpretação, um computador para acompanhar a transmissão na plataforma principal e um outro dispositivo para que os intérpretes da equipe se comuniquem durante o evento. Enquanto na tradução do *site* e do *podcast*, os tradutores atuam sozinhos em suas residências e, só depois de finalizado o processo, submetem o produto a outras pessoas, a interpretação é realizada sempre em duplas. Quando um dos intérpretes é um estudante do curso de graduação em TILSP, a dupla que o acompanha é um professor do curso ou um TA tradutor e intérprete de Libras que atua na interpretação e supervisiona o aluno durante a *live*.

A atuação em equipe na interpretação de língua de sinais é uma prática corriqueira, especialmente em conferências. Segundo Nogueira (2016, p. 91), “todos os membros da equipe estão efetivamente envolvidos no processo; eles podem estar realizando a interpretação ou em um papel de apoio. Esse apoio é necessário para aperfeiçoar o desempenho da equipe e assegurar a comunicação precisa”. Todavia, no contexto da interpretação remota, o trabalho em equipe é garantido por uma estrutura paralela à da captação, que pode ser uma sala virtual em uma outra plataforma no computador ou um dispositivo à parte que permita a visualização do intérprete de apoio:

Figura 5: possíveis estruturas para a atuação na interpretação remota



Fonte: desenvolvido pelos autores.

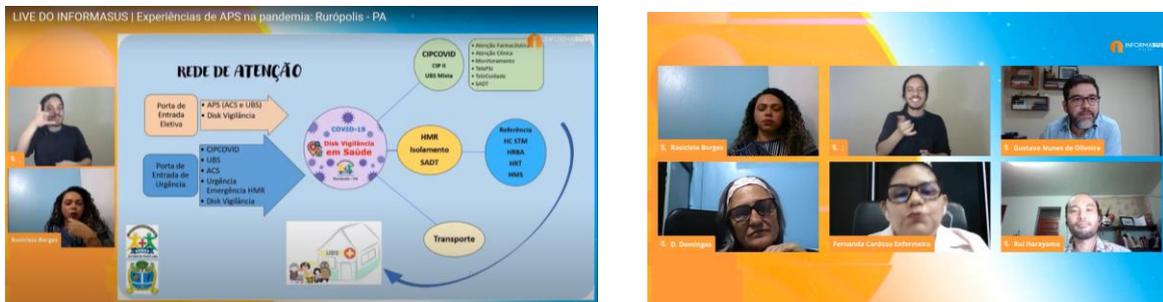
Durante a atuação na interpretação, acontece o revezamento dos intérpretes a cada 30 minutos, conforme recomendação das Notas Técnicas (NT) 02/2017¹¹, sobre a contratação do serviço de interpretação de libras/português e profissionais, e 04/2020¹², sobre interpretação simultânea remota para a Libras, emitidas pela Federação Brasileira das Associações de Tradutores, Intérpretes e Guias-intérpretes da Língua de Sinais (Febrapils).

¹¹ Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B3eZNKrWC6hcWnAyd3FIU2VFQmc/view>

¹² Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Zap62uLDTJ7TPKnDedaO9Z0k0I0rmvWf/view>

A estrutura indicada permite, além da realização do trabalho em equipe, a apresentação da janela de Libras sem interferências, conforme indica a NT 04/2020 da Febrapils e a NBR 15290/05 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

Figura 5: Live do InformaSUS. À esquerda, apresentação de slides pelo palestrante junto com o intérprete. À direita, o bate-papo com todos os presentes na live.



Fonte: <https://youtu.be/96Mt3F6AEfw>

4. Considerações finais

A pandemia do novo Coronavírus impôs a todos nós novas formas de relacionamentos, de trabalho e cuidados com a saúde. Dentre os grupos afetados por esse novo contexto, estão os tradutores e intérpretes de língua de sinais que precisaram aprender a lidar com novas formas de realização de suas práticas profissionais, a fim de garantir à população surda acesso às informações produzidas para os cuidados básicos e proteção da vida.

Na Rede InformaSUS-UFSCar, essas atividades têm colaborado para que a população surda acesse informações científicas de qualidade, geradas por grupos temáticos que se dedicam a investigar cientificamente as questões ligadas à pandemia e a averiguar as informações, garantindo, com isso, um padrão para evitar a disseminação de informações falsas. A descrição dos processos de tradução e de interpretação empreendidos neste artigo pode contribuir para a compreensão de práticas profissionais de tradutores e de intérpretes de língua de sinais em contextos de emergências, bem como com aspectos formativos a partir da nova realidade imposta pela pandemia. Salienta-se, com essa experiência, que o acesso à informação é um direito da população surda e, por isso, não apenas os agentes e instituições públicos devem promovê-lo, mas todos aqueles que defendem e compreendem que uma sociedade democrática se faz com comunicação para todos.

Referências

- ALLEY, E. Exploring Remote Interpreting. **International Journal of Interpreter Education**. v. 4, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.cit-asl.org/new/wp-content/uploads/2012/05/IJIEvol4no1-complete.pdf#page=115>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- BEGROW, D. V.; SANTOS, D. S.; JESUS, M. E. F.; BISPO, M. M. C.; SOUZA, M. P.; COSTA, P. S. A (in)visibilidade do surdo na atenção primária: relato de experiência. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 42, n. 4, p. 753-762, ago. 2020. Disponível em: <http://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/2567>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- BRASIL. **Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 20 de janeiro de 2010.
- BRAUN, S. Remote Interpreting. In MIKKELSON, H.; JOURDENAIS, R. (Eds.) **Routledge Handbook of Interpreting**. London/New York: Routledge, 2015.
- CHAVEIRO, N.; DUARTE, S. B. R.; FREITAS, A. R.; BARBOSA, M. A.; PORTO, C. C.; FLECK, M. P. A. Qualidade de vida dos surdos que se comunicam pela língua de sinais: revisão integrativa. **Interface: comunicação saúde educação**. v. 18, n. 48, p. 101-114, 2014.
- CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M. A.; PORTO, C. C. Revisão de literatura sobre o atendimento ao paciente surdo pelos profissionais da saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. n. 42, v. 3, 2008.
- COSTA, L. S. M.; ALMEIDA, R. C. N. A.; MAYWORN, M. C.; ALVES, P. T. F.; BULHÕES, P. A. M. PINHEIRO, V. M. O atendimento em saúde através do olhar da pessoa surda: avaliação e propostas. **Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica**. v. 7, n. 3, 2009.
- DATAFOLHA. **Comportamento da População - Coronavírus – Instituto Datafolha – Março 2020**. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2020/03/23/22cedee019d1bf3e5e82c889e058b9bhb.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2020.
- FEBRAPILS. **Nota técnica N.004/2020: sobre interpretação simultânea remota para a Língua Brasileira de sinais**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Zap62uLDTJ7TPKnDedaO9Z0k0I0rmvWf/view>. Acesso em: 25 ago. 2020
- FEBRAPILS. **Nota técnica N. 02/2017 sobre a contratação do serviço de interpretação de libras/português e profissionais intérpretes de libras/português**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B3eZNKrWC6hcWnAyd3FIU2VFQmc/view>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- JESUS, R. B. **“Ei, aquele é o intérprete de Libras?”: atuação de intérpretes de Libras no contexto da saúde**. Orientadora: Audrei Gesser. 241 f. 2017. Dissertação (Mestrado em

Estudos da Tradução) – Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Florianópolis, 2017.
Versão eletrônica. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/182062/351452.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 maio 2021.

MOURA, M. C. **O Surdo**: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

MOURA, M. C. Surdez e linguagem. In: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. (Orgs). **Tenho um aluno surdo, e agora?** São Carlos: EDUFSCar, 2013.

NASCIMENTO, M. V. B. **Tradução de Libras em materiais audiovisuais**: usabilidade de janelas e sincronia verbo-visual no processo tradutório. (Relatório de Pesquisa). Universidade Federal de São Carlos, (UFSCar), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP – Processo 2017/21970-9), São Paulo, 2020.

NASCIMENTO, M. V. B. **Interpretação da língua brasileira de sinais a partir do gênero jornalístico televisivo**: elementos verbo-visuais na produção de sentidos. Orientadora: Elisabeth Brait. 148 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Faculdade de Comunicação, Filosofia, Letras e Artes, PUC, São Paulo, 2011. Versão eletrônica. Disponível em:
<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/13551/1/Marcus%20Vinicius%20Batista%20Nascimento.pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.

NASCIMENTO, V. Janelas de libras e gêneros do discurso: apontamentos para a formação e atuação de tradutores de língua de sinais. **Trabalhos de Linguística Aplicada**. Campinas, v. 56, n. 2, p. 461-492, 2017,. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.1590/010318138649203273941>. Acesso em: 27 ago. 2020.

NASCIMENTO, V. Da norma legislativa à atividade interpretativa: acessibilidade comunicacional de surdos à mídia televisiva. In: ALBRES, N. A.; SILVA, A. A.; RUSSO, A. (Orgs.) **Diálogos em estudos da tradução e interpretação de língua de sinais**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

NOGUEIRA, T. C. **Intérpretes de Libras-Português no contexto de conferência**: uma descrição do trabalho em equipe e as formas de apoio na cabine. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Florianópolis, 2016.

NORTHERN, J. P.; DOWNS, M. P. **Hearing in Children**. 4. ed. Baltimore: Willians & Wilkins, 1991.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: UNIC, 2009. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

PAGURA, R. Tradução e interpretação. In: AMORIM, L. M.; RODRIGUES, C. C.; STUPIELLO, E. N. A. (Orgs.) **Tradução & perspectivas teóricas e práticas**. São Paulo: Unesp Digital, 2015.

PEREIRA, P. C. **Tradutores-intérpretes de Libras na saúde**: o que eles nos contam sobre questões éticas em suas práticas. 2014. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública, USP, São Paulo, 2014.

QUADROS, R. M. **Libras**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

QUADROS, R. M.; LILLO-MARTIN, D.; PICHLER, D. C. Desenvolvimento Bilíngue Intermodal: Implicações para Educação e Interpretação de Língua de Sinais. In: MOURA, M. C.; CAMPOS, S. R. L.; VERGAMINI, S. A. A (Org.). **Educação para surdos**: práticas e perspectivas II. São Paulo: Santos, 2011.

REZENDE, G. J. **Telejornalismo no Brasil**: um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000.

RODRIGUES, C. H. Translation and signed language: highlighting the visual-gestural modality. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 38, n. 2, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7968.2018v38n2p294>. Acesso em: 15 jul. 2020.

RODRIGUES, C. H. Interpretação simultânea intermodal: sobreposição, performance corporal-visual e direcionalidade inversa. **Revista da Anpoll**. v. 1, n. 44, Florianópolis, p. 111-129, jan./abr. 2018.

ROSA, A. M. Do broadcasting à Internet: critérios de distinção entre os meios clássicos de comunicação de massas e os novos media. **Communication Studies - Estudos em Comunicação**, n. 13, p. 1-36, 2013.

SEGALA, R. R. **Tradução intermodal e intersemiótica/interlingual**: português brasileiro escrito para língua brasileira de sinais. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Florianópolis, 2010.

SOARES, I. P.; LIMA, E. M. M.; SANTOS, A. C. M.; FERREIRA, C. B. Como eu falo com você? A comunicação do enfermeiro com o usuário surdo. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 32, 2018. Disponível em: <https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/25978/16591>. Acesso em: 28 ago. 2020.

Traduções simbólicas em contexto migratório: (re)existência e democratização da informação

Symbolic translations in a migratory context: (re) existence and democratization of the information

Maria Gabriel¹

Maria Cristina Figueiredo Silva²

Jeniffer Albuquerque³

Graziela Lucchesi Rosa da Silva⁴

Camila Akemi Aoto⁵

José Aparecido Vanzela Junior⁶

Maria Fernanda Mileski de Paula⁷

Mariana Rodrigues Provenzi⁸

Vanessa Diamante Rohden⁹

Resumo: O Projeto de Extensão Universitária - Português Brasileiro para Migração Humanitária da Universidade Federal do Paraná (PBMIH-UFPR) desenvolve materiais a partir de uma ‘tradução simbólica’ como forma de apoio para o exercício de cidadania e a facilitação do acesso de comunidades migrantes e/ou refugiados às informações relacionadas à saúde, à economia e a situações sociais agravadas com a pandemia. O projeto tem desenvolvido ferramentas educacionais em formato de postagens em suas redes sociais. Para que os materiais fossem elaborados, o projeto lançou mão de uma metodologia que conta com processos cíclicos: seleção das demandas junto aos migrantes, parceiros e observação do meio social; elaboração de textos acessíveis à comunidade de migrantes e refugiados, criação do layout e tradução do produto final em seis línguas (português brasileiro, inglês, espanhol, kreyòl ayisyen, francês e árabe). O material é uma ferramenta que opera a partir de uma visão interdisciplinar de tradução, a partir das perspectivas de outras áreas. Esperamos que os materiais possam auxiliar migrantes e/ou refugiados que se apresentam em maior situação de vulnerabilidade social neste momento.

Palavras-chave: Material informativo; Migração; PBMIH-UFPR; Tradução; Democratização.

Abstract: The Universitarian Extension Project - Brazilian Portuguese for Humanitarian Migration from the Federal University of Paraná (PBMIH-UFPR) develops materials based on a ‘symbolic translation’ as a means of supporting citizenship and facilitating the access of migrant and / or refugee

¹ Doutoranda em Letras, Universidade Federal do Paraná, UFPR, mgabriel.ufpr@gmail.com

² Doutora em Linguística, Professora Titular no Departamento de Literatura e Linguística, Universidade Federal do Paraná, UFPR, figueiredosilvamc@gmail.com

³ Doutora em Psicolinguística, Professora Assistente no Departamento Acadêmico de Línguas Estrangeiras Modernas, UTFPR, jeniffer.albuquerque@gmail.com

⁴ Doutora em Educação, Universidade Federal do Paraná, UFPR, grazielaluc@hotmail.com

⁵ Graduanda em Psicologia, Universidade Federal do Paraná, UFPR, milaaoto@gmail.com

⁶ Graduado em Letras-francês, Universidade Federal do Paraná, UFPR, josevanzellajunior@gmail.com

⁷ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Paraná, UFPR, mileskimaria5@gmail.com

⁸ Graduanda em Design Gráfico, Universidade Federal do Paraná, UFPR, marianarprovenzi@gmail.com

⁹ Graduanda em Design Gráfico, Universidade Federal do Paraná, UFPR, vanessadiamante.r@gmail.com

communities to information related to health, economic and social situations, worsened by the Pandemic. The project has been developing educational tools in the format of posts on their social networks from these materials. In order to produce the materials, the project developed a methodology composed of cyclical processes: it begins with the selection of migrants and the project partners' demands and observation of the social environment; it involves preparing accessible texts to the migrant and refugee community, by creating the layout and translating the final product into six languages (Brazilian Portuguese, English, Spanish, Creole, French and Arabic). The material is a tool that works from an interdisciplinary view towards translation, derived from perspectives from other areas. We hope that the materials can help migrants and / or refugees who are in a greater situation of social vulnerability at this moment.

Keywords: Informative material; Migration; PBMIH-UFPR; Translation; Democratization.

1. Introdução

Um mundo de deslocamentos se impõe cada dia mais. Dos mais diversos tipos, os fluxos surgem em grande quantidade. Fluxos informacionais e fluxos migratórios estão por trás da ação apresentada neste artigo, que elabora materiais informativos a partir de um processo de tradução literal e simbólica, a fim de acessibilizar conteúdos relacionados à saúde, economia e condições de cidadania para comunidades de migrantes e/ou refugiados. É nessa lacuna da falta de informação clara e didática, e pela promoção de conteúdos acurados e acessíveis, que o Projeto de Extensão Universitária Português Brasileiro para Migração Humanitária da Universidade Federal do Paraná (PBMIH) se insere.

O PBMIH, do curso de Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR), atende mais de 250 migrantes e refugiados por semestre. A partir da lente de Norton (2013), entendemos que tais comunidades residentes hoje no Brasil são resultado de dolorosos processos de migração forçada de seus países de origem e passam pela perda não só de recursos materiais (bens de consumo, imóveis e dinheiro), mas também simbólicos (acesso às línguas mais prestigiadas em um dado espaço de enunciação). Nesse sentido, sem acesso à língua de veiculação das informações necessárias para que exerçam plenamente sua cidadania (o português), há a carência de materiais disponíveis sobre a COVID-19, políticas públicas e auxílios financeiros que atendam às demandas de língua e acessibilidade destas pessoas.

Diante do cenário acima delineado, a atuação das organizações de acolhimento aos migrantes é fundamental. O PBMIH compõe o conjunto de projetos interdisciplinares que integram o Programa de Extensão Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB), da UFPR. O Projeto é referência em ensino linguístico para migrantes e refugiados. Desde 2013, oferece aulas gratuitas de Português como Língua Adicional e/ou Língua de Acolhimento (PLA/PLAc) para a inserção na sociedade brasileira.

Diante da conjuntura de pandemia em 2020, uma equipe do PBMIH se constituiu para elaborar/traduzir materiais sobre o novo coronavírus, políticas públicas, direitos e auxílios financeiros em 6 línguas (Português, Espanhol, Francês, Crioulo Haitiano, Árabe e Inglês). Participam da equipe uma gama interdisciplinar de professoras e alunos das áreas de Letras, Psicologia, Design e Jornalismo. Além disso, é importante ressaltar que compõem a equipe migrantes e ex-alunos dos cursos de português oferecidos pelo projeto.

Portanto, este artigo discorre sobre uma ação que aconteceu mesmo com a suspensão das aulas da graduação na UFPR. Adiante, será possível conhecer os processos de desenvolvimento dos materiais e compreender o trabalho na perspectiva de tradução em vários âmbitos, não somente o linguístico.

2. Traduzindo na pandemia

O PBMIH-UFPR, como projeto de extensão que acredita na íntima relação do tripé da universidade brasileira, ensino-pesquisa-extensão, tem como principal objetivo atuar em ações de acolhimento desses indivíduos na sociedade Brasileira, mais localmente na cidade de Curitiba. Para tanto, disponibiliza aulas de português para migrantes com visto de acolhida humanitária, refúgio, apátridas e/ou migrantes em vulnerabilidade social, os quais vivem em Curitiba e região metropolitana.

Conforme comentamos anteriormente, os migrantes chegam com demandas de bens simbólicos e materiais, os quais só podem ser alçados, de forma mais ampliada, a partir do/pelo desenvolvimento linguístico. O PBMIH-UFPR hoje faz parte do PMUB, programa de natureza interdisciplinar, uma vez que inclui e promove atividade de extensão universitária entre a sociedade civil, instâncias/órgãos públicos, abrindo um espaço de diálogo constante com diversos segmentos da comunidade. É importante pontuar que o PBMUB está sob a tutela da Cátedra Sérgio Vieira de Mello em decorrência do Termo de Parceria firmado com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR. As ações do PBMUB tiveram início com as atividades do PBMIH¹⁰, expandindo suas ações para outras áreas de atuação: Letras, Direito, Informática, História, Psicologia, Sociologia e Medicina. A pandemia causada pela COVID-19 trouxe diversos desafios para comunidades em vulnerabilidade social,

¹⁰ Para uma discussão mais aprofundada acerca das ações desenvolvidas pelo PBMIH, pelo PMUB e pela Cátedra Sérgio Vieira de Melo da UFPR, ver o artigo “Conjunturas Políticas em Contexto de Migração e Refúgio: Um Olhar Glotopolítico” de Gabriel, Albuquerque e Bordini (2020). Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/c37fa258c710e38a3c8b5e9ff00959cb.pdf>

especialmente para os migrantes. Projetos como o PBMIH não puderam retornar ao seu trabalho habitual – oferta de aulas presenciais de Português Brasileiro (PB) – e, por isso, foi necessário buscar novas maneiras de manter o vínculo construído entre o projeto e seus estudantes. Vale destacar que o PBMIH se constitui como um local de acolhimento para o seu público, pois, atreladas às especificidades linguísticas, estão as histórias, trajetórias, costumes, aspectos identitários e culturais que compõem a singularidade de cada estudante migrante e a pluralidade do grupo¹¹. O acolhimento, nesta perspectiva, é um elemento organizador das ações a serem realizadas com/a partir das especificidades do outro, reconhecer a legitimidade da demanda e apreender aspectos identitários.

É importante salientar que não é papel do PBMIH, tampouco é viável, atender a todas demandas relatadas, mas a postura acolhedora e a escuta atenta propiciam estabelecer vínculo e, quando possível, ajudar a criar outras vertentes de atendimento advindas dessas demandas, como: *Pequenos do Mundo*, *Entrelaços*, *Literatura de Refúgio*. Além disso, é possível acionar a rede institucional por meio de outros projetos do PMUB, como das áreas do Direito, Psicologia, Medicina, Ciência da Computação e História¹², bem como encaminhar demandas, quando possível, para outras esferas do município ou do estado.

A partir da característica extensionista do PBMIH, sua constituição se pauta na complexidade e especificidade das histórias de cada um dos migrantes, ou seja, trata-se de uma construção que passa necessariamente pelo sujeito. Adota-se, nessa perspectiva, o pressuposto teórico-metodológico do PB como língua de acolhimento (ANUNCIACÃO, 2018). Segundo a autora, o migrante carrega consigo traços identitários que precisam ser respeitados, já que não entender essa especificidade é uma violação à sua identidade. Nesse sentido, é importante contemplar nas aulas temas que sejam relevantes para a integração no contexto brasileiro e que, para além da língua, o aluno efetivamente tenha voz, respeitando suas contínuas reconstruções identitárias (ANUNCIACÃO, 2018). Albuquerque, Gabriel e Anunciação (2016, p. 377) ressaltam, ao destacarem as ações realizadas pelo PBMIH, que “[a]o se dar voz e a possibilidade de inserção por meio do ensino a migrantes, indivíduos comumente marginalizados na sociedade, se lhes permite algum acesso a recursos materiais e simbólicos”.

¹¹ A sétima edição do TOM Caderno de Ensaio, intitulada *Andanças: travessias das migrações e refúgio*, sob curadoria dos integrantes do PBMIH, demonstra esta concepção de trabalho. Acesso em: <http://www.proec.ufpr.br/download/cultura/tom/tom7.pdf>

¹² *Pequenos do Mundo*, projeto destinado às crianças no período das aulas do PBMIH dos pais/responsáveis; *Entrelaços*, espaço voltado às mulheres para desenvolverem produtos e compartilharem suas memórias; *Caminhos do SUS*, projeto que busca garantir os direitos e o acesso à saúde aos migrantes e refugiados residentes em Curitiba; *Informática*, ação voltada a oferecer curso desta área aos estudantes; *História*, ação voltada ao ensino introdutório de questões históricas brasileira; entre outros.

Com a pandemia, o PBMIH procurou buscar por novas atividades que fossem produtoras de sentido para todos os atores implicados no processo: migrantes e acadêmicos envolvidos no projeto (docentes e discentes). A equipe do PBMIH identificou a demanda, por meio de sua rede de apoio, de materiais de compartilhamento on-line que “traduzissem” a linguagem técnico-jurídica, que estava em transmissão nos meios de comunicação, com foco na especificidade do público-alvo, migrantes e alunos do PBMIH, e da dinamicidade de informações da pandemia.

É possível dizer que toda forma de comunicação, seja ela dentro de uma mesma língua, parece sempre envolver alguma espécie de tradução (SOUZA, 1998). Nesse sentido, procuramos tecer aqui algumas considerações sobre como entendemos nosso processo de *tradução* de uma pandemia e seus contornos para as comunidades de migrantes, público-alvo de nossos produtos. Entendemos que a *tradução* da qual falamos aqui pode possuir uma visão mais ampla e holística do que algumas acepções do termo podem comumente denotar. A princípio, poderíamos assumir o entendimento humboldtiano da impossibilidade tradutória entre idiomas, uma vez que estamos falando de comunidades de migrantes com línguas, culturas, modos de agir e pensar o mundo bastante distintos. No entanto, apesar das aparentes distinções acima mencionadas, as diferentes comunidades de migrantes têm enfrentado um processo semelhante de falta de inserção plena na sociedade brasileira, por questões de falta de acesso linguístico, social ou econômico. Assim, ao não terem acesso a informações acuradas e compreensíveis em um momento tão delicado como a pandemia, tais comunidades ficam à margem de toda a informação pertinente, a saber: questões de saúde, sociais ou econômicas.

A partir desse cenário, entendemos a possibilidade do ato tradutório primeiro como uma tradução feita pelos migrantes de um mundo não verbal (PAZ, 1981, apud ARROJO, 1986), para, posteriormente, dentre as mais diferentes possibilidades de representações pelos signos dos diferentes idiomas, pensar na transposição de unidades inteiras de sentido. Nossa visão se coaduna com a noção de que, ao traduzirmos a pandemia (e todos os assuntos atrelados mais direta ou indiretamente a ela), procuramos traduzir mensagens inteiras de outra língua, como prevê Jakobson (1995). Em última instância, entendemos nosso ato tradutório como uma ferramenta de exercício de cidadania, para que o migrante passe a ter acesso ao mundo, de modo que possa interagir nele/a partir dele e produzir os sentidos que deseja/precisa.

2.1. O português brasileiro como a língua de fato do Brasil

Um trabalho inicial importante na produção do material informativo para a população de migrantes é ajustar os conteúdos a uma variedade de língua que seja familiar e, portanto, compreensível. Assim, primeiramente deve ser feita uma tradução do português padrão, a língua em geral usada nos meios jurídicos, científicos ou burocráticos, para o PB, a língua falada no Brasil, a língua com a qual o migrante tem contato. Essa é a variedade de língua que exploramos inicialmente nos cursos de português ministrados pelo projeto PBMH – não é por acaso que o projeto se chama “Português Brasileiro para Migração Humanitária”. Dado que o migrante precisa inicialmente conseguir resolver os aspectos mais corriqueiros da sua vida, é essa a variedade de língua a que ele precisa ter acesso imediatamente. E como os cursos de português também trabalham com textos escritos, os alunos também têm acesso a uma variedade escrita culta do PB. Assim, materiais escritos em PB culto, em princípio, seriam acessíveis aos alunos de nível intermediário, por exemplo.

Há sempre um hiato entre a variedade de língua que é usada nos registros oficiais e formais e a língua falada no dia-a-dia pela população. Contudo, no Brasil, por conta das condições históricas da formação do país, o hiato se transformou num abismo (FARACO, 2008). O fato de chamarmos todas essas variedades de língua de “português” não deve nos enganar: mesmo um exame rápido expõe algumas diferenças significativas entre elas, que faz com que inclusive o brasileiro comum não consiga, no mais das vezes, entender certas informações formuladas em português padrão. Para o migrante, a situação seria ainda mais dramática.

Pode-se pensar que o problema é que o conjunto de palavras usadas nos documentos brasileiros de caráter mais formal são parte de um jargão técnico só dominado por alguma classe profissional específica. Contudo, o que se observa efetivamente é que, embora seja verdadeiro que o uso de termos técnicos específicos de uma área torna difícil a compreensão dos conteúdos mesmo para o brasileiro comum, esse não é o único problema: existem construções gramaticais que já estão muito longe da língua falada e que continuam aparecendo em textos escritos oficiais dirigidos à população. Quem teve acesso à escola (re)conhece as formas do português padrão, ainda que elas não façam mais parte do uso corrente nem na modalidade escrita; porém, este não é o caso dos migrantes, sobretudo dos que chegaram mais recentemente no país.

Um exemplo pode esclarecer o tipo de problema linguístico de partida que se coloca para quem trabalha na confecção de materiais como os que estamos descrevendo. Um dos materiais preparados versava sobre o acesso ao auxílio emergencial. Na Portaria 386 do governo federal

publicada em 14 de maio de 2020 no *Diário Oficial da União*¹³, encontramos no parágrafo único do artigo 3º¹⁴, pelo menos, um arcaísmo, ou talvez mesmo dois:

Art. 3º Para fins de organização do fluxo de pessoas em agências bancárias e evitar aglomeração, os recursos disponibilizados na forma do art. 2º estarão disponíveis para saques e transferências bancárias, conforme calendário constante do Anexo II.

Parágrafo único. Nas datas indicadas no calendário constante do Anexo II, eventual saldo existente nas poupanças sociais digitais será transferido automaticamente para a conta em que o beneficiário houver recebido a primeira parcela. (grifos nossos)

Observemos primeiramente a construção adjetiva “a conta em que o beneficiário houver recebido a primeira parcela”, que no PB mais comumente assume a forma “a conta que o beneficiário ...”, sem a preposição. A presença da preposição, no entanto, não chega a afetar a compreensão do período. Mais sério é o uso do verbo *haver*, hoje já completamente substituído pelo verbo *ter* em todos os seus usos produtivos no PB (RIBEIRO, 1993), aqui ainda usado no futuro do subjuntivo, um tempo verbal que nos verbos regulares é idêntico ao infinitivo pessoal e, por essa razão, está sendo completamente substituído por este último. Ora, um brasileiro já teria problemas com a forma “houver”, quem dirá um migrante! Não se trata de defender aqui o uso do PB vernacular em documentos oficiais; basta não usar a *norma curta*, nos termos de Faraco (2008), e sim a norma culta brasileira, onde o auxiliar *ter* já está consolidado.

Essa breve discussão já é suficiente para mostrar que essa primeira *tradução* interlingual é um passo imprescindível para termos sucesso na *tradução* para outras línguas e, por fim, na veiculação da informação pretendida.

2.2. A comunicação, a educação e o *design* gráfico no projeto

Em meio à pandemia, presenciamos mudanças drásticas de comportamento, que evidenciaram uma nova lógica de interação pelo uso das tecnologias de comunicação. Essas tecnologias são ponte direta com o público apoiado pelo projeto, como as redes sociais e aplicativos de conversas. Diante da interdisciplinaridade da equipe, as práticas que chamamos

¹³ O leitor pode ter acesso ao texto integral em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-386-de-14-de-maio-de-2020-256966838>. Acesso em: 28 nov. 2020.

¹⁴ Cabe uma observação sobre o artigo 3º, que se pretende formulado em português padrão, mas que na verdade tem problemas de escrita elementares: primeiramente, a coordenação da primeira sentença não obedece ao paralelismo estrutural que a construção coordenada exige; além disso, “recursos disponibilizados” que estarão “disponíveis” exhibe uma certa pobreza vocabular.

aqui de *tradução simbólica* na produção dos materiais informativos apontaram, também, duas questões: o reconhecimento de uma prática comunicativa/educativa e a importância da atuação do bom *design* gráfico (assim como os sérios prejuízos quando ele se faz ausente neste contexto).

Do ponto de vista do *design*, ele se mostra crucial em um momento no qual a presença digital e imagética cresce excepcionalmente – ocupando o lugar das suspensas atividades sociais, das relações presenciais e impelindo mudanças nas estruturas sociais, comerciais, profissionais, acadêmicas, jurídicas, educacionais etc. Em isolamento social, para muitas pessoas, a vida se torna refém da interface como modo de subsistir em vários aspectos, o que torna o *design* fator determinante na experiência de *tradução simbólica*. Por *tradução simbólica* entendemos o entrelaçar dos múltiplos objetivos, sociais e linguísticos, do texto final a ser consumido pela comunidade de migrantes. A *tradução* nos parece ser simbólica na medida em que diversos sentidos atribuídos pela sociedade civil são ressignificados para o contexto dos migrantes.

Sob o olhar da comunicação, o contexto social atual também incentivou um conjunto de ações, chamadas atitudes comunicativas e educacionais (SOARES, 2010). Aqui, entende-se a comunicação de maneira ampla, como uma ideia de interação social que passa por mudanças, inclusive nas relações digitais em uma sociedade que já é midiaticizada. Também a educação aparece centrada em uma racionalidade comunicativa (LONGHI, 2005), que é pautada, no caso do projeto PBMIH, no aspecto de acolhimento do sujeito migrante e do apoio informativo neste momento de pandemia.

Mais do que nunca, estar presente digitalmente significa receber (e produzir) uma imensurável quantidade de informação, muito além da capacidade de assimilação. O processo migratório impõe às pessoas o desafio de serem acolhidas em vários aspectos da vida social, principalmente linguístico. A pandemia impôs, também, um novo ato: o comunicativo. Surgiam informações sobre auxílios financeiros, benefícios sociais e orientações sobre o novo vírus que não eram acessíveis.

Neste contexto, surge a iniciativa da tradução e acessibilização de conteúdos informativos pelo PBMIH. A ação comunicativa no espaço criado pelo projeto produz uma interação que abrange a produção dos conteúdos informativos e a tradução visual e informativa, com características únicas, como a: da percepção da carência de uma informação; da formulação de um texto acessível e possível de ser traduzido em cinco línguas; do uso de estratégias visuais facilitadoras de leitura; da adequação do *layout* de cada material, concebido de forma que o leitor possa identificar seu idioma preferido por meio das cores; entre outras.

O ser humano esteve no centro do processo desde as primeiras etapas, como é característico do design centrado no usuário (FRASCARA, 2002). A equipe se sensibiliza com as demandas dos migrantes, recebe demandas de entidades parceiras ou identifica informações que precisam ser traduzidas. As considerações derivadas do *feedback* se transformam em requisitos para o desenvolvimento do próximo material. Isso representa uma dimensão educativa no processo comunicativo, inclusive em relação à *tradução simbólica*.

A vertente do *design* da informação também se faz presente no planejamento visual do conteúdo, pensando sempre em soluções visuais que melhorem a experiência do leitor migrante. Portanto, para haver conhecimento, é necessário o processo cíclico e dialogal empregado no projeto. É uma trajetória de superação de paradigmas, que vem demarcando novas maneiras de ver o processo social, comunicativo e informacional, considerando o uso das tecnologias e a capacidade de construção de sentidos e significações.

3. Nosso processo

A partir do cenário delineado, passamos à descrição do processo de elaboração/tradução dos materiais. Foi necessário regimentar informações oriundas de diferentes fontes de conhecimento universitário (o famoso tripé pesquisa-ensino-extensão) em diferentes áreas do conhecimento (Letras, Psicologia, Design e Comunicação) para ser possível compatibilizar os saberes apropriados à construção das informações essenciais. Visando explicitar tais processos, esta seção está organizada de modo a descrever as fases, as etapas, os procedimentos e os atores envolvidos na construção/tradução dos materiais informativos.

O processo de elaboração/tradução dos materiais divide-se em 4 *grandes fases* (demanda, planejamento, desenvolvimento e compartilhamento); estas são subdivididas em 9 *etapas* (Avaliação, Levantamento de informações, Elaboração/Tradução do Conteúdo, *Design* do Protótipo, Tradução para as Línguas Alvo, Revisão, Aplicação do *Design*, Publicação e *Feedback*) que interagem entre si de maneira orgânica, condicional e não linear.

Primeira fase - Demanda - advém, principalmente, da escuta da população migrante através dos grupos de WhatsApp das turmas de português planejadas para o primeiro semestre de 2020, mas que, com o início da pandemia, passaram a funcionar como um espaço de socialização, troca de informações e manutenção do vínculo do projeto com os alunos e entre os alunos. Além disso, procura-se identificar oportunidades que possam beneficiar os migrantes, como a descoberta de um edital de auxílio financeiro. Outro rastilho são os parceiros externos (ONGs, Conselhos Regionais, Órgãos Públicos, Entidades e Organizações da

Sociedade Civil) e parceiros internos (projetos de extensão vinculados ao PMUB e/ou a UFPR) que procuram o projeto para elaboração/tradução de materiais dentro das suas áreas de atuação.

Segunda fase - Planejamento - é composta por 4 etapas (Avaliação, Levantamento de Informações, Elaboração/Tradução do Conteúdo e *Design* do Protótipo). *Etapa 1 - Avaliação* - após observada a demanda, uma equipe multidisciplinar (professores e extensionistas das áreas de letras, jornalismo, design e psicologia) pondera acerca do tema/conteúdo pleiteado, usando como critérios: a) abrangência da informação, isto é, potencial benefício e/ou resolução de dúvidas de muitas pessoas da comunidade ou a necessidade de atendimentos/encaminhamentos individualizados; b) impacto da informação, ou seja, mensura-se a relevância do conteúdo na vida da população e, desse modo, avaliam-se temáticas prioritárias, prazos específicos e/ou a possibilidade de captação de recursos financeiros.

Etapa 2 - Levantamento de Informações - esta etapa dedica-se à compreensão, minuciosa, das informações e especificidades da temática abordada através do rastreamento dos dados em órgãos/documentos oficiais, buscando toda a burocracia envolvida no procedimento. Além disso, averiguamos possíveis complicações e soluções para a população migrante; por exemplo, em alguns cadastros oficiais do governo é exigido o RG (documentos registrados somente por números), contudo, o correspondente desse documento para um cidadão estrangeiro é o RNE (documento registrado por letras e números). Devido a essa discrepância, muitas vezes a comunidade migrante fica impossibilitada de acessar direitos essenciais; em vista disso, buscamos junto às entidades parceiras soluções e encaminhamentos.

Etapa 3 - Elaboração/Tradução do Conteúdo - posteriormente ao levantamento das informações, inicia-se a elaboração do conteúdo linguístico: filtrando-se as informações principais, voltando à validação de dados, até a etapa anterior, caso necessário. Nessa etapa, ocorrem diversas traduções, a saber: a) tradução de uma linguagem formal, de termos jurídicos e/ou científicos para o PB (variante coloquial); b) tradução de procedimentos e normas facilitando o entendimento de processos que em sua maioria são extremamente burocráticos e complexos, principalmente para um migrante; c) tradução do conteúdo de documentos oficiais para redes sociais. Os elementos são transpostos para um formato adequado que permita ser consumido em redes sociais (*Instagram, Facebook e WhatsApp*) e, especialmente, na tela de um celular (primordial meio de acesso da população). Ademais, o conteúdo é pensado num formato que garante a acessibilidade da informação, levando em consideração os diferentes níveis de conhecimento letrado. Sendo assim, pensar o conteúdo através da comunicação também significa considerar futuras traduções pelas quais o material passará, fazendo com que toda a etapa se preocupe com *atitudes comunicativas e educacionais* (SOARES, 2010).

Etapa 4 - Design do Protótipo - Etapa final da fase de Planejamento. Consiste em traduzir o conteúdo elaborado em um material visual, através do *design* gráfico. Essa etapa ocorre antes da tradução para outras línguas, o que permite diagramar o texto da melhor forma possível, incluindo voltar à etapa anterior para ajustar títulos, tamanhos de parágrafo, quantidade de informação etc. A solução visual dos materiais tem como aspecto principal facilitar a compreensão: as informações mais importantes são trabalhadas com destaques visuais estratégicos, de modo a realçar palavras-chave, caso o migrante tenha dificuldade para absorver as informações em sua totalidade. A tipografia escolhida é amigável e de fácil leitura, e as cores prezam por clareza e bom contraste. O processo de leitura é guiado por elementos como numeração dos tópicos, uma barra que demonstra o avanço do leitor e o uso de ícones para auxiliar na compreensão, diferenciação e memorização de informações importantes. Por exemplo: usar um ícone que represente o conceito de “documentos” ao lado da lista de documentos exigidos para determinado processo facilita a leitura e a identificação de informações prioritárias. Essas escolhas de linguagem gráfica são traduções visuais que resultam em materiais informacionais acessíveis. Os resultados dessa etapa são: a) material em imagem, para publicação nas redes sociais *Instagram* e *Facebook*, onde será organizado em publicação múltipla ou álbum; b) um material no formato PDF, feito para ser enviado pelo aplicativo de mensagens *WhatsApp*, contendo todas as informações das imagens em um único arquivo, para que não perca a ordem ao ser encaminhado entre os interessados e, por fim, c) protótipo editável com base, no qual serão desenvolvidos os materiais em outros idiomas na *Etapa 7 - Aplicação do design*.

Terceira fase - Desenvolvimento - é composta por 3 etapas (Tradução para as Línguas Alvo, Revisão e Aplicação do Design). *Etapa 5 - Tradução para as Línguas Alvo* - após a tradução do material para o PB e para a linguagem visual, o material (textual e gráfico) é encaminhado para a equipe que traduzirá do PB para as línguas-alvo (árabe, crioulo haitiano, espanhol, francês e inglês). É mister ressaltar que o envio do material gráfico acompanhado do material textual auxilia a equipe na tradução para as demais línguas, guiando e assegurando unidade e espelhamento entre os materiais, independente da língua.

Etapa 6 - Revisão - logo após a tradução para o árabe, crioulo haitiano, espanhol, francês e inglês, o material é enviado para a revisão. Desse modo, as traduções passam pelo olhar de outros membros da equipe e, muitas vezes, da população migrante (alunos do projeto), garantindo maior confiabilidade.

Etapa 7 - Aplicação do Design - Seguindo o modelo gerado na etapa 4, o conteúdo textual vertido nos 5 idiomas é traduzido visualmente. A identidade visual construída para os materiais

informativos foi pensada de modo a acomodar os 6 idiomas e diferenciá-los visualmente: cada língua teve uma paleta de cores definida para si, de modo a permitir que o migrante identifique facilmente seu idioma em meio aos outros. Chama-se a atenção para a diagramação do conteúdo em árabe, que é feita com atenção adicional e, muitas vezes, reorganização visual dos textos, uma vez que seu sistema de escrita é da direita para a esquerda e deve ser alinhado à direita. Para assegurar a ordem de leitura correta, a versão árabe é revisada com o tradutor mesmo depois de desenvolvida visualmente. O resultado dessa etapa são os mesmos da etapa 4, agora desdobrados em 5 idiomas e prontos para publicação e envio nas redes sociais.

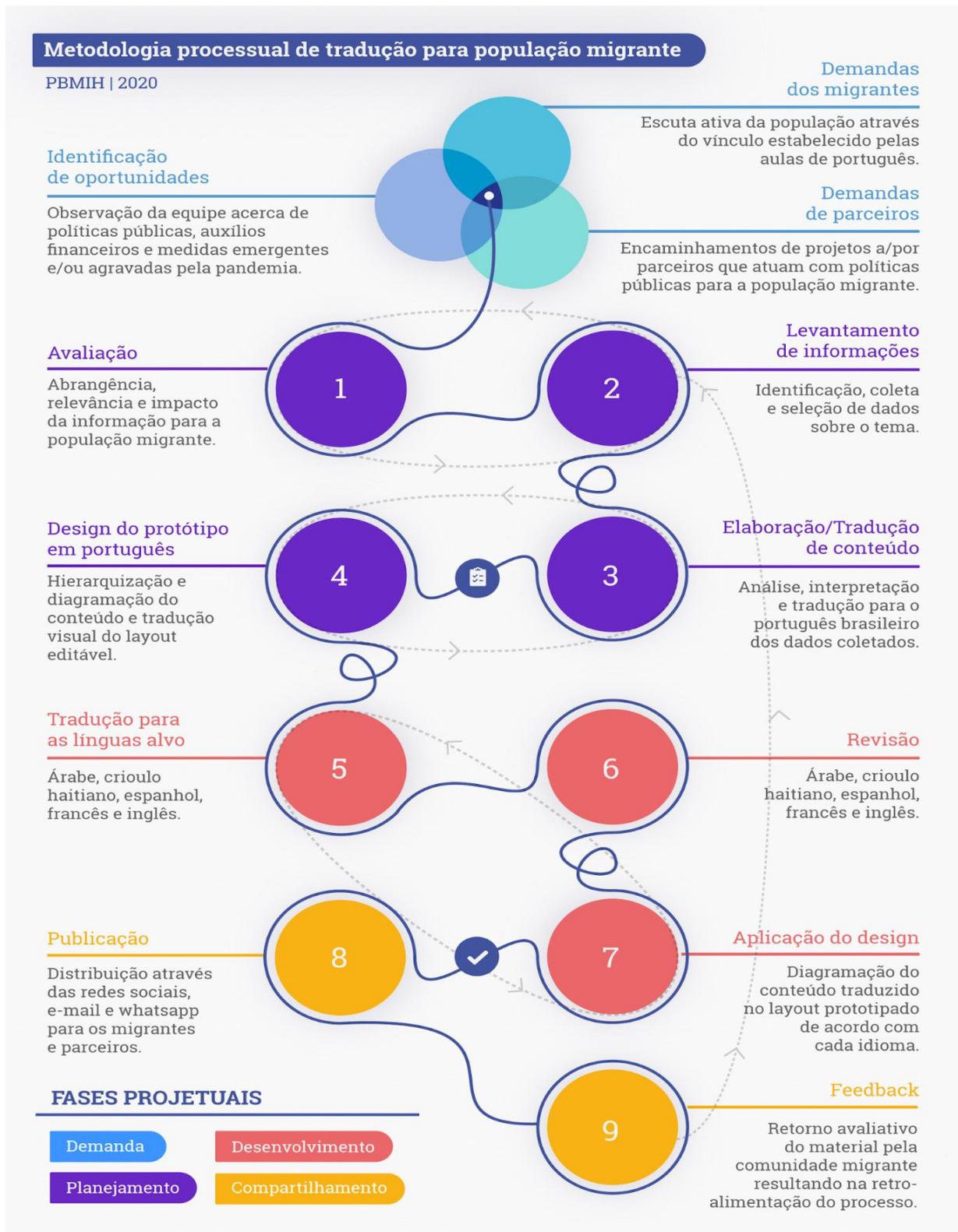
Quarta fase - Compartilhamento - última fase do processo de elaboração/tradução dos materiais informativos, composta por 2 etapas (Publicação e *Feedback*). *Etapa 8 - Publicação* - tendo encontrado as soluções e os ajustes necessários para as seis línguas, inicia-se a distribuição e divulgação. São elaboradas as legendas de postagem e o material é publicado no *Instagram*, *Facebook* e encaminhado para os alunos e para os parceiros por *e-mail* e pelo *WhatsApp*. Ademais, o material é publicado no *website*¹⁵ desenvolvido especialmente para abrigar os materiais.

Etapa 9 - Feedback - etapa final de desenvolvimento, a qual fecha e, muitas vezes, reinicia o ciclo de elaboração/tradução. O contato próximo com a comunidade possibilita obter um retorno dos materiais elaborados, circunstância que impulsiona a retroalimentação do processo supratranscrito, levando a constantes melhorias e atualizações. De modo informal, é possível perceber se o material tem tido boa usabilidade, se está sendo interpretado corretamente, se é legível, se está sendo eficiente no formato/meios pelos quais é entregue à comunidade e, por fim, mas muito importante, se foi possível aplicar a orientação oferecida pelo material.

A Figura 1 sintetiza os processos e métodos discutidos nesta seção:

¹⁵Para conferir todos os materiais na íntegra, acesse o *Instagram* (acesso em: <https://www.instagram.com/pbmih.ufpr/>) ou o *website* (acesso em: <https://www.pbmihufpr.com>) do projeto.

Figura 1: Metodologia Processual de Tradução para população migrante.



Fonte: Os autores (2020)

4. Nossas traduções

Nesta seção, apresentamos alguns dos materiais elaborados pelo Projeto de Extensão PBMIH, de modo a categorizá-los em três grandes eixos, relacionados à saúde, economia e sociedade. Devido à quantidade de materiais elaborados em cada um dos eixos, não iremos expô-los todos aqui. Optamos por trazer um material em cada subseção para representar as demandas, processo de elaboração e reflexão teórico-prática sobre a obra.

4.1. Questões Relacionadas à Saúde

O início da discussão sobre o isolamento social e as medidas de mitigação de transmissão da COVID-19, em Curitiba, ocorreram por volta da segunda semana de março, momento em que estava marcado o início da retomada do ano letivo do PBMIH. Um tom de pânico e impotência em relação ao vírus se espalhou. Vários questionamentos acerca do funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e acesso a modos de prevenção passaram a ser requisitados. É nesse tipo de contexto que se revela a complexidade e a especificidade da situação do migrante; ele, nos momentos de crises, é visto equivocadamente como aquele que causa problemas econômicos e sociais (MALKKI, 1996; SARGENT; LARCHANCHÉ, 2011, *apud* MARTIN; GOLDBERG; SILVEIRA, 2018), levando mesmo a graves violações de direitos pela própria equipe do sistema, que se permite boicotar o acesso de migrantes ao direito à saúde através de ações racistas e através da inclusão precária ao sistema (RISSON, 2016, *apud* MARTIN; GOLDBERG; SILVEIRA, 2018). As dificuldades se apresentam não só no acesso aos serviços, mas se colocam igualmente nas mudanças no protocolo de atendimento durante a pandemia.

O primeiro material partiu da *demanda (Fase 1)* de acesso ao SUS e identificação de sintomas da COVID-19. Assim, em conjunto com o projeto parceiro “Os Caminhos do SUS”, elaboramos/traduzimos o material Guia de “*Orientações de acesso ao Sistema de Saúde de Curitiba*”¹⁶. É mister ressaltar que esse material iniciou as ações discutidas neste trabalho, portanto, não havíamos desenvolvido ainda a *Metodologia processual de tradução para população migrante* (Figura 1); sendo assim, diversas melhorias e refinamentos foram

¹⁶Disponível em: <https://www.pbmiuhfpr.com/post/tem-d%C3%BAvidas-sobre-o-sistema-de-sa%C3%BAde>

acrescentados a partir desse primeiro material, por exemplo, o esquema de cores para cada língua e a dupla revisão para a língua árabe realizadas na *etapa 7*.

Seguindo com a temática da saúde, o segundo material elaborado/traduzido foi “*Máscara de proteção caseira: como fazer, usar e higienizar*”. Anteriormente, a recomendação conforme a Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (2020) era a de que o uso das máscaras, com ênfase nas cirúrgicas, era exclusivo de trabalhadores da saúde e de pessoas que apresentassem sintomas respiratórios com febre e tosse, dada a escassez do produto no mercado. No entanto, em abril, a recomendação à população geral sobre o uso de máscaras caseiras foi estimulada pela Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial de Saúde, pois, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o uso das máscaras diminuiria a transmissão do vírus (OPAS, 2020). Além dessa recomendação, a Prefeitura Municipal de Curitiba promulgou a Resolução da Secretaria Municipal da Saúde nº 1 de 16 de abril de 2020, segundo a qual, conforme o artigo 2º da resolução, a população é obrigada a usar máscaras nas ruas e, em caso de violação, haverá a aplicação de uma multa. Esses fatos (*Fase 1- Demanda*) impulsionaram a discussão e a elaboração/tradução de um material que informasse à população acerca dessas novas recomendações e obrigatoriedades.

A Figura 2 ilustra o material “*Máscaras de Proteção Caseiras: como fazer, usar e higienizar*”¹⁷ balizado pelas orientações da OMS sobre o uso e a higienização de máscaras caseiras de proteção contra a COVID-19. É possível notar, ao longo de todo o material, a preocupação com as premissas de clareza, objetividade e simplicidade nas informações linguísticas e gráficas, as quais juntas, contribuem para a construção de sentidos e a compreensão das informações essenciais, conforme discutido nas seções anteriores. Ademais, em especial, para esse material, desejava-se que o conteúdo resultasse também na elaboração de um produto, que são as máscaras de proteção. Assim sendo, buscou-se, durante as *etapas 2 e 3*, um produto primordialmente eficiente contra a COVID-19 de acordo com os protocolos da OMS, fácil de fazer e que usasse uma matéria prima acessível à população. A solução encontrada foi uma máscara caseira com duas camadas de tecido (como o recomendado), facilmente confeccionada usando somente uma camiseta.

¹⁷ Para visualizar o material na íntegra, acesse:
<https://www.pbmihufpr.com/post/m%C3%A1scara-de-prote%C3%A7%C3%A3o-caseira-como-fazer-usar-e-higienizar>

Figura 2: Máscaras de Proteção Caseiras



Fonte: Os autores (2020)

4.2. Questões Relacionadas a Situações Econômicas

Como sabemos, apesar de a aprendizagem da língua ser uma das grandes necessidades iniciais da pessoa migrante para que ela possa se inserir na sociedade, é a sua atuação ativa no mercado de trabalho que lhe garantirá subsistência. Portanto, tendo em vista que um dos principais efeitos colaterais da pandemia é o desemprego, se colocou a necessidade de criação de materiais didáticos que não só focassem em questões ligadas à saúde, mas, também, conseguissem auxiliar na manutenção dos direitos dos migrantes. Nesse sentido, pensando em orientar essas comunidades acerca de questões financeiras, viabilizamos o atendimento de uma demanda relacionada a informações sobre o Seguro Desemprego.

Os migrantes são um dos grupos mais fragilizados pela pandemia (cf. “PANDEMIA é ainda mais dura com os imigrantes”, 2020). Durante o mês de maio de 2020, cerca de 1 milhão de pessoas no Brasil perderam o emprego em decorrência da pandemia de coronavírus, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em documento divulgado em 16/06/2020 (SILVEIRA, 2020). Ainda segundo o IBGE, de acordo com outro levantamento divulgado em 30/06/2020, realizado através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) de março até maio, 7,8 milhões de pessoas perderam o emprego no Brasil (AMORIM, 2020). Por conta desse acontecimento de grande gravidade e das inquietudes relatadas pelos alunos, o PBMiH *ouviu a demanda* de diversos migrantes e viu como um modo de dar a eles uma *oportunidade* financeira idealizar e elaborar um material sobre o Seguro Desemprego. Em relação ao *levantamento de informações e elaboração/tradução do conteúdo*, entre os objetivos de criação do material, está a meta de dar aos migrantes ciência de um direito que eles possuem e que, no entanto, muitos não sabem ou desconhecem o procedimento de

requerimento do benefício. Dada a complexidade do tema e tendo em vista a constatação da necessidade de criação de um material acessível que explicasse o passo-a-passo do pedido do Seguro-Desemprego, foram criados dois materiais: orientações gerais sobre o benefício e perguntas mais frequentes sobre como recebê-lo e um tutorial sobre como baixar o aplicativo e fazer o requerimento através dele.

A Figura 3¹⁸ apresenta o primeiro material, que traz as orientações gerais. Assim como nos demais materiais, procuramos seguir uma estrutura informacional e visual que fosse de fácil acesso aos migrantes, não só no que diz respeito ao conteúdo, mas também em relação à compreensão do que um determinado conteúdo significa/se refere à sociedade brasileira, para que possam entender e seguir as instruções. O material geral contém as seguintes categorias de informação: a) “o que é?”; b) “quem pode solicitar?”; c) “quais documentos são necessários?”; d) “como fazer o pedido?”; e) “como agendar um horário nos postos do SINE?”.

Figura 3: Seguro-Desemprego



Fonte: Os autores (2020)

Procurando oferecer instruções mais acessíveis aos migrantes, a equipe responsável pela elaboração do material optou por um tutorial com orientações para o uso do aplicativo ao invés do site. Durante a criação do tutorial, a equipe teve a preocupação de elaborar um material bastante direto (no que diz respeito à escrita das sentenças de orientação ao usuário), visualmente acolhedor (auxiliando o/a migrante a cada etapa e notificando ele/ela sobre cuidados de segurança ao baixar o aplicativo, onde clicar, quais informações aparecem na tela a cada etapa, entre outras). Devido à extensão do tutorial, não vamos disponibilizá-lo aqui, mas ele pode ser acessado nos endereços que disponibilizamos na seção 3.

¹⁸ Para visualizar o material na íntegra, acesse: <https://www.pbmiufpr.com/post/tem-d%C3%BAvidas-sobre-o-seguro-desemprego>

Como aponta Norton (2013), a existência e (re)existência plena do migrante em qualquer sociedade passa pela aquisição de bens simbólicos e materiais. Nesse sentido, o material de Seguro-Desemprego possui dupla função: ele é um recurso simbólico, instanciado a partir da/pela língua, do entendimento que o migrante passa a ter de seus direitos e de como pode acessá-los, e ele é, também, um recurso material, uma vez que é a base legal para a obtenção de um capital provisório que o auxiliará na jornada para outro emprego.

4.3. Questões Relacionadas a Situações Sociais Agravadas com a Pandemia

Diferentes facetas da desigualdade social foram escancaradas com a pandemia, como, por exemplo, o aumento e desamparo de pessoas em situação de rua¹⁹ e o maior índice de morte, neste período, da população negra em decorrência da COVID-19²⁰. Aspectos sociais relacionados às diferentes manifestações da violência e opressão também foram potencializados durante o período de isolamento social, como a violência contra crianças e adolescentes²¹ e a violência de gênero²².

Especificamente sobre a violência cometida contra as mulheres, o isolamento social nas casas brasileiras levou à intensificação da convivência em relacionamentos abusivos, conduzindo ao cenário de mulheres isoladas em suas residências com seus agressores. Segundo estudo realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020), desde o início das quarentenas em 2020, os casos de feminicídio aumentaram 22% em 12 estados brasileiros, bem como cresceram as denúncias ao canal Ligue 180 e os chamados à Polícia Militar relacionados à violência doméstica. As denúncias em delegacias, por outro lado, diminuíram, indicando aumento da dificuldade em denunciar. Através da escuta da comunidade migrante pelas equipes do PBMIH e dos projetos de psicologia e de direito da UFPR, nasceu a demanda para a criação de um material informacional sobre a violência doméstica²³. Para o levantamento do conteúdo a ser elaborado, foi feita uma parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT).

¹⁹ Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/pandemia-escancara-desamparo-a-populacao-em-situacao-de-rua-em-curitiba/>

²⁰ Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/desigualdade-racial-por-que-negros-morrem-mais-que-brancos-na-pandemia/49455/>

²¹ Disponível em: <http://crianca.mppr.mp.br/2020/06/305/COVID-19-Crianças-e-adolescentes-estao-mais-expostos-a-violencia-domestica.html>

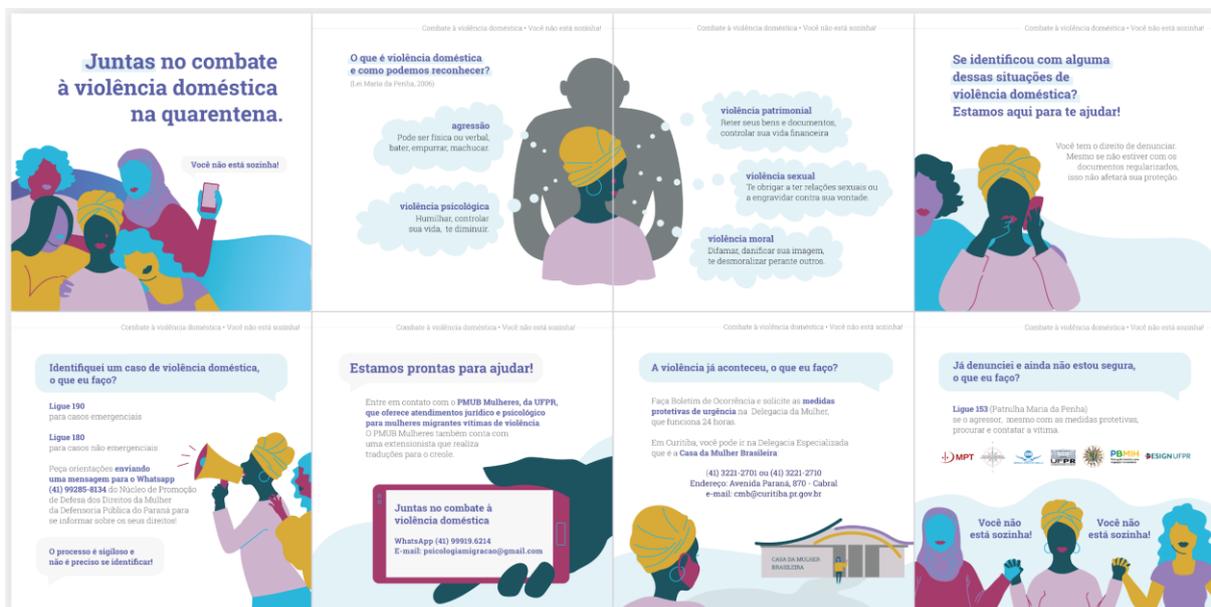
²² Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/efe/2020/05/27/violencia-de-genero-pandemia-dentro-da-pandemia-coronavirus-efe-forum-virtual.htm>

²³ Para visualizar o material na íntegra, acesse:

<https://www.pbmiufpr.com/post/combate-%C3%A0-viol%C3%Aancia-dom%C3%A9stica>

A linguagem jurídica foi traduzida para a coloquial e, de forma especial e acolhedora, contemplou maneiras de identificar a violência doméstica, linhas de denúncia, direitos da mulher vítima de violência e rede de apoio específica a mulheres migrantes. A tradução visual seguiu a linguagem gráfica dos outros materiais informativos do PBMH, mas, por conta do assunto específico, optou por usar ilustrações de mulheres que transmitissem diversidade e representatividade. O objetivo do material era que a leitora se sentisse amparada, informada e acolhida; por isso, as ilustrações foram usadas para representar o sofrimento da mulher vítima de violência doméstica, de forma que ela se reconhecesse na personagem e que pessoas de fora reconhecessem uma mulher nessa situação; para empoderá-la, mostrando que a mulher pode fazer a denúncia de forma declarada (megafone) ou discreta (telefone celular); e para ressaltar a existência de redes de apoio à vítima, usando o apoio das outras personagens para mostrar que a mulher que passa por isso não está sozinha.

Figura 4: Juntas no combate à violência doméstica na quarentena.



Fonte: Os autores (2020)

O material seguiu a **Metodologia processual de tradução para população migrante** (fig. 1), tendo como resultado *posts* para redes sociais e aplicativo de mensagem, com a adição de cartazes que foram disponibilizados através do MPT para uso de Delegacias da Mulher e na Casa da Mulher Brasileira.

5. Considerações finais

Enquanto iniciativa extensionista, o PBMIH se propôs a elaborar e difundir um material que opera como *tradução simbólica*. Trata-se de um processo único que pisa em campos interdisciplinares: das letras, da psicologia, do *design*, da comunicação, entre outros. Portanto, a formulação dos materiais coloca em prática uma *tradução* que pensou em passos; um primeiro foi o acesso e facilitação da informação, como o pacote de auxílios que os diversos migrantes e/ou refugiados podem ter, principalmente em tempos de pandemia.

O segundo passo importante na produção desses materiais foi verter a informação dos documentos oficiais para o português brasileiro, de modo a tornar esse material já acessível para os migrantes que eram nossos alunos nos cursos mais avançados. Esse trabalho proporcionou a confecção de traduções mais naturais também para as outras línguas, resultando num trabalho bastante homogêneo entre os idiomas.

É importante ressaltar que, ao se entender como extensão, a iniciativa também opera em diversas dimensões. Uma delas é a característica interdependente da equipe: a interação entre os membros acaba por revelar aprendizados, mesmo que de áreas diferentes da formação original da pessoa. Isso implica em uma descentralização de vozes e dialogicidade. Outra dimensão é a pesquisa e o ensino dentro e fora da Universidade. Ao fim da produção, o material volta sempre ao migrante, depois de passar pelos saberes de muitas pessoas (inclusive saberes deles), o que possibilita a criação de materiais como ferramentas de micropolítica de democratização de acesso à informação sobre assuntos pertinentes ao momento vivido. A expectativa é que os materiais alcancem as comunidades de migrantes que se apresentam em maior vulnerabilidade social neste momento.

Entre questões gerais que gostaríamos que ficassem a partir desta discussão, apontamos a complexidade e dificuldade inerente a todas as etapas de elaboração do material e a necessidade constante de diálogo entre a equipe para que arestas sejam aparadas. Ao subdividir em equipes menores os processos de elaboração, encontramos um diálogo mais coeso para o momento posterior, quando o projeto era trazido para o grupo completo. Trabalhar em um sistema horizontal, em que não há uma hierarquia entre as áreas e contribuições dos atores é um processo bastante trabalhoso, mas interessante quando se pensa nos ganhos a longo prazo (formação inicial e continuada dos atores). Entre os projetos futuros, temos nos organizado para pensar em possíveis encontros de capacitação para agentes que trabalham em órgãos públicos e atendem, diretamente, migrantes em suas diversas demandas. Contudo, tal empreitada

depende de uma articulação que, em meio a um cenário de pandemia, precisa ser estudada com cautela.

Referências

ALBUQUERQUE, J.; GABRIEL, M.; ANUNCIACÃO, R. F. M. O papel o entorno no acolhimento e na integração de populações migrantes para o exercício pleno da cidadania. In: GEDIEL, J. A. P.; GODOY, G. G. de (Org.). **Refúgio e Hospitalidade**. 1. ed. Curitiba: Kairós, 2016. p. 359-380.

AMORIM, D. Com a pandemia, taxa de desemprego sobe para 12,9% e 7,8 milhões de brasileiros perdem o trabalho. **Estadão**. Rio de Janeiro, 30 jul. 2020. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,taxa-de-desemprego-sobe-para-12-9-no-trimestre-encerrado-em-maio,70003349096>. Acesso em: 30 jul. 2020.

ANUNCIACÃO, R. F. M. de. A língua que acolhe pode silenciar? Reflexões sobre o conceito de “Português como língua de acolhimento”. In: BIZON, A. C. C.; DINIZ, L. R. A. (Org.). Dossiê Especial: Português como Língua Adicional em contextos de minorias: (co)construindo sentidos a partir das margens. **Revista X**, Curitiba, v.13, n.1, p. 35-56, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/60341>. Acesso em: 15 jul. 2020.

ARROJO, R. **Oficina de tradução: a teoria na prática**. São Paulo: Ática, 1986.

FARACO, C. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FRASCARA, J. People-centered design. **Design and the Social Sciences: Making Connections**. Taylor & Francis e-Library, 2002.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA para Banco Mundial. **Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19**. 29 de maio de 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2020.

GABRIEL, M.; ALBUQUERQUE, J. I. A. de; BORDINI, M. I. S. Conjunturas políticas em contexto de migração e refúgio: um olhar glotopolítico. **ReVEL**. v. 18, n. 35, 2020. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/c37fa258c710e38a3c8b5e9ff00959cb.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020.

JAKOBSON, R. Os aspectos linguísticos da tradução. 20. ed. In: **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1995.

LONGHI, A. J. **A ação educativa na perspectiva da teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas: uma abordagem reflexiva**. 2005. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2005. Versão eletrônica. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_0d1029548f4ed0d66b0402c90a18746a. Acesso em: 26 jul. 2020.

MARTIN, D.; GOLDBERG, A.; SILVEIRA, C. Imigração, refúgio e saúde: perspectivas de análise sociocultural. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 26-36, jan. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902018000100026&lng=e/n&nrm=iso. Acesso em: 30 jul. 2020.

NORTON, B. **Identity and language learning: extending the conversation**. Bristol: Multilingual Matters, 2013.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Recomendações da OMS sobre o uso de máscaras. **OPAS Brasil**. 8 abr. 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6138:covid-19-oms-atualiza-guia-com-recomendacoes-sobre-uso-de-mascaras&Itemid=812. Acesso em: 30 jul. 2020.

PANDEMIA é ainda mais dura com os imigrantes. **Universidade Federal de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 9 de maio de 2020. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/como-o-coronavirus-afeta-imigrantes>. Acesso em: 30 jul. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Secretaria Municipal de Curitiba. Resolução SMS nº 1. **Resolução nº 01/2020, de 16 de abril de 2020**. Estabelece medidas complementares e obrigatórias para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, decorrente do novo Coronavírus e regulamenta o Decreto Municipal nº 470, de 26 de março de 2020. Disponível em: <https://mid.curitiba.pr.gov.br/2020/00296910.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2020.

REVISTA TOM CADERNO DE ENSAIOS. **Andanças: travessias das migrações e refúgio**. Curadoria do Projeto Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH). Curitiba, v. 4, n.7, 2018. Disponível em: <http://www.proec.ufpr.br/download/cultura/tom/tom7.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2020.

RIBEIRO, I. A formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas *ter, haver e ser*. IN: ROBERTS, I.; KATO, M. (Org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 343-386.

SILVEIRA, D. Pandemia fez 1 milhão de brasileiros perderem o emprego em maio, diz IBGE. **G1 Globo**. Rio de Janeiro, 16 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/16/pandemia-fez-177-milhoes-de-brasileiros-desistirem-de-procurar-emprego-na-ultima-semana-de-maio-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 30 jul. 2020.

SOARES, I. de O. **Mas, que afinal é educomunicação?** Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.nceusp.blog.br/educunicacao/texto-1/>. Acesso em: 18 maio 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PNEUMOLOGIA E TISIOLOGIA. Orientações da OMS para prevenção do COVID-19. **Portal SBPT**. mar. 2020. Disponível em: <https://sbpt.org.br/porta/covid-19-oms/>. Acesso em: 30 jul. 2020.

SOUZA, J. P. de. Teorias da tradução: uma visão integrada. **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 1/2, n. 20, p. 51-67, jan./dez. 1998.

**Uma pandemia em dois tempos:
um projeto de tradução de notícias da imprensa alemã para o português**

***One Pandemic, Two Temporalities:
A Translation Project of German Press News into Portuguese***

Anelise Freitas Pereira Gondar¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar e analisar aspectos tradutórios desenvolvidos no contexto de um projeto de extensão dedicado a ‘traduzir a pandemia’ a partir de notícias veiculadas na imprensa alemã. Após a apresentação de aportes da mediação linguística e da tradução funcionalista como orientação epistemológico-metodológica para o projeto, o artigo apresentará balizadores gerais para a tradução no contexto do gênero jornalístico. Em seguida, o artigo abordará as características do projeto e alguns desafios e estratégias tradutórias desenvolvidas ao longo de sua vigência. Por fim, indicará caminhos para pensar a tradução jornalística em tempos de pandemia.

Palavras-chave: pandemia; tradução; mediação linguística; textos jornalísticos; extensão universitária

Abstract: This article aims at presenting and analyzing strategic aspects of translation developed in the context of an extension project dedicated to ‘translating the pandemic’ as it has been reported in the German press. It starts by presenting the epistemological-methodological orientation of the paper, rooted in the idea of linguistic mediation and the functionalist approach in translation. Then it presents the general guidelines for translation in the context of the journalistic genre. Finally, the article will address the characteristics of the project and some challenges and translation strategies developed over its course. At last, it will indicate ways to go about journalistic translation in present times.

Keywords: Pandemics; Translation; Linguistic Mediation; Journalistic Texts; Extension Projects

1. Introdução

A globalização e a mobilidade de pessoas, bens e serviços, bem como os movimentos migratórios decorrentes de conflitos de ordem internacional que têm estado em curso nos últimos anos, vinham trazendo à tona, de forma cada vez mais contundente, a necessidade imperativa de pensar os limites e as possibilidades de comunicação entre pessoas e destas com instituições formais e informais que organizam a vida política e social. Contudo, o advento de uma emergência sanitária que teve início na China em dezembro de 2019 – a pandemia do vírus SarsCov-2 / Covid-19 – alcançou repercussão mundial em poucos meses e acelerou uma crise sem precedentes nas áreas econômica, social e humanitária em nível global com consequências ainda não mensuradas – e mensuráveis – tanto para as economias centrais quanto para as economias em desenvolvimento.

¹ Doutora em Política Internacional pelo IRI/PUC-Rio, professora adjunta do Departamento de Letras Anglo-Germânicas (Setor de Alemão) do Instituto de Letras/UERJ e coordenadora do Projeto de Extensão ‘Medialíngua’, dedicado à comunicação intercultural e mediação linguística, bem como coordenadora para Língua Alemã do ‘Escritório Modelo de Tradução Ana Cristina César’ do Instituto de Letras/UERJ. E-mail: anelise.gondar@uerj.br

Ao longo dos primeiros meses desta que já pode ser considerada a crise sanitária mais severa do século, os processos comunicativos globais passaram a ganhar novos contornos: os mecanismos digitais de circulação de conhecimentos e de interação social nos âmbitos profissional e pessoal ganham protagonismo – com possíveis efeitos duradouros em vários âmbitos nos meses por vir.

No Brasil, o efeito mais evidente desta crise foi a mobilização para início de medidas de confinamento e distanciamento social em várias regiões do país já em meados de março de 2020, com efeitos que têm perdurado até os dias de hoje.

Nestes mais de dez meses de crise sanitária global, tendo o Brasil em específico experimentado as agruras da crise por nove meses, muitas foram as adaptações no mundo do trabalho, das relações de sociabilidade e nos modos de vida e trânsito em sociedade para conter o alastramento da doença. Enquanto nos setores clínicos e de pesquisa em saúde, inúmeras equipes multidisciplinares passaram a se dedicar a estudar a doença, eram aprimorados protocolos para tratá-la a partir do conhecimento cada vez mais preciso dos seus sintomas, seus estágios de avanço e possíveis sequelas pós-convalescência.

Essa emergência em nível global catalisou também o fortalecimento de inúmeras redes de comunicação não apenas entre cientistas e pesquisadores, mas também entre agências de notícias: não apenas estas, mas também grandes empresas de comunicação, a exemplo das redes televisivas brasileiras, passaram a dedicar recursos e tempo de transmissão ao compartilhamento de notícias e atualizações acerca da doença.

Os desafios relativos à comunicação intercultural e à disseminação de informações em tempos de pandemia têm tido reverberações em diversos campos de pesquisa, destacadamente para o campo do ensino de línguas estrangeiras e dos Estudos da Tradução, suscitando uma série de indagações tanto teórico-metodológicas quanto práticas.

A circulação de saberes engendrada pela pandemia e também alimentada pelas urgências nas decisões de política pública sob orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS) serviu de inspiração para a iniciativa de desenvolvimento do projeto de extensão, com o objetivo de traduzir textos jornalísticos sobre a trajetória da pandemia tal qual noticiada pela imprensa alemã. O objetivo, com isso, foi o de oferecer ao público universitário e extra universitário brasileiro a oportunidade de acessar conteúdos produzidos e veiculados apenas em alemão e, com isso, fomentar entre o público brasileiro, fosse especializado ou leigo, o interesse em relação à progressão da curva da doença, políticas de combate e percepções sociais acerca da pandemia e do pós-pandemia na Alemanha.

A inspiração para o desenvolvimento do projeto deu-se, em primeiro lugar, a partir da relevância dos materiais jornalísticos produzidos em idioma alemão para esclarecimento dos efeitos do vírus. Em março de 2020, o país já contava com uma ampla rede de cientistas com grande presença no espaço público, através de diversos meios de comunicação, e voltados ao esclarecimento de questões da pandemia e seus riscos para a população. Ademais, já se fazia à época o levantamento de leitos disponíveis para atendimento em condições sanitárias especiais, bem como a projeção de ocupação destes em caso de amplo contágio.

A iniciativa justificou-se também a partir do aparente sucesso inicial no combate à disseminação e ao contágio pelo vírus em território alemão/europeu, demonstrado através de ações preventivas amplamente divulgadas – tais informações poderiam eventualmente ser de utilidade para a comunidade de leitores não versados em língua alemã, a título de interesse nos mecanismos de gestão de crise postos em marcha na Alemanha.

Em terceiro lugar, a iniciativa partiu da ideia de que a pandemia avançou pelo planeta como uma onda, atingindo em questão de semanas os diferentes continentes e se tornando rapidamente uma situação global de igual gravidade em todas as regiões. No entanto, os países vivem temporalidades diferentes no combate à pandemia – algo que se configurou ao longo dos meses de abril e maio e que permanece, em grande medida, acurado até o presente. À época do início do projeto (início de maio de 2020), enquanto a Alemanha já se encontrava em remissão da disseminação da doença, o Brasil caminhava para tornar-se o epicentro da Covid-19 na América Latina.

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo apresentar e analisar aspectos tradutórios desenvolvidos no contexto do projeto de extensão referido acima. Após a discussão acerca da orientação epistemológico-metodológica que vê a justificativa para a atividade de tradução de textos sobre a pandemia como atividade de mediação linguística, o artigo apresentará balizadores gerais para a tradução no contexto do gênero jornalístico. Em seguida, serão abordadas as características do projeto e alguns desafios e estratégias tradutórias desenvolvidas ao longo de sua vigência. Por fim, indicará caminhos para pensar a tradução jornalística em tempos de pandemia.

2. Mediação linguística, tradução e ensino de LE – aportes da literatura

Aproximar um texto fonte de leitores de um contexto linguístico e cultural outro através da tradução é uma atividade que apresenta inúmeros desafios: para além da necessidade do conhecimento de elementos linguísticos *per se*, da morfossintaxe das línguas de partida e de

chegada, o conhecimento de elementos pragmáticos que apontam diretamente para o contexto e uso da comunicação é fundamental para a construção de um texto de chegada adequado ao leitor a que se destina.

Antes de enveredarmos por questões relativas à aplicação da ideia de mediação linguística ao projeto de tradução de textos jornalísticos para divulgação, é necessário abordar a ideia de mediação linguística e cultural no contexto do ensino de LE, bem como na área da tradução. A consulta aos especialistas aponta interfaces de compreensão e também desafios relevantes à natureza e função da mediação.

No fazer tradutório, variados determinantes foram considerados balizadores, em diferentes momentos, para uma boa tradução – ao longo da história do campo de estudos, questões em torno de elementos como literalidade e equivalência têm lançado luz acerca da natureza da tradução, do seu propósito e do seu alcance (KOLLER, 2004). O princípio norteador da equivalência, por exemplo, está imediatamente referido às reflexões acerca da tradutibilidade de termos e da necessidade – ou mesmo possibilidade – de realização de ajustes, inserções, digressões no corpo do texto-alvo para fazer frente às complexidades linguísticas e culturais do texto-fonte (KOLLER, 2004).

No contexto do ensino de línguas estrangeiras, universo que já se valeu de recursos de tradução como metodologia de trabalho em tempos passados, a discussão em torno do estabelecimento de pontes culturais entre línguas fez com que a necessidade de extrapolar o modelo de transmissão ou transposição linguística se refletisse nas diversas ondas metodológicas que orientam o campo (NEUNER/HUNFELD, 1993). Se, em ambas as áreas, a questão cultural sempre figurou como variável inalienável, pode-se afirmar que essas mesmas áreas não puderam subsistir de forma inalterada após o que chamamos de *cultural turn* (PÖCHHACKER, 2008)². Ainda que não seja possível, no contexto deste artigo, delinear os efeitos da centralidade dos aspectos culturais para a *forma de fazer* teoria e prática nas áreas de tradução e ensino de línguas estrangeiras, é importante ressaltar que, nos últimos anos, tais conhecimentos têm tido efeitos diretos sobre as reflexões acerca do papel do professor e do tradutor. É nesse contexto que a ideia de mediação linguística surge como elemento de relevância teórica e prática tanto no âmbito da tradução quanto no ensino de línguas.

Caspari (2008, p. 60 apud FISCHER, 2012, p. 5) aponta que o conceito de mediação linguística serve de ideia guarda-chuva “para várias formas de transposição escrita e oral de

² Segundo o autor, “[...] a number of authors in the field came to reject a purely linguistic view of translation as too narrow, and foregrounded the cultural dimension of language, or language as part of a culture” (PÖCHHACKER, 2008, p.11).

textos de uma língua a outra”³. O trabalho com vistas ao desenvolvimento da mediação linguística envolve uma série de atividades que podem ser tanto de cunho oral quanto escrito, tais como a tradução e intermediação oral informal, bem como resumos e paráfrases de atos comunicativos. Com um claro chamamento à perspectiva de uma habilidade voltada à ação, a prática em sala de aula da mediação linguística não implica necessariamente a retomada de métodos há alguns anos em desuso dada a própria trajetória do pensamento em termos de didática de LE, como é o caso do “método de gramática e tradução”. Segundo Reimann⁴, a ideia de mediação linguística no contexto no ensino de línguas tem se desenvolvido em distanciamento cada vez maior da ideia de equivalência, oriunda dos Estudos da Tradução, na direção da ideia de adequabilidade, ou seja, da percepção de que é necessário que o objeto da mediação esteja adequado ao propósito comunicativo e de que leve em consideração os elementos culturais, situacionais e relativos às populações-alvo, com inspiração, portanto, em uma linha funcionalista associada à teoria do *Skopos*.

Essa inspiração deita raízes nas percepções de Reiß e Vermeer, explicitadas em “*Towards a general Theory of translational action*” (2013), de que tradução é, sobretudo, uma forma de agir – é um agir comunicativo que leva em consideração a situação em que ocorre. Os parceiros comunicativos, portanto, estão constantemente informados pelo pano de fundo cultural do encontro comunicativo, seus determinantes psicológicos e sociais e, sobretudo, a relação que se estabelece entre os atores comunicativos (REIß / VERMEER, 2013, p. 17).

Os aportes da mediação linguística, seja ela oral em sala de aula, seja ela em suporte escrito, através de traduções, paráfrases e resumos, fomentam a ideia de que os participantes da atividade de ensino ou de tradução devem e podem também ser *mediadores linguísticos* – ideia que figura como pilar do projeto de extensão no bojo do qual a iniciativa aqui em questão foi desenvolvida.

3. Elementos do gênero textual jornalístico e a tradução

A aventura tradutória, seja ela profissional ou leiga, faz parte dos esforços humanos para a transposição cultural desde tempos imemoriais. A profissionalização da área, associada à pesquisa em âmbito acadêmico, solidificou e aprofundou práticas e correntes de tradução. No

³ Do original em alemão: “[...] für verschiedene Formen der mündlichen und schriftlichen Übertragung von Texten in eine andere Sprache“.

⁴ Reimann, Daniel. “Sprachmittlung mehr als klassisches Übersetzen und Dolmetschen”, Redaktion Magazin Sprache, Goethe-Institut, 2018. Disponível em: <https://www.goethe.de/de/spr/mag/21261529.html>. Acesso em: 31 ago. 2020.

âmbito jornalístico, a difusão de notícias cada vez mais intensa e o advento de agências de comunicação fortaleceram a dimensão global da circulação de informações, ao mesmo tempo em que os próprios meios de comunicação passaram a contar, em suas redações, com colaboradores para a realização das traduções.

A tradução de textos publicados em grandes veículos de imprensa obedece às orientações já presentes nos textos de origem e que são tradicionalmente definidas pelos códigos de ética para a produção de notícias jornalísticas nos diferentes países. Maria Teresa Santos (2012, p. 115) destaca que os textos publicados na imprensa brasileira devem atender aos princípios do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, que preconizam, segundo ela, por exemplo, critérios como a *objetividade* (ou seja, a ausência de adjetivação que evidencie implícita ou explicitamente algum juízo de valor); a *imparcialidade* (oferta de dados e informações de forma que o leitor possa formar a própria opinião, salvo em casos de declarado jornalismo crítico ou opinativo); *verdade e precisão* (ou seja, o compromisso com um correto procedimento jornalístico que vai desde a coleta de dados à sua divulgação).

Para além desses elementos intrajornalísticos, é importante ressaltar que a produção de notícias em veículos da imprensa escrita e televisiva obedece a orientações relativas ao posicionamento, por vezes claro, por vezes velado, destes no espectro ideológico enraizado culturalmente em determinada localidade ou país (SANTOS, 2012). Assim, veículos de imprensa também são veículos de poder ao produzirem um enquadramento analítico sobre a realidade e, assim, contribuirão dia a dia para a forja desta mesma realidade (SANTOS, 2012).

Levando-se em consideração que todos os elementos acima elencados têm influência direta na atividade tradutória e com vistas ao objetivo comunicacional como destino último, as atividades de tradução de materiais do gênero textual jornalístico do alemão para o português valeram-se em diferentes momentos de distintos recursos estratégicos que serão apresentados a seguir.

4. Desenvolvimento das atividades do projeto e recursos estratégicos de tradução

A atividade, desenvolvida no âmbito do Escritório Modelo de Tradução de uma universidade pública estadual que oferece a Habilitação “Português-Alemão”, surgiu, como referido na introdução deste artigo, a partir do acompanhamento por parte da coordenadora do projeto das notícias acerca da curva da pandemia no universo teutofalante. De fato, informações acerca do novo coronavírus passaram a ser noticiadas pelos órgãos de saúde oficiais quando a primeira infecção na Alemanha – na região da Baviera – foi comprovada no final do mês de

janeiro de 2020⁵. Em meados daquele mês, uma equipe do renomado hospital Charité, em Berlim, já havia desenvolvido um mecanismo de testagem para identificação do novo coronavírus. Com uma cultura de divulgação científica bem estabelecida – os meios de comunicação alemães costumam ceder espaço a explicações de fenômenos naturais e sociais a especialistas das diferentes áreas – já a partir do dia 26 de fevereiro de 2020, a emissora de televisão e rádio do norte da Alemanha *Norddeutscher Rundfunk* (NDR) passaria a veicular semanalmente um *podcast* no qual o chefe do grupo de pesquisa sobre o novo coronavírus do hospital Charité, prof. Christian Drosten, apresentava e explicava os contornos da epidemia à população. A ampla cobertura de esclarecimento acerca dos contornos do novo coronavírus um mês antes do estabelecimento de iniciativas de isolamento social no Brasil pareciam oferecer uma visão do vírus “em dois tempos”: enquanto lá discutia-se a gravidade do vírus e seus sintomas, aqui os esforços eram de mapeamento de viajantes vindos principalmente da China, local de origem da epidemia, e de países que já apresentavam casos confirmados da doença.

A partir desse cenário informativo que apontava para duas temporalidades distintas em relação aos conhecimentos noticiados sobre o vírus, teve início o projeto “traduzindo a pandemia na imprensa alemã”. Inicialmente, deu-se a seleção de textos sobre temáticas tidas como importantes para o acompanhamento da pandemia. A seleção dos textos obedeceu a dois critérios iniciais: o potencial interesse público, fosse de uma comunidade leiga ou de pesquisadores da saúde, do assunto tratado na reportagem e o grau de dificuldade do texto para fins de tradução. Desta forma, nas primeiras seis semanas do projeto (de início de junho de 2020 a meados de julho de 2020), os textos, traduzidos e divulgados em uma página gratuita e aberta albergada em uma rede social de grande alcance, foram extraídos de canais como a *Deutsche Welle*⁶, a edição eletrônica do jornal suprarregional *Frankfurter Rundschau* e da página eletrônica do canal televisivo *ZDF*.

Com o aumento do interesse sobre as reportagens traduzidas, evidenciado pela quantidade crescente de visualizações das postagens divulgadas na página, o projeto avançou para a tradução de um resumo de divulgação científica veiculado na página eletrônica do Instituto

⁵ Ver, para tanto, a ‘cronologia de acompanhamento do vírus’ publicada na página eletrônica do Ministério Federal da Saúde alemão: <https://www.bundesgesundheitsministerium.de/coronavirus/chronik-coronavirus.html>. Acesso em: 31 ago. 2020.

⁶ Reportagem “Welche Impfstoffkandidaten gibt es?”/“Que candidatas a vacina existem?”. Disponível em: <https://www.dw.com/de/welche-corona-impfstoff-kandidaten-gibt-es/a-53328237>. Acesso em: 31 ago. 2020; reportagem “Corona-Lockerung überrascht Bundesregierung”/“Flexibilização social surpreende governo federal” Disponível em: <https://www.dw.com/de/corona-lockerung-%C3%BCberascht-bundesregierung/a-53557953>. Acesso em: 31 ago. 2020; reportagem “Frauen und die Covid-19 Pandemie”/“As mulheres e a pandemia”. Disponível em: <https://www.dw.com/de/frauen-und-corona-die-covid-19-pandemie-vergr%C3%B6%C3%9Fert-soziale-ungleichheit/a-53753545>. Acesso em: 31 ago. 2020.

Max-Planck sobre a eficácia de restrições regionais à mobilidade social em comparação a amplas medidas de *lockdown* em nível nacional⁷.

Com a média de um a dois textos traduzidos por semana, o processo de trabalho consistiu primeiro na seleção de textos (frequentemente realizada pela coordenadora do projeto, mas não raro com cotejo direto do bolsista envolvido na atividade) e, em seguida, na escolha do tipo de texto de chegada a ser produzido. Conforme a tipologia textual prevista em atividades de mediação linguístico-cultural e também o tamanho e a complexidade do texto-fonte, optou-se pela produção de um texto de chegada em tradução integral ou em forma de resumo.

Uma vez concluídas as traduções, em sessões virtuais de cerca de 90 minutos, promoveu-se discussões com o objetivo de refletir sobre escolhas lexicais, sintáticas e também sobre outros recursos estratégicos necessários à transposição cultural dos textos originais ao português.

Os recursos estratégicos mais utilizados, em grande medida elencados por Santos (2012), foram, em primeiro lugar, a “adição de informações”. As notícias frequentemente faziam e ainda fazem referência a institutos de pesquisa, jornais, partidos políticos, por exemplo. Nestes casos, optou-se pela adição de pequena informação de forma breve, anteposta ou posposta ao sintagma em questão, para melhor situar o leitor. Nos casos de informações culturalmente específicas, como o funcionamento do sistema alemão de saúde, optou-se por oferecer uma breve nota do tradutor ao final do texto traduzido, com a finalidade de agregar informação ao texto para benefício da compreensão do leitor brasileiro.

Como exemplo, a questão dos tipos de contratação chamados de ‘mini-jobs’ na Alemanha, um elemento mencionado na reportagem sobre os efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho:

De acordo com a pesquisa, as pessoas que trabalham por poucas horas nos chamados mini-jobs* e as que oferecem serviços ligados ao lar são dispensadas com maior rapidez. “O impacto na vida das mulheres é especialmente forte”, disse ela à Deutsche Welle⁸.

* N.T.: Empregos de até 450 euros mensais e de 70 dias por ano.

Em segundo lugar, as traduções requereram “adequações sintáticas”. Em casos de períodos muito extensos, optou-se pela reescritura em orações simples. No exemplo abaixo, da tradução da parte inicial do texto veiculado na página eletrônica do Instituto Max-Planck acerca

⁷ Reportagem "Corona-Pandemie: Regionale Lockdowns können Gesamtdauer der Beschränkungen verkürzen". Disponível em:

<https://www.mpg.de/15216768/corona-lokale-lockdowns>. Acesso em: 31 ago. 2020.

⁸ Extraído de “As mulheres e a pandemia”. Disponível em: <https://www.dw.com/de/frauen-und-corona-die-covid-19-pandemie-vergr%C3%B6%C3%9Fert-soziale-ungleichheit/a-53753545>. Acesso em: 31 ago. 2020.

dos *lockdowns* regionais, vemos um período mais longo em alemão iniciado pela locução conjuntiva “*auch wenn*”/ “ainda que” substituído por dois períodos mais simples, o segundo deles iniciado pela adversativa “*noch*”, como vemos abaixo:

Auch wenn niedrigere Schwellenwerte zu häufigeren regionalen Lockdowns führen, würden die langfristigen Vorteile dieser Strategie die dadurch ausgelösten lokalen Maßnahmen überwiegen⁹.

Os valores-limite mais baixos levariam a *lockdowns* mais frequentes. noch, as vantagens de longo prazo superariam as medidas locais provocadas pelos *lockdowns* regionais.

Em terceiro lugar, optou-se pela “facilitação” tanto de estruturas quanto da mensagem em si. Um exemplo, extraído da atividade com a reportagem acerca da obrigatoriedade de realização de testes no regresso de alemães ao país após o período de férias no exterior, trata do arcabouço jurídico que definiria as medidas a serem tomadas em caso de recusa ao teste por parte dos viajantes. Abaixo, lemos o original em alemão e o resumo em português, contendo apenas as informações consideradas mais relevantes para a compreensão da mensagem pelo leitor brasileiro:

In der Testpflichtverordnung heißt es hierzu: ‚Wer nach Aufforderung an der angebotenen Testung nicht teilnimmt, entzieht sich der Testung und duldet diese nicht.‘ Das ist eine Ordnungswidrigkeit, die mit einer Geldbuße von bis zu 25.000 Euro geahndet werden kann. Spahn betont aber, dass die Behörde vor Ort über die Verhältnismäßigkeit entscheiden muss. Der Rahmen würde also bei einem ersten Verstoß vermutlich nicht ausgeschöpft¹⁰.

No texto de chegada, é feita a recusa à testagem obrigatória da seguinte forma:

[a infração] terá como consequência a cobrança de uma multa de até 25.000 euros. Contudo, o ministro da Saúde salienta que a autoridade local deverá decidir acerca do grau da infração e da multa correspondente.

Em quarto lugar, as atividades de leitura de matérias jornalísticas e a seleção de algumas para tradução foram permitindo a “adequação de termos”: assim, foram incorporados verbetes como “teste *swab*” para “*Rachenabstrich*” (teste por esfregaço na garganta, em termos literais) e outros termos foram padronizados através da construção de um glossário, que serve de

⁹ Extraído de “Corona-Pandemie: Regionale Lockdowns können Gesamtdauer der Beschränkungen verkürzen”. Disponível em: <https://www.mpg.de/15216768/corona-lokale-lockdowns>. Acesso em: 31 ago. 2020.

¹⁰ Extraído de “Corona-Testpflicht für Reiserückkehrer: Das müssen Sie wissen”/“Testagem obrigatória para quem volta de viagem: tudo o que você precisa saber”. Disponível em: <https://www.br.de/nachrichten/deutschland-welt/corona-testpflicht-fuer-reiserueckkehrer-das-muessen-sie-wissen,S6tXAhh>. Acesso em: 31 ago. 2020.

referência às traduções e vai sendo complementado a cada nova atividade. A título de exemplo, figuram termos já adicionados à lista de palavras como “*Selbstquarentäne*”/ “quarentena voluntária” e “*Mund-Nasen-Schutz*”/ “máscara”.

5. Considerações finais

Levando em consideração o estatuto ontológico da temporalidade que incide sobre a crise sanitária severa que varreu o planeta e que indica que há diferentes momentos da vivência da pandemia do novo coronavírus nas diferentes regiões do globo, este artigo teve como objetivo apresentar, a partir da lente epistemológico-metodológica da mediação linguística e da perspectiva funcionalista da tradução, características de um projeto de extensão destinado à tradução de notícias jornalísticas da imprensa alemã para o português.

A atividade justificou-se a partir da (1) relevância dos materiais científico-jornalísticos produzidos em idioma alemão para esclarecimento dos efeitos do vírus; (2) do sucesso no combate à disseminação e contágio pelo vírus em território alemão, o que levanta interesse quanto à gestão da crise e (3) da temporalidade específica de combate à pandemia nos dois países, evidenciada pela ideia de que, enquanto a Alemanha já se encontra em remissão da disseminação da primeira onda da doença, o Brasil caminhava para tornar-se um dos países com a incidência mais severa da doença na América Latina.

Baseada na perspectiva da mediação linguística como aspecto fundamental da formação para a cidadania, em uma ordem global por um lado cada vez mais marcada pelas interações interculturais e cada vez mais evidenciando conflitos justamente pela falta de comunicação intercultural, a perspectiva de trabalho adotada teve como objetivo comunicativo democratizar o acesso rápido e eficaz a materiais científico-jornalísticos produzidos em idioma alemão acerca da temática do contágio e combate à Covid-19 entre leitores brasileiros.

A produção de traduções do gênero jornalístico evidenciou alguns desafios demandando recursos estratégicos voltados à adequação dos textos de chegada ao contexto cultural em que seriam recebidos. Dentre os recursos utilizados, a “adição de informações”, a “adequação sintática”, a “facilitação” e a “adequação de termos”, conjuntamente, têm-se mostrado úteis para a produção de textos de chegada mais funcionais e mais próximos à realidade cultural dos leitores.

O projeto, iniciado no final de maio de 2020, está em pleno andamento, assim como a pandemia. Espera-se que, com ele, possamos contribuir de forma modesta, mas concreta, para a disseminação acurada de conhecimentos e experiências que forneçam ao leitor brasileiro, se

não um olhar para o futuro, ao menos alguns balizadores informacionais para melhor compreensão da complexidade do tempo em que vivemos.

Referências

FISCHER, Jenny. **Übersetzung als Sprachmittlung im DaF Unterricht**. Dissertação de mestrado (Masterarbeit). Universidade Federal do Paraná/ Universidade de Leipzig, 2012. 150 p. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36198/R%20-%20D%20-%20JENNY%20FISCHER.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 ago. 2020.

KOLLER, Werner. **Einführung in die Übersetzungswissenschaft**. 7. ed. Freiburg: Quelle & Meyer, 2004. 343p.

NEUNER, Gerhard; HUNFELD, Hans. **Methoden des fremdsprachlichen Deutschunterrichts – eine Einführung**. Berlin: Langenscheidt, 1993. 184p.

PÖCHHACKER, Franz. Interpreting as Mediation. In: VALERO-GARCÉS, Carmen; MARTIN, Anne. **Crossing Borders in Community Interpreting: definitions and dilemmas**. Amsterdã: John Benjamins, 2008. p. 9-26.

REIMANN, Daniel. Sprachmittlung - mehr als klassisches Übersetzen und Dolmetschen, **Redaktion Magazin Sprache**, Goethe-Institut, 2018. Disponível em: <https://www.goethe.de/de/spr/mag/21261529.html>. Acesso em: 31 ago. 2020.

REISS Katharina; VERMEER, Hans J. **Towards a general theory of translational action: Skopos theory explained**. Londres: Routledge, 2013. 221p.

SANTOS, Maria Teresa. A tradução jornalística sob uma abordagem crítica: análise da tradução de uma reportagem da *National Geographic* para o contexto brasileiro. **Belas Infiéis**, v. 1, n. 1, p. 113-127, 2012.

***[Trans]missão & cura[tivo] em tempos de COVID-19:
Contribuição para uma História Imediata da Tradução no Brasil***

***[Trans] mission & cure [active] à l'époque du COVID-19:
Contribution à une histoire immédiate de la traduction au Brésil***

Dennys Silva-Reis¹

Resumo: O artigo em questão tem dois objetivos principais: trazer à baila um novo campo da História da Tradução – a História Imediata da Tradução – e registrar a História Imediata da Tradução no Brasil em tempos de pandemia da covid-19. Para tanto, inicialmente, apresenta-se uma breve revisão sobre o conceito e as características da História Imediata; em seguida, expõe-se brevemente a metodologia de coleta de fontes para o presente texto; por fim, registra-se parte da historiografia da História Imediata da Tradução no Brasil com o recorte temporal de março a agosto de 2020. O registro histórico se dá em quatro partes: os grupos coletivos de tradução na universidade e institutos de pesquisa; os agentes de tradução mais afetados; as questões de direitos linguísticos e acessibilidade; e os novos hábitos tradutórios de consumo e circulação de traduções. Espera-se, além de registrar a História Imediata da Tradução brasileira, motivar novos pesquisadores e novas investigações na área.

Palavras-chave: História Imediata; Brasil; História da Tradução; Presente; Pandemia.

Résumé: L'article en question a deux objectifs principaux: révéler un nouveau domaine dans l'histoire de la traduction - l'histoire immédiate de la traduction - et écrire l'Histoire Immédiate de la Traduction au Brésil à l'époque de la pandémie du covid-19. À cette fin, dans un premier temps, une brève revue du concept et des caractéristiques de l'Histoire Immédiate est présentée; ensuite, la méthodologie de collecte des sources pour ce texte est brièvement expliquée; enfin, une partie de l'historiographie de l'Histoire Immédiate de la Traduction au Brésil est enregistrée pendant la période de mars à août 2020. Le dossier historique est divisé en quatre parties: les groupes de traduction collective de l'université et des instituts de recherche; les agents de traduction les plus touchés; les questions de droits linguistiques et d'accessibilité; et les nouvelles habitudes de traduction en matière de consommation et de circulation des traductions. On espère, en plus d'enregistrer de l'Histoire Immédiate de la Traduction brésilienne, motiver de nouveaux chercheurs et de nouvelles recherches dans ce domaine.

Mots-clés: Histoire Immédiate; Brésil; Histoire de la traduction; Présent; Pandémie.

1. Preâmbulo

As primeiras notícias sobre o vírus denominado SARS-Cov-2, causador da doença covid-19, chegaram ao Brasil no fim de 2019. Três meses depois, em fevereiro de 2020, suspeitas sobre possíveis brasileiros contaminados circulavam no país e, no dia 26 de fevereiro, o primeiro caso foi confirmado: um homem, residente em São Paulo, de 61 anos, que voltou de viagem recente da Itália. Em cinco de março, o Ministério da Saúde divulgou a primeira transmissão comunitária em solo nacional. No dia 11 de março, a Organização Mundial da

¹ Professor adjunto de Literaturas de expressão francesa no Centro de Educação Letras e Artes (CELA), na Universidade Federal do Acre (UFAC), campus Rio Branco/AC. E-mail: reisdennys@gmail.com / ORCID: 0000-0002-6316-9802

Saúde declarou a pandemia de coronavírus. Em 13 de março, adotaram-se critérios de isolamento e quarentena no Brasil. A partir dessa data, muitas mudanças no cotidiano brasileiro surgiram, dentre elas, novos elementos de comunicação, especialmente no que tange às questões de língua e tradução em todo o território.

Indagações sobre direitos linguísticos e ética profissional para com os trabalhadores e usuários das línguas começaram a ser repensadas. A educação linguística e a educação literária entraram em debate a partir do tempo imediato sob a égide da pandemia. O entretenimento midiático nacional e estrangeiro em circulação no Brasil começou a ter novos contornos devido aos novos cuidados com os profissionais que exercem ofícios diretamente relacionados à mediação, comunicação e interação linguística em diversas linguagens das mídias.

É com base em todos esses fatos que se pretende, neste trabalho, esboçar uma História Imediata da Tradução no Brasil. O ponto de partida é o surgimento da covid-19, que modifica e traz à baila muitas situações diretamente ligadas à tradução em tempos imediatistas. A fim de alcançar o objetivo do texto, de início, lançam-se alguns aportes metateóricos sobre História Imediata que norteiam nosso artigo e, em seguida, discorre-se sobre uma narrativa historiográfica não-linear, mas setorial quanto aos grupos de tradução, aos tradutores, à acessibilidade tradutória e aos novos hábitos de tradução durante a pandemia do coronavírus.

2. Balizas para a escrita da História Imediata

O primeiro fato a chamar a atenção é a diferença entre *História do Tempo Presente* e *História Imediata*. Alguns historiadores fazem uso das duas expressões como sinônimos, porém há diferenças significativas. A primeira investiga a construção contextual contemporânea da disseminação da História do Passado com usos públicos e políticos atuais, ou seja, ela argumenta como o presente se constrói com camadas do passado, das lembranças e das experiências. Já a segunda, História Imediata, é o estudo do período recente em que o historiador está inserido, ou seja, os discursos de outrem, que relatam os fatos históricos do presente próximo e são testemunhados pelo próprio historiógrafo. Embora os dois recortes temporais façam uso do *presentismo*, a *História do tempo presente* tenta compreender as reverberações atuais do passado, ao passo que a *História imediata* tenta mediar um sentido ao tempo histórico atual (DOSSE, 2012).

O *Presentismo* como recorte temporal seria uma espécie de obsessão pelo tempo presente que, no momento em que acontece, deseja ser visto como histórico (HARTOG, 2014). Trata-se de um momento para exercer o dever, o lugar e a comemoração da memória. Segundo

François Hartog (2014), o *presentismo* é um regime temporal da escrita da História por ser passível de narrativa e de análise em diferentes geografias. De fato, o recorte temporal do *Presentismo* pode ainda ser dividido em várias subcategorias, porém a este trabalho interessam os pressupostos da relação entre narrativa, interiorização da memória e construção dos fatos do presente imediato no Brasil em acontecimentos de um prisma historiográfico. Ou seja, os fatos e as peripécias inegáveis da pandemia da covid-19 atuam como evidências para um tempo acontecido (acontecimento) que são passíveis de serem organizados e narrativizados, isto é, historiografados.

Partindo do pressuposto de um dos presentismos possíveis, a História Imediata ainda impõe alguns elementos cruciais de sua construção (LE GOFF, 1999):

- a) *Superabundância de fontes* → com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, somado às maneiras de registro e arquivamento dessas tecnologias, multiplicam-se as fontes de conhecimento sobre o presente (vídeos, jornais on-line, *podcasts*, *blogs*, redes sociais etc). Apesar de todos os recursos e programas de informática existentes para organizar, sistematizar e manusear as fontes, o excesso precisa ainda de recortes do pesquisador com justificativas acerca da escolha de determinadas fontes e em detrimento de outras. Além disso, algumas fontes dos tempos atuais podem ficar disponíveis por longo período, bem como podem desaparecer em horas ou minutos. Ademais, há de se levar em conta a existência de manipulação de informações em registros, de arquivamentos ou mesmo dos meios em que elas são produzidas;
- b) *Maior subjetividade do historiador* → como o historiógrafo se propõe a escrever uma história sobre o tempo do qual ele mesmo é testemunha, há o impasse entre o desenvolvimento de um saber científico e o seu engajamento pessoal. Ao passo que o saber científico pede certa neutralidade ou objetividade, o engajamento pessoal leva o historiador a escrever uma narrativa relevante de um acontecimento que, para ele, é particular e político ao mesmo tempo. Aconselha-se sempre a conciliação honesta (ou ética) entre as duas visões desse impasse, pois o distanciamento objetivo do presente é extremamente complexo e delicado. Enquanto os jornalistas transcrevem, representam e produzem o acontecimento histórico, o papel do historiador é o de criticar as fontes, guardar a memória nacional e exercer o pleno exercício intelectual de busca de significados da/e para a História;
- c) *Ignorância do futuro* → o historiador do passado, de certa forma, é auxiliado pelo futuro histórico do tempo que estuda. Isso não acontece da mesma forma com o historiador da

História Imediata. Tenta-se encontrar um sentido para o presente, mas sem saber exatamente se esse sentido terá continuidade ou se será confirmado com uma nova mudança de tempo histórico. A historiografia do presentismo é um trabalho com o acaso. O historiador se permite fazer escolhas de sentido e tem uma liberdade controlada sobre as possibilidades da História Imediata dentro de possibilidades possíveis de dar sentido histórico. Entretanto, parece que o interessante de se fazer uma história imediata é justamente a possibilidade de voltar a essa história e reescrevê-la ou mesmo de continuá-la e dar sentido histórico para a comunidade interpretativa do presente.

A partir desses elementos cruciais, podemos dizer ainda que a História Imediata é a escrita no calor do acontecimento, que requer síntese dos documentos disponíveis e esboço de um futuro pelo esclarecimento do presente (CHAUVEAU; TÉTARD, 1999). De certo, é necessário dizer que a História Imediata é legitimada pela qualidade dos autores e pela realidade da demanda social: de um lado, um exercício de poder pela escrita narrativa de um acontecimento; de outro lado, a necessidade gerada por um público que quer saber o sentido dos acontecimentos que se realizam. Acima de tudo, a História Imediata orienta-se pela função social de olhar com mais minúcia e método a leitura do acontecimento, baseada nas fontes e no espaço de poder dado à voz do historiador.

3. Fatos da História Imediata da Tradução no Brasil

Antes de desenrolar a narrativa sobre os acontecimentos da tradução em tempos de coronavírus, com base nos postulados da seção anterior, convém mencionar que o presente trabalho é movido pelo estímulo de dar maior visibilidade à História da Tradução atual, buscando reunir, organizar e sumarizar todas as informações dispersas e disponíveis a que se teve acesso sobre o assunto, a fim de dar-lhes sentido histórico. Esta é uma das características da historiografia da tradução imediata, visto que, além de toda a metodologia historiográfica aqui disposta, há o envolvimento do historiador com o tema, com os acontecimentos e, por vezes, com os fatos.

Detalhe que não pode ser descartado é que, neste estudo, buscou-se apoio, com maior apreço, nas fontes escritas disponíveis com maior duração na internet. Em particular, em notícias de jornais ou de instituições reconhecidas do país. Para garantir certa veracidade das informações, a mesma notícia foi confirmada ao menos em três sites diferentes, para saber se o fato era relatado de forma semelhante em todos os registros encontrados. No desenrolar da narrativa, cita-se, em nota de rodapé, o site primeiro ou principal, no qual a informação é

encontrada com maior facilidade. Entretanto, numa pesquisa de prova, a fonte pode ser comparada a outras notícias/ outros registros também disponíveis em outros veículos na internet (*blogs*, sites, redes sociais, etc.).

Quanto à metodologia narrativa da História, optou-se por uma escrita historiográfica por campos ou esferas da tradução (REIS, 2015), visto que alguns eventos ocorrem simultaneamente, mas com “igual importância no âmbito nacional ou com destaque específico para determinadas áreas e domínios da cultura e da sociedade” (REIS, 2015, p. 33). Somado a isso, há de se considerar que

as diversas ideologias ou repartições desta história nos levam a constatar orientações, funções e elementos ideológicos no que tange à tradução como processo e como produto, mas também ao aludir a seu agente acional inserido em contextos maiores como a sociedade e a cultura. Em consequência disso, podemos falar de tipos de tradução e sua(s) devida(s) história(s) (REIS, 2015, p. 33).

Vale a pena sublinhar que, quando se mencionam as esferas ou campos (da tradução), alude-se a atividades humanas em que os discursos em tradução circulam. Esferas ou campos de atividade humana “são os campos das atividades humanas centrais que organizam as ações humanas em sociedade, por meio dos discursos e práticas.” (ROJO, 2014, s/p.). Em outras palavras, significa dizer que algumas práticas sociais têm discursos tradutórios específicos, dispõem de atividades tradutórias particulares e circunscritas em organizações de produção, circulação e recepção únicas, como se observa daqui em diante.

4. Os grupos coletivos de tradução na universidade e institutos de pesquisa

Uma das primeiras esferas da sociedade a sentir o poder da pandemia da covid-19 foi a educação. As aulas dos alunos do maternal à universidade foram suspensas, e a longa espera pela vacina tornou-se algo cotidiano. Entretanto, há de se pensar que, no que tange à tradução, as universidades desempenharam, até o momento, um papel extremamente significativo. Enquanto não houve a grande chegada da cura ou da imunidade ao vírus, as pesquisas e a assistência à saúde pública não pararam. A tradução médica e farmacológica foi uma das grandes vertentes que ganharam força durante o isolamento social.

No site da Universidade Federal do Paraná, *campus* de Toledo, na aba de nome “Artigos científicos – COVID – 19” encontra-se a seguinte nota:

O curso de Medicina da UFPR-Campus Toledo está disponibilizando gratuitamente a tradução dos principais artigos científicos, publicados em revistas de renome internacional, sobre COVID-19. Tal ação está sendo conduzida por acadêmicos e professores do curso através de um programa de voluntariado acadêmico. O objetivo desta ação é disponibilizar a comunidade, e em especial aos profissionais de saúde, informações atualizadas que auxiliem na disseminação de conhecimento sobre o assunto e consequente enfrentamento desta pandemia² (UFPR-TOLEDO, 2020).

Efetivamente, o professor do curso de medicina Rafael Lirio Bortoncello e iniciador do projeto coletivo de tradução da UFPR foi quem incentivou colegas professores e alunos a lerem, traduzirem e revisarem os artigos do inglês para o português. Os grupos coletivos de tradução funcionaram pelo *WhatsApp*, aplicativo pelo qual se discutiam a escolha do texto, dúvidas de tradução e dificuldades de leitura em inglês³. Projeto semelhante ocorreu na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), nos *campi* de Maceió e Arapiraca. Os professores Divanise Suruagy (FAMED/UFAL) e Michael Machado (Medicina/UFAL/Arapiraca) e seus alunos elaboraram um projeto intitulado *ComunicaSaúde: força tarefa contra o Covid-19* a fim de divulgar, no *blog* do mestrado em Saúde da UFAL (ProfSaúde), informações confiáveis sobre a covid-19 para a comunidade e para os profissionais da saúde local⁴.

Já na Universidade Federal da Bahia (UFBA), alunos do Instituto de Letras se voluntariaram a traduzir textos técnico-científicos sobre a pandemia. Interessante notar que a iniciativa teve como objetivo divulgar e circular em língua inglesa textos de pesquisas sobre o coronavírus realizadas na UFBA. O projeto *Tradução Covid-19*⁵ conta com três professores coordenadores (Daniel Vasconcelos, Lucielen Porfirio e Monique Pfau) e 16 alunos do curso de Letras-Inglês. O trabalho foi todo realizado remotamente, atendendo a pesquisadores da saúde de toda a universidade.

Um dado interessante a ser mencionado é que, durante o isolamento social imposto em vários países do mundo – inclusive no Brasil –, várias revistas acadêmicas internacionais abriram o acesso gratuito ao seu conteúdo, facilitando o acesso às informações contidas em textos sobre a covid-19 em línguas estrangeiras. Portanto, se por um lado, essas iniciativas de grupos de tradução acadêmicos dão acesso ao conhecimento técnico-científico no Brasil sobre o vírus, por outro lado, são meramente traduções não-autorizadas, com intuito pedagógico de

² Disponível em: <http://www.toledo.ufpr.br/porta/artigos-cientificos-covid-19/>. Acesso em: 1º set. 2020.

³ Vide: <https://piaui.folha.uol.com.br/traduzindo-a-pandemia/>. Acesso em: 1º set. 2020.

⁴ Vide: <https://ufal.br/estudante/noticias/2020/4/grupo-de-medicina-da-ufal-traduz-textos-cientificos-sobre-covid-19>. Acesso em: 1º set. 2020. Os textos do projeto estão disponíveis em: <https://profsaudeufal.blogspot.com/>.

⁵ Informação sobre o projeto: <https://coronavirus.ufba.br/voluntarios-do-instituto-de-letras-traduzem-gratuitamente-artigos-cientificos-sobre-covid-19>. Acesso em: 1º set. 2020.

instruir e ensinar os profissionais da saúde sobre procedimentos necessários de controle, combate e estabilidade da doença. Outro dado interessante é que a tradução médica e farmacológica parece beirar ainda a pessoa do especialista. Grande parcela dos textos traduzidos durante a pandemia foi de especialistas médicos, farmacêuticos e laboratoriais. Isso talvez demonstre, em alguma medida, a pouca formação em textos técnico-científicos que as universidades oferecem em seus cursos de Letras(-Tradução) na graduação.

É significativo ainda mencionar dois institutos que montaram uma base de informações para auxiliar os trabalhadores da saúde: a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Elsevier. A Fiocruz criou uma página na internet nomeada *COVID-19/Novo Coronavírus – Fontes de informação científica*⁶. A descrição da página diz o seguinte:

A Fiocruz é responsável por uma série de fontes de informações em saúde, que disponibilizam artigos e outras publicações científicas em acesso aberto. Em situações de emergência sanitária como a da pandemia de Covid-19, tais fontes contribuem para facilitar a circulação do conhecimento e ajudar toda a comunidade científica a ficar a par das últimas novidades sobre a doença. Conheça abaixo as três principais fontes de informação em saúde associadas à Fundação: o repositório institucional Arca⁷, o Portal de Periódicos Fiocruz⁸ e a Biblioteca Virtual em Saúde Fiocruz⁹. Além disso, para o enfrentamento da pandemia, foram criadas iniciativas como o Observatório Covid-19¹⁰, com objetivo de reunir e produzir informações para ação, o Sistema de descoberta sobre Covid-19¹¹, que oferece acesso temporário a bases de dados normalmente acessíveis apenas por meio de assinatura, e a Plataforma Integrada Covid-19¹², que reúne de forma sistematizada uma variedade de publicações, redes de pesquisa e plataformas de compartilhamento (FIOCRUZ, 2020. *sublinhados da instituição*).

Todas as bases de dados da Fiocruz contêm inúmeros artigos em línguas estrangeiras, bem como textos traduzidos, glossários e ferramentas de tradução automática que ajudam na leitura instrumental de textos. Já a Elsevier, empresa de informações analíticas de publicações científicas de saúde, lançou no Brasil a página *COVID-19 Healthcare Hub*¹³, responsável por disponibilizar inúmeros textos traduzidos e localizados com conteúdo médico sobre o novo vírus. Além de textos, há vídeos legendados e/ou localizados para o contexto brasileiro a fim

⁶ Vide: <https://portal.fiocruz.br/fontes-de-informacao-cientifica>. Acesso em: 1º set. 2020.

⁷ Vide: https://www.arca.fiocruz.br/?locale=pt_BR. Acesso em: 1º set. 2020.

⁸ Vide: <https://periodicos.fiocruz.br/>. Acesso em: 1º set. 2020.

⁹ Vide: <https://bvsvfiocruz.fiocruz.br/>. Acesso em: 1º set. 2020.

¹⁰ Vide: <https://portal.fiocruz.br/observatorio-covid-19>. Acesso em: 1º set. 2020.

¹¹ Vide: <http://bit.ly/eds-fiocruz>. Acesso em: 1º set. 2020.

¹² Vide: https://www.zotero.org/groups/2442236/novo_coronavirus_covid-19_fiocruz/library. Acesso em: 1º set. 2020.

¹³ Vide: <https://covid-19.elsevier.health/pt-BR>. Acesso em: 1º set. 2020.

de auxiliar os profissionais de saúde que fazem uso da plataforma nos mais diversos dispositivos móveis (celulares, *tablets*, computadores, etc.).

As medidas desses dois institutos de saúde – Fiocruz e Elsevier – parecem colocar em evidência não só a dependência de informações do exterior que o Brasil tem durante a pandemia do coronavírus – já que alguns países passaram pela experiência do vírus antes do Brasil) –, mas também o quanto a tradução é importante nesse contexto de busca da cura, do alívio e dos curativos ou paliativos necessários em um momento em que o país tem uma ascensão enorme de infectados. A tradução, nessa época, é um auxílio à área médica e farmacológica, à medida que poupa mais tempo do médico, do enfermeiro e do farmacêutico, que não precisam se dedicar à leitura do texto em língua estrangeira, que, como se sabe, é mais morosa, especialmente na busca terminológica dos novos termos médicos e/ou farmacológicos (especializados).

5. Os agentes de tradução afetados: intérpretes e dubladores

O trabalho de alguns agentes de tradução também se modificou muito com a pandemia. Em particular, dois grupos merecem destaque: o dos tradutores audiovisuais e o dos intérpretes. Ambos tiveram de modificar seu comportamento em virtude dos riscos que poderiam ter em suas atividades tradutórias.

Os tradutores audiovisuais – aqui sintetizados em dois ofícios: legendadores e dubladores – tiveram dinâmicas de trabalho incomuns durante a pandemia. No Brasil, a preferência por filmes, séries e outros tipos de programas audiovisuais dublados, em particular em TV aberta, é algo corriqueiro (LAPASTINA, 2019). Assim, a dublagem é a opção mais comum de telespectadores analfabetos, idosos, deficientes visuais e crianças. Como esse trabalho depende de estúdios especializados, muitos deles tiveram de ser fechados por questões de segurança sanitária. Entre os meses de abril e maio, muitos dubladores ficaram sem trabalhar, e muitas produções de televisão e plataformas de *streaming* tiveram de interromper seus trabalhos¹⁴.

Filmes e séries estrearam no primeiro semestre apenas com legendas – como o caso do filme *Coffe & Kareen*, que, ao fim, apresentava um aviso da *Netflix*:

Muitos estúdios de dublagem estão fechados devido à covid-19, o que resulta em um atraso para algumas dublagens em alguns de nossos novos títulos.

¹⁴ Vide: <https://veja.abril.com.br/cultura/como-a-covid-19-afetou-a-dublagem-de-series-e-filmes-da-tv-e-da-netflix/>. Acesso em: 1º set. 2020.

Nossa prioridade é a saúde e a segurança de todos os envolvidos. Esperamos disponibilizar essas dublagens em breve (NETFLIX, 2020).

Esse aviso também apareceu com o mesmo tom em plataformas como *Amazon Prime*, *HBO*, *Sony* e *AXN*. A ausência da dublagem também modificou a estreia de novos filmes que iam para o cinema e para canais de televisão privados e abertos. Muitos deles foram reprogramados para 2021 ou estão por estrear apenas com legendas. Isso ocorreu porque o trabalho do dublador depende do estúdio de gravação e do acompanhamento de um diretor e de um técnico de gravação, diferentemente do trabalho do legendador, que pode fazer sua atividade de forma remota. Inclusive, vale a pena citar que a legendagem deu um salto significativo durante a pandemia no Brasil, se comparada a épocas anteriores (NUNES, 2012), tanto pela importância na estreia de audiovisuais originais estrangeiros no país, quanto pela demanda por esse trabalho, na ausência da dublagem.

Entre o fim de abril/maio¹⁵ e o início de junho, alguns estúdios de dublagem foram reabertos progressivamente, porém com um funcionamento totalmente atípico, a fim de criar protocolos de segurança de saúde para os dubladores¹⁶: espaçamento de 15 a 30 minutos entre a entrada dos dubladores no estúdio; uso de máscaras para técnicos e demais envolvidos presentes na gravação; higienização de quem entra e de quem sai dos estúdios; preferência pelo uso de *tablets* a papel na leitura dos roteiros a serem dublados; e eliminação da gravação de *vozeiros* (simulação de vozes comunitárias como torcidas ou manifestações coletivas) das produções atuais. Interessante observar que os telespectadores, a partir da pandemia, começaram a notar a necessidade desse tipo de tradução, especialmente para o público infantil, ávido por novos episódios de desenhos e animações.

Quanto à tradução oral, com o cancelamento de todos os eventos presenciais – congressos, feiras, conferências, encontros etc. – muitos intérpretes de conferência tiveram de se reinventar ou mesmo de adotar a interpretação remota como um novo caminho da profissão em tempos de covid-19¹⁷. Ferramentas de interpretação remota foram retomadas – a OPI (*over the phone interpreting*), por exemplo –, bem como o uso de plataformas que já contemplavam o ofício do intérprete, tais como o *Zoom* – plataforma de combinação de serviços de videoconferência, reuniões on-line, bate-papos e colaborações móveis.

¹⁵ Muitas notícias consultadas se contradizem quanto ao início ter sido em abril ou em maio.

¹⁶ Vide: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2020/05/mais-lenta-mais-cara-e-sem-vozeiros-como-a-dublagem-de-series-e-filmes-foi-retomada-no-brasil-ckao66cfc00e1015nkc2rq6xd.html>. Acesso em: 1º set. 2020.

¹⁷ Vide: <https://www.youtube.com/watch?v=Vh9i957n3P8>. Acesso em: 1º set. 2020.

A interpretação comunitária, área ainda crescente no Brasil, também sofreu alguns impactos durante a pandemia. A interpretação médica, ou seja, a mediação linguística entre pacientes e médicos – um dos tipos de interpretação comunitária – foi algo recorrente no primeiro semestre de 2020. Segundo Patrícia Camargo (2020, p. 58):

Em sua maioria, os intérpretes preferem a interpretação face a face, pois afirmam ter uma visão mais ampla dos acontecimentos, o que coloca a interpretação via vídeo em segundo lugar (nem sempre é possível ver todos os participantes ao mesmo tempo). A interpretação por telefone é comumente utilizada quando não há outro recurso, uma vez que os intérpretes recebem apenas a voz dos envolvidos na comunicação.

Apesar da preferência brasileira por interpretação médica ao vivo, com a pandemia e com a falta de insumos de segurança para todos nos hospitais, muitas dessas interpretações ocorreram via telefone ou por meio de novos aplicativos por parte dos intérpretes, pois há limitações de acesso às novas tecnologias próprias para esse serviço nos hospitais brasileiros¹⁸. Há indícios de que a interpretação médica de forma remota sofre alterações porque o intérprete não consegue usar a linguagem corporal e nem ler as expressões faciais dos pacientes¹⁹. E no Brasil, existindo poucos intérpretes, a demanda por telefone aumenta, causando certo estresse da parte de quem exerce esse trabalho de forma profissional ou voluntária. Vale lembrar que, durante a pandemia, o país recebeu – além dos que já estavam aqui – um fluxo muito grande de imigrantes não falantes de língua portuguesa como haitianos, bolivianos e venezuelanos²⁰.

Vê-se que, dentre os agentes de tradução mais afetados, estão aqueles que precisam se reinventar, seja porque a pandemia lhes trouxe o desemprego, seja porque a pandemia mostrou, sobremaneira, a extrema necessidade de seus ofícios. Tanto tradutores audiovisuais quanto intérpretes – médicos ou de conferência –, durante o episódio do coronavírus, escrevem uma nova faceta de suas histórias, à medida que o mercado revela novas modalidades de atuação via tecnologia ou registra escassez de trabalho e de recursos humanos. Provavelmente, após a pandemia, é possível que haja cursos de formação nas áreas escassas e investimento em novas modalidades de exercício do ofício de forma remota, a fim de se preparar para um novo acontecimento histórico semelhante ou para a ampliação do mercado de forma virtual – haja vista a necessidade atual.

¹⁸ Vide: <https://www.eventbrite.com.br/e/pandemia-tecnologia-e-interpretacao-comunitaria-registration-114594501238#>. Acesso em: 02 set. 2020.

¹⁹ Vide: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/quando-o-coronavirus-se-perde-na-traducao>. Acesso em: 02 set. 2020.

²⁰ Vide: <https://claudia.abril.com.br/atualidades/a-dramatica-situacao-dos-imigrantes-nao-regularizados-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 03 set. 2020.

6. Questões de direitos linguísticos e acessibilidade: Libras e línguas indígenas

Para além da língua portuguesa, a Língua de Sinais Brasileira (Libras) e as línguas indígenas receberam grande destaque durante a época da pandemia no Brasil. O tempo do isolamento social e, mais ainda, a contaminação causada pelo vírus trouxeram para esses dois campos linguísticos uma ampliação vocabular e questões comportamentais de acessibilidade linguística em todo o país.

Desde a promulgação da lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e a sua regulamentação em dezembro de 2005, pelo Decreto n.º 5.626, a Libras se tornou obrigatória em todos os serviços públicos. Portanto, durante a pandemia, traduções de informações e orientações de combate ao coronavírus foram muito frequentes. Um exemplo disso foi a iniciativa de professores de português como segunda língua do Instituto de Letras da Universidade de Brasília que, na ausência de políticas públicas sobre o coronavírus para a comunidade surda, resolveram elaborar vídeos informativos e dramatizações virtuais sinalizadas a fim de instruir surdos, ensurdecidos e surdocegos²¹. Chamam a atenção a iniciativa do projeto quanto à produção de vídeos para crianças surdas, a fim de explicar o contexto atual de pandemia no qual elas estão inseridas, bem como o fato de ele ter desencadeado ações semelhantes em outros estados brasileiros, dentre eles Minas Gerais e Santa Catarina.

No Paraná, o projeto *Unidos pela Saúde*²² de integrantes ligados ao Programa de Pós-graduação em Tecnologia em Saúde da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), em parceria com voluntários e estudantes de outras instituições, resolveu criar uma página com informações sobre o coronavírus em Libras. O objetivo foi auxiliar os deficientes auditivos no acompanhamento do grande volume de informações que surgem a cada dia sobre o assunto. Além disso, os integrantes do projeto se dispuseram a auxiliar as famílias do Estado na comunicação com profissionais da saúde em caso de necessidade, visto que muitas delas, apesar de conviverem com os surdos, não falam/sabem Libras. Ao entrar na página do site, há a seguinte descrição na aba “Sobre”:

O site “Unidos pela Saúde” é um projeto desenvolvido por alunos mestrands e doutorandos do Programa de Pós-graduação em Tecnologia em Saúde (PPGTS) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) em conjunto com profissionais de saúde voluntários e estudantes de outras

²¹ Vide:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/07/16/interna_cidadesdf,872545/projeto-criado-na-unb-traduz-instrucoes-sobre-a-pandemia-para-libras.shtml. Acesso em: 03 set. 2020.

²² Vide: <https://www.unidospelasaude.com.br/>. Acesso em: 03 set. 2020.

instituições de ensino. Nosso projeto possui como foco principal levar informações de cuidados de saúde à população em geral de maneira acessível e adaptada às pessoas com deficiências²³ (UNIDOS PELA SAÚDE, 2020).

Com efeito, para além da Libras, o grupo deseja continuar o projeto para atingir outros grupos de deficientes, como a comunidade cega. Há a intenção de fazer *podcasts* e áudios com conteúdo sobre a pandemia utilizando a audiodescrição²⁴. Vale lembrar que, somada a essas iniciativas, a popularização das pouquíssimas tecnologias de acessibilidade às pessoas com deficiência foi um ponto forte da interpretação e tradução para tais comunidades. Plataformas virtuais como *Veever* – aplicativo que se comunica com o assistente de voz para auxiliar deficientes visuais a se locomoverem em ambiente urbano - e *Hand Talk* – aplicativo que traduz simultaneamente do português para a língua brasileira de sinais (Libras) – alcançaram maior fama no período de isolamento social, seja para auxiliarem a própria comunidade surda ou cega, seja para ajudarem os familiares a se comunicar com mais facilidade com seus membros surdos ou cegos, seja por não estarem disponíveis a todos em todo o território nacional²⁵. Houve também, por parte das emissoras abertas de televisão, a preocupação considerável de manter, em tempo real, o uso de audiodescrição e *Closed caption* para beneficiar a população cega e a população surda. A televisão, durante a pandemia, teve um aumento de audiência devido à mudança de programação mais voltada para informações sobre a pandemia e também pelo aumento de confiabilidade, da rapidez e da sumarização de informações sobre o novo vírus²⁶.

Igualmente, sabe-se que, durante o isolamento social, com o cancelamento de todo e qualquer tipo de aglomerações, shows e performances teatrais, houve grande difusão de transmissões de shows *on-line* – denominados *lives*, no Brasil – feitos pelos próprios cantores e grupos musicais. Um dos destaques das famosas *lives* foram as traduções de canções para a Libras. Pela primeira vez na história da interpretação de Libras, essa vertente ganhou bastante espaço no Brasil. Nesse sentido, ela trouxe para o público não ouvinte e ouvinte a visibilidade da Língua Brasileira de Sinais, além de pôr às claras o trabalho de preparação, duração e direitos autorais de interpretação e tradução de canções de determinados intérpretes-tradutores²⁷ para a

²³ Vide: <https://www.unidospelasaude.com.br/sobre/>. Acesso em: 03 set. 2020.

²⁴ Vide: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-04/programa-tem-conteudo-em-libras-com-informacoes-sobre-o-coronavirus>. Acesso em: 03 set. 2020.

²⁵ Vide: <https://www.correiodopovo.com.br/jornalcomtecnologia/pandemia-escancara-falta-de-acessibilidade-no-brasil-1.470576>. Acesso em: 03 set. 2020.

²⁶ Vide: <https://showcasepro.com.br/blog/acessibilidade-e-essencial-na-luta-contr-a-pandemia/>. Acesso em: 03 set. 2020.

²⁷ Vide: <https://domtotal.com/noticia/1442724/2020/05/o-uso-de-interpret-es-de-libras-em-lives-e-essencial-e-direito-garantido-por-lei/>. Acesso em: 03 set. 2020.

Libras. Assim, algo que era escasso e completamente esporádico (RIGO, 2013) tornou-se corriqueiro durante o isolamento social.

Em relação aos povos indígenas, a falta de preocupação do governo federal trouxe muita sensibilização e mobilizações das mais diversas formas, no que tange à transmissão de informações e à assistência sanitária para os povos originários. A região Norte, que concentra a maior parte das aldeias indígenas, foi a que mais sofreu com a disseminação da covid-19. Atentos a tamanha negligência para com os estados do Pará, Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia, bispos da Igreja Católica escreveram um documento²⁸, em 4 de maio de 2020, intitulado *Notas dos Bispos da Amazônia brasileira sobre a situação dos povos e da floresta em tempos de Pandemia da Covid-19*²⁹. O documento cobrava medidas urgentes do Governo Federal, do Congresso Nacional, dos Governos Estaduais e das Assembleias Legislativas.

A fim de ganhar mais circulação e notoriedade, o documento foi traduzido em espanhol³⁰, francês³¹, italiano³², inglês³³ e na língua indígena tukano³⁴.

Curiosamente, em 8 de julho de 2020, o presidente da república sancionou a lei para o atendimento a quilombolas e indígenas³⁵. Entretanto, a publicação foi feita com 16 vetos sob o argumento que alguns dispositivos criavam novos gastos para os cofres públicos e eram inoperantes³⁶. Dentre os trechos vetados, estão aqueles que garantiam acesso a água potável e a materiais de higiene e limpeza gratuitamente. A este estudo, interessa o seguinte trecho, igualmente vetado:

VI - elaboração e distribuição, com participação dos povos indígenas ou de suas instituições, de materiais informativos sobre os sintomas da Covid-19, em formatos diversos e por meio de rádios comunitárias e de redes sociais, com tradução e em linguagem acessível, respeitada a diversidade linguística

²⁸ Vide: <https://cimi.org.br/2020/05/em-nota-bispos-da-amazonia-brasileira-exigem-medidas-urgentes-dos-governos-para-combater-a-covid-19-na-regiao/>. Acesso em: 03 set. 2020.

²⁹ Disponível integralmente em versão PDF para consulta no link: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Nota-Comissao-Amazonia-PORT.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020.

³⁰ Disponível integralmente em versão PDF para consulta no link: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Nota-Comissao-Amazonia-ESP.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020.

³¹ Disponível integralmente em versão PDF para consulta no link: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Nota-Comissao-Amazonia-FRA.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020.

³² Disponível integralmente em versão PDF para consulta no link: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Nota-Comissao-CC%83o-Amazo%82nia-ITA.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020.

³³ Disponível integralmente em versão PDF para consulta no link: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Nota-Comissao-Amazonia-ING.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020.

³⁴ Disponível integralmente em versão PDF para consulta no link: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Nota-Comissao-Amazonia-TUKANO.pdf>. Acesso em: 03 03 set. 2020.

³⁵ Lei sancionada na íntegra:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=08/07/2020&jornal=515&pagina=2&totalArquivos=87>. Acesso em: 03 set. 2020.

³⁶ Vide: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-07/bolsonaro-sanciona-lei-para-atendimento-indigenas-e-quilombolas>. Acesso em: 03 set. 2020.

dos povos indígenas, em quantidade que atenda às aldeias ou comunidades indígenas de todo o País³⁷ (LEI Nº 14.021, DE 7 DE JULHO DE 2020 [*texto na íntegra sem veto*]);

A comunicação e as informações sobre coronavírus para as comunidades indígenas em suas respectivas línguas foram negadas de forma oficial pelo veto ao dispositivo acima citado. Porém, as intervenções – em particular, universitárias ou de instituições preocupadas com as populações indígenas – surgiram antes mesmo do veto oficial da presidência ser conhecido. São Gabriel da Cachoeira, município do Estado do Amazonas com a maior concentração de indígenas por metro quadrado e exemplo de organização comunitária para muitas aldeias, para orientar a população, recebeu mobilizações da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e da Rede Wayuri de Comunicadores Indígenas. Essas duas entidades traduziram e adaptaram materiais educativos e de campanha de prevenção para diversas comunidades indígenas³⁸. Além disso, disseminaram pelas ruas do município carros de som que conduziam voluntários imbuídos de oralizar as informações sobre a pandemia traduzidas em vários idiomas indígenas³⁹.

O Instituto Socioambiental (ISA), também em parceria com o Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao novo Coronavírus (Covid-19) da Prefeitura do Município de São Gabriel da Cachoeira, disponibilizou, em seu site, uma cartilha intitulada *Coronavírus (Covid-19). Tome cuidado, parente!*⁴⁰ direcionada aos povos do Alto Rio Negro (Amazonas). A cartilha foi primeiramente redigida em língua portuguesa (Juliana Radler) e traduzida nas línguas baniwa⁴¹ (tradução de André Fernando), nheengatu⁴² (tradução de Elizângela da Silva Baré e Edson

³⁷ Os trechos vetados estão disponíveis para consulta no site do Senado Federal: <https://legis.senado.leg.br/norma/32440002/publicacao/32605734>. Toda a elaboração do texto até sua publicação pode ser consultada no link a seguir: <https://legis.senado.leg.br/norma/32440002>. Acesso em: 03 set. 2020.

³⁸ Vide: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/05/02/covid-19-e-indigenas-os-desafios-no-combate-ao-novo-coronavirus.htm>. Acesso em: 03 set. 2020.

³⁹ Vide: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-05/municipio-com-mais-indigenas-no-pais-tem-219-casos-de-covid-19>. Acesso em: 03 set. 2020.

⁴⁰ Disponível integralmente em versão PDF para consulta no link: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/coronavirus-covid-19-tome-cuidado-parente>. Acesso em: 03 set. 2020.

⁴¹ Disponível integralmente em versão PDF para consulta no link: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/idaanataakawa-koronavirus-iodza-hia-komonidadinai>. Acesso em: 03 set. 2020.

⁴² Disponível integralmente em versão PDF para consulta no link: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/covid-19-asui-tawa-wasu-idigena-makatu-nesui>. Acesso em: 03 set. 2020.

Gomes Baré), tukano⁴³ (tradução de Justino Sarmento Rezende), dêw⁴⁴ (tradução Roberto Carlos Sanches) e hupdá⁴⁵ (tradução e adaptação de Américo Socot Hupd'äh, Bruno Marques, Karolin Obert e Patience Epps).

As iniciativas universitárias, em particular de professores que estudam e auxiliam as comunidades indígenas, também merecem grande destaque. Na UFAM (Universidade Federal do Amazonas) a professora Taciana de Carvalho Coutinho, ligada ao Instituto de Natureza e Cultura (INC), organizou, junto com alunos indígenas, a confecção de material sobre o coronavírus em língua da etnia Ticuna⁴⁶. O material foi distribuído entre professores, alunos e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Na Universidade Federal do Pará (UFPA), estudantes acompanhados dos professores Jackson Pinheiro e Anderson Herculano criaram uma cartilha⁴⁷ em forma de “história em quadrinhos” sem termos técnicos a fim de auxiliar as comunidades indígenas falantes das línguas kayapó⁴⁸, wai wai⁴⁹ e karipuna⁵⁰. Ela foi distribuída virtualmente a alunos indígenas da própria UFPA⁵¹. Já na Universidade do Mato Grosso (UFMT), o projeto de extensão MT Ciência, no *campus* de Sinop, traduziu o livro infantil *Coronavírus* a fim de informar e introduzir as crianças aos conceitos de microbiologia. O livro foi produzido em português e traduzido para Libras, inglês, espanhol, macuxi, wapichana, xavante e ingarikó. O grupo acredita que a tradução do livro é uma contribuição para a valorização das línguas indígenas⁵².

⁴³ Disponível integralmente em versão PDF para consulta no link: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/anuro-kamotara-covid-19re-mariye-mahkaripure>. Acesso em: 03 set. 2020.

⁴⁴ Disponível integralmente em versão PDF para consulta no link: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/war-way-way-or-meenh-daaw-dar>. Acesso em: 03 set. 2020.

⁴⁵ Disponível integralmente em versão PDF para consulta no link: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/covid-19-nig-key-kem-ah-bab-dah>. Acesso em: 03 set. 2020.

⁴⁶ Vide: <https://www.ufam.edu.br/noticias-coronavirus/1238-instituto-de-natureza-e-cultura-produz-material-de-orientacao-sobre-o-covid-19-aos-indigenas-da-etnia-ticuna.html>. Acesso em: 04 set. 2020.

⁴⁷ Disponível integralmente em versão PDF para consulta no link: <https://ascom.ufpa.br/links/outros/LINGUA%20PORTUGUESA.pdf>. Acesso em: 04 set. 2020.

⁴⁸ Disponível integralmente em versão PDF para consulta no link: <https://ascom.ufpa.br/links/outros/LINGUA%20KAYAPO.pdf>. Acesso em: 04 set. 2020.

⁴⁹ Disponível integralmente em versão PDF para consulta no link: <https://ascom.ufpa.br/links/outros/LINGUA%20WAI%20WAI.pdf>. Acesso em: 04 set. 2020.

⁵⁰ Disponível integralmente em versão PDF para consulta no link: <https://ascom.ufpa.br/links/outros/LINGUA%20KARIPUNA.pdf>. Acesso em: 04 set. 2020.

⁵¹ Vide: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias/11533-professores-e-alunos-da-ufpa-produzem-cartilhas-em-linguas-indigenas-para-orientar-povos-nativos-no-combate-ao-coronavirus>. Acesso em: 04 set. 2020.

⁵² Vide: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/07/19/livro-infantil-coronavirus-ganha-versao-no-idioma-indigena-macuxi.ghtml>. Acesso em: 04 set. 2020.

Como se vê, tanto a acessibilidade para deficientes visuais e auditivos quanto para as aldeias indígenas passam pelo viés da tradução. A versão, tradução e interpretação nesses idiomas, para além da comunicação, são uma forma de direito humano: o linguístico. Sem acesso à língua é impossível se informar, se comunicar e, em tempos de coronavírus, se prevenir e se curar. Apesar de as políticas públicas brasileiras, neste momento, parecerem não garantir esse direito, as iniciativas solidárias foram muito correntes durante o isolamento social e ainda permanecem com a espera pela vacina contra o vírus.

7. Alguns hábitos tradutórios pandêmicos privados e públicos

O cotidiano de produção, leitura e recepção de traduções no Brasil também foi notável durante a época da pandemia de Covid-19. Desde comportamentos privados a públicos, de setores do mercado a empresas particulares, a chegada do coronavírus foi impactante em diversas esferas ou campos das atividades comunicacionais no Brasil. A começar pela língua portuguesa, que recebeu mais neologismos – *live*, *lockdown*, coronavírus etc. –, expressões usuais – “achatar a curva”, “isolamento horizontal”, “paciente zero” etc. – e usos de sintaxe – o caso de “testar positivo”, inclusive muito comentado pelo linguista Marcos Bagno (2020). Os glossários multiplicaram-se em época de pandemia, a fim de realizar uma tradução intralinguística de termos usuais desse “novo cotidiano”, nem sempre compreensíveis para todos⁵³.

No campo do mercado editorial, devido ao isolamento social e também ao fechamento de inúmeras livrarias físicas, muitas traduções foram vendidas em formato *e-book* ou *audiobook*, e aquelas que não estavam em formato digital podiam ser enviadas pelos correios. Entretanto, praticamente todos os lançamentos de novas traduções e novos livros autorais foram adiados para 2021, não só porque muitas editoras não têm, em seus catálogos, livros em formato digital, mas também porque grandes eventos do mundo livresco foram cancelados (feiras, bienais, congressos acadêmicos, lançamentos de livros etc.)⁵⁴. Tais ações impactaram igualmente os contratos de preparadores de texto, revisores e tradutores editoriais, que diminuíram

⁵³ Dentre os muitos existentes e passíveis de serem encontrados na internet, eis dois exemplos de glossários para o cidadão comum que podem ser consultados nos seguintes links: *Glossário de Termos da Covid-19* – do governo do RS [http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1590671786_Gloss%C3%A1rio%20termos%20Covid.pdf]; *Glossário Coronavírus Covid-19* do governo do RJ [https://coronavirus.ufrj.br/glossario/].

⁵⁴ Vide: <https://www.uai.com.br/app/noticia/artes-e-livros/2020/05/02/noticias-artes-e-livros,258040/colapso-a-vista-para-a-industria-do-livro-no-brasi.shtml>. Acesso em: 05 set. 2020.

significativamente, pois esses profissionais só recebem depois do trabalho entregue⁵⁵. O segundo semestre de 2020 parece alavancar o mercado editorial com publicações em formato digital, mas isso não é conclusivo⁵⁶.

Sobre o tema do vírus, algumas traduções podem ser encontradas em 2020 no Brasil, como as obras *E-pandemia: covid-19 e a reinvenção do comunismo* ensaio filosófico de Slavoj Žižek da Editora Boitempo e *Contágio – infecções de origem animal e a evolução das pandemias* pesquisa científica de infectologia de David Quammen da editora Companhia das Letras. Entretanto, um caso que chama a atenção é o incentivo à leitura do romance *A peste* (1947), de Albert Camus⁵⁷. Aconselhados sobre a leitura nas redes sociais, muitos leitores foram em busca de traduções disponíveis no mercado em sebos e lojas virtuais. As editoras, frente à procura, lançaram “novas (re)edições” e adaptações do romance. Apesar de o Brasil não estar em um momento favorável para o mercado editorial, a leitura de traduções se mostrou uma forte aliada como entretenimento cultural durante a quarentena.

Outro hábito que emergiu durante o período da pandemia foi a desconfiança acerca das *Fake News*. Nesse período, grande parte das falsas notícias era oriunda de traduções muitas vezes difíceis de serem descobertas por terem passado por processos de acréscimos, cortes ou mesmo localização. Um dos casos mais famosos é o texto *Autópsias de Bergamo: O problema principal não era o coronavírus*⁵⁸ traduzido do italiano de suposta autoria de Cesare Sacchetti. O texto foi publicado em um *blog* na Itália, intitulado *La cruna dell'ago*⁵⁹, com assertivas de um médico que teria tido acesso às informações sobre os casos de coronavírus na cidade Bergamo e concluído que as mortes não tinham relação com o vírus. A notícia no Brasil repercutiu muito e foi manipulada por inúmeros indivíduos que se colocavam contra o isolamento social e negavam a propagação do vírus⁶⁰. Muitos médicos foram consultados sobre as afirmações traduzidas e difundidas desse texto⁶¹. Somado a isso, muitas agências de notícias e jornalistas se propuseram a investigar de onde teria vindo a notícia e o porquê dela⁶². As

⁵⁵ Vide: <https://medium.com/sem-spoiler/o-que-as-editoras-brasileiras-esperam-da-crise-15c5ace6b944>. Acesso em: 05 set. 2020.

⁵⁶ Vide: <https://www.e-galaxia.com.br/o-e-book-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 05 set. 2020.

⁵⁷ Vide: <https://www.bbc.com/portuguese/curiosidades-51843967>. Acesso em: 05 set. 2020.

⁵⁸ Dentre as várias reproduções encontradas nos sites de buscas, uma disponível na íntegra está em: <http://www.osarrafo.com.br/v1/2020/07/31/autopsias-de-bergamo-o-problema-principal-nao-era-o-coronavirus/>. Acesso em: 06 set. 2020.

⁵⁹ Vide: <https://lacrunadellago.net/>. Acesso em: 06 set. 2020.

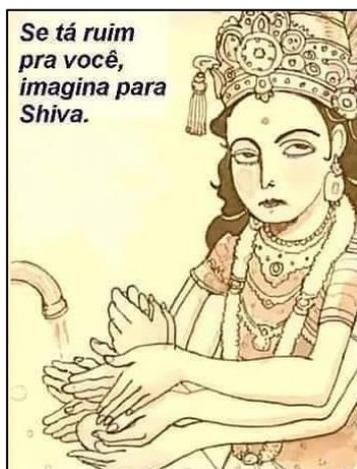
⁶⁰ Vide: <https://noticias.uol.com.br/comprova/ultimas-noticias/2020/05/20/e-falso-que-autopsias-em-vitimas-de-covid-apontaram-outras-causas-de-morte.htm>. Acesso em: 06 set. 2020.

⁶¹ Vide: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/e-falso-que-covid-19-mate- apenas-pessoas-com-doencas-previas-e-possa-ser-tratada-em-casa-com-antibioticos/>. Acesso em: 06 set. 2020.

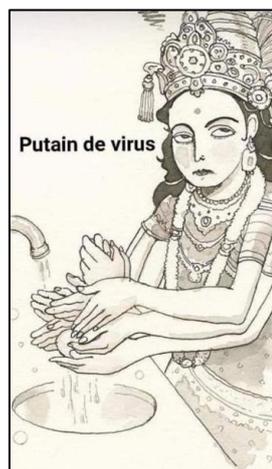
⁶² Vide: <https://www.sbt.com.br/jornalismo/comprova/noticia/141983-texto-engana-ao-afirmar-que-autopsias-na-italia-teriam-indicado-que-problema-principal-nao-era-o-coronavirus>. Acesso em: 06 set. 2020.

apostas são as de que a tradução e a difusão tenham vieses político-partidários com o autoritarismo do governo brasileiro atual.

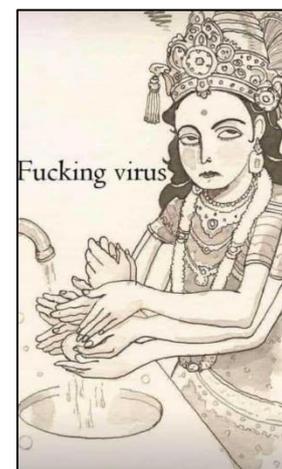
Dentro do campo de aplicativos de celulares e redes sociais, outro tipo de tradução ganhou destaque: a tradução de memes com aspectos da pandemia, como este sobre Xiva, uma das principais deusas do hinduísmo:



Meme em português⁶³



Meme em francês⁶⁴



Meme em inglês⁶⁵

Percebe-se que a tradução do meme é feita para rir. Uma vez conhecendo o personagem da imagem (Xiva, que tem várias mãos) e contextualizando-o ao cenário atual de higienização das mãos – hábito de prevenção contra o coronavírus –, somando a frase de impacto da imagem, tem-se o humor. Mesmo que a frase não seja a mesma, o sentido do humor é o mesmo: o quanto deve ser cansativo lavar as mãos a todo momento, ainda mais para quem tem mais de duas, como a deusa hinduísta.

Na esfera pública, um dos hábitos de tradução que repercutiram foi a *Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 403/2020*⁶⁶, de 21 de julho de 2020, que diz o seguinte:

Art. 1º Esta Resolução tem como objetivo alterar a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 36, de 26 de agosto de 2015 e a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 40, de 26 de agosto de 2015, para dispensar a tradução juramentada de documentos emitidos nos idiomas espanhol e inglês que

⁶³ Disponível em: <https://www.facebook.com/precisasedegenteboa/posts/d41d8cd9/3318184431577095/>. Acesso em: 06 set. 2020.

⁶⁴ Disponível em: <http://fleursdeverobis.canalblog.com/archives/2020/03/21/38130832.html>. Acesso em: 06 set. 2020.

⁶⁵ Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/394768723589637191/>. Acesso em: 06 set. 2020.

⁶⁶ Resolução disponível na íntegra para consulta em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/5963581/RDC_403_2020_.pdf/abffeadb-3528-4899-b24a-66940da6ab8e. Acesso em: 06 set. 2020.

instruem as petições de regularização de dispositivos médicos (ANVISA, 2020).

Essa resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), órgão do Ministério da Saúde no Brasil, tem por objetivo simplificar e agilizar os processos de compra, aquisição e regularização de dispositivos e produtos médicos, já anteriormente definidos nos documentos oficiais RDC 185/2001, RDC 36/2015 e RDC 40/2015. A ANVISA defende que tal normatização em tempos de Covid-19 diminui os custos envolvidos nas traduções públicas e acelera o acesso a produtos, insumos e materiais para os profissionais de saúde no menor prazo possível⁶⁷. Se, por um lado, há a desburocratização, por outro, parece haver um certo desdém da importância da fé pública, fruto da tradução juramentada – assunto este que mereceria maior aprofundamento a partir de algumas questões: quem realiza a tradução juramentada para a ANVISA? Até que ponto a tradução juramentada pode ser dispensada – especialmente aquelas relacionadas à segurança sanitária pública?

Nota-se que várias novas condutas foram moldadas conforme o contexto pandêmico em que as esferas públicas e individuais estão inseridas. Reflexões sobre o novo modo de acesso às traduções, a burocratização da tradução na esfera pública e o uso da tradução – seja para o bem ou para o mal – estiveram sempre muito perto dos usuários e leitores de textos traduzidos. Talvez os jornalistas tenham sido os que mais refletiram sobre isso e usufruíram dos novos hábitos, somados a outros tão conhecidos da retórica enquanto atividade de comunicação humana: pastiches, reescritas, paráfrases, colagens e transcrições – todos sinônimos de tradução com igual, menor ou maior intensidade. Aliás, a tradução jornalística mereceria uma história da tradução imediata à parte e em vários episódios.

8. Peroração

Como se percebe, pela quantidade de notas que este artigo traz, o número de fontes para a *História Imediata da Tradução* é imenso. Por isso, inseriram-se, nas notas, apenas as fontes mais pertinentes e que parecem não ser tão efêmeras para consulta de outros pesquisadores que queiram aprofundar algum tema histórico do pequeno panorama aqui esboçado. Além disso, a apresentação das fontes no local em que se descreveu e se analisou o fato histórico pode ser criticada, conferida ou comprovada a partir do exame ou da comparação por parte do leitor ou

⁶⁷ Vide: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2020/dispensada-traducao-juramentada-de-documentos>. Acesso em: 06 set. 2020.

pesquisador que tem acesso a esta pesquisa. Esta é a chamada *crítica das fontes*, ação extremamente saudável para a escrita e para a crítica historiográfica.

O período coberto pela narrativa historiográfica aqui (d)escrita é de março a agosto de 2020. Logo, outros fatos sobre a tradução podem acontecer ou, com a continuidade desta narrativa de um dos *presentismos*, eles poderão ser revistos ou (re)escritos futuramente. O intuito aqui disposto foi reunir as informações fragmentárias dos fatos tradutórios em volta do acontecimento da pandemia da Covid-19 no Brasil e depreender alguns sentidos históricos que este presente imediato pode nos dar.

Se, por um lado, o presente artigo parece ter um caráter informativo, por outro lado, nele há um caráter político de visibilização de um dos âmbitos da comunicação humana urgentes no Brasil pandêmico: a tradução, elemento tão importante em tempos de coronavírus, que pode ser manipulado de diversas formas para a virtude ou para o achaque. A cura começa pelo saber transmitido pelas culturas médicas entre si. Uma vez não havendo a transmissão integral de todos os saberes para cura, as partes transmitidas ou/e traduzidas são apenas curativos.

Em tempos de ataques cotidianos às universidades públicas e às ciências, uma descrição ou inscrição histórica, que salienta as ações e pesquisas realizadas – e que seguem até o presente momento no Brasil – para a busca de paliativos ou mesmo da cura e das mazelas do coronavírus, enaltece o valor e a importância dessas esferas da sociedade. Historiografar é um gesto da memória, um arquivamento, um dar sentido a acontecimentos, fatos e fontes de um momento da História da Tradução que parece ainda complexo, despercebido e efêmero.

Saber a *História da Tradução Imediata* em tempos de coronavírus é adquirir *consciência histórica* de que se vive uma época histórica única que precisa ser compreendida, bem como é alcançar sentido existencial narrativo nas memórias de agora e das que virão. Que o presente texto não seja somente registro dos tempos tradutórios atuais de pandemia, mas que motive pesquisadores a estudar, com maior profundidade, um domínio tão recente e pouco desvendado que é a *História Imediata da Tradução no Brasil*.

Referências:

ANVISA. Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 403/2020 de 21 de julho de 2020. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/5963581/RDC_403_2020_.pdf/abffeadb-3528-4899-b24a-66940da6ab8e. Acesso em: 06 set. 2020.

BAGNO, Marcos. “Ela testou positivo”: Que sintaxe é essa? **Blog da editora Parábola**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.parabolablog.com.br/index.php/blogs/ela-testou-positivo-que-sintaxe-e-essa>. Acesso em: 05 set. 2020.

CAMARGO, Patrícia Gimenez. **Interpretação médica em (dis)curso**: da prática em cenários médicos para a formação de intérpretes. 2020. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2020.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 1999.

DOSSE, François. História do Tempo presente e historiografia. Tradução de Silvia Maria Fávero Arend. **Tempo e Argumento: revista de Pós-Graduação em História**, Florianópolis, v. 4, n. 1, 2012.

FIOCRUZ. COVID-19/Novo Coronavírus – Fontes de informação científica. 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/fontes-de-informacao-cientifica>. Acesso em: 1º set. 2020.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: Presentismo e experiências do tempo. Tradução de Andréa S. de Menezes, Bruna Beffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina de A. Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

LAPASTINA, Livia. **A manifestação da emoção na tradução audiovisual**: dublagem em português de filmes em inglês. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem), PUC, São Paulo, 2019.

LE GOFF, Jacques. A visão de um medievalista diante do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 1999.

NETFLIX. Coffe & Kareen. 2020. Recuperado de “Como a Covid-19 afetou a dublagem de séries e filmes da TV e da Netflix”. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura/como-a-covid-19-afetou-a-dublagem-de-series-e-filmes-da-tv-e-da-netflix/>. Acesso em: 1º set. 2020.

NUNES, Elaine A. T. **A legendagem da televisão por assinatura do Brasil**. 2012. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2012.

REIS, Dennys da S. Impactos da Tradução escrita no século XIX. **Tradução em Revista**. v. 18, 2015.

RIGO, Natália S. **Tradução de canções de LP para LSB: identificando e comparando recursos tradutórios empregados por sinalizantes surdos e ouvintes**. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Florianópolis, 2013.

ROJO, Roxane. Esferas ou campos de atividade humana. Verbetes. Belo Horizonte, MG: FAE-CEALE/UFMG, 2014 Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/esferas-ou-campos-de-atividade-humana>. Acesso em: 02 set. 2020.

SENADO FEDERAL. Lei Nº 14.021, de 7 de julho de 2020 [*texto na íntegra sem veto*]. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/32440002/publicacao/32605734>. Acesso em: 03 set. 2020.

UFPR-TOLEDO. Artigos científicos – COVID – 19. 2020. Disponível em: <http://www.toledo.ufpr.br/portal/artigos-cientificos-covid-19/>. Acesso em: 1º set. 2020.

UNIDOS PELA SAÚDE. Sobre. 2020. Disponível em: <https://www.unidospelasaude.com.br/sobre/>. Acesso em: 03 set. 2020.

Fontes Primárias⁶⁸

AGÊNCIA ESTADO. O uso de intérpretes de Libras em lives é essencial e direito garantido por lei. (09/05/2020). Disponível em: <https://domtotal.com/noticia/1442724/2020/05/o-uso-de-interpretres-de-libras-em-lives-e-essencial-e-direito-garantido-por-lei/>.

ASCOM/ANVISA. Dispensada tradução juramentada de documentos. (29/07/2020). Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2020/dispensada-traducao-juramentada-de-documentos>.

BBC NEWS. ‘A Peste’, de Albert Camus, vira best-seller em meio à pandemia de coronavírus. (12/03/2020). Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/curiosidades-51843967>.

BOND, Letycia. Município com mais indígenas no país tem 219 casos de covid-19. (15/05/2020). Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-05/municipio-com-mais-indigenas-no-pais-tem-219-casos-de-covid-19>.

CAPUANO, Amanda. Como a Covid-19 afetou a dublagem de séries e filmes da TV e da Netflix. (22/04/2020). Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura/como-a-covid-19-afetou-a-dublagem-de-series-e-filmes-da-tv-e-da-netflix/>.

DIARIO OFICIAL. LEI Nº 14.021, DE 7 DE JULHO DE 2020. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=08/07/2020&jornal=515&pagina=1&totalArquivos=87>.

E-GALAXIA. O e-book em tempos de pandemia. (04/07/2020). Disponível em: <https://www.e-galaxia.com.br/o-e-book-em-tempos-de-pandemia/>.

G1 MT. Livro infantil Coronavírus ganha versão no idioma indígena Macuxi. (19/07/2020). Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/07/19/livro-infantil-coronavirus-ganha-versao-no-idioma-indigena-macuxi.ghtml>.

GIMENEZ, Patrícia. **Pandemia, Tecnologia e Interpretação Comunitária**. 07/08/2020. Disponível em: <https://www.eventbrite.com.br/e/pandemia-tecnologia-e-interpretacao-comunitaria-registration-114594501238#>.

⁶⁸ Todas as fontes primárias foram reconsultadas e acessadas dia 10 de setembro para constituir a presente parte deste artigo.

GOLBERG, Emma. **Quando o coronavírus se perde na tradução.** (27/04/2020). Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/quando-o-coronavirus-se-perde-na-traducao>.

GUEDES, Gabriel. **Pandemia escancara falta de acessibilidade no Brasil.** (25/08/2020). Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/jornalcomtecnologia/pandemia-escancara-falta-de-acessibilidade-no-brasil-1.470576>.

IMPrensa. **Voluntários do Instituto de Letras traduzem gratuitamente artigos científicos sobre Covid-19.** (13/04/20). Disponível em: <https://coronavirus.ufba.br/voluntarios-do-instituto-de-letras-traduzem-gratuitamente-artigos-cientificos-sobre-covid-19>.

INDIO DO BRASIL, Cristina. **Programa tem conteúdo em libras com informações sobre o coronavírus.** (11/04/2020). Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-04/programa-tem-conteudo-em-libras-com-informacoes-sobre-o-coronavirus>.

LIMA, Samuel. **É falso que covid-19 mate apenas pessoas com doenças prévias e possa ser trata em casa com antibióticos.** (07/05/2020). Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/e-falso-que-covid-19-mate-apenas-pessoas-com-doencas-previas-e-possa-ser-tratada-em-casa-com-antibioticos/>.

LOPES, Plínio. **Traduzindo a pandemia.** (19/05/20). Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/traduzindo-a-pandemia/>.

MARTINS, Juliano. **Tradução na Pandemia.** Canal Viver de Tradução. (21/06/2020). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Vh9i957n3P8>.

NETO, Alfredo. **O que as editoras brasileiras esperam da crise.** (08/04/2020). Disponível em: <https://medium.com/sem-spoiler/o-que-as-editoras-brasileiras-esperam-da-crise-15c5ace6b944>.

PAGNO, Marina. **Mais lenta, mais cara e sem “vozerios”:** como a dublagem de séries e filmes foi retomada no Brasil. (28/05/2020). Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2020/05/mais-lenta-mais-cara-e-sem-vozerios-como-a-dublagem-de-series-e-filmes-foi-retomada-no-brasil-ckao66cfc00e1015nkc2rq6xd.html>.

PEIXOTO, Mariana. **Colapso à vista para a indústria do livro no Brasil.** (02/05/2020). Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/artes-e-livros/2020/05/02/noticias-artes-e-livros,258040/colapso-a-vista-para-a-industria-do-livro-no-brasi.shtml>.

PROJETO COMPROVA. Texto engana ao afirmar que autópsias na Itália teriam indicado que "problema principal não era o coronavírus". (22/05/2020). Disponível em: <https://www.sbt.com.br/jornalismo/comprova/noticia/141983-texto-engana-ao-afirmar-que-autopsias-na-italia-teriam-indicado-que-problema-principal-nao-era-o-coronavirus>.

QUEIROZ, Christina. **Covid-19 e indígenas: os desafios no combate ao novo coronavírus.** (02/05/2020). Disponível em:

<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/05/02/covid-19-e-indigenas-os-desafios-no-combate-ao-novo-coronavirus.htm?cmpid=copiaecola>.

REPAM BRASIL. Em nota, bispos da Amazônia brasileira exigem medidas urgentes dos governos para combater a covid-19 na região. Disponível em:

<https://cimi.org.br/2020/05/em-nota-bispos-da-amazonia-brasileira-exigem-medidas-urgentes-dos-governos-para-combater-a-covid-19-na-regiao/>.

RIOS, Aline. Projeto criado na UnB traduz instruções sobre a pandemia para Libras. (16/07/2020). Disponível em:

https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/07/16/interna_cidadesdf,872545/projeto-criado-na-unb-traduz-instrucoes-sobre-a-pandemia-para-libras.shtml.

SANTOS, Maíza. Professores e alunos da UFPA produzem cartilhas em línguas indígenas para orientar povos nativos no combate ao coronavírus. (28/04/2020).

Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/11533-professores-e-alunos-da-ufpa-produzem-cartilhas-em-linguas-indigenas-para-orientar-povos-nativos-no-combate-ao-coronavirus>.

SHOWCASE. Acessibilidade é essencial na luta contra a pandemia. (31/03/2020).

Disponível em: <https://showcasepro.com.br/blog/acessibilidade-e-essencial-na-luta-contr-a-pandemia/>.

SOARES, Manuella. Grupo de Medicina da Ufal traduz textos científicos sobre Covid-19. (01/04/20). Disponível em: <https://ufal.br/estudante/noticias/2020/4/grupo-de-medicina-da-ufal-traduz-textos-cientificos-sobre-covid-19>.

UOL. É falso que autópsias em vítimas de Covid apontaram outras causas de morte. (21/03/2020). Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/comprova/ultimas-noticias/2020/05/20/e-falso-que-autopsias-em-vitimas-de-covid-apontaram-outras-causas-de-morte.htm?cmpid=copiaecola>.

VERDÉLIO, Andreia. Bolsonaro sanciona lei para atendimento a indígenas e quilombolas. (08/07/2020). Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-07/bolsonaro-sanciona-lei-para-atendimento-indigenas-e-quilombolas>.

WARKEN, Júlia. A dramática situação dos imigrantes não regularizados durante a pandemia. (08/07/2020). Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/atualidades/a-dramatica-situacao-dos-imigrantes-nao-regularizados-durante-a-pandemia/>.

Migración y acceso a la salud: ¡traducirse es vital!

Migration and access to health: translating is vital!

Migração e acesso à saúde: traduzir-se é vital!

Marta Ingrid Cabrera Molina¹

Ángela María Erazo Munoz²

Resumen: Este artículo tiene como objetivo describir y analizar las dificultades lingüísticas que enfrentan los migrantes hispanos a la hora de relatar sus dolores, durante su consulta, a profesionales de salud brasileños. Por ser un fenómeno que opera a nivel terminológico se sugiere aquí identificar los términos del dolor, en español, susceptibles de uso en consultas médicas y buscar su equivalente en portugués, con miras a presentar, en un futuro próximo, una propuesta de glosario bilingüe para uso del público objetivo: migrantes hispanos y profesionales de la salud brasileños.

Palabras clave: migración; socioterminología; salud; glosario bilingüe.

Abstract: This article aims to describe and analyze the language difficulties, which Hispanic migrants face when relating their pain in consultation with Brazilian health professionals. Given that this is a phenomenon that operates at a terminological level, it is suggested here to identify the pain terms, in Spanish, that can be used in medical consultations and to look for their equivalent in Portuguese with the purpose of presenting, in the near future, a proposal for a bilingual glossary for use by the target public: Hispanic migrants and Brazilian health professionals.

Keywords: migration; socioterminology; health; bilingual glossary.

Resumo: Este artigo tem como objetivo descrever e analisar as dificuldades linguísticas enfrentadas pelos migrantes de língua hispânica quando relatam suas dores, durante consulta, a profissionais brasileiros de saúde. Por ser este um fenômeno que opera em nível terminológico, sugere-se neste trabalho identificar os termos, em espanhol, relacionados à dor e suscetíveis de serem empregados em consultas médicas e buscar seu equivalente em português, com o objetivo de apresentar, em um futuro próximo, uma proposta de glossário bilíngue para uso do público objetivo: migrantes hispânicos e profissionais de saúde brasileiros.

Palavras-chave: migração; socioterminologia; saúde; glossário bilíngue.

¹ Magíster en Estudios de Traducción por la Universidad de Brasilia. Doctoranda en Lingüística Instituto de Letras - IL Departamento de lingüística, português e línguas clássicas - LIP. Programa de pós-graduação em lingüística - PPGL - Universidade de Brasília - UnB. Contacto: martamolnacabrera@gmail.com

² Doctora en Ciencias del Lenguaje. Profesora adjunta del departamento de Mediaciones Interculturales de la Universidad Federal de Paraíba (UFPB). Contacto: angela.erazo@academico.ufpb.br

1. Introducción

Conscientes de que todo trabajo de investigación posee sus limitaciones y avances, abrimos camino para los flujos, los encuentros y desencuentros que este estudio aborda: una experiencia migratoria en la ciudad de Brasilia, en la que la traducción es un factor esencial para retirar las piedras del camino de la comunicación entre profesionales de salud brasileños y pacientes inmigrantes hispanohablantes. En la labilidad de los tiempos actuales, las migraciones han contribuido en el proceso de desarrollo económico y cultural de las naciones, enriqueciendo la evolución de los Estados y sociedades en la vibración que sostiene y potencia la vida. En el momento actual de la pandemia de Covid-19, provocada por el virus SARS-CoV-2, actual protagonista migratorio de los cinco continentes, la población de migrantes, que integra los grupos considerados de riesgo por la Organización Mundial de la Salud (OMS), debe ser tomada en cuenta a la hora de pensarse en estrategias de atención presencial y/o remota que faciliten la interacción entre profesionales de la salud y paciente-migrante. Considerando la complejidad de este momento histórico, este artículo tiene como objetivo presentar una reflexión sobre la importancia de crear herramientas comunicativas que faciliten el acceso a la salud por parte de los migrantes en la ciudad de Brasilia-DF y otras ciudades de Brasil. De este modo, abordaremos inicialmente las dificultades lingüísticas con las que esta población se depara al tener que explicar sus síntomas en otro código lingüístico-cultural. Para ello, analizamos los relatos de un grupo de estudiantes hispanohablantes de postgrado de la Universidad de Brasilia (UnB), mediante entrevistas semiestructuradas y la aplicación de un cuestionario con léxico especializado sobre el dolor. De esta forma, a través de estos dos instrumentos de investigación, se pudo evaluar la naturaleza de las dificultades lingüísticas a las que se enfrenta este público y, por consiguiente, pensar en tácticas y estrategias de auxilio en sus interacciones en espacios de atención médica. Los datos aquí presentes corresponden a un recorte de la investigación realizada en el marco del Programa de Postgrado en Estudios de la Traducción de la UNB (MOLINA, 2017)³. Dicha investigación, que actualmente sigue como proyecto de doctorado⁴ dentro del programa de Lingüística de la UnB, tiene como objetivo

³ Disertación presentada al Programa de Postgrado en Estudios de Traducción, de la Universidad de Brasilia, como parte de los requisitos necesarios para obtener la Maestría en Estudios de Traducción (2017), supervisada por la Prof. Dra. Sabine Gorovitz.

⁴ Proyecto de investigación, presentado para obtener el título de Doctora en Lingüística, en el departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas-LIP, en el Programa de Pós-Graduação em Linguística - PPGL: *Proposta de glossário bilíngue de termos da dor para atenção de pacientes migrantes hispanos* (en curso).

proponer una herramienta lingüística que auxilie tanto a los profesionales de la salud como a los migrantes hispanos.

En este orden de ideas, como ya mencionamos, en la primera parte introduciremos el tema de migraciones y salud a través de conceptos y relatos de los interlocutores. En seguida, presentaremos la metodología adoptada en la colecta de datos, para así continuar, en una tercera parte, con el análisis de los términos a través de ejemplos, presentando una primera muestra de la propuesta del glosario bilingüe.

2. Migración y salud

Al llegar al país que los acoge, los migrantes se enfrentan a un nuevo contexto que abarca diferencias en el entorno físico y social, nuevas políticas de atención a la salud, barreras lingüísticas, diferencias en los sistemas administrativos y legales, entre otros. En el contexto de Brasil, el Sistema Único de Salud (SUS) es el único programa que, por su reglamentación universalista, posee el respaldo de atención a todas las personas que se encuentran en territorio nacional, indistintamente. Es decir, todas las personas deben tener acceso gratuito, sin importar el sexo, edad, religión, raza, origen o nacionalidad. Cuando se trata de salud pública, este sistema garantiza que cualquier persona sea atendida. Para ello, basta con presentar cualquier documento de identificación, como RG (cédula de ciudadanía), CPF (Número de Identificación de Persona Física), RNE (Registro Nacional Extranjero) y tarjeta de SUS, la cual se puede adquirir mediante un comprobante de residencia. El derecho a la salud de la población brasileña y de los migrantes que, en su mayoría, están entre los grupos vulnerables, sufre graves consecuencias en la actual coyuntura de reducción de políticas públicas. Para ilustrar esta situación, retomamos algunos de los relatos extraídos de las entrevistas de la investigación presentada anteriormente (MOLINA, 2017) realizada a estudiantes universitarios extranjeros.

El estudiante colombiano J. A. U., magíster en sistemas mecatrónicos, recién llegado a Brasilia, tuvo que hacer uso del SUS al inicio del año lectivo de 2017. El entrevistado narró sus vicisitudes al necesitar los servicios de salud: tenía fiebre muy alta, adormecimiento de las extremidades y dolor de cabeza muy fuerte. Haciendo uso del servicio SUS, cuenta que se dirigió al Hospital de la Universidad de Brasilia (Hub), pero no fue atendido debido a la falta de medicamentos. Por lo tanto, J. A. U. optó por ir al Hospital de Base y, después de esperar durante cuatro horas al lado de ciudadanos brasileños de bajos ingresos, tuvo que regresar a su casa sin ser atendido, esta vez por falta de personal médico. El estudiante J. A. U nos confirmó:

[...] aquí, ¡enférmete y defiéndase sólo!, como quien dice. Me dejó impresionado eso: qué si no llega el médico no va a ser atendido por nadie. Y yo no era el único, éramos como 20, 30 personas. Y no, al fin no llegó el médico: ¡váyase! Tiene que irse para la casa. ¡Aquí es muy difícil la salud! porque no había médico para atender, pero tampoco nunca llegó.

En la actual coyuntura los grupos más debilitados son aquellos que se han visto afectados en el retroceso de las políticas públicas, entre estos se encuentra el grupo de migrantes. Esta población, cuando necesita atención médica y no la recibe, se encuentra a merced de consejos de amigos, de consultas en las farmacias y de la sabiduría popular que, en ese momento impar, siguen siendo soluciones universales. En este sentido, J. A. U relata: *Me tuve que automedicar y tomar remedios caseros: Limón ¡artísimo!* De esta forma, se pueden observar algunas de las dificultades a las que se enfrentan los migrantes, que en este caso corresponden a dos tipos: sistema sanitario (políticas públicas) y lingüístico. A continuación, nos centraremos en las dificultades lingüísticas de este grupo al tener que explicar y traducir su dolor.

2.1. Traducir el dolor

La vida migrante/errante es un entrar y salir, ir y venir, hacerse, traducirse en otro compás, otro ritmo, otras voces, con armonías y disonancias que integran la polifonía de timbres agudos y graves, dependiendo de la ocasión. Al encontrarse en otra lengua-cultura, el migrante convive con dos o más códigos que entran en contacto, dos sistemas simbólicos de formalización de aprehensión de la realidad que dialogan entre sí con nuevos elementos y en nuevos contextos, pues es la lengua que impregna toda nuestra experiencia cotidiana y la traduce. A partir de esa perspectiva podemos decir que la traducción es una ampliación de esta experiencia, dando maleabilidad a la interpretación del mundo y posibilitando el desarrollo de la sensibilidad y la capacidad para jugar con nuevos sonidos que traducen una lógica que atraviesa otros canales y sentidos en voces y letras. Según Vera Lucía de Oliveira, poeta, ensayista y profesora de la Universidad de Perugia-Italia, la traducción es:

una aventura que nos lleva fuera de nosotros mismos. En este acto de revelación de la alteridad, están siempre muy presentes el placer y el temor de abrir una puerta que nos conducirá al otro. La traducción es, sin embargo, también buscar la propia casa en otra lengua [...] (2009, p. 82). (traducción de las autoras)

De esa manera, la traducción nos acerca a nosotros mismos, al abrir nuevos espacios simbólicos que posibilitan la ampliación de sonidos, de tonos y de visiones de mundo que "es un proceso lento de acercamiento a esa casa que buscamos" (OLIVEIRA, 2009, p. 82), a ese lugar íntimo de traducción de sí mismo y del otro en un tercer espacio, en una nueva casa. Ese tercer espacio está constituido de lo que se ha dejado atrás y del presente que se abre. Allí no se es, se *está~siendo*. Justamente, en este *estar~siendo* se encuentra la posibilidad de traducción de la narrativa personal, integrando los dos espacios anteriores y potencializando su sustancia y significado.

¿Cómo traducir el dolor, que es una experiencia humana visceral, altamente simbólica y cultural? Para Le Breton, el dolor y la emoción que lo acompaña "se registra en un tejido de significados y actitudes que impregnan las maneras de expresarla con significados que movilizan un vocabulario, un discurso, gestos y expresiones faciales" (1999, p. 70). Relatar la experiencia álgica en otro idioma es algo muy difícil porque hay que traducir la tristeza, el dolor, para no a-do-le-cer, y para que el ser recupere la salud y se armonice con vibraciones más sutiles de sí mismo y de su entorno.

Estudios en el área señalan que la vulnerabilidad asociada al proceso migratorio puede incidir en el estado de salud y bienestar de las poblaciones migrantes, como declaró D. C. C., colombiana y doctoranda en Ingeniería Ambiental: *el dolor ofusca el pensamiento y la comunicación queda más comprometida, y eso es frustrante*. Esa frustración por no entender ni ser entendido, es la que nos instiga a saber cuáles son los términos relevantes que ellos necesitan saber, en portugués, para explicar su dolor. Considerando que esta investigación discurre sobre la dificultad de comunicar el dolor en una consulta médica proveniente de la barrera lingüística entre el portugués y el español, hemos visto la necesidad de, bajo el enfoque teórico y metodológico de la socioterminología, señalar algunas de las dificultades que los migrantes hispanos han tenido en sus interacciones con los profesionales de la salud en centros de atención del SUS.

3. Metodología de la investigación socioterminológica

Daremos a conocer los procedimientos adoptados, así como los problemas y dificultades encontrados por los estudiantes migrantes hispanos en Brasilia. Presentamos el relato del dolor físico atravesado por los cuerpos de nueve estudiantes migrantes hispanos: ocho colombianos y un peruano que se encontraban en la Universidad de Brasilia - Campus Universitario Darcy

Ribeiro⁵. De este modo, con el objetivo de aprehender mejor el fenómeno, dentro del contexto de la atención médica del SUS, se optó por una colecta de datos multifactorial que incluyó dos procedimientos metodológicos: a) entrevistas semiestructuradas; y, b) aplicación, en esas entrevistas, del cuestionario de dolor McGill en español, para presentar a los migrantes un conjunto de términos del dolor que se puede utilizar en consultas en los centros de atención del SUS. Se destaca que, debido a cuestiones relacionadas con la ética y secreto médico, no fue posible observar al paciente durante la consulta médica y así, poder detectar las fallas en dicha comunicación. Por lo tanto, nuestros datos se basan en relatos de personas sobre sus experiencias analizados como formas de discurso narrativo. Algunos trabajos en investigación en lingüística y ciencias sociales coinciden en el uso de la narrativa como un tipo de discurso. De esta forma, Pavlenko (2008, p. 311, traducción de las autoras), retomando trabajos como los de Mistry (1993), argumenta que con el término de narrativa o relato nos referimos "a todo tipo de discurso en el que se comparta material estructurado de eventos con los lectores u oyentes, incluyendo historias de ficción, narraciones personales, relatos y recuentos de eventos (reales o imaginarios)". Por lo cual, además de realizar una serie de entrevistas semiestructuradas, la idea también fue recoger discursos narrativos sobre las experiencias de estos migrantes.

Primero, se entrevistó a nueve estudiantes migrantes, con el propósito de captar a través de sus miradas y sus testimonios la experiencia de expresar lo casi indescriptible en otra lengua. En nuestra encuesta, la muestra contó con la siguiente población: cinco hombres colombianos, tres mujeres colombianas y un peruano, de entre 25 y 34 años. Haber hecho uso del SUS, o de otro servicio público de salud, era un factor indispensable para ser entrevistado. De este modo, a partir de sus relatos nos acercamos al fenómeno de cómo traducir el dolor y sus síntomas en otro código cultural. Este procedimiento ayudó a comprender mejor quiénes eran los agentes de esta investigación, así como a reconocer el grado de dificultades por las que habían pasado. El guion para la entrevista se dio a partir de los siguientes puntos:

- (1) presentación de los entrevistados;
- (2) razones para elegir a Brasil para seguir los estudios;
- (3) dificultades en la integración social;
- (4) narrativa de su experiencia con el SUS u otro lugar de atención médica;
- (5) aplicación del cuestionario McGill.

⁵ Las entrevistas se realizaron entre los meses de agosto de 2016 y abril de 2017.

Por la relevancia del cuestionario McGill para el tema que nos concierne y por su especificidad terminológica en el campo semántico del dolor, al final de la entrevista se aplicaba el cuestionario en su versión en español. Este cuestionario fue desarrollado por Melzack y Torgerson en la Universidad de McGill, Montreal, en 1971, donde, a través del autorrelato del paciente, se podía medir el dolor a partir de una escala tridimensional, teniendo en cuenta las facetas sensitiva, afectiva y cognitiva de este fenómeno individual y subjetivo que es la experiencia dolorosa. A partir de su elaboración, se puede decir que "es el instrumento más usado, hasta hoy, para evaluar otras características del dolor, además de la intensidad" (PIMENTA y TEIXEIRA, 1996, p. 474). Es visto como instrumento universal, capaz de estandarizar el lenguaje del dolor "cuando se pretende obtener informaciones cualitativas y cuantitativas a partir de descripciones verbales" (PIMENTA y TEIXEIRA 1996, p. 478). Por ser parámetro en investigaciones sobre el dolor en varios países, se incluyó en la recolección de datos. De esta forma, al término de la entrevista, les pedíamos a los interlocutores que señalaran los términos que consideraran importantes para comunicar su dolor y, así, evitar malentendidos en la comunicación e interpretación de sus síntomas. Esto nos permitió explorar el tema desde diferentes ángulos y comenzar a delinear una herramienta lingüística facilitadora en la interacción médico/paciente-migrante.

De los nueve entrevistados, sólo dos declararon no haber encontrado dificultades para expresar sus síntomas. Por ejemplo, R. S., colombiano, magíster en mecatrónica, afirmó no haber encontrado obstáculos para comunicarse con el médico y atribuyó ese hecho a la característica de la lesión que lo llevó al SUS: una luxación de 2º grado. En sus palabras, *la rodilla hablaba por sí sola*. Igualmente, D. N., colombiano, estudiante de maestría en biología molecular, dijo que la proximidad entre el español y el portugués facilitó la comunicación en el contexto médico y que no percibió la diferencia entre las lenguas como barrera, sino como una oportunidad de aprender cosas nuevas, crecer, añadir el contacto con la lengua portuguesa a su conocimiento de mundo. Ambos informantes tuvieron que hacer uso del SUS debido a lesiones provocadas durante un partido de fútbol.

Por otro lado, los otros siete informantes afirmaron haber encontrado dificultades para expresar su dolor. Pese a que reconocían la cercanía entre las lenguas, admitieron haber pasado por momentos de confusión por no saber expresar lo que estaban sintiendo y por no entender a su interlocutor. Así lo expresó M. I. O, estudiante de doctorado en Agronomía: *- era muy enredado, las personas hablaban muy rápido, eso me limitaba mucho. No me sentía a gusto para expresar lo que quería.*

A pesar de que la similitud entre el portugués y el español facilitó la comunicación en algunos aspectos, también perjudicó en otros, principalmente en lo que se refiere a la pronunciación. Este fenómeno fue experimentado por D. S.:

yo padezco de una enfermedad que se llama hipercolesterolemia genética [...] entonces yo decía triglicÉridos y no me entendían porque en portugués cambia el acento, se dice trigliceRÍdeos y si no pronuncias correctamente, no hay caso: no te entienden.

Por ello, comprender el ritmo, la acentuación y la cadencia diferenciada de las lenguas involucradas es muy importante para que se establezca un canal de comunicación claro en la interacción médico-paciente migrante y para que no se corra el riesgo de ser mal diagnosticado por no lograr entender y tampoco hacerse entender.

Con el objetivo de ilustrar y sistematizar esa comunicación, se extrajeron un total de doce términos a partir de las entrevistas y de la aplicación del cuestionario McGill. Ocho de ellos salen del cuestionario y los otros cuatro fueron propuestos por propios entrevistados debido a los equívocos y las dificultades que presentaban para los participantes.

Se utiliza para esta investigación la definición de término a partir de la propuesta de Pavel y Nolet (2002) quienes lo definen de esta forma: “palabra (término simple), grupo de palabras (término compuesto), sintagma, símbolo o fórmula que designan un concepto de un área específica. También unidad terminológica” (PAVEL; NOLET, 2002, p. 131). En este orden de ideas, De Bessé apunta que “un término se define como una unidad significativa que comprende una palabra (término simple) o varias palabras (término complejo) que representa un concepto específico único dentro de un campo temático” (DE BESSÉ, 1997, p. 64).

Como se puede observar, para ambos autores el término corresponde a una unidad lingüística que conlleva un contenido específico de un área de especialidad. Este se utiliza entre especialistas del área, principalmente para la comunicación interna y/o para la transmisión de conocimientos de una determinada área del saber.

En el siguiente cuadro se muestran los términos obtenidos como unidades simples, y como unidades compuestas, señalados por los entrevistados debido a su especificidad terminológica en el campo semántico del dolor, específicamente de la sintomatología.

Términos – español (MOLINA, 2017, p. 91)

- | | |
|----------------------|-----------------------------|
| 1- Acidez | 5- Como latidos |
| 2- Calambrazos | 6- Como si apretara |
| 3- Como agujas | 7- Como si pasara corriente |
| 4- Como un hormigueo | 8- Como un picor |

9- Débil
10- Migraña

11- Mareo
12- Nauseante

Estos doce términos fueron analizados con base en los supuestos teóricos de la socioterminología y de la terminología bilingüe, que pasaremos a describir en la próxima sesión.

3.1. El enfoque socioterminológico para el análisis de los términos

Considerando el carácter social de esta investigación, el análisis lingüístico se realizó bajo los presupuestos de la socioterminología con una mirada cuidadosa para detectar la complejidad de cada término para decidir el tipo de análisis a aplicar. La socioterminología es pertinente para llevar a cabo este estudio, porque toma en cuenta el medio social en el que se utilizan los términos. En consecuencia, este enfoque considera la posibilidad de variación de los términos tanto en el ámbito social como en el geográfico. Este factor está presente en esta investigación debido al perfil de los interlocutores: cuerpo médico del SUS y pacientes. Los primeros son brasileños, y los segundos tienen la característica de que son procedentes de la cultura hispana y ser hablantes de una variedad del español. La situación de observación del uso de la terminología está marcada por variedades lingüísticas, en el caso del portugués brasileño y el español, más específicamente la variedad colombiana y peruana. Cuanto a la variación de registro, la conversación está marcada en el plan de estratificación social por la interacción entre médico y paciente, es decir, por la necesidad de utilizar un lenguaje con menor grado de especialidad en razón de las características específicas de la situación comunicativa. Como fue presentado por Faulstich (1995, p. 282), la socioterminología, como disciplina descriptiva, estudia el término bajo la perspectiva lingüística en la interacción social. Por lo tanto, la investigación socioterminológica debe considerar:

1) los principios de la sociolingüística, tales como los criterios de variación lingüística de los términos en el medio social y la perspectiva de cambio;

2) los principios de la etnografía: las comunicaciones entre miembros de la sociedad capaces de generar conceptos interactivos de un mismo término o de generar términos diferentes para un mismo concepto.

Bajo esta perspectiva teórica, la lengua deja de ser considerada como un instrumento del pensamiento para representar el mundo y pasa a ser vista como una estructura articulada que depende de variables como edad, género, espacio y tiempo, donde el sentido es tributario del

contexto lingüístico en el que está insertado y de los actores sociales que la producen. Los estudios de la sociolingüística influyen en la terminología que, a partir de la década de 1970, manifiesta un interés creciente en estudiar los términos bajo la perspectiva de su funcionalidad y complejidad, así como cualquier otra fracción de la lengua como estructura mayor. En este sentido, se abre una nueva etapa en el campo de la terminología y se introducen contenidos relacionados a la práctica social y al reconocimiento de la variación terminológica en las comunicaciones especializadas. En la última década del siglo XX, los estudios terminológicos pasan a analizar los términos, no sólo desde una perspectiva prescriptiva, sino sobre todo con un sesgo descriptivo. Según Cabré:

Los lenguajes especializados, por el hecho de ser subcódigos del lenguaje general, participan de sus mismas modalidades dialectales y funcionales - aunque de manera más restrictiva - una vez que la función comunicativa es la prioritaria entre especialistas. (1993, p. 157)

En efecto, los estudios sobre lengua y lenguaje que tienen en cuenta el discurso, la pragmática y el contexto influyen en teóricos que reconocen la complejidad de los términos como una tendencia del léxico de la lengua común y que, por lo tanto, presentan variaciones de uso de acuerdo con el contexto en el que se utilizan. A la luz de estas consideraciones, Faulstich explica que:

Una teoría socioterminológica tiene como *modus operandi*, en una misma área de conocimiento, los diferentes niveles de comunicación que dependen de las circunstancias de emisión, de las características de los interlocutores, del soporte por medio del cual se da la comunicación, [...] entre los cuales se incluyen los contextos orales, por entender que los términos varían y que las variantes deben ser tenidas en cuenta en la elaboración de productos terminográficos. (2006, p. 7, traducción de las autoras)

Faulstich propone, así, considerar término y variación, pues las características de variación, en el universo de la terminología, revelan peculiaridades propias a ser estudiadas bajo el sesgo de la interacción social. Para ello, hay que tener en cuenta "la pragmática terminológica del usuario, y considerar las variantes que ocurren en los niveles lingüísticos y sociales, en las interacciones socio-culturales" (FAULSTICH, 1995, p. 3, traducción de las autoras). En el siguiente apartado, se explicará la metodología para encontrar el término equivalente en portugués.

3.2. Extraer el equivalente en portugués

Para la identificación de la equivalencia terminológica a partir de los términos identificados en español en las entrevistas, se prioriza la comparación de rasgos semánticos presentes en las definiciones de diccionarios. Francis Aubert identifica la equivalencia entre términos de diferentes lenguas en función del concepto: "Sobre la base de la mayor o menor intersección entre los respectivos significados observados en las dos lenguas o variantes enfrentadas, se podrán considerar los términos como equivalentes, parcial o totalmente, o meros falsos cognados" (AUBERT, 2001, p. 38). Esa intersección se detecta levantando los rasgos conceptuales indispensables para la configuración del concepto recubierto por el término. De esta forma, al comparar las nociones respectivas es posible legitimar, o no, la relación de equivalencia entre el término de la lengua de inicio y el término de la lengua de llegada.

El cotejo se realizó a partir de la consulta a diccionarios de la lengua española y de la lengua portuguesa, variedad brasileña, que se presentan a continuación:

- 1) Consulta al diccionario de la lengua española - *DLE*
- 2) Consulta al diccionario bilingüe *Linguee*.
- 3) Consulta al diccionario *Caldas Aulete, Houaiss* y al diccionario *Michaellis*.
- 4) Análisis contrastivo de las definiciones propuestas por los diccionarios antes citados.
- 5) Ejemplos tomados de sitios del área médica en la Web para atestar el sentido en contexto de uso.
- 6) Consulta a los médicos del área Clínica General, con los informantes Doctores: R. B. M. y N. M.

Los diccionarios elegidos son adecuados para el análisis de las variedades del par lingüístico que estamos trabajando, ya que el DLE es el resultado de la colaboración de todas las academias de los países hispanohablantes, cuyo propósito es reunir el léxico general utilizado por ese público. Utilizamos la 23^a edición de su versión en línea, disponible desde el 21 de octubre de 2015. Para la búsqueda del equivalente en portugués recurrimos al diccionario en línea bilingüe *Linguee*, fundado y dirigido por Gereon Frahling, el cual cumple la función de diccionario y buscador de traducciones en 25 idiomas que alinea en pares lingüísticos, a partir de una palabra o expresión de búsqueda, pares de textos ya traducidos y recuperables en la red. Para el análisis de los términos en portugués, recurrimos a los siguientes diccionarios: *Diccionario Houaiss de la lengua portuguesa* 1^a edición, 2009 - versión impresa y el *Diccionario Caldas Aulete Digital*. La elección de estos diccionarios obedeció al criterio

principal de ser ampliamente conocidos y utilizados por los hablantes de las respectivas lenguas.

Para este recorte, analizaremos dos términos con el propósito de narrar el recorrido en busca del equivalente más adecuado para facilitar la interacción singular y sensible en una consulta médica. Ejemplificamos estas dificultades con los términos "débil" y "migraña/jaqueca", ya que fueron elegidos por nuestros actores sociales por provocar interferencias y malentendidos en la comunicación. Pasemos a sus análisis respectivos, acorde a la metodología expuesta anteriormente.

1º Término: Débil

Siguiendo la metodología de análisis, buscamos el término en el DLE. Veamos:

Débil:1. adj. De poco vigor o de poca fuerza o resistencia. adj. Escaso o deficiente, en lo físico o en lo moral.

Seguidamente, se consultó el diccionario bilingüe:

Port. principais razões da capacidade de absorção baixa, incluindo uma capacidade institucional débil para implementar projetos; [...]

Esp. principales causas de la escasa capacidad de absorción, incluida la débil capacidad institucional para la ejecución de proyectos, [...]

Como se puede observar el término indicado para el portugués es débil:

Débil: *adj.* 2g 1 Sem força ou energia (movimentos débeis, voz débil); Fraco.

A primera vista, de acuerdo con las definiciones propuestas por ambos diccionarios, los términos comparten significados similares: poco vigor, poca energía. Sin embargo, el entrevistado D. S. al marcar ese término lo clasificó como "término complicado" para la comunicación, en contravía a la definición del diccionario que señala similitud en el significado y que consecuentemente no debería causar complicaciones. Al observar esta situación, el siguiente paso fue consultar al especialista, el Dr. R. B. M., para validar el uso de ese término en su consulta. Su respuesta fue que ese término no es usado ni para medir el dolor, ni como un síntoma, sino en el área de la psiquiatra y de la psicología como diagnóstico. Sin embargo, la definición del diccionario no señala en sus primeras acepciones ese uso, que según el especialista (el doctor) es el más frecuente entre la población brasileña. Cabe destacar que, precisamente en este caso, el diccionario no ayudó a aclarar las dudas que el término planteaba. Sin embargo, hay que recordar las limitaciones de los diccionarios y su tendencia al conservadurismo y prescriptivismo, resistiendo al dinamismo y variación de las lenguas.

Teniendo presente este hecho, regresamos a los diccionarios para ratificar la información dada por el especialista del área y consultamos el *Aulete*:

Débil mental *Psic.* Indivíduo que tem problemas relativamente acentuados de desenvolvimento mental, com baixo desempenho intelectual e dificuldades de adaptação social, devido a algum tipo de deficiência do sistema nervoso central. (tb. Apenas débil)

En esa obra se registra este uso con marca de lenguaje de especialidad *Psic.*, coincidiendo con la información dada por el especialista. Para el adjetivo débil la combinación típica es mental y, como hemos visto, no hace referencia al dolor, sino a un diagnóstico de la psiquiatría y de la psicología, como registrado en el diccionario. El cambio de significado que el término ha sufrido a lo largo del tiempo está vinculado, entre otros factores, a asuntos del funcionamiento interno de las lenguas que convencionan sus usos. En este sentido, según Faulstich (1995), ciertas palabras desarrollan un nuevo sentido cuando están relacionadas con sus respectivos contextos, especializando su significado, fenómeno que ocurrió con el término débil. Por otra parte, la combinación de adjetivo con el sustantivo típico para expresar la sensación de dolor débil es *fraca: dor fraca*. A continuación, se utilizó la herramienta Google para verificar la frecuencia de las dos combinaciones y se obtuvo el siguiente resultado (15 de agosto de 2020):

"**Dor fraca**": cerca de 5.860 resultados (0.36 segundos)
"**Dor débil**": cerca de 466 resultados (0.55 segundos)

Según Aubert (2005), este conjunto de elementos lingüísticos que incluye, precede o sigue un término coloreado su significado e interpretación, como se demuestra aquí. Volvimos a los diccionarios para seguir el análisis del término y, tras un análisis minucioso del contenido semántico de las acepciones, concluimos que las que presentan mayor grado de equivalencia son:

Esp. Débil 1. adj. De poco vigor o de poca fuerza o resistencia.
Port. Fraco *adj. 7.* De pouca intensidade (luz fraca, desejo fraco).
Esp. 3. *adj.* Escaso o deficiente, en lo físico o en lo moral.
Port. Débil: *adj. 2g 1* Sem força ou energia (movimentos débeis, voz débil); FRACO

Aquí estamos ante un falso cognato, o sea, vocablos que presentan similitud en su forma gráfica, pero difieren parcial o totalmente en cuanto a su significado en las lenguas analizadas.

Este término siguió caminos distintos en su proceso de significación en cada sistema lingüístico, adquiriendo un valor y un propósito específico según el contexto insertado, adecuándose a la función comunicativa de cada comunidad. El análisis de este término estuvo lleno de trampas porque la similitud en la grafía lleva a creer que estamos frente al mismo término con significado análogo, atestiguado incluso por la definición del diccionario. Por todo lo anterior, desconfiar de que no estaba frente al mismo término y recordar los límites de los diccionarios fue fundamental para no incurrir en deslices de interpretación. En este trayecto, el término reveló la importancia de la elección de las palabras que lo acompañan y que dan la tónica a su significado y consecuentemente a la pragmática. En portugués, el adjetivo débil acompaña el sustantivo dolor para medir cierta intensidad - dolor débil - y, también, para designar un estado de debilidad física - estoy débil. Ya en español la construcción más usual para "debilidad" es: me siento débil y para medir la intensidad del dolor: dolor suave. Estos datos fueron proporcionados por los expertos del área. Por lo tanto, proponemos la siguiente equivalencia pragmática:

| Español | Portugués |
|-----------------|------------------|
| Me siento débil | Estou fraco/a |
| Dolorcito suave | Dorzinha fraca |

2º Término: “Migraña/Jaqueca”

Este término fue propuesto por uno de los entrevistados a causa de la dificultad enfrentada por él mismo en el momento de comunicar su dolor y sentir que no lo estaban entendiendo. Según el entrevistado relata: *acá migraña es "jaqueca" para nosotros jaqueca es un dolorcito de cabeza muy leve, no es una migraña que es más fuerte. Yo estaba en el hospital y les decía: tengo migraña, es migraña y nadie me entendía.* En su opinión, lo que provocó ruido en la comunicación fue la proximidad formal de los términos, considerando que la intensidad del dolor puede diferir según en la variedad del español que se utilice.

En español, entre las diversas opciones, conviven dos términos para designar el dolor de cabeza: migraña/jaqueca. Miremos si hay algún matiz semántico en las definiciones propuestas por el DRAE que incluya la gradación del dolor, o de alguna marca regional.

Migraña 1. f. Med. jaqueca.

Jaqueca f. MED dolor de cabeza recurrente e intenso, localizado en un lado de la cabeza y relacionado con alteraciones vasculares del cerebro.

Ambas entradas, migraña y jaqueca, presentan una definición muy similar. Sin embargo, el primer término parece ser el adoptado convencionalmente por la comunidad del informante, indicando una posible variación regional (diatópica), generacional o social (diastrática) que no está marcada en el diccionario DRAE. Esto no es sorprendente ya que los diccionarios no son repositorios de todas las palabras existentes en una lengua, ni de todos sus usos y variaciones. Según Welker, variables como el tiempo, el dinero, el espacio y otros requisitos hacen que "los diccionarios no puedan ser considerados 'autoridades' en quien se deba confiar ciegamente" (2007, p. 137). En el proceso de traducción, los diccionarios son herramientas muy útiles, pero el/la traductor/a no deberá olvidarse de las limitaciones de esas obras y consultar otras fuentes para solucionar ciertas dificultades que se presentan en la traslación de términos de una lengua a otra; son estrategias que garantizan que la traducción sea más sensible.

De hecho, sabemos que una palabra en la misma lengua puede tener diversos significados, dependiendo del espacio geográfico, de quién habla y en qué contexto social se produce. Vale recordar que nuestro entrevistado es de nacionalidad colombiana, con promedio de edad de 30 años y alto grado escolar. Por lo tanto, hablante de una variedad del español de América Latina con diferencias regionales y culturales en relación a otras variedades. Las variantes lingüísticas son formas alternativas de apuntar el mismo contenido proposicional en un contexto similar y con valor similar, que es el caso aquí presentado. Por otro lado, Faulstich (2006) afirma que la diversidad de una cultura aparece reflejada en la terminología cotidiana y el español presenta una diversidad rica y vasta, al ser justamente una lengua pluricéntrica. Para la autora, "cuando los términos tengan las mismas condiciones de uso, serán considerados variantes el uno del otro. En este caso, tienen formas parcial o totalmente diferentes para un mismo significado referencial para el uso corriente" (FAULSTICH, 2006, p. 6, traducción de las autoras). En este sentido, podemos ver que los términos migraña y jaqueca presentan formas diferentes, pero comparten el mismo significado, o sea, son variantes el uno del otro y, a lo que todo indica, podría haber una preferencia por el término *migraña*, en algunas localidades, para indicar un dolor de cabeza agudo.

A partir de esta observación, se consultó el sitio de búsquedas de Google (15/08/2020) para verificar la frecuencia de ambos términos y se obtuvo el siguiente resultado:

Migraña: Cerca de 4,870,000 resultados (0.59 segundos)

Jaqueca: Cerca de 552,000 resultados (0.52 segundos)

Como vemos, es posible percibir una predilección por el término migraña, lo que confirma la hipótesis de preferencia de un término por el otro. El siguiente paso fue consultar a los otros hablantes de la variedad del español colombiano, que validaron ese dato. En este caso, se puede considerar que la dificultad presentada en la interacción puede ser fruto de las elecciones léxicas que cada comunidad hace al narrar sus dolencias, las cuales están ligadas a asuntos culturales.

Considerando esta variación diatópica, a partir del contenido semántico de las definiciones, se migró para la búsqueda del término en portugués, recurriendo a *Linguee*:

Esp. Estaba gravemente enferma con síntomas de fatiga muscular, migraña, lapsus de la memoria, depresión y agotamiento.

Port. Ela estava gravemente doente com sintomas de fadiga muscular, enxaqueca, lapsos de memória, depressão e exaustão.

En seguida, se buscó el término *enxaqueca* en el *Houaiss*:

Enxaqueca: *s.f. MED* cefaleia de causa desconhecida na qual ocorre constrição, seguida de dilatação, das artérias da cabeça, caracterizada por dor no meio do crânio, intensa e pulsátil, associada a problemas digestivos (náuseas e vômitos) e sensoriais.

Se puede constatar que ambos diccionarios presentan la marca de especialidad MED, insertando la palabra en un contexto de especificidad terminológica. En lo que concierne al término en portugués migraña, el *Houaiss* en su definición ofrece detalles en cuanto a las características de ese tipo de dolor, así como el *DEL*. Se observa que ambas definiciones afirman que es un tipo de dolor de cabeza que presenta ciertos síntomas, compartiendo así un contenido semántico análogo. En ambos diccionarios, no hay marca de uso regional.

Teniendo en cuenta las variantes del español para el término en cuestión y considerando que el público objetivo es el de América Latina, se propone la siguiente equivalencia:

Español: Migraña/jaqueca **Portugués:** Enxaqueca

El objetivo de relatar el recorrido en la búsqueda del equivalente más adecuado es demostrar cómo el corpus, además de las informaciones lingüísticas, es capaz de traer a la luz aspectos culturales que enriquecen la comprensión de la realidad extralingüística representada en la lengua y, en consecuencia, en el lenguaje de especialidad. Concordamos con Arrojo cuando dice que "cada traducción (por menor y más simple que sea) exige del traductor la

capacidad de confrontar áreas específicas de dos lenguas y dos culturas diferentes, y esa confrontación es siempre única, ya que sus variables son imprevisibles" (1986, p. 78, traducción de las autoras). La imprevisibilidad de la confrontación entre dos sistemas simbólicos es muy rica y requiere atención, conocimiento del mundo y apertura para dejarse sorprender por las palabras/términos como si fueran vistos y oídos por primera vez. Observarlos en silencio y con calma, esperando que cada uno revelara todo el bagaje cultural que llevaba, fue una gran aventura. Faulstich dice que "los términos son signos que encuentran su funcionalidad en los lenguajes de especialidad, de acuerdo con la dinámica de las lenguas: son entidades variantes, porque hacen parte de situaciones comunicativas distintas" (1999, p. 62, traducción de las autoras). Es una actividad donde se construyen y reconstruyen los sentidos.

4. Consideraciones finales

En este artículo se informó de la naturaleza del problema lingüístico que enfrentan los migrantes hispanohablantes al tener que comunicar su dolor. En el actual momento de pandemia de Covid-19, causada por el virus SARS-CoV-2, que provoca un impacto en la población y en los servicios de salud, es necesario mirar con responsabilidad las barreras culturales y lingüísticas que dificultan la comunicación entre ese colectivo y los profesionales de la salud, para así proponer soluciones creativas que puedan mediar esa interacción delicada y compleja. La investigación sigue en curso y tiene como objetivo ampliar los 12 términos iniciales y así crear una herramienta lingüística que contenga los términos álgicos principales que satisfagan las necesidades lingüísticas de los migrantes. Debido a la creciente ola migratoria venezolana en territorio brasileiro consideramos necesario que reflexionemos no solo entre el par lingüístico español/portugués, sino también sobre políticas y estrategias de salud integradoras, que impliquen la reducción de los riesgos y vulnerabilidades provocados por la dificultad de interacción lingüística derivada de la frontera simbólica que se construye entre las lenguas. Así, fomentar un diálogo entre traducción y migración se hace necesario en estos tiempos revoltosos de intolerancias múltiples, pues son fenómenos sociales que exigen la aceptación del contacto, de la mezcla y la ampliación continua de palabras y personas atravesadas por palabras en el espacio del ser. Por ello, en el *estar~siendo* se encuentra la potencia de construcción de un camino mediador de signos y significados simbólicos pegados al social y al cultural. El dolor lleva en sí una carga social y los contextos culturales dan la tónica en las encarnaciones y formas de experimentarla; es producto de una construcción

sociocultural que se expresa en un conjunto de signos. De este modo, encontrar el término equivalente en la lengua de llegada tuvo sus bemoles y disonancias que, hasta el presente, produjeron un acorde de doce sonidos polifónicos. Estos doce términos, con sus tonalidades particulares, reverberan los acordes culturales que "son producto de un entorno humano y de un universo social caracterizado de sentido y de valores" (LE BRETON, 1999, p. 70) que emana de lo social y regresa a él.

Referencias

ARAÚJO, Natália. Avanços e desafios da nova Lei de Migração. **Carta Capital**, São Paulo, 27 abr. 2017, Blog do GR-RI. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/avancos-e-desafios-da-nova-lei-de-migracao>. Acesso em: 29 nov. 2020.

ARROJO, Rosemary. **Oficina de Tradução: a Teoria na Prática**. São Paulo: Ática, 1986.

AUBERT, Francis. **Introdução à metodologia da pesquisa terminológica bilíngue**. 2. ed. São Paulo: FFLCH/CITRAT, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 29 nov. 2020.

BECHARA, Suely Fernandes; MOURE, Gustavo Walter. **Ojo! con los falsos amigos: diccionario de falsos cognatos em espanhol e português**. São Paulo: Moderna, 1998.

CABRÉ, María Teresa. **La terminología: teoría, metodologías y aplicaciones**. Barcelona: Antártida/Imporeis, 1993.

De BESSÉ, Bruno. **Terminological Definitions**. N Wright, Sue Ellen y Gerhard Budin (Eds.): *Handbook of Terminology Management*, Philadelphia: John Benjamins, 1997. p. 63-74.

DICIONÁRIO Caldas Aulete (online). Disponível em: <http://www.aulete.com.br/>. Acesso em: 29 nov. 2020.

DICIONÁRIO Linguee (online). Disponível em: <http://www.linguee.es/espanol-portugues>. Acesso em: 29 nov. 2020.

DLE – Diccionario de la lengua española. ENCLAVE, Real Academia Española (online). Disponível em: <https://dle.rae.es/>. Acesso em: 29 nov. 2020.

FAULSTICH, Enilde. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 3, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/566/567>. Acesso em: 29 nov. 2020.

_____. **A função social da terminologia**. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1999.

_____. A socioterminologia na comunicação científica e técnica. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 2, abr./jun. 2006. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000200012. Acesso em: 29 nov. 2020.

LE BRETON, David. **Antropología del dolor**. Barcelona: Seix Barral, 1999.

FINATTO, Maria José B.; KRIEGER, Maria da Graça. **Introdução à Terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2004.

MELZACK, Ronald. The McGill Pain Questionnaire. Major properties and scoring methods, **Pain**, n. 1, p. 227-299, 1975.

MISTRY, Jayanthi. Cultural Context in the Development of Children's Narratives. **Rev. Advances in Psychology**, v. 103, p. 207-228, 1993.

MOLINA, Marta. I. C. **Migrações e impasses no acesso à saúde: traduzir-se é preciso**. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Instituto de Letras, UNB, Brasília, 2017. Versão eletrônica. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31561/1/2017_MartaIngrithMolinaCabrera.pdf. Acesso em: 29 nov. 2020.

OLIVEIRA, Vera Lúcia de. O eu e o outro na tradução: pensando a alteridade. **Revista Ipotesi**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, jan./jul. 2009.

PAVEL, Sílvia; NOLET, Diane. **Manual de Terminologia**. Trad. de FAULSTICH, Enilde. Disponível em: www.translationbureau.gc.ca.

PAVLENKO, Aneta. Narrative analysis. In: WEI, L.; MOYER, M. G. (Eds.). **The Blackwell guide to research methods in bilingualism and multilingualism**. Malden: Blackwell Publishing, 2008. p. 311-325.

PIMENTA, Cibele Andrucioli de Mattos; TEIXEIRA, Manoel Jacobsen. Questionário de dor McGill: proposta de adaptação para a língua portuguesa. **Rev. Esc. Enferm.** São Paulo, v. 30, n. 3, p. 473-483, dez. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v30n3/v30n3a09.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2020.

Tradução em período de pandemia: distanciamento de crianças surdas na escola e a literatura como linguagem viva

Translation for Brazilian sign language in times of pandemic: social distancing of deaf children from school and literature as a live language

Neiva de Aquino Albres¹

Michelle Duarte da Silva Schlemper²

Resumo: Nosso objetivo com este artigo é evidenciar como uma proposta de tradução em tempos de pandemia que utiliza tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) pode contribuir para a necessidade social de uma minoria linguística por meio de textos verbovocovisuais, produzidos na esfera literária e digital. Baseadas em conceitos elaborados por Bakhtin e o Círculo, pretendemos também, por meio da análise dialógica do discurso, analisar um conjunto de vídeos multimodais, de forma a indicar critérios que favoreçam a compreensão das atitudes responsivas dos tradutores envolvidos. As discussões compiladas neste artigo indicam que os sujeitos tradutores acabam por contribuir com as atividades de leitura e produção textual, além de estimular a comunicação de crianças surdas em distanciamento social.

Palavras-chave: Tradução; Libras; Bakhtin; Discurso; Multissemioses.

Abstract: This study aims at showing how pandemic-time translation proposal that uses digital information and communication technologies (DICT) can contribute to the social needs of a linguistic minority through the verbivocovisual text, from the literary and digital spheres. Based on the concepts developed by Bakhtin and the Circle, we also intend, through the analysis of a dialogical analysis of some multimodal videos, to indicate criteria to encourage the understanding of translator's responsive attitudes. Discussions compiled in this article indicate that the translators and translation teachers stimulate the communication of deaf children in social distance.

Keywords: Translation; Libras; Bakhtin; Discourse; Multisemiotics.

1. Introdução

A educação de surdos organiza-se de diferentes formas no Brasil. Ela comporta desde a educação bilíngue em escolas específicas para surdos, escolas com classes bilíngues, até escolas inclusivas, onde o acesso à educação é realizado pela mediação de intérpretes educacionais (Libras-Português), formas estas previstas na política educacional nacional (BRASIL, 2005).

A pandemia causada pelo Novo Coronavírus - SARS-CoV-2 - trouxe como uma de suas consequências mais visíveis a implementação do distanciamento social, uma medida importante

¹ Docente da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Centro de comunicação e expressão – CCE. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução – PGET. Departamento de Libras – DLSB. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-1567-297X>. E-mail: neiva.albres@ufsc.br

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução – PGET. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Departamento de Libras – DLSB. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-2863-8829>. E-mail: michelle.schlemper@ufsc.br

para a preservação da vida. Tal medida conseqüentemente trouxe consigo a necessidade de reformular as formas de se promover a educação, até então, ofertada em moldes presenciais. Nesse contexto, a Associação Nacional de Pesquisas do Brasil (ANPED) em parceria com diversas instituições internacionais tem promovido inúmeros eventos de conferências, palestras e mesas de debate em formato de *lives*, com interpretação simultânea e remota, no intuito de discutir as constantes mudanças que o isolamento social tem trazido para sociedade brasileira.

A fim de lidar com o isolamento social, a educação, de forma geral, organizou-se em modelos de ensino remoto, promovendo uma corrida pela apropriação e implantação de um conjunto de recursos tecnológicos, como equipamentos, *softwares* e plataformas, entre outras ferramentas. Percebe-se que, nesse processo, com relação aos alunos surdos incluídos nas classes regulares de ensino — cujo acesso à língua de sinais se dava por meio do uso de serviços de interpretação simultânea Libras-Português —, muitos destes ficaram sem qualquer recurso educacional em virtude das faltas de preparação e de acesso tecnológico presentes no país. Ou seja, um grupo vulnerável linguística e cognitivamente (visto que grande parte destas crianças ainda se encontra em processo de aquisição de linguagem) durante o isolamento social, por ficar com familiares que não sabem Libras, continua à margem do acesso à educação. Tal fato, além de ocasionar um atraso na aquisição de linguagem, traz consigo uma alienação com relação ao que se passa no Brasil e no mundo. No caso de crianças surdas, cujo contato com a língua de sinais se dava, principalmente, no espaço escolar (95% das mesmas provêm de famílias ouvintes que não usam a língua de sinais em casa), estas têm sido duplamente prejudicadas.

Uma vez que esse intercâmbio de informações e as interações em Libras precisam ser mantidos a fim de continuar subsidiando o desenvolvimento linguístico, cognitivo e afetivo das crianças surdas, a comunidade surda, envolvendo sujeitos tradutores surdos e ouvintes, tem buscado novas estratégias para a promoção e acesso destas crianças à língua de sinais.

Ao dar-se conta dos prejuízos que tal situação pode trazer para a minoria linguística surda, incluindo nesta as crianças, por suas fragilidades, Instituições de Ensino Superior, por meio da criação de projetos de extensão durante a pandemia de COVID-19, têm colocado em destaque o papel da tradução. Esta tem sido evidenciada na criação, divulgação e disponibilização de projetos, que visam à disseminação de informações em Libras a respeito de assuntos relacionados à pandemia. Assuntos que abarcam desde a prevenção, a legislação, tratamentos até a divulgação sobre a disseminação de casos no Brasil e no mundo. Assim, as traduções de informes presidenciais, ministeriais, sobre protocolos de retorno, de pronunciamentos de governadores e prefeitos, e *lives* relacionadas aos mais diversos assuntos referentes à vida em tempos de pandemia se tornaram comuns.

Diante dos fatos acima explanados e por entender a fragilidade linguística e social das crianças surdas em fase de aquisição de linguagem, questionamos: quais iniciativas institucionais relacionadas à tradução e literatura têm sido criadas para dar a elas suporte durante o período de isolamento social? Assim, este artigo pretende, primeiramente, abordar a questão da linguagem e o conceito de dialogia pela perspectiva enunciativo-discursiva (Bakhtin e o Círculo) e, em seguida, apresentar construtos teórico-analíticos, para então apresentar o contexto, a metodologia de pesquisa e, finalmente, passar à análise.

2. Linguagem, literatura e relações dialógicas

Neste artigo, assim como Brait (2004), pretendemos, a partir da análise realizada, evidenciar algumas singularidades presentes no pensamento bakhtiniano a respeito do dialogismo, refletindo assim sobre “o enfrentamento de discursos que atravessam nosso cotidiano e, sem pedir licença, interferem em nossa identidade” (BRAIT, 2004, p. 8).

A linguagem aqui é percebida como um conjunto de relações dialógicas, a partir da constituição pessoal compreendida pelas múltiplas semioses que envolvem tanto o sujeito quanto a língua de forma indissociável. Desta forma, é inconcebível tratar de língua sem a presença de um ou mais sujeitos singulares, cujo envolvimento se encontre arraigado em contextos particulares de um determinado período social, histórico e político específico.

Apoiamo-nos na perspectiva enunciativo-discursiva de Bakhtin e nos estudos de Pino (2001) sobre o processo de aquisição da linguagem e mediação semiótica. Na compreensão dos autores, “falar em mediação semiótica equivale a falar em mediação social, uma vez que tanto os meios técnicos quanto os semióticos, como a palavra³, são de origem social. Isso afasta qualquer suspeita do idealismo nessa concepção” (PINO, 2001, p. 40).

Desse modo, supõe-se que nos constituímos pela linguagem na relação com os outros, pela mediação dos signos e dos sujeitos que fazem uso desses signos. De acordo com Schlemper (2016), cabe ao adulto propiciar às crianças o acesso ao conhecimento de mundo, sendo que isso pode ser feito constantemente por meio da literatura. Ao aproximar as crianças surdas de falantes competentes de Libras, assim como por meio do contato com literatura produzida ou traduzida em vídeos em Libras, possibilita-se a elas uma experiência literária mais significativa,

³ Palavra é empregada nessa citação como o signo ideológico. O signo ideológico, conforme Volóchinov (2017) mesmo que em plano verbal tem relação direta com o plano não verbal da linguagem. O autor afirma que a palavra acompanha e comenta todo ato ideológico, incluindo os atos de natureza sonora, gestual e, para o que nos interessa aqui mais de perto, os de natureza imagética.

enquanto se proporciona acesso à informação, cultura, desenvolvimento sinalar, conhecimento de mundo, etc. De acordo com Brait, “O cotidiano do homem é entrecortado por discursos, isto é, formas de dizer e conceber o mundo que podem estar expostas, visíveis, mas que também circulam e atuam sem que os envolvidos se deem conta” (BRAIT, 2004, p. 3).

Já foi inventariado nos campos dos estudos da linguagem um conjunto significativo de obras, geralmente, resultante de leituras realizadas sobre as múltiplas semioses (ROJO, 2007, 2009; GRILLO, 2012; BRAIT, 2013). No entanto, para este artigo, o que nos interessa é refletir sobre o papel dialógico da linguagem, quando esta se encontra envolta pela literatura. Procuramos perceber a língua de sinais sob condições empíricas e concretas. Nesse sentido, implica abandonarmos a concepção de língua como sistema acabado e teórico, a fim de lançar-se para a compreensão do seu funcionamento, e, sobretudo, às diferentes formas de comunicação ideológica e afetivas. Dito de outro modo, nos desprendemos da discussão de análise linguística com sua divisão em níveis analíticos, e colocamo-nos no campo da análise dialógica da linguagem em que a língua(gem) materializada em enunciados verbocovisuais⁴ somente pode ser compreendida quando situada em um domínio histórico, social e ideológico. Corroboramos assim com Pavanelli-Zubler *et al.*, quando afirmam que “a linguagem é um produto vivo, resultante da interação social, das condições históricas e materiais de cada tempo. A linguagem viva corporifica-se por meio do discurso e tem como uma de suas propriedades mais marcantes o fato de ser dialógica” (PAVANELLI-ZUBLER, *et al.*, 2014, p. 213).

Nessa perspectiva, a língua(gem) é fundamentalmente dialógica, não podendo ser entendida como um produto acabado, fora do fluxo da interação discursiva ou da linguagem em uso. Ela é um contínuo processo de construção de sentidos na corrente comunicativa. A enunciação, por sua vez, é parte de um diálogo, amplamente articulado com vivências que a antecederam e sempre maior que o presenciado por seus interlocutores.

Assim, a compreensão integral de qualquer discurso pressupõe assumir que todo enunciado é resposta a outro enunciado e a todos que o sucederam. Não existindo nenhuma fala nova, mesmo considerando a singularidade de todas elas. Destarte, vamos ao encontro ao que apregoa Brait (2006), de que a compreensão bakhtiniana da linguagem, ao refletir sobre os aspectos extralinguísticos interligados na mesma, aponta para cenários mais amplos. Dessa forma, seguindo um pensamento assentado na ética da responsabilidade e da alteridade

⁴ O estudo de discursos verbocovisuais compreende discursos constituídos por elementos verbais, vocais e visuais em um todo arquitetônico, como, por exemplo, produções midiáticas, caso dos vídeos de literatura em Libras.

(BAKHTIN, 2010), tais considerações nos levam a focar nas relações intersubjetivas, nos discursos sociais e polifônicos da linguagem.

Semelhantemente, os discursos em Libras que circulam na comunidade surda, estando arraigados em determinado tempo sócio-histórico, veiculam concepções de linguagem, ideologias linguísticas e lutas sociais. Um jogo de vozes sociais que repercute polifonicamente na enunciação e em seu significado, o qual também é elucidado e construído socialmente (VOLÓCHINOV, 2017).

Como dito anteriormente, a fim de minimizar os prejuízos linguísticos e sociais que o distanciamento social causado em virtude da pandemia de COVID-19 traria à comunidade surda, foram criados diversos projetos institucionais que promovem por meio da tradução o acesso à informação ao povo surdo. Informação essa que é, muitas vezes, envolta em invólucros literários e intersemióticos, a fim de cativar determinados públicos, como no caso das crianças surdas.

Considerando que a palavra é sempre inacabada e dependente de seus interlocutores, tais projetos carregam em si uma força, uma potência transformadora para esse tempo de constantes vicissitudes. Mesmo que um texto escrito ou um vídeo produzido possam ser considerados estáticos, eles ganham vida no processo de leitura, onde por meio da interpretação individual é vivida a dialética da linguagem com a contrapalavra⁵ do interlocutor.

O diferencial relativo a esta investigação se encontra na reflexão sobre a produção de traduções intersemióticas em um momento muito particular: o período de distanciamento social causado pela pandemia do Novo Coronavírus. Uma nova realidade que tem fomentado a tradução ou a produção de materiais em Libras, impulsionando ações que vão de encontro à política de acessibilidade brasileira (BRASIL, 2015).

Falamos em traduções intersemióticas ao relacionar que as traduções em Libras envolvem não somente as diferentes modalidades de língua, oral-auditiva e gesto-visual, mas o corpo do ator/tradutor e as diversas linguagens que adentram nas produções midiáticas (SEGALA, 2012; SCHLEMPER, 2016).

⁵ Contrapalavra é a essência do processo de interação, é minha resposta como interlocutor que responde ativamente num processo de ressignificação da palavra do outro. “Compreender é opor à palavra do locutor uma contrapalavra” (Bakhtin/Volochinov, 1999, pp. 131-2). Não necessariamente a contrapalavra opera na oposição, embora a própria oposição seja significativa na produção do saber que se manifesta numa relação dialética com o outro. Ainda que seja uma complementação, as palavras do outro dirigidas a um “eu” pedem acolhimento e (re)significação. É nessa relação enunciativa que eu e outro se complementam. Ultimamente, tem havido considerável reexame de seu processo de pensamento, enfatizando as nuances especiais de seus trabalhos e refinando a terminologia associada ao auto. Assim, contrapalavra tem sido usada por antipalavra.

Esperamos, com este estudo, preencher uma lacuna ainda existente na área de estudos da tradução brasileira, uma vez que consideramos que as discussões sobre a tradução ainda se encontram restritas na descrição dos problemas de tradução, sejam eles por procedimentos técnicos ou na avaliação das mesmas.

Entendemos que a análise dialógica do discurso, doravante ADD, pode corroborar para o entendimento da constituição desses sujeitos tradutores enquanto falantes de Libras e sujeitos ativos e participativos de uma comunidade. A partir de uma concepção discursiva de linguagem, nossa intenção é articular uma perspectiva teórica com a diversidade de questões que emergem das práticas tradutórias, de modo a propiciar uma discussão sobre as iniciativas políticas de tradutores surdos e ouvintes, de propiciar a circulação da Libras por meios midiáticos também para o público surdo infantil durante o período de distanciamento social.

3. Contexto da pesquisa e metodologia

Esta pesquisa segue o entorno das pesquisas qualitativas que tomam os fenômenos sociais como objeto de estudo. Pode ser considerada de cunho dialógico, uma vez que se encontra no campo de estudos que entende que “fazer ciência é construir significados cuja validade se calcula no interior do horizonte teórico que engendra a pesquisa” (ROHLING, 2014, p.58).

As comunidades surdas, assim como as demais, têm se apropriado das novas tecnologias da informação e comunicação, e adentrado efetivamente nas redes sociais e virtuais (SILVEIRA, 2010; PINHEIRO, 2011; KARNOPP; KLEIN; LUNARDI-LAZZARIN; 2011). Desde o *Orkut*, *Facebook*, *Youtube*, a grupos de *WhatsApp*, *Twitter*, *Chats* e *Instagram*, as redes sociais têm propiciado um espaço rico de visualidade. Visualidade que materializa a linguagem em suas diferentes formas discursivas, permitindo que os interlocutores encontrem maneiras diferentes de interagir e se expressar (PAVANELLI-ZUBLER *et al*, 2014). Com o uso das redes sociais, a distância física deixa de ser sinônimo de isolamento e falta de comunicação, principalmente, pela possibilidade de uso efetivo da língua de sinais por meio de postagem de vídeos e interações remotas (SILVEIRA, 2010).

É neste cenário social que nos colocamos como pesquisadoras. A vida real, com suas contradições e distinções sociais, engendra um cenário maior, o do distanciamento social causado em virtude dessa pandemia. Distanciamento este que fez com que as comunidades surdas viessem a intensificar sua participação nas diversas redes sociais, em busca de informações sobre o Novo Coronavírus, sua disseminação e consequências, até porque os telejornais brasileiros, em sua maioria, não se encontram acessíveis em Libras.

Quando confrontadas com a permanente instabilidade da quarentena provocada pela COVID-19, instabilidade no que diz respeito a não se saber quando ou como ela vai terminar, nós decidimos estudar os modos como as instituições educativas têm procurado dar apoio às mães, pais, cuidadores/as, alunos, gestores e professores de surdos.

Nessa direção, nos organizamos, em primeiro lugar, para levantar produções de projetos de extensão e produções individuais de tradutores de Libras/Português criadas durante a pandemia. A partir de então, optamos por delimitar para sites institucionais das universidades que ofertam cursos de Tradução e Interpretação de Libras/Português, como nosso campo de pesquisa.

Iniciamos pela análise e leitura de diversos projetos midiáticos disponíveis gratuitamente na rede, que tratavam do tema, como Central Libras/Coronavírus, UFSCacessível e #CasaLibras. Optamos por desenvolver uma análise dialógica do discurso a partir do projeto #CasaLibras, intitulado no sistema de registros de projetos de extensão da UFSCar como “Atenção bilíngue virtual para crianças surdas em meio à pandemia do “Coronavírus” – COVID-19: [Contação de Histórias Infantis]”. Esse projeto é coordenado pelos docentes: Vanessa Regina de Oliveira Martins e Guilherme Nichols⁶.

O corpo de conhecimentos constitutivos de uma análise dialógica do discurso advém necessariamente de “arquivos”, de corpus, de conjuntos de textos, e não tem como meta a análise de um texto, de um trecho ou de uma sequência (embora possa fazê-lo). A análise das partes está sempre a serviço de um todo, a teoria a serviço da reflexão sobre a linguagem, sobre os discursos, sobre o homem e seu estar no mundo, e nunca em função do esquiteamento anatômico de um corpus, conforme as normas de um manual de instruções. (BRAIT, 2004, p. 6-7)

Do projeto com produções midiáticas publicadas, selecionamos para a análise deste artigo o primeiro vídeo publicado no início da quarentena, cujo título de forma chamativa e retórica questiona: **Já falou com suas crianças sobre o novo Coronavírus?** Inicialmente, a seção de análise perpassa por ideias gerais de direitos linguísticos e de políticas de tradução, a fim de possibilitar a reflexão sobre a educação de surdos nesse momento sócio-histórico. Em seguida, o foco recai sobre a questão de movimentos sociais e alteridade na tradução, considerando as

⁶ Trabalhamos com dados públicos, por estarem disponíveis sem restrição em um site institucional de universidade pública. Contudo, para apresentar os nomes verdadeiros dos sujeitos, solicitamos autorização aos coordenadores do projeto, que concordaram em citarmos os participantes nominalmente. Essa premissa perpassa pela concepção teórico-metodológica que adotamos, em que os enunciados são situados, concretos e têm identidade. Salientamos que todos os dados foram gerados no ano de 2020. Mais informações no site: <http://www.tilsp.ufscar.br/index.html>.

dificuldades e possibilidades que o momento pandêmico criou, como também a análise discursiva do projeto proposto como fenômeno social situado ideológica e historicamente em um período ímpar da história. Nessa visão epistemológica, não há categorias de análise a priori, elas emergem das relativas regularidades dos fenômenos sociais observados e apreendidos durante a realização da pesquisa (BRAIT, 2016).

4. A tradução como um projeto discursivo inacabado

A sociedade em que vivemos foi construída historicamente por um sistema econômico e político excludente, que pela política neoliberal minimiza a ação do Estado e valoriza a produção individual. Nessa conjuntura, a vida humana sofre discriminações quando apresenta diferenças, sejam elas econômicas, sociais, raciais, de gênero, etc., sendo necessárias intervenções para minimizar tais diferenças, como mencionado na Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH (ONU, 1948).

No combate a estas e outras diferenças, encontramos grandes movimentos de resistência e de luta por direitos linguísticos e por políticas de tradução (SANTOS; FRANCISCO, 2018; SANTOS; POLTRONIERI-GESSNER, 2019; ALBRES, 2020). No Brasil, há um conjunto de políticas públicas voltadas para as comunidades surdas falantes de Libras. Para Lins *et al.* (2016, p. 9), “estabelecida a política linguística, instaura-se um planejamento linguístico que objetiva implementá-la. Em geral, um planejamento linguístico é dirigido por decisões políticas [...]”. Contudo, esse momento pandêmico inusitado fez com que as desigualdades de acesso à informação e aos bens culturais sejam mais evidentes.

Neste artigo, o foco são os estudos de língua(gem), para os quais o pensamento bakhtiniano tem inspirado o que se tem chamado de *Análise Dialógica do Discurso (ADD)*. Reconhecemos a necessidade da compreensão dessa língua(gem) em “recorte” pertencente a um espectro mais amplo e em diálogo com outros contextos, sujeitos e língua(gens).

Várias instituições públicas têm se empenhado em produzir conhecimento em Libras e tornar, por meio de traduções, materiais acessíveis ao público surdo durante a pandemia. Muitos destes, procurando respeitar os direitos linguísticos da comunidade surda, produzem materiais verbocovisuais que promovem o direito à informação. Contudo, percebe-se ainda que apenas um pequeno número destas produções se destina às crianças surdas.

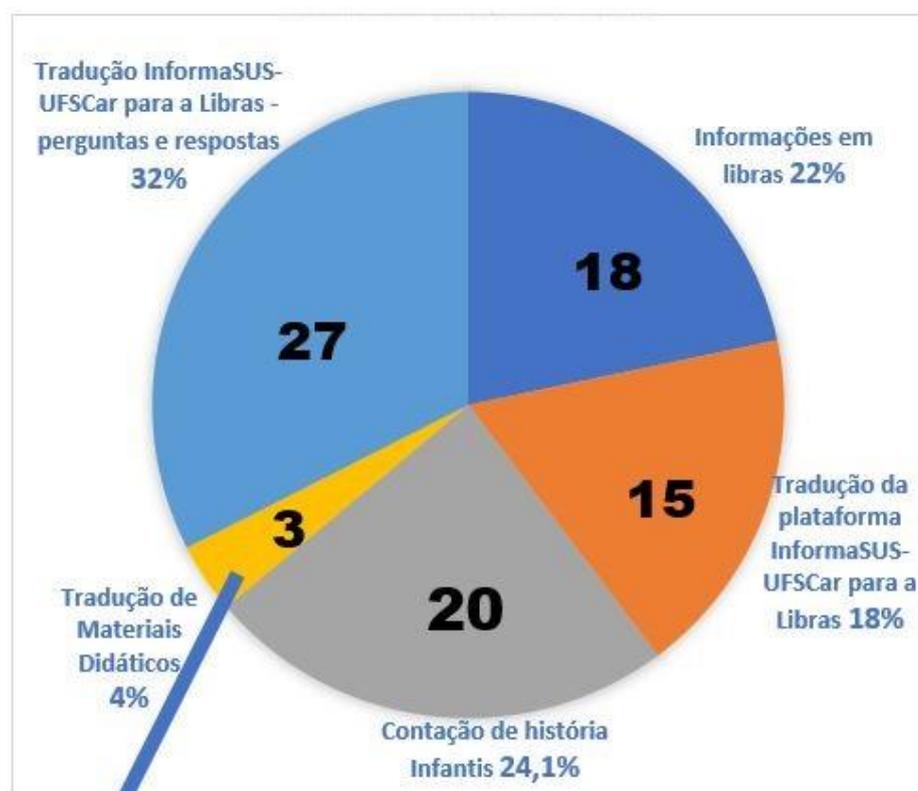
Como dito anteriormente, selecionamos para nossa análise um dos projetos de extensão da UFSCar, criado especificamente para a pandemia. Na página do curso de Tradução e

Interpretação de Libras da UFSCar⁷ pode ser encontrada uma série de vídeos que pertencem a projetos de extensão diversos. Seguindo a ordem do *site*, apresentamos a lista de projetos:

- 1) Atenção bilíngue virtual para crianças surdas em meio à pandemia do "Coronavírus" – COVID-19: [Contação de Histórias Infantis]. 20 vídeos;
- 2) Atenção bilíngue virtual para crianças surdas em meio à pandemia do "Coronavírus" – COVID-19: [Tradução de Materiais Didáticos]. 03 vídeos;
- 3) Informações em Libras à comunidade surda na pandemia do COVID-19. 18 vídeos;
- 4) Tradução da plataforma InformaSUS-UFSCar para a Libras: acessibilidade e direitos linguísticos para surdos em tempos de Covid-19 [Parceria InformaSUS, LABI UFSCar e Latravis]. 15 vídeos; e
- 5) Tradução da plataforma InformaSUS-UFSCar para a Libras: acessibilidade e direitos linguísticos para surdos em tempos de Covid-19 [Série COVID-19 - Perguntas e Respostas - Parceria InformaSUS, LABI UFSCar e Latravis]. 27 vídeos.

⁷ Projeto Proex: Atenção bilíngue virtual para crianças surdas em meio à pandemia do "Coronavírus" – COVID-19 - do curso Tilsp Ufscar. Disponível em: http://www.tilsp.ufscar.br/galeria_videos_tilsp.html ou no Canal do Youtube: <https://www.youtube.com/channel/UC3FPqGdu7CfCM9kvIHH-mWQ>

Gráfico 1: Produções em vídeo



Fonte: Produzido pelas autoras

Figura 1: Vídeo selecionado



Fonte: Produzido pelas autoras com base no vídeo “Já falou com suas crianças sobre o novo Coronavírus?”
(Disponível em: <https://youtu.be/1D92Bh--Smk>. Acesso em: 05 jul. 2020)

Quadro 1: Ilustração da página TILPS com materiais destinados às crianças

The image shows a screenshot of the TILPS website. The page features a header with the TILPS logo and navigation links. Below the header, there are two main sections of video thumbnails. The first section is titled 'Vídeos produzidos por nossa equipe:' and includes a sub-section 'Projeto Proex: Atenção bilingue virtual para crianças surdas em meio à pandemia do "Coronavírus" - COVID-19: [Contação de Histórias Infantis]'. This section contains 12 video thumbnails with titles such as 'A mulher e sua galinha', 'Boi Bumbó', 'Piracema e os três lobinhos', 'Os sapatinhos vermelhos', 'O sapo e a cobra', 'Continhos Desenhados e os três livros', 'O Pólvora Feia', 'A casa por baixo dos pés', 'O rato do campo e o rato da cidade', and 'A casa por baixo dos pés'. The second section is titled 'Projeto Proex: Atenção bilingue virtual para crianças surdas em meio à pandemia do "Coronavírus" - COVID-19: [Tradução de Materiais Didáticos]'. It contains two video thumbnails, one of which is circled in red. A red box on the right side of the image contains the following text: 'Para a análise, selecionamos um vídeo destinado ao público infantil surdo, do projeto Atenção bilingue virtual para crianças surdas em meio à pandemia do "Coronavírus" - COVID-19: [Tradução de Materiais Didáticos]. A saber, o vídeo: "Já falou com suas crianças sobre o novo Coronavírus? - Libras".'

Fonte: Produzido pelas autoras

O vídeo **Já falou com suas crianças sobre o novo Coronavírus?** foi uma das primeiras produções verbovisuais publicadas no canal Audiovisual TILSP, no início da Pandemia,

direcionado ao público infantil. O conteúdo discursivo produzido em Libras traz consigo, entre outros elementos, a tradução de Libras para o Português falado, direcionando-se também para o público ouvinte. Dessa forma, as crianças surdas podem assistir ao vídeo junto com seus familiares e amigos que não sabem Libras. O vídeo também faz uso de recursos visuais (*design*, ilustrações, escrita, cores, formas e tamanhos) de forma a tornar o conteúdo discursivo mais atrativo.

O vídeo inicia chamando a atenção pelo Título: **Já falou com suas crianças sobre o novo Coronavírus? – Libras**. O mesmo tem a duração de 5 minutos e 5 segundos, e é traduzido para a linguagem infantil pelo professor Guilherme Nichols. O autor/tradutor surdo conversa diretamente com a câmera, fazendo perguntas e respondendo. Seu olhar é direcionado ao espectador, criança surda, que assim se entende como participante desta interação. Algumas vezes, o autor/tradutor encena e incorpora a criança, ou seja, personifica o sentimento dela de desconhecimento sobre o que está acontecendo.

Figura 2: Ficar em casa



Excerto 1: Ficar em casa

*Ei, ei ... ei. Você é surdo? Você é surdo!. Eu também sou surdo. Vem cá! Você sabe por que que as escolas estão fechadas? Por quê?! Eu estou com tanta saudade de ir para a escola. Ei...seu pai e sua mãe já te explicaram sobre o por que as escolas estão fechadas? Você sabe sobre isso? Não!? não sabe? Ai, ai, ai ... Calma, calma, eu vou explicar um pouquinho sobre isso, porque eu também sou surdo. E eu tenho visto que escolas estão fechadas, que os trabalhos não estão funcionando, a gente tem orientação para **ficar em casa**, só em casa!. E por que que a gente está vivendo isso, só em casa! O que que está acontecendo? Você sabe? E você? E você, sabe? sabe? Não, não sabe? Quanta gente não sabe. Nossa ![...] (00-58 segundos - grifo nosso)*

Fonte: <https://youtu.be/1D92Bh--Smk>. Acesso em: 05 jul. 2020.

Por duas vezes, o ator/tradutor diz “Eu também sou surdo”, no início do vídeo. Tal afirmação vai ao encontro à pergunta se quem assiste ao vídeo é surdo. Ao repetir a condição de ser surdo, o ator/tradutor se faz interessante para quem o vídeo se destina, uma vez que destaca a condição de pertencimento, de igualdade, inclusive com recursos expressivos de incorporação e encenação. Percebe-se, assim, formas estéticas e discursivas próprias da cultura surda, que atuam como um chamamento pelo estilo do discurso empregado para prender a atenção da criança surda.

Do excerto 1, quando da expressão “ficar em casa”, em sinais (figura 2), o autor coloca-se dentro da casa, com o telhado sobre sua cabeça e com expressão facial indicando

aborrecimento. Dessa forma, coloca-se no lugar da criança entediada por não poder ir para escola, parque ou brincar com os amigos. Este colocar-se no lugar do outro, procurar expressar o que o outro sente, só é possível por meio da experiência vivida, conhecida e reconhecida no tempo pelo ator/tradutor. Tal ação, expressada por meio do discurso verbo-visual, permite que o interlocutor, a criança surda, se veja e reconheça na fala de quem lhe fala.

Pode-se observar, com base nas questões acima postas, que a orientação da palavra, para Volóchinov (2017), é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém como pelo fato de que é dirigida a alguém, situado em um determinado contexto histórico e social.

O sujeito enunciativo desta análise é surdo, professor de Libras e formador de tradutores e intérpretes de Libras na UFSCar, que por muitos anos atuou na educação básica com crianças surdas, envolvido com literatura surda tanto em seu mestrado quanto em projetos de prática pedagógica. Sua condição singular o motivou a produzir, nesse período de distanciamento social, um projeto de literatura para crianças surdas, a se dirigir diretamente a elas e enfatizar a sua condição como igual. A condição de ser surdo, e de por esta razão não estar sabendo sobre tudo o que vem acontecendo no mundo, do por que não poder sair de casa e não ir à escola (aulas) no ano de 2020.

O vídeo, uma produção intersemiótica, carregada de elementos verbocovisuais, serve tanto às crianças surdas, quanto a amigos, colegas, irmãos, familiares e responsáveis que assistem junto, que sabem ou não Libras. Destaca-se que a produção já inicia chamando a atenção pelo Título: **Já falou com suas crianças sobre o novo Coronavírus? – Libras**. Este chamamento vai ao encontro do adulto que busca informações sobre a pandemia na *internet*. Ele confronta o leitor adulto que ainda não explicou a seu filho sobre o que está acontecendo. Nesse sentido, o vídeo se direciona aos responsáveis. No entanto, ao abrir o vídeo, esse interlocutor é surpreendido, pois a direção do olhar e da fala do sujeito ator/tradutor é dirigida à criança.

No decorrer do vídeo, o ator/tradutor passa a fazer, em Libras, algumas explicações sobre o vírus e orientações quanto à prevenção da doença por ele causada. O interlocutor esperado corresponde às crianças surdas, uma vez que a fala em Libras do enunciativo e sua tradução para a Língua portuguesa mantém uma linguagem própria para crianças. Da mesma forma são incorporados à edição de vídeo gravuras e textos a fim de tornar a leitura visual mais interessante e interativa para o pequeno leitor.

A experiência do enunciativo como professor de crianças surdas em escolas bilíngues e inclusivas possibilita que ele se direcione para a câmera idealizando esse interlocutor, um sujeito outro desprovido de atenção linguística e escolar nesse momento. Este outro imaginado,

esperado, idealizado pelo enunciador, no entanto, pode estar em um espaço disperso, no passado, no presente, na memória do mesmo, ou ainda constituir-se em um interlocutor empírico, sendo esta última condição fundida às demais.

Excerto 2: Imagem de objetos e do vírus

Figura 3: Microscópio



Figura 4: Vírus



Fonte: <https://youtu.be/1D92Bh--Smk>. Acesso em: 05 jul. 2020.

Podem-se observar efeitos intersemióticos e verbocovisuais por meio da composição do corpo do enunciador que se expressa em Libras simultaneamente à apresentação da ilustração de objetos cujo conceito ele explica, assim como também a escrita em Português e a tradução para o Português oral, de forma que uma voz é sobreposta à sinalização e a acompanha por todo o vídeo.

Novamente, o direcionamento à criança surda pode ser observado pelo tipo de ilustrações selecionadas para compor um projeto discursivo multimodal. Visto que nas figuras 5, 6 e 7, do excerto 3, as gravuras das pessoas desenvolvendo as atividades de prevenção de lavar as mãos, ficar em casa e passar álcool em gel, são representadas por duas crianças, um menino negro e uma menina branca, onde fica demonstrado também, na escolha das imagens, a busca pela representação da diversidade racial.

Excerto 3: Ilustrações infantis

Figura 5: Lavar as mãos



Figura 6: Ficar em casa



Figura 7: Álcool Gel



Figura 8: Fim do Coronavírus



Fonte: Produzido pelas autoras

O enunciado, nesse caso o vídeo, compreende um gênero discursivo classificado pelos idealizadores do projeto como “material didático”, o qual envolve instruções e orientações sobre o Coronavírus. Cada esfera da comunicação humana tem uma finalidade comunicativa, ou seja, há um “intuito discursivo” um “querer-dizer” (BAKHTIN, 2000) que influencia os modos de organização dessa enunciação. Nesse projeto discursivo, foram realizadas escolhas linguísticas tanto em Libras quanto em Língua portuguesa oral e escrita. Da mesma forma foram realizadas escolhas das ilustrações, cores, disposição das imagens, transições, música, luz, efeitos de passagem e do corpo do ator/tradutor, a fim de compor um emaranhado de linguagens verbais e não verbais na composição de um único projeto discursivo. A tradução intersemiótica compreende todos esses elementos, numa dança de línguas e linguagens que reescrevem uma nova história para um novo leitor.

A sociedade na qual estamos inseridos se constitui como um grande ambiente multimodal, no qual palavras, imagens, sons, cores, músicas, aromas, movimentos variados, texturas, formas diversas se cambiam e estruturam um

grande mosaico multissemiótico (DIONISIO; VASCONCELOS, 2013, p. 19 apud PAVANELLI-ZUBLER *et al.*, 2014, p. 222).

É imprescindível observar que esse enunciado ficará disponível em um *site* de forma permanente, à disposição de diferentes interlocutores. Tal fato faz com que, assim como acontece com os livros traduzidos da forma convencional, possa haver modificações com relação às intenções comunicativas, ou seja, mesmo sendo construído para um interlocutor presumido, o vídeo pode ser experienciado em diferentes espaços-tempo. Perceber a dinamicidade que a produção midiática comporta também influencia no projeto discursivo, assim como o fato dela comportar diferentes linguagens verbais e não verbais, materializadas em um único projeto por meio das novas tecnologias. Nessa pluralidade de signos, há uma imersão de discursos que se cruzam e que constituem subjetivamente tanto locutor quanto interlocutor. Discursos que, inseridos no contexto global, muitas vezes produzem efeitos de sentidos instantâneos e situados no momento da interação verbal e visual.

Além desse vídeo analisado, o projeto divulgado na rede sob o nome #CasaLibras, criou diversos outros, entre eles um chamamento para a comunidade surda, composta por ouvintes e surdos, sejam estes profissionais que trabalham com Libras, professores, tradutores-intérpretes, familiares de surdos e as próprias crianças surdas, para que participem do projeto.

Figura 9: Três passos para enviar seu vídeo!



3 passos para enviar seu vídeo em Libras e participar do projeto #CasaLibras

Um dos vídeos de chamamento cujo título é “3 passos para enviar seu vídeo em Libras e participar do projeto #CasaLibras” foi apresentado também por Guilherme Nichols. Neste de forma didática, ele convida a comunidade surda a participar do projeto, explicando quais passos os voluntários devem seguir para gravar e enviar seus vídeos para o projeto #CasaLibras.

Fonte: <https://youtu.be/-15M8RdYFjs>. Acesso em: 05 jul. 2020.

As instruções de Guilherme Nichols sobre os modos de gravar e editar o vídeo indicam não somente um caráter pessoal, ou seja, pelo modo direto de se expressar em Libras, mas também tratam da corporificação do sujeito contador e tradutor, do seu corpo como objeto linguístico compondo todo o projeto verbocovisual e se articula com o princípio de que “[...] é no diálogo, por um lado, do pesquisador e sua teoria com, por outro, seu objeto falante que está o fundamento epistemológico da teoria de Bakhtin e seu Círculo” (GRILLO, 2012, p. 237).

Por essa razão, enfatizamos o labor estético tanto dos idealizadores do projeto quanto dos autores/tradutores, contadores e voluntários que enviaram seus vídeos para publicação.

Figura 10: Roda de Conversa III



Os tradutores relataram suas experiências em uma Roda de conversa promovida pela UFSCar em 09/07/2020, sob o título “Roda de Conversa III: Equipe #CasaLibras: Criação, Ação e Repercussão. Disseminando a Libras para as crianças surdas em tempo de pandemia”

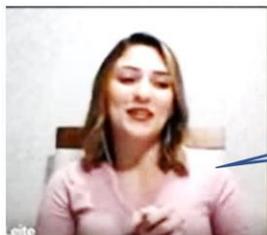
Fonte: <https://youtu.be/Um2yUMJW8kc>. Acesso em: 20 jul. 2020.

Muito oportuno foi assistir a *live* e apreender os discursos dos sujeitos que têm vivenciado o projeto, sejam eles os idealizadores, professores, TILSP, alunos e funcionários técnicos da universidade. A partir dos discursos, foi possível perceber como um projeto de tradução pode transcender o seu destinatário potencial (crianças surdas), vindo a atingir também a todos os envolvidos.

Em um processo dialógico, os discursos embebidos nos usos da linguagem verbal e visual vão constituindo os sujeitos, e nesse ínterim passam de objetos de trabalho a objetos de aprendizagem, de constituição pessoal e afetiva. Na construção do projeto se estreitaram laços e se fortaleceram concepções de mentoria dos TILS profissionais da UFSCar para com os alunos do curso TILS, enquanto paralelamente o lugar do professor surdo como referência linguística, ética e estética, foi sendo firmado no grupo.

Diante do restrito espaço do artigo, selecionamos alguns excertos dos depoimentos extraídos da *live* e de redes sociais, discursos que reverberam as experiências vividas.

Excerto 4: Formação em casa



*O projeto só tem somado na minha formação, na minha formativa. Estou em casa e se não tivesse o projeto e essa oportunidade de estar em contato com a língua, talvez eu tivesse esquecido. Além da oportunidade de conhecer a língua de outras regiões, isso é muito enriquecedor...porque precisamos ler, estudar. Além, eu estou tendo oportunidade de ter contato com esses intérpretes incríveis, também o Anderson... tendo os professores surdos como referências, mas também os intérpretes. [...]
Na formação no curso TILSP a gente não tem muita formação da Libras para o português. Esse projeto #CasaLibras foi uma ótima oportunidade para poder praticar.*

Figura 11: Depoimento da aluna Eloá na Roda de conversa III

Fonte: <https://youtu.be/Um2yUMJW8kc>. Acesso em: 20 jul. 2020.

Aluna do curso, Eloá relata sua experiência e evidencia o processo de construção coletiva e colaborativa como uma oportunidade especial viável para esse momento na sua formação (figura 11).

O enunciado abstraído de sua enunciação perde os laços que o ligam à vida: palavra morta que somente recebe novo sopro vivificador quando reintroduzido em novo processo de enunciação. Os sulcos abertos no ar pela palavra enunciada não levam aos ouvidos sentidos prontos e acabados: levam impulsos à compreensão participativa que engloba mais do que a mera remessa a objetos e a fatos. Há vida na voz que fala; há vida no ouvido que escuta. Nos sulcos lineares traçados pelas letras das palavras escritas, produtos de enunciações, os olhos do leitor não enxergam letras alinhadas, objetos referidos, histórias contadas, mas julgamentos de valor, inusitadas metáforas que escondem ou desvestem crenças consolidadas, um por-vir a ser realizado. (GERALDI, 2010, p. 86)

Excerto 5: Coisas boas acontecem o tempo todo



Nunca imaginei viver um semestre tão louco na UFSCar, apesar de todo o contexto negativo, coisas boas acontecem o tempo todo. Os projetos de extensão se mantiveram em funcionamento e eu pude participar de 2, mas 1 em especial fez a quarentena ter beleza, cores, alegria, carinho nesse período tão difícil. Descobri outros talentos nas pessoas que eu já gostava e isso foi um calorzinho no coração. O projeto #CasaLibras propõe contar histórias em libras para as crianças surdas que estão em isolamento sem contato com outros surdos e com sua própria língua, ideia maravilhosa da Vanessa Martins e do Guilherme Nichols e que a honestidade deles uniu um grupo de trabalho igualmente verdadeiro. Obrigada Vanessa Martins, Guilherme, Anne Iriarte, Regina Torres, Rodrigo Vecchio Fornari, Thayna Proença, Tati Cristina, Eloa e Jéssica pela companhia praticamente diária nos últimos 4 meses. Vocês me fazem sorrir.

Figura 12: Depoimento da aluna Lis Máximo em sua rede social

Fonte: <https://youtu.be/Um2yUMJW8kc>. Acesso em: 20 jul. 2020.

Assim como a colega Eloá, Lis expõe suas impressões sobre o projeto de extensão e os sentidos construídos com essa experiência (figura 12). Procuramos ilustrar com esses dois enunciados concretos como a participação em um projeto dessa envergadura pode gerar vínculos na vida dos sujeitos de carne e osso e sentimentos. Vínculos deles com o projeto e vínculos entre os sujeitos que dele participam.

Até aqui, apresentamos como o projeto discursivo de um vídeo de orientação sobre coronavírus voltado para crianças surdas torna-se uma construção pela/com/na palavra do outro. Por conseguinte, em uma relação dialógica imprevisível toca diferentes interlocutores de maneiras distintas. Vanessa Martins, idealizadora do projeto, também comenta que escolas e professores de todo o Brasil têm entrado em contato a fim de buscar materiais para trabalhar com crianças surdas nesse período de pandemia, assim como compartilhado relatos de experiências de uso dos materiais até então produzidos. Sabe-se da importância da literatura para a vida das crianças, mas, neste contexto, quando se observa o número de visualizações de cada vídeo no *Youtube*, é possível ter uma noção da sua abrangência. “Cada valor que apresente validade geral se torna realmente válido somente em um contexto singular”, como afirma Bakhtin (2010, p. 90). Assim, cada criança surda atingida, seja pelo acesso ao vídeo, pela interação com seus familiares por meio dos vídeos, ou pela intermediação de seus professores torna válido o projeto empreendido pelos autores/tradutores.

Nesse cronotopo⁸ vivido em período pandêmico, temos enunciações concretas em que a tradução transcende qualquer definição que a amarre às línguas. Apesar de o projeto envolver a tradução, ela se faz em diferentes direcionalidades e por meio de distintas semioses. Podemos dizer que ocorre uma tradução do livro para a contação de histórias, onde além da diferença de modalidade linguística, da escrita (gênero narrativo) para a interação face a face (gênero narrativo), também ocorre a tradução da Libras para o Português falado (contando as histórias) de forma a poder ser acessível também para as crianças ouvintes.

5. Considerações finais

Neste trabalho, evidenciamos a concretização de um projeto de extensão da área de tradução, sensível à condição de falta de comunicação e interação com as crianças surdas, durante o período de isolamento social causado pela pandemia de COVID-19. Este se deu por meio da criação de materiais intersemióticos e verbocovisuais, que se utilizam de diversas estratégias tradutórias para promover o acesso destas crianças à literatura infantil, cuja experiência discursiva possibilita que elas venham a se tornar sujeitos ativos e responsivos na sociedade em que vivem. Esta pesquisa, assim, confluiu para um olhar atento, em relação à dimensão vital do dialogismo na incorporação constitutiva do discurso de outros, ou de outros discursos, assim como para a questão da alteridade (BRAIT, 1998).

Apontamos que a criação e disponibilização de vídeos de literatura infanto-juvenil em Libras como processos de tradução intersemiótica e verbocovisual nos levam a ressignificar a concepção de tradutores como meros repetidores ou de tradução como cópia, como apregoado por correntes linguísticas da área de tradução (BASSNET, 2010; PYM, 2013). Nesta situação vivida, o discurso verbocovisual apresenta dimensões enunciativo-discursivas reveladoras de autoria, de diferentes tipos de interlocuções, de discursos, bem como convocam a exposição pessoal e subjetiva de cada sujeito tradutor, como indica Brait (2013).

Por fim, queremos destacar que, no âmbito das práticas discursivo ideológicas em Libras, este projeto revela a força motriz de uma prática sensível às condições sociais e emergenciais desse período de pandemia (ano de 2020) e corrobora a percepção de que a tradução, na

⁸ Na filosofia da linguagem, o cronotopo refere-se a como as configurações de tempo e espaço são representadas na linguagem e no discurso considerando que essas características de tempo-espaço são indissociáveis tanto na arte (literatura) quanto nos discursos em geral. Assim, os discursos reportam, refratam e se constituem de outros discursos vividos em tempos e espaços singulares.

verdade, transcende o produto em si e pode fazer a diferença na vida de muitas pessoas, indo além dos interlocutores idealizados.

Esperamos, assim, a partir das considerações até aqui levantadas, que nossos interlocutores possam ampliar sua potência de existir como tradutores e agentes de transformação social.

Agradecimentos

Agradecemos à Vanessa Martins (UFSCar) por nos autorizar o estudo do projeto “Atenção bilíngue virtual para crianças surdas em meio à pandemia do "Coronavírus" – COVID-19” por ela coordenado. Agradecemos também aos avaliadores pela contribuição com a leitura e os comentários sugeridos para este trabalho. Os erros remanescentes são de nossa responsabilidade.

Referências

ALBRES, Neiva Aquino; SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres; DE LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. Interações em redes sociais e as representações sobre a liderança da comunidade surda em textos verbo-visuais. **Calidoscópico**, São Leopoldo, v. 13, n. 2, p. 201-209, 2015. Disponível em:

<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2015.132.06>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BAKHTIN, Mikhail M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão; rev. trad. Marina Appenzeller. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Valdemir Miotello. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010 [1986].

BASSNETT, Susan. **Estudos da tradução: fundamentos de uma disciplina**. Tradução de Viviana de Campos. Figueiredo/Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

BRAIT, Beth. Linguagem e identidade: um constante trabalho de estilo. **Trabalho Educação e Saúde**, v. 2, n. 1, p.15-32, 2004. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1981-77462004000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 05 jul. 2020.

_____. Mikhail Bakhtin: movimentos de reconstituição da história de um pensamento.

Revista USP, São Paulo, n. 39, p. 158-173, set./nov. 1998. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/35080/37819/41223>. Acesso em: 05 jul. 2020.

_____. Olhar e ler: verbo-visualidade em perspectiva dialógica. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 43-66, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/16568>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 28 maio 2020.

GERALDI, João Wanderley. Alteridades: espaços e tempos de instabilidade. In: _____. **Ancoragens: estudos bakhtinianos**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.

GRILLO, Sheila V. de C. Fundamentos bakhtinianos para a análise de enunciados verbo-visuais. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 235-246, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59912/63021>. Acesso em: 08 ago. 2020.

KARNOPP, Lodenir Becker; KLEIN, Madalena; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise. Produção, circulação e consumo da cultura surda brasileira. In: _____. **Cultura surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações**. Canoas: Ed. ULBRA, 2011.

LINS, Heloísa de Matos; SOUZA, Regina Maria; NASCIMENTO, L.C.R. (Org.). **Plano Nacional de Educação e as Políticas Locais para a Implantação da Educação Bilíngue para Surdos**. 1. ed. Campinas: UNICAMP: FE, 2016. v. 1. 197p. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/atividades_inclusao/educacao_bilingue_para_surdos_unicamp_2016.pdf. Acesso em: 16 jul. 2019.

MACHADO, Flávia Medeiros Álvaro; FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. Comunidade surda e redes sociais: práticas de regionalidade e identidades híbridas. **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 9, n. 17, jan./jun. 2010, p. 33-49. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/469>. Acesso em: 05 jul. 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2019.

PAVANELLI-ZUBLER, Élidi P.; MOREIRA-LEITE, Joana Rodrigues; MASO, Luci Terezinha Kroetz Fernandes. O dialogismo na era digital. **Paidéia**, v. 11, n. 16, 2014.

PINHEIRO, Daiane. Produções surdas no youtube: consumindo cultura. In: KARNOPP, Lodenir Becker; KLEIN, Madalena; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise. **Cultura surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações**. Canoas: Ed. ULBRA, 2011.

PINO, Angel. O biológico e o cultural nos processos cognitivos. In: MORTIMER, E. F.; SMOLKA, A. L. B. (Orgs.). **Linguagem, cultura e cognição: reflexões para o ensino e a sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica. 2001. p. 21-62.

PYM, Anthony. **Teorias contemporâneas da tradução. Uma abordagem pedagógica.** Tradução de Ana Maria Chaves, Eduarda Keating, Fernando Ferreira Alves. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

ROHLING, Nívea. A pesquisa qualitativa e análise dialógica do discurso: caminhos possíveis. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 44-60, 19 dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/7561>. Acesso em: 05 jul. 2020.

ROJO, Roxane. Letramentos digitais: a leitura como réplica ativa. **Trab. linguista. apl.**, Campinas, v. 46, n. 1, p. 63-78, junho de 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132007000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 mar. 2021.

ROJO, Roxane. **Letramentos Múltiplos, escola e inclusão Social.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SANTOS, Silvana Aguiar dos; FRANCISCO, Camila. Políticas de tradução: um tema de políticas linguísticas? **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 2.939-2.949, abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2018v15n1p2939>. Acesso em: 24 maio 2019.

SANTOS, Silvana Aguiar; POLTRONIERI-GESSNER, dos Aline Vanessa. O papel da tradução e da interpretação para grupos vulneráveis no acesso à justiça. **Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 69-84, 2019. Disponível em: <http://revista.defensoria.df.gov.br/revista/index.php/revista/article/view/15/12>. Acesso em: 24 maio 2019.

SCHLEMPER, Michelle Duarte da Silva; **Traduções infantis para Libras: o conto como mediador de aquisição sinalar.** 2016. 167 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Versão eletrônica. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/176676>. Acesso em: 06 jul. 2020.

SEGALA, Rimar Ramalho. **Tradução intermodal e intersemiótica/interlinguística: português escrito para a língua de sinais.** 2010. 74 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução). Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Versão eletrônica. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/94582/283099.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 jul. 2020.

SILVEIRA, Carolina Hessel. Uma análise de comunidade do Orkut: diferentes representações de cultura surda e surdez. In: LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Elí Henn. **Aprendizagem e inclusão: implicações curriculares.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010. p. 119-247.

VOLÓCHINOV, Valentin (Círculo de Bakhtin). **Marxismo e filosofia da linguagem.** Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017. 373p.

La venganza del “interior” en tiempos de COVID-19: reactualización de relaciones de alteridad entre la Buenos Aires metropolitana y el “interior” argentino durante la pandemia

A vingança do “interior” nos tempos da COVID-19: re-significação das relações de alteridade entre a Buenos Aires metropolitana e o “interior” argentino durante a pandemia

The revenge of the “inland” in times of COVID-19: reviving relations of otherness between metropolitan Buenos Aires and the Argentine “interior” during the pandemic

Yanina Faccio¹

Johana Kunin²

Resumen: Las relaciones de alteridad en Argentina fueron esculpidas sobre las bases de un país escindido entre dos polos civilizatorios espacialmente cristalizados: Buenos Aires – identificada con la idea de “civilización” – y el “interior” – asociado con la “barbarie” –. Esta operación implicó una invisibilización de la heterogeneidad de la mayor parte del territorio argentino, que quedó englobado bajo la idea de “interior” y definido por ser “lo que no es Buenos Aires”. Los habitantes del supuesto “interior”, empero, lejos están de mantenerse pasivos o faltos de agencia respecto de esta posición en una dicotomía marcada por las asimetrías. Aquí abordamos el modo en que la crisis causada por el COVID-19 ha mostrado el dinamismo de las relaciones de alteridad entre Buenos Aires e “interior”, actualizadas en las prácticas y los sentidos de los actores sociales. Dadas las condiciones de la vida cotidiana en la región metropolitana de Buenos Aires, el COVID-19 proliferó más rápidamente que en otras zonas y así también lo hicieron las restricciones a la circulación de personas. Este fenómeno fue traducido discursivamente a través de las viejas dicotomías Buenos Aires/interior y civilización/barbarie, aunque invirtiendo la polarización y marcando nuevas jerarquías de poder. En este trabajo, analizamos dichas inversiones y las relaciones de alteridad que en ellas se evidencian a través de un corpus de artículos periodísticos, entrevistas etnográficas y memes que circularon durante la pandemia por internet.

Palabras clave: alteridad; memes; civilización/barbarie; Argentina; covid.

Resumo: As relações de alteridade na Argentina foram esculpidas com base em um país dividido entre dois polos civilizatórios espacialmente cristalizados: Buenos Aires – tradicionalmente identificada com a ideia de “civilização” – e o “interior” – associado com a “barbárie” -. Essa operação gerou a invisibilidade da heterogeneidade própria do território argentino, que foi englobada sob a ideia de “interior” e definida por ser “o que não é Buenos Aires”. Aqueles que habitam o suposto “interior”, no entanto, estão longe de permanecer passivos ou carentes de agência em face da referida posição numa dicotomia marcada pelas assimetrias. Neste artigo, postulamos que a crise causada pela COVID-19 evidenciou o dinamismo das relações de alteridade entre Buenos Aires e o interior, atualizado nas

¹ Yanina Faccio es licenciada y profesora en Letras (Universidad de Buenos Aires) y diplomada en Antropología Social y Política (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales). Actualmente se encuentra cursando el doctorado en Antropología Social en la Escuela Interdisciplinaria de Altos Estudios Sociales (IDAES) de la Universidad Nacional de San Martín (UNSAM), con una beca del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). E-mail: yfaccio@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7779-7845>

² Johana Kunin es doctora en Antropología Social (EHESS, Francia & IDAES, UNSAM). Actualmente lleva adelante su investigación posdoctoral en la Escuela Interdisciplinaria de Altos Estudios Sociales (IDAES) de la Universidad Nacional de San Martín (UNSAM) con una beca del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de Argentina (CONICET). E-mail: johanakunin@gmail.com / ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9809-4196>

práticas e nos sentidos dos atores sociais. Dadas as condições demográficas e materiais da vida cotidiana na região metropolitana de Buenos Aires, a COVID-19 proliferou mais rapidamente do que em outras partes do país, assim como as restrições à circulação de pessoas. Esse fenômeno foi, logo, traduzido discursivamente através das antigas dicotomias Buenos Aires/interior e civilização/barbarie, porém invertendo a antiga polarização e exibindo novas hierarquias de poder. Neste trabalho, analisaremos ditas inversões e as relações de alteridade que nelas se manifestam através de um corpus de artigos jornalísticos, entrevistas etnográficas e memes que circularam durante a pandemia na Internet.

Palavras-chave: alteridade; memes; civilização/barbarie; Argentina; covid.

Abstract: The relations of otherness in Argentina were sculpted on the basis of a country split between two spatially crystallized civilizing poles: Buenos Aires, related to the concept of “civilization”, and its “inland”, to “barbarism” –. This operation implied an invisibilization of the heterogeneity of most of the Argentine territory, encompassed under the idea of “inland”, defined as being “what Buenos Aires is not”. However, the inhabitants of the so-called “inland” are not passive or lack of agency when it comes to these long time definitions. Due to the demographic and material conditions of daily life in the Buenos Aires metropolitan region, COVID-19 proliferated much faster than in other regions, and so did the quarantine requirements. This did not take long to be translated through old dichotomies, such as Buenos Aires/inland or Civilization/barbarism, although reversing their hierarchical poles. In this paper, we will analyze these inversions and the relations of otherness that they express, through a corpus of newspaper articles, ethnographic interviews and memes that circulated during the pandemic on the Internet.

Keywords: otherness; memes; civilization and barbarism; Argentina; covid.

1. Introducción

La dicotomía civilización/barbarie ha sido un “dispositivo simbólico fundacional” (SVAMPA, 2010) para la nación argentina. Presente desde los orígenes de la literatura nacional, su versión más acabada puede encontrarse en el célebre ensayo *Facundo*, publicado en 1845 por Domingo Faustino Sarmiento desde su exilio en Chile. En esa obra, el autor sentó las bases escritas de un país escindido entre dos polos civilizatorios cristalizados espacialmente: de un lado, las ciudades – y, sobre todo, Buenos Aires con su puerto mirando a Europa – y, del otro, “las Pampas”, identificadas con el “interior”³ del país.

Una de las particularidades de los pares civilización/barbarie y Buenos Aires/interior es que, a lo largo de la historia argentina, han tendido a funcionar como una suerte de estructura o esquema descarnado y, por lo tanto, pasible de llenarse de nuevos contenidos según cada coyuntura nacional específica de modo tal que han tendido a traducirse y re-traducirse recursivamente. Svampa (2010) señala que los momentos de reemergencia de la díada civilización/barbarie han estado ligados, sobre todo, a contextos de particular virulencia política en el país. Si bien en la actualidad la sociedad argentina no se encuentra atravesando una

³ A lo largo de este artículo, utilizaremos el término “interior” entre comillas, puesto que, si bien es un vocablo muy presente en el lenguaje común argentino, no se trata, en verdad, de una región geográfica definida como tal científicamente. La categoría “interior” es relacional y no tendría razón de ser si no fuera por su correlato, que es “Buenos Aires”, entendida como el centro del país.

situación de este tipo, sí podemos considerar que está inmersa, a raíz de la pandemia provocada por el COVID-19, en una crisis signada por la incertidumbre en cuanto a la vida cotidiana y al futuro (VISACOVSKY, 2019; 2020). La proliferación del virus y las medidas sanitarias ligadas al aislamiento social y obligatorio – todo lo cual, sobre todo en los primeros meses de la pandemia, impactó de manera diferente en el Área Metropolitana de Buenos Aires y en otras regiones del país – han sido ocasión de un rebrote de estas dicotomías de largo aliento en la historia argentina.

Siguiendo los planteos de Said (2004) en relación con la categoría “Oriente” y los de Bonfil Batalla (1972) con la de “indio”, podemos decir que en el término “interior” se encuentra inscripta una relación de dominación por parte de su par opuesto, Buenos Aires. Esto implica una invisibilización de la heterogeneidad del territorio argentino, que queda englobado bajo un único vocablo, “interior”, entendido únicamente como “lo que no es Buenos Aires”. A lo largo de este artículo, sugeriremos que la crisis por el COVID-19 ha mostrado el dinamismo de las relaciones de alteridad ligadas a los pares interior/Buenos Aires y civilización/barbarie, traducidas y actualizadas desde los discursos, las prácticas y los sentidos de los actores sociales. Siguiendo a Krotz (1994), entendemos a las relaciones de alteridad como los encuentros y vínculos que los integrantes de un grupo dado establecen con los miembros de otro, a los cuales tienden a considerar, en un principio, como menos inteligibles. En la historia argentina, el “bárbaro” ha tendido a ser ese otro desconocido, lejano y “salvaje” habitante del “interior”, es decir, de ese “no-Buenos Aires”. Sin embargo, aquí podremos observar que, en el primer semestre de 2020, pandemia mediante, las cosas cambiaron y las jerarquías fundacionales encontraron una “ocasión ideal” para invertirse – en el discurso público, en los medios y en las redes – a través de, entre otros procedimientos, el humor y la burla.

El presente artículo se divide en cinco secciones. En la primera de ellas – “Concentraciones virales, demográficas y de poder” – damos cuenta, por un lado, de las situaciones sanitarias diferenciales que, durante los primeros meses de la pandemia, atravesaron la región metropolitana de Buenos Aires y el “interior”. Al final de esta primera sección y en la que le sigue – llamada “Civilización y barbarie en las Pampas argentinas” –, hacemos una reseña histórica acerca de los diferenciales de poder que ambas regiones del país han ostentado, así como de los tópicos discursivos que acompañaron dichas inequidades. Finalmente, en los últimos tres apartados– “De ciudades bárbaras y de campos civilizados”, “La venganza del ‘interior’ en tiempos de COVID-19” y “Y los memes se viralizaron más que el COVID-19” –, analizamos, a partir de un corpus de materiales actuales, las relaciones de alteridad entre ambas regiones, traducidas y actualizadas a la sombra del COVID-19.

2. Concentraciones virales, demográficas y de poder

Ante la situación de pandemia generada por la expansión del COVID-19, el 20 de marzo de 2020 el gobierno nacional argentino decretó la cuarentena, es decir, el aislamiento social preventivo y obligatorio (ASPO) en todo el país. Poco más de un mes después, el 26 de abril de 2020, la presidencia facultó a las veintitrés provincias argentinas y a la ciudad de Buenos Aires – capital nacional – para, dependiendo del caso, habilitar la circulación del “personal afectado a determinadas actividades y servicios” (Decreto 408/2020)⁴, siempre bajo la presentación de análisis científicos y estableciendo protocolos para garantizar el distanciamiento social. De este modo, las provincias – e, incluso, distintos distritos al interior de cada una de ellas – quedaron en diferentes “fases” de la cuarentena. Al 26 de julio de 2020, por ejemplo, la ciudad de Buenos Aires se encontraba en “fase 3”⁵ mientras que otras zonas del país se encontraban en “fase 5”. Entre el 1 y el 17 de julio de 2020 el área metropolitana de Buenos Aires (AMBA) – que incluye tanto al territorio de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires como a los cuarenta municipios de la provincia de Buenos Aires que se encuentran a su alrededor – se convirtió en la “excepción” del país, dada la cantidad de infectados y fallecidos en la región. A causa de ello, el presidente de la Nación junto al jefe de gobierno de la Ciudad de Buenos Aires y al gobernador de la provincia de Buenos Aires determinaron que esa área “retrocediera” a la fase 1 de cuarentena estricta, con fuertes limitaciones para la circulación y permitiendo únicamente la apertura de comercios de cercanía. Para el 24 de agosto de 2020, el AMBA ya detentaba un 80% del total de los nuevos contagios por COVID-19 en el país; esta alta proliferación del virus era correlativa con una situación demográfica muy específica, a saber, que en dicha zona se apiñaba, según el último Censo Nacional (INDEC, 2010), casi un 37% de la población total del país.⁶ El devenir político, económico y demográfico que llevó a este nivel de concentración poblacional en la ciudad de Buenos Aires y sus alrededores es un proceso de largo aliento que se remonta a épocas previas a la conformación de Argentina como un Estado independiente. Ya desde finales del siglo XVIII, en los tiempos del Virreinato del Río de la Plata, el puerto de

⁴ Fuente: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/228261/20200426>

⁵ Cabe destacar que las distintas fases implican diferentes grados de apertura de la vida social; si en la fase 1 se permiten únicamente las llamadas “actividades esenciales” – tales como la compra/venta de alimentos o medicamentos en tiendas y farmacias –, en la fase 5 se habilitan las reuniones públicas o la realización de espectáculos – aunque, siempre, sin llegar a una total “normalidad”, que recién quedaría establecida luego de una campaña de vacunación masiva –.

⁶ Según los datos del último Censo del Instituto Nacional de Estadísticas y Censos, de los 40.117.096 habitantes que el país tenía en total, unos 14.800.000 residían en el AMBA; esto es que casi un 36,9% de la población total de Argentina se concentraba en la ciudad de Buenos Aires y sus alrededores. Fuente: <https://www.indec.gob.ar/indec/web/Nivel4-Tema-2-41-135>

Buenos Aires había contribuido al crecimiento acelerado de la población de la ciudad. Allí, para ese entonces, ya se había empezado a conformar una “clase de comerciantes de exportación e importación de origen contrabandista” (VAPNARSKY; GOROJOVSKY, 1990, p.29) que, una vez independizado el país, pugnó por mantener el control y el monopolio sobre el puerto y sobre la ciudad, evitando su federalización. Esto fue motivo para, según Vapnarsky y Gorojovsky (1990, p.30), el desencadenamiento de las guerras civiles que enfrentaron a los partidos federal y unitario durante la primera mitad del siglo XIX. De un lado, los federales abogaban por las autonomías provinciales y por una serie de principios – ligados a la defensa de las economías regionales y a sus posibilidades de conexión para comerciar libremente – tendientes a dotar de igualdad de condiciones a todos los territorios del país. En este orden de cosas, los federales consideraban que tanto el puerto de Buenos Aires como su aduana debían nacionalizarse.⁷ Del otro, sus contrincantes, pertenecientes al partido unitario, pretendían la unificación de las provincias, aunque bajo un modelo de país centralizado en Buenos Aires en el cual esta mantuviera el control sobre el puerto.

Si bien el devenir de esta oposición lejos estuvo de ser lineal, podemos decir que, para 1880, una vez consolidado el período de organización nacional, la ciudad de Buenos Aires y su puerto se federalizaron – es decir dejaron de pertenecer a la provincia de Buenos Aires y pasaron a ser patrimonio nacional –, lo cual no implicó, empero, que el mapa del país dejara de quedar centralizado en la ciudad y su puerto, sino más bien todo lo contrario. El modelo agroexportador (1880-1930), consistente en la producción y exportación de productos agrícolas a Europa como motor del desarrollo económico nacional (BULMER-THOMAS, 1994), fue zanjando un mapa del país cuyas conexiones de terminaban en el puerto de Buenos Aires. Esta centralidad porteña⁸ se siguió consolidando en la década de 1940, con el “modelo de sustitución de importaciones”, que buscó beneficiar el desarrollo industrial del país y que generó una primera oleada migratoria de las provincias del país a las ciudades – y, sobre todo, a Buenos Aires y sus alrededores – donde las fábricas comenzaban a proliferar. La población migrante interna fue denominada “cabecita negra”, expresión con un sentido fuertemente peyorativo que nombraba el campo de lo abyecto para la oligarquía y para algunos sectores de las clases medias urbanas formadas

⁷ Los federales eran representantes de las soberanías provinciales y de las montoneras; quienes sostenían esta posición política eran los gauchos que se negaban a ser proletarizados y las élites de las pocas ciudades que en ese entonces existían en el “interior” del país, que buscaban mantener sus negocios y poder en las provincias. Al interior de los federales, sin embargo, debe destacarse que había diferencias; por ejemplo, los federales de la provincia de Buenos Aires – es decir, los estancieros bonaerenses –, que, si bien defendían la soberanía de las provincias, se asemejaban a los unitarios en lo tocante al control de la aduana y las relaciones con Inglaterra.

⁸ “Porteño” y “porteña” derivan de la palabra puerto, y son los gentilicios que designan a quienes nacen o residen en la ciudad de Buenos Aires, capital argentina.

(BLAZQUEZ, 2008). Estos migrantes se terminaron asentando en áreas urbanas y periurbanas marginalizadas del AMBA, y fueron origen o multiplicadores de la densificación poblacional de las llamadas también despectivamente “villas”. Así, las relaciones de alteridad entre Buenos Aires y el “interior” también se reactualizaron, en tanto los habitantes de la “barbarie” pasaron a residir cerca de los “civilizados”.

Si bien en la actualidad el crecimiento demográfico del AMBA se encuentra porcentualmente estancado en comparación con el de las aglomeraciones medianas argentinas, la región continúa constituyendo una de las zonas más pobladas del país y manteniendo una gran centralidad material y simbólica, cristalizada en el refrán popular que reza “Dios existe en todos lados pero atiende [solo] en Buenos Aires”. Por otra parte, es importante destacar la situación paradójica de que, aunque allí se produzca el 48% del producto bruto interno (PBI) nacional, se trata, al mismo tiempo, de un área marcada por una profunda desigualdad estructural, en tanto constituye la segunda zona más pobre de Argentina.⁹

3. Civilización y barbarie en las Pampas argentinas

En el apartado anterior, veíamos cómo el COVID-19 había afectado con más intensidad la zona del AMBA a causa de, entre otros factores, su alta concentración demográfica. También, reconstruimos someramente los procesos socioeconómicos que llevaron a que dicha región se configurara como centro material y simbólico del territorio argentino. En relación con este estatus jerarquizado de Buenos Aires, aquí realizaremos una breve semblanza de las ideas que, desde los inicios de la nación argentina, han circulado en torno a la ciudad porteña y a su contrapartida, el “interior”. Este breve *racconto* nos permitirá echar luz sobre el corpus textual ligado al actual COVID-19 que analizaremos en los apartados que siguen.

En 1845, Domingo Faustino Sarmiento escribió el célebre ensayo *Facundo o civilización y barbarie en las Pampas argentinas*. El autor compuso esta obra fundacional en Chile – donde debió exiliarse a causa de su oposición al gobierno federal de Juan Manuel de Rosas¹⁰ – inspirándose en un tópico de fuerte raigambre en la historia de la cultura occidental, a saber, el

⁹ Fuente: <http://www.observatorioamba.org/noticias-y-agenda/noticia/el-amba-pieza-clave-para-el-desarrollo-de-argentina>

¹⁰ Juan Manuel de Rosas, estanciero bonaerense, se desempeñó como gobernador “con facultades extraordinarias” de la provincia de Buenos Aires a partir de 1829 y, posteriormente, entre 1835 y 1852, fue el principal caudillo de la Confederación Argentina, alianza de catorce provincias argentinas de raigambre federal. Durante su gobierno, ejerció una fuerte persecución sobre sus contrincantes, muchos de los cuales debieron exiliarse para conservar su vida. Se trata de una figura histórica muy compleja y controvertida en Argentina. Ver Canavessi, 2012; Di Meglio, 2012; Salvatore, 2014; Fredkin y Gelman, 2015.

de los pueblos civilizados y los pueblos bárbaros. Orientado por la antigua dicotomía, Sarmiento escindió discursivamente a la joven nación argentina en dos órdenes irreconciliables; por un lado, los centros urbanos del país y, sobre todo, Buenos Aires, identificados con la civilización; por otro, el territorio de las Pampas argentinas,¹¹ cristalizadas bajo la metáfora del “desierto” (RODRÍGUEZ, 2010) y equiparadas con la barbarie:

El hombre de la ciudad viste el traje europeo, vive de la vida civilizada tal como la conocemos en todas partes; allí están las leyes, las ideas de progreso, los medios de instrucción, alguna organización municipal, el gobierno regular, etcétera. Saliendo del recinto de la ciudad todo cambia de aspecto: el hombre de campo lleva otro traje, que llamaré americano por ser común a todos los pueblos; sus hábitos de vida son diversos, sus necesidades peculiares y limitadas; parecen dos sociedades distintas, dos pueblos extraños uno de otro. Aún más: el hombre de la campaña, lejos de aspirar a semejarse al de la ciudad, rechaza con desdén su lujo y sus modales corteses, y el vestido del ciudadano, el frac, la silla, la capa, ningún signo europeo puede presentarse impunemente en la campaña. Todo lo que hay de civilizado en la ciudad está bloqueado allí, proscrito afuera [...] [*En las pampas*] La sociedad ha desaparecido completamente: queda sólo la familia feudal, aislada [...] y no habiendo sociedad reunida, toda clase de gobierno se hace imposible: la municipalidad no existe, la policía no puede ejercerse y la justicia civil no tiene tiempo de alcanzar a los delincuentes. (SARMIENTO, 2000, p. 49)

En este fragmento, que resulta representativo de la postura del autor a lo largo de la obra, el campo aparece como un espacio situado alacrónicamente (FABIAN, 1993) en el pasado, y más particularmente, dada la mención a la “familia feudal”, en la Edad Media. Como tal, se trataría de un espacio social premoderno y por lo tanto carente de instituciones republicanas. En el “interior”, entonces, no habría, según Sarmiento, ley ni organismos capaces de aplicarla (tales como “la policía” o la “justicia civil”) así como tampoco gobierno, identificado con la idea de “municipalidad”. La única organización allí existente sería “la familia feudal aislada”, conformada por “hombres de campo”, entendidos como actores de “necesidades limitadas”. En las ciudades, en contraste, sí dominaría “las leyes, las ideas de progreso, los medios de instrucción, alguna organización municipal” y “el gobierno regular”, así como los “signos europeos”, identificados con los modales y las maneras de vestir.

La domesticación de las “Pampas” – discursivamente construidas como territorios desiertos e indómitos (RODRÍGUEZ, 2010) – era uno de los objetivos que se planteaban los proyectos de país bajo cuyo ideario se terminó de organizar a Argentina a fines del siglo XIX. En efecto, una vez concluida la “conquista del desierto” (1878-1885), avance bélico que implicó

¹¹ Gorelik (1999) denomina “pampeano-céntrica” a esta perspectiva que identifica a todo el territorio argentino con el paisaje geográfico y cultural pampeano.

el despojo de los pueblos originarios que habitaban gran parte del actual territorio argentino, el gobierno nacional propició la llegada de inmigrantes europeos para poblar – y “civilizar” – el “interior” del país, desplazando, además, a los gauchos u “hombres de campo” que Sarmiento describía en *Facundo*.¹²

Según la tesis de Svampa (2010), la dicotomía sarmientina civilización/barbarie se ha constituido en Argentina como un “dispositivo simbólico fundacional” que marca una manera de concebir la política basada en “oposiciones irreductibles” en la que “no hay diálogo, sino ruptura y oposición con el otro” (SVAMPA, 2010, p.6). Para esta autora, dicho orden binario resulta fundante no solo de la manera de hacer y experimentar la política en el país sino también de la propia cultura nacional; o, dicho de otro modo, se trata de una dicotomía que se ubica precisamente en el cruce entre la política y la cultura argentinas.

Siguiendo a Brenna (2015), podemos agregar, además, que la escisión civilización/barbarie tiene fuertes anclajes geográficos, de modo tal que “el entrecruzamiento con diferencias sociales, culturales y políticas teje distintas configuraciones de la idea de escisión y del modo en que los sujetos se vinculan, se mueven y comprenden el espacio en el que esa fractura se inscribe” (BRENNNA, 2015, p. 148). De ahí que la dicotomía sarmientina encuentre una filiación tan visible y persistente en las relaciones de alteridad entre “Buenos Aires” y el “interior del país”. En este sentido, la categoría “interior” es, como ya lo indicamos en la Introducción, profundamente relacional, en tanto no tendría razón de ser si no fuera por su par opuesto, “Buenos Aires”, entendida hegemónicamente como el “centro” del país.

Así las cosas, los pares civilización/barbarie y Buenos Aires/interior han funcionado como una suerte de esquema semántico pasible de llenarse de nuevos contenidos según la coyuntura nacional dada, de modo tal que ha tendido a traducirse y re-traduciéndose recursivamente según “los signos de los tiempos”. Como lo señala Svampa, “la imagen [civilización/barbarie] constituye sin duda una metáfora más o menos recurrente del lenguaje político, que reaparece en momentos de confrontación política aguda y a través de la cual la sociedad presenta sus divisiones bajo la forma de antagonismo inconciliable” (SVAMPA, 2010, p. 4).

¹² Sobre la perspectiva de Sarmiento referente a los gauchos, basta leer algunas de las líneas que le escribe Bartolomé Mitre, quien fuera gobernador de la provincia de Buenos Aires y luego presidente de la Nación, en 1861: “se nos habla de gauchos... la lucha ha dado cuenta de ellos, de toda esa chusma de haraganes. No trate de economizar sangre de gauchos. Este es un abono que es preciso hacer útil al país. La sangre de esa chusma criolla incivil, bárbara y ruda es lo único que tienen de seres humanos” (carta de Domingo Faustino Sarmiento a Bartolomé Mitre, fechada el 20 de septiembre de 1861. Disponible en: https://cdn.educ.ar/repositorio/Download/file?file_id=d572523b-779b-4cc2-9321-349b0603a6e3).

Es más, la persistencia de este binomio ha implicado, en ocasiones, la inversión de la identificación ciudad/civilización e interior/barbarie – tal como veremos que viene ocurriendo en la actualidad, y más a la luz de la pandemia –. Por ejemplo, a comienzos del siglo XX, época de una de las mayores olas migratorias provenientes de Europa, que tuvo una alta concentración en Buenos Aires, el “interior” empezó a ser identificado por la intelectualidad porteña con los valores más puros de la “argentinidad”, mientras que la capital comenzó a ser caracterizada por un cosmopolitismo disolvente y decadente. Es que una parte de los inmigrantes de ultramar había traído, además de bríos europeos, ideas socialistas y anarquistas que lejos estaban de las previsiones de la élite gobernante argentina. Mientras tanto, el “interior” y sus gauchos, que ya no representaban un riesgo puesto que los ejércitos federales habían sido derrotados, fueron transformados en la quintaescencia del ser nacional – de modo tal que *El gaucho Martín Fierro*, de 1872 (HERNÁNDEZ, 2000), quedó coronado, por ejemplo, como pieza privilegiada del canon literario argentino –. Esta inversión de la habitual correlación ciudad/civilización e interior/barbarie, sin embargo, lejos estuvo de disolver la estructura dicotómica en sí misma, lo cual nos da una muestra de su eficacia simbólica persistente.

A nivel lingüístico, la dicotomía civilización/barbarie puede pensarse, también, como un tópico discursivo que, inicialmente acuñado en un registro escrito, culto y literario, ha tendido a difundirse en el campo del discurso político posterior y, también, en el lenguaje popular argentino. En los apartados que siguen, nos concentramos en los modos en los que, en este particular momento de crisis social, dichos “tópicos extrínsecos” (BRUXELLES Y CHANAY, 1998; AMOSSY Y PIERROT, 2010) han emergido en medios de comunicación y redes sociales, por fuera del registro culto y literario. El corpus que analizaremos se compone de una selección de artículos periodísticos publicados en medios de alcance nacional y, por otro, en un conjunto de memes (MUÑOZ VILAR, 2014; GUTIÉRREZ, 2019; CÉSPEDES, 2020) que han circulado de manera anónima por redes sociales y servicios de mensajería desde los inicios de la pandemia. Por otra parte, eventualmente incorporamos al análisis fragmentos de entrevistas que las autoras hemos realizado de manera virtual a treinta habitantes de municipios del noroeste localizados en la provincia de Buenos Aires – es decir, en el “interior” y fuera del AMBA – en los que realizamos hace ya varios años trabajo etnográfico. A lo largo de nuestro análisis, veremos que las relaciones asimétricas que han tendido a existir entre la ciudad de Buenos Aires y el “interior” se ven, COVID-19 mediante, subvertidas, ya a través de la burla (FRATICELLI, 2018) a los porteños, ya a través de la idealización de la vida provinciana. Específicamente sobre esta última operación nos detendremos en el apartado que sigue.

4. De ciudades bárbaras y de campos civilizados

En julio de 2020, el periódico de circulación nacional *La Nación* publicaba un artículo llamado “¿Querés dejar la ciudad? Seis pueblos bonaerenses con oportunidades para irse a vivir”.¹³

La provincia de Buenos Aires es la más poblada del país con poco más de 17 millones de habitantes. En su territorio concentra el 38% de la población argentina. Sólo en el AMBA hay casi 15 millones. Sin embargo, de los 135 distritos que la componen, 70 tienen menos de 35.000 habitantes, y dentro de este grupo, existen 310 pueblos con menos de 500 habitantes. La pandemia acrecentó el interés de abandonar la gran ciudad para habitar alguna de estas localidades mínimas. Alcanzar una mejor calidad de vida, más libertad y un contacto directo con la naturaleza son algunas de las razones por las que se busca este cambio [...] “La pandemia nos confirma que si hubiésemos estado viviendo en un lugar con más espacio libre por persona ya estaríamos en otra fase y no yendo para atrás y para adelante sin entender nada de lo que pasa”, afirma Lorena [...] El confinamiento urbano agita los deseos de poder vivir con más libertad. La despoblación del interior del mapa bonaerense abona ese sueño [...] El coronavirus acelera el proceso de cambiar y vivir en el ámbito rural. Buscamos una forma de vida más sana y tranquila que la ciudad ya no nos brinda”.

Quien firmaba la nota era Leandro Vesco, un periodista que colabora frecuentemente con el periódico *La Nación* y otros medios y que, además, en 2007 fundó una ONG, llamada Proyecto Pulpería,¹⁴ desde la que se propone visibilizar la situación de despoblamiento rural argentino¹⁵ y buscar soluciones para revertirlo. Siguiendo este objetivo, algunas de las principales acciones de la ONG son la instalación de espacios de sociabilidad pública (tales como bibliotecas o centros culturales) en pequeñas aglomeraciones rurales así como fomentar la migración planificada de familias que deseen dejar la ciudad para instalarse en el campo. Tanto Leandro Vesco como otras figuras que forman parte de ONG similares a Proyecto Pulpería – tales como la Asociación Responde¹⁶ o la ONG internacional Es Vicis¹⁷ – suelen ser consultados por los medios de comunicación para dar su aporte, en calidad de “expertos”

¹³ VESCO, Leonardo. “¿Querés dejar la ciudad? Seis pueblos bonaerenses con oportunidades para irse a vivir”, *La Nación*. 17/07/2020: <https://www.lanacion.com.ar/sociedad/quieres-dejar-ciudad-seis-pueblos-bonaerenses-buscan-nid2398684>

¹⁴ Sitio web de Proyecto Pulpería: <https://www.proyectopulperia.com.ar/>

¹⁵ Al menos desde mediados del siglo XX, las regiones rurales de Argentina – sobre todo en la región pampeana – han pasado por fuertes procesos de emigración hacia zonas urbanas, que llevaron a que las aglomeraciones de menos de 2000 habitantes sufrieran agudos procesos de decrecimiento demográfico. Una de las principales causas de este “éxodo” ha sido la tecnificación de las actividades agrícolas, que ha implicado una disminución del requerimiento de mano de obra en ese medio.

¹⁶ Aquí puede accederse al sitio web de la Asociación: <https://www.responde.org.ar/>

¹⁷ Aquí puede verse el sitio web de la ONG: <https://esvicis.org/>

(BEST, 2017), acerca del “desequilibrio demográfico” en Argentina. A través de los medios, estos actores sociales refuerzan y fomentan tópicos discursivos acerca de la ciudad y del campo de larga raigambre en Occidente, según los cuales la primera sería *locus* “un lugar de ruido, de vida mundana y de ambición” y el segundo, de “paz, inocencia y virtud simple” (WILLIAMS, 2011, p.25). Desde esta perspectiva los pueblos del “interior” son presentados discursivamente como espacios en los que predominaría el contacto con la “naturaleza” y una vida marcada por “la seguridad y la solidaridad”,¹⁸ mientras que la ciudad queda identificada con discursos como el que sigue, enunciado por Cintia Jaime, vocera de la fundación Es Vicis:

Nos convencimos -o nos convencieron- de que las grandes ciudades son las únicas que ofrecen oportunidades de crecimiento y desarrollo. Una paradoja, si se considera que es donde se encuentran los principales bolsones de pobreza, falta de empleo, barrios marginados, carentes de servicios básicos y las estadísticas más altas de inseguridad.¹⁹

Esta afirmación, enunciada por una “experta”, se hace de un conjunto de tópicos frecuentes para describir a Buenos Aires, que no es ya simplemente la Buenos Aires capital del país sino sobre todo la Buenos Aires de la Región Metropolitana de Buenos Aires – con las periferias que forman parte de ella –. Esta AMBA suele ser evocada, desde el discurso público, como un espacio que crece de manera “descontrolada”, sin planificación urbana, y en el que “el delito” y “el desorden” se encuentran inextricablemente unidos (SEGURA, 2015, p.132). La ciudad y el “conurbano” aparecen, así, representados como espacios anómicos, es decir, caracterizados por la pérdida de los lazos sociales fundamentales. Es decir que los rasgos de aquel “interior” indómito que Sarmiento imaginaba en *Facundo* tendrían ahora, según ciertas representaciones, más puntos en común, paradójicamente, con el AMBA:

La sociedad ha desaparecido completamente: queda sólo la familia feudal, aislada [...] y no habiendo sociedad reunida, toda clase de gobierno se hace imposible: la municipalidad no existe, la policía no puede ejercerse y la justicia civil no tiene tiempo de alcanzar a los delincuentes. (SARMIENTO, 2000, p. 51)

Mientras tanto, las Pampas, otrora denostadas por el mismo autor, se han convertido – para estos expertos a favor del repoblamiento rural y para cierto sector de las clases medias al que ellos pertenecen (QUIRÓS, 2019; FACCIO Y NOEL, 2019) – en espacios virtuosos en los

¹⁸ <https://www.lanacion.com.ar/sociedad/queres-dejar-ciudad-seis-pueblos-bonaerenses-buscan-nid2398684>

¹⁹ JAIME, Cintia. Coronavirus: el futuro está en los pueblos. *La Nación*. 30/04/2020. <https://www.lanacion.com.ar/opinion/coronavirus-futuro-esta-pueblos-nid2359966>

que predominarían los valores de la naturaleza, la seguridad y la buena sociabilidad; es decir, como lugares en los que sí regirían la ley, el buen gobierno y ahora, más que nunca, también la buena salud. Las comunicaciones mediáticas en las que estas ONG llaman a repoblar el “interior” imaginan, en relación con esto, un interlocutor que no es sino el habitante de AMBA de clase media, con cierto poder adquisitivo para invertir, aficionado a la naturaleza y detentor de valores morales ligados a la familia:

Con el dinero de la venta de un inmueble en la ciudad, se puede comprar un campo y vivir en familia, rodeado de naturaleza [...] "Las familias que llegan serán refundadoras del pueblo", completa. Hoy viven allí 120 habitantes. Y están dadas todas las condiciones recibir nuevos habitantes.²⁰

En la primera cita de este apartado, veíamos cómo la actual situación de cuarentena aparecía presentada como una nueva invitación a visualizar la situación de hacinamiento y caos social de AMBA, que se habría tornado un espacio más contaminante y monstruoso (DOUGLAS, 1973) que nunca, en tanto *locus* de alta proliferación de un virus. Ante esta situación, el “interior” – benigno e idealizado – se volvería un territorio deseable para albergar a quienes, hacinados, quieren “huir de la metrópolis y de la pandemia” (DE ABRANTES *et al.*, 2020).

Mientras tanto, estos mismos tópicos circulan entre los propios habitantes de las pequeñas aglomeraciones del “interior” de la provincia de Buenos Aires, donde las autoras de este artículo hacemos trabajo etnográfico – actualmente a distancia, a través de las redes sociales y de servicios de mensajería como *whatsapp* –. Cuando les preguntábamos a nuestros interlocutores e interlocutoras si creían que había diferencias entre cómo se vivía la pandemia en AMBA y en sus localidades de residencia, las respuestas que recibíamos tenían fuertes puntos en común – aunque, como veremos, también algunas diferencias – con el discurso de voceros públicos como Vesco o Jaime, a quienes hemos citado. Por ejemplo, una docente de una escuela secundaria rural nos decía – y este enunciado resulta representativo de todos los que hemos elicitado – que “en el AMBA se vive de una manera más complicada por la cantidad de casos que existen y también por la densidad de población y por la dificultad de disminuir la circulación”. Una estudiante de 17 años residente en una localidad de 33.000 habitantes del noroeste de la provincia de Buenos Aires nos comentaba, de manera más radical, que “siento que la cuarentena en Buenos Aires es un infierno”. Mientras tanto, el aislamiento en sus localidades de residencia

²⁰ <https://www.lanacion.com.ar/sociedad/quieres-dejar-ciudad-seis-pueblos-bonaerenses-buscan-nid2398684>

era experimentado como una situación menos “infernal” por varias razones. En primer lugar, por la posibilidad de contar con espacios al aire libre en el hábitat cotidiano, como nos lo expresaba una docente de 34 años:

Acá, las viviendas, sean del tipo que sean, contemplan patios y veredas y posibilidades de estar en contacto con el aire libre, plantas, animales, sol, agua, generando, en los habitantes, otras vivencias, sensaciones, circulaciones, situaciones de encuentro físico con otras personas, que, en otras localidades más urbanizadas, donde la presencia del contacto con la naturaleza en la vida cotidiana diaria, es otra (entrevista personal, julio 2019).

Por otra parte, al mismo tiempo que se presentaba como recurrente la idea de “vivir la cuarentena con más libertad”, también hacían aparición los límites a esa libertad, a saber, el nivel de control social que hacía que “sobre todo que acá si hay un caso no sólo sabemos eso, sino quién es, dónde trabaja, dónde estuvo, etc.”. De acuerdo con nuestros interlocutores, la falta de anonimato llevaba, por un lado, a que la gente se cuidara más y, por otro, a que se dieran con frecuencia situaciones de violencia y de persecución a quienes padecían el virus. Este tipo de evento, por otra parte, suele quedar por fuera del modo en el que las voces metropolitanas construyen discursivamente, desde los medios, el carácter de las relaciones sociales en los pueblos, asociados inequívocamente con la tranquilidad y la solidaridad.

5. La venganza del “interior” en tiempos de COVID-19

Como lo hemos mostrado hasta aquí, ante la situación de pandemia, enunciadores metropolitanos y no metropolitanos identificaban – en un discurso bastante extendido en el país – al “interior” como un espacio idealizado, en el que la calidad de los vínculos sociales aseguraba una vida más “civilizada” que en el AMBA, entendida, en contrapartida, como un espacio hacinado y signado por el caos social, rasgos que el COVID-19 y la situación de cuarentena no habrían hecho más que poner en relieve. Estos discursos ponían nuevamente en escena una “fractura espacial” (BRENNA, 2015) – Buenos Aires/interior – constitutiva de la idea de nación argentina, aunque cambiando el signo sarmientino, al identificar Buenos Aires con barbarie e “interior” con civilización.

Ahora bien, en los discursos reproducidos mediáticamente, no solo hace aparición una calificación centrada en los espacios – como la que hemos presentado en el apartado anterior – sino también en sus habitantes, sobre todo en “los porteños”, acerca de los cuales se llegan a

esbozar verdaderos estereotipos.²¹ En relación con esto, en el país hubo dos eventos particulares que involucraron a los habitantes de Buenos Aires y que provocaron cierto grado de controversia pública. Por un lado, en junio de 2020, el gobierno de la ciudad, con el visto bueno de la presidencia nacional, habilitó a la población a realizar actividad física – sobre todo a salir a correr y a andar en bicicleta – en parques y espacios abiertos. Por otro, a fines de mayo, se organizó la primera marcha anti-cuarentena²² del país, cuyo epicentro fue el Obelisco, emblemático monumento ubicado en el centro de Buenos Aires. Estas situaciones generaron enojo e indignación entre amplios sectores de la población argentina, que tendieron a expresarse con un fuerte tinte anti-porteño.

El médico Luis Cámara, asesor del presidente de la Nación y originario de la provincia de Corrientes, hizo, por ejemplo, las siguientes declaraciones en relación con los *runners*, las cuales fueron rápidamente difundidas en distintos medios de comunicación del país:

Encima [los *runners*] son unos millennials estúpidos y se dan besos en el espejo. Son los mismos que se fueron de vacaciones en la pandemia y después decían rescátenme, rescátenme (...) Esta histeria porteña nos está volviendo locos a todos. Ustedes son rosarinos²³. Yo soy correntino²⁴ y sabemos que los porteños son insoportables. Se pusieron histéricos, parece que si no salían de sus casas se morían, y es al revés. Hay una especie de sensibilidad comunitaria que no logran ver.²⁵

Esta declaración presenta una imagen de los porteños tomando una serie de predicados que, como veremos en el apartado que sigue, se han repetido en otros soportes. En primer lugar, los habitantes de Buenos Aires, en tanto tienen la posibilidad de irse de vacaciones, son retratados como personas con alto poder adquisitivo. En segundo lugar, se trataría de personas vanidosas y extremadamente preocupadas por su imagen personal, a punto tal de que se desesperan si no pueden hacer deporte para mantenerse en forma y verse bien – para “darse besos en el espejo” –. Y, en estrecha relación con estas actitudes, los porteños serían caprichosos

²¹ Siguiendo la reconstrucción que Goffard hace del término, entendemos que estereotipar “guarda relación tanto con un entendimiento simplificado de los otros como con percepciones rígidas e imágenes estructuradas que asociamos a determinados grupos humanos, anulando su individualidad” (GOFFARD, 2018, p. 153).

²² Las marchas anti-cuarentena, que durante la pandemia han proliferado en distintas ciudades del mundo, en Argentina han aunado a personas que se manifiestan contra las medidas de prevención tomadas por el gobierno, apelando a posiciones similares a las de los antivacunas, los terraplanistas, los “provida”, los libertarios y los nacionalistas. Para más detalles: <https://contraeditorial.com/infectadura/>

²³ “Rosarino” es el gentilicio para referir a los habitantes de la ciudad de Rosario (provincia de Santa Fe), tercera ciudad más poblada del país.

²⁴ “Correntino” es el gentilicio para hacer referencia a los habitantes de la provincia de Corrientes, localizada en la región noreste del país.

²⁵ https://www.clarin.com/sociedad/furia-medico-asesora-alberto-fernandez-histeria-portenos-volviendo-locos-0_uNrY9nMq4.html

e incapaces de acatar las normativas de la cuarentena con dignidad; por eso, de manera infantil, se resistirían a las autoridades, frente a las cuales se quejarían como “histéricos”. En conclusión, el estereotipo aquí presentado se encuentra marcado por aspectos hegemónicamente entendidos como femeninos – la preocupación por el aspecto físico, por ejemplo – y, también, como infantiles – los caprichos y el mal comportamiento frente a las autoridades –. Esto es, los porteños aparecen presentados como figuras ubicadas en el polo opuesto de la masculinidad hegemónica. Estas ideas están en línea con trabajos anteriores de las autoras de este artículo, en los que mostramos cómo, de manera previa a la emergencia del COVID-19, en las zonas rurales de la provincia de Buenos Aires se sostenía que los “hombres de verdad” estaban en el “interior” del país (KUNIN, 2019). En este sentido, el porteño que aquí se presenta no se aleja mucho del personaje del joven unitario que, en el cuento *El Matadero* de Esteban Echeverría,²⁶ ingresa, con sus atuendos elegantes y de estilo europeo y su manera de hablar culta y refinada, a un espacio hostil dominado por matarifes federales dispuestos a burlarse de él y a divertirse a su costa:

Mas de repente la ronca voz de un carnicero gritó: - ¡Allí viene un unitario! -
y al oír tan significativa palabra toda aquella chusma se detuvo como herida
de una impresión subitánea.
- ¿No le ven la patilla en forma de U? [...]
-Perro unitario.
-Es un cajetilla.²⁷
-Monta en silla como los gringos (ECHEVERRÍA, 2009, p.115)

Volviendo a la descripción que el Dr. Cámara hacía de los porteños, un último rasgo que se les atribuía era su falta de “sensibilidad comunitaria”, evidenciada en el hecho de que antepondrían sus vanos caprichos – como hacer *running* – al bienestar de la población general, cuya salud podría verse afectada por sus reiteradas salidas deportivas a los parques. En este sentido encontramos una homología entre la Buenos Aires “centro de un país al que le da la espalda” – a la que hacíamos referencia en el primer apartado de este artículo – y sus habitantes, que se darían besos en el espejo de manera narcisista mientras que al mismo tiempo se despreocuparían de la comunidad que los rodea.

La primera marcha anti-cuarentena en la capital del país, a fines de julio, fue un nuevo motivo para que se escucharan voces críticas. Por ejemplo, el gobernador de la provincia de La

²⁶ Esteban Echeverría fue un escritor de la llamada “Generación del ’37”. En “El matadero”, escrito a fines de la década de 1830 y publicado póstumamente en 1871, esboza una dura crítica al gobierno del federal Juan Manuel de Rosas, identificándolo alegóricamente con un matadero.

²⁷ “Cajetilla” es un término propio del dialecto rioplatense; se usa para referir a una persona que se comporta de manera presumida o arrogante por ser de una posición social superior o por vestir con elegancia.

Pampa, Sergio Ziliotto, espetó ante los medios que: “Lamentablemente, a la Argentina que trabaja le sobran muchos porteños”.²⁸ En esta afirmación, los habitantes de Buenos Aires aparecen calificados como vagos y por lo tanto como un colectivo claramente distinto de “la Argentina que trabaja”, que residiría en “el interior” del país.²⁹ Esto se vincula, sin dudas, con el hecho de que las actividades de sectores agropecuarios y de alimentos – que se realizan fuera del AMBA – fueron, por decreto nacional, declaradas como esenciales y, por lo tanto, no discontinuadas en el marco del aislamiento social. Estas declaraciones sugieren que mientras los porteños – residentes en una localidad privilegiada – no continuarían con sus actividades laborales y además se quejarían de la cuarentena, en muchas provincias las personas sí seguirían trabajando para sostener el producto bruto interno nacional.³⁰

Para cerrar este apartado, podemos decir que, así como en el caso de los discursos que idealizaban la pandemia en el “interior” y que la veían como “un infierno” en la ciudad, aquí también, nuevamente, la oposición Buenos Aires/ “interior” se vuelve a activar, aunque con un tono burlón e inyectivo. En el apartado que sigue, veremos que, desde las redes y en el anonimato, esta oposición y los estereotipos a ella asociados también circularon, más afilados que nunca.

6. Y entonces los memes se viralizaron más que el COVID-19

Figura 1: meme viralización de audios



Fuente: compartido por Facebook (mayo 2020)

²⁸ https://www.clarin.com/politica/polemica-frase-gobernador-pampa-argentina-trabaja-sobran-portenos-_0_D8Hut5h-P.html

²⁹ En trabajos previos (KUNIN, 2019) ya mostramos que en distritos rurales del “interior” se considera “trabajo de verdad” a todo lo que rodea al campo: soja, trigo, carne y leche. Así, el “trabajo de verdad” implica, en muchos casos, el uso de la fuerza física y/o abundantes réditos económicos como resultante, ambos elementos asociados con un modelo de masculinidad hegemónica.

³⁰ Esta declaración es, por supuesto, simplificadora. Para más información acerca de los impactos económicos y laborales de la pandemia según cada región, ver: <https://alquimiaseconomicas.com/2020/07/12/un-primer-analisis-del-impacto-economico-regional-de-la-pandemia-de-covid-19-en-argentina/>

En los primeros meses de la pandemia, asistimos a una marcada viralización de memes – en *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, *Whatsapp* y sitios web dedicados a la circulación de ese tipo de mensaje – en los que se tematizaban las diferencias entre la experiencia de la pandemia en AMBA y en el “interior” del país. En este marco, las características que los enunciadores mediáticos predicaban – como veíamos en los apartados anteriores – del AMBA, el “interior” y los porteños reaparecían en las redes convertidas en burlas abiertas. Con Fraticelli (2018), podemos definir a la “burla” como

[...] un género cómico que ridiculiza a alguien o algo con el fin de provocar risa. La ridiculización se expone como un hacer intencionado a ser disfrutado colectivamente. El enunciador le propone al enunciatario aliarse a la degradación de un tercero que se realiza mediante la palabra o acciones [...] La burla por lo tanto se diferencia de lo cómico [...] porque no se provoca por accidente ni posee piedad o reflexión. (FRATICELLI, 2018, p. 50)

Por otra parte, según la Real Academia Española, un meme es una imagen, video o texto, por lo general distorsionado con fines caricaturescos, que se difunde principalmente a través de internet. En general son producidos a través de la edición de imágenes ya existentes en internet con el propósito de comunicar o burlarse de alguna cuestión particular. Según Muñoz Vilar (2014), los memes cumplen la función de viralizar³¹ un mensaje; se pueden generar desde cualquier lugar del mundo en tiempo real conforme suceden los hechos y su comunicación alcanza niveles altísimos de difusión. Por otra parte, un meme puede ser modificado por varios usuarios, creando contenido mejorado respecto a versiones anteriores y generando respuestas automáticas. Esto es fundamental, ya que no solo basta con expresarse a través de memes, sino que también es posible realizar comentarios y generar nuevos contenidos a partir de los originales. Muñoz Vilar (2014) los compara con la caricatura política debido al contenido y a la capacidad de transmitir sentimientos potentes de forma cómica, cargados de ironía y sátira. En el sentido en el que los toma Céspedes (2020), los memes son también considerados como signos en los que se construyen sentidos y, tal como señala. Gutiérrez (2019) apela a la diversión y al ingenio de descifrar un mensaje implícito que puede llegar a ser entendido solo si se cuenta con la información necesaria para entenderlo.

A continuación, recuperaremos un conjunto de memes en los que los motivos y tópicos asociados a los porteños y a su comportamiento en pandemia, así como a las consecuencias que estos generan para su región y para su país, aparecen criticados y burlados.

³¹ Chamorro (2014) señala que cuando un contenido en Internet se difunde de manera exponencial, se le denomina viralización, a modo de metáfora surgida a partir del comportamiento que posee un virus.

Figura 2: meme Jefe Gorgory (The Simpsons)



Fuente: Instagram [si_no_me_siguen me_muero] (mayo 2020)

Aquí podemos ver una imagen en la que el Jefe Gorgory, policía de *The Simpsons*,³² expresa que “regresó el porteñito chillón; ay bro compra alcohol en gel, ay ni loco voy al chino, ay tosiste mi rey te vas a morir”. La escena original de la serie animada mostraba a Homero haciendo alarde de que podía comer chiles picantes. El episodio narraba cómo, un día, el policía Gorgory había preparado uno muy fuerte para provocar al padre de la familia Simpson, quien había salido corriendo tras ingerirlo. Más tarde, Homero tomaba coraje y volvía, siendo recibido por el policía, quien le decía “ay miren quien regresó, el bebito chillón”.

La palabra “bebito”, en este meme, fue reemplazada por “porteño” para mostrar la debilidad propia de los argentinos provenientes de esa región, manifestada en sus quejas y miedos en torno al COVID-19. El meme señala la recurrencia de un tópico repetido en las burlas hacia los porteños³³ ya vistas, en las que se señalaba la falta de hombría completa que detentarían las identidades masculinas de la capital del país. Así, en este chiste, los varones porteños aparecen como sujetos poco viriles y temerosos que toman precauciones sanitarias de manera exagerada – como el uso de alcohol en gel –, temen transitar por supermercados de pequeña escala (los supermercados “chinos”) para evitar los riesgos de contagio o se mantienen muy atentos a quien tose o no por temor a su propia muerte o a la ajena; incluso, se los ve como más propensos a la enfermedad. De este modo, los habitantes de Buenos Aires son presentados como sujetos con corporalidades fuertemente feminizadas, que no alcanzan una masculinidad completa y que, aunque no asuman necesariamente una identidad ni realicen prácticas homosexuales, hacen cosas que “los hombres de verdad no hacen”. Estas ideas están en línea

³² Tal como lo muestran varios trabajos (BITTI, 2018; RUBIO, 2019), en Argentina es frecuente producir memes a partir de imágenes de la serie estadounidense *The Simpsons*, muy popular en el país.

³³ En este caso se asimilan porteños con habitantes del AMBA, aunque AMBA, como ya explicamos, es una zona más amplia que la ciudad capital argentina.

con trabajos de las autoras en los que mostramos que la negación de los riesgos ambientales-sanitarios es una frecuente estrategia de reafirmación de la virilidad (KUNIN Y LUCERO, 2020). Esta actitud, por su parte, se alinea con ciertos comportamientos propios de la masculinidad hegemónica al interior del sistema de relaciones de género (CONNELL, 1995), tales como la asunción de riesgos o las prácticas de “resistencia” en las que los sujetos masculinos se muestran como invulnerables. Por otra parte, siguiendo la lógica argumental de Garriga (2004) en su estudio de las hinchadas de fútbol, minimizar la toma de precauciones ante el COVID-19 podría ser entendido como marca de una actitud de “aguante” que instauraría a los “hombres del interior” como “verdaderos hombres”, confiriéndoles honor y prestigio.

El segundo meme que seleccionamos circuló inicialmente en el sitio de *Instagram* llamado “Es de provinciano”³⁴:

Figura 3: meme Fases de la cuarentena en Argentina



Fuente: Instagram [Es de provinciano] (9 de mayo de 2020)

Aquí, se ven nuevamente a los personajes de los Simpson. El primer cuadrante se titula “interior” y en él se ve a Homero corriendo feliz en un espacio al aire libre donde disfruta del cielo abierto y despejado junto con animales. El padre de la familia Simpson viste bombachas de campo³⁵, alpargatas³⁶ y boina³⁷ – vestimentas icónicas del “hombre de campo” – y circula por una calle en la que se ven construcciones de viviendas y comercios característicos de los distritos del “interior” de Argentina. En la segunda viñeta, Homero y su jefe, el señor Burns, muestran una cara de poca satisfacción y se encuentran “encerrados”; desde su pequeño

³⁴ “Provinciano” es el calificativo – en ocasiones usado en tono peyorativo, aunque no siempre – con el que se hace referencia a las personas, hábitos, idiosincrasias de las personas que residen fuera de las grandes ciudades del país. Se trata de una expresión que tiene cierta filiación con la de *pé-vermelho*, utilizada en varios Estados de Brasil.

³⁵ Bombachas de campo: Calzón o pantalón bombacho usado en el campo.

³⁶ Calzado de lona con suela de esparto o cáñamo, que se asegura por simple ajuste o con cintas.

³⁷ Boina: Gorra sin visera, redonda y chata, de lana y generalmente de una sola pieza.

departamento, similar a muchos de los que existen en el AMBA, no pueden ver el cielo. Se los pinta así como dos tontos aburridos y aislados. Sendos hombres están cubiertos, además, por mantas con los colores de la bandera boliviana y con la wiphala,³⁸ tienen un poster de Néstor y Cristina Kirchner³⁹ y, desde su pequeño balcón, ven una inscripción callejera que clama por la legalización del aborto. Así se ilustra al AMBA como una zona politizada y donde sus habitantes apoyarían causas “progresistas”.⁴⁰ En línea con lo que veíamos en el meme anterior, Homero y Burns aquí posan ridiculizados junto a un alcohol en gel y a un rollo de papel higiénico, ambos comprados de forma masiva al inicio de la cuarentena por temor a la enfermedad, al aislamiento y al desabastecimiento de productos de uso cotidiano.

Figura 4: meme Argentina tratando de salir de la cuarentena



Fuente: compartido en memeroid.com (mayo 2020) / disponible en:
<https://es.memeroid.com/memes/detail/3106948/no-salimos-mas> (diciembre 2020)

En el tercer meme analizado, se ve a un niño pequeño soplando las velitas de su torta de cumpleaños y que, como no es especialmente hábil en la técnica de apagado, escupe sobre todo el pastel. Una mujer a su lado, probablemente su madre, sopla mucho más diestra y sutilmente. Sobre la figura del cándido niño se puede leer “Buenos Aires” – en referencia al AMBA – y, sobre su mamá, “Argentina tratando de salir de la cuarentena”. De esta forma, se muestra cómo “el país” sufre las consecuencias de los torpes caprichos e irresponsabilidad infantiles de su principal región metropolitana, donde el contagio es la regla. Tal como lo veíamos en el apartado anterior, aquí el habitante del AMBA se presenta como un sujeto no solo feminizado

³⁸ bandera cuadrangular de siete colores, usada por algunos pueblos originarios andinos.

³⁹ Ambos presidentes argentinos generalmente calificados como progresistas. Néstor Kirchner gobernó el país entre mayo de 2003 y diciembre de 2007, y Cristina Fernández entre diciembre de 2007 y diciembre de 2015. Esta última, durante 2008, fue parte de un fuerte conflicto de intereses con el “campo” debido a sus intenciones de aumentar las retenciones a las agroexportaciones.

⁴⁰ Esto es especialmente curioso ya que al menos, en la ciudad de Buenos Aires, gobierna el PRO, coalición de centro derecha desde hace casi 13 años.

sino también infantilizado. Al mismo tiempo, en esta imagen en particular aparece tematizada, mediante el humor y la burla, la alta cifra de contagios en el área metropolitana de Buenos Aires. En relación con esto, podemos observar que en los memes no solo se muestra burlescamente a los habitantes de esa zona sino que también se representan las condiciones en las que deben pasar el aislamiento – como en el meme número 2, más encerrados y aburridos que en cualquier otro lugar del país –, como se observa a continuación:

Figura 5: meme Porteños



Fuente: compartido en Reddit.com (mayo2020) / disponible en:
https://www.reddit.com/r/dankgentina/comments/hrunf8/empanadas_de_atun/ (diciembre 2020)

Aquí se muestra una escena de la película estadounidense de 2019 *Guasón* (*Joker* en inglés) en la que se ve a su personaje principal corriendo y, sobre su figura, la leyenda “porteños”. En la viñeta inferior, Guasón aparece golpeándose contra una especie de cerco de madera, como no logrando escapar, donde se puede leer “fase 1”, en referencia a la continuidad de esta etapa de aislamiento en el AMBA y a la frustrante imposibilidad de ampliar la circulación pública en tiempos de pandemia.

Figura 6: meme No soy una región



Fuente: compartido por Twitter [@nanothompson] (junio 2020)

En este quinto meme, que circuló por *Twitter*, Lisa Simpson, disfrazada, mira para abajo con cierto pesar mientras que Homero la observa con sorpresa y quizás con tristeza. Originalmente, en la serie, Lisa lucía un traje del Estado estadounidense de Florida, confeccionado de manera poco grácil por su padre para un concurso de disfraces que organizaba su clase de geografía. La niña le reclamaba a Homero, con pesar y llanto, la famosa frase que dictaba que, más que una región, se parecía a un monstruo. En la versión argentina, sobre la figura de Lisa se inserta la leyenda “AMBA” y la frase “no soy una región, soy un monstruo”, aludiendo satíricamente a la situación de circulación local del COVID-19, dado el hacinamiento y los supuestos modos de vida “monstruosos”, peligrosos e impuros (DOUGLAS, 1973) que habría en la zona, a los que nos hemos referido en apartados previos.

Figura 7: meme Campana

De los 704 nuevos casos, 689 son en Capital y Gran Buenos Aires.

[Translate Tweet](#)



Fuente: compartido por Twitter [@pia_dmn] (mayo 2020)

Finalmente, en línea con el meme anterior, aquí se ve una campana invisible pero potente que cubre y aísla una región. Sobre la imagen, se puede leer “de los 704 casos, 689 son en Capital y el Gran Buenos Aires”. Así, en esta producción que circuló en *Twitter*, se aprecia el deseo de que el AMBA se separe del resto del país para protegerlo, ya que ahí se producen la mayoría de los contagios por COVID-19.

7. Reflexiones finales

A lo largo de este artículo, hemos mostrado los modos en los que la dicotomía sarmientina civilización/barbarie, asociada con las dinámicas de alteridad entre Buenos Aires/interior, ha traducido una vez más en la historia argentina una nueva coyuntura social, a saber, la situación de pandemia provocada por el COVID-19. Las escisiones Buenos Aires/interior y civilización/barbarie han marcado históricamente un vínculo asimétrico entre dos regiones con un estatus diferenciado. Por un lado, la hegemónica Buenos Aires, de mayor peso material y

simbólico; por otro, el “interior” del país, homogeneizado y reducido a ser “lo que Buenos Aires no es”. Sarmiento, así como otros intelectuales y políticos posteriores, tendieron a ver en la primera las marcas de la civilización y la plenitud, y en el segundo, las de la barbarie y la falta. La actual situación de pandemia ha provocado, sin embargo, la emergencia de una nueva asimetría, esta vez desfavorecedora para el “centro” de Argentina. En efecto, dadas las condiciones demográficas y materiales de la vida cotidiana en AMBA, el COVID-19 proliferó mucho más rápido allí que en otras regiones y así también lo hicieron las restricciones de la cuarentena. Esta nueva relación asimétrica no demoró en ser expresada a través de viejas dicotomías – civilización/barbarie y Buenos Aires/interior– nuevamente reactualizadas.

Así, en primer lugar, vimos cómo, voces metropolitanas y no metropolitanas se hicieron eco de la identificación del “interior” con la naturaleza, la paz la solidaridad y la salud y del AMBA con el hacinamiento, el caos social, la falta de leyes y la enfermedad. De este modo, “las Pampas” otrora indómitas y salvajes se transformaron en espacios idealizados y civilizados. Esta misma inversión, por su parte, también se puso en juego en las voces de figuras públicas originarias de provincias del “interior” del país, tales como Corrientes o La Pampa. En este caso, el énfasis no estaba tanto en la idealización del “interior” en sí – en contraste con lo que ocurría con los “expertos” promotores de migración urbano-rural provenientes del AMBA – sino en la burla hacia los habitantes de Buenos Aires, calificados como femeninos, infantiles, egoístas, vagos e irresponsables. Estas supuestas características de la personalidad de los porteños solían ser, además, desde un punto de vista *emic* o “nativo”, un factor explicativo de la alta proliferación del COVID-19 en AMBA, de su permanencia en fases más estrictas de la cuarentena y, finalmente, de que el país en su conjunto se viera entorpecido para salir más rápidamente de la emergencia sanitaria impuesta por la pandemia. Finalmente, estas descripciones del AMBA y de sus habitantes – identificados con los porteños – se vieron traducidas en términos visuales, con un carácter abiertamente burlón, en los memes analizados en el apartado final. En relación con la burla, Fraticcelli sostiene que:

Desde un punto de vista sociológico, la burla es un operador constitutivo de la identidad colectiva. Burlarse de un blanco exterior al colectivo afianza la cohesión entre sus miembros y, al hacerlo hacia el interior, ratifica los lazos de pertenencia, amistad y construye jerarquías censurando ideas y acciones que reconfigurarían sus relaciones de poder. (FRATICELLI, 2018, p. 51)

En los discursos burlones aquí recuperados, el “interior” se constituye como un colectivo contrapuesto al AMBA y se identifica, en contraste con ella, como un sector moralmente superior en el que la gente “haría las cosas bien”; la solidaridad, la preocupación por el otro, el

respeto a las normas, el coraje y la consecuente buena salud y menor expansión del virus serían algunos de sus rasgos característicos. De este modo, podemos ver cómo el “dispositivo simbólico fundacional” civilización/barbarie emergió, sobre todo en los primeros meses de la pandemia, traduciendo una situación de incertidumbre social general y de desequilibrio viral en los distintos territorios del país. Así, la relación interior/barbarie y ciudad/civilización terminó cruzando sus términos e invirtiendo sus posiciones hegemónicas de poder. Una vez más, pudimos apreciar cómo, en Argentina priman, ante todo, las “oposiciones irreductibles” y la “ruptura y oposición con el otro” (SVAMPA, 2010, p.6), aún en tiempos de crisis. O tal vez aún más por tratarse de tiempos de crisis. Las relaciones de alteridad son siempre históricas y dinámicas y, posiblemente, haya pocas “civilizaciones” y “barbaries” tan intensas como las que pueden expresarse en un contexto de pandemia global.

Agradecimientos

Las autoras quisiéramos agradecerle al Dr. Ariel Svarch por la atenta lectura de este artículo y por sus recomendaciones en materia de historia argentina. También, a nuestros interlocutores del noroeste de la provincia de Buenos Aires, que, con gran generosidad, respondieron a nuestras preguntas acerca de la situación de pandemia y aislamiento social en sus respectivas localidades.

Referências

AMOSSY, R. y HERSCHBERG PIERROT, A. **Estereotipos y clichés**. Traducción de Lelia Gándara. Buenos Aires: Eudeba, 2010.

BEST, J. **Social problems**. New York: W.W Norton & Company, 2017.

BLÁZQUEZ, G. Negros de alma. Raza y procesos de subjetivación juveniles en torno a los Bailes de Cuarteto (Córdoba, Argentina). **Estudios en antropología social**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p.7-34, 2008.

BITTI, M. L. **Desplazamiento del sentido en las imágenes de la serie animada Los Simpson al ser convertidas en memes de Internet y difundidas a través de Facebook**. Tesina de grado. Universidad Nacional de Rosario, Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales, Escuela de Comunicación Social. Rosario, 2018.

BONFIL BATALLA, G. El concepto de indio en América: una categoría de la situación colonial. **Anales de Antropología**. México D.F, v. 9, p.105-124, 1972.

BRENNA, J. Buenos Aires-Interior. Relatos de una escisión en el imaginario territorial de la

- nación. **Anuario del Centro de Estudios Históricos “Prof. Carlos S.A. Segreti” Córdoba (Argentina)**. Córdoba, año 15, n. 15, p. 147-165, 2015.
- BRUXELLES, S. y DE CHANAY, H.C. Acerca de la teoría de los topoi: estado de la cuestión, **Escritos. Revista del Centro de Ciencias del Lenguaje**. n.17-18, p. 349-383, 1998.
- BULMER-THOMAS, V. **The Economic History of Latin America Since Independence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994
- CANAVESSI, J. J. El Federalismo: de “La época de Rosas” a la época de Quesada. **Épocas**, Buenos Aires, n. 2, 2012.
- CÉSPEDES, M.E. Los memes de humor político en campaña electoral y su relación con el clima de opinión en Facebook. **GIGAPP Estudios Working Papers**, Madrid, 7 (166-182), p. 586-605, 2020.
- CHAMORRO, J.A. **Viralización de contenidos y memes en Internet**. Memoria para optar al título de periodista. Santiago de Chile: Universidad de Chile, Instituto de la comunicación y la imagen, 2014.
- CONNEL, R. **Masculinities**. Berkeley: Berkeley University Press, 1995.
- DE ABRANTES, L., GREENE, R. y TRIMANO, L. Huir de la metrópolis y de la pandemia. **Ciper**. Santiago de Chile, 27 de junio de 2020. <https://ciperchile.cl/2020/06/27/huir-de-la-metropolis-y-de-la-pandemia/> (consulta: 13/08/2020)
- DI MEGLIO, G. **¡Mueran los salvajes unitarios!**: La mazorca y la política en tiempos de Rosas. Buenos Aires: Sudamericana, 2012.
- DOUGLAS, M. **Pureza y peligro. Un análisis de los conceptos de contaminación y tabú**. Traducción de Edison Simons. Madrid: Siglo XXI Editores, 1973.
- ECHEVERRÍA, E. **La cautiva/ El matadero**. Buenos Aires: Colihue, 2009.
- FABIAN, J. **Time and the Other. How anthropology makes its object**. New York: Columbia University Press, 1993.
- FACCIO, Y. y NOEL, G. *Nostalgia is a weapon*: utopías metropolitanas y ruralidad hiperreal. **Quid 16. Revista de estudios urbanos**, Buenos Aires, n. 11, p. 109-136, 2019.
- FRADKIN, R. y GELMAN, J. **Juan Manuel de Rosas. La construcción de un liderazgo político**. Buenos Aires: Edhasa, 2015
- FRATICELLI, D. El ascenso de la burla en las sociedades contemporáneas: nuevas circulaciones del humor mediático. **Rizoma**, Santiago de Chile y Valparaíso, v. 6, n.1, p. 49-63, 2018.
- GARRIGA ZUCAL, J. “Soy Macho porque me la aguanto”. Etnografía de las prácticas violentas y la conformación de identidades de género masculino. **VI Jornadas de Sociología**. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2004.

GOFFARD, N. Paisajes tópicos. Del lugar común a los lugares comunes en la fotografía contemporánea (chilena). **Cuadernos Inter.c.a.mbio sobre Centroamérica y el Caribe**, San José, v. 15, n. 2, p. 150-167, 2018.

GORELIK, A. Buenos Aires y el país: figuraciones de una fractura. *In*: ALTAMIRANO, C. (Org.). **La Argentina en el siglo XX**. Buenos Aires: Ariel, 1999.

GUSFIELD, J. **La cultura de los problemas públicos**. Traducción de Teresa Aguijón. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina, 2014.

GUTIÉRREZ, A. **El uso estratégico del meme en comunicación política**. Tesis para optar al grado de magister en Comunicación Política. Santiago de Chile: Universidad de Chile, Instituto de la comunicación e imagen, 2019.

HERNÁNDEZ, J. **Martín Fierro**. Buenos Aires: Planeta DeAgostini, 2000.

KROTZ, E. Alteridad y pregunta antropológica. **Alteridades**, México D.F, n. 8, 1994.

KUNIN, J. **El poder del cuidado: Mujeres y agencia en la pampa sojera argentina/Le pouvoir du Care: L'agentivité des femmes dans la pampa argentine au temps du soja OGM**. Tesis de Doctorado en cotutela presentada a la École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS, Francia) y al Instituto de Altos Estudios Sociales (IDAES), Universidad Nacional de San Martín (Argentina), como parte de los requisitos necesarios para la obtención del título de Doctora en Antropología Social, 2019.

KUNIN, J. y LUCERO, P. Percepción social del riesgo y dinámicas de género en la producción agrícola basada en plaguicidas en la pampa húmeda argentina. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana**, Río de Janeiro, n. 35, p. 58-81, 2020.

MUÑOZ VILLAR, C. (2014). **El meme como evolución de los medios de expresión social**. Tesis para optar al título de Ingeniero Comercial Mención Administración, presentada en la Universidad de Chile, Facultad de Economía y Negocios, Escuela de Economía y Administración, 2014.

QUIRÓS, J. Nacidos, criados, llegados: relaciones de clase y geometrías socioespaciales en la migración neorrural de la Argentina contemporánea. **Cuadernos de Geografía: revista colombiana de Geografía**, Colombia, v. 28, n. 2, p.271-87, 2019.

RODRÍGUEZ, F. **Un desierto para la nación argentina. La escritura del vacío**. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2010.

RUBIO, Y. **Los Simpsons y el fútbol: la relación entre la serie televisiva y el fútbol mediante los memes**. Bachelor's thesis, Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales, 2019.

SAID, E. **Orientalismo: representações ocidentais do Oriente**. Traducción de Pedro Serra. Lisboa: Livros Cotovia, 2004.

SALVATORE, R. D. La cultura política del federalismo rosista. *In*: IGLESIA, C.; EL

JABER, L. (Orgs). **Una patria literaria**. Buenos Aires: Emecé Editores, 2014. p.235-261.

SARMIENTO, D.F. **Facundo o Civilización y barbarie en las Pampas argentinas**. Buenos Aires: Planeta DeAgostini, 2000.

SEGURA, R. La imaginación geográfica sobre el conurbano bonaerense. In: KESSLER, G (Org). **Prensa, imágenes y territorio. Historia de la Provincia de Buenos Aires. Vol. VI**. Buenos Aires: Edhasa, 2015. p. 129-158.

SVAMPA, M. Civilización o barbarie: de “dispositivo e legitimación” a “gran relato”. **Seminario de mayo. 200 años de Historia Argentina. El difícil proceso de construcción de una nación**. Conferencia dictada en el Centro Haroldo Conti, Secretaría de Derechos Humanos, Buenos Aires, 2010.

VAPNARSKY, C.; GOROJOVSKY, N. **El Crecimiento Urbano en la Argentina**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990.

VISACOVSKY, S. Futuros en el presente. Los estudios antropológicos de las situaciones de incertidumbre y esperanza. **Publicar**. Buenos Aires, año XVI, n. XXVI, p. 6-25, 2019.

VISACOVSKY, S. Covid-19: crisis, incertidumbre y normalidad en sectores medios del AMBA. **Noticias argentinas**. Buenos Aires, 2020. Disponible en:
<https://www.noticiasargentinas.com.ar/crisis/covid-19-crisis-incertidumbre-y-normalidad-sectores-medios-del-amba-n88542> (consultado: 29/08/2020)

WILLIAMS, R. **El campo y la ciudad**. Traducción de Alcira Bixio. Buenos Aires: Paidós, 2011.

Direitos linguísticos como direitos humanos¹

Derechos lingüísticos como derechos humanos

Stephen May²

(Equipe de tradução)
Nathaly Silva Nalerio
Aline da Silva Lopes
Victória Lunardi Bauken
Andrea Cristiane Kahmann³

(Revisão de tradução)
Gustavo Oliveira Vieira⁴

Resumo⁵: Nos últimos sessenta anos, testemunhamos o crescente desenvolvimento e a articulação dos direitos humanos, em especial no seio do direito internacional e por meio das organizações internacionais. No entanto, nesse período, o direito de se manter a própria língua, que pode ser uma ou várias, sem sofrer discriminação permanece particularmente relegado e/ou questionado como um direito humano fundamental. Isso se deve principalmente a que o reconhecimento dos direitos linguísticos pressupõe o reconhecimento da importância de um grupo amplo de membros e contextos sociais, concepções essas que chocam ostensivamente com a primazia dos direitos individuais no pós-Segunda Guerra Mundial. Este artigo explora os argumentos contra e a favor dos direitos linguísticos, em particular os de grupos minoritários na Europa, e sustenta que os direitos linguísticos podem e devem ser reconhecidos como uma importante categoria de direitos humanos. Deste modo, o artigo se baseia nos debates ideológicos de teoria política e direito internacional, assim como no importante exemplo empírico da Catalunha.

Palavras-chave: direitos linguísticos, promoção de direitos, tolerância, Catalunha.

¹ O artigo considerado fonte para esta tradução é: MAY, Stephen. *Derechos lingüísticos como derechos humanos*. *Revista de Antropología Social*, Madri, n. 19, p. 131–159. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/RASO/article/view/RASO1010110131A>. Acesso em: 30 jul. 2020. As tradutoras solicitaram autorização por escrito tanto ao autor quanto à revista, que a autorizaram para os fins pedagógicos, científicos e sem fins lucrativos a que este número se propõe. As tradutoras agradecem à Professora Adela Franzé, diretora da *Revista de Antropología Social*, da Universidade Complutense de Madri, pelo pronto retorno e intermediação do contato com o autor. Contato com a revista: ras@cps.ucm.es

² Professor da Universidade de Auckland, na Nova Zelândia, Stephen May é considerado autoridade internacional em direitos linguísticos, políticas linguísticas e abordagem crítica multicultural para educação. Segundo informações disponíveis em seu perfil institucional (<https://unidirectory.auckland.ac.nz/profile/s-may>), é autor de 25 livros e mais de 100 artigos e capítulos nesses temas. Contato: s.may@auckland.ac.nz

³ A equipe de tradução é vinculada à Universidade Federal de Pelotas (UFPEL): Nathaly Silva Nalerio (nsnalerio@gmail.com) e Aline da Silva Lopes (lopezas@gmail.com) são tradutoras em formação, Victória Lunardi Bauken (victoriabauken@yahoo.com.br) é Bacharela em Letras – Tradução Espanhol / Português e Mestranda em Letras e Andrea Cristiane Kahmann (andrea.kahmann@ufpel.edu.br) é professora dos Bacharelados em Letras – Tradução e do Programa de Pós-Graduação em Letras.

⁴ Gustavo Oliveira Vieira (gvieira7@gmail.com) é Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e Professor de Direito Internacional no Bacharelado e Mestrado em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA).

⁵ Nota das Tradutoras: O resumo em português apresentado neste trabalho foi elaborado pelas tradutoras a partir do resumo em espanhol no artigo que, para todos os efeitos, foi considerado o texto-fonte desta tradução. Não houve modificações aos resumos em espanhol ou inglês aqui apresentados. Não obstante, propositadamente, em língua portuguesa, a expressão “línguas minoritárias” foi alterada para “línguas minorizadas”.

Resumen: En los últimos sesenta años, hemos sido testigos del creciente desarrollo y de la articulación de los derechos humanos, en especial en el seno del derecho internacional y a través de las organizaciones internacionales. Sin embargo, en ese periodo, el derecho a mantener una o varias lenguas propias sin discriminación permanece particularmente relegado y/o cuestionado como un derecho humano clave. Esto se debe principalmente a que el reconocimiento de los derechos lingüísticos presupone el reconocimiento de la importancia de un grupo amplio de miembros y contextos sociales —concepciones éstas que chocan ostensiblemente con la primacía de los derechos individuales en la era posterior a la Segunda Guerra Mundial. Este artículo explora los argumentos a favor y en contra de los derechos lingüísticos, en particular de grupos minoritarios en Europa, y sostiene que los derechos lingüísticos pueden y deben ser reconocidos como un importante derecho humano. De este modo, el artículo se basa en los debates ideológicos de teoría política y derecho internacional, así como en el importante ejemplo empírico de Cataluña.

Palabras clave: Derechos lingüísticos, Derechos de promoción, Tolerancia, Cataluña

Abstract: In the last 60 years, we have seen the growing development and articulation of human rights, particularly within international law and within and across supranational organizations. However, in that period, the right to maintain one's language(s), without discrimination, remains peculiarly underrepresented and/or problematized as a key human right. This is primarily because the recognition of language rights presupposes a recognition of the importance of wider group memberships and social contexts —conceptions that ostensibly militate against the primacy of individual rights in the post-Second World War era. This paper will explore the arguments for and against language rights, particularly for minority groups within Europe, arguing that language rights can and should be recognized as an important human right. In doing so, the paper will draw on theoretical debates in political theory and international law, as well as the substantive empirical example of Catalonia.

Keywords: language rights, promotion-oriented rights, tolerance-oriented rights, Catalunya.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Direitos lingüísticos e teoria política. 3. Direitos lingüísticos e direito internacional. 4. O caso da Catalunha. 5. Conclusão. 6. Referências bibliográficas.

1. Introdução

Nos últimos sessenta anos, tem gerado muita polêmica mas também amplos debates a ideia de que os direitos lingüísticos devam alcançar *status* de um direito humano fundamental e, como tal, serem reconhecidos pelos Estados nacionais e organizações internacionais. O ponto central dessa discussão não é o direito geral de um indivíduo a falar tranquilamente uma língua (qualquer língua) no seu âmbito privado ou familiar. Isso, afinal, coincidiria, em grande medida, com a proteção dos direitos humanos individuais que se desenvolveram após a Segunda Guerra Mundial e seriam, portanto, relativamente alheios a qualquer controvérsia⁶. Melhor seria dizer,

⁶ Nota do Autor: Sem dúvidas, isso não significa que os Estados tenham aderido sempre a esta declaração geral dos direitos humanos. A Espanha de Franco, da qual falarei mais tarde, é um claro exemplo histórico no qual esses direitos lingüísticos individuais se extinguiram para todas as pessoas que não falassem castelhano. A atual proibição sancionadora do curdo na Turquia e do tibetano na China são dois exemplos contemporâneos de Estados

portanto, que a polêmica se centra em reconhecer ou não que falantes de línguas minorizadas têm o direito de não apenas preservar, mas empregar essa sua língua particular no âmbito público ou cívico — e, sobretudo, embora não exclusivamente, no ambiente educacional.

Essa distinção fundamental foi resumida pelo sociolinguista Heinz Kloss (1977) em seus conceitos de direitos linguísticos *orientados à tolerância* e *orientados à promoção*.

Para Kloss (1977), os direitos linguísticos *orientados à tolerância* asseguram o direito a preservar uma língua na esfera privada e não governamental da vida nacional. Esses direitos podem ser definidos de forma ampla ou restrita. Incluem direitos tais como o de se usar a língua materna em âmbito privado ou em público, com liberdade de reunião e organização, o direito de estabelecer instituições privadas culturais, econômicas e sociais onde essa língua possa ser utilizada e o direito de promovê-la nas escolas privadas. O princípio fundamental desses direitos é que o Estado “não interfira nos esforços levados a cabo por uma ou várias partes da minoria para usar [sua própria língua] no âmbito privado”⁷ (KLOSS, 1977, p. 2).

Por sua vez, os direitos linguísticos *orientados à promoção* regulam o grau de reconhecimento desses direitos na esfera pública ou na vida civil do Estado-nação. Dessa maneira, os direitos linguísticos *orientados à promoção* trazem implicações aos “poderes públicos, pois tratam de promover uma língua minorizada ao utilizá-la nas instituições públicas (legislativas, administrativas e educativas, incluindo as escolas públicas)” (KLOSS, 1977, p. 2). Nesse sentido, tais direitos poderiam ter aplicação restrita ou ampla. Em sua aplicação mais restrita, os direitos linguísticos *orientados à promoção* implicariam somente a publicação de documentos públicos em línguas minorizadas. Em sua vertente mais ampla, esses direitos poderiam implicar o reconhecimento de uma língua minorizada em todos os espaços formais inseridos no Estado-nação, permitindo assim ao grupo da língua minorizada “ocupar-se de seus assuntos internos por meio de seus próprios órgãos públicos, o que equivale a que [o Estado] permita o autogoverno da minoria” (1977, p. 24)⁸.

É sobre essa última vertente, a de direitos linguísticos *orientados à promoção*, que se centra este artigo. Deste ponto em diante, passo a analisar as razões pelas quais essa perspectiva foi e segue sendo tão controversa. Ao fazê-lo, busco aproximar-me de debates concernentes a duas áreas interdisciplinares, a teoria política e o direito internacional, antes de passar à

que continuam ignorando esse direito fundamental.

⁷ Nota das Tradutoras: são nossas todas as traduções dos textos acadêmicos e normativas internacionais citadas pelo autor quando não houver nota referindo o contrário.

⁸ Nota do Autor: A distinção de Kloss entre os direitos linguísticos *orientados à promoção* ou *à tolerância* é claramente comparável à elaborada por Churchill (1986) em sua tipologia de política para línguas minorizadas na OCDE entre a manutenção das línguas para uso privado e o reconhecimento generalizado institucional das línguas (a respeito, consulte-se MAY, 2008a: capítulo 5).

Catalunha como um exemplo que ilustra as principais questões em jogo no reconhecimento das línguas minorizadas nas esferas pública ou cidadã.

2. Direitos linguísticos e teoria política

Começo com a teoria política, porque sua preocupação central com os direitos atribuíveis à cidadania nos Estados nacionais modernos parece estar diretamente relacionada com a questão dos direitos linguísticos. No entanto, o que mais chama a atenção é a relativa ausência de *qualquer* argumento embasado na teoria política sobre os direitos linguísticos, para além dos que têm por consequência o acesso à língua hegemônica do Estado ou a suas línguas majoritárias. Os direitos linguísticos minorizados, em particular os direitos *orientados à promoção* para os grupos cujas línguas maternas diferem das línguas oficiais, raras vezes são discutidos abertamente. Uma notável (e também singular) exceção é a coleção editada por Kymlicka e Patten (2003), embora inclusive nesta a maioria dos colaboradores, à exceção de May, Rubio-Marín, Grin e Réaume, permaneça cética e/ou contra o reconhecimento e a aplicação de tais direitos.

Uma das razões chave para essa falta de discussão direta dos direitos linguísticos *orientados à promoção* para os grupos minorizados, e relacionada com o ceticismo a respeito do reconhecimento e da aplicação destes, centra-se na compreensão do conteúdo normativo, posterior à Segunda Guerra Mundial, de direitos humanos como direitos principalmente, e quase exclusivamente, individuais. No entanto, o direito a se manter uma língua minorizada em geral se articulou na arena política, muito antes da Segunda Guerra e desde então (THOMBERRY, 1991a, 1991b; DE VARENNES, 1996; veja-se também a seguir), sobre a base de que o idioma em questão constitui um bem coletivo ou comunal de uma comunidade linguística em particular⁹. Não se é de estranhar, portanto, que essas demandas tenham recebido escassa simpatia e progredido pouco em um ambiente político em grande medida avesso às reivindicações de direitos baseados em grupos.

Os argumentos a favor dos direitos linguísticos baseados na coletividade enfrentam resistências claramente ilustradas pela ascensão normativa do liberalismo ortodoxo na teoria política, que só contempla a pessoa como um ser político com direitos e deveres inerentes a sua condição de cidadania. Essa posição não admite a identidade privada, incluída a pertença

⁹ Nota do Autor: Afinal, por definição, uma língua, para continuar sendo falada, precisa de alguém mais com quem se possa falá-la. Por esse raciocínio, quando uma língua deixa de ser falada por uma comunidade de falantes, ela na realidade já morreu.

comunitária de uma pessoa, como algo que justifique um reconhecimento similar. Essas últimas dimensões estão excluídas do âmbito público porque sua inevitável diversidade conduziria a uma polêmica responsabilidade do Estado, ao ter que mediar entre diferentes concepções de “boa vida” (DWORKIN, 1978; RAWLS, 1971, 1985). Sobre essa base, a *autonomia* pessoal, baseada nos direitos políticos atribuíveis à cidadania, sempre tem prioridade sobre a identidade pessoal (e coletiva) e as muito diferentes formas de vida que constituem a segunda. De fato, a participação pessoal e política nas democracias liberais, segundo sua construção no liberalismo ortodoxo, termina por negar a diferença de grupo e considera que todas as pessoas são intercambiáveis sob um ponto de vista moral e político (YOUNG, 1993).

As críticas comunitaristas ao liberalismo assinalam que essa separação estrita da cidadania e da identidade na política moderna subestima (e às vezes nega) o significado de afiliações comunitárias mais extensas, incluindo a(s) língua(s) de uma pessoa, na construção da identidade individual. Como, por exemplo, Sandel (1982) observa, não existe um “eu sem cargas”: todas as pessoas, em certa medida, estamos *situadas* dentro de comunidades mais amplas que moldam e influenciam o que somos¹⁰. Também Charles Taylor sustenta que a identidade “é o que somos, *de onde viemos*. Como tal, é o contexto no qual nossos gostos, desejos, opiniões e aspirações dotam-se de sentido” (1994, p. 33-34). Esses argumentos também evidenciam que determinados bens, tais como a língua, a cultura e a soberania, não podem ser experimentados em solidão, visto que são, por definição, bens compartilhados. No entanto, uma falha na interpretação desses bens comuns deu lugar a uma nova visão de direitos na democracia liberal, uma visão que é intrinsecamente individualista, e que não pode apreciar a busca desses bens senão tangencialmente (COULOMBE, 1995; VAN DYKE, 1977; TAYLOR, 1994).

Em resumo, concepções individualistas da *boa vida* podem opor-se a valores compartilhados da comunidade que são fundamentais para a identidade de uma pessoa (KYMLICKA, 1989, 1995, 2001), aí incluída a língua. Contudo, como destacou Habermas, “uma teoria bem compreendida de direitos [da cidadania] requer uma política de reconhecimento que proteja o indivíduo nos contextos da vida nos quais se forma sua identidade” (1994, p. 113). Como observa ainda Habermas:

Uma versão “liberal” do sistema de direito, que não tenha em conta essa conexão, necessariamente haverá de mal interpretar o universalismo dos direitos fundamentais como uma nivelção abstrata de distinções, uma nivelção tanto de diferenças culturais como sociais. Em vez disso, essas

¹⁰ Nota do Autor: Sob a perspectiva comunitarista, descobrimos nossos fins pelo encadeamento em um contexto social, ao invés de escolhê-los do nada. O principal inconveniente a este respeito é, portanto, a ideia de uma auto-separação, ou despojamento, das características sociais de identidade (COULOMBE, 1995).

diferenças deveriam ser apresentadas como questões cada vez mais sensíveis se o sistema de direito se há de construir democraticamente. (1994, p. 116)

No entanto, a crítica ao individualismo que é inerente ao liberalismo ortodoxo não se resume às críticas comunitaristas; trata-se de uma questão relevante, pois estas foram debatidas amplamente tanto pelos grupos essencialistas quanto pelos homogeneizantes (sobre o assunto, veja-se: CARTER e STOKES, 1998; ELLISON, 1997; MOUFFE, 1993).

O teórico político mais importante a estabelecer um meio termo foi Will Kymlicka (1989, 1995, 2001, 2009), quem sustentou sistematicamente, sob uma perspectiva liberal, que as tentativas de teóricos como Rawls (1971) e Dworkin (1978) de separar cidadania de identidade comum conservam, na realidade, um reconhecimento implícito da pertença cultural com um bem primário. Por causa disto, o aporte de Kymlicka, com sua noção de *direitos de grupos diferenciados* (que também podem incluir os direitos linguísticos), conformou um meio de resguardar as devidas diferenças entre a ortodoxia liberal e a divisão comunitária. Uma chave para compreender-se o postulado de Kymlicka é a negação da hipótese de que os *direitos de grupos diferenciados* sejam direitos *coletivos*, que, *ipso facto*, opõem-se aos direitos *individuais*. Os *direitos de grupos diferenciados* não são necessariamente *coletivos* no sentido de que privilegiam ao grupo em detrimento do indivíduo. Com efeito, eles podem ser convencionados com os membros individuais de um grupo, ou com o grupo em seu conjunto, ou com um Estado ou uma de suas subdivisões administrativas em que um determinado grupo constitui uma maioria. Por exemplo, o direito como grupo diferenciado das regiões francófonas do Canadá para utilizar o francês nos tribunais federais é um direito *individual* que pode ser exercido a qualquer momento. Por outro lado, o direito de quebequenses a preservar e promover sua distinta cultura na província de Quebec põe em destaque como um grupo minoritário em um sistema federal pode exercer os *direitos de grupos diferenciados* em um território onde constituem uma maioria.

Em resumo, não existe uma relação simples entre os *direitos de grupos diferenciados*, concedidos sobre a base da pertença cultural, e sua posterior aplicação. Como conclui Kymlicka: “A maioria desses direitos não se baseia na primazia das comunidades sobre os indivíduos. Ao contrário, baseiam-se na ideia de que a justiça entre grupos requer que os membros dos diferentes grupos estejam de acordo em direitos diferentes” (1995, p. 47).

Um argumento relacionado e desenvolvido por Kymlicka para sustentar essa posição, e que também poderia ser útil se se ampliassem os direitos linguísticos, é a distinção entre o que ele designa *restrições internas* e *proteções externas* (1995, p. 35-44). As *restrições internas*

referem-se às relações intragrupais, em que um grupo minoritário¹¹ étnico ou nacional tem por objetivo restringir a liberdade individual de seus membros em função da base da manutenção da solidariedade entre o grupo. Esses direitos frequentemente são associados a comunidades teocráticas e patriarcais e, quando excessivos, podem ser considerados intolerantes. As *proteções externas*, a seu turno, referem-se às relações intergrupais, por meio das quais um grupo minoritário étnico ou nacional busca proteger sua identidade distinta (inclusive a linguística) limitando o impacto das decisões da sociedade geral. Desse modo, as *proteções externas* visam a garantir que os membros individuais possam manter uma forma particular de vida *se assim desejarem* e que as decisões dos membros de fora de sua comunidade não os impeçam disso (KYMLICKA, 1995, p. 204, nº 11). Isso também apresenta perigos, embora nesse caso não o seja em relação à opressão individual, mas sim pela possível situação de injustiça que poderia ser estabelecida entre os grupos. O sistema *ex-apartheid* na África do Sul é um claro exemplo do segundo caso. No entanto, conforme Kymlicka, as proteções externas não têm por que dar lugar a injustiças:

A concessão de direitos especiais de representação, as reivindicações de terras ou de *direitos linguísticos* das minorias étnicas não necessariamente coloca esse grupo (e em muitos casos isso não ocorre) em condições de dominação sobre outros grupos. Ao contrário... esses direitos podem ser vistos como uma oportunidade para colocar os diferentes grupos em maiores condições de igualdade, mediante a redução do grau de vulnerabilização do grupo menor em face do maior. (1995, p. 36-37, grifo do autor)

Kymlicka sustenta que, sobre essa base, os argumentos liberais podem respaldar algumas proteções externas que fomentem a igualdade entre os grupos, enquanto que ao mesmo tempo põem em xeque as restrições internas que limitam indevidamente o direito individual dos membros para questionar, revisar ou rejeitar as autoridades e práticas tradicionais (veja-se também: KYMLICKA, 2001, 2009). Com relação aos diversos *direitos de grupos diferenciados* que foram descritos anteriormente, Kymlicka sustenta que “a maioria das demandas de direitos de grupos específicos feitas por grupos étnicos e nacionais nas democracias ocidentais são para proteções externas” (1995, p. 42). Ainda quando as restrições internas também estão presentes, elas no geral são vistas como subprodutos inevitáveis das proteções externas mais do que como

¹¹ Nota do Autor: Seguindo as distinções aceitas em teoria política e legislação internacional, as minorias étnicas são vistas como aglutinadoras de grupos de imigrantes e pessoas em situação de refúgio e que se estabelecem em uma nova sociedade anfitriã. As minorias nacionais, no entanto, são grupos que estão associados historicamente a um território (ou seja, eles não emigraram de outro lugar para um novo território), mas por conquista, confederação ou colonização passam a ser considerados minorias em seu próprio território (KYMLICKA, 1995; MAY, 2008). Geralmente, como veremos na sequência deste trabalho, é o último grupo o que tem mais probabilidade de ver seus direitos reconhecidos, ao menos os direitos *orientados à promoção*.

fins desejáveis por si mesmos. Tendo isto em conta, é possível argumentar que os direitos das línguas minorizadas constituem uma *proteção externa* legítima (MAY, 2008a), já que, como pondera Kymlicka, “deixar a própria cultura, se isso é possível, acaba sendo mais bem visto do que se renunciar a algo a que razoavelmente se tem direito” (1995, p. 90). Com relação a esse ponto, complementa:

A liberdade que o pensamento liberal reclama para os indivíduos não é primordialmente a liberdade de ir além da sua língua e sua própria história, mas sim a liberdade de mover-se dentro de sua cultura societal a fim de distanciar-se de determinados papéis culturais e escolher quais características da cultura são as que mais valem a pena desenvolver e quais carecem de valor. (1995, p. 90-91)

A adoção dessa posição, mais integradora sobre os direitos linguísticos dos grupos minoritários dentro dos Estados-nação modernos, coincide com uma concepção anterior (pré-Segunda Guerra) da teoria política, como demonstra Hobhouse (1928), para quem “a menor nacionalidade não quer apenas a igualdade de direitos em relação às demais. *Rebela-se por uma certa vida que lhe é própria...*” (p. 146, grifo do autor). Aceitar uma posição semelhante em relação aos direitos humanos também poderia abordar e melhorar pragmaticamente os múltiplos conflitos políticos em que a língua foi, ou segue sendo, uma questão central. Os conflitos em curso incluem os Países Bálticos, a Bélgica, o Canadá, o Sri Lanka, o Tibet e a Turquia, para se nomear alguns apenas (HOROWITZ, 1985; MAY, 2008A; SAFRAN, 1999). A questão linguística foi também um elemento chave em muitos contextos históricos, como a Espanha de Franco em relação à supressão de todas as línguas distintas do castelhano durante seu regime, e em muitos contextos coloniais e pós-coloniais com relação ao menosprezo e a exclusão das línguas dos povos indígenas (para aprofundamento desse debate, consulte-se: MAY, 2008a: capítulo 8). Apesar disso, Weinstein (1983) observa que, enquanto a teoria política e comentaristas de outras áreas tiveram muito a dizer sobre “a linguagem da política”, pouco ou nada foi dito sobre “a política da linguagem” (sobre essa questão, consulte-se também: BLOMMAERT, 1996; GRILLO, 1989; HOLBOROW, 1999; KYMLICKA, 1995)¹².

¹² Nota do Autor: As poucas exceções notáveis, pelo menos até a presente data [2010], foram as construções teóricas franco-canadenses sobre o caso de Quebec (por exemplo: COULOMB, 1995, 1999; e RÉAUME, 1999). Sem dúvidas, poderíamos também acrescentar a contribuição ideológica de Charles Taylor (1994) sobre “a política de reconhecimento”, não obstante a questão linguística constituir apenas uma parte de sua ampla argumentação e, quando ela é postulada, tender a enquadrar-se mais especificamente no caso de Quebec.

3. Direitos linguísticos e direito internacional

Essas ambivalências no sentido de qualquer reconhecimento dos direitos grupais na teoria política, incluídos os direitos linguísticos, também estão amplamente refletidas no domínio do direito internacional, em especial conforme foi definido pela *Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas* (1948)¹³. Como se sabe, todas as referências às minorias étnicas e nacionais foram suprimidas da versão final da Declaração¹⁴. Essa foi, por sua vez, o resultado de uma convicção, generalizada e emergente nesse momento, de que os direitos dos grupos minoritários eram de alguma maneira incompatíveis com a paz e estabilidade nacionais e internacionais. Como observou Claude sobre esses acontecimentos:

A hipótese principal foi a de que os membros das minorias nacionais não necessitam, não têm direito a, ou não podem receber direitos de caráter especial. A doutrina dos direitos humanos foi apresentada como um substituto do conceito de direitos das minorias, com a forte implicação de que as minorias cujos membros gozam de igualdade individual de tratamento não podem legitimamente pedir disposições para a manutenção de seu particularismo étnico. (1955, p. 211)

Os direitos linguísticos hoje estão especialmente propensos a uma associação com a promoção (desnecessária) do particularismo étnico em claro detrimento de uma coesão social e política. O destacado sociolinguista Joshua Fishman resume habilmente esse ponto de vista:

Diferente dos "direitos humanos", que golpeiam os intelectuais ocidentais e ocidentalizados como um meio para fomentar uma maior participação nas prestações e interações sociais e gerais, os "direitos linguísticos" ainda são amplamente interpretados como "regressivos", já que, muito provavelmente, prolongariam a existência de diferenças etnolinguísticas. O valor dessas

¹³ Nota das Tradutoras: Para as transcrições de dispositivos desta Declaração, deu-se preferência à versão em português (de Portugal) disponibilizada no portal brasileiro das Nações Unidas, mais especificamente em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 31 jul. 2020. Apesar disso, é de se notar que a versão citada difere da que consta no portal da Unicef, por exemplo, (<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>), a prever, para o art. 2º transcrito em nota [do autor] posterior o seguinte: "Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição."

¹⁴ Nota do Autor: O art. 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece: "Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação" [veja-se nota anterior das tradutoras]. Portanto, as minorias, como tais, não gozam de direitos na Declaração. Houve várias tentativas de incluir um reconhecimento das minorias no texto, mas foi desencadeada uma forte oposição na fase de redação. O consenso é que "a melhor solução dos problemas das minorias é fomentar o respeito aos direitos humanos" (THORNBERRY, 1991b, p. 11-12).

diferenças e o direito a avaliá-las em geral não têm sido reconhecidos pelo moderno sentido ocidental da justiça [...] (1991, p. 72)

E, no entanto, o assunto que esse ponto de vista ignora convenientemente é uma longa história no direito internacional do reconhecimento dos direitos linguísticos, no geral dentro de um enfoque mais amplo de proteção cultural específica para os grupos minoritários. No século XIX, por exemplo, os tratados eram frequentemente empregados para a proteção dos grupos minoritários, inicialmente sobre a base da religião e mais tarde por motivos de nacionalidade (THORNBERRY, 1991a). Essas práticas culminaram na organização geral da Liga de Nações, criada em decorrência da Primeira Guerra Mundial. A Liga aprovou uma série de tratados bilaterais expedidos para obter o estatuto de política especial para os grupos minoritários dentro da Europa, no que foi conhecido como o projeto de Proteção das Minorias¹⁵. Esses tratados para as minorias, supervisionados pela Corte Permanente de Justiça Internacional (CPJI), referem-se principalmente à proteção das minorias “deslocadas” a outros Estados-nação, resultado, por sua vez, da reorganização das fronteiras estatais europeias depois da Primeira Guerra Mundial (PACKER, 1999; WOLFRUM, 1993). Foram incluídos dois tipos principais de medidas: (1) as pessoas pertencentes a minorias linguísticas, entre outras, igualar-se-iam às demais titulares de cidadania do Estado; (2) os meios para conservar as características nacionais das minorias, incluindo sua(s) língua(s), ficariam garantidos.

Na resolução judicial mais importante proferida acerca dessas disposições, a Opinião Consultiva sobre Direitos das Minorias na Albânia (1935), a CPJI indicou que esses dois requisitos eram inseparáveis. Chegou à conclusão de que “não haveria igualdade real entre uma maioria e uma minoria se esta se visse privada de suas próprias instituições e em consequência, obrigada a renunciar àquilo que constitui a essência mesma de ser uma minoria” (THORNBERRY, 1991a, p. 399-403). Baseadas nessa sentença, as minorias linguísticas confirmaram seu direito de estabelecer escolas e instituições privadas, um direito *mínimo* orientado à tolerância. Contudo, sempre e quando as proporções o justifiquem, adiantou-se também outro dos princípios fundamentais do direito internacional a respeito da proteção das minorias, o financiamento público das escolas médias de língua minorizada, já que se tratava

¹⁵ Nota do Autor: Deve-se dizer que a Liga das Nações não alimentava em princípio uma preocupação formal pelos direitos das minorias. Na realidade, não havia nenhuma disposição que tivesse compromisso com a proteção das minorias, nem com os direitos fundamentais, que pudesse ser incorporada a seu compromisso inicial. No entanto, essas omissões criaram uma importante controvérsia que levou a Liga das Nações a adotar e supervisionar um Plano de Proteção para as Minorias. Deve-se destacar também que este plano estava comprometido com um mecanismo de proteção para os direitos individuais, especialmente o direito à igualdade, como com uma preocupação específica em relação às minorias nacionais. Dessa maneira, a aproximação da Liga das Nações não é incongruente com a adoção mais recente dos Direitos Universais do Homem [sic] (DE VARENNES, 1996, p. 26-27).

de um direito mais orientado à promoção. Com relação a isto e outras decisões similares, as minorias linguísticas foram definidas unicamente por um critério numérico (ou seja, que constituam menos de 50% da população). Dito isso, a liberdade de escolha para pertencer a uma minoria também parecia estar presente nos tratados, questão à qual regressarei mais adiante.

No entanto, segundo vimos, a evolução do direito internacional deixou rapidamente sem efeito os tratados e princípios nos quais esses se baseavam¹⁶. As línguas minorizadas e os direitos da educação foram incluídos, em grande medida, dentro da definição mais ampla dos direitos humanos aprovados pelas Nações Unidas depois da Segunda Guerra Mundial. Os direitos humanos, propriamente ditos, foram pensados para proporcionar uma proteção suficiente às minorias¹⁷. Em consequência, não se considerou necessário nenhum direito adicional para os membros de determinadas minorias étnicas ou nacionais. Apesar disso, inclusive dentro desse marco mais geral de direitos, houve ecos, embora escassos, dos princípios de proteção das minorias com respeito à língua e à educação. O mais notável desses talvez tenha sido o artigo 27 do *Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos* (PIDCP) de 1966,¹⁸ que impõe um dever *negativo* dos Estados nacionais relativo à proteção das línguas e culturas dos grupos minorizados:

Nos Estados em que haja minorias étnicas, religiosas ou lingüísticas [sic], as *peessoas* pertencentes a essas minorias *não poderão ser privadas* do direito de ter, conjuntamente com outros membros de seu grupo, sua própria vida cultural, de professar e praticar sua própria religião e usar sua *própria língua*¹⁹.
(grifo do autor)

Antes de proceder ao exame desse artigo 27 com relação a suas implicações específicas para a língua e a educação, gostaria de destacar, em primeiro lugar, a natureza problemática da cláusula inicial: “Nos Estados em que haja minorias [...]”. Da mesma forma que outros vários exemplos de direito supranacional e/ou internacional, como veremos adiante, a promulgação

¹⁶ Nota do Autor: Também contribuiu claramente para esse distanciamento do reconhecimento cultural minoritário (e linguístico), o abuso do plano de proteção das minorias pelo regime nazista, por meio do qual Hitler se valeu de uma suposta inquietude pelos direitos das minorias alemãs no restante da Europa como elemento catalizador para a Segunda Guerra Mundial.

¹⁷ Nota do Autor: Realmente não foi demonstrado que seja este o caso. De fato, assim o reconheceram recentemente as Nações Unidas: o Relatório sobre Direitos Humanos e Minorias (nº 18, março 1992, p. 1), por exemplo, expõe: “O estabelecimento de normas que gerem direitos adicionais e cheguem a acordos especiais para pessoas que pertençam a minorias ou a grupos minorizados (embora seja uma meta estabelecida nas Nações Unidas há mais de 40 anos) tem um progresso lento”.

¹⁸ Nota das Tradutoras. O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos foi internalizado no Brasil apenas em 6 de julho de 1992, por meio do Decreto nº 592/1992.

¹⁹ Nota das Tradutoras: transcreve-se, aqui, a redação internalizada no Brasil por meio do Decreto nº 592/1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm. Acesso em: 31 jul. 2020.

satisfatória deste dispositivo depende, em última instância, de seu cumprimento pelos Estados-nação. Porém, além disso, em primeiro lugar, os Estados-nação devem estar de acordo que a legislação lhes seja aplicável ou não. Portanto, a formulação inicial provisória do artigo 27 permitiu que, no passado, alguns Estados-nação simplesmente negassem a existência de qualquer minoria dentro de sua jurisdição. A França é um exemplo de onde isso ocorreu, mas há muitos países, entre eles Malásia, Tailândia, Japão, Birmânia, Bangladesh e outros Estados-nação latino-americanos onde acontece o mesmo (THORNBERRY, 1991a, 1991b; DE VARENNES, 1996). Esse padrão de evasão foi enfrentado mais recentemente por novas diretrizes na Observação Geral do Pacto, aprovada em abril de 1994, na qual se estipulou que o Estado já não pode determinar por si só se uma minoria existe ou não em seu território. No entanto, o “problema do cumprimento” permanece como um debate inconcluso.

Seja como for, quero explorar aqui o que possa implicar em obrigações reais vinculadas ao artigo 27 — e, em particular, em que medida essas obrigações refletem tolerância ou promoção/orientação dos direitos linguísticos das minorias. Do mesmo modo, estou interessado em explorar mais a fundo o grau em que esses direitos se adaptam a grupos e/ou aos membros individuais desses grupos. Em primeiro lugar, e em relação a essa última questão, o processo para se chegar a um acordo sobre a particular redação do artigo 27 nos confere algumas pistas importantes. Como explica Patrick Thornberry, partindo-se dessa proposta inicial (“Não se negará às minorias linguísticas o direito... de empregar seu próprio idioma”), chegou-se à redação final do artigo 27 do seguinte modo:

A Sub-Comissão [das Nações Unidas] preferiu “pessoas pertencentes a minorias” em substituição a “minorias”, porque as minorias não são sujeitos de direitos, e as “pessoas pertencentes a minorias” facilmente poderiam definir-se em termos jurídicos. Por outro lado, foi decidido incluir “em comum com os outros membros do seu grupo” depois de “não negará” a fim de se reconhecer a identidade do grupo de alguma forma. (1991a, p. 149)

A evidente tensão, nesse caso, entre o indivíduo e a sua vinculação ao grupo, reflete-se na indagação sobre quem exatamente pode reivindicar direitos em face do artigo 27. Essa questão vem sendo abordada por dois vieses. O primeiro segue o precedente estabelecido pelos tratados anteriores, e as minorias referidas pelo artigo 27 passam a ser definidas em termos estritamente numéricos. Uma minoria é definida como um grupo que possui certa cultura, religião e/ou língua em comum e que constitui menos de 50% da população de um Estado. Assim, uma minoria pode ser numericamente superior em uma determinada região (como, por exemplo, são os quebequenses no Québec e os catalães na Catalunha) mas ser classificada como

minoría na totalidade do Estado nacional. Pelo segundo viés, qualquer pessoa pode se autodeclarar integrante de um grupo linguisticamente minorizado. Contudo, para evocar a proteção do artigo 27, ela também deve comprovar um vínculo *concreto* com esse grupo, ou seja, em relação a uma língua minorizada, isso significa demonstrar a existência de um vínculo real e objetivo com essa língua. Não seria possível, por exemplo, declarar-se membro de uma minoria étnica que é conhecida por falar uma determinada língua quem não fala essa língua. Nem as línguas particulares e os direitos a elas relacionados estariam vinculados a grupos étnicos específicos, uma vez que mais de um grupo étnico pode falar a mesma língua. Portanto, determinar se um indivíduo pertence ou não a uma minoria linguística específica não é uma questão de estabelecer categorias jurídicas ou políticas, mas constitui principalmente uma determinação objetiva baseada em algum tipo de relação concreta entre um indivíduo e uma comunidade linguística (DE VARENNES, 1996).

A definição do que constitui uma minoria linguística para efeitos do artigo 27 é importante por outro motivo: determinar se os direitos à língua minorizada e à educação são orientados à tolerância ou à promoção. A esse respeito, destacam-se duas escolas de pensamento. Seguindo a influente revisão da abrangência do artigo 27, realizada por Capotorti (1979), alguns comentaristas, inclusive eu (MAY, 1999, 2004; THORNBERRY, 1991a, 1991b; TOLLEFSON, 1991; SKUTNABB-KANGAS, 1998, 2000), argumentamos que, embora as palavras “não se negará” possam ser entendidas com o significado de que não é imposta ao Estado nenhuma obrigação de adotar medidas positivas que protejam esses direitos, uma visão alternativa igualmente convincente é que “o reconhecimento do direito de usar uma língua minorizada implica na obrigação de possibilitar a efetivação desse direito” (HASTINGS, 1988, p. 19). Com base nisso, argumentou-se que o artigo 27 abrange direitos linguísticos *orientados à promoção*, com o apoio do Estado assistente, em vez do direito mais limitado e *orientado para a tolerância* implícito em uma lei exclusivamente negativa.

Essa perspectiva dos direitos linguísticos *orientada à promoção* também pode assumir vínculos diretos com o direito à educação. Por exemplo: o artigo 2, “b” da *Convenção relativa à luta contra as discriminações na esfera do ensino* (1960) explicitamente facilita a criação ou manutenção, por razões linguísticas, de escolas separadas, desde que a matrícula seja opcional e o ensino siga as normativas nacionais. Além disso, o artigo 5 da mesma Convenção reconhece às minorias o direito basilar de manter suas próprias atividades educativas e, ao fazê-lo, a empregarem ou ensinarem sua própria língua. Posteriormente, modula esse direito, um tanto contraditório, condicionando-o às políticas educacionais do Estado e garantindo que não se prejudique a soberania nacional nem a capacidade de participação das minorias na vida

nacional. No entanto, o direito à educação em línguas minorizadas não pôde ser estabelecido (HASTINGS, 1988).

Uma questão, em todo caso, permanece: em que medida deve o Estado financiar a língua e a educação das minorias? Os direitos *orientados à promoção* sugerem que as próprias minorias é que necessariamente deveriam decidir quem é elegível para esses direitos. A revisão de Capotorti (1979), por exemplo, foi baseada no entendimento de que o artigo 27 seria aplicável apenas às minorias nacionais: grupos em situação de refúgio, imigrantes, pessoas trabalhadoras em migração e não cidadãs que foram excluídas. Em oposição, os direitos *orientados à tolerância* não implicariam qualquer obrigação por parte do Estado. Embora necessariamente mais limitados, esses direitos têm, pelo menos, a vantagem de serem aplicáveis a uma gama mais ampla de grupos minorizados. E isso nos leva à outra escola de pensamento sobre o artigo 27. Fernand de Varennes (1996) argumenta que a interpretação de Capotorti de uma obrigação mais ativa do Estado em nome das minorias nacionais, e o comentário subsequente que sustentou essa posição, não refletem as verdadeiras intenções do artigo 27. Aliás, o próprio Capotorti o admitiu à época de sua revisão. Com efeito, deixou-se de lado o que os editores queriam dizer originalmente, em função da preocupação de que um dever negativo não seria suficiente para proteger o direito à língua e à educação minorizadas. Em retrospectiva, de Varennes sugere que o pessimismo de Capotorti possa ter estado fora de lugar. Afinal, os tratados das minorias já haviam estabelecido o antigo princípio da língua e da educação *privadas* para as minorias sem qualquer obstáculo por parte do Estado. Ademais, reconhecia-se que, quando as proporções o justificassem, alguma forma de educação das minorias poderia ser subsidiada pelo Estado. Como conclui Varennes:

Assim, o artigo 27 parece fazer parte de um *continuum* jurídico há muito estabelecido, segundo o qual os direitos das minorias linguísticas de usar sua língua entre si incluem necessariamente o direito de estabelecer, administrar e dirigir suas próprias instituições de ensino, onde sua língua poderá ser usada como meio de instrução se for a considerada apropriada pela própria minoria. (1996, p. 158)

As discussões sobre o mérito do artigo 27 como uma ferramenta útil para direitos *orientados à promoção* ainda não terminaram. Seja como for, pelo menos podemos concluir que o artigo 27 sanciona uma referência clara aos direitos da língua e da educação *orientados à tolerância*. Esse nível de proteção dos direitos de língua e educação se aplica a todos os grupos minoritários com base na interpretação estritamente numérica de minorias em direito internacional. De fato, quando uma minoria tem um contingente significativo, ainda existe

alguma margem para o ensino de línguas a cargo do Estado, embora, dada a ênfase do artigo 27, essa decisão fique a critério dos próprios Estados nacionais. Isso nos leva ao problema central do artigo 27 e, na verdade, da maior parte do direito internacional nessa área, incluindo o mais recente (que veremos a seguir). Em suma, grande parte da aplicação de tais medidas ainda depende do que os Estados-nação consideram apropriado. Dessa forma, o resultado é confiado às vicissitudes da política doméstica, em que a provisão dos direitos das minorias é vista principalmente como uma questão de generosidade política, ao invés de uma questão fundamental de direitos humanos. Por sua vez, a consequência disso é, muitas vezes, a adoção do nível mínimo de direitos necessários — e, às vezes, nem isso.

Apesar dessa dificuldade, uma visão mais orientada para a promoção dos direitos à educação e às línguas minorizadas parece estar ganhando espaço, pelo menos para as minorias nacionais, ou seja, para os grupos minoritários que têm uma associação historicamente estabelecida com um território determinado. Nesse sentido, há uma série de instrumentos recentes de direito internacional que, pelo menos em teoria, permitem uma perspectiva mais orientada para a promoção dos direitos linguísticos e educacionais. Esses instrumentos são, por sua vez, produto de uma abordagem mais flexível às minorias após a Guerra Fria (PREECE, 1998).

Um dos instrumentos mais importantes é a *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas pertencentes a Minorias Nacionais, Étnicas ou Religiosas*, aprovada em dezembro de 1992²⁰. Essa Declaração das Nações Unidas reconhece que a promoção e proteção dos direitos das pessoas pertencentes a minorias contribui, de fato, para a estabilidade política e social dos Estados onde vivem (Preâmbulo). Consequentemente, a Declaração assim reformula o art. 27 desse Pacto: “As pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e linguísticas (doravante denominadas “pessoas pertencentes a minorias”) terão direito a desfrutar de sua própria cultura, a professar e praticar sua própria religião, e a utilizar seu próprio idioma, em privado e *em público*, sem ingerência nem discriminação alguma” (art. 2.1, grifo do autor).

Assim, podemos verificar que a expressão “não deve ser negado” (no art. 27) foi substituída pela mais ativa “terão direito”. Além disso, e significativamente, a formulação reconhece que as línguas minorizadas podem ser faladas tanto em âmbito público quanto no privado, sem temor à discriminação. Dito isso, a Declaração da ONU de 1992, ao contrário do

²⁰ Nota das Tradutoras: Usou-se como fonte para esta Declaração o texto disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/>. Acesso em: 31 ago. 2020.

PIDCP, continua sendo uma recomendação, e não um pacto vinculante. Implica dizer que, em última análise, cabe aos Estados-nação decidir se desejam ou não cumprir seus preceitos. Segue uma linha similar o verdadeiro dispositivo a tratar sobre a educação em línguas minorizadas — o art. 4.3, que consideravelmente qualifica a intenção positiva mais geral prevista no art. 2.1, já transcrito antes. Segundo o art. 4.3: “os Estados *deverão* adotar as medidas *apropriadas* de modo que, *sempre que possível*, as pessoas pertencentes a minorias possam ter oportunidades *adequadas* para aprender seu idioma materno ou para receber instruções em seu idioma materno” (para uma discussão mais ampla, ver: SKUTNABB - KANGAS, 2000, p. 533-535).

Outras novidades na legislação pan-europeia também refletem as tensões concorrentes entre, por um lado, uma adaptação cada vez maior dos direitos *orientados à promoção* de línguas e educação de minorias e, por outro, uma reticência permanente dos Estados-nação para aceitar esse ponto de vista. A *Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias* (1992) é um exemplo disso. Oferece uma escala móvel de oferta educacional para as línguas das minorias nacionais e regionais (mas não para as dos grupos imigrantes) e oscila entre o estabelecimento de um mínimo de direitos (como, por exemplo, a assistência pré-escolar) para populações mais restritas e direitos mais generosos (como o ensino de línguas minorizadas em escolas primárias e secundárias) para grupos mais amplos. Contudo, uma vez mais, caberá aos Estados-nação decidir o que será ofertado, decisão para a qual estes que se baseiam tanto em aspectos locais, quanto no tamanho do grupo em questão.

Os Estados-nação europeus também conservam uma margem e uma flexibilidade consideráveis em face da decisão sobre quais artigos da Carta eles realmente aceitam e quais devem aceitar primeiro. Nesse sentido, eles são obrigados a aceitar apenas 35 dos 68 artigos, e 3 desses 35 artigos se referem à educação. O processo é duplo. Um Estado deve primeiro assinar a Carta em reconhecimento simbólico de seu compromisso com seus valores e princípios. Depois disso, os Estados podem ratificar o tratado — nesse caso, reconhecendo formalmente quais línguas regionais particulares ou minorizadas devem ser incluídas sob os auspícios do tratado. Por essa regra, até 2009, 33 Estados europeus tinham assinado a *Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias* (1992), mas apenas 24 a tinham ratificado (GRIN, 2003; NIC CRAITH, 2006)²¹.

Segue um padrão semelhante a *Convenção-Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais* (1994), que foi aprovada pelo Conselho da Europa em novembro de 1994 e entrou em vigor em fevereiro de 1998. A Convenção-Quadro permite uma ampla gama de direitos

²¹ Nota do Autor: Em 2009, nove Estados europeus assinaram a Carta, mas não a ratificaram: Azerbaijão, Bósnia Herzegovina, França, Islândia, Itália, Malta, Moldávia, Rússia e República da Macedônia.

baseados na tolerância para com as minorias nacionais, incluindo os direitos à língua e à educação. Afirma também, a um nível mais geral, que os Estados participantes se comprometem:

a promover as condições adequadas a permitir às pessoas pertencentes a minorias nacionais a conservação e o desenvolvimento da sua cultura, bem como a preservação dos elementos essenciais da sua identidade, que são a sua religião, a sua língua, as suas tradições e o seu património [sic] cultural. (art. 5. 1)²²

Dito isso, as disposições específicas para idioma e educação permanecem suficientemente matizadas para que a maioria dos Estados possa evitá-las, se assim o desejarem (GRIN, 2003; NIC CRAITH, 2006; THORNBERRY, 1997, TROEBST, 1998)

Assim, os avanços em direito internacional são, ao mesmo tempo, encorajadores e decepcionantes. O princípio do reconhecimento das minorias em termos de língua e educação está legalmente consagrado, pelo menos como um direito mínimo *orientado à tolerância*, isto é, restringindo-se à esfera privada. No entanto, uma interpretação mais liberal dos direitos *orientados à tolerância* (que envolvem um certo montante de auxílios estatais quando os números o justificam) e, sem dúvida, direitos *orientados à promoção*, continuam a depender em grande medida da generosidade de cada um dos Estados-nação na sua interpretação de direito internacional — e nacional — em relação às minorias. Dito isso, há, sem dúvida, uma pressão crescente dos próprios grupos minoritários para obter um maior reconhecimento dos direitos à língua e à educação separadamente e, quando a proporção numérica o justifique, para garantir alguma forma de reconhecimento e financiamento público em relação a esses. Nesse sentido, embora não possa haver garantia jurídica irrefutável de reconhecimento e financiamento, há, no plano coletivo, seja em face do direito internacional seja do direito interno, um crescente reconhecimento de que grupos minoritários expressivos dentro de um país têm uma expectativa razoável de algum tipo de apoio estatal (DE VARENNE, 1996). Em outras palavras, embora não seja razoável que os Estados nacionais sejam solicitados a financiar serviços linguísticos e educação para todas as minorias, aceita-se, cada vez mais, que não é razoável o Estado eximir-se da prestação de serviços e atividades essenciais em uma língua falada por um número significativo de pessoas dentro de seu território.

Diante do exposto, esses argumentos se estão tornando um assunto que deve ser tratado pelos Estados-nação de uma forma ou de outra. Essa é uma escolha moral e política para os

²² Nota das Tradutoras: Usou-se aqui a tradução para o português disponível no site do Council of Europe [Conselho Europeu]. Disponível em: <http://www.coe.int>. Acesso em: 31 ago. 2020.

Estados-nação, já que a prática de longa data de não acomodar as demandas das minorias não é tão facilmente defensável no cenário social e político atual. Ignorar tais demandas, como se fazia antes, tampouco parece capaz de sufocar ou reduzir a questão dos direitos das línguas minorizadas; na verdade, é muito mais provável que a potencialize. Nessas circunstâncias:

qualquer política a favor de um único idioma e a exclusão de todos os outros pode ser muito arriscada ... porque então se torna um fator que promove a divisão em vez de promover a unificação. Em vez de integração, uma política linguística estatal equivocada e inadequada pode ter o efeito oposto e causar protestos generalizados. (DE VARNES, 1996, p. 91)

4. O caso da Catalunha

A incipiente ainda que contínua tendência do direito internacional rumo a um maior reconhecimento dos direitos linguísticos, *orientados à promoção* das minorias, é também sustentada no plano europeu pela urgência de uma alternativa no cenário político em nível regional. Esse processo de “europeização” (KEATING, 2009; TRENZ, 2007) permitiu que grupos minoritários operem de forma independente das (ou, pelo menos, em conjunto com as) nações a que estão submetidos neste momento, promovendo sua causa para um maior reconhecimento cultural e linguístico. Como já destacava Esteve, a princípios dos anos noventa, “a dinâmica da situação atual sugere que a Europa pode evoluir para uma associação complexa de comunidades autônomas em que o processo de unificação supranacional é acompanhado por um reforço das... autonomias regionais” (1992, p. 259). O período de intervenção parece confirmar essa constatação, com a crescente influência da Europa das regiões e, em particular, do Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa (LIKHACHEV, 2009; TROMMER e CARI, 2006). Além disso, as minorias linguísticas têm sido particularmente propensas a usar esse *espaço intermediário de opinião* no polivalente sistema europeu a fim de facilitar e divulgar “diretrizes e modelos comuns de particular interesse para a proteção das minorias” (TRENZ, 2007, p. 161).

Um bom exemplo disso é o da Catalunha, que desde 1979 começou a restabelecer de forma satisfatória e, desde então, a consolidar os direitos da minorizada cultura e língua catalã, como uma das 17 autonomias do multinacional Estado espanhol pós-franquista. Dessa forma, a *Generalitat de Catalunya* conseguiu o multilateral reconhecimento concedido às diferentes regiões pela nova Constituição espanhola, como veremos a seguir. O governo catalão também foi um destacado partidário da Europa das regiões e, dentro dos estreitos limites do sistema intergovernamental da política, participou, tanto quanto possível, dos projetos oficiais da União

Europeia (KEATING, 1996, 1997, 2009; KEATING e HOOGHE, 1996). Portanto, esses desenvolvimentos em nível regional forneceram um importante espectro de apoio institucional para o restabelecimento do catalão como língua na esfera cívica ou pública da Catalunha, após a longa proibição do regime de Franco. Mas, como ainda veremos, enfrentou, para isso, a oposição de grande parte do Estado espanhol.

O catalão é uma língua regional majoritária na Catalunha que, em 2009, abrangia cerca de 9 milhões de falantes (somando a Catalunha e o restante da Europa). Fora da Catalunha, o catalão é falado em Valência, nas Ilhas Baleares, em Andorra, na cidade de Alghero (na Sardenha) e no departamento francês dos Pireneus Orientais, o cantão de Rosselló, como é chamado em catalão, também conhecido como o Rossilhão francês (FISHMAN, 1991). No entanto, ainda permanece uma língua claramente minorizada em comparação com o grande país espanhol onde é encontrada. Strubell (1998) argumenta que o catalão seria um caso único na Europa, pois teria sido, de fato, a única língua com essa expressão a sobreviver nos três últimos séculos sem ter tido nenhum Estado a apoiá-la. Seria também a única língua que, nessas circunstâncias, não entrou em declínio demográfico irreversível. Essa resistência do catalão se deve em grande parte ao papel de destaque que a Catalunha desempenhou ao longo da história, já que suas raízes remontam a antes do século X (CASTELLS, 1997). Essa história é caracterizada, por sua vez, pela busca insistente de maior autonomia linguística e política para a Catalunha, muitas vezes na mira de políticas altamente centralistas que reprimiram as instituições políticas catalãs e também sua língua.

O exemplo mais recente disso, por certo, pode ser encontrado na ditadura de Franco ao longo de quarenta anos na Espanha (1936-1975), que previa a proibição oficial do catalão em todas as esferas públicas (administração, comércio, educação, mídia e até mesmo, na época, a Igreja) e a implacável aplicação dessas restrições linguísticas. Até mesmo os nomes próprios e topônimos catalães foram proibidos e substituídos por nomes equivalentes em castelhano. A língua catalã foi declarada como *mero dialeto* e a propaganda oficial daquele período descreveu seus falantes como “cães latindo” ou como “não-cristãos” (FISHMAN, 1991). Somente depois de vinte anos essas restrições foram suavizadas, ao menos em parte, com uma certa liberdade sobre o uso do catalão na Igreja. Por volta de 1970, foi promulgada uma lei permitindo o ensino de catalão (não o ensino *em catalão*), mas essa lei não foi, de fato, aplicada antes de 1975, ano da morte de Franco (FISHMAN, 1991). Deixando de lado essas tardias e limitadas concessões, o “glorioso Movimento Nacional” de Franco era claramente um movimento espanhol nacionalista e centralista, que tinha em vista a repressão do catalão e sua substituição pelo espanhol castelhano ou a *língua do império* (STRUBELL, 1998).

Após a morte de Franco, a democracia foi rapidamente restaurada na Espanha e uma nova constituição foi referendada pelos principais partidos políticos que surgiram nas primeiras eleições democráticas, um feito nada desprezível. Contudo, de forma ainda mais radical, a Constituição Espanhola de 1978 afastou-se, em certa medida, do centralismo e das políticas abertamente associacionistas que predominaram na política espanhola durante os dois séculos anteriores, e mais claramente na época de Franco. A esse respeito, a Constituição alcançou um equilíbrio sutil. Por um lado, continuou a destacar o contínuo processo de unidade e coesão social, característico da concepção centralista tradicional de Estado-nação, o Espanhol, sobretudo pela proclamação da língua espanhola como única língua oficial do Estado, que deveria ser falada por todos os cidadãos e cidadãs. Por outro lado, a Constituição também reconheceu especificamente o pluralismo cultural e linguístico da Espanha, garantindo direitos especificamente culturais e linguísticos, e outorgando um grau significativo de autonomia política às diferentes minorias nacionais do Estado espanhol. Esse último aproximou muito mais a Espanha de um modelo de Estado multicultural — e multilíngue. O artigo 2 da Constituição abrange ambas as posições: “A Constituição se baseia na unidade indissolúvel da Nação Espanhola, pátria comum e indivisível de todos os espanhóis, e reconhece e garante o direito à autonomia das nacionalidades e regiões que a compõem e solidariedade entre todas elas” (apud GUIBERNAU, 1997, p. 93).

Nessa base, foram assim estabelecidas as 17 autonomias espanholas, sendo a Catalunha a primeira através do seu Estatuto de Autonomia, promulgado em 1979²³. O Estatuto de Autonomia da Catalunha de 1979 é significativo pela ênfase que coloca nas origens históricas da Catalunha, especialmente sua língua e cultura, junto com sua restauração dentro de um projeto político democrático especificamente moderno e modernizador. Dessa forma, o Preâmbulo estabelece: “No processo de recuperação de sua liberdade democrática, o povo da Catalunha também recupera suas instituições para o autogoverno” (apud GUIBERNAU, 1997, p. 94). O Estatuto também é significativo por seu reconhecimento específico da identidade e liberdade coletiva (ou, mais precisamente, um conjunto diferenciado de direitos, conforme previsão de Kymlicka sobre a qual argumentei antes), um reconhecimento que está implícito no seguinte texto:

A liberdade coletiva da Catalunha encontra nas instituições da Generalitat [o governo local] um vínculo com uma longa história de ênfase e respeito pelos direitos fundamentais e pelas liberdades públicas das pessoas e dos povos: uma história que o povo da Catalunha quer continuar para tornar possível a

²³ Nota do Autor: Um novo Estatuto de Autonomia, aplicado em 2006, será explicado posteriormente.

constituição de uma sociedade democrática com visão de futuro. (apud GUIBERNAU, 1997, p. 95, grifo do autor)

Um exemplo concreto de direitos de grupo é o direito de falar catalão na Catalunha. Nesse ponto, o Estatuto de 1979 é muito claro quando, no seu art. 3.2, estabelece que o catalão é “la llengua pròpia de Catalunya” [a língua própria da Catalunha]. Define também que “o catalão é a língua oficial da Catalunha assim como o castelhano é a língua oficial de todo Estado espanhol” (Art. 3.2; ARTIGAL, 1997, p. 135; GUIBERNAU, 1997, p. 96). O Estatuto também prevê um plano de ação concreto:

A Generalitat [...] garantirá o uso normal e oficial de ambas as línguas, adotará qualquer medida considerada necessária para garantir que ambas as línguas sejam conhecidas e criará as condições necessárias para que se alcance a igualdade total entre as duas em tudo que se refira aos direitos dos cidadãos da Catalunha. (Art. 3.3, apud STRUBELL, 1998, p. 163)

A tarefa de realizar esse projeto foi confiada à coalizão nacionalista *Convergència i Unió* (CIU), liderada por Jordi Pujol, eleito para dirigir a *Generalitat* nas primeiras eleições regionais em 1980. A CIU, que permaneceu no poder até 2003,²⁴ insistia no caráter político peculiar da Catalunha, mas argumentava que este estaria mais bem preservado dentro do Estado multinacional espanhol do que invocando o separatismo (para mais informações: GUIBERNAU, 1997). A CIU também atribuiu grande importância à manutenção e ao amparo a uma identidade catalã diferenciada. Sua definição sobre quem seria catalã ou catalão incluía as pessoas que vivem e trabalham na Catalunha, sem estabelecer distinções de ordem religiosa, étnica ou racial. Mas a CIU acrescentou um adendo: o de “querer ser” catalã ou catalão, gesto que implicava querer aprender a língua catalã (CASTELLS, 1997). Como afirmou Pujol, o ex-presidente mais antigo da CIU: “Nossa identidade como país, nosso desejo de ser um e nossas perspectivas de futuro dependem da preservação de nossa língua” (apud GUIBERNAU, 1997, p. 101). Por essa razão, muitos dos esforços subsequentes da CIU centraram-se em aumentar a política autônoma da Catalunha em relação à Espanha e restabelecer completamente o catalão como língua oficial do Estado e da sociedade civil.

O restabelecimento do catalão como língua cívica, sobre o que comentarei adiante, foi alcançado graças a um amplo programa de política linguística dentro da Catalunha. O principal

²⁴ Nota do Autor: A CIU era, em 2009, o partido mais votado nas eleições autonômicas da Catalunha, mas perdeu a maioria absoluta em 2003. Manteve-se como o principal partido de oposição na Comunidade Autônoma após ter sido sucedido, no processo eleitoral, por uma coalizão tripartite, composta em 2003 e reformada nas eleições de 2006, que foram convocadas em função de divisões na coalizão.

instrumento desse programa, pelo menos inicialmente, foi a *Llei de Normalització Lingüística* [Lei de Normalização Linguística], de 1983, que também foi referida como *Foro da Língua Catalã*. A normalização linguística no contexto catalão foi descrita pela primeira vez no Congresso de Cultura Catalã (1975 - 1977), como: “um processo no qual a língua recupera gradualmente as funções anteriores que tinha perdido e, ao mesmo tempo, reforça sua influência nos setores sociais dentro do território, onde não havia sido utilizada antes” (TORRES, 1984, p. 59). À luz disso, e segundo Fishman (1991), o processo de normalização linguística empreendido posteriormente na Catalunha pode ser descrito quando se definem os seus três objetivos de expansão:

1. Conseguir a promoção simbólica e a institucionalização funcional do catalão em todos os setores chave dos domínios público e privado.

2. Corrigir o analfabetismo catalão, bem como qualquer sentimento de inferioridade associado a essa língua, duas heranças do período franquista.

3. Através de “uma política de persuasão” (WOOLARD, 1985, 1986, 1989), obter o compromisso de falantes de castelhano para que elejam o catalão como primeira língua e, ao mesmo tempo, fazer frente a qualquer hostilidade ao catalão que provenha da ideia de que este possa conformar uma *ameaça* ao idioma espanhol, a língua oficial do Estado espanhol.

No decorrer dos últimos trinta anos, a Catalunha atingiu grande êxito em face dos dois primeiros objetivos, mas o terceiro, como veremos a seguir, segue sendo um pouco polêmico. Atualmente, a população catalã tem pleno direito de usar o catalão em todas as situações públicas ou privadas, e são em catalão os documentos orais e escritos das autoridades locais. Sem dúvida, essas mudanças não foram feitas da noite para o dia. A característica mais importante da planificação linguística do catalão, especialmente nas suas primeiras etapas, foi a aproximação gradual, para assim garantir um amplo apoio entre a Catalunha e a Espanha na sua totalidade (ARTIGAL, 1997; HOFFMAN, 1999, 2000; MILLER e MILLER, 1996; WOOLARD, 1989).

Contudo, as tentativas anteriores de ampliar a situação jurídica e o alcance institucional do catalão demonstraram ser controversas, especialmente no restante do Estado espanhol, embora isso se ajuste ao polêmico reconhecimento dos *direitos de promoção* da língua de modo geral, em que centro este artigo. Nesse aspecto, destacam-se a *Lei de Política Linguística do*

Catalão, de 1998²⁵, e a legislação sobre a língua catalã afiançada pela revisão do *Estatuto de Autonomia da Catalunha*, de 2006²⁶.

A Lei de Política Linguística de 1998 tem três objetivos principais. O primeiro é o de apoiar a consolidação legal das políticas linguísticas catalãs nas escolas e no âmbito civil, aplicando, no primeiro caso, uma educação catalã unificada²⁷ e, no segundo, intensificando ainda mais a exigência do uso da língua catalã por parte do funcionalismo público da *Generalitat*, bem como pelas autoridades locais²⁸. O segundo objetivo é o de incrementar a presença do catalão nos âmbitos comercial e de comunicação (nos quais o castelhano permanecia como língua dominante). Isso foi implementado principalmente por meio da introdução de um sistema de cotas mínimas²⁹ de língua catalã nos meios audiovisuais e pela demanda de um serviço bilíngue no setor comercial³⁰. Sobre esse último ponto, a lei apela às empresas privadas para que apliquem programas ou medidas de apoio a um maior uso do catalão³¹. O terceiro objetivo da lei é conseguir uma base de difusão, a fim de implementar a igualdade completa entre o catalão e o espanhol em todos os âmbitos da linguagem protocolar,

²⁵ Nota das Tradutoras: A versão em castelhano da Lei 1/1998, de 7 de janeiro, sobre Política Linguística, aprovada pelo Parlamento da Catalunha e promulgada, “em nome do Rei” e por força do art. 33.2 do Estatuto de Autonomia da Catalunha pelo Presidente da Generalitat, Jordi Pujol, pode ser acessada em: <https://www.boe.es/boe/dias/1998/02/11/pdfs/A04809-04818.pdf>.

²⁶ Nota das Tradutoras: O Estatuto de Autonomia de 2006 foi publicado no site do Parlamento da Catalunha em catalão, aranês e castelhano. A versão em castelhano de 2013, consultada quando do processo de tradução deste artigo, consolida as modificações impostas pela “Ley del Estado 16/2010” e Sentenças 31/2010, de 28 de junho, 48/2010, de 9 de setembro, 137/2010 e 138/2010, as duas últimas datadas de 16 de dezembro, todas do Tribunal Constitucional da Espanha. Na versão consolidada, “os artigos, parágrafos, sintagmas e palavras declaradas inconstitucionais ou nulas”, segundo o Tribunal Constitucional Espanhol foram destacados em vermelho. Os dispositivos aos que se impôs “interpretação conforme” em relação à sentença constitucional foram também destacados. O documento foi encontrado em: <https://www.parlament.cat/document/cataleg/48146.pdf>. Último acesso em: 31 ago. 2020.

²⁷ Nota das Tradutoras: Nesse aspecto, destacam-se alguns dispositivos da Lei 01/1998 da Política Linguística do Catalão: o art. 21.6 veda a expedição de diploma de conclusão do ensino secundário a quem não comprovar conhecimentos orais e escritos de língua catalã e castelhana, e o art. 21.8 prevê a prestação de apoio adicional especializado de catalão a estudantes incorporados tardiamente ao sistema educacional da Catalunha.

²⁸ Nota das Tradutoras: O art. 11.3 prevê que o processo seletivo para o provimento de vagas da *Generalitat*, administrações locais e universidades deve incluir a comprovação de domínio oral e escrito da língua catalã.

²⁹ Nota das Tradutoras: O art. 26 previu que deveria ser em língua catalã um mínimo de 50% do tempo de emissão dos programas de produção própria (art. 26.1) e também para radiodifusão (art. 26.3). Nas programações de música cantada, seja em rádio ou televisão, um mínimo de 25% deveria ser de canções em catalão ou aranês (art. 26.5).

³⁰ Nota das Tradutoras: O art. 15.3 estabeleceu que contratos de adesão, com condições gerais ou com cláusulas tipo deveriam ser redigidos na língua escolhida pelos consumidores e consumidoras e colocados à disposição em exemplares separados em castelhano e catalão.

³¹ Nota das Tradutoras: Nesse aspecto, destacam-se da Lei 01/1998 os seguintes dispositivos: (1) o art. 32.3 prevê que placas de sinalização e de ofertas de serviços em estabelecimentos abertos ao público devam ser redigidos, pelo menos, em catalão; (2) o art. 36.2 dispõe que a *Generalitat* estimulará o uso do catalão em locais de trabalho e em contratos, acordos e convenções coletivas de trabalho, para o que há de promover a participação direta dos sindicatos e das organizações empresariais; (3) o art. 37.2 possibilita o estabelecimento de bonificações e isenções fiscais para os atos relacionados com a normalização e o fomento da língua catalã, a fim de promover a imagem pública e estimular o uso do catalão em atividades laborais, profissionais, mercantis, publicitárias, culturais, associativas, desportivas, lúdicas e de que qualquer outro tipo (art. 37.1).

para o que se incluíram não só as áreas autonômicas de administração consideradas dependentes da *Generalitat* catalã, como também setores que permaneciam sob a jurisdição do governo central da Espanha, especialmente o sistema jurídico, legislativo e de arrecadação de impostos (COSTA e WYNANTS, 1999; ver também: COSTA, 2003).

Enquanto a Lei de Normalização Linguística (1983) se ocupava principalmente da difusão do conhecimento do catalão na Catalunha, especialmente na educação e no âmbito civil, a Lei de Política Linguística do Catalão empenhava-se em estender mais ainda o seu alcance jurídico e institucional. Essas medidas constituíram, de fato, um *novo passo* rumo à promoção dos direitos linguísticos do catalão. Inevitavelmente, essa *mudança de ritmo* gerou controvérsias e oposição, apesar da grande aceitação das medidas linguísticas existentes até o momento. Entretanto, uma característica curiosa dessa oposição foi, em grande medida, ter começado e sido alimentada em algum outro lugar da Espanha que não a Catalunha. Também tendia a estar firmemente arraigada a uma ideologia política conservadora, que advogava pelo retorno ao nacionalismo espanhol, nacional e tradicional (DI GIACOMO, 1999), relacionado com um recorte de autonomia regional. Essa foi uma característica chave na política retórica do partido conservador espanhol (o Partido Popular) enquanto esteve no poder, de 1996 a 2004, e desde então continua fazendo parte do seu programa político de oposição. Também teve reflexos no pressuposto, frequentemente disseminado na metade dos anos 90, de que o avanço do catalão constituiria uma ameaça direta à hegemonia do espanhol, bem como à liberdade de escolha do idioma por parte dos falantes de castelhano. Ou, como definiu a manchete de um jornal espanhol em 1993: “como Franco, só que ao contrário: a perseguição do castelhano na Catalunha” (conforme nota de COSTA e WYNANTS, 1999).

Assim, quando o modelo unificado da aplicação do catalão no sistema de ensino foi adotado pela primeira vez em 1993, a oposição denunciou o governo catalão ao Tribunal Constitucional Espanhol, argumentando que tal medida contrariava o direito individual, amparado pela Constituição, de se falar o espanhol. Infelizmente para o polo demandante, o Tribunal Constitucional decidiu, em dezembro de 1994, que a aplicação do modelo educacional catalão *era* constitucional, uma vez que sua finalidade era constituir-se como bilíngue, albergando ambas as línguas, o catalão e o espanhol, e que a grande presença do espanhol no âmbito social da Catalunha atestava o êxito dessa política. Essa sentença é bastante coerente com outra decisão anterior, de fevereiro de 1991, do mesmo Tribunal em face do julgamento da constitucionalidade da obrigatoriedade de conhecimento de língua catalã como pré-requisito oficial para o acesso às funções públicas na Catalunha. Naquela ocasião, o grupo de oposição à língua catalã levou ao Tribunal o argumento de que tal disposição discriminava, por motivos

idiomáticos, as pessoas falantes de espanhol, ao mesmo tempo em que limitava a liberdade de locomoção que a Constituição espanhola garantia a todos os seus cidadãos e cidadãs.³² Não obstante, o Tribunal Constitucional entendeu que o estabelecimento de uma língua oficial em uma comunidade autônoma não era uma disposição irracional nem desproporcional (MILLER e MILLER, 1996). Retornando-se agora para a diferenciação estabelecida por Kymlicka e comentada anteriormente, entendeu o Tribunal que as restrições impostas pela legislação catalã no que tange à matéria linguística não eram tão substanciais ao ponto de desafiar as leis espanholas e que os seus fundamentos constituíam uma proteção externa.

Entretanto, a oposição às garantias estabelecidas aos direitos da língua catalã continua presente no cenário político espanhol. Ressurgiu em 2006 com a revisão do *Estatuto de Autonomia da Catalunha* que datava de 1979, e buscava consolidar e ampliar áreas chave da autonomia regional, incluindo a língua catalã e a educação. O *Estatuto de Autonomia* de 2006 teve origem em um notável *Relatório sobre a reforma do Estatuto da Catalunha*, realizado em 2004 pelo Institut d'Estudis Autònoms (IEA) e que destacava uma série de limitações admitidas pelo Estatuto de 1979. Entre estas, destacava a contínua falta de reconhecimento da Catalunha como *nação* e a ausência de negociações bilaterais sobre financiamento, especialmente sobre a arrecadação de impostos. Ao longo dos anos 2004 e 2005, ocorreram intensas (e às vezes controvertidas) negociações entre o governo catalão e o governo central, naquele então dirigido pelo Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), liderado pelo presidente Rodríguez Zapatero (para aprofundar o assunto, consulte-se: COLINO, 2009). Grande parte da controvérsia girava em torno da inclusão ao novo Estatuto do termo “nação” (que, ao fim, foi considerado inconstitucional) bem como os acordos bilaterais sobre finanças. Apesar disso, em março de 2006 chegou-se a um acordo entre os partidos políticos catalães e o governo central. Até o momento [este artigo foi redigido em 2009], outros sete estatutos de autonomia foram revisados na Espanha.

Os aspectos chave do novo Estatuto de Autonomia da Catalunha destacam uma identidade regional diferenciada, distinta do Estado espanhol, com ideias de identidade nacional incluídas (em forma de compromisso) mais no Preâmbulo do que no texto em si. Com essa ampla reafirmação da autonomia regional, pode-se afirmar que a política linguística desenvolvida na

³² Nota das Tradutoras: é de se observar que, ao longo de todo o processo de tradução deste artigo, foram empreendidos esforços de emprego de linguagem inclusiva e não sexista, razão pela qual é de esclarecer que repetições como a aqui destacada (“cidadãos e cidadãs”), ou mesmo a referência a “pessoas trabalhadoras” em vez de “trabalhadores”, em outros momentos do texto, são esforços das tradutoras. Não obstante, nas citações de normativas catalãs presentes no ponto 4 deste artigo, repetições como essas não são intervenções do processo de tradução, mas traduções literais das leis citadas, que evidenciam esforços inclusivos não só em aspectos linguísticos, mas também de gênero.

Catalunha ao longo desses últimos trinta anos está largamente consolidada. Como resume Colino:

Seguindo a ideia de que o catalão é a única língua “própria” da Catalunha, e considerando o espanhol simplesmente como a língua oficial do Estado, o novo estatuto estabelece o catalão como a língua de uso preferencial nos órgãos de administração pública, na mídia e também no sistema educacional, ampliando agora seu emprego à educação universitária... [São necessárias cidadãs e cidadãos] para conhecer a língua autonômica... portanto, é necessário igualar a sua situação com o espanhol na Constituição. Também introduz a chamada disponibilidade linguística obrigatória, que impõe aos negócios e estabelecimentos comerciais a obrigação de responder a clientes na língua que escolherem. (2009, p. 275)

O Estatuto também garante o reconhecimento do occitano aranês, falado em Val d`Aran [no extremo noroeste da Catalunha, fronteira com a França], bem como a língua de sinais catalã como língua cooficial, junto com o castelhano e o catalão. Reconheceu, ademais, um direito de tolerância em face de falantes de outras línguas, como, por exemplo, de romani [língua cigana], urdu, árabe ou de línguas tamazigues [ou berberes], entre outras, que gozam de proteção para sua manutenção na esfera privada. Foram, além disso, assegurados o acesso aos serviços mais importantes e o aprendizado das línguas oficiais da comunidade autônoma (PARÍS, 2007).

5. Conclusão

O caso catalão demonstra como a aproximação da cidadania de um grupo diferenciado, juntamente com o processo de compromisso político em diversos níveis, pode melhorar significativamente as possibilidades e as perspectivas dos direitos linguísticos considerados direitos basilares para a humanidade. Com o apoio do direito internacional, fez-se possível o reconhecimento de nossas (cada vez mais múltiplas e frequentes) identidades linguísticas, assim como o direito de usar (se assim decidirmos) todas as línguas que possuímos, seja no ambiente familiar ou na esfera privada (*direito à tolerância*), seja no âmbito cívico ou público (*direito à promoção*) — este último normalmente associado ao critério de “quando a proporção o justifique”.

Entretanto, o caso catalão também demonstra que a validade dos *direitos de promoção* e os fundamentos sobre os que se sustentam seguem envoltos em controvérsia e, muitas vezes, são rebatidos, mesmo se já estiverem perfeitamente estabelecidos. O fato de esses argumentos contrários não serem válidos e de serem facilmente refutados não altera a natureza frequente (e, às vezes, ruidosa) da contínua oposição em face a tais direitos de promoção linguística. No fim

das contas, no caso da Catalunha, a promoção da língua catalã *não* ameaça claramente a posição do espanhol ou os direitos dos falantes deste idioma no território espanhol. A língua espanhola nunca foi proibida em nenhum lugar da Catalunha (dentre outras razões, porque a Constituição não o permite) e, na verdade, nenhuma outra língua o foi. O espanhol está realmente estabelecido como o *único* idioma oficial de *todo* o Estado espanhol, enquanto o catalão apenas assume *status* de língua cooficial dentro do território da Catalunha. Além disso, o espanhol continua sendo a língua predominante na mídia, bem como nos âmbitos judiciais, fiscais e comerciais no território catalão, mesmo que isso possa mudar com a chegada de um novo Estatuto.

A contínua oposição aos direitos linguísticos *orientados à promoção* é muitas vezes expressada em termos de direitos individuais (normalmente, o direito da maioria dos habitantes, nesse caso, em espanhol) para permanecer em uma situação monolíngue. A oposição frequentemente se enquadra em um discurso sobre a *intolerância*, segundo o qual o estabelecimento dos *direitos de promoção* de um grupo minorizado implicaria em uma imposição intolerante para o grupo majoritário. No entanto, isso nos conduz a outra pergunta chave: se os falantes de castelhano na Espanha podem reconhecer oficialmente a sua língua, dentro do seu território histórico, como um direito inalienável (e não relacionado com a intolerância), por que os catalães não poderiam fazer o mesmo?

É necessário destacar, porém, que a Catalunha precisa aplicar direitos linguísticos muito concretos para os grupos étnicos minorizados cujas línguas maternas não são nem o espanhol nem o catalão. Por exemplo, as línguas maternas das comunidades romanis, há muito estabelecidas na Catalunha, e, mais recentemente, as línguas de comunidades imigrantes do norte da África. Isso foi reconhecido no debate público sobre os direitos linguísticos na Comunidade Autônoma, como demonstrei antes, mas o apoio institucional esperado (como, por exemplo, o direito a aprender em língua materna) continua muito restringido (HOFFMAN, 1999; TARROW, 1992; YATES, 1998). Até mesmo onde os principais *direitos de promoção* linguística são reconhecidos (como é o caso da Catalunha), os direitos das minorias étnicas ainda precisam ser seriamente debatidos. Dado o atual corte orçamentário para as políticas de multiculturalismo, particularmente na Europa (MAY, 2008b; MODOOD, 2007), essa questão nos leva a um importante e ativo desafio em termos de direitos humanos.

Quero ser claro: com isso, não estou sugerindo que os grupos linguísticos minorizados possam exigir exatamente os *mesmos* direitos linguísticos; uma maior *democracia* etnolinguística não é necessariamente o mesmo que *igualdade* etnolinguística. Não obstante, o que quero dizer é que deveria ser assegurado a esses grupos, *no mínimo*, os direitos linguísticos

orientados à tolerância e amparados pela *Declaração Universal de Direitos Humanos*. E o mais importante: afirmei neste artigo que existem princípios claros, tanto na teoria política quanto no direito internacional, que preveem a concessão de direitos linguísticos a grupos étnicos minorizados em determinados contextos sociais e políticos, com fundamentos particulares para cada caso, *se houver vontade política para isso*.

E isto me leva ao ponto final. O reconhecimento dos direitos linguísticos como um direito humano fundamental é, em última instância, uma questão de vontade política. Em uma época em que a noção de direitos humanos individuais é tão importante, o desenvolvimento e a aplicação de um grupo diferenciado de direitos linguísticos para grupos minorizados, por certo, não será uma tarefa fácil ou popular. Isso é o que nos indica a contínua oposição a esses direitos. Porém, a sua importância recai precisamente sobre a chave do mecanismo, a partir do qual podemos (e deveríamos) reconsiderar a organização social e política nos níveis supranacional, nacional e regional de modos linguisticamente mais plurais, igualitários e inclusivos.

Referências:

ARTIGAL, Jose María. The Catalan immersion program. In: JOHNSON, R; SWAIN, M (Eds.). **Immersion Education: international perspectives**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 133-150.

BLOMMAERT, Jan. Language and nationalism: comparing Flanders and Tanzania. **Nations and Nationalism**, Londres, n. 2, p. 235-256, 1996.

CAPOTORTI, Franceso. **Study on the Rights of Persons Belonging to Ethnic, Religious and Linguistic Minorities**. New York: United Nations, 1979.

CARTER, April; STOKES, Geoffrey. **Liberal Democracy and its Critics**. Cambridge: Polity Press, 1998.

CASTELLS, Manuel. **The Power of Identity**. Oxford: Blackwell, 1997.

CHURCHILL, Stacy. **The Education of Linguistic and Cultural Minorities in the OECD Countries**. Clevedon: Multilingual Matters, 1986.

CLAUDE, Inis. **National Minorities: an international problem**. Cambridge: Harvard University Press, 1955.

COLINO, Cesar. Constitutional change without constitutional reform: spanish federalism and the revision of Catalonia's Statute of Autonomy. **The Journal of Federalism**, Oxford, n. 39, p. 262-288, 2009.

- COSTA, Joan; WYNANTS, Sven. **Catalan Linguistic Policy Act**: external protection or internal restriction? Conferência apresentada em: Nationalism, Identity and Minority Rights. University of Bristol. Set. 1999.
- _____. Catalan linguistic policy: liberal or illiberal? **Nations and Nationalism**, Londres, n. 9, p. 413-432, 2003.
- COULOMBE, Pierre. **Language Rights in French Canada**. New York: Peter Lang, 1995.
- _____. Citizenship and official bilingualism in Canada. In: KYMLICKA, W.; NORMAN, W. (Eds.). **Citizenship in Diverse Societies**. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 273-293.
- DIGIACOMO, Susan. Language ideological debates in an Olympic city: Barcelona 1992–1996. In: BLOMMAERT, J. (Ed.). **Language Ideological Debates**. Berlim: Mouton de Gruyter, 1999. p. 105-142.
- DWORKIN, Ronald. Liberalism. In: HAMPSHIRE, S. (Ed.). **Public and Private Morality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. p. 113-143.
- DYKE, Vernon van. The individual, the state, and ethnic communities in political theory. **World Politics**, Cambridge, n. 29, p. 343-369, 1977.
- ELLISON, Nick. Towards a new social politics: citizenship and reflexivity in late modernity. **Sociology**, Manchester, n. 31, p. 697-717, 1997.
- ESSEVE, Jose. Multicultural education in Spain: the autonomous communities face the challenge of European unity. **Education Review**, Phoenix, n. 44, p. 255-272, 1992.
- FISHMAN, Joshua. **Reversing Language Shift**: theoretical and empirical foundations of assistance to threatened languages. Clevedon: Multilingual Matters, 1991.
- GRILLO, Ralph. **Dominant Languages**: language and hierarchy in Britain and France. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- GRIN, François. **Language Policy Evaluation and the European Charter for Regional or Minority Languages**. Londres: Palgrave–Macmillan, 2003.
- GUIBERNAU, Montserrat. Images of Catalonia. **Nations and Nationalism**, Londres, n. 3, p. 89-111, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. Struggles for recognition in the democratic constitutional state. In: GUTMANN, A. (Ed.). **Multiculturalism**: examining the politics of recognition. Princeton: Princeton University Press, 1994. p. 107-148.
- HASTINGS, William. **The Right to an Education in Māori**: the case from international law. Wellington: Victoria University Press, 1988.
- HOBHOUSE, Leonard. **Social Evolution and Political Theory**. New York: Columbia University Press, 1928.

HOFFMANN, C. Language autonomy and national identity in Catalonia. In: SMITH, D.; WRIGHT, S. (Eds.). **Whose Europe?** The turn towards democracy. Oxford: Blackwell. *Sociological Review*, 1999. p. 48-78.

_____. Balancing language planning and language rights: Catalonia's uneasy juggling act. **Journal of Multilingual and Multicultural Development**, Londres, v. 21, n. 5, p. 425-441, 2000.

HOLBOROW, Marnie. **The Politics of English:** a Marxist view of language. Londres: Sage, 1999.

HOROWITZ, Donald. **Ethnic Groups in Conflict.** Berkeley: University of California Press, 1985.

KEATING, Michael. **Nations against the State:** the new politics of nationalism in Québec, Catalonia and Scotland. London: Macmillan Press, 1996.

_____. Stateless nation-building: Québec, Catalonia and Scotland in the changing state system. **Nations and Nationalism**, Londres, n. 3, p. 689-717, 1997.

_____. Social citizenship, solidarity and welfare in regionalized and plurinational states. **Citizenship Studies**, Londres, n. 13, p. 501-513, 2009.

KEATING, Michael; HOOGHE, Liesbet. Bypassing the nation-state? Regions and the EU policy process. In: RICHARDSON, J. (Ed.). **European Union:** power and policy. London: Routledge, 1996. p. 216-229.

KLOSS, Heinz. **The American Bilingual Tradition.** Rowley: Newbury House, 1977.

KYMLICKA, Will. **Liberalism, Community and Culture.** Oxford: Clarendon Press, 1989.

_____. **Multicultural Citizenship:** a liberal theory of minority rights. Oxford: Clarendon Press, 1995.

_____. **Politics in the Vernacular:** Nationalism, multiculturalism, and citizenship. Oxford: Oxford University Press, 2001.

_____. **Multicultural Odysseys:** Navigating the new international politics of diversity. Oxford: Oxford University Press, 2009.

KYMLICKA, Will; PATTEN, Alan. (Eds.). **Language Rights and Political Theory.** Oxford: Oxford University Press, 2003.

LIKHACHEV, Vasily. Parliamentary diplomacy. **International Affairs**, Oxford, n. 3, p. 153-165, 2009.

MAY, Stephen. **Indigenous community-based education.** Clevedon: Multilingual Matters, 1999.

_____. Medium of instruction policy in New Zealand. In: TOLLEFSON, J.; TSUI, A. (Eds.). **Medium of Instruction Policies: Which agenda? Whose Agenda?** Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2004. p. 21–41.

_____. Critical multiculturalism and education. In: BANKS, J. (Ed.). **The Routledge International Companion to Multicultural Education**. New York: Routledge, 2008a. p. 33-48.

_____. **Language and Minority Rights: Ethnicity, nationalism and the politics of language**. New York: Routledge, 2008b.

MILLER, Henry; MILLER, Kate. Language policy and identity: the case of Catalonia. **International Studies in Sociology of Education**, Londres, n. 6, p. 113-128, 1996.

MODOOD, T. **Multiculturalism: A Civic Idea**. Cambridge: Polity Press, 2007.

MOUFFE, Chantal. **The Return of the Political**. London: Verso, 1993.

NIC CRAITH, Mairead. **Europe and the Politics of Language: Citizens, migrants, and outsiders**. Londres: Palgrave–Macmillan, 2006.

PACKER, John. Problems in defining minorities. In: FOTTRELL, D.; BOWRING, B. (Eds.). **Minority and Group Rights in the New Millennium**. Haia: Kluwer Law International, 1999. p. 223-273.

PREECE, Jennifer. **National Minorities and the European Nation–states System**. Oxford: Clarendon Press, 1998.

PUEYO I PARÍS, Miquel. **Language policy as social policy: The role of languages in an open society**. 2009. Disponível em: http://www20.gencat.cat/docs/Llengcat/Documents/Publicacions/Publicacions%20en%20linea/Arxius/conf_spl2007_ang.pdf. Acesso em: 19 dez. 2009.

RAWLS, John. **A Theory of Justice**. Oxford: Oxford University Press, 1971.

_____. Justice as fairness: political not metaphysical. **Philosophy and Public Affairs**, Princeton, n. 14, p. 223-251, 1985.

RÉAUME, Denise. Official language rights: intrinsic value and the protection of difference. In: KYMLICKA, W.; NORMAN, W. (Eds.). **Citizenship in Diverse Societies**. Oxford: Oxford University Press, p. 245-272, 1999.

SAFRAN, William. Nationalism. In: FISHMAN, J. (Ed.). **Handbook of Language and Ethnic Identity**. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 77-93.

SANDEL, Michael. **Liberalism and the Limits of Justice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

SKUTNABB–KANGAS, Tove. Human rights and language wrongs – a future for diversity? **Language Sciences**, Amsterdam, n. 20, p. 5-27, 1998.

_____. **Linguistic Genocide in Education – or Worldwide Diversity and Human Rights?** Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2000.

STRUBELL, Miquel. Language, democracy and devolution in Catalonia. **Current Issues in Language and Society**, Londres, n. 5, p. 146-180, 1998.

TARROW, Norma. Language, interculturalism and human rights: three European cases. **Prospects**, Genebra, n. 22, p. 489-509, 1992.

TAYLOR, Charles. The politics of recognition. In: GUTMANN, A. (Ed.). **Multiculturalism: examining the politics of recognition**. Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 25–73.

THORNBERRY, Patrick. **International Law and the Rights of Minorities**. Oxford: Clarendon Press, 1991a.

_____. **Minorities and Human Rights Law**. London: Minority Rights Group, 1991b.

_____. Minority rights. In: ACADEMY OF EUROPEAN LAW (Ed.). **Collected Courses of the Academy of European Law**. Haia: Kluwer Law International, VI, 2, p. 307-390, 1997.

TORRES, Joaquim. Problems of linguistic normalization in the Països Catalans: from the Congress of Catalan Culture to the present day. **International Journal of the Sociology of Language**, Fribourg, n. 47, p. 59-63, 1984.

TRENZ, Hans. Reconciling diversity and unity: Language minorities and European integration. **Ethnicities**, Auckland, n. 7, p. 157-185, 2007.

TROEBST, Stefan. **The Council of Europe's Framework Convention for the Protection of National Minorities Revisited**. Flensburg (Alemanha): European Centre for Minority Issues, 1998.

TROMMER, Silke; CHARI, Raj. The Council of Europe: Interest groups and ideological missions? **West European Politics**, Londres, n. 29, p. 665-686, 2006.

VARENNE, Fernand de. **Language, Minorities and Human Rights**. Haia: Kluwer Law International, 1996.

WEINSTEIN, Brian. **The Civic Tongue: political consequences of language choices**. New York: Longman, 1983.

WOLFRUM, Rüdiger. The emergence of 'new minorities' as a result of migration. In: BRÖLMANN, C; LEFEBER, R.; ZIECK, M. (Eds.). **Peoples and Minorities in International Law**. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1993. p. 153-166.

WOOLARD, Kathryn. Catalonia: the dilemma of language rights. In: WOLFSON, N.; MANES, J. (Eds.). **Language of Inequality**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1985. p. 91–109.

_____. The politics of language status planning: 'normalization' in Catalonia. In: SCHWEDA-NICOLSON, N. (Ed.). **Languages in the International Perspective**. Norwood: Ablex, 1986. p. 91-104.

_____. **Double Talk**: bilingualism and the politics of ethnicity in Catalonia. Stanford: Stanford University Press, 1989.

YATES, Alan. Language, democracy and devolution in Catalonia: a response to Miquel Strubell. **Current Issues in Language and Society**, Londres, v. 5, p. 204-209, 1998.

YOUNG, Iris. Together in Difference: transforming the logic of group political conflict. In: SQUIRES, J. (Ed.). **Principled Positions**: postmodernism and the rediscovery of value. Londres: Lawrence and Wishart, 1993. p. 121-150.

Discriminação em razão da língua como violação dos direitos linguísticos dos povos indígenas¹

Discrimination due to language as a violation of the linguistic rights of indigenous people

Mayra Idali Sánchez Patlán²

(Equipe de tradução)
Kathelen Dutra Goes
Karen Dutra Goes
Angela Gomes Alves
Vanessa Boettge da Silva
Andrea Cristiane Kahmann³

(Revisão de tradução)
Andréa Ualt Fonseca⁴

Resumo: O presente artigo aborda a discriminação em razão da língua como violação dos direitos linguísticos que sofrem os povos e as comunidades indígenas no México. Objetiva-se demonstrar que, apesar do mandamento constitucional e internacional referente à proteção, promoção, respeito, preservação e desenvolvimento das línguas indígenas, o fato de a publicação das leis ocorrer apenas em espanhol provoca a exclusão dos povos nacionais originários e os impede de conhecer a legislação que lhes é imposta. Assim, perpetua-se a violação de mais direitos humanos, tais como: os direitos linguísticos, a igualdade e o acesso à justiça, além de obstaculizar o cumprimento de ações positivas relativas à preservação das línguas indígenas.

Palavras chave: discriminação; direitos linguísticos; indígenas; língua.

Abstract: This article is about discrimination in terms of language suffered by the Mexican indigenous people as a violation of linguistic rights. We focus on the fact that, regardless of the constitutional and international mandate to protect, promote, respect, preserve, and develop indigenous languages, the publication of laws only in Spanish excludes national ethnic groups, blocking their access to the knowledge of the laws that govern them, resulting in even more violations of their rights, such as: linguistic rights, equality and access to justice, and it also blocks the fulfilment of positive actions aimed

¹ O texto utilizado como fonte para esta tradução é o seguinte: SÁNCHEZ PATLÁN, Mayra Idali. Discriminación en razón de lengua como violación a los derechos lingüísticos de los pueblos indígenas. *REDHES (Revista de Derechos Humanos y Estudios Sociales)*, San Luis Potosí/Sevilla/Aguascalientes, n. 19, ano X, p. 159-177, jan./jun. 2018. A permissão da autora foi obtida por escrito, através do e-mail: mayraidali@gmail.com. Esta tradução tem objetivos estritamente pedagógicos e científicos, não tem fins lucrativos e foi previamente remetida à autora, que revisou e autorizou atualizações e acréscimos.

² Graduada em Direito e Pós-Graduada em Justiça Constitucional pela Universidade de Guanajuato (México) e em Necessidades, Direitos e Cooperação para o Desenvolvimento da Infância, pelo Instituto de Necessidades e Direitos da Infância e Adolescência, em parceria com o Comitê Espanhol da UNICEF e a Universidade Autônoma de Madri (Espanha). Atua como Secretária no Segundo Tribunal Colegiado em Matéria Civil do Décimo-Sexto Circuito do Poder Judiciário Federal do México. Contato: mayraidali@gmail.com

³ A equipe de tradução é vinculada à Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e é formada por: Kathelen Dutra Goes (dutrakathelen@yahoo.com.br), Karen Dutra Goes (dutrakaren@yahoo.com.br), Angela Gomes Alves (anginhagomez@gmail.com) e Vanessa Boettge da Silva (vanessaboettgedasilva@gmail.com), tradutoras em formação, e Andrea Cristiane Kahmann (andrea.kahmann@ufpel.edu.br), professora dos Bacharelados em Letras – Tradução e do Programa de Pós-Graduação em Letras.

⁴ Andréa Ualt Fonseca é mestre em Educação – FaE/UFPel – e Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no IFSul – Pelotas. É também Coordenadora e-Tec do Idiomas sem Fronteiras/Espanhol - Contato: andreaualt@gmail.com

at respecting and preserving indigenous languages.

Keywords: Discrimination; linguistic rights; indigenous; language.

1. Introdução

Este artigo aborda o tema da discriminação em razão da língua dos povos originários mexicanos como uma violação a seus direitos linguísticos, partindo de uma noção de discriminação e língua que será analisada. Partindo dessa análise, será possível concluir que a publicação de leis nacionais apenas em língua espanhola obstaculiza o conhecimento, por parte dos povos e comunidades indígenas, das normas que lhes são aplicáveis, o que acarreta a violação de outros direitos humanos, tais como a igualdade e os direitos linguísticos.

A divulgação da legislação nacional em espanhol somente permite presumir que a população mexicana utiliza apenas este idioma. Assim, tacitamente, o espanhol acaba por constituir-se como língua oficial, desconsiderando que positivamente foi estabelecido que tanto as línguas indígenas nacionais registradas quanto a língua espanhola conformariam as línguas legítimas do México. Com efeito, a ausência de traduções⁵ das disposições legais para as línguas indígenas existentes no país, acarreta a exclusão de uma população vulnerável que, por esse motivo, merece um tratamento especial, a fim de garantir tratamento igualitário e respeito a seus direitos humanos.

Para delimitar o problema em uma circunscrição geográfica, este trabalho analisará a questão em face do Estado de Guanajuato, e demonstrará que seus Poderes Legislativo e Executivo se omitem de cumprir com as obrigações previstas na Constituição⁶ e em

⁵ Nota das Tradutoras: É necessário observar que a autora defende, ao longo de todo o texto, a tradução para as línguas indígenas como meio efetivo de concretização dos princípios de igualdade, de respeito aos direitos linguísticos e acesso à justiça. Poderia, mas não defende (quicá pela consciência de sua inexequibilidade) a corredação, ou seja, a redação normativa que se realiza concomitantemente em dois ou mais idiomas, como sói acontecer em países e comunidades bilíngues e organismos plurinacionais. Distingue-se a tradução da corredação por ser aquela um ato secundário, ou seja, um novo texto (no caso, em alguma língua indígena) feita a partir de um texto original (uma norma) que não é necessariamente elaborado para ser convertido a outros idiomas.

⁶ Nota das Tradutoras: A Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos, de 1917, com alterações posteriores, garante a livre determinação e autonomia dos povos indígenas em seu art. 2º (que será transcrito ao longo do texto). Como esclarece a autora deste trabalho, essas disposições não são suficientes ou regulamentadas de modo a garantir a livre determinação e autonomia dos povos originários e o direito a desenvolver e desenvolver-se com a língua que reflete sua visão de mundo e ancestralidade. Apesar disso, são muito superiores às previstas na Constituição Brasileira de 1988. Entre nós, o reconhecimento da língua dos indígenas (ou "índios", como erroneamente estabelece a Constituição no art. 231) não vem acompanhado de nenhuma outra garantia. E, embora os direitos linguísticos na Constituição do Brasil tenham ficado constrangidos pelo art. 13, a afirmar que "A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil", o Censo de 2010 do IBGE constatou existirem 274 línguas indígenas faladas por indivíduos pertencentes a 305 etnias diferentes, e que 17,5% da população indígena não falava o português. [Para mais informações: <https://indigenas.ibge.gov.br/>] Trata-se de significativo contingente de população vulnerável excluída do acesso aos direitos mais fundamentais por razões linguísticas. A defesa desse contingente populacional no Brasil é amparada pelos mesmos princípios referidos pela autora deste

Convenções Internacionais a tratar do respeito, da proteção, da promoção, da preservação e do desenvolvimento das línguas indígenas. Para tanto, primeiramente, faz-se necessário descrever os povos e as comunidades indígenas que habitam o Estado de Guanajuato. Com base nos censos populacionais do Instituto Nacional de Estatística e Geografia⁷ (INEGI), essa unidade federativa contava, em 2015, com uma população total de 5.486.372 pessoas, das quais 14.835 falam uma língua indígena. A língua indígena é o único parâmetro (dentre os onze que o referido Instituto emprega em sua produção estatística)⁸ que nos permite estimar a efetiva presença de indígenas em Guanajuato. É de notar que esse indicador não é totalmente confiável, pois se refere à *fala* [o uso] de uma língua indígena, mas não à composição étnica da população, que extrapola a forma como as pessoas se comunicam entre si para abarcar também elementos mais importantes a denotar o pertencimento, tais como as crenças religiosas, a gastronomia, as formas de vida e de sustento etc. Desse modo, não se pode por meio das informações disponíveis alcançar um total indubitável da população indígena existente.

Por outro lado, a Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas assinala que a etnia registrada em Guanajuato é a Chichimeca Jonaz, que tem como língua a Uza⁹. É necessário destacar que, de acordo com a *Informação Geral das 11 Famílias Linguísticas Nacionais* do Instituto Nacional de Línguas Indígenas (INALI, 2015), a língua da referida comunidade se engloba na família linguística otomangue, da qual restavam apenas 1.625 falantes (no ano de 2005), e nela só existe uma variedade linguística.

Isso posto, o presente trabalho passa a abordar a discriminação em razão da língua que sofrem as etnias tradicionais mexicanas. Como foi referido antes, essa diferenciação é perpetuada tanto pelo Poder Legislativo quanto pelo Executivo locais, que não disponibilizam traduções de legislações para as línguas indígenas.

trabalho (quais sejam: o da igualdade, da não discriminação e do acesso à justiça) igualmente inculpidos na Constituição Brasileira e nas Convenções e Tratados Internacionais de que o Brasil é signatário.

⁷ Nota das Tradutoras: É de se notar uma peculiaridade que aproxima o México do Brasil: o fato de que, em ambos os países, a geografia (e respectivamente, a cartografia) e a produção das estatísticas oficiais sejam incumbências de um mesmo órgão oficial.

⁸ Nota da autora: É importante mencionar que os indicadores do INEGI disponíveis sobre população indígena no Estado de Guanajuato são os seguintes: Alunos existentes em [escola] primária indígena, 2011, Alunos aprovados em [escola] primária indígena, 2011, Alunos formados em [escola] primária indígena, 2011; Professores em [escola] primária indígena, 2011, Escolas primárias indígenas, 2011, População com idade igual ou superior a 5 anos que não fala língua indígena, 2010, População com 5 anos ou mais que não especificou se fala a língua indígena, 2010, População de 5 anos ou mais que fala língua indígena, 2010; Órgãos jurisdicionais dos tribunais superiores de justiça estaduais (Justiça indígena) (Órgãos Jurisdicionais), 2013, Pessoal nos centros de justiça alternativa, mediação e/ou conciliação dos tribunais superiores de justiça estaduais (Indígena)(Pessoas), 2013, e, Agências do Ministério Público da justiça comum adscritas às Promotorias e Procuradorias Gerais de Justiça (especializadas em atendimento a indígenas) (Agências), 2013.

⁹ Cf. Instituto Nacional das Línguas Indígenas, *Informação geral das 11 famílias linguísticas nacionais*. Disponível em: <http://www.inali.gob.mx/component/content/article/60-informacion-geral>, novembro 2015

2. Discriminação

Poderia parecer desnecessário falar-se em discriminação por ser este um assunto tão conhecido e discutido em diferentes âmbitos sociais, desde aqueles que o tiveram como objeto de especialização até os que o conhecem por meras conversas cotidianas. No entanto, a questão central continua sendo a de quanto se compreende o que é discriminação. A esse respeito, Luis Antonio Hernández Sandoval, Marco Antonio Sánchez López e Gerardo Pérez Silva mencionam que a discriminação:

[...] é, antes de tudo, um fenômeno social, uma situação de exclusão, de não reconhecimento, mas é também o resultado da indiferença moral para com o outro, o que, no seu grau extremo, representa, mais que isso, o ódio ao outro, ao que é diferente, ao desconhecido, ao marginal, ao que vem de outra parte [...].¹⁰ (2013, p. 9)

Já Miroslava Meza, para o *site* da Unidade de Estudo para a Prevenção da Discriminação do Centro de Documentação de Honduras, define como discriminação o tratamento desigual entre pessoas, mas aclara que nem todo tratamento desigual é automaticamente incorreto ou rechaçado por quem defende os direitos humanos. Destaca, porém, que se inclui na esfera da proibição toda discriminação que se cometa em detrimento de outra pessoa em relação a suas características como ser humano, ou que tenha a humilhação, o demérito ou a ofensa como pressuposto. Incluem-se também nessa categoria a exclusão que se manifeste com desprezo, ódio, rejeição, ofensas, agressão ou invisibilização de capacidades e/ou um tratamento depreciativo contra um determinado grupo social.

O artigo 1º, III, da Lei Mexicana para Prevenir e Eliminar a Discriminação [de 11 de junho de 2003, de conformidade com alterações legislativas publicadas em 21 de junho de 2018], define discriminação como sendo:

[...] qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência que, por ação ou omissão, com ou sem intenção, não seja objetiva, racional ou proporcional e tenha por objeto ou resultado dificultar, restringir, impedir, desmerecer ou anular o reconhecimento e o gozo do exercício de direitos humanos e liberdades, baseados em um ou mais dos seguintes motivos: a origem étnica ou nacional, a cor da pele, a cultura, o sexo, o gênero, a idade, a deficiência, a condição social, econômica, de saúde ou jurídica, a religião, a aparência física, as características genéticas, a situação migratória, a gravidez, a língua, as opiniões, as preferências sexuais, a identidade ou a filiação política, o estado civil, a situação familiar, as responsabilidades familiares, o idioma [sic], os

¹⁰ Nota das tradutoras: todas as traduções de citações são nossas.

antecedentes criminais ou qualquer outro motivo.

É de se notar, ainda, que o art. 1º da Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos estabelece a proibição de qualquer tipo de discriminação, independentemente da motivação por origem étnica ou nacional, sexo, idade, deficiência, condição social ou de saúde, religião, opiniões, preferências sexuais, estado civil etc. O rol de vedações que estabelece não pode ser considerado um limite ou uma lista fechada, mas uma abertura a qualquer outra forma discriminatória que atente contra a dignidade humana e tenha por fim a anulação ou o prejuízo de direitos e liberdades individuais. Como esta é uma norma constitucional, a proibição de toda forma de discriminação deve nortear cada uma das leis secundárias do país.

Com base nesse mesmo preceito e ordenamento legal, tem-se a obrigação de observar o disposto nos tratados internacionais dos quais o estado mexicano é parte. Entre outros ordenamentos, proíbem a discriminação: (a) A Convenção Americana de Direitos Humanos [Pacto de São José da Costa Rica], em seu artigo 1º; (b) O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (art. 2º); (c) O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos¹¹ (art. 26); (d) A Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas (art. 1º).

Em função do exposto, pode-se chegar a uma primeira conclusão: a de que a discriminação, em qualquer das suas modalidades ou formas, é vedada no México, tanto pelo enquadramento jurídico nacional, quanto pelo internacional. Essa proibição, se respeitada, visa que o princípio da igualdade torne-se realidade.

A igualdade a que se refere esse princípio é a jurídica, que foi definida pela Suprema Corte de Justiça da Nação (MÉXICO, 2003) como aquela que implica a possibilidade de que pessoas em uma mesma situação legal adquiram os mesmos direitos e contraíam as mesmas obrigações. É necessário esclarecer que, como bem observa esse tribunal, a igualdade de que se fala não pode ser absoluta, em função das diferenças que apresentam entre si os membros de uma sociedade, o que implica a necessidade de se redigir as leis levando tais distinções em consideração. Disso se depreende que segue válido o aforismo de Aristóteles, isto é, que *temos de tratar igualmente aos iguais e desigualmente aos desiguais*. Deve-se levar em consideração

¹¹ Nota das Tradutoras: O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos foram adotados pela XXI Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966, e internalizados no Brasil apenas em 1992 (o primeiro por meio do Decreto nº 591, e o segundo pelo Decreto nº 592) quando Celso Lafer era Ministro de Relações Exteriores do governo de Fernando Collor de Mello. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, adotada no âmbito da Organização dos Estados Americanos, foi igualmente internalizada em 1992 (Decreto nº 678), já sob o governo Itamar Franco e tendo Fernando Henrique Cardoso à frente da pasta de Relações Exteriores.

que as desigualdades de que se fala relacionam-se com as particularidades que apresentam os indivíduos que compõem uma sociedade e devem ser norteadas pela finalidade de garantir-lhes a igualdade de tratamento em relação aos demais. Portanto, as diferenças entre os indivíduos devem ser consideradas a fim de se garantir a proteção de seus direitos de maneira proporcional ou da forma mais próxima possível do denominador comum de uma sociedade.

Nesses termos, deve-se considerar a distinção estabelecida por Meza (s/d, p. 4) acerca da discriminação:

Existe uma discriminação positiva ou de ação afirmativa que se pode entender como sendo esse tratamento desigual aos desiguais a fim de compensar ou reparar injustiças históricas, mitigar a discriminação social ou estrutural, impulsionar a diversidade ou a representação proporcional de grupos, evitar distúrbios sociais, estabelecer com maior eficácia o sistema socioeconômico e um meio de construção da nação.

Portanto, no anseio de se garantir tanto o direito fundamental à não discriminação quanto o da igualdade, a autora conclui que a discriminação vedada pelo ordenamento jurídico é aquela a que se chama *negativa*, ou seja, aquela em que estão presentes os requisitos seguintes:

1. Há rejeição depreciativa, expressa ou tacitamente, por ação ou omissão do Estado ou de qualquer pessoa contra outra ou outras;
2. A rejeição é dirigida contra uma característica natural ou adquirida do ser humano (idade, sexo, raça, religião, opinião, cultura, língua, aparência física, etc.);
3. A vítima faz parte de um grupo vulnerável de pessoas discriminadas ou discrimináveis, ou seja, que possuem características naturais e/ou adquiridas que geram rejeição em determinadas circunstâncias históricas, particulares a uma sociedade; e,
4. Não há justificativa legal para discriminar essa pessoa ou grupo de pessoas. (MEZA, s/d, p. 4)

3. Direitos linguísticos indígenas

3.1. Língua

Antes de se falar em direitos linguísticos indígenas, é indispensável conceituar o seu objeto de proteção, ou seja, a língua. Para José Emilio Rolando Ordóñez Cifuentes:

A língua, segundo especialistas, representa muito mais do que um instrumento de comunicação entre membros [de uma comunidade]. É o arquivo e a síntese das principais experiências históricas de uma coletividade e, portanto, reflete o modo típico de ser e constitui a imagem que um grupo constrói sobre o

universo em que vive. É por meio da língua e do próprio modo de pensar que ela produz (já que não podemos esquecer que sempre pensamos por meio de palavras) que um grupo entra em contato com o mundo exterior e, com o pensamento, capta e assimila o que esse universo oferece. E essa experiência fica, desde o princípio, moldada e refletida de um modo próprio e peculiaríssimo nas locuções e até mesmo nas estruturas da língua. Por isso, a língua é a criação suprema de uma coletividade humana, encontra-se no coração de sua cultura e constitui a alma e a essência de toda etnia. (2003, p. 42)

No mesmo contexto, tomando a língua como parte essencial da cultura de uma sociedade, David Cienfuegos Salgado destaca que:

A fala é a característica principal da humanidade, e é de tal relevância que pode ser considerada o instrumento pelo qual o gênero humano inicia sua evolução social, além de que, por meio dela, conservam-se os conhecimentos e as criações das gerações anteriores, que se podem assim reproduzir sucessivamente ao mesmo tempo em que aumentam esse acervo. (2005, p. 4)

Rodolfo Stavenhagen, a seu turno, observa que:

Sendo basicamente um meio de comunicação, mas muito mais do que isso, a língua constitui parte integrante de toda cultura, e é por meio dela que um grupo expressa a sua própria cultura, a sua própria identidade social. As línguas estão vinculadas aos processos mentais e aos modos de os membros de uma determinada comunidade linguística perceberem a natureza, o universo e a sociedade. As línguas expressam padrões culturais e relações sociais e, por sua vez, ajudam a moldar esses padrões e relações. Além disso, as línguas são veículos de expressão literária e poética, são os instrumentos pelos quais uma comunidade compartilha e transmite, de geração em geração, sua história oral, seus mitos e suas crenças. (1989, p. 49)

No marco legislativo, a exposição de motivos da Proposta de Iniciativa de Lei Geral de Direitos Linguísticos dos Povos Indígenas [de 2003, com última reforma em 2018] refere que as línguas são sistemas de comunicação que possuem estruturas gramaticais específicas que permitem aos povos construir, expressar, transmitir sua cultura, seus conhecimentos e valores e forjar sua identidade. Finalmente, levando em consideração o art. 7º, da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, 1996, tem-se que:

Todas as línguas são expressão de uma identidade coletiva e de uma forma diferente de perceber e descrever a realidade, portanto, devem ser capazes de usufruir das condições necessárias para o seu desenvolvimento em todas as funções. Cada língua é uma realidade constituída coletivamente e é no seio de uma comunidade que se torna disponível para uso individual, como instrumento de coesão, identificação, comunicação e expressividade criativa.

3.2. Línguas indígenas

Tendo em vista que a população objeto deste trabalho possui uma qualidade específica, ou seja, a de ser indígena, é necessário especificar o que se entende por línguas indígenas. O art. 2º da Lei Geral de Direitos Linguísticos dos Povos Indígenas estabelece que:

As línguas indígenas são aquelas que procedem dos povos existentes no território nacional antes de se estabelecer o Estado Mexicano, além daquelas provenientes de outros povos indo-americanos, igualmente preexistentes, que se enraizaram no território nacional posteriormente e que são reconhecidos por terem um conjunto ordenado e sistemático de formas orais funcionais e simbólicas de comunicação.

Já o art. 3º da mesma lei determina que:

As línguas indígenas são parte integrante do patrimônio cultural e linguístico nacional. A diversidade de línguas indígenas é uma das principais expressões da composição multicultural da Nação Mexicana. [redação dada por reforma legislativa de 2015]

Assim, cabe destacar, com David Cienfuegos Salgado, que:

A língua, além de ser um sistema de comunicação verbal e quase sempre escrito, típico de uma comunidade humana [como é o caso das comunidades indígenas], é também um elemento que tende a particularizar uma relação de pertencimento, que se relaciona diretamente com a sua cultura, a qual deve ser entendida como o conjunto complexo de conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes e usos sociais que o ser humano adquire como membro de uma dada sociedade. (2005, p. 8)

Desse modo, as línguas indígenas são particularmente consideradas como o fator externo de identificação de quem as pratica com o mundo, ou seja, elas permitem que seus falantes se diferenciem dos demais e exteriorizem essa pertença à sua cultura ou, como também se pode dizer, à sua origem e, de certa forma, permite a demonstração do orgulho de ser parte de uma determinada população indígena.

3.3. Direitos linguísticos

Estando já definido o conceito de língua, cabe destacar que, conforme o Ministro Arturo

Zaldívar Lelo de Larrea, relator da sentença em recurso de amparo,¹² datada de 20 de janeiro de 2016, entende-se por direitos linguísticos o direito de qualquer pessoa a se expressar em sua própria língua. Ou, ainda, implica dizer: é a permissão de a pessoa ter uma língua, o direito fundamental de possuir uma construção milenar coletiva que reflita uma forma particular de comunicação por meio da qual uma cultura se constrói e reflete sua concepção de mundo (YÁÑEZ, 2008. p. 425).

Daí a relevância da língua como objeto de proteção, pois, partindo da ideia de que cada cultura é possuidora de traços característicos, encontramos diante desses o modo de falar. No que diz respeito aos povos indígenas, há tempos este é considerado um elemento diferenciador de primeira ordem e inclusive um sinal identificador de seus membros. Vem daí a sua relevância como fator a denotar pertencimento.

3.4. Direitos linguísticos indígenas

Diante das definições anteriores, o direito linguístico de indígenas deve ser compreendido como o direito subjetivo que as pessoas pertencentes a uma comunidade ou povo indígena têm de possuir uma língua que reflita sua concepção e compreensão de mundo. Em relação ao que foi dito anteriormente, e para estabelecer um marco jurídico nacional e internacional, é necessário enfatizar o fundamento legal que obriga o Estado Mexicano e, como parte dele, o Estado de Guanajuato, à proteção desses direitos.

Respeitando-se a hierarquia de normas em nosso país, é de notar que o art. 2º da Constituição Mexicana estabelece que:

A Nação Mexicana é única e indivisível.

A Nação tem uma *composição multicultural originalmente baseada em seus povos indígenas*, que são aqueles que descendem de populações que habitavam o atual território do país, antes de iniciar-se a colonização e que conservam suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas.

A *consciência da sua identidade indígena* deverá ser critério fundamental para determinar a quem se aplicam às disposições sobre povos indígenas.

São comunidades integrantes de um povo indígena aquelas que formam uma unidade social, econômica e cultural, estabelecidas em um território, e que reconhecem suas próprias autoridades de acordo com seus usos e costumes.

O direito dos povos indígenas à autodeterminação será exercido em um marco constitucional de autonomia que garanta a unidade nacional.

¹² Nota das Tradutoras: este recurso, tal como previsto na Constituição Mexicana, designa-se assim pois opera como forma de buscar, junto aos Tribunais Superiores, literalmente um “amparo” na defesa de direitos e garantias constitucionalmente previstas. Nesse sentido, pode-se dizer que ele se assemelha ao mandado de segurança brasileiro ou, ainda, ao nosso *habeas corpus*.

O reconhecimento dos povos e comunidades indígenas será feito nas constituições e leis das entidades federativas, as quais deverão levar em consideração, além dos princípios gerais estabelecidos nos parágrafos anteriores deste artigo, *critérios etnolinguísticos* e de assentamento físico.

Esta Constituição reconhece e garante o direito dos povos e das comunidades indígenas à autodeterminação e, conseqüentemente, à autonomia para:

[...]

Preservar e enriquecer as suas línguas, conhecimentos e todos os elementos que constituam a sua cultura e identidade.

[...]

A Federação, os Estados e os Municípios, a fim de promover a igualdade de oportunidades para indígenas e eliminar qualquer prática discriminatória, estabelecerá as instituições e definirá as políticas necessárias para garantir a vigência dos direitos de indígenas e o desenvolvimento integral de seus povos e comunidades, que devem ser concebidas e operadas conjuntamente [...].
(grifos da autora)

Além da disposição expressa deste art. 2º no sentido da obrigação de preservar e enriquecer as línguas dos povos indígenas, deve-se considerar que o art. 1º do mesma Carta Constitucional estabelece, no que tange a esse mesmo assunto, que o Estado Mexicano é obrigado a observar e cumprir as disposições contidas nos tratados internacionais dos quais seja parte. Portanto, é necessário evocar o art. 27 do Pacto Internacional de Direitos Civis e Econômicos, ao qual o Estado Mexicano aderiu em 24 de março de 1981, que reconhece às pessoas pertencentes a minorias *étnicas*, religiosas ou linguísticas o correspondente direito a, entre outras coisas, usar a sua própria língua.

4. Discriminação em razão da língua dos indígenas

Estando já constituído o marco legal vigente em relação ao objeto deste trabalho (qual seja, a discriminação em razão da língua que sofrem os povos indígenas, avaliando-se a questão em face do Estado de Guanajuato), passam a ser expostas as razões que permitem afirmar a existência de discriminação linguística na referida entidade federativa.

De acordo com o preceito constitucional estabelecido pelo art. 2º [antes transcrito], é evidente a obrigação expressa de que os Estados e Municípios que compõem a República Mexicana respeitem a composição pluricultural nacional e a autodeterminação dos povos indígenas. Em relação a esse dever:

É indispensável que tenhamos perfeitamente claro que nossa nação constitui uma comunidade política, mas não uma comunidade cultural (mas, isto sim, pluricultural). E isso deve ser repetido exaustivamente, pois esse é um problema nacional, e já é tempo de que as dificuldades para a vigência dos direitos das pessoas com as quais compartilhamos o território mexicano sejam

uma preocupação geral, sobretudo porque este tema se arrasta há mais de cinco séculos e se apresenta como uma das ações mais discriminatórias de todos os tempos. (FLORES, 2012, p. 162)

É necessário analisar, com a finalidade de se começar a derrubar as dificuldades que se apresentam à proteção dos direitos humanos e, em particular, derrubar a discriminação em razão da língua que sofrem os povos indígenas, a inevitável tarefa que têm as autoridades das diferentes esferas de competência com respeito à implementação de ações positivas que observem como critério fundamental para a determinação das disposições aplicáveis às etnias que estejam sob a sua jurisdição e, entre outras questões e no que interessa a este trabalho, de observar os critérios etnolinguísticos.

Afinal, a inclusão das etnias nacionais à vida social, jurídica e política do país não é um ponto superado. Isso é o que se depreende da observação da dinâmica do Estado de Guanajuato. Nessa entidade federativa mexicana não tem sido cumprido o mínimo de ações ou implementações de políticas públicas para o alcance do preceito do já transcrito art. 2º da Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos a determinar que sejam utilizados *critérios etnolinguísticos* como parte do reconhecimento de povos e comunidades indígenas e que deve [pelo princípio da simetria] orientar as constituições estaduais e leis das entidades federativas.

Isso é o que se observa em face do processo legislativo de Guanajuato, que não cumpre cabalmente a disposição constitucional referida. Até a presente data, à guisa de *critério etnolinguístico*, tem-se apenas a aprovação de Lei para a Proteção dos Povos e Comunidades Indígenas no Estado, a qual foi traduzida para a língua otomi pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Humano e foi impressa e disseminada pela Procuradoria de Direitos Humanos do Estado de Guanajuato no ano de 2015. No entanto, a tradução da referida legislação não veio acompanhada da efetiva implementação de políticas públicas locais.

Justifica-se a assertiva anterior em face da constatação de que não houve declaração alguma, ou execução de nenhuma política pública, que concretizasse ou pelo menos permitisse presumir que a tradução para a língua otomi, para além da referida norma, devesse ser convertida em uma prática cotidiana e obrigatória dentro do processo legislativo. Tampouco se permite constatar que a referida tradução tenha sido realizada em resposta à obrigação constitucional do estabelecimento de critérios etnolinguísticos e no intuito de incluir povos e comunidades indígenas, visto que ainda não existe outro marco legal expresso que lhe dê cumprimento, como se verá a seguir.

A lei em tela foi o resultado da discussão empreendida na Comissão de Direitos Humanos e Atenção a Grupos Vulneráveis da Sexagésima Primeira Legislatura, de acordo com o

publicado no Diário de Debates [Atas] da Câmara de Deputados do Congresso do Estado de Guanajuato. Depois de terem sido apresentadas quatro iniciativas de lei em matéria indígena, formuladas por integrantes dos Municípios de Tierra Blanca e Victoria, analisaram-se e, em uma tentativa de dar às etnias tradicionais um instrumento jurídico conforme com as suas necessidades, concluíram, por unanimidade de votos no geral e no particular, aprovar a referida lei (GUANAJUATO, 2011, p. 45).

A premissa fundamental de sua decisão repousa no convencimento da autonomia e autodeterminação dos povos indígenas como marco para o exercício dos direitos estabelecidos na Constituição Mexicana, além de estabelecer como critério fundamental para a aplicação das disposições a consciência a respeito da identidade indígena. A referida ordem jurídica foi publicada no Diário Oficial do Governo do Estado de Guanajuato, nº 56, 2ª parte, datado de 8 de abril de 2011. A última reforma desta norma, até o momento, data de 7 de junho de 2013.

Conforme publicação de 23 de março de 2015 no *site* da Procuradoria de Direitos Humanos do Estado de Guanajuato, a tradução da norma em tela para a língua otomi (a mesma que se encontra também na página da Secretaria de Desenvolvimento Social e Humano do Estado) foi impressa e divulgada com a finalidade de promover a cultura da legalidade entre os povos autóctones da região, além de visar à preservação e à garantia do direito à língua materna.

Diante de todo o exposto, sustenta-se que o Estado de Guanajuato, ao não traduzir suas leis para as línguas das etnias tradicionais existentes em seu território, incide em discriminação negativa em razão da língua. Tampouco se tem conhecimento de qualquer iniciativa em curso para saná-lo, o que leva à conclusão de incumprimento, por parte desta entidade federativa, do art. 2º da Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos. Afinal, sendo o Estado de Guanajuato um ente da República Mexicana, e estando, portanto, sujeito às determinações da Carta Magna, tem o dever de reconhecer em sua constituição e nas suas leis locais os critérios etnolinguísticos que visem à inclusão de povos e comunidades autóctones da região. Em não o fazendo, desrespeita a garantia constitucional da autonomia¹³ dos povos e comunidades indígenas locais, que ficam impossibilitadas de se atualizarem, como aponta Soriano Flores. Essa omissão obstaculiza que as sociedades indígenas sejam respeitadas e rejam-se a si mesmas

¹³ Nota da autora: Cabe destacar que, juntamente a este conceito, e contextualizando-o de maneira coletiva, isto é, expressando-o de maneira genérica em relação a todos aqueles indivíduos que formam um povo ou uma comunidade indígena, também se deve destacar, com Soriano Flores, a conceituação tecida em torno da autonomia individual, expressada como *a capacidade de escolher, conforme seus próprios fins e valores, e de exercitar essa escolha. E os fins e valores estão determinados pelo marco de uma cultura determinada. As crenças básicas que determinam as razões válidas, os fins elegíveis e os valores realizáveis podem variar de uma cultura para a outra. Portanto, o reconhecimento da autonomia das pessoas implica o das comunidades culturais às quais pertencem.* Esta concepção auxilia na conotação da importância do exercício, do fomento do respeito e da preservação das línguas indígenas.

nos planos econômico, social e cultural, exercendo plenamente seus direitos históricos, com as intermediações da sociedade nacional que corresponde à formação da sociedade mexicana.

Impõe-se, dentre outras obrigações, o dever de preservar e enriquecer as línguas, os conhecimentos e todos os elementos que constituem a cultura e a identidade indígenas. Cabe ao Estado *estabelecer instituições e determinar as políticas necessárias* para garantir a vigência dos direitos de indígenas e o desenvolvimento integral dos povos e comunidades, que devem, inclusive, participar da criação e operação dessas instituições e políticas. No entanto, isso não ocorre sequer em face do marco normativo. Exceção feita à Lei para a Proteção dos Povos e Comunidades Indígenas no Estado de Guanajuato, não existem traduções de normas locais para as línguas dos povos autóctones. Tampouco existem políticas públicas afeitas a esse tema, o que demonstra uma incoerência em face do *mandamus* constitucional.

São essas as razões a demonstrar a discriminação em razão da língua que sofrem as comunidades e povos indígenas de Guanajuato na sua esfera processual legislativa. Aqui, atualiza-se o conceito de discriminação ao evidenciar a preferência pela publicação de leis no idioma espanhol. Essa prática estabelece uma exclusão subjetiva, irracional e desproporcional, que obstaculiza, restringe, despreza, impede e anula o exercício dos direitos humanos por parte das etnias tradicionais presentes nesse território, especialmente no que se refere ao exercício dos direitos linguísticos, do direito à não discriminação, da igualdade e do acesso à justiça. Descumpre-se, assim, a determinação constitucional referente: (1) à proibição de toda discriminação, inobstante a sua variável, sempre e quando esta atente contra a dignidade humana e anule ou prejudique os direitos e liberdades das pessoas (discriminação negativa); e (2) o reconhecimento desses povos por meio de critérios etnolinguísticos.

São, portanto, mitigados o conceito e a transcendência da língua, pois a fala, conforme expressão de Cienfuegos Salgado:

Adquire uma conotação especial quando se relaciona com o que lhe é próprio, com o reservado âmbito daquilo que pertence à terra na qual se nasce, à sua ancestralidade e, por isso, torna-se sagrada e impõe-se como uma exigência a sua conservação e reprodução por parte dos falantes; exige-se uma lealdade linguística que opera sem outra lógica a não ser o pertencimento ao grupo falante, e traz como consequência a sua valorização e distinção em face dos grupos linguísticos vizinhos, resultando, assim, em um nacionalismo que se deve entender como esse apego dos naturais de uma nação a ela e a tudo quanto a ela pertencer. Ademais, constitui uma expressão de identidade coletiva, assim como um instrumento de coesão, identificação, comunicação e expressão criativa, e uma forma distinta de perceber e de descrever a realidade. (2005, p. 8)

Esse é o elemento que constitui o objeto de proteção dos direitos linguísticos, pois, de acordo o Ministro Arturo Zaldívar Lelo de Larrea [na revisão de recurso de amparo nº 622/2015]:

Permite romper com o paradigma da homogeneização cultural, apontando uma multiplicidade de formas de entender, pensar, sentir e falar do mundo e implicam o respeito a essa diversidade, razões pela que requerem ações positivas do Estado para sua proteção e desenvolvimento. (2015, p. 10)

Isso se relaciona diretamente com o conteúdo do art. 2º da Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos, que expressamente reconhece que a Nação Mexicana tem uma composição pluricultural sustentada originalmente em seus povos indígenas, e permite concluir que no país não se estabeleceu uma única língua nacional.

Afinal, nos termos do art. 4º da Lei Geral de Direitos Linguísticos dos Povos Indígenas: *as línguas indígenas reconhecidas nos termos desta legislação, do mesmo modo que o espanhol, são línguas nacionais*. Desse modo, não tem o castelhano o posto de única língua nacional; as línguas autóctones são reconhecidas e enfatizadas como parte do que, no México, se consideram *línguas nacionais*, com o fim de outorgar pleno reconhecimento a essa diversidade cultural de que goza nosso país.

Portanto, não existe justificativa alguma para a ação negativa do Estado de Guanajuato, no que diz respeito à ausência de publicação de leis em línguas indígenas. Aqui mencionamos especialmente o Poder Executivo em função de que a própria Constituição Federal, em seu art. 72, determina que, *uma vez aprovado um projeto de lei na Câmara de sua origem, sua discussão passará para a outra e, se esta o aprovar, será encaminhada ao Executivo, que, se não tiver observações a fazer, o publicará imediatamente*.

Entende-se, pois, que toda norma deve ser expedida em idioma nacional, que, no México, é tanto o espanhol quanto as línguas indígenas reconhecidas, assim entendidas as registradas pelo Instituto Nacional de Línguas Indígenas, que é o órgão encarregado de promover o fortalecimento, a preservação e o desenvolvimento das línguas autóctones faladas no território nacional, de acordo com o estabelecido no art. 14 da Lei Geral de Direitos Linguísticos dos Povos Indígenas.

Assim, em não existindo iniciativa apresentada ou em processo de discussão nem de tradução (à exceção da Lei para a Proteção dos Povos e Comunidades Indígenas no Estado), das leis que regem no Estado de Guanajuato qualquer uma das línguas que pertençam às etnias originárias circunscritas ao território estatal, o Executivo de Guanajuato, por ser o encarregado

da publicação das leis, exclui do conhecimento do corpo normativo vigente neste ente federativo os povos e as comunidades originárias, pois se omite de estender-lhes, por meio do idioma que constitui sua maneira particular de comunicação e que reflete sua concepção do mundo, o conhecimento das normas que regem o país. Resta, assim, obstaculizado o exercício de seus direitos humanos, em especial o de não discriminação, o da igualdade, o dos direitos linguísticos e do acesso à justiça, o que constitui uma forma atualizada da condenável discriminação negativa em razão da língua.

5. Conclusão

Diante do panorama descrito, constata-se que a inclusão das etnias nacionais à vida social, jurídica e política do México não é questão superada, pois, como se demonstrou, o problema da discriminação em razão da língua continua presente, ao menos no Estado de Guanajuato, onde tanto o Poder Legislativo quanto o Executivo se omitem de dar cumprimento à obrigação constitucional e convencional de respeito, proteção, promoção, preservação e desenvolvimento das línguas indígenas que formam parte da proteção aos seus direitos humanos, na medida de seu reconhecimento, inclusão e viabilização da livre determinação, que têm a faculdade de exercer em um marco constitucional de autonomia que assegure a unidade nacional.

Disso advém que o problema segue presente em nível de República, em virtude de que, partindo-se da perspectiva da legislação federal, pode-se constatar que, no que se refere à utilização de critérios linguísticos nas constituições e leis dos entes federativos, ainda falta um longo caminho a ser percorrido, pois, mesmo e quando existem traduções para certas línguas indígenas, não se tem dado cumprimento à obrigação constitucional que determina a participação ativa do Estado no reconhecimento dos povos autóctones. O mesmo se constata nos compromissos internacionais que, a partir da ratificação de diversos ordenamentos, geram obrigações relacionadas ao estabelecimento de instituições e decisões de políticas públicas necessárias para garantir os direitos linguísticos das etnias nacionais. Ademais, em relação ao desenvolvimento integral dos povos e comunidades autóctones, o progresso foi sempre precário, pois não se deve esquecer a determinação de que, tanto na formulação quanto no funcionamento das instituições e políticas, existe uma previsão de exercício conjunto entre Estado e povos indígenas. Desse modo, há que se considerar que a omissão de se traduzir a legislação aplicável no país (já seja em âmbito federal, estadual ou municipal) às diferentes línguas registradas pelo Instituto Nacional de Línguas Indígenas atualizam a discriminação a povos étnicos nacionais.

Resulta evidente o conhecimento das autoridades do país à obrigação constitucional em relação à proibição de discriminação, seja qual for a razão, e de ter que implementar ações positivas visando à inclusão na vida social, jurídica e política das etnias originárias do território mexicano. Mas também é fato que tais determinações não foram ainda materializadas, já seja por razões orçamentárias ou pelas dificuldades inerentes à implementação dessas prerrogativas, que implicam a construção de critérios e de práticas para a sua execução tangível. Enquanto isso, seguimos sem conhecer políticas públicas ou institucionais para a operacionalização da devida tradução, e os povos originários seguem excluídos do conhecimentos das leis que regem o país, o que representa grave violação dos direitos humanos de não discriminação, do direito à igualdade, dos direitos linguísticos e de acesso à justiça, já que a publicação das normas exclusivamente no idioma espanhol, sem incluir as línguas indígenas registradas pelo Instituto Nacional de Línguas Indígenas que têm status de línguas nacionais, obstaculiza a autodeterminação dos povos e o desenvolvimento dessas línguas, atualizando o conceito de discriminação negativa, que se deriva do comprometimento pela constante evolução dos direitos humanos.

A publicação de normativas exclusivamente em espanhol generaliza e unifica de maneira tácita a ideia de que o idioma que prevalece no país é este [consolidando-o em posição de hegemonia linguística], quando, conforme se explanou ao longo deste trabalho, dentro da população mexicana e da composição do que por México se entende, é reconhecida a presença de povos e comunidades indígenas e suas línguas registradas nas instituições responsáveis. Isso afeta o tratamento igualitário e os princípios constitucionais de diversificação e pluriculturalidade, que levam em consideração, entre outras coisas, os modos como as pessoas se comunicam. Disso se depreende a impossibilidade da autodeterminação e do pleno desenvolvimento do princípio da igualdade, segundo a formulação aristotélica. Considerando-se que os povos tradicionais conformam um grupo historicamente vulnerável, é imprescindível muni-los de tratamento especial em face da lei, atendendo-se, no caso e entre outras coisas, o acesso à lei na língua que praticam e que os identifica. Afinal, é preciso *tratar desigualmente as pessoas desiguais*. Portanto, impõe-se a tradução das normas nacionais às línguas indígenas que, por razões históricas, não constituem o idioma de comum denominador da população mexicana, mas são fundamentais para que as pessoas que mantêm vivas essas línguas possam desenvolvê-las e desenvolver-se com elas e, assim, alcançarem uma igualdade ante à maioria da população que é falante de espanhol.

Por fim, é de se notar que apenas desse modo será possível concretizar o acesso à justiça, que demanda, como mínimo, o acesso ao conhecimento das leis vigentes no território em que

se vive, já que é por meio das leis escritas que se materializa a dicção do Direito. Viola, portanto, os direitos humanos a legislação que, pelo idioma que emprega, exclui e nulifica a faculdade de apreendê-la, evocá-la, gozá-la. Assim, e visando erradicar esse tipo de discriminação, o mais idôneo seria a criação de um departamento dentro da estrutura do Poder Executivo (por ser este o poder encarregado da publicação das leis), seja a nível federal ou local, para encarregar-se exclusivamente da tradução da legislação nacional às línguas autóctones registradas e convencionadas pelo Instituto Nacional de Línguas Indígenas. Além disso, competiria a esse departamento a pesquisa e implementação dos modos mais aceitáveis pelos povos indígenas para fazer-lhes chegar essas leis a seu conhecimento. Como reza aquele princípio geral do direito, *o desconhecimento da lei não exime de seu cumprimento*. Portanto, somente por meio de uma postura ativa e positiva do Estado será possível dar início à erradicação, de maneira tangível e material, da discriminação a nossas etnias originárias, que até hoje não está superada.

Nota final: Para realização deste trabalho, a autora realizou as seguintes entrevistas: (1) Dr. Vicente Vázquez Bustos, Diretor Geral da Agenda Legislativa e de Regulamentação do Governo do Estado de Guanajuato [entrevista pessoal]; (2) Sra. María Victoria Baeza Vallejo, encarregada da Unidade de Diários de Debates e Arquivo Geral do Congresso do Estado de Guanajuato [entrevista pessoal]; (3) Sra. Marisa Almorín Caballero, Profissional Executiva em Transparência e Arquivo, unidade de enlace do Instituto Nacional de Línguas Indígenas [entrevista por comunicação telefônica e eletrônica].

Referências:

CIFUENTES, José Emilio Rolando Ordóñez. Normación Internacional: El Derecho a la Lengua y los Pueblos Indígenas. In: _____. (Org.) El Derecho a la Lengua de los Pueblos Indígenas. **XI Jornadas Lascasianas**. México DF: UNAM, 2003. p. 41-52.

FLORES, José Jesús Soriano. El derecho a la autonomía de los pueblos indígenas de México: una aproximación desde los derechos humanos. **Ciencia jurídica**, Guanajuato, v. 1, n. 2, p. 159-170, 2012. Disponível em: <http://www.cienciajuridica.ugto.mx/index.php/CJ/article/view/69/68>. Acesso em: 31 jan. 2021.

GUANAJUATO. Congresso Constitucional do Estado de Guanajuato. **Diario de los Debates de la Cámara de Diputados del Congreso del Estado de Guanajuato [Atas]**. Segunda Época, ano II, sessão ordinária LXI, número 74. Guanajuato: Congresso Constitucional do Estado de Guanajuato, 15 de março de 2011, p. 45.

GUANAJUATO. Procuraduría de los Derechos Humanos del Estado de Guanajuato. **Traduce PDHEG Ley a Lengua Chichimeca**. Disponível em: <http://www.derechoshumanosgto.org.mx/>. Acesso em: 30 mar. 2017.

INEGI [Instituto Nacional de Estadística e Geografía]. **Censos populacionais de 2015**. Disponível em: <http://www.inegi.org.mx/sistemas/mexicocifras/default.aspx?e=11>. Acesso em: 30 mar. 2017.

INALI [Instituto Nacional de Línguas Indígenas]. **Información general de las 11 familias lingüísticas Nacionales**. Disponível em:

<http://www.inali.gob.mx/component/content/article/60-informa-cion-geral>, novembro 2015. Acesso em: 30 mar. 2017.

MÉXICO. Comisión Nacional para el Desarrollo Indígena. Disponível em:

http://www.cdi.gob.mx/index.php?option=com_content&view=article&id=758&Itemid=68. Acesso em: 30 mar. 2017.

MÉXICO. Ley General de Derechos Lingüísticos de los Pueblos Indígenas. Disponível em:

http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/257_200618.pdf. Acesso em: 31 jan. 2021.

MÉXICO. Suprema Corte de Justicia de la Nación (Primera Sala). Amparo em revisão 622/2015 [revisão em recurso de amparo]. I. Derechos Lingüísticos de los pueblos indígenas.

In: _____. **Sentença do Ministro Relator Arturo Zaldívar Lelo de Larrea, de 20 de janeiro de 2016**. Disponível em: [https://emiliano-](https://emiliano-zapata.scjn.gob.mx/sites/default/files/derechos/2019-04/03.5%20Lengua%20indi%CC%81gena%20AR%20622%202015.pdf)

[zapata.scjn.gob.mx/sites/default/files/derechos/2019-04/03.5%20Lengua%20indi%CC%81gena%20AR%20622%202015.pdf](https://emiliano-zapata.scjn.gob.mx/sites/default/files/derechos/2019-04/03.5%20Lengua%20indi%CC%81gena%20AR%20622%202015.pdf). Acesso em: 20 fev. 2021.

MÉXICO. Suprema Corte de Justicia de la Nación / Poder Judicial da Federación. Las Garantías de Igualdad. In: _____. 2. ed. México: Dirección General de la Coordinación de Compilación y Sistematización de Tesis de la Suprema Corte de Justicia de la Nación, 2005. p. 77-81. Disponível em:

http://sistemabibliotecario.scjn.gob.mx/sisbib/po_2010/55082/55082_1.pdf. Acesso em: 31 jan. 2021.

MEZA, Miroslava. Nociones fundamentales sobre discriminación. In: HONDURAS. Unidad de Estudio para la Prevención de la Discriminación, Centro de Documentación de Honduras [Site], s/d. Disponível em: <http://www.cedoh.org/proyectos/discriminacion/discriminacion.html>. Acesso em: 31 jan. 2021.

PEN INTERNACIONAL / UNESCO. Comité de Seguimiento. **Declaración Universal de Derechos Lingüísticos**, Barcelona, abril 1998. Disponível em:

https://www.inali.gob.mx/pdf/Dec_Universal_Derechos_Linguisticos.pdf. Acesso em: 21 fev. 2021. Disponível em português em:

<http://www.ufscar.br/linguasagem/edicao03/pdfs/declaracao.pdf>. Acesso em 21 fev. 2021.

SALGADO, David Cienfuegos. **Políticas y derechos lingüísticos**: Reflexiones sobre la lengua y el derecho. México: Porrúa Hermanos, 2005.

SANDOVAL, Luis Antonio Hernández, et al. Discriminación y no discriminación, un repaso histórico, Acercamiento Teórico al Fenómeno de la Discriminación. In: _____. **Un acercamiento a la discriminación de la teoría a la realidad en el Estado de México**.

Toluca: Comisión de Derechos Humanos del Estado de México (CODHEM), 2013. p. 57-119. Disponível em:

<https://www.codhem.org.mx/LocalUser/codhem.org/difus/libros/libro%20discriminacion.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2021.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Los derechos indígenas: nuevo enfoque del sistema

internacional. **Revista IIDH**, São José da Costa Rica, v. 10, p. 39-64, 1989.

YÁÑEZ, María Andrea Giovine. La diversidad etnolingüística en México en el marco de la Ley General de Derechos Lingüísticos de los Pueblos Indígenas. In: INSTITUTO CERVANTES. **Actas del IV Congreso "El Español, Lengua de Traducción"**: El español, lengua de traducción para la cooperación y el diálogo, 2008. p. 423-430. Disponível em: https://cvc.cervantes.es/LENGUA/esletra/pdf/04/045_giovine.pdf. Acesso em: 31 jan.

Luhmann pandêmico¹

Pandemic Luhmann

Paul-Marie Boulanger²

Andrea Saltelli³

Tradução: Daniel Soares Duarte⁴

Revisão de tradução: Lóren Cristine Ferreira Cuadros⁵

Resumo: Em meio à pandemia do Covid-19, transformações importantes estão acontecendo, enquanto um denso véu de incertezas turva o caminho de saída a partir da atual conjuntura. Este breve comentário intempestivo, baseado nas teorias do sociólogo alemão Niklas Luhmann, brinca de “O que Luhmann teria dito”, sem a ambição de prever resultados reais, mas apenas como exercício de interrogação de sua teoria. Por certo, o brilhantismo do próprio Luhmann ajudaria consideravelmente.

Palavras-chave: acoplamento estrutural; ciência; Covid-19; política; teoria dos sistemas sociais.

Abstract: In the midst of the COVID-19 pandemic, important transformations are taking place while a dense veil of uncertainty clouds the way out of the present predicaments. This short, impromptu comment, based on the theories of the German sociologist Niklas Luhmann, plays the game of “What would Luhmann have said”, without the ambition to predict actual outcomes, but just as an exercise of interrogating his theory. Of course, Luhmann’s own brilliance would have considerably helped.

Keywords: structural coupling; science; Covid-19; politics; social systems theory.

1. Contexto

Em um trabalho anterior, abordamos a ramificação da crise entre ciência, mídia e sociedade, conforme lida através das lentes da teoria dos sistemas sociais (SALTELLI e BOULAGER, 2019). Agora, exploramos a pandemia do Covid-19 – na qual a relação entre tais sistemas é ainda mais tensa (WALTNER-TOEWS et al., 2020) –, à luz de nosso diagnóstico, levando em consideração a maneira como diferentes sistemas sociais são afetados pela nova

¹ O tradutor Daniel Soares Duarte declara que a tradução ora submetida foi previamente autorizada pelos autores, bem como pela revista ou editora em que este texto foi inicialmente publicado. O texto utilizado como fonte para esta tradução está disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3586526. Esta tradução tem objetivos estritamente pedagógicos e científicos e não tem fins lucrativos. A permissão dos autores/as e revista/editora, detentores dos direitos sobre o conteúdo, foi obtida por escrito. Contato dos autores: Paul-Marie Boulanger (paulmarie.boulanger@gmail.com) e Andrea Saltelli (andrea.saltelli@uib.no).

² Institut pour un Développement Durable (IDD), Ottignies, Belgique. E-mail para contato: pm.boulanger@skynet.be

³ Centre for the Study of the Sciences and the Humanities, SVT - University of Bergen (UIB) and Open Evidence Research, Universitat Oberta de Catalunya (UOC) Barcelona. E-mail para contato: andrea.saltelli@uib.no

⁴ Professor do Bacharelado em Letras Tradução Inglês-Português da Universidade Federal de Pelotas. E-mail para contato: danisoaresduarte@gmail.com.

⁵ Bacharela em Letras – Tradução Inglês Português pela Universidade Federal de Pelotas. Mestre e Doutoranda em Letras pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail para contato: cuadroslorenacristine@gmail.com

realidade. Observamos qual sistema foi mais afetado, em termos do quão seriamente sua auto-poiese foi comprometida, em qual sistema a comunicação foi acelerada, além da maturação das contradições e conflitos sistêmicos existentes.

Não faltam análises atuais comprometidas com uma leitura normativa, na qual o melhor ou o pior da natureza humana eventualmente prevalecerá, isto é, a pandemia como teatro da luta eterna entre bem e mal, entre egoísmo e generosidade, tendo como resultado o triunfo da esperança ou do desespero. Em vez disso, a presente leitura atentará para o que pode ser observado nos sistemas em questão enquanto operam ou o que deles pode ser antecipado, tendo em vista a teoria.

2. Trabalhos anteriores

Em Saltelli e Boulager (2019), observamos a midiatização da ciência (SCHEUFELE, 2014), sua comoditização (MIROWSKI, 2011) e politização (PIELKE, 2007) – como consequência do acoplamento estrutural de diferentes sistemas – economia, ciência, mídia, política, seguindo o andaime conceitual da teoria dos sistemas sociais. De acordo com essa teoria, devida a Niklas Luhmann (LUHMANN, 1995; MOELLER, 2006), um sociólogo alemão, os sistemas se comunicam usando seus próprios códigos. Os códigos são verdadeiro/falso para a ciência, lucro/perda para a economia, notícias/não-notícias para a mídia, funciona/não funciona para a tecnologia etc. Em nosso trabalho, diagnosticamos uma situação na qual o código verdadeiro/falso da ciência foi corrompido ou colonizado pelos códigos de outros sistemas. Um elemento importante da teoria de Luhmann, tomado emprestado de um ramo da biologia teórica desenvolvido por Humberto Maturana e Francisco Varela, é a auto-poiese, em que cada sistema luta por se reproduzir como uma rede de componentes que reproduzem os próprios elementos que a compõem. Os sistemas influenciam uns aos outros pela *ressonância* ou *irritação*, em uma rede de acoplamentos fechados. A atividade de um sistema pode forçar outro a tornar mais complexa sua operação – como, por exemplo, quando o sistema político procura novas maneiras de arrecadar impostos a partir do sistema econômico, que reage, encontrando outras formas mais complexas de se desviar das regras modificadas. Ao mesmo tempo, para Luhmann, todo sistema inclui elementos de paradoxo e improbabilidade, que também são motivo de contínua transformação e evolução.

O que acontece quando o código verdadeiro/falso da ciência é corrompido por lucro/perda, notícia/não notícia, funciona/não funciona? Falamos disso como um nexos, um estado de *irritação* realçada entre os sistemas sociais, de acordo com a teoria de Luhmann. O

escopo ampliado da comunicação oferecida pelas mídias, novas e antigas, imprimiu uma aceleração à tal irritação – chamamos isso de vórtice, no qual a exploração brutal dos novos meios de inteligência artificial contribuiu para a consolidação do que tem sido chamado, entre outros termos, de capitalismo de plataforma (LANIER, 2006) ou de vigilância (ZUBOFF, 2019), com um efeito geral de aumento da desigualdade e assimetria do poder. Como tal quadro muda com a irrupção da pandemia do Covid-19? Quais são seus reflexos em relação ao nexos atravessado pela mídia entre ciência, sociedade e tecnologia? Quais são as implicações mais amplas para os seres humanos, sua psique e seu ambiente? Sem a presunção de responder tais questões, esboçamos aqui algumas reflexões *a caldo*.

3. O estado-nação está de volta?

À primeira vista, a atual pandemia aplica um golpe severo às teorias de Luhmann. De fato, ele concebeu a sociedade atual como uma “sociedade mundial” estruturada em uma base funcional, em vez de segmentar ou estratificada; ainda assim, observamos que não há estratégia globais, mas muitas maneiras diferentes empregadas por cada país para lidar com a situação. Do mesmo modo, Luhmann concebeu a sociedade mundial como heterárquica, isto é, um arquipélago de sistemas autônomos (embora interconectados) em que os poderes do poder (político), do dinheiro, da ciência, do Direito, da mídia, conferem-se e equilibram-se mutuamente, de modo que nenhum deles consiga controlar ou manobrar os demais. Existe a possibilidade, conforme exposto acima, de que um sistema social seja subjugado por outro, sendo irritado ao ponto de entrar em crise. Contudo, o modo de lidar com isso permanece interno ao primeiro sistema, não ao segundo. Ainda assim, não estamos testemunhando uma tomada de alguns dos outros sistemas pelo Estado? Uma tomada que passa pela imobilização física dos cidadãos e, assim, penaliza todas as atividades e comunicações que exigem a presença e a proximidade dos corpos? O Covid-19 está destruindo o tipo de sociedade que Luhmann descreveu corretamente ou apenas destacando a falha de sua teoria quando caracterizou nosso mundo pós-moderno (por acaso, uma noção que ele não apreciava)?

De fato, a pandemia atinge a sociedade mundial, mas, exceto pelos sistemas mais globalizados – como a ciência, o turismo, o sistema financeiro e talvez os esportes –, outros sistemas, como o da saúde, da política e da economia (a “verdadeira”), reagem de maneira segmentar: cada estado nacional age por si mesmo, notadamente em uma relação idiossincrática com seu sistema de saúde. Isso não significa necessariamente que existe uma falha fundamental na teoria da sociedade mundial funcionalmente diferenciada. Aliás, Luhmann reconheceu que

o sistema político mundial (bem como o sistema jurídico) está estruturado de forma segmentária. Também argumentou que, de um ponto de vista sistêmico, tal característica permite a combinação entre os benefícios da redundância e da variedade. A redundância é necessária para a estabilidade, porém, a variedade é exigida para a aprendizagem e a inovação. O fato de que diferentes países gerenciam a crise de diferentes maneiras oferece a variedade a partir da qual surgem oportunidades de aprendizagem e inovação. Tal característica fornece informações valiosas sobre o melhor modo de agir, informações que faltariam caso o mundo inteiro tivesse se submetido a uma mesma estratégia. Por outro lado, essas diferentes experiências teriam se perdido sem a chamada globalização da nossa sociedade mundial. Podemos insistir, tautologicamente, que nossa sociedade será uma sociedade mundial somente se todas as comunicações puderem se conectar entre si em todo o planeta. Exatamente por vivermos em uma sociedade mundial globalizada, conseguimos considerar as várias experiências nacionais como relevantes, comparáveis e como um bem público global. Hoje, as opiniões públicas de diversos países têm critérios de comparação para avaliar como seus governos reagiram e responsabilizá-los por possíveis erros.

Reconhecidamente, a natureza segmentada da organização do sistema político mundial foi fortalecida e tornada mais visível – nem sempre por suas melhores qualidades, como resultado da crise na saúde. Uma dinâmica típica da irritação entre sistemas – pelo menos quando considerada das perspectivas nacionais dos autores deste artigo – consiste em políticos que reclamam da falta de certeza (ou pelo menos de consenso) da ciência, no fingimento baseado nas soluções e números científicos e cristalinos (como se o vírus fosse uma equação a ser resolvida). O anseio por certeza pode ocultar o desejo que um político tem de apresentar uma decisão possivelmente dolorosa como tendo sido inspirada pela ciência. Do lado oposto, não faltam cientistas ressentidos com a inconclusividade dos políticos e desejando que os especialistas assumam a liderança.

De fato, em um contexto de escassez de máscaras e outros equipamentos médicos, vimos governos de vários países desviando carregamentos de máscaras destinados a outras nações enquanto transitavam por seus aeroportos. Existem maneiras diferentes de interpretar o que aconteceu. Uma interpretação possível é a de que os sistemas de saúde permanecem fortemente acoplados aos [sistemas]⁶ políticos, a ponto de quase todos os governos terem sido responsáveis por acumular máscaras preventivamente. Isso fez com que as organizações de cuidado se tornassem demasiado dependentes de decisões políticas, tanto atuais quanto passadas. Pode-se

⁶ O termo entre colchetes foi adicionado pelo tradutor.

perguntar se acumular produtos médicos é uma tarefa adequada ao sistema político, tendo em vista que os governos tendem a mudar a cada 4 ou 5 anos e, com eles, também as principais orientações em termos de políticas de saúde.

Luhmann era muito cético quanto à possibilidade de o Estado de Bem-Estar ser capaz de cumprir suas promessas (que, para ele, eram numerosas e generosas em excesso). Temia que os governos gerassem expectativas públicas que não conseguiriam atender, fomentando uma sensação de desamparo político frente aos desafios e às complexidades do mundo atual. A presente experiência de sua incapacidade para fornecer as máscaras e equipamentos de testagem necessários a hospitais, asilos e trabalhadores essenciais parece comprovar a afirmação do sociólogo. Certamente, isso deixará vestígios e, após o fim da crise sanitária, deve-se seguir uma crise política em alguns países baseada em uma crítica radical à inabilidade dos governos atuais e anteriores para evitar e antecipar a pandemia e, depois, gerenciar suas consequências, em especial se, como agravante, for revelado que a crise e as medidas tomadas para combatê-la contribuíram para o aumento das desigualdades e das assimetrias do poder (STEVENSON, 2020). Em alguns países, os governos já estão sofrendo processos. Sem dúvida, muitos outros virão, colocando sob tensão tanto os sistemas políticos quanto os jurídicos. Os governos correm o risco de serem processados tanto por terem feito muito pouco (em termos de prevenção e preparo) ou feito demais em termos de suspensão das liberdades civis.

4. A sociedade e seu ambiente

Esta crise diz respeito ao ambiente da sociedade, aos seres humanos como organismos biológicos, e talvez tenha sido originada a partir da negligência estrutural – ou, quiçá, do uso comercial cada vez mais intenso – de seus acoplamentos com o ambiente natural não humano.

Muitos concordariam com a afirmação de que “[...] o coronavírus não é um ‘desastre natural’ como se afirma com frequência. Ele é resultado de ações humanas que criaram um sistema de agricultura que subordina o bem-estar animal e humano ao lucro” (SAPSN, 2020).

Na verdade, mais e mais vírus estão migrando dos animais selvagens para os humanos em razão do desaparecimento das barreiras entre os dois mundos, devido, por sua vez, à exploração intensificada da natureza possibilitada pelas novas tecnologias. É um tanto irônico que o único [tipo de]⁷ organismo alopoiético em nosso ambiente vivo tenha sido capaz de impedir a autopoiese de alguns dos nossos sistemas sociais mais sofisticados. Que isso possa

⁷ O termo entre colchetes foi adicionado pelo tradutor.

acontecer demonstra que existe uma fraqueza estrutural na sociedade funcionalmente diferenciada. Em todo caso, tal fato confirma a asserção um tanto abrupta de Luhmann, de que a única coisa que o ambiente pode fazer à sociedade é destruí-la. Outra hipótese levantada recentemente é a de que o vírus tenha escapado de um laboratório de virologia em Wuhan. Se esse fosse o caso, encontrar-nos-íamos em uma situação agora rotineira de gerenciamento insatisfatório de riscos tecnológicos, mais apavorante ou mais tranquilizadora, dependendo das coordenadas culturais do/a leitor(a).

5. Autopoiese travada ou acelerada?

Vários sistemas funcionais estão severamente travados: o setor financeiro, com suas perdas; os setores econômico e produtivo, desacelerados; e os do esporte e entretenimento, quase totalmente paralisados. Devido ao confinamento, todas as atividades não essenciais (incluindo as econômicas, como turismo e restaurantes) que exigem a presença física dos participantes e/ou do público foram suspensas. De modo mais geral, esse é o caso de quase todos os sistemas sociais a que Luhmann chamou de “interações”. Isso mostra a função que elas têm em relação à outra importante caracterização do alemão sobre os sistemas, a saber, enquanto “sistemas funcionais” ou “organizações”. As organizações podem ser entendidas como sistemas cujas comunicações são compostas por decisões; estas precisam de interações para funcionar, ainda que apenas para a tomada de decisão (reuniões entre decisores).

Isso demonstra também que um elemento pode pertencer ao “ambiente” de um sistema – isto é, ao meio em que se encontra imerso – e mesmo assim ser indispensável à reprodução desse sistema, em virtude dos acoplamentos estruturais. Como Luhmann conhecidamente defende, a sociedade é feita de comunicações e não de indivíduos. Não obstante, a sociedade e seus membros permanecem intimamente acoplados, inclusive em termos da própria realidade corporal humana.

Que a autopoiese do sistema econômico tenha quase desaparecido significa que foram feitos pagamentos (obrigatórios) por consumidores para comprar comida, pagar empréstimos, créditos, seguros etc., e também por empresas, a maioria sem a possibilidade de restaurar sua capacidade de fazer futuros pagamentos. Como consequência, os governos terão de contrair grandes dívidas, o que os deixará altamente dependentes do setor financeiro em um futuro próximo, pondo em risco sua autonomia e capacidade de ação. Tais aspectos monopolizavam a agenda dos debates políticos na Europa quando da escritura do presente artigo. Ao contrário, durante a crise, os sistemas de saúde, político, científico e técnico-científico viram suas

comunicações acelerarem e aumentarem, fornecendo, minuto a minuto, novas (embora não necessariamente precisas) informações à mídia. Contudo, são os epidemiologistas, os virologistas e os pesquisadores de modelagem científica que tomaram a frente nos meios de comunicação, enquanto os políticos se dividem entre culpar a ciência pela falta de certezas e usá-la como escudo para evitar decisões penosas. Com certeza, Luhmann teria criticado duramente as incursões dos presidentes Trump e Macron no campo da medicina. O primeiro cruzou as fronteiras da competência do sistema político e interferiu na autonomia do sistema de saúde, defendendo a terapia baseada no uso de cloroquina e indo de encontro às recomendações da maior parte da comunidade científica. Quanto ao segundo, ao parecer endossar as declarações do Professor Didier Raoult, tornou-se culpado por uma incursão inadequada e contraprodutiva em um campo que não depende da tomada de decisões políticas. As decisões acerca das políticas de saúde são legítimas e, portanto, coletivamente obrigatórias, apenas se forem baseadas em um consenso da comunidade médica.

6. Ciência e tecnologia

A aceleração dos sistemas científico e técnico-científico tem um preço: o da maturação acelerada das contradições estruturais (RAVETZ, 2011). De modo particularmente agudo, percebe-se hoje o paradoxo de uma ciência agora toda-poderosa, com o poder sinistro do vírus traduzido através de imagens científicas/artísticas impressionantes de sua estrutura e dezenas de novos produtos farmacêuticos em estudo, mas, ao mesmo tempo, impotente para mapear uma saída para a crise (WALTNER-TOEWS, 2020), o que leva alguns autores a falar de uma “modernidade sem roupas” (STIRLING, 2020; STIRLING, 2020). O embaraço da ciência ao informar as escolhas da sociedade encontra seu pico no campo da quantificação, tanto na apresentação de dados com precisão implausível quanto na geração de modelos de previsão que negligenciam as incertezas encontradas (SALTELLI, 2020). Meses após o início da crise, variáveis-chave da pandemia ainda são surpreendentemente pouco conhecidas, o que levou um acadêmico a falar de um “empirismo em grau zero” (DASTON, 2020). Isso gera novas vertentes de irritação na relação entre ciência e sociedade (WALTNER-TOEWS, 2020). De outra parte, os filósofos parecem estar mais em casa quando discutem a necessidade de fronesse – ou ainda a metis, em termos de como lidar diariamente com a crise (FOUCAULT, M. *et al.*, 2020). Nada disso surpreenderia Luhmann. O autor sempre salientou que quanto mais a ciência progredisse, mais incertezas criaria. Poderia a crise levar a uma reavaliação de como são geradas expectativas em relação à ciência e de como esta é percebida, operada e finalmente posta em

prática para além do paradigma da “ciência normal” existente (WALTNER-TOEWS, 2020)? Com seu ceticismo em relação aos pós-modernos, Luhmann provavelmente não expressaria simpatia em relação às afirmações correntes acerca da “pós-normalidade”. Ou, talvez, teria considerado autoevidentes as novas realidades da ciência. Ele escreveu que:

[...] a atividade de orientadores de especialistas não pode ser mais entendida adequadamente como a aplicação do conhecimento existente. Durante a comunicação, eles precisam sustar ou pelo menos diluir as incertezas persistentes na ciência, precisam evitar decidir questões políticas por antecipação, como questões de conhecimento. Suas orientações não expressam autoridade, mas incerteza, tendo como consequência o fato de que os especialistas parecem cientificamente não-confiáveis enquanto apresentam controvérsias políticas politicamente inspiradas na avaliação do conhecimento científico. Como resultado, a tendência é que não sejam vistos nem como cientistas, nem como políticos. (LUHMANN 2013, p. 114)

7. Digitalização

Quase uma certeza é o fato de que a crise está dando um ímpeto novo e poderoso ao processo contínuo de digitalização das comunicações sociais em todos os sistemas funcionais, organizacionais e, especialmente em razão do confinamento, também nos sistemas de interação. Esta última provavelmente não perdurará após o fim da crise. Não é o caso de muitas organizações e mesmo de sistemas funcionais inteiros. Por exemplo, é provável que a crise sanitária deixe vestígios duradouros nas práticas educacionais. De fato, o sistema educacional começou a usar intensamente as tecnologias digitais. Agora que professores e alunos estão habituados a se comunicarem via plataformas como Zoom e tantas outras, provavelmente verão menos utilidade em encontros físicos nas salas de aula, exceto, é claro, para a realização de exercícios em que a presença é mesmo necessária. É provável que o funcionamento e o financiamento da educação superior também venham a ser afetados, talvez revertendo a aceleração em direção a altos custos impulsionada pela criação recente de sistemas de classificação internacional que engendrou um mercado global de educação (O’NEIL, 2016).

Mais preocupantes são os resultados possíveis da pandemia em alguns (senão em todos os) sistemas políticos. Em alguns países (e, provavelmente, em um número cada vez maior, à medida que a crise avança), o sistema político está usando tecnologias de rastreamento para localizar pessoas infectadas e evitar que outros interajam com elas. Quase certo é que o sistema jurídico, pelo menos nos países ocidentais, será seriamente *irritado* por tal uso da internet, e que os defensores dos Direitos Humanos voltarão seu trabalho para essa questão.

Como será a interação em relação a um cenário de total controle do indivíduo pelo “capitalismo de vigilância”? – expressão que Luhmann com certeza não teria endossado. Shoshana Zuboff assevera que as teorias da modificação de comportamento defendidas pelo psicólogo behaviorista B. F. Skinner teriam fornecido ao capitalismo de vigilância seu núcleo metodológico (ZUBOFF, 2020, p. 361-375). A pandemia será o Eldorado da domesticação social e do controle esperado por Skinner e temido por Zuboff? De qual lado do debate inflamado entre tecno-otimistas (BASTINI, 2019) e tecnopessimistas (LANIER, 2006; SUPIOT, 2007) acerca do impacto da inteligência artificial e do *big data* Luhmann se posicionaria? Temeria que a atual pandemia se tornasse uma oportunidade de ouro para o capitalismo – disfarçada de “catástrofe”, ao modo descrito por Naomi Klein (KLEIN, 2007) –, forçando a adoção de seus interesses? Luhmann provavelmente teria rejeitado tanto o debate sobre o comunismo automatizado devido aos prodígios do “big data” e da inteligência artificial (BASTINI, 2019; MOSTAFA, 2019) quanto o “capitalismo do coronavírus” (DEMOCRACY NOW!, 2020) apontado por Klein, porém, provavelmente não aquele a respeito das implicações mais profundas das tecnologias da informação em sua própria teoria dos sistemas sociais. Podemos especular uma concordância com Hannah Arendt, citada por Zuboff (2020, p. 382), quando esta afirma que: “O problema com as teorias modernas do behaviorismo não é que elas estejam erradas, mas que podem se tornar verdadeiras, que sejam a melhor conceitualização possível de algumas tendências óbvias da sociedade moderna”.

Nascido na Alemanha, em 1927, Luhmann viveu e testemunhou dois regimes ditatoriais em seu próprio país: o nazismo e o comunismo (o segundo, indiretamente). Ele observou que obter o controle quase total da população é perfeitamente possível sem que se faça uso da moderna tecnologia da informação, mas apenas de uma abundante força de trabalho na polícia política. Possivelmente, não ficaria impressionado com essa nova ameaça. Por outro lado, é provável que ficasse mais preocupado com a ascensão da extrema direita nas democracias liberais.

Ademais, foi com frequência bastante irônico quanto às tentativas fracassadas de modificar os comportamentos das pessoas realizadas por terapeutas. Devemos lembrar que ele concebia os indivíduos como “sistemas psíquicos” operacionalmente fechados e autorreferentes, assim como os sistemas sociais. Tais sistemas se “interpenetram”, se irritam e estimulam mutuamente, mas um não tem como tomar o controle das operações do outro. A socialização, por exemplo, considerada pela maioria dos sociólogos e psicólogos como uma intervenção direta da sociedade na mente das crianças, é vista por Luhmann (1995) como autossocialização:

Primeiramente, socialização é sempre autossocialização, não ocorre pela “transferência” de um padrão de sentido de um sistema para outro; seu processo básico é a reprodução autorreferencial do sistema que ocasiona e experiencia a própria socialização.

Entretanto, como atestam *Tempos modernos*, de Charlie Chaplin, e *Metropolis*, de Fritz Lang, medos e críticas referentes às tendências capitalistas à automação do comportamento humano não são nada novos. Sem sucesso a longo prazo, o taylorismo já havia tentado transformar trabalhadores em “máquinas triviais”, segundo Von Foerster. Para o jurista francês Alain Supiot (2007), o taylorismo foi suplantado por um sistema de trabalho cibernético e homeostático guiado por objetivos. Para o autor, essa é apenas uma entre as muitas consequências distópicas da numerificação do real. No novo sistema, o trabalhador está contínua e permanentemente engajado em alcançar seus objetivos, imerso em um sistema social em que a lei foi subjugada por uma governança baseada em números.

Tal combinação da motivação própria do trabalhador e do controle por parte da organização é sintetizada na sociologia de Luhmann por meio do conceito de “carreira”, que ele descreve como a “interação entre autosseleção e alterseleção”, como “contingência que ganha forma” (LUHMANN, 2018. p. 72-77).

Finalmente, pode bem ser o caso de que Luhmann seja mais humanista do que muitos que se definem como tal, posto que acredita na autonomia e na liberdade dos “sistemas psíquicos” no que diz respeito a seu ambiente social, confiando em sua capacidade de resistência. Não se pode dizer se o aprimoramento do poder e da velocidade dos novos aparatos do capitalismo de vigilância e de plataforma teria feito Luhmann mudar de ideia.

O que se viu com muita clareza é que os computadores iriam “[...] atacar a autoridade dos especialistas”.

A princípio, no futuro, todos poderão verificar as declarações de especialistas, como médicos e advogados, em seus próprios computadores. Sem dúvida, poderão afirmar que não existe evidência científica para a eficácia de alguns medicamentos – e, mesmo assim, nós as encontraremos. Ou que não existam decisões judiciais sobre certas questões jurídicas – e nós também as encontraremos. Embora seja difícil aferir como o conhecimento chega até os computadores, de modo algum ele pode ser transformado em autoridade. (LUHMANN, 1997, p. 187-188)

Essa citação em particular encontra eco neste momento em que se descobriu que mais de 40% da população francesa é da opinião – contra a recomendação dos especialistas (com exceção de um) – de que o tratamento com cloroquina é eficaz contra o Covid-19.

Contudo, as tecnologias da informação desafiam seriamente a teoria de Luhmann; desafio este do qual ele tinha plena consciência, mas que nada tem a ver com o controle social dos indivíduos ou com o abuso de poder. Enquanto tecnologias da comunicação, elas podem acomodar tanto o poder quanto a resistência ao poder, tanto comunicações verdadeiras quanto falsas, morais ou imorais. O sociólogo era escrupuloso demais para especular acerca dos impactos futuros da TI, mas podemos perceber em sua última obra, *Die Gesellschaft der Gesellschaft* (1997), que ele estava realmente preocupado com esse campo, a ponto de escrever que: “A única alternativa ao acoplamento estrutural consciência/comunicação que está emergindo – com consequências imprevisíveis – é o computador” (LUHMANN, 1997, p. 65-66).

Observemos a expressão “consequências imprevisíveis”. Contudo – e isso é um tanto engraçado nas atuais circunstâncias, em que *smartphones* estão sendo usados para evitar encontros entre corpos contaminados e não contaminados –, ele notou que: “os corpos humanos (pelo menos no atual estado das coisas) estão ligados a pontos de conexão mesmo quando estes consistem em dispositivos portáteis. Assim como no caso da televisão, isso pode levar a uma redução dos contatos aleatórios entre corpos que se movimentam livremente” (LUHMANN, 1997, p.185). Piadas à parte, as consequências por ele consideradas são de uma natureza muito mais profunda e fundamental do que aquelas referidas por Zuboff e outros. Não é possível discuti-las aqui, mas elas podem muito bem ser da mesma magnitude que os efeitos causados na sociedade pela introdução da escrita e depois da prensa. Se a teoria de Luhmann é a teoria da sociedade da imprensa, então ela já está obsoleta e uma teoria sociológica totalmente nova se faz necessária. Trata-se de algo que o próprio Luhmann reconhecia, mas, como defende Baecker (2006), ele pode ter sentido que a teoria da sociedade da imprensa (a sua própria) deveria primeiro ser concluída, a fim de possibilitar a construção da teoria da sociedade do computador.

8. Conclusões

A teoria de Luhmann não tem poder preditivo. Não tem nem mesmo poder explicativo. Ela pode apenas nos ajudar a dar sentido ao que está acontecendo, não “O” sentido, mas “um”, entre vários outros possíveis, e não necessariamente o mais “verdadeiro”. Para fazê-lo, não devemos nos perguntar tanto “o que Luhmann pensaria?”, mas “que ferramentas nos legou para pensarmos de maneira independente?”. As considerações curtas e experimentais esboçadas acima estão longe de fazer justiça à profundidade e à acuidade do aparato conceitual de

Luhmann. Seria necessário fornecer mais dados para termos uma visão geral mais precisa da riqueza de suas teorias e usá-las de modo a entender a atual situação.

Por outro lado, a pandemia ainda demorará a passar. No momento, ainda não sabemos o que realmente aconteceu em nossos asilos, e o Covid-19 recém chegou à África. Podemos apenas supor que as análises de Luhmann em termos de inclusão e exclusão, que substituem análises baseadas na classe social, encontrarão uma triste confirmação.

O conceito de sistemas sociais como paradoxais, contingentes e em contínua transformação provavelmente o teria levado a especular que a crise não passaria sem alterar os sistemas, isto é, o sociólogo teria se mostrado cético quanto a um retorno à normalidade.

Com este breve ensaio, convidamos outras pessoas a tomarem posse da herança de Luhmann, enriquecê-la e adaptá-la a uma sociedade que o autor concebeu como em permanente evolução, renovando-se e mudando a cada novo evento de comunicação que acontece no mundo.

Referências

BAECKER, D. Niklas Luhmann in the society of the computer. **Cybern. Hum. Knowing**, v. 13, p. 25-40, set. 2006.

BASTINI, A. **Fully Automated Luxury Capitalism**. A manifesto. Nova York: Verso, 2019.

“Coronavirus Capitalism”: Naomi Klein’s Case for Transformative Change Amid Coronavirus Pandemic. **Democracy Now!**, 2020. [Online]. Disponível em: https://www.democracynow.org/2020/3/19/naomi_klein_coronavirus_capitalism. Acesso em: 20 abr. 2020.

DASTON, L. Ground-Zero Empiricism. **Critical Inquiry**, abr. 2020.

FOUCAULT, M. *et al.* Coronavirus and philosophers. **European Journal of Psychoanalysis**, 2020. [Online]. Disponível em: <https://www.journal-psychoanalysis.eu/coronavirus-and-philosophers/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

KLEIN, N. **The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism**. Toronto: Knopf Canada, 2007.

LANIER J. **Who owns the future?** Londres: Penguin Books, 2006.

LUHMANN, N. **Organization and decision**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

_____. **Social Systems**. Stanford: Stanford University Press, 1995.

_____. **Theory of Society**. Volume 1. Stanford: Stanford University Press, 1997.

- _____. **Theory of society**. Volume 2. Stanford: Stanford University Press, 2013.
- MIROWSKI, P. **Science-Mart, Privatizing American Science**. Harvard: Harvard University Press, 2011.
- MOELLER, H. G. **Luhmann explained**. Chicago: Open Court Publishing Company, 2006.
- MOSTAFA, J. **The Revolution Will Not Be Automated**. *Sydney Review of Books*, julho de 2019.
- O'NEIL, C. **Weapons of math destruction: how big data increases inequality and threatens democracy**. Nova York: Random House Publishing Group, 2016.
- R. PIELKE, J. R. **The Honest Broker**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- RAVETZ, J. R. Postnormal Science and the maturing of the structural contradictions of modern European science. **Futures**, v. 43, n. 2, p. 142-148, mar. 2011.
- SALTELLI, A. Ethics of quantification or quantification of ethics? **Futures**, v. 116, 2020.
- SALTELLI, A; BOULAGER, P.-M. Technoscience, policy and the new media. Nexus or vortex?. **Futures**, p. 102491, nov. 2019.
- SAPSN [Southern African People's Solidarity Network]. **COVID-19 pandemic: Statement by the Southern African People's Solidarity Network, 2020**. [Online]. Disponível em: <https://www.cadtm.org/COVID-19-pandemic-Statement-by-the-Southern-African-People-s-Solidarity-Network>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- SCHEUFELE, D. A. Science communication as political communication. **Proc. Natl. Acad. Sci. U. S. A.**, v. 111, supl, n. 4, p. 13585-92, set. 2014.
- STEVENSON, G. Stevenson., Following the coronavirus money trail. **Open Democracy**, mar. 2020.
- STIRLING, A. Modernity Without its Clothes: the pandemic crisis shines a light on futilities of control, **STEPS Centre**, 2020. [Online]. Disponível em: <https://steps-centre.org/blog/modernity-without-its-clothes-the-pandemic-crisis-shines-a-light-on-futilities-of-control/>. Acesso em: 17 abr. 2020.
- SUPIOT, A. **Governance by Numbers: The Making of a Legal Model of Allegiance**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- WALTNER-TOEWS, D. et al. Post-normal pandemics: Why COVID-19 requires a new approach to science. **STEPS Centre Blog**, 2020. [Online]. Disponível em: <https://steps-centre.org/blog/postnormal-pandemics-why-covid-19-requires-a-new-approach-to-science/>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- ZUBOFF S. **The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power**. Nova York: Public Affairs, 2019.

Higieno-nacionalismo, um remédio milagroso contra a pandemia? Populismos, racismos e conspiracionismos em torno da Covid-19¹

L'hygiéno-nationalisme, remède miracle à la pandémie ? Populismes, racismes et complotismes autour du Covid-19

Vincent Geisser²

Tradução: Thainá da Silva Cândido Carungaba³

Revisão de tradução: Fabiana Zogbi Lontra da Conceição⁴

Resumo: O presente projeto consiste na tradução do artigo “*L'hygiéno-nationalisme, remède miracle à la pandémie? Populismes, racismes et complotismes autour du Covid-19*”, escrito pelo sociólogo francês Vincent Geisser para a revista *Migrations Société*, em oito de junho de 2020. O texto que recebe, aqui, o título “Higieno-nacionalismo, um remédio milagroso contra a pandemia? Populismos, racismos e conspiracionismos em torno da Covid-19”, discute o crescimento de tendências nacionalistas, xenofóbicas e mesmo racistas em todo o mundo, sobretudo nas sociedades ocidentais, diante da crise sanitária do coronavírus em 2020, estabelecendo um paralelo com as grandes epidemias ao longo da história. Este trabalho pretende viabilizar ao público leitor brasileiro o debate acerca dos sintomas nacionalistas, xenofóbicos e racistas em torno da Covid-19, a partir das reflexões propostas por Vincent Geisser. A tradução deste artigo foi concebida mediante autorização prévia do autor.

Palavras-chave: Coronavírus; Xenofobia; Nacionalismo; Racismo; Pandemia.

Abstract: This project consists of the translation of the article “*L'hygiéno-nationalisme, remède miracle à la pandémie? Populismes, racismes et complotismes autour du Covid-19*”, written by the French sociologist Vincent Geisser for the journal *Migrations Société*, in 8th June, 2020. Here translated as “Higienonacionalismo, um remédio milagroso contra a pandemia? Populismos, racismos e conspiracionismos em torno da Covid-19”, the text discusses the increase of nationalist, xenophobic and even racist tendencies worldwide, especially in western societies, regarding the coronavirus health crisis in 2020, establishing a parallel to the big epidemics along throughout history. This work aims to enable the debate regarding the nationalist, xenophobic and racist symptoms around Covid-19 based on the reflections proposed by Vincent Geisser. This article’s translation was conceived with the author’s prior authorization.

Keywords: Coronavirus; Xenophobia; Nationalism; Racism; Pandemic.

¹ O texto utilizado como fonte para esta tradução está disponível em: <https://www.cairn.info/revue-migrations-societe-2020-2-page-3.htm>. O texto foi originalmente publicado em Marselha, 8 de junho de 2020, na *Revista Migrations Société* (<http://www.ciemi.org/ms.html#>). Esta tradução tem objetivos estritamente pedagógicos e científicos e não tem fins lucrativos. A permissão do autor e revista, detentores dos direitos sobre o conteúdo, foi obtida por escrito. Contato: vgeisser@msh.univ-aix.fr

² Pesquisador no *Institut de recherches et d'études sur les mondes arabes et musulmans* – IREMAM (Instituto de Pesquisas e Estudos sobre os Mundos Árabes e Muçulmanos) do *Centre national de la recherche scientifique* – CNRS (Centro Nacional da Pesquisa Científica). Presidente do Centre d’information et d’études sur les migrations internationales – CIEMI (Centro de Informação e de Estudos sobre as Migrações Internacionais). Diretor de publicação da revista *Migrations Société*. Membro do conselho estratégico do movimento *Coexister*. Doutor em Ciências pela Aix-Marseille Université (AMU). E-mail para contato: vgeisser@msh.univ-aix.fr

³ Graduada em Letras (Licenciatura/Português-Francês) pelo Instituto de Letras da UFF e mestranda em Estudos de Linguagem na mesma instituição. E-mail para contato: thainacarungaba@id.uff.br

⁴ Graduada em Letras (Bacharelado/Português-Francês) pelo Instituto de Letras da UFRGS e mestranda na mesma instituição. E-mail para contato: fablontra@gmail.com

Com algumas poucas exceções, todos nós temos a sensação de ter vivido, nesses últimos meses, momentos dramáticos e fora do comum que ressuscitam a memória coletiva de acontecimentos traumáticos, como os colapsos econômicos (o fantasma da crise de 1929), as guerras civis e mundiais (em 1870, de 1914 a 1918, de 1939 a 1945 etc.), as catástrofes naturais (terremotos, inundações e tsunamis) e, é claro, as *grandes epidemias* (peste, cólera, gripe espanhola, AIDS etc.) que marcaram a história mundial. Isso explica a propensão dos agentes sociais a ceder a aproximações históricas de *senso comum* que, longe de relativizar a situação atual, tendem a valorizar leituras catastróficas que não deixam de ter consequências sobre as representações, atitudes e comportamentos dos governantes e dos cidadãos comuns em relação à pandemia. Contudo, como afirmam os historiadores e os demógrafos, comparação não é razão: a epidemia da Covid-19 surge muito menos destrutiva para vidas humanas e relações sociais⁵ do que as pandemias precedentes que atravessaram a história das nossas sociedades:

A epidemia de coronavírus surgida na China, em novembro de 2019, é impressionante por sua amplitude e pela rapidez de sua disseminação. No entanto, está longe de ser uma catástrofe sanitária comparável a certas pandemias do passado, dada sua letalidade relativamente fraca. Porém, será a primeira a ter levado metade da humanidade, isto é, mais de três bilhões de pessoas, ao confinamento. A ansiedade provocada pela epidemia do coronavírus é, talvez, excessiva. No entanto, explica-se, entre outras razões, pelo fato de que essa doença faz ressurgir a lembrança de medos antigos, resultantes da difícil confrontação do homem com outras pandemias. A memória coletiva do Velho Continente ficou, de fato, marcada pela lembrança da calamidade que representou a peste negra do século XIV que, em um ano, entre 1348 e 1349, fez desaparecer uma boa parte, até metade da população europeia. A história do homem é, portanto, marcada por doenças epidêmicas. Além da peste e da cólera, juntam-se a varíola, o tifo, a febre amarela, a gripe espanhola de 1918 e, mais próximos de nós, o Zika vírus, o Ebola, o SARS, sem se esquecer do HIV/AIDS e, agora, a Covid-19. (SARDON, 2020, p. 4)

Todavia, esse catastrofismo ambiente não poderia ser explicado simplesmente pelos medos e fantasmas sanitários da *gentinha*, dos *invisíveis*, da *França de baixo*: ele constitui, também, a manifestação de um processo de *politização/dramatização* que conta com a contribuição de diversos agentes, principalmente os poderes públicos e os formadores de opinião, que impõem um enquadramento ideológico da pandemia. Nesse sentido, a Covid-19 deve, primeiramente, ser tratada como um objeto político que funciona de maneira paradoxal: impondo leituras ao mesmo tempo *despolitizantes* e *naturalizantes* da epidemia, considerada um problema de ordem médica e sanitária, os responsáveis políticos e governamentais

⁵ A exemplo, a AIDS fez mais de 32 milhões de vítimas no mundo desde 1981. Fonte: ONUSIDA, <https://www.unaids.org/fr/resources/fact-sheet>.

legitimam respostas nacionais, e até nacionalistas, à pandemia. Em outras palavras, os pontos de vista técnicos, terapêuticos e de segurança sanitária, pregados pelos governantes, alimentam a politização do problema sob o pretexto da urgência em agir. A despeito dessa visão despolitizante e naturalizante da pandemia, trata-se de, conforme a abordagem sociológica defendida por Didier Fassin, analisar os diferentes investimentos ideológicos aos quais a pandemia dá lugar, tanto no campo político quanto nos outros campos sociais:

A evidência da materialidade técnica e da finalidade terapêutica do medicamento deixou-o, por muito tempo, de fora da análise das ciências sociais. Produto inerte, era apenas a resposta às necessidades dos doentes, eventualmente graças à mediação dos médicos. Estagnado entre a farmacologia e a farmácia, o remédio era diminuído frente ao historiador, ao sociólogo ou ao antropólogo. (FASSIN, 2007, p. 94)

É justamente considerando esse tratamento paradoxal da pandemia (naturalização/instrumentalização política do problema) que se pode entender o aumento excessivo do uso do vocabulário de guerra que se manifestou ao longo de toda a crise, uma vez que muitos chefes de Estado e de governo — à notável exceção da Alemanha — não hesitaram em comparar a situação sanitária a uma guerra, convocando o povo à mobilização geral; com destaque, o presidente da República da França, Emmanuel Macron, designando *um inimigo invisível* e se apresentando sob a figura tutelar de pai⁶ da nação:

Estamos em guerra, em uma guerra sanitária, sem dúvida: não lutamos nem contra um exército nem contra outra nação. Mas o inimigo está lá, invisível, esquivo, avançando. E isso requer nossa mobilização geral. Estamos em guerra. Toda a ação do governo e do Parlamento deve, a partir de agora, ser voltada para o combate à pandemia. Dia e noite, nada deve nos distrair dela. (PIETRALUNGA; LEMARIÉ, 2020, s/p)

É evidente que uma crise sanitária, por mais grave que seja, não poderia ser comparada a uma guerra. Isso não impede que ela seja “posta em cena” como tal por certos agentes institucionais — principalmente os dirigentes governamentais — que buscam gerar, entre os cidadãos, um sentimento de unidade nacional através da designação de um inimigo, ao mesmo tempo interior e exterior. Nessa perspectiva, o discurso da luta contra o coronavírus vale-se dos mesmos apelos afetivos que a retórica de guerra, ativando o medo da “quinta coluna” e os reflexos chauvinistas. A França constrói, assim, os novos heróis nacionais (os auxiliares de

⁶ Trecho do pronunciamento do presidente da República, Emmanuel Macron, aos franceses. Palácio do Eliseu, 16 de março de 2020. Disponível em: <https://www.elysee.fr/emmanuel-macron/2020/03/16/adresse-aux-francais-covid19>.

enfermagem, os voluntários associativos, os agentes humanitários etc.) designando, em único impulso denunciante, os infratores da ordem sanitária (os “maus franceses” que se recusam a adotar as medidas preventivas, principalmente nos bairros populares⁷). Esses enunciados bélicos podem ser assimilados, no contexto da Covid-19, a um “nacionalismo terapêutico”⁸ segundo a expressão de Didier Fassin, mas que, diferentemente da situação sul-africana descrita pelo autor, constituem menos uma expressão de resistência à dominação ocidental do que a manifestação de um discurso dominante, que visa a impor aos cidadãos comuns uma concepção hegemônica da luta contra a doença. De fato, esse nacionalismo sanitário, ativado pelos dirigentes políticos, só é eficaz, em termos de mobilizações e representações sociais, porque se insere, também, em um nacionalismo comum, amplamente presente entre a população: nacionalismo elitista e nacionalismo popular acomodam-se mutuamente para produzir uma leitura muito etnocêntrica da luta contra a pandemia, onde o espaço mundial apaga-se em prol da obsessão do espaço nacional:

O aumento dos reflexos nacionalistas tem consequências sobre a manifestação da solidariedade. Em tempos de coronavírus, não é fácil ser um refugiado sírio. Essa omissão diante da solidariedade ocorre, também, no interior da Europa. Cada país, naturalmente, concentra-se nos seus doentes, seus mortos. As informações nos telejornais nunca foram tão nacionais — alguns diriam provinciais. Em um momento em que americanos “desviam” inúmeros carregamentos de máscaras nas pistas de aeroportos chineses, o lema dos Três Mosqueteiros, “Um por todos, todos por um”, parece bem abstrato. (MOÏSI, 2020, s/p)

Para além disso, esse nacionalismo sanitário produz efeitos concretos sobre a gestão da crise epidemiológica e a criação de políticas públicas de prevenção, como indica a geógrafa Anaïs Voy-Gillis:

A crise faz emergir uma gestão nacional com medidas por vezes contraditórias e uma falta, ou até uma ausência de coordenação em escala europeia. Mas é cedo demais para dizer se isso corresponde a um verdadeiro retorno à nação. Veremos nos próximos meses. (RETO, 2020, s/p)

A manifestação mais visível dessa política foi, sem dúvida, a decisão de fechar unilateralmente as fronteiras nacionais, sem diálogo com os governos dos Estados vizinhos, sustentando a ideia falsa de que o perigo viral necessariamente viria do estrangeiro. Esse

⁷ Entre março e maio de 2020, várias reportagens nos telejornais foram consagradas à “incivilidade sanitária” da população nas periferias, principalmente em Seine-Saint-Denis.

⁸ O autor utiliza a expressão para descrever uma resistência a uma ordem sanitária dominante (Sul versus Norte) enquanto, aqui, é empregada para analisar uma manifestação de hegemonia.

“fronteirismo”⁹, já tão estruturante nas políticas migratórias, conheceu um novo terreno de aplicação, exercendo-se em detrimento da liberdade de circulação e penalizando, principalmente, o deslocamento dos trabalhadores transfronteiriços:

O controle e o fechamento das fronteiras, decididos rápida e unilateralmente por vários Estados, ilustra a permanência de reflexos nacionalistas no seio da União Europeia. As soluções nacionais foram priorizadas sobre uma gestão comum da epidemia: quando o fechamento das fronteiras europeias foi decretado, em 17 de março, muitos Estados já haviam instaurado controles rigorosos, restrições ou o fechamento total de suas próprias fronteiras. Essas decisões denunciam uma total falta de coordenação entre os Estados, o que pode levar a situações absurdas. (DEVIGNES, 2020, s/p)

Em um artigo intitulado *Le nationalisme est-il bon pour la santé?* [O nacionalismo faz bem para a saúde?], a cientista política Speranta Dumitru (2020) estabelece uma aproximação pertinente entre a miopia do nacionalismo metodológico nas ciências sociais e a do nacionalismo sanitário nas políticas públicas de combate à Covid-19. Ela destaca, então, três *viesses nacionalistas* na gestão da crise sanitária, que trazem efeitos perversos. Em primeiro lugar, a dificuldade em avaliar corretamente o problema; a miopia nacionalista que, através da grande importância dada aos fatores culturais, favorece erros de reconhecimento do *risco epidemiológico*: “Contudo, essa superestimação das diferenças culturais pode levar não somente à ausência de empatia, mas também à crença na ideia de que, para enfrentar um vírus visto como estrangeiro, a solução é fechar as fronteiras” (DUMITRU, 2020, s/p).

Em segundo lugar, a lentidão dos agentes públicos nacionais para compreender a propagação da doença, baseada em preconceitos culturalistas. Nesse sentido, a França, por exemplo, estaria relativamente imunizada contra um vírus visto, principalmente, como *chinês* ou *italiano*; em todo caso, *exótico*. Pode-se acrescentar, aqui, uma certa condescendência das autoridades de saúde francesas (porém, isso pode ser visto, também, na maior parte dos países do mundo) em relação aos sistemas de saúde estrangeiros, considerados pouco confiáveis, desorganizados e obscuros. Nesta ocasião, vimos ressurgir velhos clichês culturalistas, e até xenofóbicos, sobre a indisciplina, a negligência e o desleixo dos italianos, que, estranhamente, lembram os estigmas que circulavam no século passado sobre os imigrantes transalpinos. Por fim, o terceiro viés nacionalista apontado por Speranta Dumitru (2020) é a incoerência das políticas públicas que visam proibir a entrada de estrangeiros no território nacional ou até, em

⁹ Utilizamos esse neologismo nos inspirando em seu antônimo, “sem-fronteirismo”. Designamos, assim, a crença dos dirigentes do “poder das fronteiras” como instrumento de políticas públicas em diversos domínios (climático, cultural, sanitário, migratório, profissional etc).

alguns casos, incentivá-los a partir enquanto, ao mesmo tempo, aos cidadãos naturais — que podem portar o vírus — é permitido retornar à pátria-mãe:

Ora, se o objetivo é reduzir o número de interações em um território, por que permitir o retorno dos nativos, cujos vínculos sociais e familiares são ainda mais numerosos do que os dos estrangeiros? E para os cidadãos naturais, a regra que lhes permite retornar, seja qual for a prevalência da epidemia em seu país, é realmente favorável? (DUMITRU, 2020, s/p)

Além das concepções bastante *nacionais* da gestão da pandemia, a crise do coronavírus foi, também, um terreno propício para a afirmação exacerbada de protonacionalismos, provincianismos e regionalismos de todo gênero, consagrando a superioridade de comunidades originais que, por sua vez, são reativadas em um modo imaginário (nações históricas, regiões, províncias, cidades e aldeias etc.). Naturalmente, esses fenômenos identitários soberanistas e revivalistas não têm nada de novo. A *síndrome nacional-populista*, para fazer referência à expressão do cientista político e historiador Guy Hermet, precedeu a crise sanitária que a revelou, legitimou e, provavelmente, amplificou, de uma só vez:

Diferentemente, a síndrome nacional-populista marca, também, um aumento em nosso país. O impacto da globalização ou do processo de unificação da Europa conta muito nesse ressurgimento. Porém, o problema é que só contabilizamos seus efeitos quanto ao preconceito; e o medo da mudança que dele resulta não levaria a nada além de reações xenofóbicas, das quais só os movimentos de extrema direita, como a Frente nacional¹⁰, se aproveitariam. De fato, esse “andamento de Frente nacional” não basta para delimitar uma realidade que tende, na verdade, a mascarar. (HERMET, 1997, s/p)

Assim, nos Estados Unidos, vimos ressurgir os antigos caprichos isolacionistas e populistas herdados do *People's Party* e do *Tea Party*, fortemente encorajados pelo presidente Donald Trump, acusando o estrangeiro pela propagação do vírus e apelando a uma resistência menos sanitária do que política através da palavra de ordem *America First*. No caso estadunidense, a instrumentalização nacionalista da pandemia conduziu menos a uma dramatização do *risco sanitário* do que a um fenômeno contrário, isto é, à sua relativização total, sob o pretexto da defesa da liberdade de agir em oposição ao direito de se proteger e se cuidar. Na realidade, esse liberal-populismo insere-se, como aponta a socióloga Ya-Han Chuang, no tom xenofóbico já clássico no discurso do presidente Trump e de seus partidários, que foi reacendido com a crise do coronavírus de um modo paroxístico:

¹⁰ N.T.: *Front national*, partido político francês de extrema-direita que, a partir de 2018, passou a se chamar *Rassemblement National*, “Reagrupamento nacional”.

Recentemente, nos Estados Unidos, Trump insistiu no fato de chamar o coronavírus de “o vírus chinês” para estimular o ódio e esconder o fato de que eles não conseguem gerenciar a crise sanitária, ainda que a OMS tenha especificado que não se deveria chamá-lo assim, que não se deveria “politizar o vírus”. Na realidade, estigmatizar a China faz parte da agenda política de Trump, de sua estratégia eleitoral. Ele instrumentaliza, então, o medo que as pessoas têm da doença, afirmando que a China é responsável pela pandemia e que, então, a guerra comercial contra ela é justificada, defendendo, na mesma linha, medidas protecionistas. (NOUS, 2020, s/p)

Essa retórica de eufemização do *risco sanitário* também foi utilizada pelo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, que acusou os inimigos do interior (seus opositores) e do exterior (as *nações democráticas*) de exagerar deliberadamente a gravidade da pandemia para abalar as estruturas do Estado e da economia nacional. Por meio de diversas declarações públicas, mas principalmente provocações simbólicas (tirar a máscara em frente às câmeras, apertar as mãos de seus apoiadores), o presidente do Brasil desafiou, assim, o *vírus estrangeiro*:

Nostálgico da ditadura, Bolsonaro pratica o negacionismo histórico. Ao queimar a Amazônia, ele pratica, também, o negacionismo climático. Ao tratar a Covid-19 como uma “gripezinha” ou uma “constipaçãozinha”, ele convoca seus adeptos mais radicais a uma manifestação abertamente golpista contra o Congresso e o Supremo. Como se um crime não fosse o suficiente, ele faz corpo-a-corpo sem máscara e sem adotar as medidas preventivas, mesmo sabendo que várias pessoas de seu convívio próximo, que o haviam acompanhado durante sua visita oficial aos Estados Unidos, já estavam infectadas. Ele minimiza os riscos da pandemia, insulta as grandes mídias e as acusa de fomentar uma “*verdadeira histeria*”. (NOUS, 2020, s/p)

Nas novas democracias autoritárias da Europa oriental (Hungria, Polônia, Eslováquia, República Tcheca etc.), a tendência à dramatização foi maior, agindo sobre o medo da propagação do vírus: os governantes nacionalistas, soberanistas e ultraconservadores instrumentalizaram fortemente a fibra patriótica, populista e antieuropeia para convocar os cidadãos a um retorno aos princípios fundamentais e valores ancestrais da nação, para enfrentar um vírus visto, majoritariamente, como *estrangeiro*, senão *fabricado* por negligência da União Europeia. Esse fenômeno de recuperação populista da pandemia, aliás, não se limita à Europa oriental, mas afetou, também, certas *velhas democracias*, incluindo meios social-democratas e liberais que, no entanto, acreditavam-se a salvo desse tipo de derivas demagógicas:

Os nacionalistas veem nisso, principalmente, um meio de criticar novamente a União Europeia, o sistema e as elites. Há anos assistimos a essas tentativas de desarticulação da UE: vimos surgir partidos eurofóbicos que questionam o funcionamento da União. Como a Liga de Matteo Salvini, na Itália; a chegada da extrema-direita na coligação vigente na Áustria; o primeiro-ministro Viktor

Orban, na Hungria; o partido Direita e Justiça (ultraconservador) na Polônia... Até governantes social-democratas falaram da Europa com dois pesos e duas medidas. A fundação europeia estava fragilizada antes mesmo dessa crise. (RETO, 2020, s/p)

Até na China, apesar de ser considerada o ponto de partida da Covid-19, as autoridades tentaram instrumentalizar as correntes xenofóbicas e nacionalistas para fazer esquecer suas próprias carências e deficiências na gestão da crise sanitária, alimentando o fantasma conspiracionista de um vírus inoculado voluntariamente pelos *serviços estrangeiros* — nesse caso, os Estados Unidos ou a Austrália, segundo os relatos — com o intuito de enfraquecer a República Popular. Nessa perspectiva, os governantes chineses implementaram, por várias semanas, uma verdadeira campanha de desinformação voltada para sua própria população, mas também para países estrangeiros, principalmente os do *terceiro mundo*; recorreram, então, ao teor do anti-imperialismo e do anticolonialismo, conforme o *nacionalismo terapêutico* descrito por Didier Fassin. Para o poder chinês, a pandemia foi, também, um momento de reafirmação de suas ambições geopolíticas (o que alguns chamaram de *diplomacia da máscara*), buscando valorizar a superioridade de seu sistema de saúde, enviando ações de ajuda humanitária para os países do sul e, em um plano mais geral, promovendo a *veracidade* de seu regime político enquanto, ao mesmo tempo, a polícia política reprimia os delatores, médicos, intelectuais e jornalistas independentes, acusados de atentar contra o interesse nacional:

Mas o governo rapidamente recuperou o controle sobre a narrativa, censurando as críticas postadas on-line, prendendo um monte de jornalistas cidadãos que atuavam em Wuhan e afogando os internautas sob um dilúvio de relatos que glorificavam o heroísmo da equipe médica. (ZAUGG, 2020, s/p)

Esses nacionalismos sanitários desenvolveram-se paralela ou conjuntamente a formas de provincianismo e regionalismo — ambos os fenômenos nutrindo-se mutuamente — visando a reabilitar as identidades originais que poderiam ser qualificadas pela expressão *espírito provinciano*. Desse ponto de vista, as emoções e paixões identitárias que sucederam a pandemia do coronavírus mereceriam, sem dúvida, um olhar mais direcionado sobre a escala dos territórios e até dos microterritórios, revelando não só segregações socioterritoriais, mas também a sobrevivência de chauvinismos locais que, por vezes, tende-se a considerar *anedóticas* ou *folclóricas* e que, entretanto, possuem incidências políticas. Da mesma forma, a província do Quebec viu renascer em alguns de seus governantes, intelectuais e formadores de opinião, tendências protonacionalistas que, em muitos aspectos, lembram a retórica política da *exceção quebequense* dos anos 1950-1960, apresentada como uma solução miraculosa para

todos os problemas sociais, econômicos, ambientais e, mais recentemente, sanitários, como foi escrito nas palavras de três dirigentes quebequenses em um artigo do jornal conservador *Le Devoir*:

No Quebec, entretanto, esse belo impulso criativo deverá compensar o fato de que somos cada vez mais minoritários no Canadá e que evoluímos em um contexto de relações Quebec-Canadá jamais resolvidas. Precisamos de um lugar de reflexão que nos seja próprio. [...] É considerando nosso interesse nacional que precisamos repensar nossa economia, para recuperar uma certa normalidade e um controle maior sobre nosso destino. Essa retomada deverá consolidar as estruturas da verdadeira economia, de nossos *bairros*, de nossas cidades e vilarejos, de nossas regiões, que podem responder às nossas necessidades reais. [...] É pensando a saída da crise em uma perspectiva nacional que poderemos nos prevenir melhor contra as futuras crises, garantindo um futuro para nós. Isso não tem nada a ver com egoísmo ou omissão, mas com o reconhecimento do verdadeiro Quebec. (CARBONNEAU; LAPLANTE; PARENTEAU, 2020, s/p)

Essa representação do *verdadeiro país*, sistematicamente oposta ao *país político-administrativo* foi, também, o motor de mobilizações locais em uma dezena de estados americanos que reclamavam a revogação das medidas de isolamento e a retirada de todos os obstáculos à liberdade de circular, consumir, comercializar e agir. É verdade que esses movimentos liberal-populistas, muitas vezes violentos e que, nas palavras de ordem e na forma de protestar, apresentam várias semelhanças com o *Tea Party*, foram fortemente encorajados pelas declarações de alguns líderes ultraconservadores do Partido Republicano e pelo discurso anti-isolamento do presidente Trump; este último tentou validar, perante a opinião pública estadunidense, a falsa ideia de que as medidas sanitárias constituíam uma *conspiração* contra o povo americano, orquestrada pelos dirigentes da Organização Mundial da Saúde (OMS). Notemos que esse discurso soberanista antissanitário não é a única contradição, pois, simultaneamente, os Estados Unidos decidiram fechar suas fronteiras aéreas e terrestres a fim de impedir a propagação do vírus em seu território, permitindo supor que este era transmitido aos americanos pelos estrangeiros, principalmente pelos trabalhadores imigrantes. Até mesmo a Alemanha que, com declarações ponderadas de seus governantes federais, em muito se distinguiu durante a pandemia, chegou a presenciar excessos regionalistas, mais interessados em exigir uma abertura maior e mais rápida do isolamento do que em reivindicar medidas mais rigorosas para conter a pandemia. Assim, a Alemanha vivenciou em alguns de seus estados o despertar de baronias locais, contrárias à política sanitária federal, da qual pretendem obter uma boa quantidade de reivindicações corporativistas e regionalistas. Mais perto de nós, a coletividade territorial única da Córsega (*Cullettività di Corsica*) foi palco de um nacionalismo

exacerbado, com alguns líderes políticos locais, principalmente do movimento *Corsica libera*, promovendo a instauração de um verdadeiro *escudo sanitário* como resposta à pandemia, chegando a propor a criação de um *passaporte sanitário* imposto aos continentais e aos turistas estrangeiros. Nessa leitura tão ideológica da crise, o ilhamento cultural, linguístico e geográfico foi promovido como uma fortaleza eficaz contra a pandemia, supostamente de *origem continental*:

A epidemia de coronavírus não terminou de se espalhar pelos quatro cantos do planeta, mas o *Corsica Libera* já começa a se projetar no pós Covid-19. O partido independentista revela de imediato: do seu ponto de vista, somente a independência permitirá à Córsega sair dessa crise. “Nós lutamos por anos pela ascensão a uma soberania plena e integral, que hoje é a única solução viável para sair dessa crise”, escreve o *Corsica Libera* em um comunicado transmitido à imprensa. O partido acredita, mais do que nunca, que a independência representa o único remédio a essa epidemia e às inúmeras consequências que ela já está causando. (J.M., 2020, s/p)

A segunda cidade da França, Marselha, não ficou atrás em termos de manifestações de chauvinismo local contra a dita má gestão sanitária dos poderes públicos, vista como de esquerda por alguns políticos locais de direita (incluindo o *Rassemblement national*) e, pelos cidadãos comuns, como a prova de um abandono, ou mesmo um linchamento, da parte das autoridades nacionais. Esse movimento marselhês, muito heterogêneo, tanto em suas manifestações públicas (cartazes, *slogans*, criação de páginas no *Facebook*, blogs temáticos, artigos na imprensa local etc.) quanto em sua composição sociológica (dos moradores de bairros populares do norte da cidade aos burgueses do oitavo *arrondissement*), mostrou-se firme acerca da polêmica relativa ao tratamento pela hidroxicloroquina, defendido pelo professor Didier Raoult e sua equipe do Instituto Mediterrâneo de Infecções, no Hospital Universitário de Marselha (*Institut hospitalo-universitaire Méditerranée-Infektion*, ou IHU)¹¹. Sem dúvidas, essa mobilização de apoio às teses defendidas pelo professor Raoult pode parecer puramente folclórica, ou até lúdica (como a faixa dos torcedores do Olímpico de Marselha estendida em frente ao IHU ou o jogo de palavras “Raoult, o salvador de Marselha”, trocadilho feito com o sabão de Marselha¹²), mas diz muito sobre o processo de ideologização das segregações sociais e territoriais que alimentam, ao mesmo tempo, discursos regionalistas e populistas. E não só: em Marselha, a crise sanitária reforçou a indignação de muitos cidadãos, principalmente nas

¹¹ Realizamos uma observação direta do movimento de apoio ao Professor Raoult no âmbito de um documentário produzido pela associação *Phocéé-Med*.

¹² N.T.: *Le savant de Marseille* e *Le savon de Marseille*.

regiões mais humildes, quanto às falhas estruturais dos serviços públicos, atribuindo a responsabilidade da pandemia às elites nacionais: “esses parisienses que não entendem nada da situação marselesa”. Simultaneamente, também foi expresso um sentimento de orgulho local, visando ressaltar o fato de que Marselha foi a primeira cidade da França a pôr em prática uma política de detecção sistemática do coronavírus e que, por isso, foi menos atingida pela doença do que as outras regiões do país. Essas manifestações exacerbadas de nacionalismo e provincianismo sanitário encorajaram, por vezes, expressões ainda mais radicais, carregadas de tons xenofóbicos e racistas, como destaca o jornalista do *Huffing Post*, Pierre Tremblay (2020, s/p): “A crise sanitária do coronavírus traz consigo uma liberação da fala racista nas mídias e nas redes sociais”. No início da crise do coronavírus, em dezembro de 2019, foram, sobretudo, leituras culturalistas e racialistas da pandemia que predominaram, assimilando-a a um *vírus chinês*, um *vírus asiático* ou ainda um *vírus amarelo*. Entretanto, à medida que a pandemia se desenvolvia no planeta, entre janeiro e maio de 2020, outros grupos sociais e raciais também foram o alvo principal de discursos conspiratórios e de ódio. É verdade que esse fenômeno não é novo: na Idade Média, a causa das epidemias — principalmente a peste — era frequentemente atribuída aos judeus, acusados de querer corromper e envenenar os povos cristãos (forma clássica do antijudaísmo)¹³. Mais recentemente, a pandemia da AIDS deu lugar a todo tipo de teorias da conspiração sobre a origem africana do vírus, os hábitos imorais dos homossexuais ou, ainda, nos países do chamado “terceiro mundo”, sobre o fantasma de um vírus criado pelo Ocidente branco para aniquilar os povos do sul. A crise do coronavírus dá origem a uma verdadeira *paranoia iatrogênica*, conforme a expressão de Didier Fassin:

A paranoia iatrogênica, entendida como a crença na existência de conspirações que utilizam recursos médicos e, principalmente, farmacológicos com o intuito de eliminar uma população, é um fenômeno generalizado. Ela pertence a uma categoria mais ampla que implica, além do medicamento, muitos outros objetos: de órgãos suspeitos de serem roubados a organismos geneticamente modificados; de atentados terroristas às catástrofes ditas naturais. Ela concerne aos países mais pobres, mas também às nações ricas. (FASSIN, 2007, p. 108)

Aqui não é o lugar de analisar todas as formas da xenofobia e do racismo reativados pela pandemia da Covid-19. Esses fenômenos de *racismo sanitário* merecem estudos aprofundados

¹³ “Segundo Michael Blume, que estudou o fenômeno do conspiracionismo durante anos, os adeptos dessas teorias pensam que os judeus estão por trás de supostas conspirações. Na Idade Média, cada vez que a peste estourava, os judeus eram acusados de envenenar os poços, afirma ele. ‘Nessa época, tínhamos *pogroms* da peste, nos quais multidões se agitavam para atear fogo nas sinagogas’”, citado por Anne-Sylvie Sprenger.

e comparativos. A título de ilustração, contentemo-nos em citar as que pareceram, ao mesmo tempo, mais notórias e recorrentes nos contextos nacionais e em escala internacional.

Em diversos níveis e de diferentes formas, a maior parte dos países conheceu expressões de xenofobia antiasiática, traduzida em discursos, atitudes e comportamentos de suspeita e de rejeição para com turistas, imigrantes, residentes temporários ou até cidadãos naturais que tenham uma origem asiática muito distante. A leitura da pandemia em termos culturalistas e racialistas foi recorrente nas sociedades setentrionais, latino-americanas, europeias, africanas e do Oriente Médio, levando, muitas vezes, a ações extremas e impulsivas. A sinofobia e a *asiofobia* tiveram um crescimento sem precedentes durante a crise sanitária, como relata a socióloga Ya-Han Chuang:

Na França, no Canadá, na Inglaterra, até no Japão, em todo lugar, houve um boicote aos restaurantes asiáticos. Na França, crianças foram perseguidas; algumas foram chamadas de “vírus”. Em seguida, isso foi traduzido em um medo de pessoas chinesas e asiáticas, podendo chegar a insultos — principalmente no metrô e nos espaços públicos — e a agressões verbais e físicas. Na Inglaterra, toda semana são registradas agressões físicas. Na Itália, desde o fim de janeiro, houve várias agressões, chegando a levar a estados graves e internações. As afirmações racistas divulgadas acomodaram esse tipo de prática: à medida que em todo lugar dizia-se que os chineses traziam o vírus, a população tinha permissão para perguntar a qualquer asiático: “Por que você está aqui?”. Na Itália, responsáveis políticos fizeram declarações racistas abertamente: uma representante política italiana declarou no Twitter que os chineses comiam cobras e morcegos e, por isso, merecem morrer. (NOUS, 2020, s/p)

Na França, por exemplo, a percepção do crescente fenômeno de sinofobia impulsionou certas associações e líderes comunitários a elaborar respostas coletivas, como a criação da *hashtag* #JeNeSuisPasUnVirus (#EuNãoSouUmVírus), que foi amplamente divulgada nas redes sociais. Percebe-se, aqui, a reversibilidade dos mitos migratórios: frequentemente considerados pelo senso comum como *modelos de integração e imigrantes exemplares* (subentendendo-se os árabes e os negros), os franceses de origem asiática viram-se condenados por seu comunitarismo, sua particularidade e suas práticas culinárias e sanitárias suspeitas. Nos Estados Unidos, além das antigas raízes históricas do racismo antiasiático, o ódio foi diretamente encorajado na cúpula do Estado pelo próprio presidente Trump que, em seus pronunciamentos públicos, empregou diversas vezes a expressão *vírus chinês* para se referir à Covid-19. Esse aval presidencial favoreceu a manifestação de uma sinofobia popular em diversos estados americanos, como

[...] na Califórnia, onde vivem muitas comunidades de imigrantes do leste asiático (chineses, japoneses, coreanos, taiwaneses, filipinos etc.), o número de casos de agressões racistas denunciadas por semana era de mais de 600 no final de março e passou de 1.400 em abril. (NOUS, 2020, s/p)

Na China, os imigrantes e estudantes africanos foram o alvo principal de discursos e gestos negrofóbicos, servindo, sobretudo os estudantes, de bode expiatório da crise sanitária que, no entanto, deve-se em parte aos erros de análise e de gestão das autoridades políticas locais. Os residentes africanos na China foram, então, vítimas expiatórias de uma política pública falha:

A descoberta de casos de coronavírus entre os imigrantes nigerianos em Cantão provocou atos racistas que geraram uma grande comoção na África, continente cortejado por Pequim há mais de uma década. A busca por um bode expiatório é uma constante nas pandemias. Um grupo de residentes africanos em Cantão, no sul da China, foi parar nas ruas após terem sido expulsos de seus alojamentos ou de seus hotéis por medo do coronavírus. [...] Bastou que cinco nigerianos testassem positivo para o coronavírus para desencadear um reflexo antiafricano na cidade chinesa que tem o maior número de imigrantes vindos da África. (HASKI, 2020, s/p)

Na França, se a negrofobia nunca apresentou um registro tão radical durante a pandemia, nos discursos das mídias *mainstream* e nas redes sociais circularam, constantemente, representações que estigmatizavam o incivismo sanitário das populações das periferias — com uma fixação compulsiva pelo “93” — que, por seu suposto desrespeito às medidas preventivas e de isolamento, teriam colocado em perigo todo o território nacional. Como prova, várias reportagens e documentários sobre as práticas do (não-)isolamento nos bairros populares dos grandes centros franceses; certamente mostraram exemplos indubitáveis da solidariedade popular (colheitas, mutirões de ajuda às pessoas em situação de rua, ajuda entre vizinhos etc.) mas também os comportamentos irresponsáveis dos moradores das cidades, tendo em conta a gravidade da pandemia. Em suma, com a crise do coronavírus, a imagem clássica do delinquente da periferia foi atualizada para uma representação temporária do delinquente sanitário¹⁴. A crise sanitária representou, também, uma oportunidade para o despertar dos velhos demônios do antissemitismo, por vezes retornando à afirmação de um antijudaísmo medieval, no qual os judeus eram acusados de disseminar as doenças na sociedade. Na história da

¹⁴ Ainda que, por outro lado, a mídia tenha destacado os “efeitos positivos” da crise sanitária em termos de queda do tráfico de entorpecentes, dos assaltos a mão armada, roubos e infrações de todos os gêneros, enfatizando, principalmente, as violências sexistas e intrafamiliares.

crisandade, as grandes ondas epidêmicas foram, também, frequentemente acompanhadas de *pogroms* antijudeus, fazendo milhares de vítimas nas comunidades judaicas nativas:

Nesse contexto, voltam à tona acusações antijudaicas dignas da peste negra do século XIV, que León Poliakov retrata em *Histoire de l'antisémitisme*¹⁵ (1955), o que decidiu, como escreve ele, o destino dos judeus massacrados e pilhados em várias cidades alemãs, e até em toda a Europa, pela condenação popular, apesar da intervenção do Papa Clemente VI ou de homens importantes, porém impotentes, que não conseguiram impedir esses rumores. (MASSON, 2020, s/p)

Naturalmente, no momento atual, o antissemitismo sanitário é expresso de uma maneira velada e, ao mesmo tempo, aberta através dos *pogroms*, agora digitais; porém, continua traduzindo a mesma *obsessão onomástica*, levando à perseguição da origem judaica de nomes e sobrenomes das elites dirigentes, dos responsáveis da equipe médica ou dos donos dos grandes laboratórios farmacêuticos, suspeitando que tenham, voluntariamente, inoculado o vírus em *gente de bem*, senão de alimentar deliberadamente a pandemia a fim de fortalecer sua dominação política e seus interesses financeiros. Na Rússia, nos países da Europa oriental, nas sociedades do Oriente Médio e, também, na Alemanha e na França, a crise sanitária foi um terreno favorável para todo tipo de teorias da conspiração, visando, em particular, personalidades judias ou vistas como tais¹⁶:

Postagens antissemitas e racistas também foram publicadas em contas do *Facebook* e no *Twitter*. Isso não tem nada de surpreendente, quando se sabe a que ponto o *Twitter* é usado para disseminar afirmações, comentários racistas, antissemitas e delírios conspiracionistas. Porém, e em grande parte, foram militantes ou simpatizantes de extrema-direita e supremacistas brancos que postaram essas mensagens. Eles são doutrinados e fanáticos, tanto na França quanto nos Estados Unidos. Geralmente, as mesmas pessoas, os mesmos grupos alimentam regularmente suas contas com discursos racistas, antissemitas, xenofóbicos e homofóbicos, salpicando-os com teorias da conspiração. (KNOBEL, 2020, s/p)

¹⁵ N.T.: “História do antissemitismo”.

¹⁶ Na França, a ex-ministra das Solidariedades e da Saúde, Agnès Buzyn, e seu marido, Yves Lévy, diretor geral do Instituto Nacional da Saúde e da Pesquisa Médica (*Institut national de la santé et de la recherche médicale* — Inserm) foram, especialmente, alvo de discursos antissemitas e conspiracionismos, acusados de retardar a adoção de tratamentos contra a Covid-19 para favorecer seus interesses pessoais e financeiros. São encontradas, aí, temáticas clássicas do antijudaísmo medieval e do antissemitismo contemporâneo.

A pandemia da Covid-19 foi um momento revelador de rupturas sociais, territoriais, econômicas e de concepções etnonacionalistas que atravessam as sociedades atuais. Ela também pôs em evidência as limitações das políticas públicas ao consolidar uma verdadeira *democracia sanitária* (que só existe no papel), semeando dúvidas entre muitos cidadãos sobre a capacidade dos sistemas democráticos de enfrentar os desafios de nossos tempos. Isso explica a tentação recorrente de governantes em escalas regionais, estaduais e nacionais em recorrer a soluções técnicas, securitárias e protecionistas, acomodando concepções higienonacionalistas do meio social (higienonacionalismo) e elegendo o *excesso de democracia* como a origem do mal. Todavia, distinguiremos duas variantes principais desse nacionalismo sanitário: uma, chamaremos de *nacional-conservadora*, que convoca um fortalecimento do Estado central e defende soluções autoritárias e protecionistas para erradicar a pandemia: é um nacionalismo de isolamento. Outra, ao contrário, poderíamos chamar de *populista-liberal*, adotando os valores do liberalismo econômico e reclamando os direitos naturais e fundamentais dos cidadãos de se deslocar, comercializar e agir: é um nacionalismo do fim do isolamento. Porém, as duas variantes desse nacionalismo sanitário unem-se para designar os metecos, os estrangeiros, os imigrantes e as minorias culturais como os principais responsáveis pela propagação do vírus no território nacional. Nesse sentido, elas encontraram sua unidade política e ideológica no desprezo ao Outro.

Referências:

BAYART, Jean-François. Le politique par le bas en Afrique noire. Questions de méthode, **Politique africaine**, Paris, n. 1, p. 53-82, 1981.

BERNATCHEZ, Jean-Claude. Le coronavirus sonne le retour du nationalisme [Online], **Le Nouvelliste**, 25 de maio de 2020. Disponível em:
<https://www.lenouvelliste.ca/opinions/carrefour-des-lecteurs/le-coronavirus-sonne-le-retour-du-nationalisme-6ad7621f859fa30128558d9a4fedec37>.

BOURDELAIS, Patrice. Les épidémies terrassées, une histoire de pays riches. **La Martinière**, Paris, p. 246, 2003.

CARBONNEAU, Claudette; LAPLANTE, Robert; PARENTEAU, Danic. Le Québec après la crise, **Le Devoir**, 19 de maio de 2020. Disponível em:
<https://www.ledevoir.com/opinion/idees/579157/le-quebec-de-l-apres-crise>.

CEPRÉ, Ludovic. Rivalités, territoire et santé: enjeux et constats pour une vraie démocratie sanitaire, **Hérodote**, v. 4, n. 143, pp. 65-88, 2011.

CHAMAYOU, Grégoire. **La société ingouvernable**: Une généalogie du libéralisme autoritaire. Paris: La Fabrique, 2018.

CONTAMIN, Jean-Gabriel. Cadrages et luttes de sens. In: AGRIKOLIANSKY, Éric (Org.). **Penser les mouvements sociaux**: Conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines. Paris: La Découverte, 2010. p. 55-75.

CORONAVIRUS: stop au banlieue-bashing ! [Online], **Enlarge your Paris.fr**, 30 de março de 2020. Disponível em: <https://www.enlargeyourparis.fr/societe/coronavirus-stop-au-banlieue-bashing>.

PARIS-MATCH à Pantin: droit de réponse [Online], **Fumigene.org**, 2 de maio de 2020. Disponível em: <http://www.fumigene.org/2020/05/02/paris-match-a-pantin-droit-de-reponse/>.

DESVIGNES, Basile. Le coronavirus est-il nationaliste? [Online], **Le Taurillon**, 12 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.taurillon.org/le-coronavirus-est-il-nationaliste>.

DUMITRU, Speranta. Le nationalisme est-il bon pour la santé? [Online], **The Conversation**, 7 de abril de 2020. Disponível em: <https://theconversation.com/le-nationalisme-est-il-bon-pour-la-sante-135709>.

FANSTEN, Emmanuel, Ces territoires jouent le rôle de bouc-émissaire. Entretien avec Michel Kokoreff?, **Libération**, Paris, 21 de abril de 2020.

FASSIN, Didier. Entre désir de nation et théorie du complot. Les idéologies du médicament en Afrique du Sud, **Sciences sociales et santé**, Paris, v. 25, n. 4, p. 93-114, 2007.

FOUILLET, Thibault. De la “guerre sanitaire”, mise en perspective de l'emploi du registre guerrier dans la crise du coronavirus. **Fondation pour la recherche stratégique**, FRS, Paris, 2020, notas 13-20. Disponível em: <https://www.frstrategie.org/sites/default/files/documents/publications/notes/2020/202013.pdf>.

GEISSER, V., L'hygiéno-nationalisme, remède miracle à la pandémie? Populismes, racismes et complotismes autour du Covid-19., **Migrations Société**, Paris, p. 3-18, 2020. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-migrations-societe-2020-2-page-3.htm>.

_____. Asiatique travailleur versus arabe fainéant? De l'essentialisme présidentiel à la réversibilité des mythologies migratoires, **Migrations société**, v. 22, n. 128, p. 3-10, 2010.

GUIRAUDON, Virginie. Chapitre 6: Les politiques de gestion des frontières et de l'immigration. In: BORRAZ, Olivier; GUIRAUDON, Virginie (Dir.), **Politiques publiques 1**: La France dans la gouvernance européenne. Paris: Presses de Sciences Po, 2008. p. 173-194.

GUTMANN, Raphaël. Le Brésil sous Bolsonaro. Un pays au paroxysme de ses traumatismes, **Études**, n. 11, p. 7-17, nov. 2019.

HASKI, Pierre. La peur du coronavirus, moteur d'un racisme anti-Africains en Chine, **France Inter**, 13 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.franceinter.fr/emissions/geopolitique/geopolitique-13-avril-2020>.

HERMET, Guy, Populisme et nationalisme, **Vingtième siècle**: Revue d'histoire, v. 56, n. 4, p. 46-47, 1997.

HÉRON, Célia. #JeNeSuisPasUnVirus : aux origines du racisme anti-asiatique. Entretien avec Nicolas Bancel [Online], **Le Temps.ch**, 31 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.letemps.ch/societe/jenesuispasunvirus-aux-origines-racisme-antiasiatique>.

JANSEN, Sabine. Les États-Unis de Donald Trump: 'America First' et hégémonie décomplexée [Online], **Vie publique**, 3 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.vie-publique.fr/paroledeexpert/269992-les-etats-unis-de-donald-trump-america-first-et-hegemonie-decomplexee>.

LE FIGARO. **Crainte d'une montée d'antisémitisme liée au virus** [Online], 7 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.lefigaro.fr/flash-actu/Allemagne-crainte-d-une-montee-d-antisemitismeliee-au-virus-20200407>.

LE HUFFINGTON POST. **Coronavirus : la lutte contre l'épidémie, 'pas une guerre' pour le président allemand** [Online], Paris, 11 de abril de 2020. Disponível em: https://www.huffingtonpost.fr/entry/la-lutte-contre-le-coronavirus-nest-pas-une-guerre-selon-le-president-allemand_fr_5e91df9ac5b6f7b1ea823eed.

LEMAÎTRE, Frédéric. Le 'soft-power' chinois tenu en échec, **Le Monde**, Paris, 11 de maio de 2020. Disponível em: https://www.lemonde.fr/international/article/2020/05/11/le-soft-power-chinois-tenu-en-echec_6039354_3210.html.

LEPARMENTIER, Arnaud. Coronavirus: Donald Trump annonce qu'il va 'suspendre' toute immigration vers les États-Unis, **Le Monde**, Paris, 21 de abril de 2020. Disponível em: https://www.lemonde.fr/international/article/2020/04/21/coronavirus-trump-annonce-qu-il-va-suspendre-toute-immigration_6037263_3210.html.

LESNES, Corine. Coronavirus : des manifestations contre le confinement dans plusieurs États américains, **Le Monde**, Paris, 21 de abril de 2020. Disponível em: https://flipboard.com/article/les-manifestations-contre-le-confinement-se-multiplient-aux-etats-unis/a-1d9ZXaFdQ1-Y06pLe_hDHA%3Aa%3A2417577963-bcb6217d38%2Flemonde.fr.

LORRIAUX, Aude. Coronavirus: la référence au péril jaune joue sur les fantasmes, les peurs. Entretien avec Vincent Geisser" [Online], **20 Minutes.fr**, 27 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.20minutes.fr/arts-stars/medias/2704775-20200127-coronavirus-reference-peril-jaune-joue-fantasmes-peurs-selonchercheur-vincent-geisser>.

MASSON, Céline. Quand la pandémie fait ressurgir l'antisémitisme [Online], **Marianne.net**, 22 de março de 2020. Disponível em: <https://www.marianne.net/debattons/billets/quand-la-pandemie-fait-ressurgir-l-antisemitisme>.

MAX, Adrien. Marseille: camionnette publicitaire, tatouage, le professeur Raoult toujours à la mode [Online], **20 minutes.fr**, 19 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.20minutes.fr/societe/2782187-20200519-marseille-camionnette-publicitaire-tatouage-professeur-raoult-toujours-mode>.

MOLLIER-SABET, Louis. Renaud Muselier adoube Didier Raoult : ‘Nobélisable, génial et exceptionnel’ [Online], **Public Sénat.fr**, 13 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.publicsenat.fr/article/politique/renaud-muselier-adoube-didier-raoultnobelisable-genial-et-exceptionnel-182481>.

MINARD, Adrien. Perception du sida et théories du complot dans la population afroaméricaine. Commentaire, **Sciences sociales et santé**, Paris, v. 25, n. 4, p. 115-122, 2007.

MOÏSI, Dominique. Coronavirus: le grand retour des nations, **Les Échos**, Paris, 4 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.lesechos.fr/idees-debats/editos-analyses/coronavirus-le-grand-retour-des-nations-1192111>.

MOURLANE, Stéphane. Que reste-t-il des préjugés? L’opinion française et l’immigration italienne dans les années 50-60. **Migrations société**, Paris, v. 19, n. 109, p. 133-145, 2007.

NOUS, Camille. Coronavirus et racisme anti-asiatique. Entretien avec Ya-Han Chuang [Online], **Contretemps**, 18 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.contretemps.eu/coronavirus-racismeanti-asiatique>.

PIETRALUNGA, Cédric; LEMARIÉ, Alexandre. Nous sommes en guerre: face au coronavirus, Emmanuel Macron sonne la ‘mobilisation générale’, **Le Monde**, Paris, 17 de março de 2020. Disponível em: https://www.lemonde.fr/politique/article/2020/03/17/nous-sommes-en-guerre-face-au-coronavirus-emmanuel-macron-sonne-la-mobilisation-generale_6033338_823448.html.

PLOTTU, Pierre; MACÉ, Maxime. Extrême et écologie : ‘le localisme est une manière de s’adapter à la demande électorale’, **Libération**, Paris, 19 de fevereiro de 2020. Disponível em: https://www.liberation.fr/france/2020/05/19/le-localisme-est-une-maniere-de-s-adapter-a-la-demande-electorale_1788879.

RÉTO, Cécile. Coronavirus. La crise sanitaire, un terreau favorable aux nationalistes em Europe. Entretien avec Anaïs Voy-Gillis, **Ouest-France**, 30 de março de 2020.

ROUSSELEAU, Raphaël. L’esprit et les lieux. Généalogie et usages de clichés paysagers vendéens, **Genèses**, v. 3, n. 44, p. 99-126, 2001.

RUPNIK, Jacques. Populismes et révolution conservatrice en Europe de l’Est” [Online], **Vie publique**, 10 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.vie-publique.fr/parole-dexpert/271111-populismes-et-revolution-conservatrice-en-europe-de-lest>.

SARDON, Jean-Paul. De la longue histoire des épidémies au Covid-19. **Les analyses de Population & Avenir**, v. 26, n. 5, p. 1-18, 2020.

TREMBLAY, Pierre. On m'appelle coronachinois: le racisme anti-asiatique, autre symptôme du coronavirus”, **Huffingtonpost.fr**, 15 de maio de 2020. Disponível em: https://www.huffingtonpost.fr/entry/on-mappelle-coronachinois-le-racisme-anti-asiatique-autre-symptome-du-coronavirus_fr_5ebe66a1c5b6500cdf669990.

VANDENBERGHE, Frédéric. Covid-19: Bolsonaro commet un ‘populicide’ au Brésil, **Libération**, Paris, 6 de abril de 2020. Disponível em:

https://www.liberation.fr/debats/2020/04/06/covid-19-bolsonaro-commet-un-populicide-au-bresil_1784138.

WIEDER, Thomas. En Allemagne, Angela Merkel concède aux länder une accélération du déconfinement, **Le Monde**, 7 de maio de 2020. Disponível em:

https://www.lemonde.fr/international/article/2020/05/07/en-allemande-angela-merkel-concede-aux-lander-une-acceleration-du-deconfinement_6038952_3210.html.

ZAUGG, Julie. La pandémie provoque un sursaut nationaliste en Chine, **Le Temps**, 7 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.letemps.ch/monde/pandemie-provoque-un-sursaut-nationaliste-chine>.

Ginetes em meio à tempestade, animais na valeta
Por que Errata naturae não publicará nenhum livro nos próximos meses¹

Ginetes in the eye of the storm, animals in the ditch
The reasons why Errata naturae will not publish any books in the next months

Rubén Hernández²

Tradução: Nylcéa Thereza de Siqueira Pedra³ e Rafael Ginane Bezerra⁴

Revisão de tradução: Silvana de Matos Bandeira⁵

Resumo: Errata naturae é uma editora espanhola independente. No mês de março de 2020, seus editores tornaram público um manifesto que convida os profissionais do setor do livro a refletirem sobre os tempos da pandemia por COVID-19. Analisando as implicações do capitalismo financeiro sobre a dinâmica de circulação dos livros e ressaltando a incontornável condição de endividamento do setor, propõem a construção coletiva de condutas que possibilitem emancipar a produção cultural em relação à lógica mercantil. Ao decidirem parar, não publicando novos títulos, defendem essa pausa como necessária para o entendimento do contexto pandêmico e como estratégia política para a edificação de uma realidade que, até pouco tempo atrás, parecia impossível.

Palavras-chave: Capitalismo financeiro; Pandemia; Mercado editorial; Literatura; Covid-19.

Abstract: Errata naturae is an independent Spanish book publisher. In March its editors made public a manifest that invites professionals in the book sector to think about the current pandemic times. They analyze the implications of financial capitalism on the dynamics of book circulation and highlight the sector's indebtedness condition. Afterwards they propose the collective construction of actions that make it possible to emancipate cultural production from unsustainable capitalist logic. Because they decided to stop and not publish books for the next months, they defend this break as a necessary political strategy for the construction of a reality that, a little while ago, seemed impossible.

Keywords: Financial capitalism; Pandemic; Editorial market; Literature; Covid-19.

1

Muitos pensam, alguns nos dizem que, “se você para”, o sistema te atropela, tal como o carro atropela o cervo que, deslumbrado pelos faróis, fica parado no meio da estrada.

Acreditamos que essa metáfora não é adequada e que, de fato, é preciso inverter a imagem: estamos há pelo menos quarenta anos plantados sobre o asfalto neoliberal, enfeitados

¹ O texto utilizado como fonte para esta tradução está disponível em: <http://revistapenultima.com/jinetes-en-la-tormenta-animales-en-la-cuneta-por-que-errata-naturae-no-publicara-ningun-libro-en-los-proximos-meses>. Esta tradução tem objetivos estritamente pedagógicos e científicos e não tem fins lucrativos. A permissão da editora, detentora dos direitos sobre o conteúdo, foi obtida por escrito [<https://erratanaturae.com>].

² Editor de *Errata Naturae*. Contato: rubenhernandez@erratanaturae.com

³ Doutora. Departamento de Letras Estrangeiras Modernas. UFPR. Contato: npedra@hotmail.com

⁴ Doutor. Departamento de Teoria e Prática de Ensino. UFPR. Contato: rginane@gmail.com

⁵ Licenciada em Letras – Espanhol / Português pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Bacharelada em Letras – Tradução Espanhol / Português pela mesma universidade. Geógrafa e Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: silvanadematosbandeira@gmail.com

pelas luzes que emanam de umas quantas promessas impossíveis, como aquela do crescimento infinito em um planeta com recursos limitados.

Talvez, pensando bem, não sejamos o cervo, mas a máquina que atravessa a estrada a toda velocidade e atropela tudo que encontra pelo seu caminho. De qualquer maneira, a cada dia que passa, fica mais claro que, nessa situação que estamos vivendo, situação que ainda não pode ser plenamente compreendida, o movimento mais sábio é parar.

2

A tempestade acabou de começar, a última mutação do sistema capitalista mal deu pistas da sua nova identidade, da sua nova máscara, e, no entanto, a maior parte do nosso segmento se dispõe, inclusive com certa ânsia, a retomar o quanto antes a atividade. Para o final de maio, ou até mesmo antes, espera-se que as distribuidoras retomem as divulgações e que se publiquem novos livros. Mesmo em decomposição, a força agonizante do sistema é desconcertante...

Aproximadamente um a cada três livros que chega às livrarias acaba sendo devolvido e, em última instância, guilhotinado. Durante quanto tempo os editores e o planeta poderão continuar aceitando essa situação? Quando um livreiro devolve ao distribuidor os livros que não vendeu, ele não recebe o dinheiro que pagou por eles, mas um crédito para adquirir novidades mais recentes. Do mesmo modo, o editor responsável por esses livros que não serão lidos por ninguém não vai fazer uma transferência ao distribuidor pela quantia dessa liquidação negativa. Ao contrário, ele vai assumir uma dívida. E como ele lida com essa dívida? Publicando novos livros cujos lucros a amortizam, e que, por sua vez, restabelecem o crédito do livreiro. Como se vê, não há um movimento real do dinheiro. O que ocorre é uma virtualidade em estado puro, um jogo triangular envolvendo a dívida.

Obviamente, não se trata de um jogo no qual o triângulo é equilátero. Tomemos um exemplo: o autor escreve um livro, o editor o publica a um preço de 10 euros e o encaminha para o distribuidor que, por sua vez, o vende ao livreiro. O livreiro compra o livro com um desconto de aproximadamente 35%; a partir desse desconto, o livreiro obtém seu lucro, de modo que paga 6,5 euros ao distribuidor. Este fica com algo próximo a 2 euros e paga os 4,5 restantes ao editor, que precisa pagar a parte correspondente ao autor. Todos cobrem os seus custos, que são de naturezas diversas, com a parte que lhes corresponde. E todos visam a uma parte do lucro. Mas vejamos o que acontece em seguida.

Caso o livro não venda, como acontece com muita frequência, o livreiro o devolve e cobra do distribuidor os seus 6,5 euros. Como acabamos de ver, o distribuidor não lhe paga, mas lhe oferece um crédito e, por sua vez, cobra do editor os seus 4,5 euros. O editor não lhe paga,

contraindo assim uma dívida. Para amortizá-la, o editor investe os 4,5 euros que ganhou (sob a forma de dívida) em outro livro que, ao chegar para o livreiro, ativa o seu crédito, enquanto oferece ao distribuidor outros 2 euros.

Dessa maneira, cada vez que se publica um livro, o editor e o livreiro podem receber ou não a sua parte, pois muitas vezes o que lhes cabe não é o dinheiro, mas dívidas e créditos. O distribuidor, por sua vez, sempre acumula capital efetivo. De maneira muito simplificada, mas longe de representar um engano, podemos dizer que, para o livreiro e para o editor, a venda é fundamental; por outro lado, para o distribuidor, é fundamental o fluxo dos livros.

Sem os distribuidores, alguns deles grandes profissionais, esse negócio, tal como existe hoje em dia, não funcionaria. A sua capacidade de investimento, o seu alcance e sua eficiência logística demonstraram ser muito importantes; a sua competência comercial foi capaz de tornar muitos autores conhecidos, obras e fundos editoriais, interessantes. Mas, ao mesmo tempo, é possível compreender por que muitas vezes eles figuram como os “vilões do filme”: são eles os que tradicionalmente ditam as regras do jogo do endividamento. No entanto, parece que em meio à situação crítica atual, eles também tiveram que recorrer a crédito externo para garantir sua viabilidade e a continuidade de toda a cadeia do livro. Devemos agradecer-lo, obviamente, mas não nos esqueçamos que isso aumenta a sua dívida e que, indiscutivelmente, acarretará consequências sobre o seu trabalho e sua influência nas políticas do setor.

Como em qualquer setor econômico, a dívida permite desacelerar o colapso em marcha do sistema capitalista. Continuará permitindo, na mesma medida, dado o contexto da nova crise, cuja dimensão ainda desconhecemos?

A estratégia de muitos editores diante dessa situação crítica e inédita consistirá em publicar menos títulos durante o ano de 2020, privilegiando um perfil comercial mais acentuado. Em menor ou maior medida, é previsível que todos participemos dessa manobra. Ainda que também seja evidente que esses novos títulos serão igualmente afetados por uma clara redução em suas vendas, levando-se em conta a situação socioeconômica do país e o percentual de desemprego atual e previsível. Muito provavelmente, o resultado será duplo: por um lado, os livros “menos comerciais” serão sacrificados ao não serem publicados, diminuindo assim a vitalidade cultural e a diversidade do setor editorial; por outro, sacrificaremos os livros “mais comerciais”, pelo menos em parte, justamente ao publicá-los, pois, excetuando-se os *bestsellers* de caráter efêmero, a recuperação do santíssimo consumo dificilmente estará à altura dos programas de lançamentos editoriais e da avalanche da retomada. Um grande sacrifício no altar de um deus que, feito mortal, sangra perante nossa férrea incredulidade.

Nos próximos meses, milhares de livros farão uma aparição fugaz nas livrarias para depois regressar à escuridão dos depósitos. Hipertrofia produtivista; substituição quase instantânea; maior padronização e homogeneização; maior pressão dos conselheiros que representam os grandes grupos sobre os editores de seus próprios selos, muitos deles excelentes; maior pressão dos distribuidores e de seus agentes comerciais sobre os editores independentes... e, mesmo assim, títulos e mais títulos deficitários. Uma circulação meramente simbólica da mercadoria.

Obviamente, a dívida – dos livreiros, dos editores e dos distribuidores – será a única ganhadora nessa situação. Quando a dívida crescer, e crescerá, os livreiros serão forçados a devolver mais livros do que gostariam. Na verdade, já o estão fazendo. E os editores não terão outra saída a não ser publicar um número maior de títulos do que haviam previsto em seus planejamentos adaptados à “nova normalidade”. E os distribuidores darão ainda menos atenção e recursos aos livros menos comerciais. A roda continua girando. Seguramente, ficarão pelo caminho muitos projetos de valor cultural inestimável. Quem sabe por quanto tempo a coisa continuará funcionando assim? Talvez pelo tempo que durarem as velhas subvenções ou os novos créditos de baixo custo, quer dizer, mais dívida. O capitalismo vai mutando, a cultura vai morrendo.

O mais curioso dessa situação, pelo menos do nosso ponto de vista, é a recusa (o pânico?) generalizada em frear, em ganhar tempo e distanciamento para tentar inverter esse processo que, analisado sob qualquer perspectiva, parece estar nos conduzindo ao desastre. Os sacerdotes de Moloch (que não são exatamente pessoas, mas dinâmicas produtivas das quais em maior ou menor medida todos fazemos parte) nos esporeiam para *retomarmos o mais rápido possível*: diminuir estrategicamente o caudal, talvez; fechar a represa e reorientar o curso do nosso trabalho e de nossas existências, jamais. E, no entanto, o sistema já parou!

Não seria o momento de fazer um esforço para que nós também paremos e pensemos? Não seria possível aproveitar essa inédita marcha em câmera lenta da Grande Máquina para encontrar coletivamente os *meios reais e concretos* que poderíamos usar para sairmos progressivamente do jogo degenerativo e letal da dívida? Agora que o Estado finalmente se atreve a intervir sobre o capital das grandes empresas, por que não nos atrevemos a pensar em promover disposições legais que garantam fluxos de rotação mais sensatos para nossas publicações? Por que não estabelecemos acordos comerciais que protejam a médio e longo prazo a vida dos livros e das pessoas que vivem deles? Por que não fomentamos mecanismos objetivos e efetivos que premiem ou castiguem (a partir das instituições, das livrarias, dos leitores...) os critérios ecológicos de produção? Por que não impulsionamos acordos claros e

transparentes através dos quais possamos nos associar e nos comprometer contra as práticas de determinadas plataformas de venda *online*? Por que não idealizamos disposições, ferramentas, quotas de autodefesa contra a concentração capitalista desmedida e as consequências sociais e humanas que ela impõe aos trabalhadores do setor?

Se todos sabemos que aquilo que será publicado nos próximos meses mal cobrirá os custos de produção, não seria mais oportuno dedicar o tempo para finalmente implementar soluções para esses problemas fundamentais e comuns?

Será que nem mesmo agora teremos um momento para parar e pensar?

Será que a prioridade continua sendo lançar novidades para o final do mês de maio?

3

De nossa parte, é certo que poderíamos apresentar imediatamente novos livros para o mercado, pois já estão impressos e aumentando os nossos custos de armazenamento. No entanto, para além das razões expostas anteriormente, para além de qualquer cálculo, intuímos, e pelo menos dessa vez queremos seguir nossa intuição, que isso não é o importante. Não vamos fazer isso.

Em primeiro lugar, portanto, decidimos não publicar nada no final de maio e nem ao longo do verão. Sequer sabemos quando voltaremos a fazê-lo. No outono? No inverno? Isso não nos preocupa. É claro que o faremos. Mas antes esperaremos que os leitores se reencontrem com alguns dos nossos livros e que nós possamos nos reencontrar com nós mesmos, como editores e como indivíduos.

Outro dos problemas fundamentais do setor é a superprodução. Por conseguinte, é inquestionável que as livrarias estão repletas de livros magníficos. Entre eles, e de acordo com a informação de todostuslibros.com, 287 títulos da *Errata naturae* estão vivos e disponíveis. Além disso, há quatro livros que publicamos entre o final de fevereiro e o início de março, pouco antes da entrada em vigor do estado de alarme: *En el corazón del bosque*, *Barrios, bloques y basura*, *El olor del bosque* e *Ane Mona y Hulda*. Esses livros ficaram órfãos, em busca de leitores que não tiveram a oportunidade de conhecê-los e, talvez, de levá-los para casa. Por que nos apressaríamos em publicar novos livros, ainda mais diante de uma situação que ainda é imprevisível, na qual ninguém sabe como estarão as coisas no próximo mês? Essa pressa não implicaria em deixar que esses projetos, a dedicação e o encantamento de suas autoras e o nosso trabalho como editores ficassem como cervos atropelados na valeta?

Em segundo lugar, decidimos tornar efetiva essa parada que consideramos imprescindível: assim, e por enquanto, durante os meses de junho, julho e agosto, os seis

membros da equipe da editora interromperão suas funções habituais e produtivas. Receberemos uma remuneração e, aqueles que desejarem terão acesso a cursos de formação custeados pela editora e voltados a navegar a tormenta com a qual nos deparamos. Nós estaremos dedicados a pensar e a aprender. Imaginaremos coletivamente os caminhos pelos quais a editora transitará nos próximos anos. Implementaremos ferramentas de informativa para refletir, a distância, juntos. Não atenderemos nada urgente, apenas coisas importantes.

Gostaríamos de compartilhar este processo de reflexão com autores, editores, livreiros, distribuidores, jornalistas culturais e demais profissionais do setor do livro, e tomara que possamos entre todos abrir um espaço de debate cujo funcionamento permanente consideramos fundamental.

4

Sentimos que precisamos de tempo.

Como editores, precisamos de tempo para internalizar, digerir e reconstruir esta situação que estamos vivendo e que era impensável para todos nós há questão de semanas; tempo para propor através do nosso catálogo, através dos livros que publicamos, uma reflexão, por meio do ensaio ou da narrativa, que esteja à altura da gravidade e da transcendência das circunstâncias.

Como indivíduos, como pessoas que colocam máscaras para sair e comprar pão e dolorosamente reeducam os filhos para que não toquem nas coisas, precisamos de tempo para incorporar (inclusive desde o ponto de vista etimológico: *in-corporare*, assentar em nossos corpos) a nova realidade material na qual, a partir de agora, vamos viver.

Os cientistas dizem que há grande probabilidade de recidivas; que seguramente, em breve, viveremos novas pandemias. E tudo nos leva a pensar que até 2030 passaremos por algum tipo de catástrofe climática que terá consequências ainda maiores para nossas vidas cotidianas. Na verdade, essa pandemia é uma catástrofe climática: os mesmos cientistas que agora escutamos como oráculos estão há anos demonstrando a relação causal entre o surgimento acelerado de novas epidemias e a destruição crescente dos habitats naturais. Gostemos ou não, essa pandemia é um “teste piloto”, em sentido quase literal, para a próxima crise. Enquanto isso, agora mesmo, sobre a sua cabeça voam aviões vazios, aviões que estão sendo chamados de “voos fantasmas”, que emitem toneladas reais de CO₂ com o único propósito de manter sua vantagem competitiva nos percursos aéreos.

Decidimos não nos arriscar, nem por um instante, a editar um “livro fantasma”, mesmo que isso ajudasse a manter nossa “visibilidade” nas mesas de lançamentos.



Fomos milhões em confinamento. O motor do capitalismo freou subitamente. Fala-se em reestatização daquilo que foi previamente privatizado. Uma renda básica está sendo implementada em nosso país. Com as necessidades básicas atendidas e o amor dos nossos queridos, muitos nos demos conta de que não precisamos de mais nada.

O impossível já aconteceu.

Queremos ser parte do impossível.

Os editores

Viver com a máscara facial: murmúrio, murmúrio¹

Leben mit dem Mundschutz: Murrel, Murrel

Jürgen Trabant²

Tradução: Aroldo Garcia dos Anjos³

Revisão de tradução: Cláudia Fernanda Pavan⁴

Resumo: Em seu artigo, Jürgen Trabant analisa como, em tempos de pandemia, o uso da máscara facial modifica não apenas nossos hábitos, mas também nossa capacidade de comunicação com nossos semelhantes. O autor observa, no entanto, que as limitações comunicacionais impostas pela máscara podem nos mostrar o quão valiosa é a interação face a face.

Palavras-chave: Pandemia; Máscara facial; Comunicação; Murmúrio.

Zusammenfassung: In seinem Artikel analysiert Jürgen Trabant, wie sich in Zeiten einer Pandemie durch die Verwendung eines Mundschutzes nicht nur unsere Gewohnheiten ändern, sondern auch unsere Fähigkeit, mit unseren Mitmenschen zu kommunizieren. Der Autor stellt jedoch fest, dass die durch die Maske auferlegten Kommunikationseinschränkungen uns zeigen können, wie wertvoll die direkte Interaktion von Angesicht zu Angesicht ist.

Schlüsselwörter: Pandemie; Mundschutz; Kommunikation; Murrel.

Abstract: In his article, Jürgen Trabant analyses how, in times of pandemic, the use of the face mask modifies not only our habits, but also our ability to communicate with our fellow human beings. The author notes, however, that the communication limitations imposed by the mask can show us how valuable face-to-face interaction is.

Keywords: Pandemic; Face mask; Communication; Murmur.

Cada vez mais pessoas usam máscaras protetoras agora. Já não é tão fácil compreendermo-nos uns aos outros. Observações sobre a propagação pandêmica do resmungo.

“Murmurar por trás da máscara requer a esperteza dedutiva do entendedor.”

*

¹ O texto utilizado como fonte para esta tradução está disponível em: <https://www.tagesspiegel.de/kultur/leben-mit-dem-mundschutz-murrel-murrel/25732078.html>. Esta tradução tem objetivos estritamente pedagógicos e científicos e não tem fins lucrativos. A permissão do autor para esta tradução foi obtida por escrito.

² O linguista Jürgen Trabant é professor emérito da Universidade Livre de Berlim, onde lecionou romanística de 1980 a 2008. O autor publicou, entre outros: *Artikulationen. Historische Anthropologie der Sprache* (1998), *Was ist Sprache?* (2008), *Weltansichten: Wilhelm von Humboldts Sprachprojekt* (2012), *Globalesisch oder was?* (2014), *Wissenschaftssprache. Ein Plädoyer für Mehrsprachigkeit in der Wissenschaft* (2016), *Giambattista Vico - Poetische Charaktere* (2019). E-Mail: trabant@zedat.fu-berlin.de

³ Doutorando em Texto, Discurso e Relações Sociais, Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, UFPel (Brasil). Mestre em Estudos da Linguagem, UFPel. E-mail: aroldodosanjos@gmail.com

⁴ Doutoranda em Sociolinguística, Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, UFRGS (Brasil). Mestre em Estudos de Literatura, UFRGS. E-mail: cp4v4n@gmail.com

Adolescentes do sexo masculino atormentados pela testosterona geralmente são difíceis de compreender. Eles murmuram e gemem, não prestam atenção à articulação, não te olham, não se importam se tu os entendes.

Eles têm, pelo menos entre si, outros meios de comunicação que não a língua: batem palmas, empurram-se, acotovelam-se, mostram o dedo do meio, riem e bufam monossílabos. Eles resmungam aos pais, às mães ou a outras pessoas idosas que, depois, tentam interpretá-los de alguma forma.

O mesmo se aplica à televisão, pelo menos em muitos romances policiais locais. Os atores articulam – provavelmente por causa do naturalismo desejado? – de modo incompreensível. Eles obviamente falam a uma grande distância dos microfones, e, ainda por cima, a murmuração é geralmente acompanhada por uma trilha sonora bastante alta.

O telespectador deve se contentar fundamentalmente com os movimentos e gestos dos atores, o que deixa um amplo espaço para interpretação do que é visto.

Quem era essa jovem mesmo? Por que ela está chorando tão amargamente? E que crueldade o velho malvado (que geralmente é Hanns Zischler) praticou agora?

Portanto, somos bem treinados na interpretação de murmúrios adolescentes e midiáticos. Agora, porém, as últimas reservas de discurso oral claramente articulado na vida cotidiana estão caindo. O murmúrio está a espalhar-se. A máscara facial deve proteger-nos e aos nossos semelhantes de possíveis ejeções de corona.

A proteção bucal não é uma proteção para a boca, mas sim em frente à boca - que salva vidas e é louvável. Porém, ao mesmo tempo, ela constrói uma barreira sonora que não é tão fácil de superar.

Por trás das máscaras faciais (Como será o plural de máscara facial?⁵), coisas difíceis ou incompreensíveis costumam chegar aos nossos ouvidos. A perda acústica pode ser compensada um pouco pelo volume. Mas muitas vezes apenas o murmúrio fica mais alto, não o que é dito mais compreensível.

A informação que contribui para a entonação durante a fala normal é completamente eliminada: a outra pessoa é amigável ou hostil, triste ou feliz? A hora da máscara facial é, portanto, a dos gestos que acompanham a murmuração.

Existem diferentes variedades dela, especialmente indexicais e icônicas, que mostram ou imitam. Aponto para o tipo de linguiça que gostaria de comprar (índice). Uso dois dedos para exibir o número dois (ícone), porque quero ter duzentos gramas.

⁵ N. do T.: O autor brinca com a palavra *Mundschutz* (literalmente: proteção bucal), cujo plural raramente é usado.

Que não sejam duas fatias ou dois quilos, a vendedora acrescenta a partir do contexto. É bastante improvável que o cliente só queira comprar duas fatias ou precise de dois quilos de linguiça.

É claro que o esforço de interpretação é mais considerável do que se a minha frase "Duzentos gramas de linguiça" tivesse sido claramente expressa e compreendida.

Murmurar por trás da máscara requer, portanto, a esperteza dedutiva do entendedor. É mais difícil acompanhar explicações linguísticas mais longas, por exemplo, a explicação por que eu preciso de apenas duzentos gramas essa semana (porque a minha filha viajou com sua família).

Normalmente, eu diria isso à vendedora, porque ela me conhece bem e pode parecer surpreendida (mas como ela também usa um protetor bucal, não vejo a surpresa).

Nós, falantes de linguagem oral, não temos sinais gestuais convencionais como a linguagem surda. Mas ela também é difícil de entender com o protetor bucal, provavelmente ainda menos compreensível que o murmúrio daqueles que ouvem, porque o rosto, que carrega parte dos sinais, agora está em grande parte coberto.

A máscara encobre o sorriso, o obrigado e o de nada

Felizmente, temos a escrita. Quando se trata de instruções claras, é útil podermos lê-las. "Caros companheiros, por favor fiquem dentro de casa na Páscoa, não viajem e mantenham sua máscara facial."

A frase de exemplo deixa também claro o que a máscara facial esconde de modo ainda mais doloroso que um discurso nítido: o "por favor", ou seja, o gesto emocional que é reservado principalmente às expressões faciais. A máscara encobre nosso sorriso, que sublinha o pedido ou o agradecimento (também ninguém vê a raiva sob a máscara).

Há apenas alguns poucos gestos que efetivamente substituem o sorriso amigável. Podemos colocar nossas mãos sobre o coração, dobrá-las suplicantemente, mas isso não substitui a boca sorridente. Mesmo as sobrancelhas levantadas ao sorrir são apenas uma fraca sugestão.

A máscara facial, portanto, não apenas reprime o som, mas também sufoca radicalmente os sentimentos. Talvez seja por isso que a nós, europeus, os asiáticos com suas bocas protegidas nos eram algo estranho, quando – antes da crise – eles apareciam aqui em grande número, usando máscaras faciais.

Que sentimentos e intenções eles têm? Nós nem sabíamos se eles estavam se protegendo contra nós (o que parecia de algum modo ofensivo) ou, ao contrário, protegendo-nos deles.

A preciosidade de falarmos uns com os outros sem proteção

O que acontecerá então quando pudermos tirar a máscara facial novamente? Muitas análises apontam de maneira otimista para o que podemos aprender com a crise. Aprendemos a apreciar melhor os serviços de todas aquelas pessoas que nos ajudam a continuar a viver juntos.

Continuaremos a agradecê-las e a apreciá-las no futuro, e esperamos também pagá-las melhor. Também prestaremos mais atenção a nossos vizinhos no futuro. Por que eu não sabia até ontem qual é a profissão do meu vizinho? Eu nunca lhe havia perguntado sobre isso em todos estes anos. Agora finalmente tivemos um breve bate-papo – a uma distância apropriada.

E o que devemos fazer quando libertarmos a boca de sua proteção? Em todo caso, falar claramente e sorrir para a outra pessoa.

Talvez até mesmo o jovem faça um esforço pela articulação, talvez até a televisão remova a máscara musical e articulatória.

Através da máscara facial, reconhecemos o quanto é precioso falar uns com os outros sem proteção: a-locação e re-ação. *Antlitz*⁶ é, etimologicamente, aquele que vem ao encontro iluminando. Isso é o que nos falta por trás da máscara. Será uma felicidade quando a nitidez e o brilho retornarem.

Referências

TRABANT, Jürgen. Leben mit dem Mundschutz: Murmel, Murmel. **Der Tagesspiegel**, Berlim, 10 de abr. de 2020. Disponível em: <https://www.tagesspiegel.de/kultur/leben-mit-dem-mundschutz-murmel-murmel/25732078.html>. Acesso em: 31 ago. 2020.

⁶ N. do T.: o autor faz um jogo com as palavras *Ansprache* (fala dirigida), *Antwort* (resposta) e *Antlitz* (semblante) – destacando seus prefixos e, com isso, reforçando o caráter dirigido de toda fala e de suas reações. Em *Ansprache*, o prefixo *an-* enfatiza o direcionamento a; e, assim como em *Antwort*, a presença do prefixo *ant-* marca uma reação.

O amor e o distanciamento social nos tempos da Covid-19: a filosofia e a literatura de pandemias¹

Love and social distancing in the time of Covid-19: The philosophy and literature of pandemics

Michael A. Peters²

Tradução: Daniel Paiva Vasconcelos³

Revisão de tradução: Liziane Kugland de Souza⁴

Resumo: Este artigo aponta para a existência de uma tradição literária e filosófica que trata, de diferentes modos, dos temas da peste, da epidemia e da pandemia. O artigo procura também demonstrar como essa tradição pode nos ajudar a refletir sobre as crises do Antropoceno, com destaque especial para a pandemia de Covid-19, em suas dimensões sanitárias, sociais, culturais, econômicas, políticas, ecológicas e filosóficas. Como forma de enfrentar e superar o colapso de princípios éticos provocado pelo neoliberalismo e pela globalização, o artigo enfatiza a necessidade de reforçar os laços de solidariedade, unindo os cidadãos em prol do bem maior.

Palavras-chave: literatura; filosofia; ética; solidariedade; pandemia.

Abstract: This article points to the existence of a literary and philosophical tradition that deals, in different ways, with the themes of the plague, the epidemic and the pandemic. The article also seeks to demonstrate how this tradition can help us reflect on the crises of Anthropocene, with special emphasis on the Covid-19 pandemic, in its health, social, cultural, economic, political, ecological, and philosophical dimensions. As a way to address and overcome the breakdown of ethical frameworks brought about by neoliberalism and globalization, the article emphasizes the need to strengthen ties of solidarity, uniting citizens for the greater good.

Keywords: literature; philosophy; ethics; solidarity; pandemic.

Existe uma literatura e uma filosofia dos vírus, da peste, da epidemia e da pandemia. A *peste*, de Albert Camus, é um clássico exemplo do romance filosófico existencial. A postura de

¹ O texto utilizado como fonte para esta tradução está disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00131857.2020.1750091?scroll=top&needAccess=true>. Esta tradução tem objetivos estritamente pedagógicos e científicos e não tem fins lucrativos. A permissão do autor Michael A. Peters e do periódico *Educational Philosophy and Theory (EPAT)*, detentores dos direitos sobre o conteúdo, foi obtida por escrito, através do e-mail: mpeters@bnu.edu.cn, em 31 jul. 2020.

² Professor Benemérito da Universidade Normal de Pequim; Professor Emérito da Faculdade de Educação da Universidade de Illinois, Urbana-Champaign, EUA; Professor Catedrático da Universidade de Auckland, Nova Zelândia; Professor Afiliado do *Wilf Malcolm Institute of Educational Research (WMIER)* da Universidade de Waikato, Nova Zelândia; PhD em Filosofia da Educação pela Universidade de Auckland (1984); Mestre de primeira classe em Filosofia pela mesma universidade (1979-80); Bacharel em Literaturas de Língua Inglesa pela Universidade Victoria de Wellington, Nova Zelândia (1966-69), com grau honorário em Geografia (1970); editor-chefe do periódico *Educational Philosophy and Theory (EPAT)*.

³ Daniel Paiva Vasconcelos é Mestre em Letras: Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora (FALE/UFJF). E-mail: danielpvjf20@yahoo.com.br

⁴ Liziane Kugland de Souza é Mestre em Letras pelo Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IL/UFRGS). E-mail: liziane.kugland@gmail.com

Camus é a de que em um mundo sem sentido a peste fornece uma oportunidade moral para as pessoas se descobrirem ao se sacrificarem pelo bem maior: “O que é verdade em relação aos males deste mundo é também verdade em relação à peste. Pode servir para engrandecer alguns.”⁵ Como comentei em relação a *A peste* de Camus: “A empatia é um pré-requisito para um mundo saudável, e empatia demanda comunidade” (PETERS, 2020). A máxima de Jacinda Ardern é “aja *como se* você tivesse Covid-19” — o que é uma completa inversão ética projetada para sensibilizar a população e criar coesão comunitária. É o princípio perfeito que aprimora a vida moral e é tão simples quanto a sabedoria popular: “Ponha-se no lugar do outro”. O “como se” ajuda a dar a força de lei moral expressa como obrigação moral em relação ao outro.

A filosofia de pandemia é verdadeiramente uma filosofia para todos os povos. Ela reflete não somente o significado humano da peste e da praga ou o surgimento de vírus modernos como o da Covid-19⁶, que demonstram a transição entre espécies, mas também temas individuais/comunitários — interesse próprio e responsabilidade coletiva, o sacrifício dos trabalhadores da atenção primária à saúde⁷ e todos aqueles que, na ética do outro, oferecem um nível de cuidados em uma era neoliberal menos ligada ao dever ou ao *ethos* do trabalho e mais a valores de mercado.

A filosofia dos vírus e pandemias é frequentemente concebida como uma ética do autoisolamento e dos efeitos humanos do isolamento social, bem como suas brechas comunitárias⁸. Essa filosofia também pode ser vista como uma ética do cuidado com os infectados, um dever de tratamento. Heidi Malm e seus colegas afirmam:

⁵ CAMUS, Albert. *A peste*. Tradução de Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro: Record, 2017, p. 120. [N. do T.]

⁶ O vírus causador da Covid-19 é o *coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2* (SARS-CoV-2). [N. do T.]

⁷ No original, *first-contact health workers*. [N. do T.]

⁸ No original, *community breeches* [sic]. Os significados de *breech* (culatra, nádegas, traseiro, pélvico, vestir as calças...) e *breach* (violação, infração, quebra, ruptura, brecha, falha...) são completamente diferentes. No entanto, uma consulta ao *Merriam-Webster* revela que um editor se deparou com um artigo publicado no *Daily Beast* em 10 de setembro de 2011, no qual a autora defendia que os Democratas precisavam de uma líder impetuosa nos EUA. A articulista alegava que, naquele ano, faltara à esquerda norte-americana uma forte voz progressista e, então, afirmava: “*This is exactly the breech [sic] into which progressive women should step.*” (“Esta é exatamente a brecha que as mulheres progressistas deveriam preencher.”). O dicionário informa que os primeiros registros de *breech* e *breach* datam de mais de mil anos atrás. As palavras em *Old English* das quais derivam são, respectivamente, *brēc*, que era o plural de uma palavra que se referia a coberturas para as pernas, e *bræc*, que designava o ato de quebrar. Em *Middle English*, apesar das grafias similares, as palavras não eram muito confundidas. Os significados da palavra *breche* geralmente ficavam claros pelo contexto, conforme os exemplos a seguir:

Attempted the breche or violation of the same statutes. (“Tentada a infração ou violação dos mesmos estatutos.”) — *Atos do Parlamento*, 1533-34.

Get the a lynnyn breche, and gyrde it aboute thy loynes. (“Pega um cinto de linho, e põe-no sobre os teus lombos.”) — *Bíblia (Jeremias 13:1)*, 1535.

Ainda de acordo com o *Merriam-Webster*, ao contrário do que afirmam alguns comentadores, não há evidências de que o uso incorreto de *breech* e *breach* tenha se espalhado amplamente na língua inglesa. O fenômeno foi

Numerosos fundamentos foram oferecidos à visão de que os profissionais de saúde têm um dever de tratar, inclusive consentimento expreso, consentimento implícito, treinamento especial, reciprocidade (também chamada de *visão do contrato social*) e juramentos e códigos profissionais. (MALM *et al.*, 2008)

Eles examinam criticamente esses fundamentos de modo a constatar que geralmente são assegurados, mas não adequadamente defendidos. Em sua investigação, argumentam que “nenhuma dessas defesas é suficiente atualmente para fundamentar o tipo de dever que seria necessário em uma pandemia”, porque elas não levam em conta os conflitos enfrentados por profissionais de saúde que, expostos à vulnerabilidade na linha de frente, experimentam conflitos éticos com a separação da família e longas horas de trabalho, bem como a possibilidade de exposição fatal. O dever de tratamento e a ética do cuidado requerem uma lógica situacional que modifique o universalismo “raso” de um imperativo ético com casos da vida real, de experiência e “sacrifício”, nos quais os trabalhadores da linha de frente se oferecem a serviço de concidadãos mesmo com enorme custo pessoal.

Existe também a ética do autoisolamento e do distanciamento social. O perfil epidemiológico de grupos de risco em relação à Covid-19, com uma probabilidade claramente desproporcional de afetar a faixa etária acima de 70 anos e especialmente homens que sofrem de insuficiência respiratória, não está afastado dos jovens *millennials*⁹ que foram flagrados festejando na Flórida durante o feriado de Páscoa ou dos australianos predominantemente mais jovens tomando banho de sol em Bondi Beach, após várias medidas de *lockdown*¹⁰ e distanciamento social terem sido anunciadas.

identificado em um número relativamente pequeno de casos nos arquivos do dicionário, especialmente em expressões mais abstratas como *breach of contract* (quebra de contrato) — 1% dos usos. A ocorrência dessa confusão lexical é mais comum na expressão *into/unto the breach* (na/até a brecha) — 10% do número total de citações. O *Merriam-Webster* ressalta que *breech* é quase sempre usado em situações físicas, não metafóricas, como *a breech birth* (um parto pélvico), *the breech of a rifle* (a culatra de um rifle), *the baby's breech presentation* (a apresentação pélvica do bebê), *a pair of breeches* (um par de calças). Já *breach* é usado em situações mais metafóricas, como *a breach of contract* (uma quebra de contrato), *moving into the breach* (entrando na brecha), *the law being breached* (a lei sendo violada). Cf. nota de uso “‘Breech’ vs. ‘Breach’”, publicada no dicionário online *Merriam-Webster*. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/words-at-play/breach-breech-usage>. Acesso em: 07 ago. 2020. [N. do T.]

⁹ Também conhecidos como *geração Y*, *geração da internet*, ou *milênicos*. O instituto de pesquisa *Pew Research Center* (PRC) classifica como *geração Y* os nascidos entre 1980 e 1995, podendo se estender até os primeiros cinco anos dos anos 2000 (2000-2005), segundo alguns autores. Cf. verbete “Geração Y”, publicado na enciclopédia online *Wikipédia*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Gera%C3%A7%C3%A3o_Y. Acesso em: 08 ago. 2020. [N. do T.]

¹⁰ Trata-se, de acordo com o *Merriam-Webster*, de uma condição temporária estabelecida por autoridades governamentais que obriga as pessoas a permanecerem em casa e refreia ou limita atividades fora do ambiente doméstico envolvendo contato público e/ou grandes aglomerações. Em um contexto de surto de uma epidemia ou pandemia, o bloqueio total (ou confinamento) é a medida mais rígida para fazer baixar a curva de contaminação da doença. Os decretos de *lockdown* podem prever multas e até prisão para quem não cumprir as ordens impostas. No entanto, mesmo em caso de *lockdown*, alguns indivíduos podem continuar a trabalhar fora de casa por

Talvez o melhor caso de contravenção da ética do distanciamento social, que depende da responsabilidade das pessoas de manter uma distância de dois metros umas das outras, sejam as compras por pânico¹¹, nas quais todos ficam em longas filas muito próximos de outros consumidores com seus carrinhos de supermercado abarrotados de rolos de papel higiênico. As compras por pânico para o autoisolamento e para ficar em casa facilmente resvalam para uma mentalidade de cerco¹². Isso ficou evidente em supermercados da Nova Zelândia e da Austrália, onde consumidores comprometiam todos os padrões de segurança para estocar pilhas de produtos domésticos, embora tivessem sido repetidamente avisados de que as cadeias de abastecimento estavam intactas e de que os supermercados ficariam abertos e não faltariam mercadorias.

Não obstante, nesses casos poderia ser alegado que essas pessoas em algum nível agem por medo ou interesse próprio, apesar das informações claras e também dos argumentos nacionais em prol do bem maior. Por outro lado, elas ficam receosas e mostram seu comportamento como consumidoras comprando por pânico, e, assim, também privando conscientemente as outras e criando possíveis escassezes. Esse é um exemplo de irracionalidade coletiva cumulativa, igualmente baseada em uma versão extrema de individualismo competitivo — ao invés de uma forma de responsabilidade comunitária coletiva e cuidado com o outro — que é sensata e racional de um ponto de vista individual, mas estranha, absurda, irracional do ponto de vista comunitário, público, coletivo (muitas vezes também a longo prazo).

Em termos epistemológicos, o social repete o biológico: o vírus existe enquanto pode se espalhar, caso contrário enfrenta um esgotamento natural; o isolamento bem-sucedido depende da responsabilidade social de todos os cidadãos para se autoisolar e respeitarem o princípio ético de que uma população é tão saudável quanto seu elo mais fraco. Essa é uma questão de epistemologia em parte envolvendo conhecimento epidemiológico sobre a taxa de infecção e modelos de transmissão, a forma como os vírus podem se interpor à parede celular. A epidemiologia é a ciência da medição da doença em relação à população de risco, “indícios para

exercerem atividades consideradas essenciais, como aquelas do setor de saúde, segurança, obras públicas e abastecimento alimentar. Cf. verbete “*lockdown - noun*”, publicado no dicionário *online Merriam-Webster*. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/lockdown>. Acesso em: 08 ago. 2020. [N. do T.]

¹¹ No original, *panic buying*. [N. do T.]

¹² No original, *siege mentality*. Em psicologia, “mentalidade de cerco” designa a atitude paranoica de se manter na defensiva como se o outro fosse sempre hostil. O termo deriva da experiência real de defesas militares em cercos. [N. do T.]

a etiologia¹³ vêm da comparação de taxas de doenças em grupos com diferentes níveis de exposição”.¹⁴

Alguns filósofos se dedicaram ao risco moral e à ciência dentro de uma sociedade democrática, e outros a temas tradicionais do autoisolamento, autoafastamento, do aparente absurdo.¹⁵ Philip Kitcher discute a ineficácia do rastreamento nos EUA, que aumenta a taxa ao invés de baixá-la, e sugere que o país siga o exemplo de duas semanas de isolamento social.¹⁶

O significado filosófico da peste e da praga na sociedade humana, sua interpretação religiosa como a ira de Deus e um castigo espiritual, sua representação simbólica e usos de “emergência” política (o “estado de exceção” de Agamben) esclarecem o sentido do ser humano, do autoisolamento, da suspeita do outro e se realmente existe sentido fora das comunidades humanas. Os “romances de contágio” do século XX dão origem ao romance de ficção pós-apocalíptica e seu lugar na literatura moderna. São Sebastião, morto em 288 e padroeiro das vítimas da peste, exemplificou um martírio abnegado, que era um tema comum na arte renascentista e retornou na era moderna.¹⁷ Como nota John Dugdale, do *Guardian*:

A trilogia *MaddAddão*, de Margaret Atwood; *Inferno*, de Dan Brown; a trilogia *Plague Times [Tempos de peste]*, de Louise Welsh; o *best-seller* de suspense *Eu sou o peregrino*, de Terry Hayes; a série de TV *Utopia* — histórias sobre pandemias (já grassando ou em risco de ser desencadeadas) são abundantes atualmente, baseando-se em surtos passados, mas também parecendo estranhamente antecipar os temores sobre o vírus Ebola. Embora essas ficções possam frequentemente ser estereotipadas ou grosseiramente sensacionalistas, o tema das doenças infecciosas há muito atrai autores ilustres [...]”¹⁸

Jeffrey S. Sartin (2019) observa que temas infecciosos dominaram a ficção de horror, remontando a textos babilônicos e hebraicos, a certos “textos cruciais” da ficção de horror

¹³ Do grego αἰτία, *aitía*, “causa” + λόγος, *lógos*, “palavra”, “discurso”, “razão”, “estudo”, “teoria”. Etiologia é o “campo do conhecimento que estuda as origens e causas das coisas”. Em medicina, “estudo ou pesquisa das causas das doenças”. Cf. verbete “etiologia”, publicado no dicionário online *Caldas Aulete*. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/etiologia>. Acesso em: 12 ago. 2020. [N. do T.]

¹⁴ Cf. THE BMJ. *Chapter 1. What is epidemiology?* Disponível em: <https://www.bmj.com/about-bmj/resources-readers/publications/epidemiology-uninitiated/1-what-epidemiology>. [N. do A.]

¹⁵ Cf. KITCHER, Philip; HAYWARD, Max Khan; GUBLER, Simone. *PPE in a Time of Pandemic: Moral Dilemmas, Moral Risk, and Science in a Democratic Society*. Disponível em: <https://ppe.unc.edu/event/ppe-in-a-time-of-pandemic/>. [N. do A.]

¹⁶ Cf. KITCHER, Philip. *Coronavirus, Welcome to America!* Disponível em: <https://lareviewofbooks.org/short-takes/coronavirus-welcome-america/>. [N. do A.]

¹⁷ Cf. PANIZZA, Silvia. *Philosopher in Italian coronavirus lockdown on how to think positively about isolation*. Disponível em: <https://theconversation.com/philosopher-in-italian-coronavirus-lockdown-on-how-to-think-positively-about-isolation-133859>. [N. do A.]

¹⁸ Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/booksblog/2014/aug/01/plague-fiction-writers-infectious-disease>.

vitoriana e ao nascimento do cinema de horror.¹⁹ Michele Augusto Riva, Marta Benedetti e Giancarlo Cesana (2014), refletindo sobre a natureza do medo e da literatura pandêmicos, fornecem uma análise de *A praga escarlata* (1912), de Jack London, como “um dos primeiros exemplos de um romance de ficção pós-apocalíptica na literatura moderna”.²⁰ Como observam, o romance pioneiro de London nessa tradição moderna reflete sobre “o medo ancestral dos humanos em relação a doenças infecciosas”. Eles escrevem sobre a calamidade da peste e da praga no mundo antigo, onde se pensava que as pandemias eram provocadas por ofensas contra os deuses.²¹ Também mencionam Boccaccio e Chaucer, que comentaram os temas da corrupção e da ganância nos tempos da peste; *O último homem* (1826), de Mary Shelley; e o conto “A máscara da morte rubra” (1842), de Edgar Allan Poe. Eles concluem:

Apesar de ter sido publicado há um século, *A praga escarlata* apresenta as mesmas preocupações que enfrentamos hoje, como demonstrado pelo grande sucesso subsequente desse romance e o contínuo *topos* literário da peste. Com efeito, nas décadas seguintes, o romance de London inspirou outras obras literárias, inclusive *Earth Abides [A Terra permanece]*, de George R. Stewart, em 1949; *Eu sou a lenda*, de Richard Matheson, em 1954; e *A dança da morte*, de Stephen King, em 1978, bem como o filme *blockbuster* moderno²², como *Os 12 Macacos* (1995), *Extermínio* (2002), *Vírus* (2009) e *Contágio* (2011). (AUGUSTO RIVA *et al.*, 2014, p. 1756)

Severance [Divisão] é um romance distópico de zumbis e pandemia, uma sátira apocalíptica de Ling Ma que acompanha Candace Chen, “uma *millennial*²³, americana de primeira geração e escriturária²⁴, vagando até a idade adulta” (sinopse). *Estação Onze* é um romance de 2014, de Emily St. John Mandel, que explora uma pandemia viral (a gripe da Geórgia) que explodiu “como uma bomba de nêutrons na superfície da terra”, exterminando quase toda a população global. A Sinfonia Itinerante²⁵ é um grupo de teatro itinerante que entretém o que restou dos Estados Unidos interiorano.

¹⁹ Cf. SARTIN, Jeffrey S. *Contagious Horror: Infectious Themes in Fiction and Film*. Disponível em: <http://www.clinmedres.org/content/17/1-2/41.long>. [N. do A.]

²⁰ Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/268450283_Pandemic_Fear_and_Literature_Observations_from_Jack_London's_The_Scarlet_Plague. Acesso em: 27 mar. 2020. [N. do A.]

²¹ Cf. GREENBLATT, Stephen. *Invisible Bullets: What Lucretius Taught Us About Pandemics*. Disponível em: <https://www.newyorker.com/culture/culture-desk/invisible-bullets-what-lucretius-taught-us-about-pandemics>. [N. do A.]

²² Filme de entretenimento e grande sucesso de bilheteria. [N. do T.]

²³ Cf. nota 6. [N. do T.]

²⁴ No original, *office drone*. [N. do T.]

²⁵ MANDEL, Emily St. John. *Estação Onze*. Tradução Rubens Figueiredo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015. [N. do T.]

O romance pós-apocalíptico na literatura moderna que foca o contágio e a pandemia é também a base de temas distópicos de zumbis que tomaram conta de romances, filmes, da TV e da mídia popular pós-modernos. Zumbis têm uma complexa herança literária e cinematográfica derivada do folclore. “Zumbi” vem do francês e do folclore haitianos para descrever um morto reanimado por magia, o qual experimentou uma explosão de cultura popular, de modo que a “cultura zumbi” é encontrada nos gêneros horror e fantasia. A palavra *zombie* [zumbi] é registrada pela primeira vez em 1819 em inglês por um poeta em um relato da história do Brasil.²⁶ Os antecedentes literários variam, baseando-se no folclore europeu dos mortos-vivos, inclusive *Frankenstein*, de Mary Shelley, e um filme pioneiro, *Zumbi Branco*, dirigido por Victor Halperin, e estrelando Bela Lugosi. A cultura popular baseia-se em uma nova versão tirada de *A Noite dos Mortos-Vivos*, de George A. Romero, inspirado no romance de 1954 de Richard Matheson *Eu sou a lenda*. O videoclipe de 1982 de Michael Jackson “Thriller” bateu todos os recordes de vendas. A metáfora zumbi do morto-vivo é uma interpretação do contágio e da pandemia, mas também reflete o consumismo, a saúde pública e a política. A doutrinação do público por conspirações de redes sociais e da juventude por meio do sistema educacional também são exemplos de zumbismo, especialmente quando se espera que os estudantes regurgitem informações.

A figura do zumbi aumenta uma ansiedade cultural de perda com o misterioso surto de uma peste altamente infecciosa que transforma as pessoas em mortos-vivos. (O vírus da Covid-19 aparentemente pode sobreviver em superfícies duras por até 72 horas). Alguns comentaristas defendem que essas narrativas ficcionais apocalípticas fornecem uma oportunidade para superar o trauma do colapso de princípios éticos após a globalização e para lidar com o apetite aparentemente sem fim pela violência humana demonstrado em um mundo multipolar com a ascensão de múltiplas formas de terrorismo e mostrado em todas as formas de mídia. Esses dramas são essencialmente sobre nós mesmos e representam nossa tentativa ética de lidar com medos profundos relacionados à morte e à extinção. Em *Zombie Politics & Culture in the Age of Casino Capitalism* [Política & cultura zumbis na era do capitalismo-cassino], Henry Giroux (2011) aproveitou a popularidade dos zumbis na cultura popular, explorando a relevância da metáfora que eles fornecem para examinar as condições políticas e pedagógicas que produziram uma crescente cultura de sadismo, crueldade, descartabilidade e morte nos EUA.

²⁶ Robert Southey (1774-1843), em *História do Brasil* (1810-19), ao mencionar Zumbi dos Palmares. O líder quilombola era assim chamado porque tinha fama de ser imortal, um poderoso espírito. Cf. MARTON, Fábio. O que os zumbis do cinema têm a ver com Zumbi dos Palmares? Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/consciencia-negra-zumbi-filmes-haiti.phtml>. Acesso em: 17 ago. 2020. [N. do T.]

A tradição apocalíptica é profundamente enraizada em narrativas judaicas e cristãs como uma fonte de literatura revelatória que é orientada para o “fim dos tempos” (DERRIDA, 1984; DERRIDA *et al.*, 1984). Esse gênero e essa tradição se reafirmaram como uma forma de pensar altamente relevante para estruturar o pensamento no que concerne à filosofia e à educação no “fim dos tempos” — uma era antropocêntrica ameaçada pela extinção ecológica, nuclear e biológica (PETERS, 2011).

O célebre e premiado romancista e jornalista colombiano Gabriel García Márquez (1927-2014), um reconhecido mestre da língua espanhola, escreveu *O amor nos tempos do cólera* (*El amor en los tiempos del cólera*) em 1985. Foi publicado em tradução para o inglês em 1988 e transformado em um filme dirigido por Mike Newell, lançado em 2007. A ação se passa na cidade amuralhada de Cartagena, na Colômbia, no final do século XIX, envolvendo um triângulo amoroso entre Florentino Ariza, que se apaixona à primeira vista por Fermina Daza, que se casa com o escolhido de seu pai, Dr. Juvenal Urbino. Quando o médico morre, Florentino imediatamente volta a cortejar Fermina.

O termo “cólera” em espanhol na forma feminina também pode significar “paixão”, além da doença, vide o significado da palavra *choleric* (colérico/a/s) na língua inglesa, frequentemente interpretada como “mal-humorado/a (s)” ou “irritável (eis)”. Colérico na medicina greco-romana era considerado um dos quatro temperamentos, junto com sanguíneo, melancólico e fleumático (relacionados aos fluidos vitais do corpo — sangue, fleuma, bílis amarela e bílis negra). Hipócrates considerava os quatro temperamentos como parte do sistema *humoral*, um conceito traduzido do grego *chymos* (seiva), que ajudou a formalizar intuições da medicina aiurvédica e egípcia.

O título de Márquez é baseado nessa ambiguidade sistemática — cólera significando *tanto* doença *quanto* paixão. O amor é uma doença comparável à (ao) cólera e cria sintomas e efeitos físicos como a paixão. Márquez é frequentemente chamado de realista mágico, um rótulo que define um estilo que complementa e modifica o realismo com um ingrediente fantástico através de fábulas, mitos e do uso da alegoria, muitas vezes com elementos sobrenaturais apresentados de forma impassível. É um estilo que veio a descrever uma forma particular de ficção latino-americana que se baseia no fabulismo e no surrealismo, com uma conexão conceitual com o pós-modernismo (D’HAEN, 1995). Isso está em conformidade com Lyotard (2009), que sugere que o pós-modernismo é “o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX” (p. xv). Fredric Jameson (1984), no prefácio, escreve que Lyotard apresenta o pós-modernismo “não como aquilo que sucede ao modernismo e sua crise de

legitimação particular, mas sim como um momento cíclico que retorna antes da emergência de sempre novos modernismos” (LYOTARD, p. xvi).²⁷ O realismo mágico é um momento histórico na ficção latino-americana no qual as velhas justificativas para metanarrativas no que concerne às regras fundacionalistas para o conhecimento, a literatura, a religião ou a política deixaram de ser coerentes: mito e poética se misturam em novas ecologias narrativas²⁸ que criam novos gêneros e perspectivas (FARIS, 2016).

Cólera tanto como doença quanto como paixão aponta para sugestivos paralelos, mas não uma cópia exata. Os sintomas para 20% das pessoas que contraem cólera são diarreia grave, vômito e câibra, bem como desidratação, choque séptico e até óbito, às vezes em questão de poucas horas. Mas há febre, temperaturas altas e delírio. O delírio causa confusão mental e distúrbio emocional. Às vezes torna-se difícil pensar, ou lembrar, ou dormir. Esses sintomas secundários podem ser vistos como uma paixão. Cartagena, no final do século XIX, escapou da devastação da primeira pandemia de cólera que se espalhou do delta do Ganges. A segunda pandemia, de 1833, alcançou a América Latina, e a epidemia de 1991-93 matou quase 10 mil pessoas no continente, acredita-se que principalmente por mariscos contaminados e tratamento inadequado da água (GUTHMANN, 1995).

A ameaça de contágio cria duas emoções negativas opostas — a atitude despreocupada e extremamente individualista das pessoas que pensam que o *lockdown* pode ser desconsiderado e que fornece todos os tipos de oportunidades para quebrar o isolamento; e o outro extremo, baseado no medo profundo de uma morte iminente e dolorosa, que estigmatiza, silencia e envergonha aqueles que sofrem com a doença (SONTAG, 1978). Ambas são uma ruptura da solidariedade que é minimamente requerida para proteger as pessoas.²⁹ Também cria um *ethos* de comunidade, unindo os cidadãos em uma luta contra o vírus invisível, apresentado

²⁷ LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Tradução Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009. p. xv. [N. do T.]

²⁸ Ecologias narrativas podem ser vistas como espaços onde, por analogia com ecologias naturais, diferentes elementos e populações da narrativa emergem, interagem, competem, se adaptam, se desenvolvem e morrem. Em todas as suas vicissitudes, narrativas e contra-narrativas dependem umas das outras para o sustento e o vigor, como diferentes populações de espécies habitando o mesmo ecossistema. Assemelham-se a animais e plantas habitando um ecossistema que não é restringido ou limitado por bordas e fronteiras nacionais formais. Do mesmo modo, narrativas e contra-narrativas não são restringidas por fronteiras formais, nacionais, culturais ou organizacionais. Cf. GABRIEL, Yiannis. *Narrative ecologies and counter-narratives*. Disponível em: <http://www.yiannisgabriel.com/2016/08/narrative-ecologies-and-counter.html#:~:text=Narrative%20ecologies%20can%20be%20viewed,%2C%20adapt%2C%20develop%20and%20die>. Acesso em: 18 ago. 2020. [N. do T.]

²⁹ Cf. BRODY, Richard. *Coronavirus Diary: Antisocial Distancing*. Disponível em: <https://www.newyorker.com/culture/the-front-row/coronavirus-diary-antisocial-distancing>. [N. do A.]

visualmente em termos científicos, e convocando a comunidade a “ser generosa, ficar em casa e lavar as mãos”: “Juntos podemos desacelerar a disseminação”.³⁰

Referências:

AUGUSTO RIVA, Michele; BENEDETTI, Marta; CESANA, Giancarlo. Pandemic Fear and Literature. Observations from Jack London’s *The Scarlet Plague*. **Emerging Infectious Diseases**, v. 20, n. 10, p. 1753-1757, out. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/268450283_Pandemic_Fear_and_Literature_Observations_from_Jack_London%27s_The_Scarlet_Plague. Acesso em: 27 mar. 2020.

D’HAEN, Theo L. Magical Realism and Postmodernism: Decentering Privileged Centers. In: ZAMORA, Louis Parkinson; FARIS, Wendy B. (Ed.). **Magical Realism: Theory, History, Community**. Durham: Duke University Press, 1995. p. 191-208.

DERRIDA, Jacques. Of an Apocalyptic Tone Recently Adopted in Philosophy. Tradução John P. Leavey, Jr. **Oxford Literary Review**, v. 6, n. 2, p. 3-37, 1984. [DERRIDA, Jacques. **De um tom apocalíptico adoptado há pouco em Filosofia**. Tradução Carlos Leone. Lisboa: Vega, 1997.]

DERRIDA, Jacques; PORTER, Catherine; LEWIS, Philip. No Apocalypse, Not Now (Full Speed Ahead, Seven Missiles, Seven Missives). **Diacritics**, v. 14, n. 2, Nuclear Criticism, p. 20-31, 1984.

FARIS, Wendy B. The Latin American boom and the invention of magical realism. In: McHALE, Brian; PLATT, Len (Ed.). **The Cambridge History of Postmodern Literature**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. p. 143-158.

GUTHMANN, J. P. Epidemic cholera in Latin America: spread and routes of transmission. **Journal of Tropical Medicine and Hygiene**, v. 98, n. 6, p. 419-427, 30 nov. 1995.

JAMESON, Fredric. Foreword. In: LYOTARD, Jean-François. **The Postmodern Condition: A Report on Knowledge**. Tradução Geoffrey Bennington; Brian Massumi. Manchester: Manchester University Press, 1984. p. vii-xxiii.

LYOTARD, Jean-François. **The Postmodern Condition: A Report on Knowledge**. Tradução Geoffrey Bennington; Brian Massumi. Manchester: Manchester University Press, 1984. [LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Tradução Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.]

MALM, Heidi; MAY, Thomas; FRANCIS, Leslie P.; OMER, Saad B.; SALMON, Daniel A.; HOOD, Robert. Ethics, Pandemics, and the Duty to Treat. **The American Journal of Bioethics**, v. 8, n. 8, p. 4-19, 18 set. 2008.

³⁰ Cf. NEW ZEALAND GOVERNMENT. *Unite Against Covid-19*. Disponível em: https://covid19.govt.nz/?gclid=Cj0KCQjwpfHzBRCiARIsAHHzyZpaKqa6L83NZ5NL-1i7UoEMDtytrvvhyMoieaP5c2bjGk0hk_0hiaoaAttIEALw_wcB. [N. do A.]

PETERS, Michael A. **The Last Book of Postmodernism**: Apocalyptic Thinking, Philosophy and Education in the Twenty-First Century. Nova York: Peter Lang, 2011.

PETERS, Michael A. *The Plague*: Human Resilience and the Collective Response to Catastrophe. **Educational Philosophy and Theory**, p. 1-4, 2 abr. 2020.

SONTAG, Susan. **Illness as metaphor**. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 1978.

[SONTAG, Susan. **A doença como metáfora**. Tradução Márcio Ramalho. Rio de Janeiro: Graal, 1984.]

**O Ministério das Putas:
como a AMMAR articula-se com o Estado durante a pandemia¹**

*Ministerio de putas:
cómo Ammar articula con el Estado durante la pandemia*

Augustina Paz Frontera²

(Equipe de tradução)

Penélope Serafina Chaves Bruera³

Lisbeth Juliana Monroy Ortiz⁴

Verónica Acuña Aviles⁵

Gastón Cosentino⁶

(Revisão de tradução)

Andrea Cristiane Kahmann⁷

Anselmo Peres Alós⁸

Resumo: O artigo, resultado da pesquisa realizada por Agustina Paz Frontera, com Bolsa da *Fundación Gabriel García Márquez para el Nuevo Periodismo Iberoamericano* e *Solutions Journalism Network*, narra o desenvolvimento de ações políticas da *Asociación de Mujeres Meretrices de Argentina* (AMMAR) durante o período da quarentena pelo Covid-19, que impactou gravemente as/os/es trabalhadoras/es informais e, especificamente, as/os/es trabalhadoras/es sexuais, tanto argentinas/os/es quanto migrantes. No estilo da crônica, o artigo descreve as maneiras que o movimento político AMMAR, que nasceu como uma organização sindical, articulou-se com o Estado para conseguir apoiar as/os trabalhadoras/es precarizadas/os durante o *lockdown* na Argentina. Isso exhibe a importância decisiva que têm as organizações sociais para mediar períodos de crise.

¹ FRONTERA, A. (2020). Ministerio de putas: Cómo Ammar articula con el Estado durante la pandemia. *Latfem*. [online]. Disponível em: <https://latfem.org/ministerio-de-putas-como-ammar-articula-con-el-estado-durante-la-pandemia/>. Acesso em: 10 ago. 2020. Esta tradução tem objetivos estritamente pedagógicos e científicos e não tem fins lucrativos. A permissão dos/as/es autores/as e revista/editora, detentores dos direitos sobre o conteúdo, foi obtida por escrito. Contato: contacto@latfem.org

² Mestre em Jornalismo pela Universidad Nacional de Tres de Febrero (UNTREF). Codiretora e editora do meio digital feminista LatFem, o qual fundou em 2017 junto a outras jornalistas e militantes feministas. Contato: agustinafrontera@latfem.org

³ Bacharel em Letras pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Tradutora e revisora no par português-espanhol e integrante da ação de extensão Laboratório de Tradução de Unila (ILAACH) desde 2016. Contato: serafinachaves@gmail.com

⁴ Estudante de Antropologia e Diversidade Cultural Latino-Americana da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Contato: pitonreticuladda@gmail.com

⁵ Mestre em Literatura Comparada pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); Bacharel em Filosofia pela Universidad Nacional de Colombia (UNAL). Contato: ljmonroyo89@gmail.com

⁶ Doutor em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do curso de Letras Espanhol/Português como Língua Estrangeira (LEPLE); Ciclo Comum de Estudos na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Contato: florespanhol@gmail.com

⁷ Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora dos Bacharelados em Letras – Tradução e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Contato: ackahmann@gmail.com

⁸ Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É Professor Associado I na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Líder do Grupo de Pesquisa “Trânsitos teóricos e deslocamentos epistêmicos: feminismos, estudos de gênero e teoria *queer*”. Membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL). Membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Filosofia (ANPOF). Membro da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC). Coordenador Substituto do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM (2019-2021).

Palavras-chave: gênero; trabalho sexual; AMMAR; organizações sociais na Argentina; pandemia.

Resumen: Este artículo, resultado de la investigación realizada por Agustina Paz Frontera, con beca de la Fundación Gabriel García Márquez para el Nuevo Periodismo Iberoamericano y Solutions Journalism Network, narra el desarrollo de acciones políticas de la Asociación de Mujeres Meretrices de Argentina (AMMAR) durante el período de cuarentena por el Covid-19, que impactó gravemente a las/los/les trabajadoras/es informales y, específicamente, a las/los/les trabajadoras/es sexuales, tanto argentinas/os/es como migrantes. Narrada en estilo de crónica, el artículo describe las formas en que el movimiento político AMMAR, que nació como una organización sindical, se articuló con el Estado para poder apoyar a las/los/les trabajadoras/es precarizadas/os/es durante el aislamiento obligatorio en Argentina. Esta articulación demuestra la importancia decisiva que tienen las organizaciones sociales para mediar períodos de crisis.

Palabras clave: género; trabajo sexual; AMMAR; organizaciones sociales en Argentina; pandemia.

É chamado de ‘ministério das putas’. O local está situado em uma esquina, e sua fachada de cor vermelho vivo destaca-se entre os tons cinza do bairro Constitución, na cidade de Buenos Aires. Desde que começou o *lockdown*, o trânsito de pessoas pela Casinha Vermelha é incessante; porém, elas não estão procurando serviços sexuais. Em poucas semanas, a AMMAR⁹ transformou-se para encontrar uma solução às necessidades das trabalhadoras sexuais, e hoje já articula, com o Estado, auxílio de alimentação e moradia, emissão de carteira de identidade e documentação para migrantes, entre outros programas sociais abertos à comunidade. Como uma organização social pequena, e dedicada especificamente a trabalhadoras/es sexuais, conseguiu se expandir e, em poucas semanas, transformar-se em um tipo de agência do Estado que ajuda centenas de pessoas?

Do mistério ao Ministério

A Casinha Vermelha não tem mais de um ano na esquina entre as ruas Constitución e Santiago del Estero. Foi aberta há exatamente um ano pela AMMAR no bairro onde se concentra a maior parte do trabalho sexual da cidade, no dia dois de junho de 2019, Dia Internacional das/dos/des Trabalhadores Sexuais (uma efeméride estabelecida desde 1976, em homenagem a um grupo de trabalhadoras que, em protesto, ocuparam uma igreja na França). Até pouco tempo atrás, a Casinha era um mistério para a vizinhança. “Os vizinhos associavam

⁹ Nota de Tradução: a *Asociación de Mujeres Meretrices de Argentina* é uma associação de trabalhadoras sexuais que funciona como um sindicato; foi criada em 1995, como resposta coletiva ao assédio policial e à violência institucional. Forma parte da *RedTraSex* desde 1997, e desde 1995 da CTA (*Central de Trabajadores Argentinos*). Atualmente concentra mais de 5000 trabalhadoras/es no país, e tem presença ativa em onze das vinte e três províncias. Pode-se conferir a página oficial em: <http://www.ammар.org.ar/-Quienes-somos-.html>.

a Casinha Vermelha a um prostíbulo onde vendíamos *farinha*” (comunicação pessoal)¹⁰, afirma Georgina Orellano¹¹, secretária geral da AMMAR. Era evidente o incômodo (pânico moral, segundo algumas/alguns pesquisadoras/es) em função de a esquina, que antes havia sediado uma organização política, estar agora ocupada por outra organização política, só que de putas. Foram apresentadas reclamações, e vários *posts* foram publicados no grupo de Facebook *Os vizinhos de Bem*. Se, antes do *lockdown*, “era um mistério o que acontecia na Casinha”, e se o estigma do trabalho sexual estava associado a atividades criminais, hoje as fantasias caem por terra quando a vizinhança assiste das janelas de suas casas que os bandos que vêm e vão transportam só colchões e sacolas carregadas com provisões - é o que diz Jorge Insaurralde, colaborador histórico da AMMAR.

No dia 20 de março de 2020, foi decretado na Argentina o isolamento social preventivo e obrigatório, ou seja, o *lockdown*. Somente atividades essenciais ficaram livres da obrigação. Garantir o prazer sexual não só não é essencial como também arriscado, além de ser oferecido na rua. Como 50% das/os/es trabalhadoras/es do país, as trabalhadoras sexuais não têm trabalho formal e 20% moram em pensões. Para elas, o isolamento social significa não trabalhar, não ter condições de pagar a moradia e ter de ficar na rua. A experiência da quarentena des pobres é como um gato que morde seu próprio rabo. No dia 27 de março, aconteceu o primeiro despejo da quarentena: oito trabalhadoras sexuais travestis e trans do Hotel Saavedra estavam sob ameaça do proprietário. A rede de apoio que se articulou a partir da AMMAR, naquele momento, em parceria com outros movimentos sociais e organismos do Estado, conseguiu interromper o ciclo do gato, pelo menos durante os meses do *lockdown*, e inaugurou o *Ministério das Putas*.

A saída que desenvolveram as *putas feministas*¹², como se autodenominam, é a mesma que encontraram movimentos sociais em toda a Argentina para reduzir o impacto da desigualdade: criar parcerias com o Estado, para que suas políticas sociais atinjam os territórios e as populações mais vulneráveis. “A articulação entre os movimentos sociais, como a

¹⁰ Nota do revisor: uma vez que o texto original em espanhol é o resultado de uma investigação que se ancora em uma metodologia análoga à da etnografia urbana, com entrevistas realizadas diretamente aos informantes, a autora optou por manter o recurso de destaque ao discurso citado, para diferenciar sua própria voz das vozes das pessoas entrevistadas (que são sempre indicadas no corpo do artigo). Para evitar ambivalências, e destacar que os trechos citados são dessas entrevistas, e não de outros documentos bibliográficos, essas citações vêm seguidas da expressão “comunicação pessoal”, marcação que não está presente no original em espanhol.

¹¹ Nota de Tradução: Georgina Orellano é uma trabalhadora sexual ativista, que se autodenomina feminista e peronista. Foi eleita como secretária geral da AMMAR para o período 2018-2022, e é considerada uma das principais referências do movimento de trabalhadores/as sexuais na Argentina e na América Latina.

¹² Nota do revisor: existem trabalhos que contemplam a mesma temática publicados no Brasil, como: *Putafeminista*, da ativista brasileira Monique Prada (São Paulo: Veneta, 2018), bem como o livro *E se eu fosse puta*, da transfeminista e doutora em Letras Amara Moira (São Paulo: Hoo Editora, 2016).

AMMAR, e o Estado é fundamental” (comunicação pessoal), reflete a socióloga Victoria Freire. Ela aponta uma característica particular da articulação durante a pandemia: “é o carácter coletivo da saúde, que sempre entendemos no plano individual e vinculada à ausência de doenças. As condições de vida, a alimentação e o trabalho determinam nossa saúde e bem-estar. Os movimentos sociais e, neste caso, a AMMAR, têm isso muito claro há muito tempo e, por essa razão, estão conduzindo ações tão importantes para manter a vida” (comunicação pessoal). A plasticidade dos movimentos sociais, capazes de se adaptar a diversos contextos, permitiu a AMMAR se transformar, em apenas dez dias, em um braço do Estado, em uma extensão de suas políticas sociais.

Teto

“No início, ele fechou para nós a cozinha. Depois ameaçou nos expulsar. Não tínhamos como pagar. Até que um dia entrou no quarto, desligou a internet e pegou a TV” (comunicação pessoal). Valentina percorreu os 1550 km que separam Salta de Buenos Aires há três anos, quando tinha 23 e já era uma mulher trans que almejava uma vida um pouco melhor. No dia em que tentaram expulsá-la do Hotel Saavedra, ela conheceu a AMMAR; antes, nunca tinha ouvido falar da organização.

A vida nos hotéis é uma das mais caras de Buenos Aires, especialmente para a população travesti e trans. Once e Constitución são os dois bairros com maior número de pensões e hotéis familiares; são locais de muito fluxo de pessoas, que entram e saem da cidade de trem. São conhecidos como hotéis, porém, segundo Gervasio Muñoz (da *Federación de Inquilinos*), “são prisões no meio da cidade, pelas quais se paga para estar, com um sistema bastante mafioso e corrupto” (comunicação pessoal). Esses locais não têm um valor fixo; ele é decidido dependendo da cara da pessoa. No caso das travestis pobres, cobra-se delas mais do que de qualquer outra pessoa. E, no caso das travas pobres, migrantes e sem documentos, cobra-se mais; e se são putas que trabalham bem, ainda mais. Elas podem pagar até 30 mil pesos argentinos [aproximadamente 2275 reais] por mês, por um quarto compartilhado.

“Quem me informou que estavam despejando no Hotel Saavedra do bairro de Once foi a Josefina Fernández” (comunicação pessoal), lembra Georgina, entrevistada na redação aberta de LatFem¹³. Como coordenadora do *Programa de Género y Diversidad del Ministerio Público*

¹³ Nota de Tradução: LatFem é um meio de comunicação feminista digital com sede principal na Argentina. Foi fundado em 2017 por um grupo de jornalistas, comunicadoras, escritoras, pesquisadoras/es, fotografas e ilustradoras

de Defensa de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (MPD CABA), Josefina ativou a tramitação do auxílio-moradia para as oito mulheres do Hotel Saavedra.

“A gente se encontrou com a Georgina, cujo trabalho territorial é muito grande e de enorme compromisso, e começamos a nos mobilizar para evitar esse despejo”, conta Fernández. “Conseguimos os auxílios moradia e, com isso, que a expulsão fosse interrompida” (comunicação pessoal). Essa foi a primeira experiência de articulação entre a AMMAR e o MPD, e foi o pontapé inicial para que a própria AMMAR fornecesse os auxílios na Casinha Vermelha.

O auxílio-moradia é dado às pessoas que estão em situação de iminente despejo e/ou de risco de morar na rua, e consiste em uma renda mensal equivalente a uma porcentagem do aluguel. Para obtê-lo, é necessário apresentar toda a documentação pessoal e um relatório social, que atualmente é feito por uma assistente social da AMMAR. Valentina já obteve a tramitação de seu auxílio e chegou à Casinha no dia que se abriram as portas a outras/os/es trabalhadoras/es e vizinhas/es, que também precisavam do auxílio. Ela fala baixinho e devagar, não como La Perrito, autodenominada Pandemia de la Cruz desde que começou o Covid-19, quem há poucas semanas fez um vídeo viral falando sobre a vida de uma travesti moradora de rua. Mas a situação dela mudou, pois agora entra na Casinha Vermelha e desfila. “Ei, Pandemia, que corpão você tem!”, gritam o seu nome, a aplaudem, jogam roupas do monte de doações para ela experimentar. Às vezes, a Casinha parece uma festa do pijama com humor picante: “Quando a conheci, tinha um corpão da porra, mas a cara de viado feio tem desde sempre”. Há risos, mas poucos dias depois aparece um cartaz na parede que aponta a crueldade de algumas piadas. Corpão ou não, já são mais de 300 as trabalhadoras sexuais cis e trans que tramitaram o auxílio-moradia na Casinha Vermelha. São trezentas pessoas que não moram na rua, não se endividam e que não são obrigadas a se expor trabalhando.

Antes da crise do Covid-19, a AMMAR, como outros movimentos de base territorial, encaminhava os trâmites sociais à repartição pública do município mais próximo. Porém, a situação mudou: de um lado, aumentou a necessidade e, de outro, algumas agências do Estado estão fechadas. “Uma pesquisa feita pelo MPD CABA no ano de 2016 – relata Josefina Fernández a LatFem – mostrou que mais de 65% delas (travestis e trans) moram em pensões ou quartos alugados, em ocupações ou construções irregulares. Quase 4% das mulheres trans são moradoras de rua” (comunicação pessoal).

Foi para atender especialmente a essa população, que não tem acesso ao auxílio-moradia, porque “não cumprem os requisitos legais estabelecidos”, que a área de Gênero do MPD começou a se articular tanto com a AMMAR quanto com o *Bachillerato Popular Mocha Celis*¹⁴. “De ambas as organizações, chegam para nós casos de pessoas travestis/trans que são vulnerabilizadas no seu direito à moradia” (comunicação pessoal), explica Fernández.

— *Por que chegaram a essa situação de agir como se fossem uma filial do Estado?*

GEORGINA ORELLANO: “quando as garotas vinham até Pavón com Entre Ríos (sede do Ministério de Gestão e Ação Social) para fazer os trâmites, já estava fechado. Diante do fechamento da opção do Estado, falamos com a Josefina Fernández e ela aprovou um dia para a gente fazer desde AMMAR os trâmites no sistema da cidade, e nos deu as indicações por telefone. O que fazemos é acompanhar o processo. Ligamos para elas, lembramos informações, organizamos seus documentos”.

JORGE INSAURRALDE: “AMMAR está fazendo 90% de trabalho do Estado no que tem a ver com moradia” (comunicação pessoal).

Pão

“Nem parece que tem *lockdown* aqui, é o Ministério das Putas”, diz La Perrito, cumprimentando com o cotovelo a todas, conhecidas ou não.

Era uma terça-feira, o dia estabelecido para solicitar o cartão “Cidadania portenha”, programa que outorga \$2500 pesos argentinos [aproximadamente R\$ 180,00] para a compra de alimentos. Pela manhã, tinham ficado à disposição quatro guichês dentro da Casinha, cada um atendido por duas voluntárias, todas elas trabalhadoras sexuais que receberam capacitação da Prefeitura de Buenos Aires. Da porta, Georgina cumprimentava todo mundo. Uma idosa a quem a AMMAR facilitou o atendimento para tratar da dependência química (cocaína) chorava de alívio porque tinha conseguido dormir, depois de vários dias. Uma mulher cis haitiana que não lembrava a data de seu nascimento, um homem cis que carregava sua carteira de identidade enrolada em várias sacolas de supermercado, todes vinham buscar comida. A polícia é um elemento constante no mapa: os patrulheiros passavam a cada volta do ponteiro dos minutos.

Três adolescentes, dois rapazes e uma garota, apareceram tropeçando: “a gente mora debaixo da ponte, mas viemos para fazer uma doação porque sempre nos ajudam”, explicou um deles, e apoiou no chão um caixote de madeira com roupas e latas de tomate. “Vê se te

¹⁴ Nota de Tradução: O *Bachillerato Popular Mocha Celis*, conhecido popularmente como *La Mocha*, é a primeira escola trans do mundo. Prioriza acolher pessoas travesti e trans, mas não é exclusiva e também assistem aulas pessoas LGBTIQ+, afrodescendentes, migrantes e mães solteiras entre outros. Foi fonte de inspiração para iniciativas semelhantes no Brasil, Costa Rica e Chile. Pode-se conferir a página oficial em: <http://www.bachilleratomochacelis.edu.ar/>.

comporta, hein”, diz-lhe Georgina. “Ele vai se comportar, sim” (comunicação pessoal), responde a garota, mostrando, entre o ventre e o elástico da calça, uma tesoura. Alguém mencionou Lorena Bobbit, que cortou o pênis do marido em 1993, e todo mundo riu. Naquela mesma noite, por volta das quatro horas da madrugada, uma pessoa havia sido atacada no local onde dormia, debaixo da ponte, a uma quadra da Casinha Vermelha. Morreu em razão das perfurações causadas por alguém da vizinhança.

Na Cidade Autônoma de Buenos Aires, de acordo com o *Censo Popular de Personas en Situación de Calle* (CPPSC) do Ministerio Público de Defensa, haveria, em 2019, 7.251 pessoas em situação de rua. Aproximadamente 77% delas não tinha acesso ao auxílio-moradia, pois, por não possuírem a documentação necessária, perdiam os prazos ou não conseguiam realizar os trâmites. Cerca de 2000 dessas pessoas moram nos quase vinte albergues, públicos ou de parcerias público-privadas, existentes na cidade. Todas elas comem na rua, em restaurantes populares, ou em cozinhas populares.

Antes da ‘pande’, como a pandemia já vem sendo nomeada na intimidade por algumas delas, a AMMAR entregava, uma vez ao mês, cestas básicas a mais de trinta companheiras. Quando começou a quarentena, criaram um fundo nacional de emergência e conseguiram comprar cinquenta cestas, que acabaram em dois dias. Hoje, distribuem cestas básicas para cinco mil pessoas em todo o país. Para a AMMAR, a situação de emergência significou uma aprendizagem: “a gente entendeu que era necessária a intervenção do Estado, para que a alimentação das companheiras não consumisse todos os recursos da organização, porque do contrário toda a grana iria para os alimentos. Aprendemos a nos articular. O INADI (*Instituto Nacional contra la Discriminación, la Xenofobia y el Racismo*) nos entregou sessenta auxílios-alimentação por mês; e também chegamos a um acordo com a *Federación LGBTIQ+* e a *Fundación Huésped*. Com o Departamento de Desenvolvimento Social da Cidade, chegamos a um acordo pelo qual eles assumiram a responsabilidade de entregar os mantimentos nos hotéis” (comunicação pessoal) – relata Georgina, visivelmente animada.

— *Como vocês iniciaram o trâmite do cartão alimentação “Cidadania portenha”?*

GEORGINA: “entrou em contato conosco um assessor do vereador Javier Andrade (*Frente de Todos*)¹⁵ para que mandássemos as companheiras até Pavón com Entre Ríos. A gente respondeu que era melhor que eles viessem e organizassem o mutirão na Casinha Vermelha. E eles vieram. Já temos cadastrados 310 cartões” (comunicação pessoal).

¹⁵ Nota de Tradução: o ‘*Frente de Todos*’ é uma coalizão política eleitoral argentina que apesar do uso da palavra ‘todos’ na inscrição formal da aliança, o presidente Alberto Fernández assinalou durante a campanha eleitoral que a expressão deve ser entendida com um significado inclusivo de gênero, como ‘todos’, ‘todas’ e ‘todes’.

“Somos uma miniagência do Estado” (comunicação pessoal), prossegue Jorge, sentado ao lado de Georgina na redação de LatFem. “Tudo isto é possível porque estamos no governo de Alberto Fernández” (comunicação pessoal), acrescenta Georgina. Nos anos de governos neoliberais, a articulação entre o Estado e os movimentos sociais foi muito fraca, e se limitou a convênios com ONGs que não têm base territorial. “Nos governos que colocam no centro a ação e a intervenção do Estado, a possibilidade de articulação é maior”, assinala Victoria Freire, e complementa: “o desafio é superar o paradigma da população beneficiária para construir um modelo de intervenção pública com a população organizada” (comunicação pessoal). A organização é grande parte da solução.

Heidi é uma mulher trans de 45 anos que chegou na Argentina há treze anos. Oferece serviços sexuais e mora em hotéis desde que chegou a Buenos Aires. “Nunca, em todos esses anos, eu pedi nada ao Estado”, diz ela em pé diante da Casa Vermelha com a sua carteira de identidade na mão e um monte de formulários. Hoje ela iniciou os trâmites na AMMAR para receber o auxílio-moradia e o cartão alimentação: “isso é o principal, ter alguma coisa na geladeira, agora está vazia; acho engraçado, e fico pensando: e agora, o que eu faço, e rio”. Heidi reconhece que os únicos que as ajudavam sempre eram “os clientes fixos que vinham”, mas agora não vem ninguém, e antes da Georgina convidá-las para a Casinha Vermelha “a gente estava pensando em sair para trabalhar de qualquer jeito, pensávamos em pedir para a polícia nos dar um lugar” (comunicação pessoal).

Identidade

Três mulheres trans migrantes conversam à porta do hotel onde moram. É dia 15 de abril de 2020, o *lockdown* foi declarado na Argentina há quase um mês. Um policial registra seus nomes e acusa: “travecos detidos por violação do *lockdown*”, aponta. Coral não tem documentos, chegou do Peru há sete anos e, por medo de ser deportada, não atualizou sua situação migratória. Antes de ser abordada, consegue ligar para Georgina Orellano, que está percorrendo os hotéis perto do local onde Coral, Madison e Ceciliani estão cercadas pelos oito policiais. Três travas putas têm de escutar, quando há 2500 infectados na Argentina e as fronteiras estão fechadas: “se não gostas, volta para o teu país”. Junto a AMMAR, chegam ativistas, outras mulheres de Constitución, jornalistas. Um vídeo começa a circular nas redes sociais: as mulheres estão sentadas no chão com a cara virada para a parede. De fora, alguém fala para um dos policiais que a Lei de Identidade de Gênero obriga a respeitar a identidade

autodefinida, que ele não seja rude, que elas não são “travecos”. É a voz de Georgina. Elas passam algumas horas na Delegacia de Polícia Comunal NIC e depois são liberadas.

Antes da pandemia, quando chegava à AMMAR alguma trabalhadora sem carteira de identidade, ela era encaminhada à sede do Ministério Público de Defesa, que fica a poucos metros da Casinha Vermelha. Hoje, o fato de não ter documentação atualizada não implica apenas um problema para circular, é um obstáculo para ter acesso aos programas sociais, única saída para muitas pessoas. Além disso, o Estado parece inacessível, e ainda mais no *lockdown*, com repartições estatais fechadas ao público. Por conta disso, na AMMAR criaram, em articulação com o Estado, um mutirão de atendimento ao público na Casinha Vermelha; entre maio e abril, abriram 160 vagas para a emissão de carteira de identidade e 860 para trâmites migratórios.

— *Por que e como vocês começaram a fazer os trâmites de carteira de identidade e de migração na Casinha?*

GEORGINA: “Durante a pandemia, deparamo-nos com a situação de muitas companheiras do coletivo travesti/trans sem documentos. Isto tem a ver com a questão da legalidade do trabalho sexual, já que quase todas foram alvo de contravenções policiais, e elas acham que essas ocorrências feitas pela polícia são antecedentes criminais. Elas pensam que serão deportadas, a polícia criou esse fantasma nelas. No momento em que começamos a fazer o auxílio-moradia, não podiam se inscrever com sua identidade peruana, nem tampouco com seu visto temporário vencido há dois anos. A primeira pessoa que consultamos foi Ornella Infante. Ornella é Diretora Nacional de Políticas contra a Discriminação do INADI e militante trans do campo popular. Consultada por LatFem, ela diz que ‘já era hora de que as trabalhadoras sexuais tivessem um pouquinho de reconhecimento’, e acrescenta que é fundamental “trabalhar com os movimentos sociais que conhecem os casos e são os que primeiro recebem as denúncias das diversas violências que elas sofrem” (comunicação pessoal).

Quando, em março deste ano, o RENAPER (Registro Nacional das Pessoas) fez uma operação em Constitución, várias mulheres da AMMAR foram tramitar seus documentos. Contudo, as imigrantes voltaram com as mãos vazias. Então a AMMAR entrou em contato com a *Dirección de Migraciones* para solucionar o problema das companheiras. “O que a gente não sabia é que o atendimento operacional teria que ser feito por nós mesmas” (comunicação pessoal), reconhece Georgina. Para poder realizar atendimentos na Casinha, a AMMAR precisava contar com a autorização de dois órgãos estatais; neste caso, ela foi outorgada pelo INADI e pela *Defensoría LGBTIQ+*.

Por que um órgão estatal deveria dar o seu consentimento para uma organização de trabalhadoras não reconhecidas pelo Estado para poder gerir trâmites em nome dele? Ornella Infante afirma categoricamente: “o Estado deve dar uma resposta. Se os movimentos sociais demandam isso é porque alguém está precisando, e a AMMAR é um movimento”. O *flyer* que

realizaram em parceria a AMMAR, o INADI e a *Defensoría LGBTQ+* anunciando o mutirão de migrações causou uma rejeição previsível por parte dos movimentos pelo fim da prostituição: “é um Estado proxeneta”, disseram, vinculando a migração ao tráfico de pessoas. Para Ornella, “não importam as discussões dentro dos feminismos, nem importa a posição da minha organização; aqui o Estado tem que garantir direitos, e é isso que estas ações procuram fazer” (comunicação pessoal).

No dia do mutirão, a Casinha Vermelha amanheceu escoltada por um grupo de vinte senegaleses. Com o passar das horas, chegaram imigrantes dos países da fronteira, mas sobretudo jovens de Gana, Camarões e Costa de Marfim. Alguns deles trazem o *flyer* impresso, como autorização para circular pela cidade. A notícia do mutirão viralizou, e chegam solicitantes de outras cidades. As trabalhadoras sexuais migrantes, principal objetivo do mutirão, ficaram misturadas entre Godfreds, Abdous e Kouamés. A esquina da Casinha Vermelha ficou tingida de preto, e isso foi demais para os vizinhos do bairro — até toleravam putas e travas, mas uma centena de negros amontoados e sem máscara era insuportável. O dono da Casinha também ficou incomodado: “quando aluguei a casa para vocês era uma casa de assistência para trabalhadoras sexuais, agora fazem carteira de identidade; tem filas de negros, vendedores ambulantes” (comunicação pessoal). Em meio à indignação da vizinhança e o público exacerbado, foi decidido suspender o mutirão. Alguns vão embora da Casinha com evidente decepção, outros ficam para pressionar. O tumulto é vigiado de perto pela polícia.

— *Aqui é a casinha das trabalhadoras sexuais* – grita Coral para eles –, *não se esqueça que quem te ajuda somos nós: as travas e as putas.*

Há quinze dias, ela escreveu em suas redes sociais: “quero ser uma garota que ajuda outras garotas”, depois de ser detida por ficar de pé na porta da sua casa. Agora percorre os hotéis, é a responsável por preparar as doações e fica plantada na porta da Casinha quando a situação está fora de controle. “Não vou mentir, estou aqui porque eu não tenho carteira de identidade argentina”, diz ela. E com um tom militante que descobriu há pouco, afirma, no mesmo sentido que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que o Estado deve ajudar as mulheres trans migrantes, porque “não somos parasitas, compramos muito mais roupas e maquiagem do que qualquer outra pessoa normal, então é justo que recebamos alguma ajuda, pois somos consumidoras de moradia, de maquiagem e do envio de dinheiro” (comunicação pessoal).

— *O mutirão era para as mulheres trans migrantes, como chegaram os migrantes africanos à Casa Vermelha?*

GEORGINA: “Eles ficaram sabendo pelas redes sociais. Quando fizemos o primeiro mutirão ficaram muitas pessoas de fora. A pergunta que ficava para nós era o que fazer com as pessoas que não são trabalhadoras/es sexuais. Alguém dizia que eles já tinham organizações que realizam o acompanhamento. Porém, nós acreditamos que não é assim, porque daí o que eles estariam fazendo em uma casinha de prostitutas em Constitución? [...] De Gana são mais ou menos 300. Não vamos deixar eles de fora, mas também não queremos que a Casinha seja fechada” (comunicação pessoal).

Por isso, para conseguir atender todo mundo, criaram um sistema de vinte atendimentos por dia. Contudo, aconteceu que, no dia marcado, chegaram oitenta pessoas, pois tinham falsificado as senhas com o número que as meninas da AMMAR entregaram para eles, ou traziam outros números feitos por eles mesmos para se organizar. A AMMAR não é o Estado, mas, para muitas pessoas que precisam dos auxílios e políticas sociais, talvez ela cumpra a função do Estado. Este poderia ser um limite para as estratégias dos movimentos sociais, especialmente durante a quarentena: os movimentos sociais podem se transformar em um braço que aproxima o Estado da comunidade; porém, quando a comunidade reclama, eles não têm a capacidade que o Estado tem para responder.

A resposta é a organização

“Em 2002, não havia notas circulando; antes de ir para o hotel, a gente ia com o cliente ao supermercado e enchia o carrinho”, lembra Elena Reynaga. A crise que eclodiu na Argentina em 2001 e 2002 é a primeira lembrança que lhe vem à cabeça quando tenta comparar o presente com outro momento histórico. Elena é uma das fundadoras da AMMAR e hoje é a secretária executiva de *RedTraSex (Red de Trabajadoras Sexuales de América Latina y el Caribe)*, espaço regional do qual a AMMAR participa desde 1997. “Lohana Berkins¹⁶ teve a ideia de que deixássemos uma caixa na esquina para os clientes depositarem alimentos lá antes de entrarem” (comunicação pessoal), lembra Elena entre risos, fazendo alusão a quem foi uma das principais ativistas da posição que prega o fim da prostituição.

Em 2001, como agora, as trabalhadoras sexuais organizaram várias ações de assistência. O governo da cidade entregava quatrocentas caixas de provisões. “Fazíamos um esquema de organização: chegava o caminhão, a gente tinha que pagar o frete e descarregar as caixas”.

¹⁶ Nota de Tradução: Lohana Berkins (1965-2016) foi uma ativista trans argentina, abolicionista e trabalhadora sexual. Foi a primeira pessoa trans em trabalhar como funcionária pública, fundadora da *Asociación de Lucha por la Identidad Travesti y Transexual (ALITT)*, impulsora da *Ley de Identidad Transgénero* (Lei 26.743 sancionada em 2012), e impulsora da *Ley de Inclusión Laboral Travesti-Trans* (atualmente está sendo debatida no Congresso).

Naquele momento, a AMMAR não tinha registro jurídico, que foi outorgado só em 2005. “Não queriam fazer o nosso registro, porque queriam que adotássemos a palavra *resgatar* no nome”, lembra Reynaga. Hoje, a AMMAR funciona oficialmente como uma associação civil, mas, na prática, segundo seu site, funciona como um sindicato, embora “não podemos nos organizar dessa forma, porque na Argentina o nosso trabalho ainda não é reconhecido como uma atividade trabalhista” (comunicação pessoal).

Em outros países da região existem movimentos sociais semelhantes que também estão criando estratégias para reduzir o impacto da crise social e econômica produzida pelo Covid-19 em todo o mundo. “O Estado fez caso omissivo com as trabalhadoras sexuais. Somos terra de ninguém” (comunicação pessoal), reflete a presidenta da *Fundación Margen de Chile* e secretária organizacional da *RedTraSex*, Herminda González Inostroza. Na Colômbia, no Peru, na Guatemala, no México, na Espanha e no Chile, para citar só alguns exemplos, os movimentos sociais também fizeram arrecadação de dinheiro e alimentos que são distribuídos às trabalhadoras sexuais, e abriram espaços de consulta psicológica, legal ou médica. Porém, na maioria desses casos, os movimentos não estão articulados nem a outros setores sociais, nem ao Estado.

Na Argentina existem, além da AMMAR nacional, cuja sede fica em Buenos Aires, filiais em várias províncias. Essas se organizam de forma autônoma, mas também estão articuladas com a sede nacional. Por outro lado, é possível encontrar outras organizações e redes de trabalhadoras/es sexuais independentes da AMMAR, que também desenvolvem estratégias para auxiliar as/es trabalhadoras/es sexuais em diversos níveis de articulação com o Estado.

Para a AMMAR, a reação diante da demanda inédita de assistência significou expandir os limites da organização. Foram criados espaços da AMMAR nas províncias e em dezenas de cidades onde ainda não tinham chegado. A associação fortaleceu o vínculo com o Estado, com a *Unión de Trabajadores y Trabajadoras de la Economía Popular* (em cujas instalações muitas/os/es trabalhadoras/os/es sexuais se alimentam) e com organizações de migrantes.

— *Quando vocês perceberam que tinham que se organizar rápido?*

GEORGINA: “Quando chegaram as notícias de que a situação estava piorando nos países da Europa e que os governos não contemplavam as trabalhadoras sexuais. Daí iniciamos com a criação de um fundo. A gente nunca pensou que o Estado ia querer articular um trabalho conosco” (comunicação pessoal).

Naquele momento, e como base de toda a política que a AMMAR desenvolveu e está desenvolvendo durante a crise decorrente do Covid-19, dois objetivos foram estabelecidos: “primeiro, o que queremos é terminar com o menor número de dívidas possível”, e “segundo,

nós não queremos continuar somando mortas. Não queremos ter que dizer que 25 travestis morreram de Covid-19, queremos que a notícia seja que trezentas travestis têm o auxílio-moradia” (comunicação pessoal).

Para Jorge, a resposta é a organização. A eficácia do trabalho da AMMAR nesse tempo é resultado de que “o grupo que coordena tudo foi consolidado: são garotas que sabiam anteriormente que a Casa Vermelha existia, mas que não se aproximavam ou não queriam saber nada sobre política” (comunicação pessoal).

Que as/os/es trabalhadoras/os/es sexuais façam política é intolerável para muitos setores da sociedade e do movimento feminista em particular. A discussão sobre a condição (se é trabalho ou não) da atividade por elas realizada é um debate sem fim. O curioso nesse cenário é que mesmo o Estado, mesmo sem reconhecer a atividade como um trabalho, realiza e concretiza através da AMMAR a série de ações que aqui descrevemos.

Para Josefina Fernández, uma pessoa cujo papel foi fundamental para que, a partir da AMMAR, pudessem ser desenvolvidos os programas de assistência para trabalhadoras sexuais cis e trans, e, também, para outres cidadãos, “não somos nós que podemos reivindicar o direito de decidir como devem se autodefinir e agir de acordo. Isso é algo que todas as pessoas, ou pelo menos aquelas que, como eu, são parte do Estado, deveriam aprender”. Ela também reconhece que aqueles que compõem o *Programa de Género y Diversidad Sexual* do MPD não prestam atenção “se a demanda vem daquelas que se autodefinem como trabalhadoras sexuais ou se vem de mulheres em situação de prostituição (desde o ponto de vista abolicionista). Assim como por ocasião dos despejos, estamos trabalhando de perto, e com resultados muito bons, com a AMMAR, no ano passado desenvolvemos atividades de capacitação em direitos com o grupo AMADH¹⁷, que é abolicionista” (comunicação pessoal).

Com uma postura análoga, Ornella Infante, diretora nacional de políticas contra a discriminação, esclarece que “como Estado, temos que responder a todos os setores. Depois virão as discussões entre nós que fazemos parte dos diversos feminismos... Se essas companheiras se reconhecem como trabalhadoras, é suficiente. O que elas dizem tem que ser escutado, e não os iluminados que surgirem para criar a política para esse setor. Elas são cidadãos de pleno direito e esses direitos devem ser dados a elas. Têm que ser feitos debates sérios e com

¹⁷ Nota de Tradução: a *Asociación de Mujeres Argentinas por los Derechos Humanos* (AMADH) surgiu em 2003, quando um grupo de trabalhadoras/es sexuais que formavam parte de AMMAR desde sua conformação decidiram que não queriam o reconhecimento do trabalho sexual pelo Estado. A associação autodenomina-se feminista e abolicionista, não considera que as/os/es integrantes sejam trabalhadoras/es sexuais, mas sim pessoas em situação de prostituição. Atualmente, é presidida por Graciela Collanes, e também acolhe vítimas do tráfico de pessoas e sobreviventes de exploração sexual.

suas representantes; não se trata do pensamento que eu tenho como organização” (comunicação pessoal).

Para Georgina Orellano, que o Estado não as reconheça como trabalhadoras, mas faça articulação com elas como movimento social, é *esquizofrênico*. No entanto, ela reconhece que as ações coordenadas junto com o Estado durante a quarentena funcionam como legitimação do movimento, e que “quando finalizar o *lockdown*, nós teremos uma instância de diálogo com o Estado para dizer: *olha, fomos nós que fizemos todo o trabalho por você e agora queremos falar de nossas condições trabalhistas*. Agora fazemos puro assistencialismo, mas para isso não voltar a acontecer com a gente queremos ir ao cerne da questão, que é o reconhecimento do trabalho sexual” (comunicação pessoal).

O Ministério das Putas, como alguns chamam a Casinha Vermelha, conseguiu conformar uma rede de cuidados que foi a solução para centenas de vidas durante a crise desencadeada pelo Covid-19. Um exemplo de como o papel dos movimentos sociais é insubstituível, porque expressa as necessidades dos setores que agrupam e concentram os saberes da experiência coletiva. A pandemia é uma oportunidade para pensar as políticas sociais em articulação com os movimentos sociais? No Ministério das Putas, a resposta é definitivamente sim.

Combatendo a violência contra crianças, mulheres e pessoas idosas durante a pandemia do Covid-19: medidas fundamentais¹

Addressing violence against children, women and older people during the COVID-19 pandemic: key actions

Organização Mundial da Saúde (*World Health Organization*)

Tradução: Gabriela Cruz de Pinho²

Revisão de tradução: Fabiana Kanan Oliveira³ e Andrea Cristiane Kahmann⁴

Resumo: O texto que se apresenta a seguir é uma tradução ao português brasileiro de recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS na sigla em português) voltadas a governos e tomadores/as de decisão em política, gestores/as de programas e de unidades de saúde para orientar o planejamento, a disseminação de informações e a organização das atividades voltadas à prevenção da violência contra crianças, mulheres e pessoas idosas e o atendimento de sobreviventes. Este material foi publicado em inglês em 17 de junho de 2020 no site da OMS, seguindo a sua Política de Acesso Aberto, e embora tenha recebido bastante divulgação, desconhecemos tradução integral de seu conteúdo para outros idiomas. Esta tradução tem por objetivo contribuir para a disseminação das medidas sugeridas. Para viabilizar esta publicação acadêmica, procedemos a adaptações no formato do texto, transformando os *hiperlinks* de redirecionamento para estudos referidos em citações no modelo autor-data, conforme normas de publicação desta revista, e transformando em quadros alguns dados citados em cor e fonte diferenciadas na publicação original.

Palavras-chave: Covid-19; violência contra crianças, mulheres e pessoas idosas; Organização Mundial da Saúde.

Abstract: The document presented hereunder is a translation into Brazilian Portuguese of World Health Organization (WHO) recommendations aimed at policy-makers, program and facility managers in the health system and other sectors to guide the planning, the dissemination of information and the organization of activities focused on preventing violence against children, women and elder people and the care of survivors. This material was published in English on June 17, 2020 on the WHO website following its Open Access Policy, and although it has received a lot of publicity, the full translation into other languages is unknown. The goal of this translation is to contribute to the dissemination of the suggested measures. In order to make this academic publication feasible, adaptations in the text format were made by changing the redirecting hyperlinks into studies referred in citations in the author-date system, according to the publication rules of this journal, and also transforming data into charts data cited in different color and font in the original publication.

Keywords: Covid-19; Violence against children, women and the elderly; World Health Organization.

¹ O texto utilizado como fonte para esta tradução está disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/WHO-2019-nCoV-Violence_actions-2020.1. Acesso em: 15 ago. 2020. Este texto é regido por uma política de acesso aberto, conforme a Política de Acesso Aberto da OMS, disponível em: <https://www.who.int/about/who-we-are/publishing-policies/copyright>. Esta tradução tem objetivos estritamente pedagógicos e científicos, sem nenhum fim lucrativo ou conflito de interesses.

² Bacharela em Letras – Tradução Inglês / Português formada pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: gabicpin2@gmail.com

³ Tradutora graduada pela UFRGS com mestrado na área. E-mail: fabianakanan@hotmail.com

⁴ Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora dos Bacharelados em Letras – Tradução e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: andrea.kahmann@ufpel.edu.br

Muitos países ao redor do mundo implementaram *lockdowns*, isolamentos e medidas de distanciamento físico para conter a propagação do COVID-19. O lar, no entanto, nem sempre é um lugar seguro para crianças, adolescentes, mulheres e pessoas idosas que estão sofrendo ou estão em risco de abuso. Evidências mostram que a violência pode aumentar durante e após surtos de doenças (PETERMAN et al, 2020).

Em muitos países afetados pelo COVID-19, os registros das linhas de apoio, autoridades policiais e outras pessoas prestadoras de serviços indicam um aumento dos casos denunciados de violência doméstica, em especial os maus-tratos à criança e a violência entre parceiros íntimos contra a mulher (UNITED NATIONS 2020a, 2002b; SAJAN, 2020; WELCH, HASKINS, 2020; ABC NEWS, 2020; THE HINDU, 2020). Esses números, porém, não representam a prevalência do problema, pois é sabido que a maioria dos casos não são denunciados. Em vários outros países parece ter havido um declínio no número de vítimas de abuso infantil e mulheres sobreviventes que procuram ajuda pessoalmente ou de modo remoto desde que as medidas de *lockdown* foram implementadas. Isso pode ser relacionado à incapacidade de a criança ou de a mulher sair de casa ou acessar essa ajuda, particularmente enquanto estiver confinada com um agressor ou devido à redução ou fechamento de serviços. Embora seja menos denunciada, é provável que essa combinação entre o aumento do risco de violência e a redução da capacidade de obter ajuda durante a pandemia do COVID-19 seja semelhante para pessoas idosas em situação de abuso ou negligência.

Quadro 1: dados sobre a violência

- * 10-50% de aumento nas ligações para linhas de apoio sobre violência doméstica em alguns países;
 - * 3x mais denúncias de violência entre parceiros íntimos na província de Hubei, China;
 - * 92.000 denúncias de abuso infantil a uma linha de apoio na Índia;
 - * 10x no aumento do abuso e negligência de pessoas idosas em alguns lugares;
- (Dados de reportagens da mídia)

"As mulheres em relacionamentos abusivos são mais suscetíveis a serem expostas à violência, assim como seus filhos, uma vez que os membros da família passam mais tempo em contato direto, e as famílias ainda lidam com estresse adicional e potenciais perdas econômicas ou profissionais."

— Diretor Geral da OMS Tedros Adhanom Ghebreyesus, abril de 2020

Fonte: equipe de tradução a partir de dados do original

1. Por que razão é provável que a violência doméstica aumente durante e após a pandemia do COVID-19?

Apesar de os dados sobre a violência familiar durante a pandemia do COVID-19 serem escassos atualmente, as evidências estabelecidas sobre a violência contra crianças (WHOa, 2020), mulheres (WHOb, 2020) e pessoas idosas indicam que vários fatores de risco são suscetíveis de serem agravados pelo combate à pandemia (PETERMAN et al, 2020; EISNER e NIVETTE, 2020):

- As medidas de isolamento podem colocar mulheres, crianças e pessoas idosas que vivem em relacionamentos abusivos em risco ainda maior de violência devido ao aumento do tempo de interação e exposição às pessoas que delas abusam (PETERMAN et al., 2020; EISNER e NIVETTE, 2020).

- Fatores de estresse, incluindo a incerteza econômica, a perda de empregos e locais superlotados, onde o distanciamento físico não é viável, são suscetíveis de aumentar os crimes de violência doméstica (DOYLE e AIZER, 2020).

- Acesso limitado ou nenhum acesso a redes de apoio de proteção — tanto informais (como, por exemplo, família, parentes, amigos, vizinhos/as, professores/as ou funcionários/as da escola e colegas) quanto formais (como, por exemplo, serviços de proteção, linhas de apoio, serviços sociais e abrigos) durante o isolamento podem contribuir ainda mais para o risco de aumento da violência (PETERMAN et al., 2020).

- A violência praticada por parceiros íntimos pode se valer de questões relacionadas ao COVID-19 para exercer maior poder e controle sobre as vítimas, incluindo a limitação do acesso a informações e recursos cruciais e a monitoração da comunicação (como por exemplo, telefones, cartões SIM e *internet*), dificultando o contato com serviços de apoio e acesso a serviços de saúde (PETERMAN et al., 2020).

- O isolamento pode resultar no aumento do consumo de álcool e outras substâncias, o que está associado com a perpetuação da violência (EISNER e NIVETTE, 2020; STOREY, 2020).

2. Que pessoas sofrem os maiores riscos de violência durante o isolamento?

- Crianças, adolescentes, pessoas adultas e idosas que já viviam em lares violentos antes do início da pandemia do COVID-19 estarão mais expostos a situações de abuso com as medidas de isolamento.

- Pessoas (crianças, adultas ou idosas) que convivem com deficiência ou problemas de saúde mental são mais sujeitas à violência, independentemente de estarem confinadas e terem menos oportunidades de procurar ajuda.

- Crianças, mulheres e pessoas idosas de minorias étnicas ou populações indígenas, LGBTQs, populações migrantes e refugiadas, e pessoas que vivem na pobreza enfrentam um fardo acumulado de discriminação, estigma e desvantagem e maiores índices de violência em geral. Também podem ter mais obstáculos para acessar serviços de apoio.

Quadro 2: pessoas com risco de violência

Crianças:

- Têm menos oportunidades do que pessoas adultas para deixar sua casa e buscar ajuda.
- Crianças menores são menos propensas a compreender ou ter acesso às vias para procurar ajuda.
- Falta de acesso à escola como um espaço seguro e inexistência de redes de apoio relacionadas, devido ao fechamento das escolas.
- Risco intenso de abuso on-line em virtude do aumento de tempo na rede.

Mulheres:

- O alto e desproporcional fardo de cuidados domésticos devido à educação escolar em casa e ao cuidado de pessoas doentes e idosas pode aumentar o estresse e gerar conflitos entre casais.
- As medidas de isolamento podem aumentar a frequência da demanda por sexo de um dos parceiros, e assim, aumentar o risco de coerção sexual ou de sexo indesejado. Além disso, preservativos e métodos de contracepção podem ser menos acessíveis.
- O telefone ou o acesso à internet podem ser limitados ou controlados pelo parceiro.
- A dependência financeira em relação a parceiros ou a outros membros da família (como, por exemplo, filhos/as adultos/as) no caso de mulheres idosas pode aumentar o abuso econômico.

Pessoas idosas:

- As restrições de mobilidade podem limitar as oportunidades para procurar ajuda.
- Podem enfrentar barreiras para acessar informações confiáveis usando tecnologias mais recentes, incluindo a internet.
- Podem ser incentivadas ou forçadas a permanecer em quarentena por muito mais tempo, devido ao maior risco de infecção, o que pode prolongar o isolamento social, aumentar o abuso e reduzir as oportunidades de buscar ajuda.
- A dependência física de outros membros da família (como, por exemplo, a necessidade de auxílio para alimentar-se, vestir-se e usar o banheiro) agravam os riscos.
- O COVID-19 pode levar à redução de pessoal nas unidades de cuidados de longa duração, em função de adoecimento ou necessidade de autoisolamento de funcionários/as e à suspensão das visitas familiares, aumentando o isolamento de pessoas idosas institucionalizadas e o já elevado risco de violência e negligência.

Fonte: equipe de tradução a partir de dados do original

3. O que pode ser feito para lidar com a violência doméstica durante o combate ao COVID-19?

Os sistemas de saúde estão sob estresse sem precedentes devido ao fluxo de pacientes com COVID-19 que necessitam de cuidados críticos. Profissionais de saúde da linha de frente — em sua maioria, mulheres — estão sobrecarregados/as e trabalham sob condições estressantes. Algumas dessas pessoas podem estar enfrentando os riscos de violência antes descritos em suas próprias vidas. Existem, no entanto, ações específicas que os sistemas de saúde e outros setores podem tomar para atenuar os efeitos nocivos da violência contra crianças, mulheres e pessoas idosas.

Este documento baseia-se em recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) fundamentadas em evidências existentes (WHO [OMS], 2019, 2017, 2013) e medidas de prevenção (WHO [OMS], 2016, 2019). Destina-se a tomadores/as de decisão em política, a gestores/as de programas e de unidades do sistema de saúde e a outros setores envolvidos na prevenção e combate à violência contra crianças, mulheres e pessoas idosas.

3.1. Governos e tomadores/as de decisão em política

3.1.1. Planejar:

- Incluir a prevenção e o combate à violência nos planos de preparação e combate à pandemia e nos comunicados de atenuação dos riscos. Garantir que essas atividades tenham recursos adequados.

- Garantir que programas e serviços de prevenção e suporte a pessoas afetadas pela violência sejam mantidos durante os *lockdowns*, e adaptá-los conforme a necessidade.

- Promover a licença remunerada por razões de saúde, de cuidados da família e de filhos/as e torná-la acessível a todos/as trabalhadores/as em serviços essenciais.

3.1.2. Informação:

- Informar o público sobre a disponibilidade de serviços para prevenir e combater a violência através de múltiplos canais (como, por exemplo, rádio, televisão, avisos em mercearias ou farmácias) e em múltiplos formatos, incluindo o Braille.

- Alertar prestadores/as de serviços essenciais à comunidade (socorristas, carteiros/as,

peças que realizam leitura e medição de energia ou serviços de *delivery*) sobre sinais que possam indicar violência, abuso ou negligência (incluindo autonegligência em pessoas idosas) e o que fazer se a ajuda for necessária.

- Alertar pessoas idosas e as de sua confiança para os principais tipos de fraudes financeiras que estão sendo cometidas e fornecer informações sobre como evitá-las e como agir caso seja alvo.

3.1.3. Prevenir:

- Aplicar normas e regulamentos para reduzir os riscos associados à violência relacionada, por exemplo, a danos causados por armas ou uso de álcool, drogas e/ou comportamentos viciantes.

- Realizar campanhas para recomendar a redução do consumo de álcool ou outras substâncias.

3.1.4. Apoiar sobreviventes:

- Fazer provisões para permitir que as pessoas que procuram ajuda em situação de violência possam sair em segurança de suas casas, mesmo durante o *lockdown*.

- Manter as linhas de apoio existentes em funcionamento ou estabelecer novas linhas onde elas não existirem. Garantir que as linhas de apoio sejam gratuitas e que possam ser acessadas por todas as pessoas sobreviventes de violência (incluindo pessoas idosas). Oferecer vários meios de contato para linhas de apoio, incluindo mensagens de texto ou chat e chamadas silenciosas.

- Identificar formas de tornar os serviços acessíveis remotamente (como, por exemplo, por mensageiros/as, unidades móveis de saúde e telemedicina), incluindo a eliminação de quaisquer taxas de utilização.

- Garantir que as instituições de cuidados de longa duração para pessoas idosas tenham políticas e procedimentos sobre formas de combater a violência em caso de sua ocorrência (conforme artigo 16 da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência).

3.1.5. Atuar de forma intersetorial:

- Monitorar e atualizar informações sobre serviços de encaminhamento, compartilhá-los

com prestadores/as de serviços e torná-los acessíveis ao público.

- Colaborar com outros setores para combater a violência, como a Justiça Penal, unidades de saúde e outros serviços sociais criando equipes virtuais multidisciplinares que possam fornecer apoio coordenado e consistente.

3.2. Gestores/as de programas

3.2.1. Planejar:

- Onde são coletados dados sobre a violência, devem ser seguidas as recomendações éticas e de segurança da Organização Mundial da Saúde sobre a violência contra mulheres a fim de informar os esforços de prevenção e combate.

3.2.2. Informar:

- Informar profissionais de saúde envolvidos/as no combate ao COVID-19 e que prestam serviços essenciais a crianças, mulheres e pessoas idosas sobre os sinais, sintomas e fatores de risco de violência doméstica e sobre quando e como perguntar sobre a violência de forma segura.

- Promover a conscientização sobre a violência doméstica e sobre como permanecer em contato com os/as sobreviventes e de que forma ampará-los/as e para onde encaminhá-los/as para obter ajuda e apoio sem comprometer a sua segurança.

3.2.3. Prevenir:

- Aconselhar pais, mães e cuidadores/as em isolamento ou quarentena.
- Incentivar o autocuidado e técnicas para reduzir o estresse e a angústia mental (WHO [OMS], 2016, 2019). Estimular, também, estratégias de sobrevivências positivas, como apoio social, planejamento de segurança e prevenção das estratégias de sobrevivência negativas, como o uso de tabaco, álcool ou drogas.

- Fornecer informações, apoio e, se possível, folgas para cuidadores/as, em particular às pessoas que cuidam de pessoas idosas com demência. A informação deve incluir dicas sobre como lidar com o estresse para reduzir a probabilidade de crimes de violência.

- Manter programas e serviços para saúde mental e a prevenção do consumo de álcool e

uso de outras substâncias.

- Onde houver grupos de autoajuda ou de apoio coletivo (como, por exemplo, grupos para sobreviventes de violência, de controle ao álcool ou à toxicod dependência, de apoio à saúde mental e associações de pessoas idosas), facilitar métodos alternativos através dos quais possam seguir funcionando.
- Onde houver serviços voltados a perpetradores/as de violência, identificar caminhos pelos quais essas pessoas possam, de forma anônima, buscar ajuda e orientações on-line ou por telefone.

3.2.4. Atuar de forma intersetorial:

- Colaborar com organizações não governamentais e outros setores para alinhar as mensagens sobre violência doméstica, programas e serviços de prevenção existentes.

3.3. Gestores/as de unidades de saúde

3.3.1. Planejar:

- Coletar dados desagregados por idade, sexo e etnia a partir de registros de unidades de rotina sobre relatos de violência para informar as medidas de prevenção e combate.

3.3.2. Informar:

- Em unidades de assistência médica e unidades de teste de COVID-19, fornecer informações sobre serviços disponíveis localmente, incluindo horários de abertura, contatos e se os serviços podem ser oferecidos remotamente.

3.3.3. Prevenir:

- Prevenir abusos nos locais de trabalho de profissionais da saúde e de instituições, tais como lares para crianças ou pessoas idosas:
 - treinar funcionários/as para reconhecer sinais e sintomas de abuso e como denunciá-los sem comprometer a segurança da pessoa afetada;
 - alternar funcionários/as das funções de estresse mais elevado para funções de menor

estresse;

- organizar duplas de funcionários inexperientes com colegas mais experientes;
 - incentivar intervalos durante o trabalho;
 - implementar horários flexíveis para funcionários/as que são diretamente afetados/as ou que têm um membro da família afetado por um evento estressante;
 - evitar o uso de restrições físicas e químicas em instituições para pessoas idosas;
 - estabelecer mecanismos para que as pessoas que vivem em instituições possam manter contato com a família e amigos/as, respeitando os critérios locais de distanciamento físico;
 - aplicar medidas de responsabilização para quaisquer autores/as de violência e abusos no local de trabalho ou nas instituições de saúde;
 - garantir que as unidades residenciais e de repouso para pessoas idosas sejam vigiadas mais de perto pelas autoridades competentes.
- Manter os serviços de saúde mental e os voltados ao consumo de álcool e uso de substâncias, inclusive pela internet e outros meios, conforme necessário.

3.3.4. Apoiar sobreviventes:

- Continuar a oferecer acolhimento e tratamento médico para sobreviventes de violência desde os primeiros atendimentos em unidades de saúde de acordo com as recomendações da Organização Mundial da Saúde ([WHO] 2019, 2017).
- Continuar a fornecer e providenciar para que o atendimento pós-estupro esteja disponível 24 horas por dia, sete dias por semana.
- Certificar-se de que os serviços são acessíveis a pessoas idosas e com deficiências cognitivas ou outras.

3.3.5. Atuar de forma intersetorial:

- Garantir que os profissionais de saúde disponham de informações sobre outros serviços que permitam um encaminhamento eficaz, incluindo serviços de saúde mental, apoio psicossocial e proteção.

3.4. Profissionais da saúde

3.4.1. Informar:

- Fornecer informações sobre serviços disponíveis localmente (como, por exemplo, linhas de apoio/emergência, abrigos e serviços de orientação), incluindo horários de abertura e formas de contato, e estabelecer ligações de referência a estes serviços.

3.4.2. Prevenir:

- Prestar orientação sobre o controle de estresse, estratégias de sobrevivência e paternidade positiva (WHO [OMS], 2020a, 2020b, 2020c).

3.4.3. Apoiar sobreviventes:

- Oferecer assistência de primeira linha a todos/as os/as sobreviventes que informarem violência doméstica, abuso sexual e maus-tratos a crianças. Isso inclui:

- ouvir empaticamente e sem julgar;
- perguntar sobre necessidades e preocupações;
- validar as experiências e sentimentos de sobreviventes;
- reforçar a segurança;
- conectar sobreviventes a serviços de apoio.

- Fornecer tratamento médico para todas as condições de saúde relacionadas à violência, incluindo atendimento imediato pós-estupro para quem tiver sofrido agressão sexual ou abuso.

- Organizar o acompanhamento de pacientes que sofreram violência, caso estejam em isolamento ou em quarentena, e permanecer em contato regular com eles/as.

- Priorizar visitas domiciliares e contatos com populações vulneráveis, em particular bebês e crianças pequenas, pessoas idosas e com deficiência que estiverem em risco, conferindo especial atenção à sua segurança, pois os/as autores/as de abuso provavelmente estarão em casa.

- Explorar formas alternativas de contatar crianças, mulheres ou pessoas idosas, dependendo do que estiver disponível e acessível (como, por exemplo, serviços de mensageiros/as e de telemedicina) conferindo especial atenção em contatar sobreviventes em segurança enquanto os/as agressores/as estão presentes e empregando métodos que não possam ser detectados/as ou rastreados/as.

3.4.4. Atuar de forma intersetorial:

- Atualizar listas telefônicas e de referência em cujas bases constem os serviços disponíveis e em funcionamento.
- Conhecer e coordenar os esforços de prevenção e combate com colegas de setores e serviços de proteção, instituições que trabalham com pessoas idosas e ONGs que implementem programas de prevenção.

Referências:

ABC News. **With no school, calls drop but child abuse hasn't amid COVID-19.**

Disponível em: <https://www.abc27.com/news/health/coronavirus/with-no-school-calls-drop-but-child-abuse-hasnt-amid-covid-19/>. Acesso em: 02 jan. 2021.

DOUGLAS, Margaret et al. **Mitigating the wider health effects of covid-19 pandemic response.** Disponível em: <https://www.bmj.com/content/369/bmj.m1557>. Acesso em: 02 jan. 2021.

DOYLE, Joseph J.; AIZER, Anna. **Economics of Child Protection: Maltreatment, Foster Care, and Intimate Partner Violence.** Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev-economics-080217-053237>. Acesso em: 02 jan. 2021.

EISNER, Manuel; NIVETTE, Amy. **Violence and the Pandemic: Urgent Questions for Research.** Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/5b293370ec4eb7e463c960e6/t/601d605dfa7dbf24f5aef487/1612537950607/Violence+and+the+Pandemic.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2021.

LEE, Joyce. **Mental health effects of school closures during COVID-19.** Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lanchi/article/PIIS2352-4642\(20\)30109-7/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanchi/article/PIIS2352-4642(20)30109-7/fulltext). Acesso em: 02 jan. 2021.

PETERMAN, Amber et al. **Pandemics and Violence Against Women and Children.** Disponível em: <https://www.cgdev.org/publication/pandemics-and-violence-against-women-and-children>. Acesso em: 02 jan. 2021.

SAJAN, Bhinder. **Tenfold increase in elder abuse during COVID-19 pandemic, advocates say.** Disponível em: <https://bc.ctvnews.ca/tenfold-increase-in-elder-abuse-during-covid-19-pandemic-advocates-say-1.4896176>. Acesso em: 02 jan. 2021.

STOREY, Jennifer. **Risk factors for elder abuse and neglect: A review of the literature.** Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1359178918303471?via%3Dihub>. Acesso em: 02 jan. 2021.

THE HINDU. **Coronavirus lockdown: Govt. helpline receives 92,000 calls on child abuse**

and violence in 11 days. Disponível em:

<https://www.thehindu.com/news/national/coronavirus-lockdown-govt-helpline-receives-92000-calls-on-child-abuse-and-violence-in-11-days/article31287468.ece>. Acesso em: 02 jan. 2021.

UN [2002a]. Policy Brief: **The Impact of COVID-19 on children**. Disponível em:

https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/policy_brief_on_covid_impact_on_children_16_april_2020.pdf. Acesso em: 02 jan. 2021.

UN Women Headquarters [2020b]. **COVID-19 and ending violence against women and girls**. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2020/04/issue-brief-covid-19-and-ending-violence-against-women-and-girls>. Acesso em: 02 jan. 2021.

WELCH, Morgan e Haskins, Ron. **What COVID-19 means for America's child welfare system**. Disponível em: <https://www.brookings.edu/research/what-covid-19-means-for-americas-child-welfare-system/>. Acesso em: 02 jan. 2021.

WHO [2020 a]. **Coping with stress during the 2019-nCoV outbreak**. Disponível em: https://www.who.int/images/default-source/health-topics/coronavirus/risk-communications/general-public/stress/stress.jpg?sfvrsn=b8974505_14. Acesso em: 02 jan. 2021.

WHO [2020b]. **Coronavirus disease (COVID-19) advice for the public: Advocacy**. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public/healthy-parenting>. Acesso em: 02 jan. 2021.

WHO [2019]. **Guidelines for the health sector response to child maltreatment**. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/who-guidelines-for-the-health-sector-response-to-child-maltreatment>. Acesso em: 02 jan. 2021.

WHO [2020c]. **Helping children cope with stress during the 2019-nCoV outbreak**. 2020. Disponível em: https://www.who.int/images/default-source/health-topics/coronavirus/risk-communications/general-public/stress/children-stress.jpg?sfvrsn=343355fd_2. Acesso em: 02 jan. 2021.

WHO [2016]. **Inspire: Seven strategies for Ending Violence Against Children**. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/inspire-seven-strategies-for-ending-violence-against-children>. Acesso em: 02 jan. 2021.

WHO [2019]. **Respect women: Preventing violence against women**. Disponível em: <https://www.who.int/reproductivehealth/publications/preventing-vaw-framework-policymakers/en/>. Acesso em: 02 jan. 2021.

WHO [2013]. **Responding to intimate partner violence and sexual violence against women**. Disponível em: <https://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/9789241548595/en/>. Acesso em: 02 jan. 2021.

WHO [2017]. **Responding to children and adolescents who have been sexually abused**.

Disponível em: <https://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/clinical-response-csa/en/>. Acesso em: 02 jan. 2021.

Depois da Covid-19: um manifesto por um mundo mais saudável¹

Après-COVID-19: manifeste pour un monde en meilleure santé

Tradução: Isabella de Paiva Gonçalves do Carmo²

Revisão de tradução: Dennys Silva-Reis³

Resumo: A pandemia de COVID-19 já é considerada o acontecimento mais marcante do século. Essa crise sanitária, com seu gigantesco número de mortes e capacidade de desnudar as enormes desigualdades sociais e as mazelas dos regimes capitalistas, modificou de forma brutal e imediata o cotidiano das pessoas do mundo inteiro. Assim, as inquietações e angústias a respeito de um futuro pós-COVID são compartilhadas de forma geral por todos os indivíduos que vivenciam essa catástrofe. A partir dessas considerações, este trabalho apresenta a tradução de um manifesto elaborado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) com o intuito de estabelecer diretrizes a serem seguidas na reestruturação social e econômica pós-COVID.

Palavras-chaves: COVID-19; pós-COVID; Tradução; OMS.

Abstract: The Coronavirus COVID-19 pandemic is already one of the most important events of this century. This sanitary crisis, with its massive number of deaths and the capacity to show the enormous social inequalities and the capitalism's ills, changed brutally and immediately the daily lives of people all around the world. The concerns and anguishes about the future post-COVID are shared by all individuals that experience this catastrophe. With these considerations, this article presents the translation of a manifesto made by the World Health Organization (WHO) with prescriptions for the post-COVID social and economic restructuring.

Keywords: COVID-19; post-COVID; Translation; World Health Organization (WHO).

Recomendações para um mundo mais saudável e mais comprometido com o meio ambiente depois da COVID-19⁴

"A pandemia nos lembra que a humanidade e o planeta possuem uma relação íntima e delicada. Todos os esforços para tornar nosso mundo um lugar mais seguro estarão condenados a fracassar se não levarem em conta a ligação crucial que existe entre o ser humano e os agentes patológicos, assim como a ameaça existencial das mudanças climáticas que deixa nosso planeta cada vez menos habitável." (Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, Diretor geral da

¹ O texto utilizado como fonte para esta tradução está disponível em: <https://www.who.int/fr/news-room/feature-stories/detail/who-manifesto-for-a-healthy-recovery-from-covid-19>. Acesso em: 15 ago. 2020. Esse texto é regido por uma política de acesso aberto, conforme a Política de Acesso Aberto da OMS, disponível em: <https://www.who.int/fr/about/who-we-are/publishing-policies/open-access>. Esta tradução tem objetivos estritamente pedagógicos e científicos e não tem fins lucrativos.

² Mestranda em Literatura, Cultura e Tradução na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: isabellapg01@gmail.com

³ Professor adjunto de Literaturas de expressão francesa no Centro de Educação Letras e Artes (CELA), na Universidade Federal do Acre (UFAC), campus Rio Branco/AC. E-mail: reisdennys@gmail.com / ORCID: 0000-0002-6316-9802.

⁴ N. de T. Embora não haja uma normativa oficial, nesta tradução, optou-se pela forma feminina (a COVID-19), em conformidade com o que vem sendo publicado pela Academia Brasileira de Letras, assim como pela *Académie Française*.

OMS. Discurso na Septuagésima Terceira Conferência de Saúde, 18 de maio de 2020)

Lições aprendidas com a COVID-19

A pandemia de coronavírus (COVID-19) é o maior choque sofrido pelo nosso mundo em décadas. Centenas de milhares de vidas foram perdidas e a economia mundial passa provavelmente por sua pior recessão desde os anos 1930. A perda de emprego e de renda oriunda da recessão terá repercussões negativas nos meios de subsistência, na saúde e no desenvolvimento sustentável.

As sociedades devem se proteger e se reerguer o mais rápido possível – mas não podemos continuar agindo como antes. Um número cada vez maior de doenças infecciosas, como a HIV/aids, a síndrome respiratória aguda grave (SARS) e a doença do vírus Ebola estão ultrapassando a barreira de espécies que existe entre a fauna selvagem e o ser humano – e todos os dados disponíveis permitem pensar que a COVID-19 seguiu o mesmo caminho. Quando a transmissão inter-humana da COVID-19 começou, os sistemas nacionais e internacionais de vigilância e contra-ataque não foram nem sólidos nem rápidos o suficiente para frear o contágio por completo. À medida que as infecções se propagavam, a ausência de cobertura sanitária universal deixou bilhões de pessoas, incluindo muitas em países ricos, sem acesso confiável a um tratamento médico. Devido às enormes desigualdades, as mortes e a perda dos meios de subsistir foram fortemente correlacionadas à situação socioeconômica e frequentemente agravadas pelo gênero ou a pertença a uma minoria.

Tentar economizar recursos negligenciando a proteção ambiental, a preparação para situações de urgência, as redes de proteção social e os sistemas de saúde se confirmou como uma falsa economia – e a conta é muito mais cara hoje. O mundo não pode permitir novos desastres da mesma amplitude que a COVID-19, sejam eles desencadeados pela próxima pandemia ou pelos danos ambientais e mudanças climáticas cada vez mais devastadoras. Voltar ao "normal" não é mais o suficiente.

Com a adversidade, a crise também fez surgir alguns dos melhores lados das nossas sociedades: seja a solidariedade entre vizinhos, a bravura dos profissionais da saúde e de outros trabalhadores essenciais que não têm medo de colocar em perigo sua própria saúde a fim de servir suas comunidades, ou ainda a colaboração entre países para assistência imediata ou pesquisas de tratamentos e vacinas. As medidas de confinamento que foram necessárias para a luta contra a propagação da COVID-19 frearam a atividade econômica e perturbaram as vidas

das pessoas – mas também promoveram uma visão de um futuro menos sombrio. Em certos ambientes, os níveis de poluição caíram de maneira tão drástica que os habitantes puderam respirar ar puro, admirar o azul do céu e a claridade das águas dos rios, ou ainda passear de bicicleta de forma segura com as crianças pela primeira vez na vida. O uso das tecnologias virtuais acelerou com força a implantação de novas formas de trabalho e de interação uns com os outros que permitem reduzir o tempo de deslocamento ao trabalho, estudar de maneira mais flexível, realizar consultas médicas à distância e passar mais tempo com a família. As pesquisas de opinião do mundo inteiro mostram que as pessoas querem proteger o meio ambiente e preservar, à medida que nos reerguemos dessa crise, as adaptações positivas que ela gerou.

Atualmente, os governos nacionais destinam bilhões de dólares, no espaço de algumas semanas, para se manter à tona e depois reiniciar a atividade econômica. Esses investimentos são essenciais para proteger os meios de subsistência das populações e, por consequência, sua saúde também. Entretanto, o destino desses investimentos e as decisões políticas que guiarão a recuperação, a curto e a longo prazo, têm o poder de definir nosso modo de vida e nosso jeito de trabalhar e de consumir pelos próximos anos. Isso é especialmente importante no que se refere aos efeitos da degradação no meio ambiente e da poluição, em particular, as emissões de gás do efeito estufa que estão na origem do aquecimento global e da crise climática.

As decisões que serão tomadas nos próximos meses tanto podem solidificar esquemas de desenvolvimento econômico que causarão danos permanentes e crescentes aos ecossistemas sobre os quais repousam inteiramente a saúde e os meios de subsistência da humanidade, quanto podem, se tomadas de forma inteligente, promover um mundo mais saudável, mais igualitário e mais comprometido com o meio ambiente.

Recomendações para um mundo mais saudável e mais comprometido com o meio ambiente

1) Proteger e preservar a fonte da saúde humana: a natureza

As economias são o produto de sociedades humanas sãs, que por sua vez, dependem do meio ambiente – fonte de ar puro, de água e de alimento como um todo. As pressões exercidas pelo ser humano, como o desmatamento e as práticas agrícolas intensivas e poluentes, ou ainda a gestão perigosa e o consumo da fauna selvagem, destroem esses recursos oferecidos pela natureza. Tais atividades aumentam também o risco de doenças infecciosas emergentes no ser humano – dentre as quais mais de 60% provêm de origem animal, essencialmente de animais

selvagens. Os planos globais para a recuperação pós-COVID-19, em particular os planos para reduzir os riscos de epidemias futuras, precisam ir além da detecção precoce e da contenção de surtos de novas doenças. Eles devem também reduzir nosso impacto no meio ambiente de modo a reduzir o risco na sua origem.

2) Investir em serviços essenciais, desde água e saneamento básico até meios de energia não poluentes nos centros de saúde

No mundo inteiro, bilhões de pessoas não têm acesso aos serviços mais essenciais que são indispensáveis à proteção da saúde, seja contra a COVID-19 ou outras doenças. Os materiais necessários para a limpeza das mãos são indispensáveis para a prevenção de doenças infecciosas, mas são inexistentes em 40% dos lares⁵. Patógenos resistentes a antimicrobianos são largamente encontrados na água e nos dejetos, e a gestão racional desses patógenos é necessária para evitar que eles se propaguem novamente entre os humanos. Em particular, é essencial que os centros de saúde sejam equipados com serviços básicos de água e saneamento, especialmente água e sabão, os quais são a primeira medida para interromper a transmissão da SARS-CoV-2, assim como de outras infecções. Também é importante que esses centros disponham de acesso a uma fonte de energia confiável, indispensável para realizar a maioria das cirurgias com segurança, e que os profissionais da saúde possam ser beneficiados com seguro profissional.

Ao todo, os riscos ambientais e profissionais evitáveis causam cerca de um quarto das mortes em todo o mundo. Os investimentos em ambientes mais saudáveis para assegurar a proteção à saúde, ajudar a regulamentação ambiental e garantir que os sistemas de saúde resistam às mudanças climáticas são salva-vidas essenciais contra futuras catástrofes, além de oferecerem também alguns dos melhores retornos de investimento para a sociedade. Por exemplo, estima-se que cada dólar investido no aprimoramento da Lei contra a poluição do ar nos Estados Unidos da América equivale a 30 dólares ganhos pelos cidadãos americanos sob a forma de uma melhora na qualidade do ar e da saúde.⁶

⁵ Dado divulgado no relatório *Benefits and Costs of the Clean Air Act 1990 – 2020*, disponível em: <https://www.epa.gov/clean-air-act-overview/benefits-and-costs-clean-air-act-1990-2020-report-documents-and-graphics>. Acesso em: 15 ago. 2020.

⁶ Dado divulgado no relatório *Benefits and Costs of the Clean Air Act 1990 – 2020*, disponível em: <https://www.epa.gov/clean-air-act-overview/benefits-and-costs-clean-air-act-1990-2020-report-documents-and-graphics>. Acesso: 15 ago. 2020.

3) Garantir uma rápida transição energética com proveito em saúde

Atualmente, mais de sete milhões de pessoas morrem a cada ano devido à exposição à poluição do ar – ou seja, uma a cada oito mortes. Mais de 90% das pessoas respiram ar externo com níveis de poluição que excedem os valores de referência estabelecidos nas diretrizes da OMS sobre qualidade do ar.⁷ Dois terços dessa exposição à poluição exterior se devem à combustão dos mesmos combustíveis fósseis que causam as mudanças climáticas.

Enquanto isso, o armazenamento e as fontes de energia renovável continuam a ver seus preços baixarem e sua confiabilidade aumentar, continuam também a promover a criação de empregos mais numerosos, mais seguros e melhor remunerados. As decisões relativas à infraestrutura energética que são tomadas hoje repercutirão pelas próximas décadas. Levar em conta a totalidade das consequências econômicas e sociais e tomar decisões privilegiando a saúde pública permitirá favorecer as fontes de energia renovável, construindo ecossistemas menos poluídos e gerando cidadãos mais saudáveis.

Vários países dentre aqueles que sofreram primeiro e mais duramente com a COVID-19, como a Itália e a Espanha, e aqueles que lutaram com mais sucesso contra a doença, como a Coreia do Sul e a Nova Zelândia, colocaram o desenvolvimento verde e a saúde no centro de suas estratégias de reconstrução após a crise da COVID-19. Uma transição mundial rápida em favor das energias verdes permitiria não somente cumprir o objetivo do Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas (que é de manter o aquecimento global abaixo de 2° C), mas também melhorar a qualidade do ar de tal maneira que os benefícios para a saúde seriam duas vezes superiores ao investimento aplicado.

4) Promover sistemas alimentares saudáveis e duráveis

As doenças causadas tanto pela falta de acesso à alimentação quanto por regimes alimentares pouco saudáveis e altos em teor calórico são atualmente a principal causa dos problemas de saúde da população mundial. Tais doenças são, também, um fator que aumenta a vulnerabilidade a outros riscos – obesidade e diabetes, por exemplo, figuram entre os principais fatores de risco de morbidade e de mortalidade de pacientes com COVID-19.

A agricultura, em particular o desmatamento de terras para a criação de gado, é responsável, em média, por um quarto das emissões de gás do efeito estufa. A mudança no uso

⁷ Disponível em: [https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/ambient-\(outdoor\)-air-quality-and-health](https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/ambient-(outdoor)-air-quality-and-health). Acesso: 15 ago. 2020.

da terra é o fator ambiental mais importante no que diz respeito à emergência do surto de novas doenças. É necessário e urgente que regimes alimentares mais saudáveis, nutritivos e duráveis sejam adotados. Se o mundo fosse capaz de atender as diretrizes da OMS sobre alimentação, milhões de vidas seriam salvas, os riscos de doenças diminuiriam, e grandes reduções nas emissões de gás do efeito estufa seriam alcançadas.

5) Construir cidades saudáveis e habitáveis

Atualmente, mais da metade da população mundial vive em cidades, as quais representam mais de 60% da atividade econômica e da emissão de gás do efeito estufa. As cidades são caracterizadas por uma densidade populacional elevada e um tráfego saturado, por esse motivo muitos deslocamentos podem ser feitos de forma mais eficaz com o uso dos transportes públicos, bicicletas, ou mesmo a pé, em vez de automóveis individuais. Esses meios de transporte também são benéficos para a saúde, uma vez que estão ligados à redução da poluição atmosférica, de ferimentos causados por acidentes de trânsito e da mortalidade ligada ao sedentarismo (responsável por mais de três milhões de mortes anuais).

Muitas das maiores e mais dinâmicas cidades do mundo, como Milão, Paris e Londres, reagiram à crise da COVID-19 adequando as ruas aos pedestres e multiplicando massivamente as ciclovias — permitindo, dessa forma, deslocamentos que respeitam o distanciamento social durante a crise, assim como uma retomada da atividade econômica e uma melhora da qualidade de vida também após a crise.

6) Parar de usar o dinheiro do contribuinte para financiar a poluição

Os danos econômicos provocados pela COVID-19 e as medidas necessárias de luta contra a doença são reais e pressionarão as finanças públicas. Reformas financeiras serão inevitáveis para a recuperação da crise causada pela COVID-19 e seria sensato começar pelo fim do subsídio de combustíveis fósseis.

Em escala mundial, a cada ano são em média 400 milhões de dólares⁸ provenientes de impostos que servem diretamente ao subsídio de combustíveis fósseis. Estes provocam as mudanças climáticas e são responsáveis pela poluição do ar. Além disso, os custos privados e sociais, provenientes dos efeitos dessa poluição na saúde, geralmente não se refletem no preço

⁸ Dado divulgado no estudo *Energy Subsidies – Tracking the impact of fossil-fuel subsidies*, disponível em: <https://www.iea.org/topics/energy-subsidies>. Acesso em: 15 ago. 2020.

dos combustíveis e energia. Se levarmos em conta os danos sanitários e ambientais que esses combustíveis fósseis causam, o valor real de subsídios aumenta para mais de cinco trilhões de dólares — o que é mais que o total de despesas públicas com saúde no mundo e mais ou menos duas mil vezes o orçamento da OMS.

Fazer com que o preço desses combustíveis poluentes reflita os danos que eles causam na saúde permitiria reduzir em mais da metade o número de mortes ligadas à poluição do ar, diminuir em mais de um quarto as emissões de gás do efeito estufa e recolher rendimentos equivalentes a mais ou menos 4% do PIB mundial. Nós devemos parar de pagar a conta da poluição com os nossos impostos e com a nossa saúde.

Um movimento mundial pela saúde e meio ambiente

A crise causada pela COVID-19 mostrou que os cidadãos suportarão políticas difíceis se a tomada de decisão for transparente, baseada nos dados factuais, não excluir ninguém e tiver o objetivo claro de proteger a saúde, a família e os meios de subsistência – em vez de servir a interesses particulares.

A concepção das políticas deve ser baseada nessa constatação. Na maior parte dos países, os ministros da economia estarão a postos para definir medidas que acompanharão a retomada econômica pós-COVID-19. Considerando a ligação estreita entre o meio ambiente, a saúde e a economia, é igualmente importante que os dirigentes da área da saúde, ministros e secretários participem diretamente desse processo, prestando informações sobre as repercussões que podem haver a curto e a longo prazo na saúde pública e dando seu sinal verde.

Além disso, é fundamental lembrar que a proteção da vida, dos meios de subsistência e do meio ambiente dependem do apoio das pessoas. As políticas que não se preocupam somente em elevar ao máximo o PIB, mas também em proteger e melhorar o estado de bem-estar e os governos que lutam contra as mudanças climáticas e contra a destruição do meio ambiente com a mesma seriedade com que lutam, hoje, contra a COVID-19 possuem um grande apoio popular. Um exemplo disso são os milhares de jovens que se mobilizaram para exigir medidas não só em relação às questões climáticas e à biodiversidade, mas também para reivindicar o direito a um ar não poluído e a um futuro em um planeta habitável.

A área da saúde é uma aliada cada vez mais importante para atingir esse objetivo. Os trabalhadores da saúde são os profissionais que mais inspiram confiança no mundo. Competência, devotamento, coragem e compaixão salvaram um número incalculável de vidas ao longo dessa crise da COVID-19 – levando o respeito à profissão a níveis ainda mais elevados

nas suas comunidades. Os profissionais da saúde do mundo inteiro mostraram que também são defensores fervorosos da proteção ao meio ambiente – consequentemente também da saúde das pessoas para as quais trabalham. Eles estão dispostos a lutar por sociedades mais ecológicas, saudáveis e prósperas para o futuro, como demonstrado pela recente carta aberta aos líderes do G20⁹, na qual os profissionais da saúde do mundo inteiro pedem por um mundo mais saudável depois da COVID-19.

⁹ Disponível em: <https://healthyrecovery.net/>. Acesso em: 15 ago. 2020.